

III SEMINÁRIO INTERNACIONAL TURISMO, PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PÚBLICAS

IX CONFERÊNCIA INTERNACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO ASTRES



**Diversidades e perspectivas da
pesquisa franco-brasileira**

De 06 a 09 de novembro de 2019
NAEA - UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ

BELÉM - PARÁ - BRASIL

ANAIS DO III SEMINÁRIO INTERNACIONAL
DA REDE TP3
TURISMO, PATRIMÔNIO E POLÍTICAS PÚBLICAS E IX
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DA ASTRES

ACTES DU 3ÈME SÉMINAIRE INTERNATIONAL DU RÉSEAU TP3
TOURISME, PATRIMOINE ET POLITIQUES PUBLIQUES ET 9ÈME
CONFÉRENCE INTERNATIONALE ASTRES



Universidade Federal do Pará – UFPA

Reitor: Emmanuel Zagury Tourinho

Vice-Reitor: Gilmar Pereira da Silva

Pró-Reitora de Pesquisa e Pós-Graduação: Maria Iracilda da Cunha Sampaio

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA

Diretor Geral: Durbens Martins Nascimento

Diretor Adjunto: Silvio José de Lima Figueiredo

Editora

Editor-Chefe: Durbens Martins Nascimento

Diretor Executivo: Albano Rita Gomes

Conselho Científico

Presidente - Prof. Dr. Durbens M. Nascimento – Universidade Federal do Pará.

Vice-Presidente - Prof. Dr. Silvio José de Lima Figueiredo – Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Ana Paula Vidal Bastos – Universidade Nacional de Brasília.

Prof. Dr. Carlos Alberto Mejías Rodriguez – Universidad de La Habana, Cuba.

Prof. Dr. Germán Alfonso Palacio Castañeda – Universidad Nacional de Colombia, Letícia.

Prof. Dr. Julien Meyer – Université Grenoble Alpes, CNRS, GIPSA-lab, France.

Prof. Dr. Josep Pont Vidal – Universidade Federal do Pará.

Profa. Dra. Maria Manuel Rocha Teixeira Baptista – Universidade de Aveiro, Portugal.

Prof. Dr. Miguel Pinedo-Vasquez – Columbia University – New York, EUA.

Prof. Dr. Ronaldo de Lima Araújo – Universidade Federal do Pará.

Coordenação de Comunicação e Difusão Científica

Durbens Martins Nascimento

Maria Goretti Tavares
Silvio Lima Figueiredo
Jéssika Paiva França
Diana Priscila Sá Alberto
Maria Augusta Freitas Costa
Marta de Azevedo Irving
Maria Gravari-Barbas
Bertrand Réau
(Organizadores)

**Anais do III Seminário Internacional da Rede TP3
Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas e IX Conferência
Internacional da ASTRES**

**Actes du 3ème Séminaire International du Réseau TP3
Tourisme, Patrimoine et Politiques Publiques et 9ème
Conférence Internationale ASTRES**

Belém
NAEA
2019

Texto revisado conforme as regras do novo
Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

Diagramação e capa: Pedro Paulo Fernandes Franco.

Foto da capa: Marcos André.

Revisão: Albano Gomes.

Comissão Organizadora

Maria Goretti da Costa Tavares, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Universidade Federal do Pará.

Silvio José de Lima Figueiredo, NAEA, Universidade Federal do Pará.

Maria Augusta Freitas Costa, Faculdade de Turismo, Universidade Federal do Pará.

Jéssika Paiva França, Faculdade de Turismo, Universidade Federal do Pará.

Marta de Azevedo Irving, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Roberto Bartholo, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Maria Tereza Duarte Paes, Universidade de Campinas.

Neli Aparecida de Mello-Théry, Universidade de São Paulo.

Hervé Therry, Universidade de São Paulo

Rita de Cássia Ariza da Cruz, Universidade de São Paulo.

Teresa Cristina Viveiros Catramby, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Bertrand Réau, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

Maria Gravari-Barbas, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

Francesca Cominelli, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Biblioteca do NAEA/UFPA-Belém-PA

S471a Seminário Internacional da Rede TP3 - Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas
(3. : 2019 : Belém, PA).

Anais [recurso eletrônico] / 3º Seminário Internacional da Rede TP3 = Actes du 3ème
Séminaire International du Réseau TP3 - Tourisme, Patrimoine et Politiques Publiques ; 9a
Conferência Internacional da AsTRES = 9ème Conférence Internationale AsTRES, Belém,
Pará, Brasil, 6 a 9 de novembro de 2019 / Organizadores: Silvio Lima Figueiredo ... [et al.].

— Dados eletrônicos. — Belém : NAEA, 2019.

Títulos e textos em português e francês

Tema “Diversidades e perspectivas da pesquisa franco-brasileira”

Modo de acesso: <http://www.naea.ufpa.br/naea/novosite/livro>

ISBN: 978-85-7143-190-4

1. Turismo - Política governamental. 2. Patrimônio histórico. I. Figueiredo, Silvio
Lima, org. II. Conferência Internacional AsTRES (9. : 2019 : Belém, PA). III. Título.

CDD 22. ed. – 338.4791

Elaborado por Maria do Socorro Barbosa Albuquerque – CRB-2/871

© Direitos Reservados à Editora NAEA

Av. Perimetral, no 1 - Campus Universitário do Guamá, CEP: 66.075-750

Belém, Pará, Brasil

(91) 3201-7231 | editora_naea@ufpa.br

SUMÁRIO

Apresentação	07
Programação.....	09
Trabalhos apresentados GT1.....	11
Trabalhos apresentados GT2.....	134
Trabalhos apresentados GT3.....	286

APRESENTAÇÃO

O turismo representa um tema estratégico para pesquisa e para políticas públicas, tendo em vista a sua importância econômica, bem como social e ambiental. Mas apesar do reconhecimento de seu alcance na contemporaneidade, historicamente, esse tem sido considerado ainda como um tópico periférico, no âmbito investigativo e de políticas públicas ou ainda, vem sendo simplesmente traduzido como um setor da economia, apenas pela lógica de mercado.

No entanto, nos últimos anos, a percepção de seu alcance em termos de alternativa econômica para o desenvolvimento, bem como de seus potenciais impactos sociais, culturais e ambientais, vem influenciando uma nova abordagem em pesquisa, baseada em uma leitura interdisciplinar, que busca apreender as diversas dinâmicas decorrentes do turismo, na contemporaneidade.

Assim, um esforço significativo tem sido empreendido por muitas instituições públicas de pesquisa na América Latina e na Europa, para promover novas perspectivas de interpretação do turismo e ações com esse direcionamento, visando à construção de bases teórico-metodológicas dirigidas ao denominado turismo sustentável.

Com base nesses antecedentes, o presente seminário tem como objetivo principal, discutir e interpretar as políticas públicas de turismo e políticas afins, em sua articulação com a temática de patrimônio, esse entendido em um sentido amplo e abrangendo a articulação entre natureza e cultura, e patrimônio tangível e intangível, em seu contexto atual, nos planos nacional e internacional.

Nesse evento se busca ainda contribuir para promover e fortalecer uma abordagem qualificada e interdisciplinar em pesquisa, planejamento e capacitação em turismo e para apoiar a construção de diálogo entre a pesquisa acadêmica e a extensão, entre a academia e a gestão pública e a sociedade como um todo, com base nos princípios e compromissos associados ao desenvolvimento do turismo, em bases sustentáveis.

O público alvo potencial envolve pesquisadores e profissionais de turismo e temas afins, que desenvolvem pesquisa e/ou projetos na temática de Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas, com interesse em elaborar propostas conjuntas de pesquisa e ações dela decorrentes, no âmbito da cooperação em rede, entre os grupos de pesquisa e universidades associadas às Redes TP3 (Brasil) e ASTRES (França), além de outras que possam ter ações de parceria com esse enfoque.

A estrutura do evento envolverá mesas redondas, 03 grupos de trabalho e reuniões técnicas e debates entre os membros das redes em foco, para a construção de propostas de pesquisa e cooperação França-Brasil nessa temática. Nesse sentido, algumas questões norteadoras serão no evento devem inspirar o debate ao longo do processo, para orientar a elaboração de projetos de cooperação e pesquisa entre os pesquisadores brasileiros e franceses associados:

- a) Quais os temas de pesquisa prioritários na articulação entre Patrimônio, Turismo e

Políticas Públicas?

- b) Qual o papel, o significado e o impacto das políticas públicas dirigidas a patrimônio, em relação às tendências turísticas na sociedade contemporânea?
- c) Quais os principais desafios para a integração de políticas públicas com esse enfoque?
- d) Como reformular as políticas públicas de turismo no atual contexto socioeconômico na França, no Brasil e, no plano global?
- e) Como projetar cenários para a pesquisa e para a cooperação França-Brasil, na interface entre Patrimônio, Turismo e Políticas Públicas, no horizonte da Agenda 2030 e do Acordo de Paris?

Essa iniciativa é o resultado de um movimento em rede, envolvendo instituições de pesquisa latino-americanas e europeias, com o objetivo de promover um debate qualificado e crítico sobre o turismo, na articulação com a reflexão sobre patrimônio e políticas públicas, a partir do reconhecimento da complexidade da dinâmica contemporânea e da perspectiva de projeção de cenários, diante da crise civilizatória e das agendas globais.

O evento representa, assim, a continuidade de um movimento iniciado, em maio/junho de 2016, por meio do evento Turismo, Natureza e Cultura: Desafios para a pesquisa e para políticas públicas, organizado pelo Universidade Federal do Rio de Janeiro, no âmbito da cooperação franco-brasileira em pesquisa dirigida ao turismo, em bases sustentáveis. Essa iniciativa inspirou, ainda, um segundo encontro em Paris, em outubro de 2018, intitulado *Tourisme, Patrimoine et Politiques Publiques*, organizado por Paris 1 em parceria com demais instituições parceiras franco-brasileiras e, se desdobra no presente evento, coordenado pela Universidade Federal do Pará, na expectativa que reuniões bianuais alternadas entre os dois países possam ser realizadas em caráter sistemático em uma perspectiva de longo prazo.

O objetivo dessa rede de pesquisa é promover um esforço conjunto dedicado ao fortalecimento de vínculos para a pesquisa interdisciplinar e, para a capacitação de recursos humanos, em nível de pós-graduação neste campo temático. Também se busca aprimorar o diálogo entre a academia e os demais setores da sociedade e promover um intercâmbio sistemático de experiências em ambos os países.

No Brasil, as principais instituições que compõem o núcleo da Rede TP3 são a UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro, a USP - Universidade de São Paulo, a UNICAMP - Universidade de Campinas, a UFPA - Universidade Federal do Pará e, a UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

Na França, as instituições envolvidas, envolvem Paris 1 e demais instituições articuladas à Rede AsTRES, uma rede de universidades e instituições de ensino superior, especializada em pesquisa e educação na temática do turismo na França.

Maria Goretti Tavares e Silvio Lima Figueiredo - UFPA

PROGRAMAÇÃO

QUARTA FEIRA, 6 DE NOVEMBRO

8:30h às 12h: Roteiro Geo-turístico da Belle Époque

Local: Saída em frente ao cinema Olímpia, praça da República

18 às 18:30h: Mesa de Abertura

Local: Igreja de Santo Alexandre, Praça da Sé

18:30h às 20h

Conferência de Abertura: Políticas Públicas e Turismo: construção de rede de conhecimento Brasil -França

Maria Gravari-Barbas, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Mediação: Marta de Azevedo Irving, Universidade Federal Federal do Rio de Janeiro.

Local: Igreja de Santo Alexandre, Praça da Sé

QUINTA-FEIRA, 07 DE NOVEMBRO

9 às 12h: Mesa: Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas: Aproximação de temáticas de pesquisa Brasil x França

Bertrand Réau, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Francesca Comiellei, Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne

Maria Tereza Paes, Universidade de Campinas

Rita de Cássia Ariza Cruz, Universidade de São Paulo

Local: Auditório do ICED, UFPA – Campus Guamá

12 às 14h: Almoço

14 às 16h: Grupos de Trabalho

GT 1 – Turismo, Natureza e Cultura

GT 2 – Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas

GT 3 – Turismo, Desenvolvimento e Políticas Públicas

Local: Salas de Aula FACTUR – Bloco H – Profissional – Altos e Auditórios NAEA. UFPA – Campus Guamá

16 às 19h: Reunião pesquisadores da rede.

Local: Auditório NAEA. UFPA – Campus Guamá

SEXTA-FEIRA, 08 DE NOVEMBRO

9 às 12h: Mesa: Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas na Amazônia

Silvio Lima Figueiredo, NAEA, Universidade Federal do Pará

Maria Goretti Tavares, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Pará

Glaubécia Teixeira, Universidade do Estado do Amazonas

Eloane Cantuária, UNIFAP

Linda Rodrigues, UFMA

Local: Auditório do ICED, UFPA – Campus Guamá

12 às 14h: almoço

14 às 16h: Grupos de Trabalho

GT 1 – Turismo, Natureza e Cultura

GT 2 – Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas

GT 3 – Turismo, Desenvolvimento e Políticas Públicas

Local: Salas de Aula FACTUR – Bloco H – Profissional – Altos e Auditórios NAEA.
UFPA – Campus Guamá

16 às 19h: Reunião pesquisadores da rede.

Local: Auditório NAEA. UFPA – Campus Guamá

SÁBADO, 09 DE NOVEMBRO

8:30h às 12h: Roteiro Geo-turístico do Ver-o-Peso-Centro Histórico

Saída: Terminal Turístico Estação das Docas

12:30 às 15h - Almoço (opcional).

TRABALHOS APRESENTADOS
GT1

GESTÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E A PRÁTICA TURÍSTICA: A experiência da visitação no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Susanne Caldas Azevedo¹
Klautenys Dellene Guedes Cutrim²
Rosélis de Jesus Barbosa Câmara³

INTRODUÇÃO

Os espaços naturais de grande relevância ecológica geralmente são alvo de visitas por proporcionarem experiência singular de um lugar. Gerir esses espaços necessita de políticas públicas para preservação e conservação, e, ao longo dos anos, essas políticas vêm sendo elaboradas para esses fins. A gestão ambiental associa as ações humanas sobre o ambiente e tenciona conservar a natureza, atuação fundamental para a manutenção e equilíbrio de um patrimônio natural.

No Maranhão, o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses (PNLM) apresenta relevante configuração paisagística, então a prática turística na região, é constante. Sabe-se que a gestão do ambiente aplicada aos processos de planejamento e controle, visa o monitoramento da natureza e uma relação mais harmônica entre homem e meio ambiente.

A questão norteadora do trabalho é entender como ocorre o processo de visitação em uma Unidade de Conservação de proteção integral. Para tanto, o trabalho objetiva analisar o processo de visitação em Unidades de Conservação, tendo como elemento investigativo o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, alvo do turismo mundial. Como dados relevantes, de acordo com o Ministério do Turismo (2018) o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, contabilizou cerca de 107 mil visitantes ao longo de 2018, o equivalente a 46% a mais que os 73 mil registrados no ano anterior.

Tendo como um dos propósitos a preservação de áreas naturais, a gestão do ambiente caracteriza-se pelo gerenciamento dos recursos pertencentes à sociedade, com aquilo que lhe é de direito, evitando ao máximo degradá-lo, mantendo a continuidade das espécies e da biodiversidade. Essa gestão implica em ligar as atividades humanas a um hábito de consumo e sensibilização ambiental, através de políticas, estratégias, planejamentos de obras de preservação. Para Barbieri (2011) a gestão ambiental é possuidora de diretrizes e outras atividades administrativas que envolvam planejamento e controle, com o intuito de obter efeitos positivos sobre o meio ambiente, sejam ações preventivas ou corretivas.

Desse modo, mostra-se relacionada à responsabilidade social, mas principalmente ao poder

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – UFMA. Bacharela em Administração pela UEMA e Membro do Grupo de Pesquisas em Patrimônio Cultural – GEPPaC. susanne.azevedo1@gmail.com.

2 Doutora em Linguística pela UNESP. Docente do Departamento de Turismo e Hotelaria e Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Patrimônio Cultural – GEPPaC. kdguedes@yahoo.com.br.

3 Doutora em Linguística pela UNESP. Docente do Departamento de Turismo e Hotelaria – Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente. zelis.camara@hotmail.com.

público, cujas práticas e métodos administrativos tendem amenizar o impacto ambiental de diferentes atividades na natureza. Assim se posiciona Rua (2009), as políticas públicas, portanto se utilizam de procedimentos expressos por relações de poder relacionados a decisões públicas coletivas.

No Brasil, dentre outros marcos regulamentários para o meio ambiente, destaca-se o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), instituído pela Lei 9.985 de 2000. Essa lei estabelece que as Unidades de Conservação (UC) são áreas de preservação e conservação da natureza, que atuam como fins de manutenção ecológica, preservação das espécies e aspectos socioculturais das comunidades envolvidas, contribuindo diretamente para o desenvolvimento sustentável.

Os Parques Nacionais são UC's de Proteção Integral, que tem como objetivo básico, de acordo com o Artigo 11 da Lei do SNUC, "preservação de ecossistemas naturais, possibilitando a realização de pesquisas científicas e atividades de educação e interpretação ambiental, recreação em contato com a natureza e turismo ecológico" (BRASIL, 2000). A gestão dessas áreas, quando federais, cabe ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), vinculado ao Ministério do Meio Ambiente.

Essa classificação admite apenas o uso indireto dos recursos existentes em um parque e em consonância ao que é estabelecido em lei, por meio do plano de manejo, são áreas de lazer, recreativas, educativas que proporcionam oportunidade de conhecimento e valorização do patrimônio, através de seus recursos naturais e culturais.

Tendo o entendimento de que as Unidades de Conservação são áreas naturais sob regime especial de administração, criadas legalmente pelo poder público, a prática da visitação requer cuidados criteriosos que sejam compatíveis com os objetivos estabelecidos pelo SNUC ou com o Plano de Manejo da unidade, sendo este último, a principal ferramenta de gestão dessas unidades, um documento que contém todas as suas normas e objetivos.

METODOLOGIA

Este trabalho apresenta uma pesquisa qualitativa, documental e do tipo descritiva. O método investigativo ocorreu em campo. Em um primeiro momento foi necessário ir à cidade de Barreirinhas – MA, principal portão de entrada do Parque, para analisar como ocorre o processo de visitação naquela unidade de conservação. O eixo turístico compreende tanto a cidade supracitada quanto demais áreas do entorno do parque. Entretanto, para esta pesquisa, o foco concentrou-se apenas na região interna do parque, região esta, cuja gestão é de responsabilidade do ICMBio (Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade), portanto, uma unidade de conservação federal.

Para a coleta de dados foi utilizada a técnica da observação não participante, a fim de compreender através da atuação dos condutores do turismo e visitantes, como ocorre o processo de visitação no campo de estudo e conhecer também a experiência abordada na temática.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Para adentrar no roteiro turístico que leva ao Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, o processo inicia-se a partir da cidade de Barreirinhas – MA. É um município que serve como ponto de apoio aos turistas que vão em busca do Parque Nacional dos Lençóis, logo se vê a influência do mesmo na atividade do turismo (RAMOS, 2008).

O meio de transporte utilizado para essa atividade são os veículos 4x4 traçados, já que boa parte do território é cercado por dunas, além de que é o único veículo que leva o visitante até o campo de dunas, ao Parque dos Lençóis.

Os condutores desses veículos recebem autorização do Instituto Chico Mendes (ICMBio), logo após é expedido um crachá significando a autorização para circular no parque e uma identificação do veículo utilizado. No instituto são cadastrados tanto os veículos quanto os motoristas, sendo que cada um tem uma codificação que permite que estes tenham livre acesso ao Parque dos Lençóis. Não é admitido o transporte de visitante por veículos particulares, somente os credenciados. Essas codificações servem como forma de controle do ICMBio em relação ao número de visitas e controle da quantidade de pessoas que entram no parque.

Para a entrada no parque, ainda não há cobrança de ingresso, atualmente está sendo utilizada a distribuição de vouchers por pessoa para a entrada como meio fiscalizador e para a contagem do quantitativo de visitantes.

Os guias de turismo são bastante enfáticos em relação à sensibilização dos visitantes para a preservação do ambiente, além de ressaltar a proibição de levar bebidas alcoólicas e outras drogas ilícitas para a visita. Os veículos com os turistas vão até uma parte restrita do parque, onde há um trecho para estacionamento dos carros, os motoristas não podem avançar para as dunas. Essas determinações bem como os usos e a forma de manejo dos recursos naturais ali existentes estão previstas no plano de manejo dessa Unidade de Conservação. Cabe ao ICMBio a fiscalização efetiva da área. A visita ao campo de dunas e lagoas é realizada a pé, onde as pessoas sobem e descem pelos lagos e dunas, nos distintos circuitos permitidos pela gestão da unidade.

Há muitas pesquisas a respeito das relações entre comunidade e turismo na região e observou-se que por muito tempo o turismo na área ocorria de forma muito desordenada e que a atuação da gestão vem cumprindo seu papel de forma corretiva. O que foi relatado corresponde ao que foi estabelecido pelos regulamentos (decretos, instruções normativas, portarias) do ICMBio.

O plano de manejo e especificamente a Portaria nº 199/2017 de 18 de maio de 2017, expedida pelo presidente do ICMBio, adequou mais as regras de visita no interior do parque, condicionando os condutores e visitantes a algumas limitações e restringindo algumas atividades. De acordo com o próprio instituto, as atividades que ali podem ser executadas são as caminhadas, observação da natureza, algumas atividades recreativas e de lazer nas áreas abertas à visita, dentre outras. Essas medidas são ferramentas de gestão assim defendidas por Barbieri (2011), em que se faz necessário “impedir a degradação

ambiental por meio de poder de polícia, incluindo medidas administrativas e judiciais” (BARBIERI, 2011, p.80).

Observa-se que o processo de visitação na unidade de estudo é condicionado ao órgão gestor e de responsabilidade compartilhada com o direito ambiental. E em relação aos visitantes e a comunidade local, se trata de um processo contínuo de educação e conscientização ambiental.

REFERÊNCIAS

BARBIERI, José Carlos. Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos. 3. ed. atual. ampl. São Paulo: Saraiva, 2011.

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 10 jul. 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Diretrizes para visitação em unidades de conservação. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2006. (Série Áreas Protegidas; 3).

_____. Ministério do Turismo. Parques nacionais registram recorde de visitação. 2018. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/component/content/article.html> > Acesso em: 09 jul. 2019.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes Biodiversidade e Conservação. Visitação. 2019. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/o-que-fazemos/visitacao.html>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

ICMBIO. Instituto Chico Mendes Biodiversidade e Conservação. Guia do Visitante. 2019. Disponível em: < <http://www.icmbio.gov.br/parnalencoismaranhenses/guia-do-visitante.html>>. Acesso em: 09 jul. 2019.

RAMOS, Baial. História de Barreirinhas: portal dos Lençóis Maranhenses. São Luis, 2008.

RUA, Maria das Graças. Políticas públicas. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração; UFSC; CAPES; UAB, 2009.

A VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM LACUSTRE PELO TURISMO: Um estudo comparativo entre a Laguna dos Patos, no Brasil e o Lago de Aiguebelette, na França.

Laura Rudzewicz¹

Antonio Carlos Castrogiovanni²

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda a interação entre os temas água, paisagem e patrimônio para refletir o turismo enquanto prática social que articula natureza e cultura nos territórios onde se insere, questionando o papel das paisagens lacustres nas políticas públicas.

O Turismo é entendido como um fenômeno sociocultural que se revela, na atualidade, pelas suas realidades multidimensionais e multiescalares, trazendo problemas transversais que desafiam as ciências humanas e sociais. Nesse contexto, busca-se contribuir à construção de um diálogo interdisciplinar entre a Geografia e o Turismo, a partir da água como um tema transversal e multidimensional, estreitamente relacionado com a paisagem e o patrimônio (NOGUÉ; PUIGBERT; BRETCHA, 2016). A água, elemento motivador de diversas práticas sociais, vincula-se também à história do Turismo, cujas origens remetem às novas relações das sociedades com a água e dos cuidados com o corpo, fazendo surgir as primeiras estações termais (SACAREAU; STOCK, 2003). Depois, com a invenção das praias marítimas (CORBIN, 1988), seguido das praias lacustres (VERNEX, 1996a) e fluviais (GRAVARI-BARBAS; JACQUOT, 2016), as quais motivam deslocamentos humanos para fins de turismo, lazer, saúde, esportes e cultura. Entretanto, os encontros contemporâneos das sociedades com essas paisagens de água, pelo prisma do Turismo, são ainda pouco investigados.

Segundo Berque (1990; 2009), a paisagem é entendida como um processo trajetivo que se revela, simultaneamente, nas substâncias materiais e visíveis e nas relações imateriais e invisíveis, sob o qual indivíduos e sociedades dão sentido ao espaço vivido. Apreendida por meio das percepções, sensações, significações e representações, individuais e coletivas, a paisagem mobiliza a (re)conciliação entre sujeito e objeto, subjetivo e objetivo, físico e fenomenal, ecológico e simbólico, material e imaterial.

A paisagem como patrimônio remete a um sentido amplo desse termo, ultrapassando a dicotomia patrimônio natural-cultural, sendo compreendida como “[...] objeto de conservação cujo foco de proteção é sua significância e seus conjuntos de valores,

1 Professora Adjunta da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Doutora em Geografia (UFRGS), Mestre em Turismo (UCS), Especialista em Manejo de Recursos Hídricos (UCS) e Bacharel em Turismo (PUCRS). Em 2017, realizou período de doutorado sanduíche no Laboratório EDYTEM, Universidade Savoie Mont Blanc, França (CAPES/PDSE - Processo n. 88881.133299/2016-01). Colabora com os grupos de pesquisa Turismo, Planejamento Participativo e Educação (UFRGS) e Laboratório da Paisagem (PAGUS/UFRGS). E-mail: laurarud@ufpel.edu.br

2 Professor Associado da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Adjunto da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Atua como professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFRGS. Doutor em Comunicação Social (PUCRS), Mestre e Especialista em Educação (UFRGS) e Bacharel em Geografia (UFRGS). Coordena o grupo de pesquisa Turismo, Planejamento Participativo e Educação (UFRGS). E-mail: castroge@ig.com.br

materiais e imateriais, que lhe são atribuídos e reconhecidos intersubjetivamente pelos grupos humanos que com ela interagem.” (BEZERRA; MELO, 2014, p. 105).

No que concerne aos espaços lacustres, hoje são objeto de investigação científica não apenas pelas suas propriedades físicas e naturais, mas sob o ponto de vista do patrimônio paisagístico e das formas de apropriação e uso das margens, como nos lagos alpinos franceses (VERNEX, 1996a; 1996b; MONTUELLE; CLEMENS, 2015; NIKOLLI, 2018). A problemática de uma crescente reivindicação social e política pelo uso dos lagos, lagoas e outros corpos hídricos para fins de turismo e lazer é verificada em distintas escalas, porém assume contornos específicos conforme os contextos socioculturais e as normativas legais no território. Então, de que maneira a paisagem lacustre tem sido considerada no âmbito das políticas públicas de turismo?

A partir da noção de paisagem, busca-se refletir sobre a valorização do patrimônio paisagístico lacustre pelas sociedades contemporâneas através da perspectiva do turismo, tratando de identificar os principais desafios atuais às políticas públicas, na escala local e regional. Através de um estudo comparativo entre duas áreas, retomam-se resultados da pesquisa de doutorado sobre a Laguna dos Patos, localizada na Planície Costeira do Rio Grande do Sul, Brasil (RUDZEWICZ, 2018), e da pesquisa de doutorado sanduíche, sobre o lago alpino de Aiguebelette, na Região Turística Savoie Mont Blanc, na França.

METODOLOGIA

A pesquisa caracteriza-se pela abordagem qualitativa (FLICK, 2009), de perspectiva indutiva (GIBBS, 2009), pelo diálogo com a realidade local e temporalmente situada. A área de estudo da Laguna dos Patos³, no Rio Grande do Sul, Brasil, refere-se ao recorte espacial relativo à quatro municípios (São Lourenço do Sul, Pelotas, Rio Grande e São José do Norte), situados ao sul desse corpo hídrico, onde os dados foram coletados entre os anos 2016-2017 (RUDZEWICZ, 2018). No caso francês, a coleta de dados ocorreu em 2017, englobando todas as cinco municipalidades do entorno do Lago de Aiguebelette,⁴ sendo este apenas um dos lagos da região turística Savoie Mont Blanc.

As técnicas de pesquisa adotadas foram a observação não participante, voltada para as práticas e espaços investidos pelo turismo, e a entrevista-episódica (FLICK, 2009), com dois tipos de público: 1) sujeitos-chave selecionados por meio da amostragem teórica - representantes do setor público, privado, terceiro setor e pesquisadores; e 2) usuários - turistas e residentes, selecionados por meio da amostragem intencional por conveniência (FLICK, 2009). Com este tipo de entrevista, tratou-se de incentivar a narrativa de experiências significativas e a exposição dos conhecimentos cotidianos associados às paisagens lacustres. Foi conduzida de forma semipadronizada, por meio de uma guia de

3 A Laguna dos Patos é o sistema lagunar mais extenso da América do Sul, com aproximadamente 10.000 km² de superfície, 240 km de comprimento e 40 km de largura máxima, com profundidade média de 6m (TOLDO JÚNIOR et. al., 2006). Os quatro municípios selecionados correspondem a 61,5% da população total dos 14 municípios que se situam às margens da Laguna dos Patos (IBGE, 2018).

4 O Lago de Aiguebelette é considerado o quarto grande lago natural alpino da França (os demais são Léman, Le Bourget e Annecy) com superfície de 5,4 km², 4,2 km de comprimento e 2,8 km de largura, tem profundidade máxima de 71m e média de 30m, à uma altitude de 375 m (MONTUELLE; CLÉMENS, 2015). As cinco municipalidades que estão às margens do lago são: Nances, Novalaise, Saint-Alban de Montbel, Aiguebelette-le-lac e Lépin-le-lac.

entrevista, realizando-se o registro sonoro para posterior transcrição do conteúdo. Foram analisados os textos referentes à 40 entrevistas no caso brasileiro, e 18 no caso francês, sendo os resultados analisados a partir do procedimento da codificação temática (FLICK, 2009; GIBBS, 2009), com o uso dos softwares NVIVO 11 Pro e Sonal versão 2.0.77. A interpretação dos dados se deu pela triangulação entre os dados e os casos selecionados, buscando-se aproximações e divergências quanto a valorização do patrimônio paisagístico lacustre e os desafios atuais às políticas públicas de turismo.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir das narrativas dos sujeitos sobre as experiências relacionadas às paisagens lacustres, é possível considerar que, em ambos os casos, a paisagem é frequentemente percebida, sentida e representada de maneira integral, ao conjugar, simultaneamente, natureza e cultura, conforme sugere Berque (1990; 2009). Os relatos revelam uma grande diversidade de substâncias e relações, materiais e imateriais, compondo uma trama de valores patrimoniais associados à essas paisagens lacustres: estéticos, naturais, históricos, simbólicos, de uso social e produtivos (NOGUÉ; SALA; GRAU, 2016).

No caso francês, as paisagens lacustres têm recebido grande destaque nas estratégias de valorização dos territórios alpinos, adquirindo papel central na promoção turística regional desde 2014, a partir da campanha institucional “Os quatro grandes lagos de Savoie Mont Blanc” (SAVOIE MONT BLANC, 2019). Enquanto no caso brasileiro, as realidades são distintas em cada município: para alguns, as paisagens lacustres são elemento central na composição do destino turístico (ex: a imagem de São Lourenço do Sul é pautada na expressão “Terra de todas as paisagens”, onde a Laguna dos Patos é reconhecida como elemento importante); em outros, as paisagens lacustres aparecem como complementares na oferta turística (ex: Pelotas, que tem imagem turística prioritariamente forjada no patrimônio edificado e na tradição doceira, onde as praias lacustres e os ecossistemas associados são considerados atrativos turísticos periféricos).

No Lago de Aiguebelette, o turismo é atualmente uma das principais funções do território, e o uso da água é compartilhado com a geração de energia hidrelétrica, a captação de água para consumo humano, a pesca, a agricultura, o esporte náutico, o lazer e a proteção dos ambientes úmidos. Com isso, surgem conflitos entre as diversas práticas sociais que atuam nessas paisagens, o que pode ser identificado pela existência de um regramento dos usos e práticas do lago, que se torna cada vez mais estrito. Na década de 1970, após a abertura da estrada que ligava dois grandes centros urbanos próximos (Lyon – Chambéry), houve incremento da especulação para a instalação de projetos urbanísticos e turísticos, gerando uma mobilização social pela preservação do sítio natural, o que resultou na criação de um organismo local, responsável pela política de planejamento territorial e turístico. Com isso, já em 1976 foram implementadas restrições à aquisição de terrenos e construções no entorno do lago e a proibição de uso de embarcações à motor térmico (MONTUELLE; CLEMENS, 2015). Esses desdobramentos contribuíram com a construção mais recente da

imagem de um destino de ecoturismo, onde são valorizadas as práticas turísticas em contato com a natureza. Enquanto isso, em outros lagos dessa região, o uso de embarcações a motor mostra-se um conflito crescente, diante da ascensão das práticas esportivas aquáticas, gerando impactos no ambiente físico e na própria experiência recreativa, balneária ou esportiva (VERNEX, 1996b).

Alguns dos desafios atuais às políticas públicas de turismo em Aiguebelette voltam-se para a resolução de conflitos entre os diversos usos da água e do entorno do lago, bem como o gerenciamento da capacidade de carga de visitantes, diante da superconcentração nos finais de semana e feriados, no verão. Uma das preocupações dos operadores locais é com a diversificação da oferta turística, objetivando uma melhor distribuição da demanda pelo território, tratando de aliviar a pressão do uso concentrado nas margens. As iniciativas têm se voltado para a oferta de práticas turísticas e de lazer multisazonais, propondo experiências que mesclam natureza e esportes (ciclismo, caminhadas, remo, stand up paddle, etc), promovendo a valorização do lago através de sua conectividade com as áreas naturais protegidas do entorno.

Já nos municípios da Laguna dos Patos, o turismo não é função prioritária do território, o que repercute nas políticas públicas deficitárias. Apesar dessa região turística denominar-se “Costa Doce”, tratando de valorizar as relações socioculturais, históricas e ambientais dessa região “tocada pela imensidão das águas lagunares e pela costa oceânica” (SEDACTEL, 2019), as paisagens lacustres permanecem ainda invisibilizadas, em detrimento da histórica valorização e ocupação das praias oceânicas do estado. As narrativas dos sujeitos revelam identidades, diversidades e especificidades locais e regionais vinculadas à presença da Laguna dos Patos e demais corpos hídricos, e sua relação com o espaço vivido; porém, os entrevistados manifestam a ausência de reconhecimento social e político do patrimônio associado às águas interiores.

Enquanto essas paisagens lacustres sul-riograndense estão, prioritariamente, associadas às funções portuárias, pesqueiras, industriais e agrícolas, é a falta de balneabilidade que aparece como uma das questões mais preocupantes às políticas públicas de turismo. Como cita Gravari-Barbas e Jacquot (2016), o desenvolvimento das práticas recreativas em espaços de águas é condicionado pelo desafio da qualidade ambiental. A expansão dos esportes náuticos nessa área de estudo pode ser evidenciada pela abertura de novos clubes, escolas e lojas de equipamentos nos últimos anos, instigando novas reflexões no âmbito social e político sobre as formas de apropriação e uso da orla lacustre. Outro aspecto é a crescente pressão urbanística e imobiliária nas proximidades dos corpos hídricos, evidenciando um novo olhar sobre essas paisagens como espaços prioritários para as práticas de turismo e de lazer.

Por fim, compreende-se a importância do estudo da paisagem na interface entre a Geografia e o Turismo, oferecendo aporte metodológico para refletir as (re)composições contemporâneas entre natureza e cultura, a partir dos sujeitos e das práticas turísticas e não turísticas que coabitam nesses espaços relacionados à água. A interação entre os

temas propostos trouxe possibilidades de refletir uma série de desafios quanto às políticas públicas de turismo, diante do interesse crescente das sociedades pelas práticas vinculadas às paisagens de água, reivindicando o direito de acesso e uso das margens, e a manutenção dos múltiplos valores associados à essas paisagens.

REFERÊNCIAS

- BERQUE, A. El pensamiento paisajero. Madrid: Editorial Biblioteca Nueva, 2009.
- BERQUE, A. Médiance: de milieux en paysages. Montpellier: Reclus Maison de la Géographie, 1990.
- BEZERRA, O. G.; MELO, V. L. M. de O. Valores da paisagem: os significados dos rios e manguezais da cidade do Recife. Paisagem Ambiente: ensaios, São Paulo, n. 34, p. 93-106, 2014.
- CORBIN, A. Le territoire du vide: l'occident et le désir du rivage. Paris: Flammarion, 1988.
- FLICK, U. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- Gibbs, G. Análise de dados qualitativos. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- GRAVARI-BARBAS, M.; JACQUOT, S. Les espaces fluviaux des métropoles européennes. Perspectives de (re)conquête à des fins récréatives. Espaces, n° 333, p. 20 – 25, nov./dec. 2016.
- MONTUELLE, B.; CLÉMENS, A. (Direc.) Le tour des grands lacs alpins naturels en 80 questions. Lyon: Observatoire des lacs alpins –OLA, Zone Atelier Bassin du Rhône, Graie, 2015.
- NIKOLLI, A. Les rives lacustres comme espaces publics: essai de cartographie. L'exemple du lac d'Annecy. Mappemonde, n. 123, 02/2018, p. 1 – 21. Disponível em : <<http://mappemonde.mgm.fr/123as2/>>. Acesso em: 16 out. 2017.
- NOGUÉ, J. PUIGBERT, L. BRETCHA, G. (eds.). Paisatge, patrimoni i aigua: La memòria del territori. Olot: Observatori del Paisatge de Catalunya, Barcelona: ATLL, 2016.
- NOGUÉ, J. SALA, P.; GRAU, J. The landscape catalogues of Catalonia, Methodology. Olot: Landscape Observatory of Catalonia Barcelona: ATLL, 2016. Documents 03.
- RUDZEWICZ, L. Paisagens lacustres e práticas turísticas: “com os pés na água” ou “de costas para a água”? O caso da Laguna dos Patos, Rio Grande do Sul, Brasil. 2018. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) – PPG em Geografia – Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, 2018.
- SACAREAU, I. ; STOCK, M. Qu'est-ce que le tourisme? In: STOCK, M. (coord.). Le Tourisme: acteurs, lieux et enjeux. Paris: Belin, 2003. p. 7- 32.
- SAVOIE MONT BLANC. Les quatre grands lacs de Savoie Mont Blanc. Disponível em: <<https://www.savoie-mont-blanc.com/Decouvrir/Les-quatre-grands-lacs-de-Savoie-Mont-Blanc>>. Acesso em: 12 jul. 2019.
- SEDACTEL, Secretaria de Estado da Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Regiões Turísticas. Região Costa Doce. Disponível em: <<https://www.turismo.rs.gov.br/regiao/43/>>

regiao-costa-doce#sobre>. Acesso em 12 jul. 2019.

TOLDO JÚNIOR, E. E.; et. al. Sedimentação de longo e curto período na Lagoa dos Patos, sul do Brasil. Pesquisas em Geociências, Porto Alegre, 33 (2), p. 79-86, 2006.

VERNEX J. C. Histoire des bains: cent ans de baignades dans nos lacs. Léman, Annecy, Bourget. Genève : Junod, 1996a. 126 p.

VERNEX J.-C. Les lacs alpins, espaces saturés ? Pour une approche subjective de la densité. Méditerranée, vol. 84, n°3, p. 35-36, 1996b.

NAS TRILHAS DO PASSADO: São Cristóvão arqueológico - Uma análise para práticas turísticas.

Laura Almeida de Calasans Alves
Ton Ferreira¹

INTRODUÇÃO

As escavações arqueológicas permitem uma articulação entre passado e presente das cidades, permitindo a configuração de novos cenários urbanos e turísticos que dinamizem ações que favoreçam integrar a população, em uma proposta de reorganização espacial, fomentando a cultura e economia local. São Cristóvão/SE, configura-se dentro desta proposta, seu valor, atribuído ao patrimônio arqueológico e histórico, induz propostas de interpretação de seus bens culturais, auferindo recursos que buscam conservação e proteção do espaço urbano para fins turísticos.

Destarte analisar somente este contexto histórico, limita a potencialidade identitária local, não somente para desenvolvimento de práticas turísticas, mas para a ratificação de sua história, faz-se necessário analisar todo o contexto arqueológico em que a cidade está inserida, partindo das pesquisas e escavações, que agregam um vasto acervo de cultura material, o que poderia contar melhor a história da cidade, mas este lado da sua história não vem sendo incluído nas ações de políticas públicas que conduzem o desenvolvimento turístico da cidade.

Neste sentido, a presente análise tem como objetivo averiguar a viabilidade da construção de cenários arqueológicos para práticas turísticas em São Cristóvão, utilizando com referências os estudos de caso da cidade histórica, buscando entender suas especificidades e necessidade de mudanças nas intervenções vindouras. Para tal, se utilizou o Sítio Arqueológico Praça São Francisco, intitulado Patrimônio da Humanidade, para compor o cenário deste estudo.

METODOLOGIA

A análise propôs uma metodologia de construção de cenários equânime as suas dimensões e variáveis, caracterizada por Godet (2008) como uma ferramenta que auxilia no planejamento e definição de estratégias na elaboração e políticas públicas, projetos e programas, concernem na possibilidade de traçar parceria e promover o turismo local. A elaboração se deu através de três etapas: construção de base analítica e histórica; exploração do campo e suas evoluções e elaboração e apresentação do cenário. Nesta etapa final se utilizou uma abordagem teórica da arqueologia histórica e urbana através da disposição dos objetos matérias e das práticas sociais que possibilitam entender o sentido

¹ Professor Adjunto do Departamento de Arqueologia da Universidade Federal de Sergipe - UFS. Historiador, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Doutor em Arqueologia pela Universidade Autônoma de Madri – UAM e Pós-Doutorado junto ao SECYR - UAM. Coordenador do Grupo de Pesquisa Arqueologia do Mundo Atlântico – AMA e coordenador do Laboratório de Arqueologia da Arquitetura e da Cidade – LABAAC.

da sua ordenação espacial. Para compor e propor o roteiro turístico interpretativo, buscou na metodologia de coleta de dados proposto por Pardi (2007) uma proposta de gerir o patrimônio.

RESULTADO E DISCUSSÕES – SÃO CRISTÓVÃO ARQUEOLÓGICA

Para entendimento de como surge uma cidade histórica é preciso buscar no seu contexto histórico e as motivações ocorridas durante sua construção, ou sua reconstrução. É importante considerar a descrição populacional e todo seu entorno para uma melhor compreensão do significado de seus monumentos, edificações e modos de pensar e viver. Segundo Nunes (2000), esse contexto histórico marca a formação da Capitania de Sergipe Del Rei (1534-1590) dando início à história da quarta cidade mais antiga do Brasil, através das batalhas e lutas, mudanças geográficas as quais foram incorporadas à sua história e à independência de Sergipe.

A cidade possui em seu histórico três localizações, sendo a terceira São Cristóvão, segundo Santos (2011), definitiva caracterizada em formato de tabuleiros com altitudes variando entre 30 e 100 metros, com vales abertos, colinas convexas e declinada para o litoral. O autor relata que a nova São Cristóvão foi erguida distante do mar, mas no alto de colinas que facilitasse conter outras invasões e ataques, uma forma estratégica que até os tempos atuais é possível ter uma visão total da cidade e do mar.

O processo de urbanização ou reconstrução da cidade se delineou seguindo um padrão das cidades coloniais, dividida em Cidade-Alta, onde se concentrava o alto poder político e administrativo e casa das famílias mais ricas e a Cidade-Baixa, onde funcionava o comércio local.

O cenário encontrado traz as mudanças ocorridas em São Cristóvão, deixam para trás parte de sua história, mas traz vestígios dessas transformações de renovação urbana através desses vestígios isolados, traço marcante dos estudos de arqueologia urbana no Brasil. Alguns desses estudos foram realizados como medida mitigadora dos impactos do processo de urbanização e destruição dos sítios, mesmo que esses não tenham sido escavados. Vale a pena ressaltar que a arqueologia não é só escavação. Segundo Vogel e Mello (1984), a arqueologia pode representar sistemas de relações que seguem a lógica operativa e simbólica dos espaços, elementos, conjuntos e equipamentos urbanos, como é o caso de São Cristóvão.

As marcas materiais dessa relação complexa estão presentes em todo contexto das intervenções que as cidades sofreram ao longo da história, as casas, ruas, copos, pratos, materiais de higiene, perfumes, bebidas, cemitérios, grafites e pichações são elementos que compõem a cultura material espalhada pela cidade. É nesse contexto que a arqueologia se apropria e estuda o mundo urbano, criando o cenário perfeito para contemplação do passado. E porque a arqueologia se propõe a contar a história da cidade? Porque entende-se esse espaço como um laboratório adequado para a análise das mudanças da vida cotidiana e entendimento do modo dos grupos que habitavam a região, compreendendo suas relações ambientais e socioculturais.

Para Santos (2011), as primeiras intervenções foram realizadas na praça da matriz, pois esse incurso etnográfico pelas ruas e vivências na parte central da cidade propõe uma forma de redescoberta do ambiente que remetia a memória de um passado destruído.

A Igreja da Matriz, conhecida como Nossa Senhora Vitória, corresponde a esse símbolo do espaço urbano, assim como a Santa Casa de Misericórdia e o Convento Franciscano, apontam que grande parte dessas construções são marcadas pelo valor religioso por causa do passado da sua colonização, marcadas pelo preciosismo e cultismo do estilo barroco neoclássico.

Segundo Brito (2015), as ruas estreitas entre os casarios do século XVII formaram um conjunto arquitetônico do São Francisco e do Carmo, as igrejas Vitória e Rosário dos Homens Pretos e Amparo dos Homens Pardos. Conforme deslustra a figura abaixo, o autor aponta para a influência portuguesa complementados pelo Convento de Santa Cruz, Museu de Arte Sacra (antiga capela da Terceira Ordem), Lar da Imaculada da Conceição (antiga Casa de Misericórdia, Museu Histórico de Sergipe e Antigo Palácio dos Governadores). A cidade possui hoje cadastrados pelo IPHAN/SE 13 sítios arqueológicos, sendo sete sítios históricos e seis pré-coloniais.

Dentre os sítios analisados para compor o cenário neste estudo, escolhemos o sítio arqueológico histórico Praça São Francisco. A escolha partiu das variáveis de acessibilidade, valor histórico-cultural, a propriedade de terra (pois seis desses sítios encontram-se em propriedade particular e parte da materialidade encontrada está arquivada na casa do IPHAN/SE em São Cristóvão) além da própria vocação para o turismo.

Como marco central para desenvolver as práticas arqueoturísticas, foi inserido o Cristo Redentor, um dos monumentos mais antigos, responsável pela vista aérea da cidade, onde é possível a compreensão da organização espacial e funcional desse sítio urbano.

O pluralismo encontrado contribui na formação das narrativas que ajudaram a compor o roteiro através de registros das escavações e bases teóricas da arqueologia histórica e urbana ou até trazendo importantes traços e teorias da arqueologia da restauração, incorporados na arquitetura urbana da cidade.

CONCLUSÃO

A arqueologia tem uma responsabilidade de trazer ao conhecimento público a cultura material. Mas como isso poderia ser definido na prática em espaços urbanizados? Em proposta do entendimento de como poderíamos definir o turismo arqueológico em São Cristóvão, é preciso ter em mente os instrumentos de tomada de decisão. Neste caso, a apresentação de um instrumento que possa viabilizar esse diálogo entre os materiais coletados e seu contexto social condiz com primeira construção prática através da identificação da vocação de narrativas que comecem a propor diálogos. O produto deste estudo foi a apresentação de um roteiro de turismo arqueológico, integrado, interpretativo, sustentado e participativo.

O roteiro contemplou as edificações históricas que compõem a Praça São Francisco, além do Cruzeiro, por ser o marco das pesquisas arqueológicas para validação do título patrimônio da humanidade. Seguido da apreciação da construção e aspectos de restauro da Igreja e Convento de Santa Cruz, do relato do contexto Histórico e Arqueológico Igreja e Casa de Misericórdia, antiga casa dos enfermos e excluídos, visita e contexto arqueológico do Museu Histórico de Sergipe e apresentação das exposições arqueológicas no escritório técnico do Iphan, apresentação do contexto arqueológico da “Casa da Separada”, finalizando no Casário Colonial.

Há uma premissa de que falta uma consolidação de identidade cultural, que possa haver relação com sistema educacional no país, que desvaloriza o contexto cultural. Um grupo social só se apropria do patrimônio como parte do meio ambiente e paisagem da cidade a partir de operações de resgate e ações de conservação contínuas, e tal prerrogativa está relacionada as experiências vivenciadas, a manutenção de suas histórias dando voz mais ativa a comunidade. Devemos prestar atenção aos sinais da leitura que a herança de vida é carregada por um morador.

Os resultados elucidaram os órgãos públicos e privados locais para questões à conservação e preservação dos bens patrimoniais arqueológicos, e sua utilização para o turismo, através de um diagnóstico que apresentou problemáticas do mal-uso do patrimônio, desde a mercantilização do patrimônio pelo turismo, a ausência de pertencimento patrimonial por parte da comunidade, a falta de modelos de roteiros estruturados para uso turístico em sítios arqueológicos, dentre outros.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRITO, P. Arquitetura e Urbanismo do Período Colonial na Cidade de Pedro II. (PI). Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, 2015.
- GODET, M. DURANCE, P. DIAS, Júlio. A prospectiva estratégica para as empresas e os territórios. IEESF: Lisboa, 2008.
- NUNES, Maria Thetis. Sergipe Colonial I. 2ª ed. São Cristóvão: Editora UFS; Aracaju: Fundação Oviêdo Teixeira, 2006, 350 p. N.
- PARDI, Maria Lúcia Franco. A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Patrimônio arqueológico: o desafio da preservação, Brasília: IPHAN, n. 33, p. 305-337, 2007.
- SANTOS, J. F. La Búsqueda de Bases Metodológicas intervención Arqueológica en la Restauración Arquitectónica – El Caso Brasil. TESIS DOCTORAL POR EL UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE MADRID, 2011.
- VOGEL, Arno, MELLO, Marco Antonio da Silva, SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos et al. Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em centro de bairro. 3. ed. Rio de Janeiro: IBAM / FINEP / Ed. Projeto, 1985.

COMUNIDADE DO CAJUEIRO VERSUS PORTO SÃO LUÍS:

A carência de políticas públicas de turismo sustentável frente à expansão da capital maranhense.

Alexandre Moura Lima Neto¹
Klautenys Dellene Guedes Cutrim²
Rosélis de Jesus Barbosa Câmara³

INTRODUÇÃO

Com as mudanças de perspectivas no período de redemocratização do país, que teve como marco, aquelas incorporadas pela Constituição Federal de 1988, pode-se mencionar, especialmente, a proteção, conservação e salvaguarda do patrimônio natural e cultural no Brasil. Além disso, houve a implementação de políticas públicas mais democráticas, voltadas inclusive ao turismo, como o reconhecimento dos bens referenciais de matrizes afrodescendentes, demonstrando, a relevância da temática e atenção especial a ela dispensada pela CF/88, ao tratar dos povos e comunidades tradicionais.

Com isso, as políticas públicas de preservação do patrimônio cultural relacionadas a esses povos e comunidades surgiram como um campo de estudo de grande interesse, tendo como parâmetros a corresponsabilidade do cidadão e da sociedade, concebendo a ação compartilhada como umas das grandes conquistas do século XX.

Nessa perspectiva, objetiva-se analisar o lugar da Comunidade do Cajueiro, situada na zona rural de São Luís e às margens da Baía de São Marcos, no processo de expansão da capital maranhense, a partir da implementação do Porto São Luís pelos chineses, observando, de forma interdisciplinar, as garantias civis de seus moradores e seu patrimônio sociocultural, concebendo-a, historicamente, como área de quilombo, e que apresenta potencial turístico e carece de políticas públicas básicas (de infraestrutura, preservação de memória e identidade, etc) que atendam àquela população.

Pretende-se demonstrar, a dinâmica histórico-social de São Luís e de que forma a Comunidade do Cajueiro pode ser concebida como espaço patrimonial de herança afro, bem como de que forma a intervenção na paisagem da localidade com a implementação do Porto, implicará na interação entre as comunidades tradicionais e a população em geral. Perpassa-se por questões políticas, econômicas, socioculturais, ambientais e éticas contrastadas com a implementação do terminal portuário privado no Cajueiro.

Propõe-se, ainda, analisar, interdisciplinarmente, as dinâmicas das relações entre patrimônio

1 Mestrando em Cultura e Sociedade – UFMA. Professor do Instituto Maranhense de Ensino e Cultura - IMEC. Membro do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural – UFMA/CNPq.

2 Professora Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). É professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da UFMA e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA), na Linha de Pesquisa Cultura, Educação e Tecnologia.

3 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Professora Associado I da Universidade Federal do Maranhão. Pesquisadora Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Turismo e Meio Ambiente - UFMA. Coordena o Projeto de Ensino Gestão Ambiental e Turismo.

cultural e natural, de modo que a referida pesquisa possa contribuir com discussões para a elaboração de políticas públicas socioculturais voltadas para os povos tradicionais, inclusive remanescentes quilombolas da Comunidade. Políticas Públicas capazes de balizar a implementação de empreendimentos, no sentido de regular a exploração sustentável dos recursos naturais e a preservação da memória material e imaterial da Comunidade. Ademais, a preservação ambiental e o respeito ao patrimônio cultural das comunidades locais devem ser observados desde implantação até a efetiva implementação de qualquer projeto.

Por fim, busca-se discutir com a população do Cajueiro e autoridades sobre como essas políticas de preservação cultural são pensadas e implementadas, os impactos positivos ou negativos, possibilitando que essas possam ser problematizadas e reorientadas de forma a contemplar de maneira mais ampla e efetiva a diversidade de contextos, assegurando os direitos dos grupos minoritários do Cajueiro, a fim de garantir sua existência.

Considerando esse cenário, de ameaça a uma Comunidade Tradicional, a um povo remanescente de quilombolas, rejeita-se a ideia de aniquilação e silenciamento do Cajueiro. Esse processo compromete a vida de centenas de famílias que vivem ali e tiram de lá seu sustento, por meio da agricultura familiar, além da região ser um sítio arqueológico já reconhecido pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, ter fontes de água potável, manguezais, importantes ecossistemas riquíssimos e abrigar o Terreiro do Egito, de grande relevância para a história das religiões de matriz africana no Maranhão, de significativo valor para religiões afrodescendentes (IPHAN, 2000).

Acentue-se, de oportuno, que a segregação urbana e os conflitos ocorridos quando da implementação no espaço citadino ludovicense. Nada mais é que a representação ou reprodução espacial e geográfica da segregação social maranhense, estando muitas vezes relacionada com o processo de divisão e luta de classes, que perpassa, inclusive, pelo processo de colonização do Maranhão. Assim, a população mais pobre tende a residir em áreas mais afastadas e menos acessíveis aos grandes centros econômicos e culturais. (CARVALHO, 2005)

Destaque-se que em espaços longínquos e segregados, como no caso da Comunidade do Cajueiro, necessitada de políticas públicas, pois são locais que costumam apresentar uma baixa disponibilidade de infraestrutura, como pavimentação, saneamento básico, espaços de lazer, acesso a equipamentos culturais, dentre outros, apesar de possuírem grande potencial turístico e cultural.

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, contará com uma revisão bibliográfica (materiais previamente elaborados, tais como livros, dissertações, teses, etc.), objetivando aprofundar os aspectos teóricos e conceituais acerca do objeto investigado, bem como suas relações interdisciplinares entre o Direito, Turismo e as teorias sobre Patrimônio Cultural.

Como métodos de investigação, optar-se-á pela aplicação de questionários, bem como a

análise de documentos (documentos oficiais, relatórios técnicos, legislações, etc.), e terá como lócus a Comunidade Cajueiro e como corpus os documentos legais, depoimentos dos populares, representantes da comunidade, entre outros. Como aporte teórico, serão consideradas as discussões de Mundicarmo Ferretti (2004; 2015), Sant’Ana Júnior (2017), Ribeiro Júnior (1999), Carvalho (2005), Moreira (2015) e GEDMA (2014).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

No desdobramento das discussões, na primeira parte do trabalho, abordou-se a questão da garantia da sobrevivência da Comunidade do Cajueiro e reconhecimento territorial como área turística, extrativista, e de quilombo. Dentre seus cinco núcleos, o Morro do Egito (que é uma elevação de terra às margens da baía de São Marcos) foi se constituindo como uma pauta relevante, considerando a dimensão religiosa dessa área pela existência do Terreiro do Egito, lugar sagrado para os praticantes do Tambor de Mina, religião de matriz africana muito marcante em São Luís. Os relatos orais de pais e de mães de santo que ali iniciaram suas atividades religiosas indicam que aquela área fora ocupada, no século XIX, por negros quilombolas, que também realizavam seus cultos (GEDMMA, 2014; FERRETTI, 2015).

Entretanto, não se pode olvidar, que o acréscimo da movimentação de cargas observada nos portos maranhenses, resulta em uma maior produção de resíduos, que podem provocar impactos ambientais irreversíveis nos locais supostamente beneficiados, daí resulta a necessidade de um gerenciamento ambiental adequado e uma política social dirigida à população do Cajueiro, inclusive no que tange à preservação do patrimônio material e imaterial da referida Comunidade, já que não são raros os casos em que os efeitos sociais e ambientais negativos atingem principalmente as populações pobres e marginalizadas do país. Esses efeitos sociais e ambientais já se verificam na região do Itaqui Bacanga, em especial na Comunidade do Cajueiro. Assim, emerge de forma imprescindível a necessidade se entender os reflexos da implementação do Porto à partir dos modernos conceitos de cidade e quais o reflexos na economia, na paisagem, e sobretudo na cultura da capital maranhense.

Em segundo momento, ante a existência do grande número de protestantes na comunidade, começou-se a inserir a dimensão sagrada na luta pela reivindicação do direito ao território. Neste novo contexto, impõe-se um “campo religioso”, que tem sido incorporado na pauta das reivindicações e demandas locais – no caso os territórios sagrados, articulados ao controle territorial e dos recursos: área de quilombola, territórios sagrados, território étnico, território de povos tradicionais, populações tradicionais, território pesqueiro, etc. Dentre essas categorias acionadas, a relação entre o caráter sagrado e a categoria “tradicional” configuram novas articulações e formas de ação coletiva (GEDMA, 2014).

Os problemas resultantes da segregação urbana ou socioespacial não são recentes no Brasil, pois, sempre fizeram parte da sua história, e, em São Luís, a capital maranhense, a realidade não poderia ser diferente. Historicamente, a cidade é marcada pela desigualdade,

visto que os contrastes socioeconômicos e espaciais sempre se fizeram presentes desde a fundação da capital maranhense, em 1612 até os dias atuais, o que se abstrai de indicativos socioculturais e econômicos do estado do Maranhão.

Ao longo dos anos as modificações na paisagem de São Luís foram acontecendo sempre intimamente atreladas a que era produzido em determinada época no Estado, que recebeu críticas quanto à implantação de grandes investimentos benéficos somente para as classes mais ricas e abastardas, segregando os mais pobres e moradores de comunidades afetadas diretamente com os empreendimentos (RIBEIRO JÚNIOR, 1999).

Destarte, permitir que implementação do porto ocorra sem que haja uma profunda discussão acerca da mesma, sem a produção de um inventário de varredura ou reconhecimento da matriz cultural e secular daquela localidade, sem o debate sobre as questões ambientais e deslocamentos compulsórios, consistiria em entender ser possível que um povo sobreviva sem sua memória, identidade e cultura.

A construção de grandes empreendimentos tem, ao longo do tempo, causado alterações no meio ambiente e provocado fortes mudanças nas condições materiais de existência, no modo de vida das comunidades atingidas, ocasionando, geralmente, perdas econômicas, sociais e culturais relevantes. Além disso, vários inconvenientes podem estar associados à construção de obras vultuosas, como a do Porto São Luís, implica em impactos, que vão muito além da alteração do clima, perpassam pela destruição da memória e cultura de um povo, daí carecedoras de especial atenção com todos os agentes sociais envolvidos.

Empreende-se uma pesquisa sob uma ótica interdisciplinar, entendendo-se que patrimônio cultural é um bem jurídico que comporta grande relevância para a sociedade maranhense e a França, diante da relação histórica entre ambas. Sua importância decorre do fato de que o patrimônio cultural serve de nexos com a história e com a memória coletiva dos povos tradicionais, concorrendo para que estes mantenham sua identidade, seus valores, sua cultura, sua memória. Gerando desenvolvimento, inclusive por meio de políticas públicas voltadas para o Turismo, que intercalem patrimônio natural e cultural.

Considerando as assertivas discorridas, a responsabilidade sociocultural e ambiental deve ser entendida, planejada e executada como uma política pública de pactuação de esforços interdisciplinares, como forma de assegurar desenvolvimento e subsistência da Comunidade do Cajueiro. E a inserção do Porto São Luís na referida Comunidade, deve, ainda, estar alinhada à ordem jurídica vigente, e aos princípios da CF/88, tendo como ponto partida os impactos na sociedade e no meio ambiente. Para mais, o debate sobre a noção de patrimônio, deve garantir desenvolvimento sustentável e preservação de cultura, saberes, ancestralidades de povos e comunidades tradicionais, na articulação entre natureza e cultura e, seus desdobramentos em políticas públicas que busquem preservação ambiental e o respeito ao patrimônio cultural de comunidades locais.

Portanto, a partir do viés interdisciplinar da presente pesquisa, revela-se uma intrínseca relação entre direitos de primeira grandeza, o direito ambiental, turismo e a preservação do patrimônio material e imaterial, que garantem, constitucionalmente, a preservação e permanência das

comunidades adjacentes dos centros urbanos em processo de expansão, como é o caso da Comunidade do Cajueiro, lócus desta pesquisa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1988.

CARVALHO, Heitor Ferreira de. URBANIZAÇÃO EM SÃO LUÍS: entre o institucional e o repressivo. Dissertação. Pós Graduação em Ciências Sociais. São Luís: UFMA, 2005.

FERRETTI, M. Lugares Sagrados e Encantarias Maranhenses. Anais da 56ª Reunião Anual da SBPC -Cuiabá, MT - Julho/2004.

GEDMMA. Relatório Socioantropológico. RESEX de Tauá-Mirim: Cajueiro e outras comunidades tradicionais na luta por justiça e direitos territoriais, Zona Rural II, São Luís/MA. Brasil. São Luís: UFMA, 2014.

IPHAN. Inventário Nacional de Referências Culturais: manual de aplicação. Apresentação de Célia Maria Corsino. Introdução de Antônio Augusto Arantes Neto. Brasília: Iphan, 2000.

MOREIRA, Jadeyson Ferreira. ARENAS, REPERTÓRIOS E AÇÕES: o processo de tentativa de implantação do Terminal Portuário de São Luís, no povoado Cajueiro. Dissertação. Pós Graduação em Ciências Sociais. São Luís: UFMA, 2015.

RIBEIRO JÚNIOR, José Reinaldo B. Formação do Espaço Urbano de São Luís: 1612-1991. São Luís: Edições/FUNC, 1999.

SANT'ANA JÚNIOR, H. A. et al. (Org.). Ecos dos conflitos socioambientais: a RESEX de Tauá-Mirim. São Luís: EDUFMA, 2009.

VISITAÇÃO PÚBLICA EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO: Ações de ordenamento no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

Rosélis de Jesus Barbosa Câmara¹

INTRODUÇÃO

No Brasil existe uma diversidade de categorias de áreas naturais protegidas, representadas pelas unidades de conservação (UC). Em virtude dessa multiplicidade e, considerando a necessidade de se estabelecer critérios para a criação e gestão dessas áreas, em 18 de julho de 2000, foi sancionada a Lei no 9.985, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) que determina as normas de criação e gestão dessas UCs no país, além de instituir as diretrizes norteadoras das ações a serem desenvolvidas nesses locais.

Em meio às várias categorias de unidade de conservação, destacam-se, neste estudo, os Parques Nacionais, mais especificamente o Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – ou Parque dos Lençóis. Integrando o grupo de Unidades de Proteção Integral, os Parques Nacionais se destacam por seu forte potencial turístico, por possuírem atrativos com características paisagísticas importantes e um caráter científico e cultural-educativo.

O parque de maior destaque no Maranhão é o dos Lençóis Maranhenses, o qual se tornou, nas últimas décadas, um ícone do turismo no estado. De acordo com o Ministério do Turismo, no ano de 2018, o Parque dos Lençóis alcançou recorde de visitação, assim como os parques nacionais do Iguaçu (PR) e da Chapada dos Veadeiros (GO). Foram mais de 107 mil visitantes durante o ano de 2018, 46% a mais que os 73 mil registrados no ano anterior (MTur, 2018).

Nessa acepção, o presente trabalho tem o objetivo de realizar uma investigação sobre o ordenamento da visitação nessa unidade de conservação, de modo a verificar os principais instrumentos de ordenamento da prática do turismo, contextualizando a visitação e avaliando as ações implementadas pela administração nesta área natural protegida.

METODOLOGIA

Buscando compreender o processo de ordenamento da visitação no Parque dos Lençóis, para a consecução dos objetivos propostos, foi adotada a metodologia qualitativa e descritiva de levantamento de referencial bibliográfico sobre a temática, com a intenção de aprofundar os aspectos teóricos e conceituais acerca do objeto investigado; além da análise de documentos oficiais do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), como o Plano de Manejo da Unidade e das Portarias nº 63/2010 e nº 199/2017. Igualmente importantes foram as observações das atividades de visitação na área do Parque durante o mês de julho de 2019.

¹ Doutora em Letras e Linguística UNESP; Docente do Departamento de Turismo e Hotelaria Universidade Federal do Maranhão; Líder do Grupo de Pesquisas Turismo e Meio Ambiente.

RESULTADO E DISCUSSÕES

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses está localizado no litoral oriental maranhense, se estendendo pelos municípios de Santo Amaro, Primeira Cruz e Barreirinhas. Criado por meio do Decreto nº 86.060, de 02 de junho de 1981, grande parte de sua área – 155.000 hectares – possui relevo plano, formado por areias quartzosas marinhas e cordões de imensas dunas de areia fina de coloração branca, as quais se assemelham a lençóis cheios de ondulações.

No Brasil, o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC) prevê algumas atividades que poderão ser desenvolvidas no âmbito dos parques nacionais, quais sejam: pesquisas científicas, atividades de educação e interpretação ambiental, de recreação em contato com a natureza, além da atividade turística (SNUC, 2000). No caso do Parque dos Lençóis, as duas últimas são as de maior destaque. E os principais roteiros/circuitos turísticos de visitação são: Circuito da Lagoa do Azul, Lagoa Bonita, Ponta dos Lençóis, Foz do Rio Negro e Lagoa da Esperança.

Contudo, essas atividades precisam estar regulamentadas pelo Plano de Manejo² e demais normas estabelecidas pelo órgão responsável por sua administração. Nessa perspectiva, vários esforços são empreendidos no sentido de organizar a visitação pública no Parque dos Lençóis. Um deles é referente à regulamentação das atividades no Parque. Destacam-se, neste estudo, duas portarias, a de nº 63/2010 e a de nº 199/2017. A primeira, homologada em agosto de 2010, foi pioneira, depois do plano de manejo, a estabelecer normas gerais para as atividades de visitação, dentre as quais estão a obrigatoriedade do cadastramento de condutores de visitantes, de proprietários de veículos e de motoristas para terem acesso ao Parque; o estabelecimento do horário de visitação; a proibição do consumo de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas no parque; a proibição do porte e uso de armas no interior da UC; a proibição de fazer fogueira ou churrasco, de levar animais domésticos para o local, e de utilizar óleos bronzadores e produtos de higiene pessoal no interior das lagoas, sendo permitido apenas o uso de protetores e bloqueadores solares, além de outros ordenamentos.

Mais recentemente foi homologada a Portaria nº 199/2017, que revogou parcialmente a nº 63/2010 e estabelece normas para cadastramento e autorização de prestação de serviços turísticos e condução de visitantes no Parque dos Lençóis. Destacamos aqui alguns pontos desta legislação, como a proibição do transporte de visitantes em veículos diferentes daqueles previstos na portaria e no plano de manejo, e o estabelecimento de critérios para o cadastramento de condutores de veículos e condutores de visitantes para desempenho das atividades turísticas no interior do Parque. Aos condutores de veículos são exigidos, dentre outros requisitos, cursos de direção defensiva, mecânica básica, plano a atendimento a emergências, operação de equipamentos de comunicação/localização (Art. 5º - VI Portaria 199/2017).

Visando garantir a preservação e a integridade dos recursos naturais do Parque, o

² Refere-se a um dispositivo legal que, a partir dos objetivos gerais de uma unidade de conservação, tem por finalidade regular o uso dessas áreas, gerenciar e estabelecer as normas para o manejo dos recursos naturais (SNUC, XV, 2000). O Plano de Manejo do Parque dos Lençóis Maranhenses foi homologado em 2003 e, conforme prevê o SNUC, esse documento deve ser revisado a cada cinco anos, mas desde que foi publicado não passou por revisões.

documento determina aos condutores de visitantes a comprovação da realização de curso de interpretação ambiental, conhecimento sobre o ecossistema, as trilhas e os roteiros turísticos do Parque dos Lençóis (Art. 6º - IV Portaria 199/2017). Considerando que “a conservação da diversidade biológica e o seu uso sustentável dependem da conservação dos habitats naturais” (PASSOLD; KINKER, 2010), é nesse sentido que os condutores poderão ser parceiros importantes para a manutenção da integridade ambiental das unidades de conservação (FERREIRA; COUTINHO, 2010).

Os veículos, para terem acesso ao Parque, deverão ser identificados por adesivo fornecido pela administração do Parque, e os guias e condutores devem estar uniformizados e portando crachás. Durante a pesquisa de campo, foi possível constatar que todos os veículos no estacionamento do Parque, bem como os encontrados pelo caminho estavam com os adesivos de autorização. Os condutores de veículos e de visitantes usavam crachás e estavam devidamente uniformizados.

A Portaria determina que os veículos – de tração 4x4 – devem estar equipados com acessórios específicos, dentre os quais destacamos: estojo de primeiros socorros, lanterna ou luz de socorro, rádio comunicador VHF sintonizado na frequência do sistema de rádio do Parque, celular, caixa térmica para acondicionar água e/ou outras bebidas dos visitantes, cobertura com capacidade de abrigar confortavelmente a totalidade dos passageiros (Art.11). Todos esses equipamentos/objetos foram observados no interior do veículo que conduziu o grupo de visitantes ao Parque.

Um comportamento muitas vezes identificado em visitantes é o descarte de resíduos em lugares inadequados durante a visita. No intuito de garantir que os recursos ambientais da unidade de conservação sejam preservados, a portaria determina que os veículos devam possuir local específico para recolhimento de todo o lixo produzido pelos turistas. O lixo pode provocar a formação de focos de doenças e interferir na alimentação dos animais. Ademais, o descarte de resíduos de maneira incorreta compromete a estética da unidade de conservação e a conseqüente experiência do visitante.

Uma importante determinação observada diz respeito ao número de visitantes permitido por veículo. Cada veículo poderá transportar o máximo de 13 passageiros, incluindo o motorista e o condutor de visitantes. Essa é uma das determinações cumpridas pelos proprietários. Durante a pesquisa, mais de 100 veículos foram observados e todos estavam de acordo com a capacidade estabelecida pelo ICMBio.

Entretanto, no decorrer da pesquisa de campo foi possível observar, também, que algumas determinações da Portaria não são devidamente cumpridas. Os Art. 13 e 14 determinam que o condutor de visitantes deve:

VI - Informar ao grupo de visitantes, antes da partida, o plano de atendimento de segurança e emergência. VIII - Informar aos passageiros a disponibilidade de água antes do início do passeio (Art. 13)

[...]

II - Informar ao visitante, no início da visita, os riscos inerentes à realização

de atividades em uma área natural aberta. [...] VIII - Fornecer aos visitantes as informações preliminares sobre as condições da visita, os aspectos de segurança, os procedimentos durante a viagem e as recomendações para o conforto e bem estar dos mesmos (Art. 14)

Cabe notar, todavia, que o condutor que nos acompanhou na visita não prestou nenhum desses informes/esclarecimentos ao grupo de visitantes. Não foi possível observar o procedimento dos demais condutores a respeito dessas medidas.

Vale ressaltar o esforço empreendido pelo ICMBio no sentido de ordenar a visita na UC em estudo. Todas as ações implementadas ou em fase de implementação visam o monitoramento e o acompanhamento das atividades praticadas no local, de modo a garantir a proteção do patrimônio natural ali existente, pois conforme ponderam Passold e Kinker:

A conservação da diversidade biológica e o seu uso sustentável dependem da conservação dos habitats naturais. As áreas protegidas na forma de unidades de conservação são instrumentos fundamentais para alcançar esses objetivos. Além disso, fornecem um amplo leque de produtos e serviços ambientais, e protegem o patrimônio natural e cultural do país (PASSOLD E KINKER, 2010).

A atividade turística, por sua vez, pode gerar benefícios à área natural protegida, entretanto deve ser planejada, gerenciada e passar por monitoramento constante, a fim de garantir a preservação da biodiversidade e a proteção do meio ambiente, razão maior da existência da unidade de conservação Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000. Regulamenta o art. 225, § 1o, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, DF, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19985.htm>. Acesso em: 26 jul. 2019.

_____. Ministério do Turismo. Parques nacionais registram recorde de visita. 2018. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/component/content/article.html> > Acesso em: 03 ago. 2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 63, de 09 de agosto de 2010. Define critérios para credenciamento e autorização dos serviços de condução de visitantes e transporte com fins turísticos no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. Brasília, DF, 2010. Disponível em:

http://www.icmbio.gov.br/parnalencoismaranhenses/images/stories/downloads/arquivos_PNLM/portaria_63-2010_ICMBio.pdf. Acesso em: 31 jul.2019.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Portaria nº 199, de 18 de maio de 2017. Estabelece normas e procedimentos para o cadastramento e autorização de uso para prestação de

serviços turísticos no Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses. DOU, Ed. nº 95, seção, 01, p. 82. Brasília, DF, 2017.

FERREIRA, Luis Fernando; COUTINHO, Maria do Carmo Barêa. Ecoturismo: a importância da capacitação profissional do condutor ambiental local. In: Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris van de Meene (Eds.). Barueri, SP: Manole, 2010.

PASSOLD, Anna Júlia; KINKER, Sônia Maria Sfair. Visitação sustentável em unidades de conservação. In: Gestão ambiental e sustentabilidade no turismo. PHILIPPI JÚNIOR, Arlindo; RUSCHMANN, Doris van de Meene (Eds.). Barueri, SP: Manole, 2010.

LAZER, TURISMO E MEIO AMBIENTE:
Aprendizagens sobre lendas amazônicas e patrimônio em vivências
lúdicas no Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia,
em Belém - Pará.

Lucília da Silva Matos¹

Mirleide Char Bahia²

INTRODUÇÃO

O estilo de vida cotidiano moderno sofre reflexos de manifestações vividas, haja vista que as suas necessidades mudam no decorrer dos tempos. Se no passado, o homem era integrado à natureza, interligado às suas necessidades e sentimentos culturais, atualmente, essa realidade segue outras dimensões, influenciada pelo modelo capitalista, que constrói outro espaço de trabalho e tecnologias, outras formas de relações do ser humano com o meio ambiente.

Portanto, consideramos primordial refletir sobre as novas relações estabelecidas entre cultura-indivíduo-natureza, a qual pode ser realizada nas universidades, nas escolas, e fora delas, por meio de diversas formas de articulação de saberes. Nesse sentido, a temática Lazer e Meio Ambiente possibilita desenvolver a interdisciplinaridade envolvendo Cultura, Lazer, Turismo, Educação Ambiental, Patrimônio e outras temáticas e áreas de conhecimento, por meio de diversas vivências.

As possibilidades de trabalharmos conteúdos relacionados ao meio ambiente em convívio social podem fomentar a reflexão sobre o equilíbrio entre ser humano e natureza, trazendo sua importância e suas potencialidades para a preservação e para a reflexão crítica sobre o consumismo e expansão do urbano, pois a urbanização das cidades, no seu processo de transformação da sociedade, acaba resultando numa forte consequência ambiental.

O objetivo deste texto é relatar a experiência de uma prática pedagógica realizada no Bosque Rodrigues Alves Jardim Zoobotânico da Amazônia (BRAJZA), em Belém - Pará, a qual se mostrou interessante como possibilidade de aprendizagens sobre lendas amazônicas e patrimônio, por meio de vivências lúdicas.

O Bosque, como é popularmente conhecido, é uma Área Verde Pública Urbana (AVPU)³, situada

1 Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2010); Docente na Universidade Federal do Pará, no Instituto de Ciências da Educação, na Faculdade de Educação Física; Líder do Grupo de Estudo e Pesquisa Ludicidade e Lazer - ICED/UFPA e Pesquisadora no Grupo de Estudos de Práticas Culturais Contemporâneas - PUC-SP.

2 Doutora em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA); Professora deste mesmo Programa (PPGDSTU/NAEA/UFPA); Representante da UFPA na Rede de Pesquisa OTIUM (Rede Iberoamericana de Pesquisa em Estudos do Ócio); Líder do Grupo de Pesquisas em Lazer, Ambiente e Sociedade (GPLAS) - NAEA/UFPA; Pesquisadora no Grupo de Pesquisa em Turismo, Cultura e Meio Ambiente - NAEA/UFPA; no Grupo de Pesquisa Áreas Protegidas da Amazônia: Usos e Sustentabilidade (GPAPA) - FACTUR/ICSA/UFPA; e no Grupo ORICOLÉ/Laboratório sobre Atuação e Formação Profissional em Lazer - UFMG; Foi Presidente da Associação Brasileira de Pesquisa e Pós-graduação em Estudos do Lazer (ANPEL) (Gestão 2016-2018).

3 “Definidas como um tipo de espaço livre, de apropriação pública por excelência, geralmente gerenciadas pelo poder público, localizadas em áreas urbanas ao ar livre (se contrapondo às áreas edificadas), onde há predominância de vegetação arbórea e solo com pouca ou nenhuma impermeabilização. Estas possuem configurações ecológicas, estéticas e de lazer e são destinadas ao uso público da população da cidade para descanso, passeio e práticas corporais diversificadas, com diferentes graus de acessibilidade e de apropriação, sendo algumas mais livres e outras com certo controle de uso. Englobam praças arborizadas, jardins públicos, parques urbanos, unidades de conservação de proteção integral, hortos urbanos, jardins botânicos, jardins zoológicos, áreas com arborização urbana (canteiros centrais de avenidas, trevos de vias públicas e rotatórias de vias públicas que exercem apenas funções estéticas e ecológicas) e faixas de ligação entre áreas verdes” (BAHIA, 2012, p. 151).

em área central de Belém, no bairro do Marco. Foi inaugurado como Parque Municipal, em 25 de agosto de 1883, com uma área de 15 hectares. Foi inspirado em áreas verdes de Paris – França, como o “Bois de Bologne” e o Parc de Bagatelle e abriga uma importante diversidade de espécies da fauna e flora do ecossistema amazônico.

O espaço foi “revitalizado” na gestão de Antônio Lemos e entregue à cidade em 1903, com objetivo de “proporcionar um espaço de lazer agradável aos visitantes, sendo provido com diversos equipamentos, como cascatas, lagos, ilhas, grutas, viveiros de aves e pontes” (BAHIA, 2012, p. 185).

Em 1 de novembro de 1982, foi inscrito no livro de bens móveis, como um dos bens naturais tombados como Patrimônio Municipal da Cidade de Belém⁴ em função de suas qualidades estéticas e ecológicas (ABREU DA SILVEIRA, 2014; SILVA, 2018).

Um dos objetivos principais do tombamento é o de impedir a destruição, demolição ou mutilação, só podendo sofrer qualquer intervenção com prévia autorização documentada junto ao Departamento de Patrimônio Histórico Artístico e Cultural do Estado. Na forma dessa lei, podem ser inscritos e protegidos no livro de Tombo de Bens Naturais, as paisagens, espaços ecológicos, recursos hídricos, monumentos e sítios ou reservas naturais, parques e reservas federais, estaduais e municipais (SILVA, 2018, p. 297).

Para Abreu da Silveira (2014, p. 239), o patrimônio seria uma construção social, que além de estar “ligada aos interesses e critérios estabelecidos pelo Estado-nação - também é uma ‘invenção’ que fortalece identidades”.

Para o referido autor o patrimônio em qualquer âmbito (municipal, estadual, nacional; da humanidade) se vincula ao mercado turístico (turismo cultural, ecoturismo ou turismo ecológico), “onde o chamado ‘patrimônio natural enquanto algo ‘autêntico’ constitui certa expressão paisagística – uma paisagem cênica - de determinado grupo étnico, revelando-se um atrativo turístico” (ABREU DA SILVEIRA, 2014, p. 240).

Em julho de 2002, o Bosque recebeu o título de Jardim Botânico da Amazônia, com base na Resolução nº 266, de 03 de agosto de 2000, do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Com a certificação, o Bosque entrou na lista da Rede Brasileira de Jardins Botânicos que integra a Botanic Gardens Conservation International (BGCI), Rede Mundial de Jardins Botânicos, com mais de 1.846 jardins botânicos em 148 países.

Diante disso, cabe expor um dos motivos que nos levou a planejar essa prática pedagógica na disciplina Estudos do Lazer no Bosque. A escolha se ancorou numa problemática debatida por Mello e Alves Jr (2003), a qual denominam de “produtividade no lazer”; que significa trazer para o campo do lazer a lógica hegemônica da rotina diária do trabalho, que no lazer se materializa nos horários rígidos, na correria para dar tempo de conhecer tudo que o profissional guia quer apresentar aos visitantes e que faz parte do chamado pacote turístico. Prática que na maioria das

⁴ “O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Bosque Municipal Rodrigues Alves foi tombado pela Lei Estadual nº. 4.855 de 03.09.79, alterada pela Lei nº5. 629 de 20.12.90, a qual dispõe sobre a Preservação e Proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Natural e Cultural do Estado do Pará, Tombos Nos. Um e três, Processo nº. 0505/81 de 16.03.81, publicado no DOE de 01.11.82. Ressalta-se que o Tombo no nível da esfera municipal data 18.05.94”, conforme Histórico do Bosque (BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA, 2005, p. 81).

vezes é bastante maçante e pouco protagonizada pelos visitantes, que ouvem as informações históricas a respeito do lugar visitado, olha o que o guia direciona e finaliza com uma foto no local mencionado na narrativa para seguir a outro local e assim por diante.

Outro aspecto que nos impulsionou foi o fato de que, ao visitar o Bosque para o planejamento dessa vivência, nos deparamos com: um pedacinho da Floresta Amazônica em plena metrópole paraense, com espécies animais e vegetais desta região, com monumentos históricos desde o ato de sua inauguração e outros mais recentes, com imagens de personagens que fazem parte das lendas amazônicas, algumas das quais pouco conhecidas pelos estudantes que participaram desse projeto piloto, além de um grupo de trabalhadores que dedicam seus dias a manter o Bosque vivo, apesar dos problemas nele existentes como, por exemplo, o fechamento de alguns espaços internos para a visita tendo em vista a necessidade de reforma e manutenção. Esses aspectos nem sempre são vistos, refletidos, pelos visitantes e desejamos que estivessem presentes nas reflexões durante a visita.

A questão norteadora da prática pedagógica realizada foi: Que ações no âmbito da dimensão turística do lazer poderíamos realizar, a fim de levar o grupo de visitantes a conhecerem o Bosque como patrimônio e a desfrutarem de alguns aspectos históricos, culturais e ambientais com protagonismo e numa perspectiva lúdica? Como objetivo geral da referida prática pedagógica, buscamos estimular os participantes a conhecerem aspectos da cultura amazônica (lendas) e do acervo histórico desse patrimônio (Bosque), com maior protagonismo, por meio de vivências lúdicas. E como objetivos específicos definimos: 1) Refletir acerca das possibilidades metodológicas para o trabalho com os interesses do lazer e do turismo; 2) Se apropriar de reflexões teóricas da temática lazer e meio ambiente; 3) Apresentar aos participantes algumas narrativas mágicas presentes na cultura amazônica; 4) refletir coletivamente, por meio de uma roda de conversa, sobre o vivido.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada na construção desse texto é de cunho qualitativo, sendo este um estudo descritivo, do tipo relato de experiências.

Tal experiência foi vivenciada durante a disciplina Estudos do Lazer, ministrada na Faculdade de Educação Física, da Universidade Federal do Pará, com o tema de debate intitulado “Lazer e Meio Ambiente”.

Para tanto realizamos duas visitas técnicas, a fim de conhecer os espaços, monumentos, equipamentos, espécies vegetais e animais existentes, assim como para conversar com a direção e funcionários do Bosque e marcar a visita de um grupo de cinquenta discentes da Faculdade de Educação Física.

Em seguida fizemos um breve levantamento bibliográfico sobre o tema, no intuito de conhecer um pouco mais da história do Bosque, da sua condição de patrimônio de Belém, de algumas espécies vegetais e animais, dos monumentos existentes e das lendas amazônicas da Iara e do Curupira, representadas em esculturas localizadas quase que escondidas na vegetação.

Após esse primeiro levantamento definimos por tomar como referência a brincadeira popular conhecida por Caça ao Tesouro e fazer adaptações dela no intuito de levar as pessoas, organizadas em dois grupos, a “desbravarem” o Bosque por meio de enigmas, sem pressa, lentamente, como caçadoras de belezuras. Os grupos foram separados por cores representativas das duas lendas amazônicas.

A escolha de uma brincadeira popular esteve intimamente relacionada com a escolha das lendas amazônicas como eixo norteador do processo lúdico de visitação, tendo em vista que ambas são linguagens provenientes da cultura popular e que por isso são marcadas pelas características de antiguidade, persistência, anonimato e oralidade (CASCUDO, 1976).

Daí que a escolha das lendas amazônicas como eixo condutor na divisão de grupos e na condução dos enigmas que cada grupo recebeu para conhecer o Bosque, se deu por entendermos estas como parte da identidade local na sintonia com o tema lazer e meio ambiente, uma vez que a Iara e o Curupira são reconhecidos como seres mágicos protetores da floresta. Ao final da longa “aventura” realizamos uma roda de conversa com um lanche coletivo para a partilha das experiências e reflexões teórico metodológica acerca do vivido.

RESULTADOS

Os resultados demonstraram a importância do debate sobre as temáticas lazer, turismo, meio ambiente, cultura e patrimônio, conjugados com vivências práticas lúdicas, na formação de Animadores Socioculturais, os quais poderão a vir atuar, futuramente, na área do Lazer e do Turismo em espaços públicos com características semelhantes às do referido Bosque.

REFERÊNCIAS

ABREU DA SILVEIRA, Flávio Leonel. Paisagens do Bosque Rodrigues Alves, Belém (PA): considerações sobre a conservação do patrimônio urbano no contexto amazônico. *Antíteses*, vol. 7, núm. 14, julho-dezembro, 2014, pp. 230-257.

BAHIA, Mirleide Chaar. O lazer e as relações Socioambientais em Belém – Pará (tese de doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, NAEA/UFPA, Belém, 2012.

BOSQUE RODRIGUES ALVES JARDIM BOTÂNICO DA AMAZÔNIA. Histórico do Bosque Rodrigues Alves. Adaptação de Biblioteca Bosque Rodrigues Alves. Belém, 2005.

CASCUDO, Luís da Câmara. Dicionário do Folclore Brasileiro. 9 ed. Brasília: J. Olympio, INL, 1976.

MELO, Victor A.; ALVES JR., Edmundo D. Introdução ao lazer. São Paulo: Manole, 2003.

SILVA, Cleber Gomes da. Turismo, Patrimonialização e o tombamento estadual dos bens naturais de Belém do Pará (Brasil). *Turismo & Sociedade*. Curitiba, v. 11, n. 2, p. 289-312, maio-agosto de 2018.

**TURISMO E LAZER NOS JARDINS BOTÂNICOS DE BELÉM:
Um estudo do Jardim Botânico Rodrigues Alves e do
Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi.**

Janise Maria Monteiro Rodrigues Viana¹

Ligia Terezinha Lopes Simonian²

INTRODUÇÃO

Considerado uma importante atividade que está além da lucratividade econômica, o Turismo se constituiu, acima de tudo, em uma prática social que envolve a dinâmica das relações sociais, as questões culturais, a relação com a natureza, a prática do lazer e o ambiente em que tais práticas se desenvolvem. Em essência, pode-se dizer que o Turismo é um fenômeno social muito presente na sociedade contemporânea, que vem satisfazer a necessidade humana de ir além de seus limites, de sair da rotina, de conhecer e explorar o desconhecido. Nessa perspectiva, os Jardins Botânicos enquanto espaços de lazer também podem ser classificados como espaços turísticos, pois têm como objetivo provocar mudança de paisagem, sair da rotina, por meio da observação e sensação de outros modos de vida e do contato com a natureza. Assim, esse estudo revela um olhar acerca do Jardim Botânico Rodrigues Alves e do Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi enquanto espaços de Turismo e lazer. Ambos considerados como Jardins Botânicos e áreas verdes urbanas, os quais apresentam as funções ecológicas, ambientais, estética, de lazer e atrativos turísticos. Segundo Beni (2004) a inclusão dos Jardins Botânicos na lista de categorização de atrativos turísticos é em decorrência desses espaços serem concebidos como instituições destinadas à conservação e multiplicação de espécies animais e vegetais, e que visam sua preservação e a visitação pública. Essa visitação pode ser realizada tanto por moradores do entorno como por turistas. E ainda de acordo com Beni (2004) esses espaços são considerados equipamentos turísticos, que contam com áreas destinadas ao lazer com tratamento paisagístico. Para Segawa (1996), o tratamento paisagístico dispensado aos Jardins Botânicos acarreta além das funções ambientais, um importante papel na estética da cidade e se traduzem em espaços de relaxamento para o estresse diário que acompanha a vida cidadina, por meio da contemplação da paisagem e o contato com a fauna e a flora, bem como a valorização da natureza existente. Objetivos: o estudo objetiva fazer uma correlação entre a prática do Turismo, a atividade de lazer e a disponibilidade de áreas naturais urbanas, neste caso, os Jardins Botânicos de Belém. Procura-se mostrar de que forma o Jardim Botânico Rodrigues Alves e o Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi são utilizados enquanto espaços de Turismo e lazer, assim como analisar a atividade turística nos mesmos. Metodologia: Estruturou-se este artigo com base em

¹ Doutoranda em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Núcleo de Altos Estudos Amazônicos. NAEA. Universidade Federal do Pará. E-mail: janise_viana@hotmail.com

² Ph.D em Antropologia pela Universidade da Cidade de Nova Iorque (CUNY), Pós-Doutora, professora e pesquisadora do Núcleo de Altos Estudos da Amazônia (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA); E-mail: simonianl@gmail.com

pesquisas qualitativas (Malterud, 2001 e Yin, 2010). Para tanto foram realizadas visitas ao Rodrigues Alves e Museu Paraense Emílio Goeldi, por conseguinte, organizou-se um roteiro de entrevistas semi-estruturadas (Yin, 2010), focadas em três principais pontos: Turismo, lazer e meio ambiente. Com base nisso, partiu-se para as entrevistas com diversos interlocutores nos respectivos espaços. Tais entrevistas duraram em média uma hora; e obtiveram autorização para serem gravadas e transcritas, cujos informantes foram, principalmente, turistas, habitantes locais e administração dos espaços. Paralela e anterior a pesquisa de campo, também foram realizadas pesquisas bibliográficas e documentais, observações diretas nos Jardins Botânicos. Outrossim, destaca-se que foi fundamental para a construção desta pesquisa com base em Simonian (2006; 2007), a utilização de registros fotográficos de elementos paisagísticos importantes desses espaços, fundamentais aos objetivos da pesquisa, pois ainda conforme a autora: “[...] o uso de imagens nos registros do conhecimento contribui significativamente no sentido de identificar, analisar e entender o imaginário, as sensações e mesmo as realidades materiais.” (SIMONIAN, 2006, p. 4). Para tratar do referencial teórico sobre Jardins Botânicos, utilizou-se o conceito apresentado por Rocha; Cavalheiro, (2001), Gastal; Fagundes, (2015) e Bruni; Pereira; Gonzalez, et al (2000). Acerca do Turismo embasou-se em Silva e Carvalho (2013), Beni (2004), Barreto (2003) e outros. Com relação ao estudo lazer, fundamentou-se em Marcellino (2002; 2006), Bonalume (2002) e Bahia, Costa, Cabral e Caravelas (2008). Os Jardins Botânicos Rodrigues Alves e o Parque Zoobotânico do Museu Emílio Goeldi foram selecionados como loci para estudo de caso, devido a necessidade de contribuir para a produção científica no que tange a temática Turismo, lazer e Jardins Botânicos na Amazônia brasileira. Resultados: com base nas análises obtidas a partir das experiências pesquisadas, observou-se que ambos os Jardins Botânicos recebem constantemente visitantes, seja em situação de Turismo ou lazer, com públicos diversos e também são utilizados enquanto espaços de pesquisas e desenvolvimento social. No entanto, ainda apresentam algumas limitações, principalmente no que corresponde a infra-estrutura, tais como: ausência de sinalização turística, espaços deteriorados, ausência de guias, falta de fiscalização quanto as normas dos espaços, presença de resíduos sólidos e falta de eventos nos mesmos. Os resultados sinalizam que há necessidade de um planejamento que considere políticas públicas eficazes no ordenamento e na gestão turística desses locais. Conclusão: Os Jardins Botânicos de Belém, enquanto espaços de Turismo e lazer precisam ser mais divulgados, conhecidos e estudados, para que as pessoas possam adquirir conhecimentos acerca da importância dos mesmos, sobretudo dos benefícios que essas áreas provocam a sociedade como um todo. Esses espaços, além de promoverem a conscientização ambiental, de proporcionarem o estudo e a convivência com a biodiversidade amazônica favorecem a prática do Turismo e o lazer da população local, uma vez que despertam nos seus visitantes sensações como sair da rotina, de contato com a natureza e provocam, simultaneamente, não só retornos econômicos, mais principalmente sociais ao contribuírem para uma melhor qualidade de vida à população urbana local e exógena.

PALAVRAS-CHAVE

Amazônia; Atividade Turística; Áreas Verdes Urbanas; Meio Ambiente.

REFERÊNCIAS

- BARRETO, M. Manual de iniciação ao estudo do Turismo. 13ed. São Paulo: Papirus, 2003.
- BENI, M. C. Análise estrutural do turismo. 10. ed. São Paulo: Senac São Paulo, 2004.
- BRUNI, S.; PEREIRA, T.S; GONZALEZ, J.A.P. et al. Diretório dos Jardins Botânicos Brasileiros. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 2000. 80 p.
- GASTAL, S.; FAGUNDES, A. Lazer, tempo e espaço: o Jardim Botânico de Porto Alegre, RS. In: XII SEMINÁRIO ANPTUR, 2015, Natal, RN. Anais. Caxias do Sul, RS: Educus, 2015, p. 1-15. Disponível em: <https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/27.pdf> Acesso em 01 de ago. 2019.
- MARCELLINO, N. C. Estudos do lazer: uma introdução. 3 ed. Campinas: Autores Associados, 2002.
- MARCELLINO, N. C. Lazer, Espaço Urbano e Transversalidade. In: CARVALHO, João Eloir (Org.) Lazer no Espaço Urbano: Transversalidade e Novas Tecnologias. Curitiba: Champagnat, 2006.
- MALTERUD, K. Qualitative research: standards, challenges, and guidelines. Lancet, n. 358, p. 483-488, 2001.
- ROCHA, Y. T.; CAVALHEIRO, F. Aspectos históricos do Jardim Botânico de São Paulo. Revista Brasileira de Botânica, v. 24, n. 4, 2001, p. 577-586
- SEGAWA, H. Ao amor do público: jardins no Brasil. São Paulo: Studio Nobel FAPESP, 1996.
- SILVA, S. M. P.; CARVALHO, P. Os jardins históricos: da dimensão patrimonial ao seu potencial turístico. Turismo & Sociedade V. 6 (3), 2013. pp.605-625.
- SIMONIAN, L.T. L. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. Papers do NAEA N° 196. 2006. ISSN 15169111.
- SIMONIAN, L.T. L.. Uma relação que se amplia: fotografia e ciência sobre e na Amazônia. In: Kawage, C.; Ruggeri, S. (Org.) Imagens e pesquisa na Amazonia: ferramentas de compreensão da realidade amazônica. Belém: Alves. p. 15-522007.
- YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

**RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NO DISTRITO DE
AMPARO/NOVA FRIBURGO – RJ:
Turismo rural e valorização da paisagem local.**

Rodrigo Passos Soares¹
José Silvan Borborema Araújo²

INTRODUÇÃO

Durante muito tempo os estudos sobre os espaços urbanos e rurais estiveram baseados nas discussões dicotômicas, em que se privilegiava a cidade e seus hábitos urbanos em detrimento do campo e conseqüentemente, seus costumes rurais.

Contudo, com o passar do tempo e desenvolvimento das técnicas na produção e reprodução do espaço, as relações de complementaridades entre o campo e a cidade e conseqüentemente entre os hábitos rural e urbano, foram intensificando as atividades econômicas desenvolvidas nesses espaços, além das relações sociais estabelecidas entre eles. Configuram-se, então, novas relações entre o campo e a cidade. Percebemos novas qualidades e impressão de marcas fortes na paisagem, como a industrialização do campo, bem como áreas de agricultura nos espaços urbanos, entre outros. Temos um campo diversificado, dotado de maior racionalidade e aparatos técnicos que aproximam cada vez mais o rural aos espaços urbanos.

Por toda diversidade, temos hoje um rural preocupado com a conservação natural, com a intensificação de outras atividades econômicas e outros interesses sociais, a função de produtor de alimentos agora encontra outras funções que dinamizam mais o espaço rural, além do aproveitamento de novas fontes de energia e das amenidades que são propiciadas pelos centros urbanos próximos. Nesse sentido, concordamos com Maria Gemma Grilloto Di Giacomo (2007) quando considera:

Si è anzi affermata la convinzione che le campagne accuratamente coltivate producono non solo beni essenziali alla sopravvivenza, ma anche patrimonio culturale e paesaggistico che, (...) riescono a muovere attività di servizio di varia natura (turistiche, didattiche e ricreative), a valorizzare ambienti e tradizioni locali, a commercializzare produzioni pregiate di qualità e a identificare i marchi che ne attestano origini e tipicità (GIACOMO, 2007, p. 48).

Nesse caso, temos um campo diferenciado, que está sendo consumido pelos moradores da cidade e onde a indústria e a lógica capitalista já se fazem presentes, conferindo especificidade e garantindo o consumo de espaço diferenciado. Este espaço está cada vez mais se adequando aos hábitos urbanos para atender às exigências dos moradores citadinos e nesta configuração, o

¹ - Graduando em Geografia pelo consórcio CEDERJ/UERJ. rsoares.382@gmail.com

² - Pós-doutorando em Geografia pelo PPGEO/UERJ; mediador a distância no curso de Geografia CEDERJ/UERJ. silvan.borboremaa@gmail.com

entendimento destes espaços ultrapassa a ideia de encará-los como antagônicos. Temos, dessa forma, urbanidades no rural, assim como proposto por João Rua (2006).

Nesse sentido, o entendimento do autor supracitado leva em consideração o fato das cidades terem estendido seus próprios domínios sobre espaços cada vez mais amplos (ZERBI, 2007), alcançando os espaços rurais e ocasionando as interações de variadas ordens entre espaços urbano e rural.

Além disso, entender essas relações e interações entre os espaços rural e urbano, passa pela ideia dos indivíduos que desenvolvem suas atividades econômicas, que podem estar ligadas com atividades agropecuárias, como também atividades ligadas a essas novas atividades desenvolvidas no campo, como o turismo rural, por exemplo.

Assim, as atividades turísticas no campo funcionam mais uma fonte de renda para muitas famílias, contribuindo para a manutenção e reprodução das atividades agrárias. Contudo, enfatiza-se a preservação e a proteção da natureza, valoriza-se a busca da autenticidade dos elementos paisagísticos locais, a conservação e a proteção dos patrimônios históricos e culturais, o resgate da memória e da identidade, bem como percebido no nosso objeto de pesquisa. Nesses termos, há a mercantilização das paisagens, com a consequente expansão das atividades de turismo e de lazer.

Esta realidade já é sentida em todos os estados do Brasil e no Rio de Janeiro é prática que está em pleno desenvolvimento, haja vista a riqueza do patrimônio arquitetônico, natural, paisagístico, bem como o imaterial presente em todas as regiões do estado. No nosso caso, o Distrito de Amparo, no município de Nova Friburgo, Região Serrana do estado, vem percebendo essa nova dinâmica espacial nos últimos vinte anos, com a intensificação das relações campo-cidade através da atividade do turismo rural, que se utiliza dos aspectos naturais do distrito como forma de atração turística de uma população predominantemente urbana.

Desse modo, o presente trabalho busca analisar como se estabelece a relação campo-cidade no distrito de Amparo, município de Nova Friburgo – RJ, sob a luz do turismo rural e da valorização da paisagem local.

Sendo assim, importante questionar como se estabelece a relação campo-cidade em Amparo, tendo o turismo rural e a valorização da paisagem local como reveladoras dessa relação?

METODOLOGIA

Diante do exposto, entender como se especializam em Amparo os elementos que caracterizam a inserção do turismo como agregador de renda ao local, de potencial mercadológico, assim como objeto de valorização da paisagem no distrito, precisamos ter o cuidado de situá-lo de maneira correta no espaço. Assim, entendemos que essas relações se estabelecem no território do estado fluminense e principalmente em uma região de estado onde as potencialidades turísticas são fortemente exploradas, como a Região Serrana.

Nesse propósito, nossa pesquisa se sustenta numa leitura histórica/geográfica,

através de revisão bibliográfica em livros, artigos e reportagens que fornecem o referencial teórico do estudo e reforçam as propostas estabelecidas. Aliado a visita in loco, fundamental para o entendimento da relação campo-cidade voltado ao turismo, a valorização e a contemplação da paisagem rural, na identificação dos elementos fixos, agentes dessa relação, assim como esses atores se identificam e se relacionam nesse espaço.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Quando pensamos o espaço sob o sistema capitalista, percebemos que os diferentes lugares são apropriados de formas diferentes, por agentes diversos, a depender do interesse econômico que cada fração do espaço pode gerar para o capital. Nesse sentido, concordamos com Carlos (2018) quando afirma que o espaço torna-se mercadoria sob às regras do sistema econômico e que o turismo é um forte agente na produção de simulacros espaciais. Da mesma forma, Becker (1996) afirma que o turismo, a partir do final do século XIX, tornou-se gradativamente um novo produto de acumulação de capital, capaz de transformar e produzir espaços.

Nesse sentido, percebemos essa nova tendência do uso e consumo dos espaços pelo turismo no interior estado do Rio de Janeiro, em que suas diferentes regiões de estado e aqui destacamos a Região Serrana, que vivencia essa realidade, explorando os aspectos mais rurais como a paisagem rural, os objetos técnicos que persistem no espaço e que fazem parte de um período anterior, desempenhando novas funções para se adequar às exigências econômicas do período atual. São antigas fazendas, casarões, além das paisagens naturais e aspectos simbólicos de cada região como a gastronomia, cultura local, além da própria agricultura familiar.

No que diz respeito ao distrito de Amparo, esses elementos que transformam e potencializam o espaço são elementos de contemplação da paisagem rural que diante das suas singularidades se tornam parte da lógica do capital. A venda desse “ambiente” bucólico se torna a fonte de renda principal ou complementar de muitas famílias que residem nos espaços com características típicas rurais.

Diante desse contexto, reconhecemos no distrito objetos técnicos que participam desse processo de mudança na paisagem local e estão inseridos no segmento turístico rural. São Hotéis Fazenda, Bistrôs Gastronômicos, Restaurantes Gourmet, Fábricas de Cervejas Artesanais que estão abertas à visita, assim como sítios voltados à agricultura orgânica que também recebem grupos de visitantes.

No que diz respeito à agricultura orgânica, o distrito também promove o circuito orgânico, numa iniciativa da Associação de Moradores do Amparo que visa potencializar a geração de rendas dos sítios que trabalham no segmento da agricultura orgânica. No Empório Mió de Bão, considerado um espaço de apoio ao turista, são comercializados os genuínos artigos produzidos no distrito como doces caseiros, bebidas artesanais.

Nesse cenário, outros atrativos turísticos que evidenciam ainda mais a relação campo-

cidade no distrito de Amparo e contribuem na modificação da paisagem foi a criação em 2015 do circuito turístico do distrito, como um elemento balizador nessa dinâmica do espaço, que utiliza dos aspectos culturais mais rurais da área para o segmento turístico. O circuito atua em parceria com artesãos, comerciantes e produtores rurais, atuando como vitrine para os produtos locais como cachaça, rapadura, geleia, linguiça artesanal, orgânicos, cerâmica, artesanato e até uma cerveja especialíssima produzida com lúpulo colhido no próprio distrito, dando visibilidade a muitos deles e ajudando na promoção e divulgação dos seus produtos e serviços, antes da criação do circuito muitos deles trabalhavam de maneira isolada, pecando em aspectos como a visibilidade das suas marcas ou em ações que poderiam expandir seus campos de atuação.

Além disso, observamos a implementação do circuito gastronômico do distrito, atrelado ao calendário do turismo rural do estado, percebemos o potencial que emerge na localidade quando são inseridos elementos que contribuem para maior articulação na relação campo-cidade no distrito, porque a maior parte dos visitantes e frequentadores desses espaços de consumo e lazer é de origem urbana, além da consequente modificação na paisagem local.

Sendo assim, nos apropriamos das palavras de Rúa (2006) onde afirma que essas novas relações na esfera rural-urbano remetem para uma outra conceituação desses espaços, mas também do agrícola. O rural torna-se, cada vez mais, diferente de agrícola, ao mesmo tempo distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Nas palavras do autor supracitado, rural e urbano fundem-se, mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades.

Diante do exposto, entendemos que o distrito de Amparo atualmente também participa desse processo intenso e dinâmico nas relações campo-cidade, onde as características mais típicas de um espaço se imbricam no outro e são captados pelo segmento turístico. O espaço transforma-se em mercadoria, os objetos rurais são refuncionalizados e sua paisagem transformada para o consumo de uma população majoritariamente de hábitos urbanos. Sendo assim, podemos definir Amparo como um espaço onde o “natural” tem sido valorizado e somado aos elementos de origem urbana, na formação de um ambiente propício para a evolução da atividade turística, que tende a crescer mediante o esforço dos agentes socioespaciais e governamentais envolvidos nesse processo de expansão das suas potencialidades naturais, culturais e que estão ligadas ao setor financeiro das atividades do turismo rural.

REFERÊNCIAS

BECKER, Bertha. Políticas e planejamento do turismo no Brasil. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana F. A.; CRUZ, Rita C. A. (Org.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: HUCITEC, 1996. p.181-192.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L. de.; SPOSITO, Maria

E. B. (Orgs.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. 1. ed. 6. reimpr. São Paulo: Contexto, 2018.

GIACOMO, Maria Gemma Grilloto Di. Il paesaggio rurale da paradigma scientifico a progetto di sviluppo locale. In: ZERBI, Maria Chiara. (Org.). Il paesaggio rurale: un approccio patrimoniale. Torino: G. Giappichelli Editore, 2007.

RUA, João. Urbanidades no Rural: o devir de novas territorialidades. Campo-território: Revista de Geografia Agrária, Uberlândia, v. 1, n.1, p. 82-106. 2006. Disponível em: www.campoterritorio.ig.ufu.br.

ZERBI, Maria Chiara. Il paesaggio rurale come patrimonio. In: ZERBI, Maria Chiara. (Org.). Il paesaggio rurale: un approccio patrimoniale. Torino: G. Giappichelli Editore, 2007.

RELAÇÃO CAMPO-CIDADE NA PARAÍBA E RIO DE JANEIRO: Modificações na paisagem e turismo rural.

José Silvan Borborema Araújo¹.

Glaucio José Marafon².

INTRODUÇÃO

As visões do campo e da cidade como espaços antagônicos, que se distanciam progressivamente e estão fadados a separação, há algum tempo perdem validade quando se leva em consideração a própria dinâmica espacial, cuja essência está na reconstrução de histórias e espaços, a partir das ações individuais e coletivas, moldando os objetos, atribuindo-lhes novas funções, em um processo contínuo de renovação.

Nesse sentido, a dinâmica entre os espaços rural e urbano ganha novos contornos, o espaço rural torna-se fortemente marcado pelo conteúdo de técnica e capital, representado pelos complexos agroindustriais e pelo agronegócio, que correspondem ao espaço de produção agrícola, fruto da revolução verde, da modernização e da industrialização da agricultura. Configuram-se, então, novas relações entre o campo e a cidade, com novas qualidades e impressão de marcas fortes na paisagem. Além da produção agrícola e da industrialização temos hoje novas atividades que devem ser identificadas para caracterizar o campo e suas relações com a cidade.

É importante lembrar que estas mudanças no campo acarretam transformações na própria organização do espaço como um todo, envolvendo interesses de fora do rural. Assim, o rural permanece na forma dos casarões, das roças, de alguns objetos que identifiquem o campo como rural, porém a sua função não é mais exclusiva agrícola, como frisado por Woods (2007), quando defende que o rural hoje é múltiplo, inserido na dinâmica de negócios socioeconômicos, mas destacando as suas especificidades como forma de desenvolvimento.

Por toda diversidade, percebe-se hoje um rural preocupado com a conservação natural, com a intensificação de outras atividades econômicas e outros interesses sociais, a função de produtor de alimentos agora encontra outras funções que dinamizam mais o espaço rural, além do aproveitamento de novas fontes de energia e das amenidades que são propiciadas pelos centros urbanos próximos.

Com a incorporação de uma série de atividades que não é diretamente ligada à produção de alimentos e criação de animais, o campo passa a apresentar uma paisagem diferenciada e sua população se envolve a cada dia nessas novas atividades, a exemplo do turismo rural. Diante desse contexto, as atividades turísticas no campo desempenham mais uma fonte de renda para muitas famílias, contribuindo para a manutenção e reprodução das atividades

1 - Pós-doutorando em Geografia pelo PPGEU/UERJ. silvan.borboremaa@gmail.com

2 - Professor Associado do Departamento de Geografia/UERJ. glauciomarafon@hotmail.com

agrárias. Essas novas atividades privilegiam a conservação dos elementos naturais, a preservação da paisagem típica rural, que pode ser utilizada como resgate de um tempo histórico, com relações sociais e de produção anterior diferentes dos atuais e que pode ser valorizado pelo segmento turístico.

Esta realidade já se faz presente nos campos de todos os estados brasileiros e aqui buscaremos analisar a relação campo-cidade nos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro, identificando o turismo rural como elemento importante de transformações da paisagem rural.

Para tanto, buscaremos responder ao seguinte questionamento: como o turismo rural contribui para a dinamização da relação campo-cidade na Paraíba e no Rio de Janeiro, imprimindo transformações significativas na paisagem rural?

METODOLOGIA

Com o intuito de responder ao questionamento da pesquisa, faremos uma leitura histórico/geográfica, que leva em conta a análise da problemática discutida sob um prisma que entende as transformações socioespaciais que ocorrem no espaço influenciam e sofrem influência de várias escalas (global, nacional, regional, local). Dessa forma, a pesquisa bibliográfica em livros e artigos científicos que tratam sobre a relação campo-cidade, rural-urbano, além de turismo rural e suas formas de modificações nas paisagens, foram essenciais para a compreensão dessas relações nos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro. Além disso, visitas nas secretarias de turismo dos estados mencionados, na intenção de entender como esse segmento se territorializa nos espaços rurais, bem como visita in loco, para melhor compreensão dos serviços e constatação das transformações das paisagens locais e consequentes modificações socioeconômicas e culturais desses espaços que deixam marcas na paisagem local.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O estado da Paraíba conta com uma população de aproximadamente 3.766.528 habitantes (IBGE, 2010), sendo que deste total 2.838.678 já vivem em centros urbanos. Dessa forma, o estado nordestino vem acompanhando, ao longo do tempo, uma tendência a urbanização que ocorre no Brasil como um todo.

Com o crescimento das cidades e a aproximação física aos espaços rurais, a relação entre esses espaços e seus hábitos de vida tem se tornado cada vez mais intenso. Desse modo, o turismo rural se apresenta como mais uma alternativa de desenvolvimento, tendo em vista que o turismo litorâneo já está de certa forma, consolidado. Sendo assim, esta nova modalidade de turismo privilegia atividades em contato com a natureza ou a vida no campo. De acordo com Júnior e Frascaroli (s/d), dependendo de como é planejado, o turismo rural pode representar alguns avanços para a comunidade local como: melhoria de vida nos padrões das populações envolvidas, avanços socioeconômicos, além de proporcionar o desenvolvimento social, criando empregos e diversificando as atividades econômicas das regiões.

No interior do território paraibano, algumas cidades têm se preparado para receber turistas

adotando segmentações vinculadas à valorização da cultura local e ao turismo ecológico ou rural, o que cria possibilidade para negócios pequenos, familiares e/ou comunitários. Nesse sentido, percebe-se que esses elementos turísticos enfatizam os aspectos rurais dos municípios envolvidos, imprimindo um novo olhar à paisagem local.

Na microrregião do Brejo paraibano, por exemplo, o segmento do turismo cultural é marcante, com a promoção da “Rota Cultural Caminhos do Frio”, que ocorre entre os meses de julho a setembro, em seis municípios (Areia, Bananeiras, Serraria, Alagoa Nova, Alagoa Grande e Pilões), enfatizando principalmente, as artes, a gastronomia e a história, já que se trata de uma região marcada pelos engenhos de cana-de-açúcar.

Em Campina Grande, por exemplo, a comemoração das festas juninas, no mês de junho, remonta à devoção do homem do campo do interior nordestino aos três santos do mês (Santo Antônio, São João e São Pedro). É uma festa urbana, voltada para um público urbano, mas que tem os elementos rurais como forma de atração desse público.

Ao lado deste turismo de eventos, que busca atrair um público diversificado, tentando enaltecer um comportamento típico rural, o estado da Paraíba possui importantes sítios arqueológicos, paleontológicos e históricos relativamente preservados e de fácil acesso, como as Itacoatiaras, na cidade de Ingá e o Vale dos Dinossauros, em Sousa (SILVA e SILVA, 2009).

A cidade de Cabaceiras, no Cariri paraibano, tem desenvolvido políticas de incentivo ao turismo cultural e rural, focadas nas atividades da caprinocultura, além do turismo aproveitando as formações rochosas conhecidas como “Lajedo de Pai Mateus”.

Nesse contexto, o turismo no interior da Paraíba tem contribuído para a dinamização das relações campo-cidade no estado, uma vez que, apesar de atrair população originariamente urbana, o turismo rural coloca esse público em contato com os modos de vida e cultura rural. Sendo assim, este segmento turístico, embora apresente peculiaridades de cada região do país, apresenta uma lógica capitalista que tende a ser semelhante em todos os estados do Brasil, como no caso do outro estado analisado neste trabalho, o Rio de Janeiro.

O Estado do Rio de Janeiro é o segundo polo industrial do Brasil, produz cerca de 71% do petróleo nacional, também é o maior produtor de gás natural do país. A sua paisagem natural é bastante diversificada, porém bastante degradada devido às atividades socioeconômicas vivenciadas pelo estado.

Constata-se que, o território fluminense, possui uma diversidade de áreas turísticas e a prática do turismo rural e a disseminação de empregos não-agrícolas encontram-se associadas ao intenso processo de urbanização, e que pode ser sintetizadas da seguinte forma: eixo que se desloca da RMRJ em direção a Angra dos Reis e Paraty, a Região da Bahia da Ilha Grande, também conhecida como Costa Verde, com apelo intenso para o turismo de praia, histórico e ecológico. O eixo que tem no turismo um forte vetor de crescimento é o que segue da RMRJ em direção a Cabo Frio, Búzios e Macaé, a Região das Baixadas Litorâneas (Costa do Sol).

Outro eixo de urbanização é entre os municípios de Nova Friburgo, Petrópolis e Teresópolis. Essa área é marcada pela produção de hortigranjeiros e flores, que abastece a RMRJ. Apresenta também inúmeros sítios de veraneio, casas de segunda residência,

hotéis-fazenda, pousadas, spas, que associam seus estabelecimentos aos aspectos naturais da região. Na Região Serrana Fluminense, nota-se a presença marcante de atividades relacionadas ao turismo rural contemporâneo e em sintonia com a produção familiar.

As Regiões do Médio Vale do Paraíba e Centro Sul Fluminense, além da produção leiteira, contribuem com a produção de hortigranjeiros para o abastecimento da RMRJ, mas apresenta, como marca na paisagem, a atividade cafeeira, com presença das grandes casas nas sedes das fazendas, o que levou os municípios da área a organizarem o “Festival do Vale do Café”.

As Regiões Norte e Noroeste Fluminense, em função do distanciamento da Área Metropolitana, apresentam fortes características rurais, com a produção de leite, cana-de-açúcar, café e frutas.

Diante do exposto, percebe-se que o espaço rural (dos dois estados analisados), possui inúmeras atividades: as agrícolas, com a produção de matérias primas para indústria, a produção de alimentos, a presença de assentamentos e acampamentos de trabalhadores rurais; e as não-agrícolas, como a localização de indústrias, a procura de áreas com a natureza preservada para a construção de residências, de hotéis e pousadas, que geram a necessidade de mão-de-obra e proporcionando a possibilidade de empregos e de aumento da renda familiar aos produtores rurais residentes.

Nesse contexto, o turismo rural se configura como um segmento importante e dinamizador das relações socioespaciais entre o campo e a cidade no território nacional. Nos estados da Paraíba e do Rio de Janeiro, esta atividade tem contribuído para que tanto o espaço rural quanto o espaço urbano se integrem como espaços de consumo, sem perder as suas especificidades que os tornam atrativos para o segmento turístico.

REFERÊNCIAS

IBGE. Censo demográfico. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=pb>. Acessado em: 25/06/2019.

JÚNIOR, Luis Leite de Sousa; FRASCAROLI, Bruno Ferreira. Turismo rural: uma alternativa para o desenvolvimento sustentável no município de Nova Olinda – PB. Trabalho de conclusão de curso (modalidade a distância). Universidade Federal da Paraíba. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Economia, João Pessoa, s/d.

ROSA, Lucelina Rosseti; FERREIRA, Darlene Aparecida de Oliveira. (2006), As categorias rural, urbano, campo, cidade: a perspectiva de um continuum. In: SPOSITO, Maria Encarnação; WHITACKER, Arthur Magon. Cidade e campo: relações e contradições entre o urbano e o rural. São Paulo: Expressão Popular.

SILVA, Roosevelt Humberto; SILVA, Magnólia Gibson Cabral da. Turismocultural e desenvolvimento em Cabaceiras – PB. Revista eletrônica de turismo cultural. v. 03, n. 02, 2009.

WOODS, Michael. Engaging the global countryside: globalization, hybridity and the reconstitution of rural place. *Progress in Human Geography*. 31 (4). 2007.

O QUILOMBO SACO DAS ALMAS: possibilidades turísticas e desenvolvimento sustentável.

Daciléia Lima Ferreira¹

Conceição de Maria Belfort de Carvalho²

Josenildo Campos Brussio³

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aborda alguns relatos de experiência a partir da observação de possibilidades turísticas para o quilombo Saco das Almas, em Brejo/MA, após algumas atividades de campo realizadas pelo GEPEMADEC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura) no quilombo, nos dias 12/04/19 e 18/05/19. O trabalho tem por objetivo demonstrar as possibilidades turísticas do quilombo Saco das Almas a partir das representações culturais marcantes no cotidiano dos moradores da comunidade quilombola.

As atividades integram o conjunto de ações metodológicas de dois projetos desenvolvidos pelo GEPEMADEC: o projeto de pesquisa “IMPLEMENTAÇÃO COOPERATIVA E VALORIZAÇÃO DA CULINÁRIA DO QUILOMBO SACO DAS ALMAS, EM BREJO/MA” e o projeto de extensão “CIPROQUI – Criação e Inovação de produtos quilombolas”, ambos com atuação no quilombo Saco das Almas, em Brejo/MA.

Os relatos de experiências foram extraídos dos relatórios das duas atividades executadas pelo GEPEMADEC. As informações contidas nos relatórios foram cruciais para pensarmos esta proposta de investigação científica. Ficou demonstrado um potencial turístico riquíssimo, apontado pelos pesquisadores ao presenciarem a participação dos moradores do quilombo na execução das atividades. Foram apresentados diversos saberes tradicionais quilombolas, dos quais podemos destacar: a riquíssima culinária do quilombo (com diversos pratos típicos), o artesanato (bio-bijouterias, pinturas em capembas de babaçu, mini-tambores feitos de sapucaia), as danças tradicionais do quilombo (tambor de crioula e maculêlê) e os mitos e lendas (lenda do João Velho).

O Quilombo Saco das Almas é um dos territórios quilombolas mais pesquisados⁴ do Baixo Parnaíba Maranhense, além de ser o maior da região – 23.000 hectares. A comunidade recebe pesquisadores há muitos anos, no entanto, uma das maiores reclamações dos

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT) da Universidade Federal do Maranhão, Linha de Pesquisa 2: Cultura, Educação e Tecnologia. Pesquisadora do GEPPAC (Grupo de estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural), do PGCULT (Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade), da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e do GEPEMADEC (Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura) da Universidade Federal do Maranhão, Campus de São Bernardo.
E-mail: limadacileia@gmail.com

² Professora da Universidade Federal do Maranhão. Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade da Universidade Federal do Maranhão (Nível Mestrado – Linha 2: Cultura,) Educação e Tecnologia.
E-mail: cbelfort@globo.br

³ Professor Adjunto do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas/Sociologia da UFMA/Campus de São Bernardo. Coordenador do Grupo de Estudos e Pesquisas em Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cultura (GEPEMADEC), na linha de pesquisa 1: “Imaginário, cultura e meio ambiente”.
E-mail: josenildobrussio@gmail.com

⁴ Foram encontradas cerca de duas dissertações de mestrado na plataforma sucupira e há registros de um livro publicado e quatro monografias sobre o quilombo Saco das Almas, no Campus da UFMA de São Bernardo. Acreditamos que haja mais registros em outras instituições como a UEMA.

quilombolas é que aqueles não voltam com o resultado ou não divulgam as pesquisas de forma que possam-se obter retornos positivos para os mesmos. Há relatos de Dona Dudu⁵ de que “uma vez colhidos as informações, o pesquisador nunca retorna à comunidade” (DUDU apud FERREIRA, 2018).

O Quilombo Saco das Almas pertence ao município de Brejo/MA, centrado na região do Baixo Parnaíba Maranhense e possui sete comunidades⁶. O Quilombo ainda não possui a titularidade da terra, mas já possui o título de remanescente de comunidades quilombolas, concedido pela Fundação Palmares, desde 15 de julho de 2005 (FERREIRA, 2018, p. 67).

METODOLOGIA

Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica e exploratória, visto que analisamos os relatórios das visitas dos pesquisadores do GEPENADEC. A atividade realizada por eles caracterizou-se por uma atividade de campo, com o desenvolvimento de minicursos e oficinas. Um minicurso sobre “comunidade, identidade e memória”, ministrado pelos professores Dr. Josenildo Campos Brussio e Dr^a. Sylvana Kelly Marques da Silva, e uma oficina de roda de leitura, ministrada pelos professores Dr. Fabricio Tavares de Moraes e Dr^a. Tatiana Colasante, foram duas atividades de grande importância para o desenvolvimento dos dois projetos. As atividades ajudaram a despertar o sentimento de pertencimento dos jovens quilombolas que participaram das dinâmicas. Foi muito gratificante para os pesquisadores vislumbrar as contribuições que os jovens relataram em seus depoimentos pessoais.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Após a análise dos relatórios dos pesquisadores do GEPENADEC, observamos que existem diversos elementos culturais no quilombo que podem servir de base para o desenvolvimento de um turismo cultural ou de tradições. Um dos primeiros pontos culturais que nos chamou a atenção foi o grande interesse dos visitantes-pesquisadores em conhecer o “túmulo de João Velho”, que fica localizado no cemitério da comunidade da Vila das Almas. A história de João Velho tem provocado a curiosidade das pessoas que visitam o quilombo em razão dos resultados alcançados por este “santo milagroso” da comunidade, que já virou “lenda” na região. Reza a “lenda de João velho” que qualquer pessoa do quilombo que venha a perder um objeto ou qualquer bem pessoal, basta chamar por João Velho e pedir: “- João Velho, João velho, me entrega o que eu perdi, que te levo a tua cachaça!”. Assim, se a pessoa perdeu um bode, uma jóia ou qualquer outra coisa, depois de prometer a cachaça de João Velho, a coisa aparece. Todavia, não se pode esquecer de levar o litro de cachaça ao cemitério, tomar um gole e despejar o resto no buraco de pedra no túmulo de João Velho, senão, a noite ele não deixa o pedinte descansar.

Outro elemento cultural de destaque e que chama bastante atenção das pessoas que visitam

5 Maria Luduvica Costa Pereira (vulgo Dudu), sobrinha do Seu Claro Patrício (líder mais antigo do Quilombo Saco das Almas ainda vivo). Dona Dudu é líder da Vila das Almas, uma das sete comunidades do Quilombo Saco das Almas. É também uma das principais representantes do Quilombo, pois geralmente, quando se precisam reunir as sete comunidades, a organização da pauta e condução das reuniões fica ao encargo dela.

6 O Quilombo Saco das Almas é constituído de sete comunidades quilombolas: Vila das almas, Vila Crioli, São Raimundo, (Brejo), Santa Cruz, Barroçã (Buriti), São José e Pitombeiras. Sendo que atualmente, a comunidade Santa Cruz solicitou emancipação do grupo, constituindo assim uma comunidade independente.

o quilombo são os alimentos típicos. No artigo A CULINÁRIA DO QUILOMBO SACO DAS ALMAS: perdas e danos do patrimônio cultural, de Josenildo Campos Brussio, Daciléia Lima Ferreira e et al (2019), foram catalogados oito pratos típicos da culinária do quilombo: moqueca, ximbéu, mambeca, cabeça de galo, mingau de farinha, paçoca de gergelim, paçoca de coco de babaçu, gongo frito e assado. Dona Dudu cita outras atividades que faziam parte do capital cultural da comunidade: “a roça, a pesca e o coco de babaçu faziam parte da tradição alimentar da nossa comunidade” (FERREIRA, 2017, p. 47).

Apresentamos a culinária do quilombo Saco das Almas, através da descrição e modo de preparo de cada prato típico da comunidade. Discutimos a noção de pertencimento dessa comunidade no processo de construção da identidade quilombola, destacando alguns dos costumes que estão diretamente relacionados às práticas culinárias fortemente representadas pelo alimento produzido no cultivo da terra.

Outro ponto de destaque para o desenvolvimento turístico do quilombo é a riqueza de produtos artesanais produzidos pelos moradores da comunidade. Na visita do dia 12 de abril, a equipe de pesquisadores foi surpreendida com uma exposição de artesanatos (bio-bijouterias, pinturas em capembas de babaçu, mini-tambores feitos de sapucaia) e danças tradicionais do quilombo (tambor de crioula e maculêlê).

Entendemos que o olhar científico para esses aspectos culturais do quilombo (lendas, culinária, artesanato, danças) pode nos ajudar a pensar um planejamento turístico específico para o quilombo Saco das Almas, com base em turismo rural, sustentável e participativo para a comunidade em geral.

REFERÊNCIAS

- BRAYNER, Natália Guerra. Patrimônio cultural imaterial: para saber mais. Brasília/DF: IPHAN, 2007.
- CASTRO, Maria Laura Viveiros de; FONSECA, Maria Cecília Londres. Patrimônio imaterial no Brasil. Brasília: UNESCO, EDUCARTE, 2008.
- DIAS, Reinaldo. Turismo e patrimônio cultural – recursos que acompanham o crescimento das cidades. São Paulo: Saraiva, 2006.
- FERREIRA, Dacileia Lima. Memória e identidade na Vila das Almas: um estudo sobre o trabalho da Pastoral Afro-brasileira no Quilombo Saco das Almas, em Brejo/MA. São Bernardo/MA: UFMA, 2017. (Monografia do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas, defendida em 07 de junho de 2017)
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.

TURISMO, COMIDA E PATRIMÔNIO:

Políticas públicas no âmbito de áreas protegidas.

Helena Catão Henriques Ferreira¹
Maria Amália Silva Alves de Oliveira²

INTRODUÇÃO

Diversas políticas públicas não voltadas diretamente ao turismo influem ou são influenciadas por ele, representando fatores importantes de estímulo ou contenção desta atividade. A criação de áreas protegidas, conhecidas no Brasil como unidades de conservação, é um exemplo. A reserva de áreas consideradas ambientalmente relevantes provoca o surgimento de novas relações de interdependência (MORMONT, 1996), ou melhor, novos arranjos nas relações sociais locais. O território, visto como a apreensão do espaço por um determinado grupo social (RAFFESTIN, 1986), multiplica-se, dando origem a novos territórios que se conformam na medida em que novos grupos sociais entram em cena, com novas regras e nova historicidade. Nesse sentido, os atores sociais envolvidos disputam entre si a hegemonia sobre a apreensão do espaço, o direito de usá-lo e legitimá-lo em conformidade com suas próprias demandas.

Os usos e costumes das populações habitantes dessas localidades, voltados, sobretudo para o extrativismo ou a agropecuária, tornam-se interditos, resultando em variados tipos de conflito (FERREIRA, 2004, 2013). Esses conflitos se originam no confronto entre lógicas, visões e práticas distintas sobre natureza, acesso a terra e produção de bens.

Nesse contexto, o turismo tem representado um contraponto em que os diversos atores sociais em jogo percebem possibilidades de consecução de seus objetivos. O poder público, aqui representado pelos órgãos ambientais, supõe (mesmo que com desconfiança) a capacidade do turismo apresentar funcionalidade econômica às áreas protegidas e propiciar a difusão de valores ambientalistas, contribuindo assim para a sua conservação. Já os grupos que residem nesses espaços têm a possibilidade de apresentar suas culturas a um público formador de opinião, na busca de justificar sua permanência na área, além de garantir meios econômicos para sua manutenção.

Nesse contexto, a ideia de populações tradicionais se mostra importante na luta pelo território nativo, já que em unidades de Proteção Integral, como parques e reservas, é proibida a existência de moradores.

O turismo representa um elemento chave na construção identitária dessas populações, na medida em que a identidade se constrói na relação com “o outro” (CUCHE, 2002) e o turista representa um “outro”, sempre presente.

¹ Antropóloga, profa. do Programa de Pós-Graduação em Turismo – PPGTUR e da Faculdade de Turismo e Hotelaria - FTH da Universidade Federal Fluminense -UFF. Coordenadora do Grupo de Pesquisa Turismo, Cultura e Sociedade, linha de pesquisa Laboratório de Turismo e Antropologia – LaTA.

² Antropóloga, profa. do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e do Programa de Pós Graduação em Ecoturismo e Conservação da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UNIRIO. Coordenadora do Grupo de Estudos Turismo e Sociedade – GETS.

A partir da década de 1990 (após a promulgação da Constituição de 1988) presenciamos, no Brasil, o surgimento de novos sujeitos sociais reivindicando direitos de cidadania, como caiçaras, quilombolas, ribeirinhos, seringueiros, pequenos agricultores, entre outros. Nesse sentido, os processos de constituição identitária e patrimonialização se fortalecem, sobretudo quando políticas recentes, orientadas por lógicas neoliberais e excludentes (no Brasil, e em outras partes do mundo) questionam direitos dessas populações às suas áreas. Diversas manifestações culturais, saberes e práticas populares, tais como o artesanato, a culinária, as festas e folguedos, entre outros ingressam em um processo de revalorização, como testemunhos dessas identidades. A seleção de memórias e construção de narrativas se torna fundamental para a obtenção de direitos e conquistas sociais e a categoria patrimônio passa a ser cada vez mais apropriada por populações tradicionais (ABREU, 2008).

A alimentação sempre figurou como um elemento importante para o turismo como infraestrutura de apoio aos roteiros e destinos. Hoje ocupa um lugar ainda mais relevante, pois veio também se constituir como atrativo turístico. Representando a cultura local, a partir de contatos com outras culturas, como memória atualizada, a construção da “comida emblemática” apresenta-se como central na elaboração do produto turístico. Nesse sentido, outra lei se apresenta como importante em toda essa construção identitária e turística: a Lei Nº 7180 de 28 de dezembro de 2015 – o Marco Referencial da Gastronomia como Cultura, que tem como finalidade

Dar visibilidade e fortalecer os modos de vida e as práticas alimentares das populações tradicionais, os saberes, enraizados no cotidiano; as atividades produtivas, comerciais, culturais, educacionais e artísticas, que decorrem da relação com a comida, a sociedade e o território. (Lei Nº 7180, 2015, artigo 1º)

O Marco Referencial da Gastronomia como Cultura do Estado do Rio de Janeiro (MRGC/RJ) é fruto de uma série de iniciativas de atores envolvidos em distintos segmentos do que foi denominado gastronomia. Dentre as iniciativas efetuadas por estes atores está a primeira edição do Seminário Gastronomia como Cultura, ocorrido no ano de 2015, onde foi debatida a necessidade de elaboração de um projeto de lei para a gastronomia como política cultural. A partir daí, formou-se um grupo de trabalho interdisciplinar e multiprofissional com a finalidade de elaborar o conteúdo deste projeto. Após vários debates e todo um processo de tramitação em esfera do poder legislativo estadual, foi aprovado o Projeto de Lei número 1042/2015 que estabelece a gastronomia como cultura no Estado do Rio de Janeiro.

O objetivo deste trabalho é refletir sobre a influência de políticas públicas relacionadas à criação de áreas protegidas e à patrimonialização da comida no turismo, mobilizando a construção de narrativas ancoradas em memórias e o fortalecimento de identidades culturais de “populações tradicionais”.

METODOLOGIA

Com base em pesquisas etnográficas realizadas em duas unidades de conservação, o Parque Estadual da Serra da Tiririca (Niterói/RJ) e o Parque Estadual da Pedra Branca (Zona Oeste da Cidade do Rio de Janeiro) as autoras do presente trabalho vem, a partir de observação direta, entrevistas em profundidade e participação em eventos e reuniões locais, analisando o uso de sistemas culinários na atividade turística com vistas à manutenção de memórias, à construção de narrativas e fortalecimento de identidades culturais.

DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A partir de pesquisas de abordagem etnográfica sobre turismo, unidades de conservação e populações locais, percebeu-se a importância que a alimentação adquire nos casos estudados. A comida assumiu, então, centralidade nas investigações, envolvendo práticas e eventos organizados pelas comunidades tradicionais (pescadores artesanais, agricultores familiares e quilombolas).

Trata-se de experiências diferenciadas, mas que possuem semelhanças com relação à importância da alimentação para o turismo, do turismo como alternativa econômica das populações que vivem em áreas de unidades de conservação, e em construções identitárias que participam da luta pela permanência e manutenção econômica no território nativo. Com relação ao Parque Estadual da Pedra Branca analisam-se estratégias dos agricultores familiares no sentido de fazer frente às demandas contemporâneas como o cultivo de lavouras orgânicas e organização de atrativos turísticos, como o “Café na Roça” e a “Vivência Agrícola”.

No Parque Estadual da Serra da Tiririca enfoca-se a “Marejada Cultural de Itaipu” festa organizada pelos pescadores artesanais de Itaipu, que habitam o entorno do parque estadual, em defesa de seu modo de vida e saberes, e a Feijoada do Quilombo, organizada pela comunidade tradicional do Engenho do Mato, residente em área inserida na unidade de conservação e que luta pela permanência no local. Ressalta-se que os casos apresentados, que tem correspondência com outros no Brasil e no mundo, guardam entre si um cunho político, pois visam chamar a atenção para problemas e questões que definem direitos e possibilidades de populações que vivenciam dificuldades e ameaças diversas.

As pesquisas empreendidas têm reafirmado que os sistemas culinários fundamentam modos de se conhecer o passado e de manutenção da memória. Neste contexto, estes sistemas, como estratégias de interpretação do passado, apresentam-se como marcadores de identidades culturais e, por conseguinte, habilitam-se ao circuito de ressignificação pelas vias de processos de patrimonialização. Tais processos são resultados da própria trajetória do campo do patrimônio, pois neste residem disputas conceituais e processos de elaborações conectados a trajetória das políticas de patrimônio no Brasil e no mundo. A política nacional de patrimônio não pode ser pensada de forma dissociada das dinâmicas e políticas da cultura. Neste sentido, tal processo enquadra o patrimônio e as narrativas em torno da produção deste e, é assim, que fica evidenciado que os patrimônios não estão

dados e sim determinados a partir de contextos sociais e históricos específicos, que muito esclarecem sobre o mesmo. Afirmamos assim, que a categoria patrimônio assume distintos sentidos conforme as relações sociais, os discursos políticos, as interações com o mercado em perspectiva local e global.

A partir da década de 1980, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, amplia a política de proteção e preservação à bens culturais que até então eram percebidos como sem valor, justamente por representarem uma concepção de cultura que não validava como relevante as produções de grupos culturalmente apagados. Este contexto de revisão de valores favorece a introdução de novos conceitos, como o de patrimônio imaterial; a adoção de métodos distintos dos utilizados anteriormente, como mapeamento e inventário e; estabelecimento de novos instrumentos, como o registro. Somou-se a essa nova forma de lidar com as questões postas no âmbito da discussão do patrimônio, a horizontalização das relações, pois a nova concepção de patrimônio considera que os grupos culturais devem se manifestar em prol de processos de preservação do que consideram como bens e representativos de suas identidades.

A dimensão imaterial do patrimônio promoveu uma demanda de abertura das políticas públicas que contemplem os valores de grupos sociais até então excluídos pela ausência de representatividade e assim, vemos traços culturais ganhando destaque e destacando grupos, como o caso de populações tradicionais que apresentam através do turismo seus sistemas culinários no intuito de assim defenderem e reafirmarem suas identidades. Ainda que de forma indireta, a percepção deste grupo é apoiada por políticas específicas, como a do Marco Referencial da Gastronomia como Cultura do Estado do Rio de Janeiro que nasce justamente pela percepção de que a alimentação é um valor que se configura na própria identidade dos grupos.

REFERÊNCIAS

ABREU, R. A emergência do “outro” no campo do patrimônio cultural. In: CURY, M. ; SILVA, F. A.(org) In: Museu, identidades e patrimônio cultural. Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, suplemento 7, São Paulo, 2008.

CUCHE, D. Cultura e identidade. In: A noção de Cultura nas Ciências Sociais. Bauru, EDUSC, 2002.

FERREIRA, H.C.H. Redefinindo Territórios: preservação e transformação no Aventureiro. Dissertação de Mestrado. CPDA/UFRRJ. Rio de Janeiro, 2004.

_____ Turismo, natureza e cultura: disputas por patrimônios nos debates participativos na Ilha Grande-RJ. Ambiente & Sociedade. São Paulo v. XVI, n. 4 out.-dez. 2013.

Lei Nº 7180 de 28 de dezembro de 2015 – Marco Referencial da Gastronomia como Cultura.

RAFFESTIN, C. Écogénèse territoriale et territorialité In: Auriac, F. & Brunet, R., Espaces, jeux et enjeux, S.L. Fondation Diderot/Fayard, 1986.

TURISMO É BOM E DÁ TRABALHO
NA VILA DE CONCEIÇÃO DO FORMOSO:
O turismo de base comunitária como caso de sucesso¹.

Geísa Martins Soares²

Gicele Aparecida da Silva Brittes³

Este trabalho é fruto de uma trajetória de dedicação às iniciativas turísticas na pacata e encantadora Vila de Conceição do Formoso, distrito localizado no município de Santos Dumont, em Minas Gerais. Com a máxima de que ‘a chuva que molha o chão é a garoa e não a tempestade’, as professoras Geísa Martins Soares – Turismóloga, e Gicele Brittes, Administradora, acreditaram na possibilidade de plantar boas sementes de ações do turismo junto a comunidade de Formoso.

O Distrito de Conceição do Formoso é uma comunidade bucólica, localizado na área rural de Santos Dumont, MG, está distante 32 km da sede do Município – em estrada de terra, e é limítrofe com os municípios de Aracitaba 16 km, Tabuleiro 14 km e Piau 13 km. Possui cerca de 1342 habitantes de acordo senso (2000) sendo 608 na área urbana e 734 habitantes da área rural.

É neste cenário de atratividade potencial para o desenvolvimento do turismo que foi idealizado e executado o Projeto **Turismo é Bom e dá Trabalho!** Em linhas gerais o objetivo do projeto foi oferecer à comunidade da Vila do Formoso – como é conhecida, e aos alunos do IF Sudeste MG, do Campus Santos Dumont, o conhecimento e a qualificação necessários a prestação de serviços de turismo receptivo rural e à sustentabilidade econômica de pequenos empreendimentos turísticos.

A localidade tem características interessantes para visitação, é daquelas típicas vilas mineiras, bem pacata, com moradores e vizinhança tranquila, número reduzido de empreendimentos comerciais, pequenas mercearias e bares. Possui poucas ruas pavimentadas e um casario barroco e rural de época, típicos de cidades pequenas de Minas. Formoso é caracterizada pelas belezas naturais com suas montanhas e belas cachoeiras que encantam os visitantes. Além das belezas naturais, há potencial para o turismo religioso pois, atrairomeiros a festa tradicional da Imaculada Conceição e outras datas de comemorações religiosas. Este cenário de preservação da cultura e dos ambientes naturais permitem que as iniciativas dos agentes do destino envolvidos com o projeto possam desenvolver empreendimentos alicerçados nas premissas do Turismo de Base Comunitária (TBC).

A pesquisadora Marta Irving (2009, p.111) aponta seis premissas do TBC:

A base endógena da iniciativa e desenvolvimento local;

1 Resumo submetido a avaliação da Comissão Científica do III Seminário Internacional da Rede TP3 - Turismo, Patrimônio e Políticas Públicas e 9ª Conferência Internacional da ASTRES que acontecerá em Belém PA.

2 Doutoranda em Museologia e Patrimônio – PPG-PMUS – UNIRIO. Professora EBTT do Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais – IF Sudeste MG, Campus Santos Dumont.

3 Mestranda em Ambiente Construído, UFJF. Bacharel em Administração, UFJF.

A participação e o protagonismo social no planejamento,
A implementação e avaliação de projetos turísticos;
A escala limitada e os impactos sociais e ambientais controlados,
A geração de benefícios diretos à população local,
A afirmação cultural e intercultural; e o encontro como condição essencial.

Figura 1 – Logomarca do Projeto



Fonte: Soares, 2018.

MATERIAL E MÉTODOS

O projeto foi desenvolvido a partir da demanda da comunidade que sentia a necessidade de encontrar caminhos para a valorização do potencial de atratividade – natural e cultural, para visitação e a organização do receptivo turístico local. Ou seja, a participação da comunidade nos processos de planejamento de ações foram fundamentais para o sucesso das etapas do projeto. Para a pesquisadora Marta de Azevedo Irving “A perspectiva da participação das populações locais no processo de planejamento, implementação e avaliação de projetos turísticos, representa um elemento essencial para a sustentabilidade das iniciativas propostas e para a garantia ética de conservação do patrimônio natural e cultura.” (IRVING, p. A partir de uma metodologia de planejamento participativo que reuniu conhecimento teórico e prático, direcionados a luz dos conceitos de Turismo de Base Comunitária, foram propostas reuniões periódicas e visitas em campo que promoveram a aproximação da equipe com a comunidade de Conceição do Formoso. Daí foram implementadas reuniões, palestras e oficinas temáticas no destino.

A Equipe foi composta por: Geísa Martins Soares – Turismóloga, Coordenadora do Projeto; Gicele Brittes – Administradora, Colaboradora Externa, e o Professor Dionatahan Barroso, ambos moradores de Formoso. Participaram também cerca de 4 alunos bolsistas e 2 alunos voluntários.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A proposta inicial contemplou a realização de duas oficinas: i) Atendimento ao Turista e; ii) Gestão de Pequenos Empreendimentos Turísticos. Porém, outras ações foram

organizadas de acordo com as demandas e o projeto implementou muitas ações além do cronograma inicial. O público-alvo do projeto contemplou as pessoas que se interessam no desenvolvimento do turismo receptivo local. Em visitas anteriores a comunidade, antes de se realizar as intervenções do projeto, foi perceptível o empenho de alguns moradores que propunham e demandavam ações de qualificação em turismo para a localidade.

A seguir, temos a apresentação das ações mais importantes do projeto.

Tabela 1: Ações realizadas – Turismo é Bom e dá Trabalho!

	Ações	Período	Participantes
A1	Reuniões de planejamento	Todo o processo	Equipe
A2	Visitas e pesquisas em campo	Junho e agosto	Equipe
A3	Palestra de sensibilização da sociedade	13 de setembro	Equipe e comunidade
A4	Oficina I Turismo: A arte do atendimento ao turista - Cama & Café	07 de outubro	14 participantes
A5	Expedição à Cachoeira da Fumaça	21 de novembro	50 aventureiros
A6	Oficina II Gestão: Gestão de pequenos empreendimentos e eventos turísticos	09 de novembro	18 participantes
A7	Participação no SIM EPE	19 de novembro	Equipe
A8	Evento de encerramento - Entrega de certificados	20 de março	Equipe e comunidade
A9	Relato de experiência e relatórios	Março	Equipe

Fonte: Dados do projeto.

A equipe participou como projeto de sucesso no SIMEPE, em novembro de 2017, no Campus Juiz de Fora, representando o Campus Santos Dumont com um estande decorado com a temática do turismo rural de Formoso. (Vide abaixo Tabela 1).

A construção deste trabalho foi árdua, superamos vários obstáculos que nos fizeram parar e pensar; a cada reunião de equipe, cada ação, cada visita em campo, cada atividade proposta, e cada momento de alegria que este trabalho nos oportunizou, só nos fez orgulhar deste lindo trabalho de equipe! O projeto teve excelente receptividade na localidade.

Consideramos o projeto um grande marco para Formoso e para o Campus Santos Dumont. O Projeto foi finalizado em março de 2018, contudo, as iniciativas de turismo de base comunitária – embora com muitos desafios sendo superados pela comunidade, continuam a todo vapor, inclusive, com a criação da Associação de turismo local que recebeu o nome do projeto, sendo designada como: **Associação Turismo é Bom e dá Trabalho**, criada em 06 de janeiro de 2019, composta por 15 membros. O envolvimento da comunidade

foi fundamental para o sucesso das atividades e sobretudo para ultrapassar as barreiras impostas pelas dificuldades de apoio governamental. A partir deste ano a Associação empenha esforços em captar eventos para o destino, assim, está sendo planejado a 2ª Flisd – Feira Literária de Santos Dumont e a 7ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural.

CONSIDERAÇÕES

O turismo de base comunitária desenvolvido na comunidade rural de Conceição do Formoso, contribuiu significativamente tanto para a valorização do modo de vida no meio rural quanto para resgatar o que faz parte das tradições culturais e promover a criação e melhoria de serviços turísticos associando os saberes existentes a uma proposta de desenvolvimento que articula aumento da renda familiar com troca de saberes, cuidado ambiental e garantia de direitos. (SOARES e BRITTES, 2019, p.12).

“Inovar é possível e o turismo de base comunitária talvez represente um excelente ‘laboratório’ de construção de novas realidades e transformação social, no caso brasileiro, se for interpretado como alternativa ética, duradoura e humanizante.” (IRVING, 2009, p. 112). Assim, o projeto de qualificação dos serviços turísticos em Formoso semeou, renovou ideias, produziu novos pensamentos de empreendedorismo e união, e criou situações de reflexão para o turismo que se quer ofertar por lá. As oficinas, as palestras, a expedição a Cachoeira da Fumaça, e outras atividades, valeram como sementinhas do turismo empreendedor, que foram plantadas com zelo e que estão germinando.

A luz da reflexão do artesão mineiro Seu Tião Paineira, que disse: “Quem molha o chão é a garoa, e não a tempestade”, a equipe de projeto está orgulhosa dos desafios transpostos e do excelente resultado alcançado! Acreditamos neste trabalho compartilhado, planejado e participativo, que com o tempo trará bons frutos!

REFERÊNCIAS

IRVING, Marta de Azevedo. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária inovar é possível? In: BARTHOLLO, Roberto; SAN SOLO, Davis Gruber; BURSZTYN, Ivan. Org(s). Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009. p. 108-121.

SOARES, Geísa. Relato de experiência: projeto turismo é bom e dá trabalho! DEPI, 2018.

TURISMO É BOM E DÁ TRABALHO. Página do *facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/turismobometrabalhoemformoso/> Acessado em 20 de março de 2018.

SOARES, Geísa Martins; BRITTES, Gicele Aparecida da Silva. Turismo é Bom e dá Trabalho: A Experiência do Turismo de Base Comunitária em Conceição do Formoso. (Artigo aceito para apresentação). III Seminário Nacional de Turismo e Cultura. Casa Rui Barbosa. Agosto de 2019.

LEITE, Daniel. Projeto de Turismo do IF promove II Expedição à Cachoeira da Fumaça, em Conceição do Formoso. Disponível em: <http://www.santodumont.ifsudestemg.edu.br/node/4415> Acessado em 20 de março de 2018.

PATRIMÔNIOS CULTURAIS COMO FUNDAMENTO DE PRÁTICAS TURÍSTICAS EM COMUNIDADES EXTRATIVISTAS – MOSQUEIRO - PARÁ.

Francisco Perpetuo Santos Diniz¹

INTRODUÇÃO

Pretendemos com este trabalho problematizar a dinâmica de produção do patrimônio cultural em comunidades amazônicas e que não são reconhecidos pelos principais órgãos globais² que tratam do processo de patrimonialização, a partir da consideração de paisagens e lugares, que possuem excepcionais valores universais. Para tal problematização foram *mapeados* os processos de produção de patrimônios culturais na Amazônia, mais especificamente, na comunidade extrativista de Tucumandeuá, situada à ilha de Mosqueiro, pertencente a Belém do Pará, na qual, um conjunto de aproximadamente 15 famílias reproduzem práticas de trabalho e de produção do patrimônio cultural a partir da apropriação da natureza.

Assim, buscando compreender como os sujeitos produzem patrimônios culturais e como os mesmos podem dar fundamento ao desenvolvimento de práticas turísticas em comunidades extrativistas de Mosqueiro através do processo de produção e paisagens, considerando as relações espaciais tecidas entre os espaços locais e globais do turismo e seus conflitos, elegemos como método orientador da pesquisa o Materialismo Histórico e Dialético, especialmente, os princípios de totalidade, processo e contradição socioespaciais. O trabalho tem um caráter qualitativo e participante por considerar a significância de dos relatos dos sujeitos envolvidos. A técnica de análise de dados estruturou-se na análise de discurso e os resultados apontaram que nas comunidades de Mosqueiro, há a possibilidade de produção de práticas turísticas a partir do aproveitamento e consumo de processos que evidenciam a existência de patrimônios culturais locais edificados por relações que os ilhéus desenvolvem com as paisagens.

METODOLOGIA

Ao longo de décadas a paisagem foi denominada como o reconhecimento da existência de elementos naturais e humanos no espaço. O fundamento de sua identificação baseava-se no positivismo e o método da descrição de seus elementos era responsável pelo seu entendimento. Para Campos (2011) a Carl Sauer tentou resolver a dicotomia entre geografia física e humana através do método descritivo de diferenciação, associação, tipologias e comparações de áreas, objetivando, assim, dar um caráter ainda mais científico a ciência geográfica.

Santos (2014a) analisando a epistemologia e história da geografia afirma que Vidal

¹ Acadêmico do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará – e.mail: fpsdiniz@gmail.com

² Nesta pesquisa foram selecionadas as definições de patrimônio cultural e paisagens culturais que emanam da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e *espírito dos lugares* difundido pelo Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios (ICOMOS), todos vinculados as Organizações das Nações Unidas (ONU).

de La Blache concebia o homem como hospedeiro antigo do espaço terrestre. A paisagem para geografia francesa era entendida pela descrição dos modos de vida do homem e seu meio cultural. Tal perspectiva contrariava e competia com o ideal de *espaço vital* de Ratzel e da geografia alemã que descrevia paisagem como recurso natural estratégico pertencente. Assim, “Ratzel não destaca a paisagem como uma forma local e delimitada, que exerce uma influência direta na sua cultura, mas utiliza o termo em forma genérica misturando-o com o termo “terra” (SCHIER , p. 04).

O princípio de utilização da Paisagem como base do Patrimônio Cultural foi abordado no capítulo I do Artigo 1º das *Disposições Gerais* da Comissão Européia da Paisagem que teria como definição e objetivos:

a) “Paisagem” designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da acção e da inter-acção de factores naturais e/ou humanos (p. 1);

d) “Protecção da paisagem” designa as acções de conservação ou manutenção dos traços significativos ou característicos de uma paisagem, justificadas pelo seu valor patrimonial resultante da sua configuração natural e/ou da intervenção humana (p.2);

Assim, mesmo vinculando paisagem à Patrimônio e território fica evidente ausência de como tais relações são produzidos, sendo ignorados processos espaciais envoltos em relações de poder, conflitos e a totalidade socioespacial enquanto emanção do movimento global e local.

Conforme aponta Ribeiro (2007, p. 49) o conceito de paisagem emanado do Comitê do Patrimônio Mundial (Unesco) ressaltou a relação homem, cultura e meio ambiente e tentou aglutinar o que por muito tempo esteve dissociado, os patrimônios material, natural e imaterial.

Segundo Silva (2015, p. 20) o patrimônio cultural é de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e a riqueza das culturas, pois pode ser concebidos por representações, expressões, conhecimentos e técnicas.

A paisagem não se restringe a um conjunto de elementos naturais e construídos pelo homem de forma fixa, posto que ela sempre representa processos socioespaciais em constante movimento contraditoriamente redesenhados. A paisagem é produzida pela produção espacial e está inscrita numa totalidade que representa “o mundo constituído de fixos e fluxos, por uma paisagem e relações sociais” (SANTOS, 2013, p. 156).

Em nível global a paisagem, seja ela urbana ou rural, tem sido apropriada pela economia do patrimônio e do turismo. Contudo, os patrimônios ativados pela lógica da patrimonialização mundial da Unesco há dominância de monumentos e conjuntos arquitetônicos, ignorando as dinâmicas sociais locais. Tal processo,

frequentemente resulta na gentrificação expressa na exclusão da população de baixo poder aquisitivo da economia turística (Paes, 2017) e força as desigualdades territoriais regionais, posto que a economia turística, em especial a de lazer e praias, tende a desenvolver-se em áreas que apresentam infra-estruturas, tais como: estradas, aeroportos, serviços, belezas naturais, praias, rede hoteleira, entre outros, reforçando o desenvolvimento regional desigual e combinado (Cruz, 2008).

Assim, o turismo vincula-se a economia da paisagem e do patrimônio que no contexto da Amazônia deve ser entendido enquanto práticas espaciais e ser valorizado conforme as potencialidades locais, sem a reprodução de “modelos importados” de desenvolvimento turístico, visto que, a região encontra-se marginalizada pela economia nacional e internacional do turismo. Neste sentido, nas comunidades extrativistas de Mosqueiro, especialmente em Tucumandeuá a paisagem expressa patrimônio material e imaterial a ser considerado pelas ações da Unesco, do setor privado e órgãos públicos interessados na ativação de patrimônios vinculados ao turismo.

A imagem a seguir representa a afirmação do patrimônio imaterial de Tucumandeuá com a da Festa de São João e do patrimônio natural (floresta) que dá sentido a afirmação identitária e a força e resistência do lugar frente, além da possibilidade de aproveitamento turístico frente a economia turística de Mosqueiro baseada no aproveitamento do Sol e banho de praia.

Imagem 1 - Festejo Religiosa em Tucumandeuá: levantamento de mastros:



Arquivo do Pesquisador: 23/06/2018.

A imagem a seguir representa para os moradores de Tucumandeua uma paisagem “natural” de relevante valor por demonstrar parte da identidade amazônica e a história local da comunidade:

Imagem 2 – Pesca no rio Tucumandeua



Arquivo do Pesquisador: 21/07/2018.

A paisagem acima demonstra os patrimônios naturais, materiais e imaterial, posto que a rio dá sentido a economia diária, ao imaginário social e a posse territorial. Para Santos (2014b, p.32) é pela força do lugar que a totalidade mundo é expressa e combatida. Assim, conjecturamos que as paisagens na Amazônia, quando consideramos a dinâmica da economia do turismo e do patrimônio, devem fundamentar as estratégias de desenvolvimento socioespacial, valorizando as endogeneidades e considerando as espacialidades locais.

REFERÊNCIAS

- CAMPOS, Rui Ribeiro de. Breve Histórico do Pensamento Geográfico Brasileiro nos Séculos XIX e XX. Jundiaí, Paco Editorial: 2011.
- Convenção Europeia da Paisagem. Disponível em: <https://rm.coe.int/16802f3fb7>. Consultado em: 02 jul. 2019.
- CRUZ, Silvia. H. R. Turismo Sustentável na Amazônia: o contexto do desenvolvimento endógeno. In: FIGUEIREDO, Silvio. L. Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional – Belém, NAEA, 2008 – 132-146.
- PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geosp** – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892.
- Ribeiro, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio – Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC. 2007. p. 152; 16 x 23 cm. – (Pesquisa e Documentação do IPHAN: 1).

ISBN 978-85-7334-054-9. Bibliografia; p. 114. Anexos: p. 120.

SANTOS, Milton. Da Totalidade ao Lugar. 1ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

_____. Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico, científico e informacional. 5ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

_____. Metamorfose do espaço Habitado: Fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. 7ª Ed. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do Conceito de Paisagem na Geografia. Disponível em:http://geoplan.net.br/material_didatico/Schier_2003_conceito%20de%20paisagem.pdf. Acessado em: 03 jul. 2019 – (p. 1-7).

SILVA, Anelino Francisco da. Patrimônio Cultural e Paisagem em sua Significação Espacial . Geotemas, Pau dos Ferros, Rio Grande do Norte, Brasil, v.5, n.2, p.19-29, jul./dez., 2015.

ILHA DO CAMPECHE: PATRIMÔNIO CULTURAL E TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA.

Luciana Jasmim¹

Carla Cruz²

INTRODUÇÃO

A partir da demanda da comunidade local por mais instrumentos e a possibilidade de ampliação dos olhares sobre experiências que relacionem de forma sustentável o patrimônio cultural, a comunidade local e o turismo o IPHAN e o Instituto Ilha do Campeche realizaram nos dias 09 e 16 de maio de 2019, o Minicurso “Ilha do Campeche: Patrimônio Cultural e Turismo de Base Comunitária”.

O minicurso visou servir como espaço de ensino-aprendizagem compartilhado, sendo aberto às pessoas interessadas em refletir, dialogar e implementar ações relacionadas com a gestão compartilhada de bens patrimoniais com potencial turístico, em especial aquelas que vivem e construíram suas referências culturais na área de entorno da Ilha do Campeche.

A Ilha do Campeche foi tombada como Patrimônio Arqueológico e Paisagístico Nacional em 2000. Destaca-se como motivação para o tombamento o valor inestimável do patrimônio arqueológico e a notabilidade pela unidade da paisagem presente na ilha.

Além das inscrições rupestres e oficinas líticas, a Ilha do Campeche possui especial beleza cênica com paisagens que impulsionam considerável fluxo turístico, consolidando-se assim como um bem patrimonial tombado pelo governo federal e um produto turístico que encanta turistas do mundo inteiro, gerando renda para muitas famílias do seu entorno.

Nesse contexto, as atividades e reflexões propostas durante o minicurso buscaram proporcionar o diálogo e a partir das informações compartilhadas, despertar nos participantes o interesse em fortalecer as ações desenvolvidas em sua comunidade que proporcionem a gestão compartilhada com foco na proteção dos bens patrimoniais e o desenvolvimento de um turismo sustentável. Por meio de suporte áudio visual, textos, palestras e atividades em grupo, os participantes foram convidados a discutir, analisar e entrar em contato com temas relacionados ao Patrimônio Cultural e Turismo de Base Comunitária.

O foco principal de público para o minicurso foram os signatários do Termo de Ajuste

¹ Mestranda em Preservação do Patrimônio Cultural no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PEP/MP/IPHAN/2017), com área de concentração em Gestão do Patrimônio Cultural e Turismo. Oceanógrafa formada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008). Tendo trabalhado com Levantamento e Diagnóstico Ambiental, além da Gestão, Análise e Espacialização de Dados Ambientais e Socioeconômicos. Arquiteta e Urbanista formada pela Universidade Geraldo diBiase (2016), tendo desenvolvido Projetos Arquitetônicos e Urbanísticos, e pesquisas com o Tratamento e Espacialização de dados Socioeconômicos para Gestão Urbana.

² Atua na área de Educação Patrimonial no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Iphan, atualmente no Iphan/SC e, anteriormente, na Superintendência no Pará (2010-2016). Possui experiência em educação patrimonial e processos e metodologias participativas. Mestranda em Preservação do Patrimônio Cultural no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (PEP/MP/IPHAN/2017). Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará (2006). Mestre em Turismo pela Universidade de Brasília (2009), com área de concentração em Cultura e Desenvolvimento Regional e linhas de pesquisa relacionadas à Economia do Turismo, Cultura, Políticas Públicas, Gestão, Direitos Humanos e Sustentabilidade.

de Conduta 2018/19 | Ilha do Campeche, Monitores da Ilha do Campeche, Comunidade do entorno da Ilha do Campeche. Além destes, também se interessaram pelo evento e participaram guias de turismo e professores.

A produção deste artigo nasce a fim de atender a demanda dos participantes do minicurso por um material que se possa usar para relembrar os conteúdos trabalhados no minicurso, assim como ampliar a difusão da informação e seguir adiante com as discussões dentro da comunidade. Isso se torna fundamental considerando que a última atividade do minicurso foi o início da construção de uma Matriz SWOT a qual de forma espontânea os participantes do minicurso se propuseram a em reuniões autogestionadas darem continuidade a fim de garantir que o planejamento dos processos a serem realizados dentro da comunidade se tornem cada vez mais autônomos, garantindo que os anseios dos que vivem e moram no entorno da ilha do Campeche sejam considerados prioridade dentro do processo de gestão.

METODOLOGIA

O minicurso começou com uma apresentação para que se pudessem se apresentar entre si os participantes, e se conhecer seus anseios e expectativas em relação ao evento que se iniciava. Então, teve início a primeira palestra que abordou aspectos relacionados a história, patrimonialização e processo de gestão dentro da ilha do Campeche. Posteriormente foi realizada palestra sobre aspectos conceituais do turismo e sobre o turismo na Ilha do Campeche. Então, se iniciou um debate. Após o debate, os participantes foram orientados sobre atividades a serem realizadas no encontro seguinte, assim como foram convidados a procurar na internet informações sobre o turismo de base comunitária, e ler alguns casos desse tipo de turismo em Santa Catarina em um livro que seria enviado por e-mail.

O encontro seguinte foi iniciado com uma dinâmica na qual os participantes apresentaram seus objetos de afeto relacionados com o patrimônio comunitário deles. Essa dinâmica foi importante para se trabalhar a diferenciação dos conceitos entre patrimônio individual e comunitário. E, reforçar a diferença entre referências culturais e a patrimonialização pelo Estado.

As referências culturais predominantes foram relacionadas a pesca, engenhos de farinha e a atividade das rendeiras. Com predomínio nas falas das relações compartilhadas existentes na comunidade que se fundamentavam na cooperação para subsistência mútua.

Posteriormente a dinâmica foi realizada a palestra sobre turismo de base comunitária, na qual foi ressaltada a diferença entre um turismo sustentável e um predatório, e foram trazidos exemplos inspiradores sobre turismo de base comunitária. Então, de forma sucinta foi apresentado aos participantes os conceitos relacionados a elaboração de uma Matriz SWOT de forma conjunta foi escolhido qual seria a questão a ser trabalhada com a matriz, e optou-se por: “Na sua análise, como está a conservação do Patrimônio Nacional Ilha do Campeche hoje?”. Partiu-se do pressuposto que o objetivo e prioridade do grupo é conservação da Ilha do Campeche. Cada participante escolheu pelo menos uma palavra para cada um dos quadrantes da matriz, no âmbito interno as forças e fraquezas, e no âmbito

externo as oportunidades e ameaças. Assim, foi possível elaborar uma “foto” preliminar do atual momento da Ilha do Campeche, que poderá ser um propulsor de análise e reflexão pela comunidade, a fim de estabelecer estratégias para o fortalecimento de sua cooperação e nortear suas ações em relação a Ilha do Campeche.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Durante os dois dias de encontro ficou evidente o interesse predominante dos participantes por questões pungentes tais como o transporte de turistas para a ilha, questões relacionadas ao lixo e problemas ambientais ampliados na alta temporada, e inclinação para todo momento em se distanciarem do objetivo do minicurso para tornar o espaço de discussão semelhante ao de uma audiência pública.

Também se manifestaram questões que são prementes de discussões de espaço com participação social, tais como a resolução de problemas urgentes que incomodam a comunidade e que não são solucionados com a celeridade necessária pelo poder público. Assim como se manifestaram divergências de interesses que ocorre entre os próprios membros da comunidade.

A fim de se conseguir manter o foco no objetivo do minicurso, sempre que necessário, os participantes foram lembrados que este ambiente em específico tinha sido criado para proporcionar a ampliação do olhar sobre possibilidades que a própria comunidade deveria conduzir. Sendo que não era possível que as facilitadoras resolvessem nenhuma das demandas imediatas da comunidade. Essa questão relacionada aos anseios de quem vive as problemáticas quando se encontra com quem vem de fora trazer novos olhares ou possibilidades é natural em espaços como espaços. E deve ser conduzido com respeito aos sentimentos de quem vivencia os problemas e ao mesmo tempo com o profissionalismo de assumir as limitações de forma clara e assertiva, a fim de evitar que expectativas não esclarecidas possam quebrar o vínculo de confiança fundamental entre educadores e educandos.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO. Roberto; SAN SOLO. Davis Gruber; e BURSZTYN. Ivan (organizadores). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2010.

Brasil. Ministério do Turismo. **Segmentação do turismo e o mercado**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

INSTITUTO ILHA DO CAMPECHE. **Relatório visitaçao 2004 – 2017**. Florianópolis: Instituto Ilha do Campeche, 2019.

VARINE. Huges de. **As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Tradução Maria de Lourdes Parreira Horta. Porto Alegre: Mediatrix, 2013.

ALTER DO CHÃO: *ESPAÇO DE PAISAGENS* NA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Elcivânia Barreto¹

Alessandra da Silva Lobato²

Debora de Oliveira Serra³

RESUMO

O objetivo é compreender a Vila de Alter do Chão a partir da análise de imagens e do conceito de espaço de paisagens. Foram realizados levantamentos e análises bibliográficas sobre o tema, bem como de imagens de sites. Constatou-se que, na Vila de Alter do Chão, a praia denominada Ilha do Amor se constitui como um espaço de paisagens.

INTRODUÇÃO

A Amazônia é uma das regiões do planeta com maior biodiversidade o que contribuiu para ser também uma área bastante cobiçada por seus recursos. Desde a década de 1950, com os projetos de integração nacional e colonização, a região vem passando por um processo mais intenso de exploração dos recursos. Atividades mais recentes como o turismo passaram, também, a figurar no rol de exploração da região, principalmente, a partir da década de 1990. Desde o período colonial, a floresta mexe com o imaginário das pessoas ao redor do planeta, por sua grandiosidade, pelos mistérios e mitos que a circundam, imagem que sempre favoreceu a atração de visitantes.

Diante dessas considerações questiona-se qual a imagem da paisagem da Vila de Alter do Chão é divulgada em sites? Há espaços de paisagens definidos por meio dessas imagens na Vila de Alter do Chão?

Diante disso, esta pesquisa buscou compreender a Vila de Alter do Chão a partir da análise de imagens e do conceito de espaço de paisagens (CAUQUELIN, 2008).

METODOLOGIA

Esta pesquisa, que teve como recorte espacial a Vila de Alter do Chão, foi desenvolvida a partir de levantamentos e análises bibliográficas sobre o conceito de paisagem (SANTOS, 2008) e espaços de paisagem (CAUQUELIN, 2008). Realizou-se ainda consulta a dados contidos no Plano Encontro (Plano Estratégico de Turismo de Santarém e Belterra), além de levantamentos e análise de imagens das paisagens da Vila Alter do Chão em sites da internet, por meio de buscas no Google Imagens.

A análise de imagens consiste em entender que “a imagem é um produto que revela a visão de mundo, expressa a sensibilidade e a intencionalidade de seu autor na captura

1 Turismóloga, Geógrafa, Mestre em Geografia e Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo. Professora da Secretaria de Educação do Estado do Pará. E-mail: vaniabarreto21@gmail.com

2 Geógrafa, Mestre em Geografia e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo da UFPA. Professora da Secretaria de Educação do Estado do Pará. E-mail: alessandrageo19@yahoo.com.br

3 Turismóloga, Mestre em Geografia e Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo da UFPA. Técnica da Secretaria de Estado de Turismo. E-mail: debserra1980@hotmail.com

de determinado momento da realidade” (SOUZA e OLÁRIA, 2014, p. 2). As imagens “representam as atividades de um grupo social, suas significações específicas o que possibilita a compreensão das ações humanas em determinados momentos históricos.” (SCHIMITT, 2007, p.11).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

ESPAÇOS DE PAISAGENS E GEOGRAFIA: UM OLHAR SOBRE A AMAZÔNIA BRASILEIRA

A Amazônia é um dos cartões-postais do Brasil para o turismo, dada sua biodiversidade natural e seus elementos culturais marcantes na paisagem que revelam certa especificidade da região, o que a torna objeto de desejo e consumo no mercado turístico nacional e internacional.

O Pará, parte da Amazônia brasileira, se destaca como um dos principais destinos turísticos da região. Ao realizarmos um levantamento sobre a situação do Pará nas ofertas do trade Brasil, observou-se que Alter do Chão é apontada entre algumas das principais ofertas do Pará representando 5% do total (SANTAREM, 2015).

Outro dado importante apresentado pelo Plano Encontro (SANTARÉM, 2015) foi a análise da percepção do turista local em relação a região. Segundo os dados, os turistas consideraram a natureza como o elemento mais representativo do Tapajós, sendo a natureza a soma de vários elementos (Alter do Chão + belezas naturais + floresta + paisagens + praias, onde o produto “praias” tem o maior peso), isso tudo em conjunto totalizou aproximadamente 60% das citações.

Tais dados revelam como Alter do Chão é um dos principais lugares turísticos do Pará, tendo em sua paisagem natural, um elemento representativo para a indução do turismo na região. Diante disso, este estudo, como ressaltado anteriormente, propõe um diálogo com os conceitos de paisagem proposta por Santos (2014) e espaço de paisagens de Cauquelin (2008).

Para Santos (2014) a paisagem é um “conjunto heterogêneo de formas naturais e artificiais; é formada por frações de ambas, seja quanto ao tamanho, volume, cor, utilidade, ou por qualquer outro critério. A paisagem é sempre heterogênea. A vida em sociedade supõe uma multiplicidade de funções, e quanto maior o número desta maior a diversidade de formas e de autores. Quanto mais complexa a vida social, tanto mais nos distanciamos de um mundo natural e nos endereçamos a um mundo artificial (SANTOS, 2014, p. 71.). Desta forma, a dimensão da paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos, sendo estes determinantes para a compreensão da paisagem.

Em consonância com Santos (2014), Cauquelin (2008) nos apresenta o conceito de espaços de paisagem, no qual aponta que estes são definidos a partir das sensações despertadas nos indivíduos por meio da imagem e representação da paisagem, implicando em configurações de “novos” espaços de convívio e do interesse social.

Chemin (2013, p. 50) ao relacionar espaços de paisagens com o turismo entende que “*espaços de paisagens* representam recortes espaciais da cidade que projetam paisagens de distinto valor social e simbólico para práticas do turismo, em especial as que envolvem experiências estéticas de fruição visual”.

É partindo desta relação e da adoção do conceito de espaço de paisagens e turismo, que apresentamos a seguir o estudo realizado sobre a Vila de Alter do Chão.

ESPAÇOS DE PAISAGENS EM ALTER DO CHÃO: ELEMENTOS PARA UM DIALOGO

A Vila de Alter do Chão possui 261 anos, está localizada no município de Santarém, estado do Pará. Distante cerca de 37 km da sede do município, possui cerca de 6 mil habitantes e é banhada pelo rio Tapajós. A vila, conhecida também como caribe da Amazônia, ganhou destaque como turístico, principalmente pela praia de rio que aparece durante o ‘verão amazônico’, que ocorre entre os meses de agosto a dezembro.

Considerando o levantamento de imagens que foi realizado para esta pesquisa, por meio de site de busca, verificou-se que as imagens predominantes fazem referência a paisagem natural da Vila de Alter do Chão, mais precisamente a imagem da praia da Ilha do Amor

Imagem 01



Figura 01. Ilha do Amor – Praia de Alter do Chão

Diante dessas evidências constatou-se que a praia se constitui em um espaço de paisagens dentro da Vila de Alter do Chão, o qual vem configurando ao longo do tempo, “novos” espaços de convívio e de interesse social, uma vez que é apontada como um dos principais atrativos turísticos da região e para tanto utilizada como imagem de divulgação e comercialização do destino.

Analisar a vila de Alter do Chão, à luz do conceito de espaço de paisagens, permitiu identificar qual paisagem da vila é mais valorizada nos sites que divulgam o turismo da região. Sendo assim, os sites projetando a imagem da praia Ilha do Amor da Vila de Alter do Chão, denominação pouco conhecida, como cartão postal de Santarém, com vistas a comercialização do destino e aumento do fluxo de turistas no destino. Retomando Cauquelin (2008), o espaço de paisagens é definido a partir dos sentidos, das sensações, dos

comportamentos que os indivíduos têm a partir de uma imagem ou uma representação de paisagem. Sendo assim, imagem de divulgação de um destino turístico, é determinante para aumentar a sua competitividade no mercado turístico, além disso, a imagem é fundamental para despertar sensações, desejos, interesses nos indivíduos para eleger espaços turísticos e consumi-los.

REFERÊNCIAS

- CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. Lisboa: Edições 70, 2008.
- CHEMIN, Marcelo. **Espaços de paisagens em cidades turísticas: centros históricos e orlas do litoral do Paraná**. Revista Terr@Plural, Ponta Grossa, v.7, n.1, p. 43-60, jan/jun. 2013.
- SANTAREM. **Plano Encontro** (Plano Estratégico de Turismo de Santarém e Belterra 2015-2025). Secretaria Municipal de Turismo de Santarém, 2015.
- SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado**. 6ª ed. São Paulo: EDUSP, 2014.
- SOUZA, Vânia Lúcia Costa Alves; OLÁRIA, Vânia. **Outros olhares sobre o uso da imagem em pesquisa qualitativa: o exercício com a interpretação de Didi Huberman**. Revista Comun. & Inf., Goiânia, GO, v. 17, n. 2, p. 06-22, jul./dez. 2014.
- SCHIMITT, J. **O corpo das imagens: ensaios sobre a cultura visual na Idade Média**. São Paulo: Edusp, 2007.

**DE BUBUIA NO RIO:
A utilização do símbolo de moradia cabocla no
fortalecimento do turismo local.**

Andreza Vidinha de Paula¹

Cláudia Araújo de Menezes Gonçalves Martins²

INTRODUÇÃO

Os flutuantes na cidade de Manaus eram símbolos de moradias precárias, utilizadas por uma demanda social que não obtinha situação financeira suficiente para deter uma casa na cidade com água encanada e eletricidade instalada. Por volta dos anos vinte as casas construídas sobre toras de madeiras se espalharam pela orla da cidade transformando a paisagem e consequentemente a imagem da cidade de Manaus que passou a ser caracterizada como a “Cidade Flutuante”. Imortalizada por Benchimol. O lazer por sua vez sequer rodeava o imaginário do caboclo que possuía preocupações mais urgentes, como sobreviver. O Turismo era por sua vez uma palavra desconhecida e distanciada da realidade deste espaço sustentado sobre o Rio Negro, mas que de forma incrivelmente ascendente se transformou em uma das maiores atrações turísticas da cidade de Manaus. Deixou de ser vista como um lugar precário e marginalizado da cidade, ganhou novas características afim de suprir as necessidades do público exigente e inteiramente motivado pelo lazer. Este trabalho aborda as diferentes transformações de um mesmo espaço e sua valorização diante do turismo local. Realizando um resgate da cultura local e analisando os impactos sociais e ambientais desses novos empreendimentos para o turismo Amazônico.

METODOLOGIA

Quanto à metodologia, caracteriza-se pelo método exploratório e descritivo, tendo como procedimentos técnicos a revisão bibliográfica e a pesquisa participante. Agregando a exploração com a utilização da busca virtual e midiática dos empreendimentos e do público alvo.

Discussão dos Resultados

Ao andar por entre as estradas de rio na Amazônia e encontrar uma casa flutuante as margens é absolutamente comum. Dentre as paisagens vistas durante uma viagem de barco como florestas e igapós, as casas sobre as toras de madeira mesclam a paisagem e descrevem o modo de vida do caboclo. Este cenário não se limita apenas aos interiores longínquos, os flutuantes também passam a compor o cenário cultural da capital e a trazer

¹ Turismóloga, Mestre em Sociedade e Cultura na Amazônia- UFAM, Professora do curso de Turismo do Centro Universitário Fametro, Membro do Grupo de pesquisa Gerenciamento de resíduos Sólidos- GERES e Membro do Grupo de pesquisa Processo Civilizador na PanAmazônica- PCPAM.

² Turismóloga, Mestre em Gestão de Negócios Turísticos-UECE, Doutoranda em Turismo e Hotelaria-UNIVALI, Professora Assistente do Curso de Turismo da Escola Superior de Artes e Turismo-ESAT da Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica-NEICAM e Membro do Grupo de Pesquisa Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas-OBSERVATUR UEA.

novas possibilidades de uso.

Entendendo o processo evolutivo do uso dos flutuantes na cultura Manauara, sigo a trilha de um pequeno resgate histórico da origem dos flutuantes na cidade de Manaus. reconhecendo que por volta dos anos vinte a capital se deparou com a crise de moradias, intensificada pela a migração de nordestinos e ribeirinhos a capital. A grande migração de pessoas e a falta de recursos suficientes para a compra de terrenos, trouxeram essas famílias para alternativas de moradias mais econômicas, culminando na expansão do número de casas construídas sobre toras de madeiras flutuantes. Segundo Bechimol (1964) O espaço utilizado para o estabelecimento desse tipo de moradia se transformou em uma “cidade flutuante”, vista como uma área marginalizada da sociedade. Aos poucos essa cidade paralela foi se estruturando de acordo com as necessidades de seus moradores, as tábuas de *bubuia*³ se transformaram em ruas e as casas passaram a ter funcionalidade para pequenos comércios.

Após a breve descrição da origem passamos a discutir suas transformações voltadas para o lazer da classe média/ alta dos moradores Manauaras e turistas. Se no passado o flutuante era visto como uma forma de moradia precária, hoje os flutuantes, especificamente os localizados nas proximidades do Lago do Tarumã passam a ter grande valorização para o lazer e o turismo local. Ofertam a cultura cabocla amazonense com requinte e mesclando a atividades esportivas que exploram a natureza exuberante que cerca os novos empreendimentos.

Os flutuantes passaram a ter novas estruturas capazes de suportar de 30 ou mais 100 pessoas em um mesmo espaço. As características culturais que tanto atraem os visitantes a Amazônia como o banho de rio, o embalar da rede, a comida regional servida no meio do rio e principalmente o contato direto com a natureza, atraem forte demanda. Uma alternativa de lazer para os manauaras e uma nova oferta turística para os visitantes.

A cultura ribeirinha no Amazonas sempre nos deleitou com uma enorme gama de peculiaridades acompanhada de costumes caboclos que caracterizam o imaginário Amazônico. Somos privilegiados por estarmos na Floresta e ela em nós. Porém o uso desse majestoso meio natural de forma desordenada seguindo um fluxo altamente desenfreado traz grandes consequências para a poluição e contaminação dos rios.

Para que se tenha conhecimento do quantitativo dos empreendimentos que foram criados nos últimos anos para suprir essa demanda, organizei os dados obtidos através dos recursos midiáticos em uma tabela destacando os flutuantes mais conhecidos e frequentados.

Dentre os destacados estão os empreendimentos que estão abertos ao público em geral e os empreendimentos que são disponibilizados somente por aluguel de diária, ofertando inteira exclusividade. Os flutuantes exclusivos para ocasiões particulares oferecem todo conforto que um hotel na cidade pode ofertar. Em suas redes sociais, ferramenta utilizada para divulgar e atrair os amantes dos flutuantes, a preocupação com as questões ambientais não fazem parte da imagem vendida, suas prioridades estão em ofertar atrações variadas

3 *Bubuia*: Ato ou efeito de boiar, expressão amazônica usada quando se quer dizer que está flutuando na água.

e a maior quantidade de serviços possíveis para seus visitantes, que vão desde de alugueis de equipamentos para explorar o rio a pratos regionais preparadas por chefes renomados na capital.

Tabela: 1

FLUTUANTE	LOCALIZAÇÃO	FUNCIONAMENTO	RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL	DISPONIBILIDADE
Sup cabana	Próximo à Praia Dourada	sex/dom	Não revelado	Aberto ao público
Lotus	Lago tarumã Açú	Diariamente	Não revelado	Locação de Diária
Sun Paradise	Próximo à Praia Dourada	Diariamente		Aberto ao público
Sedutor	Próximo à Praia Dourada	Diariamente	Não revelado	Aberto ao Publico
Bela vista	Lago Tarumã Açú	Diariamente	Não revelado	Locação de Diária
Flubinho	Lago Tarumã Açú	Diariamente	Não revelado	Locação de Diária
Ecolazer	Lago Tarumã Açú	Diariamente	Não revelado	Locação de Diária
Sup Amazonas	Praia dos Passarinhos	Diariamente	Não revelado	Aberto ao publico
Pier 14	Lago Tarumã Açú	Diariamente	Não revelado	Locação de Diária
Abaré	Lago Tarumã Açú	Diariamente	Não revelado	Aberto ao publico
Flutu	Lago Tarumã Açú	Diariamente	Não revelado	Locação de Diária
Amazônia	Praia Dourada	Diariamente	Não revelado	Aberto ao Publico
Nativos	Lago Tarumã Açú	Diariamente	Não revelado	Locação de Diária
ribeirinho	Lago Tarumã Açú	Diariamente	Não revelado	Locação de diária
Quintal	Próximo à Praia Dourada	Diariamente	Não revelado	Locação de Diária
Hiver house	Lago Tarumã Açú	Diariamente	Não revelado	Aberto ao publico
Ziah	Lago Tarumã Açú	Diariamente	Não revelado	Locação de Diária

PALAVRAS CHAVES

Cultura; turismo; meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BENCHIMOL, Samuel. Amazônia: um pouco- antes e além- depois, Manaus: Umberto Calderado, 1977.

MELO, Victor Andrade de. Introdução ao lazer/Victor Andrade de Melo, Edmundo de Drummond Alvez Jr. 2 ed. Barueri, SP: Manole, 2012.

SOUZA, Leno Barata. Cidade Flutuante: Uma Manaus sobre as águas. Universidade de Venezia- Ca Foscari, 2016.

**TURISMO AMAZÔNICO:
Aprendendo com as experiências do
Alto Rio Solimões, Amazonas.**

Cristiane Barroncas Maciel Costa Novo¹

Edilza Laray de Jesus²

INTRODUÇÃO

A contemplação do sistema ambiental amazônico, em parte, manifesta-se a partir do fenômeno turístico. Entretanto, devido a correlação de forças de diferentes agentes, bem como por uma formação acadêmica fragmentada e estritamente tecnicista, a realidade desvelada pelas proposições para entender o real, como algo científico, são insuficientes para a apreensão do turismo amazônico, os quais apresentam incompletudes basais ao desconsiderarem estruturas reais e, conseqüentemente, se aproximarem de estruturas forjadas pelo capital.

O fenômeno turístico existente na tríplice fronteira Brasil - Colômbia - Peru existe segundo Ochoa Zuluaga (2015) desde a década de 1950. As cidades de Tabatinga, no Estado do Amazonas (BR) e de Leticia, capital do Departamento Amazonas (CO) se conectam por via terrestre e fluvial, e a ilha de Santa Rosa do Javari, no Departamento de Loreto (Peru) tem uma conexão pelo rio com as duas cidades. A existência dessa prática é visível, principalmente na cidade colombiana de Leticia.

A tríplice fronteira é uma parte da Amazônia cheia de encantos e riquezas. Lugar onde se estabelecem diálogos de saberes e experiências, seja por meio das diferentes línguas e dialetos intergeracionais ou ainda pelas pesquisas das mais diferentes áreas, com interesses e olhares sobre o lugar empreendidas por antropólogos, geógrafos, turismólogos, biólogos, agrônomos dentre tantos outros. Não é difícil encontrar com alguns deles andando pelas ruas das cidades de Tabatinga e de Leticia.

Ao eleger o turismo amazônico como objeto do conhecimento, as questões norteadoras da pesquisa foram assim definidas: A formação em turismo tem possibilitado enxergar o sistema ambiental ou vem privilegiando as questões estritamente tecnicistas? A organização do turismo e as práticas turísticas estão considerando a conservação ambiental nesse lugar? Quais atrativos turísticos são representativos para atrair o visitante para a Amazônia?

Dito isto, a pesquisa teve como objetivo geral analisar, a partir da dinâmica do Alto rio Solimões, a contribuição do turismo para a conservação ambiental amazônica. E como objetivos específicos, historiar a formação em turismo no Alto rio Solimões, identificar a organização local do turismo e sua relação com a conservação ambiental, e por fim, descrever a percepção ambiental dos atores sociais em relação ao turismo e aos atrativos turísticos.

¹ Bacharel em Turismo e Administração. Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Docente do curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas. Integra o grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica. cbarroncas@uea.edu.br

² Geógrafa. Doutora em Educação. Docente do curso de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas. Líder do grupo de pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica. ejesus@uea.edu.br

METODOLOGIA

Superar os métodos das certezas e suas imposições às pesquisas científicas é necessário, mas nem sempre é fácil promover essa ruptura em nossas posturas e *práxis* científicas. O avanço da ciência prescinde de um *método vivo*, como expressa Almeida (2012). A novidade na construção do conhecimento para Morin está na ligação do todo com as partes e vice-versa: “[...] Hoje, a nossa necessidade histórica é de encontrar um método que detecte e não oculte as ligações, as articulações, as solidariedades, as implicações, as imbricações, as interdependências, as complexidades” (MORIN, 2008, p.29). O pressuposto teórico paradigmático da tese considerou o método da dialética da complexidade sistêmica de Edgar Morin (1996) e o Estudo de Caso de Robert Yin (2015). Utilizou-se a pesquisa bibliográfica, documental, exploratória, descritiva e a pesquisa de campo, além do uso das técnicas da observação direta e participante, entrevistas com roteiro prévio, registros fotográficos, coleta de coordenadas com GPS, uso do gravador e notas de campo.

A dialética da complexidade sistêmica, segundo Morin (1996) oportuniza a apreensão de parcelas da complexidade no real, compreendendo o sujeito e o ambiente a partir dos conceitos indissolúveis de sistema, interação e organização. O estudo de caso é uma investigação empírica e “investiga um fenômeno contemporâneo (o “caso”) em profundidade e em seu contexto de mundo real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto puderem não ser claramente evidentes” (YIN, 2015, p.17).

Em relação aos sujeitos da pesquisa foram divididos em dois grupos para que os instrumentos de coleta de dados pudessem posteriormente ser aplicados e analisados, são eles: *Grupo 1* - Moradores e *Grupo 2* - Visitantes. Do grupo de moradores, formou-se especialmente o grupo de moradores egressos do Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo realizado na UEA/CESTB. O projeto foi cadastrado junto a Plataforma Brasil para as devidas apreciações obtendo aprovação em 2017.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados da pesquisa revelaram a existência de algumas qualificações em turismo em diferentes formatos e organizadas por diferentes instituições, mas apenas uma formação superior - o Curso Superior de Tecnologia em Gestão do Turismo ofertado em turma única pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA) em seu Centro de Estudos Superiores de Tabatinga (CESTB) com início em 2010. A análise da matriz curricular, das práticas pedagógicas e dos trabalhos de conclusão de curso demonstrou que o sistema ambiental precisa ser priorizado, considerando o lugar na qual o curso se inseriu.

Em uma análise geral dos títulos defendidos há uma relação direta do turismo com as seguintes temáticas: percepção, patrimônio cultural, gastronomia, hotelaria, evento, educação, lazer, tecnologia, *marketing*, infraestrutura e infraestrutura turística. Embora quase 30% dos projetos estejam voltados para a questão da “educação turística”, ficou evidente que a preocupação maior dos autores dos projetos foi dar um novo sentido aos espaços públicos, não necessariamente turísticos, existentes no município.

O turismo para avançar enquanto área do conhecimento precisa se reinventar, buscar a interdisciplinaridade, religar saberes, valorizar as vivências, colocar o sujeito e o ambiente no centro dessa discussão. Não há mais espaço nas universidades para discursos utilitaristas, reducionistas na compreensão da sua própria episteme, é preciso dialogar e tratar a formação dos educandos como algo essencial para superar a falta de identidade da área.

No que se refere a organização do turismo no Alto rio Solimões, ela é mais visível na cidade de Leticia (CO), em razão das interações na oferta de produtos e serviços turísticos com forte apelo ambiental e da existência de políticas públicas voltadas ao turismo. É possível afirmar que o turismo no Alto rio Solimões tem suas raízes nas décadas de 1950 e 1960, mas é nos anos 2000 que ele ganha um *status* mais relevante e as pessoas do lugar começam a percebê-lo de maneira mais dinâmica, e cabe a Leticia destaque nesse cenário.

No tocante a percepção do turismo por moradores e visitantes, eles o associam a três palavras: conhecer, lugar e cultura. Entendem turismo como “conhecer a cultura e a natureza”, além de “novos lugares e lugares turísticos”. Acerca das palavras Morin (2008a) nos fala que o sentido de uma palavra é, naturalmente, concebível sob a forma de unidade de sentido descontínua e passível de isolamento, mas a definição dessas unidades é constituída de palavras e frases dotadas de outros sentidos, e *nesse sentido*, o sentido é inseparável de um *continuum* e do seu conjunto sistêmico organizador.

Nesse contexto, por exemplo, o verbo “conhecer...” e seus *continuuns* foram a ‘cultura, as pessoas, os lugares, coisas novas e diferentes, a arte, a expressão do povo, um bioma’, ou seja, turismo está diretamente vinculado a conhecer para a maioria dos entrevistados, e, embora esse fenômeno envolva movimento, o “ato de conhecer” na percepção do moradores e visitantes da tríplice fronteira é mais significativo, nos levando a repensar o seu conceito e todos os aspectos que o envolvem.

Finalmente, propõe-se o turismo amazônico como categoria reflexiva capaz de pensar o turismo na e para a Amazônia a partir de uma formação que tenha uma relação profunda com o ambiente, tendo em vista a necessidade da conservação ambiental e da biodiversidade como condições para a continuidade da vida, e também os motivos pelos quais os visitantes buscam esse lugar. Independente da nomenclatura que o turismo receba, eles desejam contemplar as florestas, o rio, a cultura, em resumo, a sociobiodiversidade.

É preciso entender a contemplação e os encontros estabelecidos com o outro e as trocas advindas dele, momentos transformadores. A cultura indígena precisa ser evidenciada, valorizada, reconhecida. Virar as costas para ela é tornar o destino Amazônia sem significado, sem essência.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. C. Método complexo e desafios da pesquisa. In: ALMEIDA, M. C.; CARVALHO, E, A. **Cultura e pensamento complexo**. Porto Alegre: Editora Sulina, 2012.

- MORIN, E. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- _____ **O método 1: a natureza da natureza**. 2.ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.
- _____ **O método 4: as ideias: habitat, vida, costumes, organização**. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2008a.
- OCHOA ZULUAGA, G. I. **Global tourism chains and local development in the Amazon: Implications for community wellbeing**. 's-Hertogenbosch: BOXPress BV, 2015. 169 p.
- YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

ANÁLISE DA POTENCIALIDADE DAS PAISAGENS CULTURAIS PARA O TURISMO: Um estudo no norte do Paraná.

Alini Nunes de Oliveira¹

Maria del Carmen M. H. Calvente²

INTRODUÇÃO

A paisagem assume importância relevante no estudo do turismo por se tratar do principal recurso para sua existência. Muitos destinos são escolhidos por conta de suas paisagens, que assim se constituem em recursos turísticos com base nos valores que lhes são atribuídos. Além de seus componentes materiais, a paisagem é impregnada de valores simbólicos e estéticos, já que sua apreciação varia entre os indivíduos. A materialidade pode ser a mesma, mas a representação que se faz dela muda constantemente. A paisagem, composta pela associação de elementos naturais e culturais, é formada por muitos significados atribuídos com base no imaginário social.

A valorização das paisagens pelos turistas está atrelada fortemente às necessidades psicossociais de mudança do cotidiano e o que estas paisagens representam a cada um é diferente. Conforme salienta Yázigi (2002, p. 23), “[...] o que se busca, na realidade, não são unicamente paisagens, embora para muitos isso baste para seduzir muita gente. Buscam-se lugares que se revelam pelas paisagens, daí a importância que elas têm de elo entre o estranho e o mundo a ser descoberto”.

O presente trabalho tem como objetivo discutir sobre as propriedades das paisagens, além de analisar algumas paisagens culturais de propriedades rurais localizadas no Norte do Paraná e suas potencialidades para o turismo, a partir dos métodos de Pires (1999, 2005) e Lampton (2006).

METODOLOGIA

Esta pesquisa tem caráter qualitativo. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica (livros, teses, dissertações e artigos científicos publicados em periódicos e anais de eventos) e documental (reportagens de jornais, documentos oficiais, relatórios de pesquisa e outros) para construção do referencial teórico sobre paisagem e turismo.

Um instrumento utilizado foi o trabalho de campo, fundamental para este tipo de pesquisa, já que permite a aproximação do objeto de estudo e para a produção de informação empírica. Esta pesquisa também possui um caráter prático e buscou-se colaborar com os

¹ Doutora em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL, mestre em Geografia pela UEL, bacharel em Turismo e Hotelaria pela Universidade Norte do Paraná – UNOPAR, bacharel e licenciada em Geografia pela UEL. Atualmente é pós-doutoranda em Turismo pela Universidade Federal do Paraná - UFPR (bolsista CAPES).

² Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo - USP, mestre em Geografia pela USP e graduada em Geografia pela USP. Atualmente é professora efetiva em processo de aposentadoria da Universidade Estadual de Londrina - UEL, onde também atua no Programa de Pós-Graduação em Geografia.

empreendedores rurais no sentido de sugerir formas de aproveitamento das potencialidades para incremento da atividade turística já desenvolvida nos empreendimentos. Estas sugestões foram realizadas durante as visitas e entrevistas com os empreendedores. Também se utilizou a entrevista como uma das técnicas de obtenção de informações e interação com os proprietários rurais.

Para a análise das paisagens, foram utilizadas fotografias, que foram avaliadas com base nos métodos de Pires (1999, 2005) e Lampton (2006), já que, embora a paisagem seja carregada de atributos subjetivos, possui também qualidades intrínsecas a elas que podem ser possíveis de mensurar. Acrescentou-se também um item referente às modalidades sensoriais que mais se destacam e também que poderão ser potencializadas nestas paisagens a partir de Rodrigues (1999).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

É consenso para diversos autores que a paisagem é um dos principais elementos na escolha de um destino para viajar. Por isso, também, a importância de estudar as paisagens. Pires (1999, p. 162) enfatiza que “Se a razão de ser do turismo [...] é o deslocamento ou movimento voluntário das pessoas de um lugar para outro no espaço, então o turismo pode ser concebido como uma experiência geográfica na qual a paisagem se constitui num elemento essencial”.

Embora a paisagem seja carregada de atributos subjetivos, possui também qualidades intrínsecas. Pires (1999, 2005) apresenta um método de avaliação das qualidades visuais da paisagem que, dentre outras características, leva em conta as seguintes variáveis: diversidade - pois uma paisagem com variados elementos é mais valorizada do que uma paisagem homogênea; naturalidade - quanto mais próximo das condições naturais locais e com menos interferência humana, mais as paisagens são valorizadas; singularidade - existência de elementos naturais ou antrópicos que são atrativos “pelo seu caráter de unicidade, escassez, força, valor tradicional ou interesse histórico” (PIRES, 1999, p. 168) e atuações humanas, também chamado de detratores – que introduzem elementos artificiais na paisagem, modificando as características naturais e que causam impacto negativo no observador.

Além do método de avaliação da paisagem de Pires, Lampton (2006) no documento *The Roadscape Guide*, apresenta ferramentas para inventariação, avaliação e conservação das paisagens culturais cênicas dos corredores rodoviários, atribuindo uma pontuação às variáveis com a finalidade de identificar a paisagem cênica, sendo: Contraste: elementos claramente discerníveis na paisagem existindo lado a lado, em locais onde facilmente se percebe os limites dos elementos como água, mata, plantações, sítios, edificações etc.; Ordem: recursos naturais e culturais formam padrões que fazem sentido na paisagem; Camadas: quando sobrepostas na paisagem, permitem a criação de sensação de profundidade; Pontos focais: elementos pontuais que atraem o olhar do observador por sua forte presença; Originalidade: elementos que possuem caráter de excepcionalidade, ou

seja, são simbólicos a uma dada região (assemelha-se à classificação de “singularidade” de Pires) e Integridade: permanência de elementos/características naturais ou culturais inalterados de períodos anteriores.

Além de Pires (1999, 2003 e 2005) e Lampton (2006), será utilizada para a leitura da paisagem e potencialização da atratividade turística destas paisagens, as modalidades sensoriais de acordo com Rodrigues (1999, p. 46), pois “A paisagem contém a energia necessária para estimular as dez modalidades sensoriais que se combinam na percepção. Cada sentido se especializa em captar uma parte da realidade”.

Com a visão, se enxerga os objetos dentro do campo abrangido pelos olhos, distinguindo os objetos, suas formas, cores, tamanhos, brilhos e movimentos. A visão é seletiva e reflete a experiência que cada indivíduo possui, ou seja, cada pessoa vê o que percebe, de acordo com seus interesses individuais. O sentido sinestésico possibilita a percepção do movimento; o olfato, que capta o odor da paisagem, é importante para a formação da imagem e da memorização, assim como é importante a audição e reconhecimento dos sons; por meio do tato, as pessoas percebem a textura dos objetos, tanto ao tocar quanto ao ser tocado; o sentido vestibular permite a sensação de equilíbrio; e a sensação térmica no contato do corpo com o sol, com a vento, com a água. Contemplam também a percepção de outras modalidades como a dor, que serve como proteção do indivíduo; o paladar, ao provar os sabores da gastronomia local e o sentido químico, ao ter reações alérgicas em contato com algumas espécies da fauna e da flora que possuem substâncias agressoras ao organismo.

A valorização das potencialidades regionais (sejam elas culturais ou naturais) para o turismo pode contribuir para o desenvolvimento local de municípios e empreendedores da região, seja na oferta de empregos, complemento de renda, melhoria da qualidade de vida etc. A atividade turística desenvolvida deve levar em consideração a identidade e autonomia da população local, tendo como centro do mundo o homem, em contraponto ao turismo de massa (SANTOS, 1997).

As paisagens não são apenas a materialidade resultante da ação humana transformando a natureza. São também os simbolismos impregnados de valores. Além da gênese, estrutura e organização, é necessária a compreensão dos significados da paisagem, pois são estes que lhes dão sentido.

A paisagem, muitas vezes, é a principal motivação das viagens e matéria-prima do turismo. A valorização das paisagens pelos turistas está atrelada diretamente às necessidades psicossociais de mudança do cotidiano e o que estas paisagens representam a cada turista é diferente, pois está ligada à percepção que tem do local visitado, ou seja, ligada ao simbólico. Mas para que o momento da viagem e conhecimento das paisagens faça sentido, é necessário que o turista se aproxime da realidade, interagindo com o local.

Dessa forma, considera-se que é fundamental que haja diversificação nas paisagens apresentadas aos turistas e que sejam aproveitadas as diferentes potencialidades locais, a partir de uma análise que pode envolver seus elementos visuais, mas não apenas estes.

O despertar dos outros sentidos humanos é relevante para que os visitantes tenham a oportunidade de experimentar outras sensações ao desfrutar do que o lugar tem a lhe oferecer.

REFERÊNCIAS

LAMPTON, Kate (edit.). *The Roadscape Guide – Tools to Preserve Scenic Road Corridors*. Champlain Valley Greenbelt Alliance for the Vermont Forum on Sprawl: Vermont, 2006.

PIRES, Paula dos Santos. A análise de indicadores da qualidade visual como etapa da caracterização de paisagens turísticas: uma aplicação no distrito-sede de Porto Belo-SC. *Turismo: Visão e Ação*, v. 7, n.3, p. 417-426, set./dez., 2005.

_____. Paisagem litorânea de Santa Catarina como recurso turístico. In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani A.; CRUZ, Rita de Cássia A. da (Orgs.). *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 161-177.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri. *Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Milton. *Pensando o espaço do homem*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

YÁZIGI, Eduardo. *Turismo e paisagem*. São Paulo: Contexto, 2002. p. 11-27.

TURISMO DE NATUREZA: IMPACTOS DA ATIVIDADE APÓS A CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE (UHBM) NO MÉDIO XINGU, ALTAMIRA, PARÁ.

Rita Denize de Oliveira¹

Cristina do Socorro Fernandes Senna²

INTRODUÇÃO

A cidade de Altamira, localizada no Sudoeste do Estado do Pará, está inserida no Médio Curso da bacia do Rio Xingu. Este trecho apresenta peculiaridades geológico-geomorfológico e geográficas que a qualificam como área de elevada beleza natural inserida em área denominada por Aziz Ab Saber como paisagens de exceção originada pela presença das “*fall line ou linhas de quedas*” no contato entre a bacia Amazônica de terrenos sedimentares e terrenos de origem cristalina que compreende uma barreira biogeográfica constituída por mosaico de paisagens composta por cachoeiras, cavernas, ilhas, lagos e praias e espécies endêmicas, em cenário conhecido regionalmente como a Volta Grande do Xingu.

Essa cenário natural rústico do Xingu foi um dos fatores que contribuíram para a ocupação tardia da região. Carlos Von Den Steinen³ (1888) destaca a presença de trecho rochoso e encachoeirado contribuiu para um refúgio natural para inúmeras etnias indígenas que coexistem até os dias atuais: Xincrin de Bacajá, Assurini do Xingu, Arara, Kararaô, Araweté, Xipaya e Kuruaya. De acordo com pesquisas de Müller⁴ (1984; p. 91-114) a presença da população Asurini, é marcante no século XIX, conferiu capacidade de resistência ao avanço de colonos no auge da atividade de extração do látex e da Castanha do Pará.

Apesar da resistência dos povos indígenas a gradativamente a região foi inserida na dinâmica econômica nacional e internacional descrita por Oliveira⁵ (2017) como *inputs* que injetam na região recursos econômicos, migrantes em uma geopolítica nacional e internacional: 1º Colonização portuguesa por meio do aldeamento Missionário (1636-1883); 2º Primeira fase Borracha (1883-1942); 3º Segunda fase da Borracha complementada pela Castanha do Pará e comércio de peles (1942-1970); 4º Construção da Rodovia Transamazônica na década de 70 (1970-2011) e garimpagem ilegal; 5º Usina Hidrelétrica de Belo Monte a partir de 2011 e o 6º Mineração a partir 2012 na Volta Grande do Xingu.

O turismo apesar de não aparecer como uma atividade vinculadas aos seis grandes *inputs* a partir da abertura da Rodovia Transamazônica possibilita um maior fluxo de pessoas

1 Docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Pará. Email: denize40geoatm@gmail.com

2 Pesquisadora Associada Museu Paraense Emílio Goeldi- polensenna@yahoo.com.br

3 STEINEN, Karl Von Den. *Durch Central Brasilien Expedition zur Erforschung des Chingü in Jahre 1884*. Leipzig: F.A. Brokhaus, 1888.

4 MÜLLER, R. A. *Os Asurini do Xingu: História e Arte*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990.350p.

5 OLIVEIRA, R.D. *Dinâmica de Inundação Das Planícies Fluviais Do Rio Xingu, Na Região Do Complexo Hidrelétrico De Belo Monte - Altamira -Pa*. Tese de Doutorado UNESP. 2017.

para a região, consolidando um modo de vida urbana, porém, com vínculos afetivos e econômicos com o rural. De acordo com o censo demográfico do IBGE na década de 70 a população rural era superior a urbana, porém nas décadas seguintes essa realidade é invertida em 2010 no contexto da pré-instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte a população urbana era de 84.092 mil e a população rural de 14.983⁶ mil, informalmente no auge da construção da barragem acredita-se que a população chegou a 200 mil em Altamira.

Em Altamira algumas especificidades se relacionam ao lazer e ao turismo antes da UHBM: a) A presença de duas residências uma na cidade de Altamira, e outra nas ilhas, ou lotes na zona rural, nos chamados travessões de onde esses recursos são retirados; b) O rompimento parcial com o modo de vida rural, sendo muito comum ao final da tarde o uso dos igarapés e do próprio Rio Xingu para lazer; c) Atividades relacionadas caráter endêmico da região a exemplo de um turismo de natureza ou aventura sendo comum torneios como “Pesca do Pacu Seringa”, além de importantes atrativos turísticos como a Estação Ecológica da Terra do Meio, Caverna Planaltina considerada a maior caverna de Arenito do Brasil e caverna da Cachoeira. Além da presença do Rio Xingu, praias fluviais, igarapés, lagoas e pedrais que tiveram perda areal e dinâmica modificada após a construção da UHBM.

METODOLOGIA

A estrutura conceitual deste artigo articula a noção da Geodiversidade do Médio Xingu, o turismo de natureza e os impactos a atividade do turismo após a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. A pesquisa está vinculada aos resultados do Projeto de Pesquisa Histórico Hidrogeográfico da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, com parceria entre Universidade Federal do Pará, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e Museu Paraense Emílio Goeldi. Das etapas da pesquisa constou com levantamento bibliográfico, coleta de informações no campo, coleta de relatos e registro fotográfico e mapeamento cartográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O termo “Geodiversidade” foi empregado pela primeira vez em 1993, na Conferência de Malvern (Reino Unido) sobre “Conservação Geológica e Paisagística”. Pela necessidade de criação de um termo que englobasse os elementos não-bióticos do meio natural (SERRANO e RUIZ FLAÑO, 2007). Os autores⁸ destacam o emprego do termo na década de 40, pelo geógrafo *Federico Alberto Daus*, para diferenciar áreas da superfície terrestre, com uma conotação de Geografia Cultural.

João (2013) ressalta a relevância da publicação “Gloucestershire Cotswolds: Geodiversity Audit & Local Geodiversity Action Plan” de Owen et al. (2005) consideraram a “*Geodiversidade*

6 Dados censitários do IBGE.

7 O Torneio consiste em pesca embarcada, utilizando lanchas e barcos do tipo “voadeira e motor rabeta”, nas modalidades de arremesso ou linha comprida, exclusividade de peixe da espécie “Pacu de Seringa”, espécie endêmica da região (maior peixe, maior quantidade, e peso total do pescado pela equipe, e incluindo o maior peixe). (Fonte: <http://setur.pa.gov.br/eventos>).

8 ROJAS, j. (2005). *Los desafíos del Estudio de la geodiversidad*. Revista Geografica Venezolana. 46 (1). 143-152p.

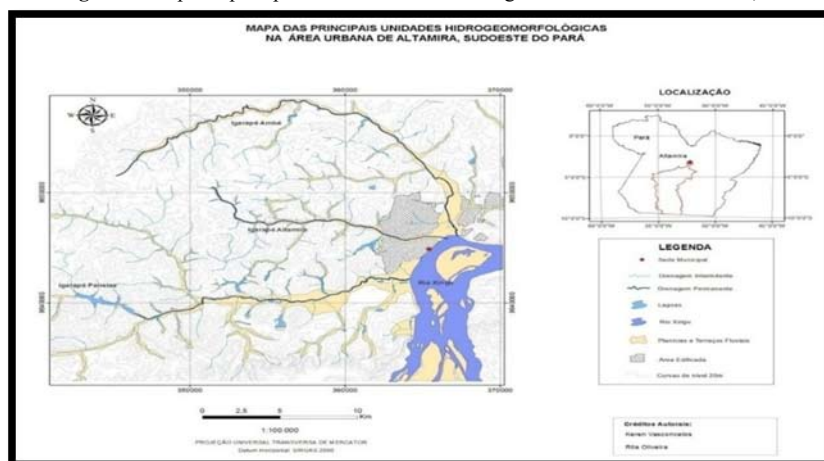
como uma diversidade natural da geologia, geomorfologia e solos (...). Isso inclui suas relações, propriedades, interpretações e sistemas que se inter-relacionam com a paisagem, as pessoas e culturas”. Uma avaliação mais crítica da obra Geodiversidade do Estado do Pará (JOÃO, 2013) relaciona exclusivamente a Geodiversidade ao patrimônio geológico, que não é a perspectiva deste artigo, que destaca a importância da hidrogeomorfologia dos rios Amazônicos e sua relação com a cultura local.

Alfredo Ollero Ojeda (2017) Hidrogeomorfología Y Geodiversidad: El Patrimonio Fluvial relaciona os rios no mundo a valores ambientais e abundante diversidade. Para o Rio Xingu a “Geodiversidade “(SILVA, 2012)” consegue apreender de forma adequada um viés naturalista, por meio da Hidrogeografia, entretanto, pretende-se valorizar uma perspectiva mais humanista, relacionando a paisagem a identidade territorial (SILVA E SENNA, 2016; p.86).

Nesse sentido, correlaciona-se padrões de drenagem, morfologias, habitats e paisagens fluviais a atividades econômicas diversas, especialmente ao turismo e lazer ao comportamento humano. A figura 01 apresenta as principais unidades hidrogeomorfológicas na área urbana de Altamira, evidenciando a importância dos rios, igarapés, barras arenosas, que permitiram a instalação de balneários e “praias fluviais”, essas últimas desapareceram após a construção da UHBM, sendo substituídas pela Norte Energia por formas artificiais (praia da Orla, Marcenório e do Assurini) para compensar o desaparecimento das praias naturais, com elevação do nível do Xingu.

A Escala de mapeamento permitiu identificar as seguintes unidades: Rio Xingu, três igarapés e suas planícies de Inundação, ilhas fluviais, Pedrais e Terraços fluviais. No quadro abaixo são apresentados as unidades hidrogeomorfológicas que mais estavam relacionadas a atividade do turismo e lazer, e seus principais impactos após a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (Quadro 01).

Figura 01: Mapa das principais unidades Hidrogeomorfológicas na área urbana de Altamira, PA.



Fonte: Oliveira (2017)

Quadro 01: Unidades Hidrogeomorfológicas e a atividade do Turismo e lazer na área urbana de Altamira.

Unidades Hidrogeomorfológicas	Características	Uso antes da construção da UHBM	Uso depois da construção da UHBM
Rio Xingu	Calha do rio apresenta largura de mais de 1000 m, com perfil muito variado, muitas vezes profundo e irregular, com fundo de areia ou de rocha. Curso sinuoso e irregular com presença de inúmeras ilhas, que determinam a formação de inúmeros canais (multicanais) menores anastomosados (ISA, 2015; p 20).	O canal do rio Xingu por suas características ambientais, constitui um importante ambiente para a pesca comercial e esportiva. Dentre a última modalidade pesca do pacu de seringá.	A circulação no curso do Rio Xingu no trecho onde foi instalado a UHBM foi limitada.
Igarapés	São cursos d'água de pequena extensão e reduzida largura, de baixa ordem hierárquica, que cortam a área urbana de Altamira e, que são pequenas sub-bacias do Rio Xingu, desaguando diretamente no canal. Os três principais são: Ambé, Altamira e Painéis compondo uma extensa área inundada periodicamente no setor de jusante dos três igarapés e o Rio Xingu.	Inicialmente os igarapés eram usados para abastecimento, uso residencial e lazer por meio dos balneários: São Francisco (Remanejado para Assurini), Parque do Açailal (desativado) e Recanto Cardoso. No médio e alto curso observou-se a construção de represas e açudes com finalidades diversas.	Afogamento das desembocaduras dos igarapés, áreas preferenciais de pesca, expansão de obras as margens dos igarapés imprimindo mudanças diretas sobre seu leito maior e excepcional e pela instalação de pontes de concreto sobre os três igarapés como pela construção dos parques ambiental ao longo do Igarapé Altamira, além da retirada de extensa área de Floresta Aluvial remanescentes e aterramento das áreas de igapós.
Ilhas fluviais	São constituídas por partículas de areno-cascalhenta, intercalada com material mais fino (argila e silte). Sua gênese está relacionada dinâmica entre água e sedimento, e das irregularidades do fundo do rio. A ilha de Arapujá ou Ilha do Capacete localizada em frente ao rio Xingu foi principal unidade de análise.	A ilha de Arapujá assim era utilizada como área importante de pesca esportiva, caça, retirada de madeira e roçados. Abrigava inúmeros ecossistemas como campos e Lagos e lagoas.	O maior impacto a ilha de Arapujá esteve relacionada à retirada da Floresta Ombrofila Aluvial das árvores de maior porte, queima e enterramento de material da cobertura vegetal. Outra situação que se agrava é que ecossistemas como as tornam-se mais vulneráveis a destruição, e inundação e a outros usos.
Praias ou barras arenosas	As praias fluviais são feições deposicionais caracterizada por um gradiente, localizadas a margem do Rio Xingu, na área urbana de Altamira. Os Melhores meses para visitação: julho, agosto, setembro e outubro.	As praias urbanas eram três a praia do Pajé, localizada na desembocadura do igarapé Painéis, Praia do Pepino e Praia Prainha. Além praias mais distantes desapareceram: Besouro, Milico, Grande, Paraíso, Sossego e Ilha Redonda.	As três foram artificiais são: a) Praia da Orla; b) Praia do Marcenório e c) Praia do Assurini. Das críticas, a falta de arborização, acessibilidade, falta de recolhimento de lixo pela prefeitura, além do que o funcionamento das praias antecedeu ao sistema de tratamento de esgoto da cidade.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2017)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O quadro de resumo acima demonstrou aspectos naturais da hidro geomorfologia da cidade de Altamira, antes e as alterações espaciais nas Unidades de paisagem, após a construção da UHBM, mas sobretudo, as territorialidades⁹ existentes sob essas unidades que sustentavam a economia da Cidade e cristalizavam aspectos culturais. No que tange ao turismo e ao

⁹ De acordo com HAESBAERT “não há território sem algum tipo de identificação e valorização simbólica (positiva ou negativa) do espaço por seus habitantes” (HAESBAERT, 2013, p. 235).

lazer balneários do igarapé Ambé foram extintos na área urbana, como São Francisco. A dinâmica de utilização das praias artificiais exige uma nova forma de apropriação, que diverge do modelo anterior, existia habito de acampamento durante dias e semanas pelas famílias nas praias e nas ilhas (dormiam, cozinhavam, pescavam, divertiam), entretanto, a utilização da praia artificial, apresenta-se atualmente com outra espacialidades e outras, temporalidades (horas e minutos), alguns espaços foram públicos foram privatizados, o acesso gratuito no balneário pedral ocorre atualmente mediante de pagamento.

REFERÊNCIAS

- ALTAMIRA, PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTAMIRA. Inventário da Oferta Turística de Altamira (PA) / Secretaria Municipal de Gestão do Meio Ambiente e Turismo– Altamira – (PA); SEMAT, 2012. 523 p.
- HAESBAERT, R. Identidades territoriais. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Org.) Geografia Cultural: um antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013. p. 233-244.
- SERRANO CAÑADAS, E.; RUIZ FLAÑO, P. Geodiversidad: concepto, evaluación y aplicación territorial: el caso de Tiermes- Caracena (Soria). Boletín de la Asociación de Geógrafos Españoles, La Rioja, n. 45, p. 79-98, 2007.
- JOÃO, XAFI DA SILVA JORGE. Geodiversidade do estado do Pará. Belém: CPRM, 2013. 256 p.
- SILVA, F.K.R.da; SENNA, C.do S. F. Memória, percepção e vivência na dinâmica socioambiental de uma comunidade costeira Amazônica. Interespaço. Maranhão. 2016. 80-95p.
- SILVA, J. De P. Avaliação da diversidade de padrões de canais fluviais e da geodiversidade Amazônica – aplicação e discussão na bacia Hidrográfica do Rio Xingu. USP: São Paulo, 2012. São Paulo. 277p.

LA GIOCONDA: O café do teatro Amazonas.

Aline de Souza Santana¹

Cláudia Araújo de Menezes Gonçalves Martins²

Jeniffer Ribeiro Silva³

INTRODUÇÃO

O ato de alimentar-se possibilita a qualquer ser humano, satisfazer as suas necessidades fisiológicas, mas também pode promover o conhecimento de uma cultura, o fortalecimento dos arranjos produtivos locais e proporcionar experiências memoráveis. A cidade de Manaus, capital do Estado do Amazonas, é a capital cultural e onde estão localizados a maior parte dos Centros Culturais e Teatros existentes desde a época áurea da borracha, auge da economia do estado no início do século XVII. O objeto de estudo deste trabalho é o estabelecimento de restauração localizado dentro do magnífico Teatro Amazonas, o **Café La Gioconda** e sua relação gastronômica com o público que o frequenta (turistas e residentes), uma vez que a cultura, através de sua gastronomia, é um dos elementos que pode contribuir para a valorização das potencialidades turísticas de uma localidade, pois se torna um dos vetores de desenvolvimento local, uma vez que o turismo é praticado em sua natureza através de experiências culturais, onde o turista conhece lugares fora de sua residência, mantém contato com moradores nativos, desfruta da sua culinária e experiências locais, participando da representatividade cultural dos espaços visitados. A atividade turística é, em sua natureza, uma experiência cultural, na qual o turismo não pode e não deve ser analisado de forma isolada e dissociada do contexto social e cultural. A atividade, seja como atrativo, seja como experiências vividas pelos turistas, sempre manteve uma relação com a cultura enquanto base da experiência humana. Por esse viés, FARACO & CAUPER (2012) afirmam que gastronomia é cultura e, a gastronomia amazonense, fortemente influenciada pela culinária indígena e portuguesa (diretamente), francesa, sírio-libanesa (indiretamente), destaca-se pela relevante oferta de pratos à base de peixes e frutos amazônicos desperta a curiosidade e o interesse dos turistas em visita ao Amazonas e a capital Manaus, pois é muito procurada e apreciada pelos mesmos, sendo valorizado o consumo do pescado, presente em diversos pratos, os quais são preparados com uma variedade de sabores, ingredientes e aromas naturais.

1 Turismóloga, Especialista em Gestão de Pessoas e Coaching, Funcionária da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas.

2 Turismóloga, Mestre em Gestão de Negócios Turísticos-UECE, Doutoranda em Turismo e Hotelaria-UNIVALI, Professora Assistente do Curso de Turismo da Escola Superior de Artes e Turismo-ESAT da Universidade do Estado do Amazonas-UEA. Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares em Cultura Amazônica-NEICAM e Membro do Grupo de Pesquisa Observatório de Turismo da Universidade do Estado do Amazonas-OBSERVATUR UEA.

3 Turismóloga, Mestre em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), MBA em Turismo, Hotelaria e Entretenimento pela FGV/AM. Funcionária da Secretaria de Estado de Cultura do Amazonas.

De maneira semelhante MONTEIRO (2014) corrobora, discorrendo que a gastronomia manauara é pautada em pratos que preservam as origens indígenas e caboclas, os quais associam temperos, frutas da região, carne de caça, quelônios e peixes de água doce encontrados na região amazônica.

Ressalta-se que, de acordo com dados da Gerência de Turismo do Teatro Amazonas, no ano de 2018, o espaço recebeu 94.691 visitantes (entre locais, nacionais, internacionais e estudantes) e 37.516 espectadores pagantes em espetáculos. O espaço tem uma programação intensa durante todo o ano, inclusive é palco do Festival Amazonas de Ópera (FAO), iniciado no ano de 1997 e que, até o ano de 2001 era considerado o único do gênero na América Latina, com um público espectador de mais de 370 mil pessoas, estando no ano de 2019 em sua 22ª edição (Secretaria de Estado de Cultura, 2019)⁴. Diante do exposto, para elaboração do presente artigo, o ponto de partida surgiu da seguinte problemática: Qual a relação gastronômica do Café La Gioconda localizado no Teatro Amazonas e os frequentadores do respectivo patrimônio histórico? Tendo como objetivo geral verificar como o Café La Gioconda do Teatro Amazonas, se relaciona com seus frequentadores, a partir da identificação de suas características gastronômicas, análise do cardápio disponível, comentários publicados no Tripadvisor e do atendimento realizado com o público bilíngue. Para tanto, efetuou-se uma pesquisa exploratória de cunho bibliográfico e documental. Realizou-se observação *in loco*, análise do cardápio oferecido e entrevista com o gestor do espaço. Verificou-se que o espaço é frequentado por visitantes locais, nacionais, internacionais, estudantes e participantes dos eventos culturais que acontecem ao longo do ano. Durante realização de visita *in loco*, observou-se que o cardápio foi retirado, não estando disponível para o público e, o anterior não oferecia opções regionais durante o atendimento diário de visitação.

Os produtos disponíveis para consumo são adaptados de acordo com os eventos programados, como é o caso do Festival de Ópera, em que há a inserção ainda da oferta de bebidas alcóolicas refinadas como: champagne, vinhos, cervejas, além de buffet de degustação. Em relação ao atendimento, assim como na parte diurna, durante o horário noturno, há uma atendente que realiza o atendimento em inglês, o que facilita a compra por parte de estrangeiros. Conclui-se que o espaço atende parcialmente às necessidades dos seus frequentadores, sendo necessária a disponibilização de cardápio, com a oferta de insumos regionais (frutas, pescados e outros), inclusive em braile, pois o Teatro Amazonas oferece serviços para deficientes visuais, intensificando a experiência dos comensais.

METODOLOGIA

Este estudo de abordagem qualitativa teve como objetivo central analisar o café teatro La Gioconda como um local de oferta da gastronomia local e sua relação com os frequentadores do Teatro Amazonas. “Na abordagem qualitativa, a pesquisa tem

4

Disponível no endereço eletrônico <https://cultura.am.gov.br/portal/festival-amazonas-de-opera/>

o ambiente como fonte direta dos dados. O pesquisador mantém contato direto com o ambiente e o objeto de estudo em questão” (PRODANOV; FREITAS, 2013, p. 70).

A fim de investigar mais intensamente e descrever os dados observados sobre o objeto estudado, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e descritiva. A pesquisa exploratória está diretamente relacionada a estudos com pouco ou nenhum conhecimento sobre o tema (LEAL, 2011). Já a pesquisa descritiva objetiva obter informações sobre “um fenômeno ou sobre determinada população e à descrição de suas características; também se referem ao estabelecimento de relações entre variáveis” (LEAL, 2011, p 32).

A pesquisa ocorreu, basicamente, em duas etapas. A primeira diz respeito a todo levantamento de dados necessários para a construção do embasamento teórico do trabalho e para o desenvolvimento do instrumento que deu suporte na coleta de dados. Para essa primeira etapa, utilizou-se tanto a pesquisa bibliográfica, como a documental como procedimentos técnicos de pesquisa. Gil (2008, p. 50) afirma que a “pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Essa técnica “faz parte de toda e qualquer pesquisa, tanto nas etapas iniciais – escolha do tema e formulação do problema -, como ao longo de seu desenvolvimento” (LEAL, 2011, p. 39).

Já a pesquisa documental é similar à pesquisa bibliográfica, o que as diferencia é a natureza das fontes consultadas. A pesquisa documental é reconhecida por ser um material que não recebeu um tratamento analítico, são dados mais brutos, tais como: documentos oficiais, cartas, fotografias, reportagens de jornal, filmes, etc (GIL, 2008). Portanto, trata-se de um estudo de caso, que pode ser entendido como o estudo “circunscrito a uma ou poucas unidades, entendidas essas como pessoa, família, produto, empresa, órgão público, comunidade ou mesmo país” (VERGARA, 2010, p. 44).

Além do estudo de caso, outro procedimento técnico utilizado foi a pesquisa de campo, pois houve a visitação *in loco* das igrejas indicadas no roteiro. A pesquisa de campo é uma “investigação empírica realizada no local onde ocorre ou ocorreu um fenômeno ou que dispõe de elementos para explicá-lo. Pode incluir entrevistas, aplicação de questionários, testes e observação participante ou não” (VERGARA, 2010, p. 43).

No café, foi utilizada a observação como principal instrumento para o levantamento dos dados. Essa técnica “constitui elemento fundamental para a pesquisa. [...] É na fase de coleta de dados que o seu papel se torna mais evidente” (GIL, 2008, p. 100). Além da observação, foram feitas entrevistas semiestruturadas a fim de sanar as dúvidas ainda restantes. Como forma de seleção dos sujeitos da investigação, utilizou-se a técnica de amostragem não-

probabilística por conveniência, que consiste na escolha dos elementos (sujeitos) que o pesquisador tem acesso, geralmente esse tipo de amostragem é utilizado em estudos exploratórios ou qualitativos (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Quanto a análise dos dados coletados, utilizou-se a análise de conteúdo, que conforme Moraes (1999, p. 2) “consiste uma metodologia de pesquisa utilizada para descrever e interpretar o conteúdo de toda classe de documentos e textos”.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

No que tange aos comentários realizados na Mídia Social Tripadvisor⁵ que é um canal utilizado por viajantes, onde são publicadas as experiências que os frequentadores dos mais variados tipos de estabelecimentos turísticos, nos quais são relatadas as opiniões dos mesmos em relação ao serviço recebido ou produto consumido. Sobre o Café La Gioconda, verificou que foram postadas 10 avaliações no período de 07 de agosto de 2015 a 07 de maio de 2019. No quadro 01 apresentam-se os resultados da análise.

Quadro 01 – Análise dos Comentários sobre o Café La Gioconda do Teatro Amazonas no Tripadvisor

No.	Origem	Data da visita	Comentários sobre	Nota
1	Porto Velho – RO	07.05.2019	Ambiente e Cardápio	4
2	São Paulo – SP	25.05.2018	Ambiente e Cardápio	5
3	São Paulo – SP	05.05.2018	Ambiente; Cardápio; Atendimento	5
4	São Paulo – SP	07.04.2018	Ambiente; Cardápio; Atendimento	5
5	Recife-PE	27.07.2017	Ambiente e Cardápio	4
6	Manaus - AM	03.09.2016	Ambiente e Cardápio	5
7	São Paulo – SP	18.03.2016	Ambiente e Cardápio	5
8	São Paulo – SP	31.01.2016	Ambiente e Cardápio	5
9	Recife-PE	07.05.2015	Ambiente; Cardápio; Atendimento; Preço	4
10	Colômbia	08.05.2016	Ambiente; Cardápio; Preço	3

Fonte: https://www.tripadvisor.com.br/ShowUserReviews-g303235-d8512596-r672267765-La_Gioconda-Manaus_Amazon_River_State_of_Amazonas.html, acessado em 12.07.2019, as 14:48h

Observa-se no quadro que os comentários a respeito do Café foram postados de forma positiva entre os meses de janeiro de 2016 a maio de 2019 (sendo o mês de maio, o período de apresentações do Festival Ópera, no qual os produtos disponíveis para consumo sofrem adaptações). No entanto, é necessário observar as postagens de comentários após o período de encerramento do evento.

É pertinente destacar que, a partir de visita ao espaço e de entrevista com funcionários (possui 03 funcionários/atendentes sendo 02 bilíngues), sugere-se que o Café La Gioconda (imagem a seguir), cujo serviço é terceirizado, sendo administrado pela iniciativa privada, através de contrato celebrado entre a Agência Amazonense de Desenvolvimento Cultural (AADC), a qual possui Contrato de Gestão com a Secretaria de Estado de Cultura, coloque à disposição de seus frequentadores, uma caixa de sugestões, para que os mesmos possam opinar sobre os serviços ofertados, viabilize um cardápio com produtos da culinária amazonense, com sucos, doces, salgados, elaborados a partir de insumos locais, pois a demanda de visitação anseia pela experiência de degustação da gastronomia local.

⁵ Disponível no endereço eletrônico <https://www.tripadvisor.com.br/>

Imagens 01, 02, 03 e 04: Café La Gioconda do Teatro Amazonas.



Fonte: Autoras, 2019.

REFERÊNCIAS

FARACO, L.N.R. e CAUPER, G.C. de B. **Gastronomia Amazônica**. Secretaria de Estado de Cultura, 2012.

FERREIRA, M.R.; VALDUGA, V. e BAHL, M. **Baixa Gastronomia: caracterização e aproximações teórico-conceituais**. Revista Turismo em Análise. Vol. 27, No. 1, abril de 2016.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIMENES, M. H. S. G. **Uma breve reflexão sobre o lugar da gastronomia nos estudos sobre turismo realizados no Brasil**. Revista Turismo & Sociedade. Curitiba, v. 4, n. 2, p. 425-431, outubro de 2011.

<https://noamazonaseassim.com.br/a-historia-do-largo-de-sao-sebastiao/> acessado em 07.07.2019, as 10:30h

<https://www.tripadvisor.com.br/ShowUserReviews-g303235-d8512596-r672267765-La-Gioconda-Manaus-Amazon-River-State-of-Amazonas.html>, acessado em 12.07.2019 as 14:48h

LEAL, E. J. **Produção acadêmico-científica [recurso eletrônico]: a pesquisa e o ensaio**.

Itajaí: Universidade do Vale do Itajaí, 2011.

MONTEIRO, M.Y. *Cozinha popular amazonense*. Manaus. Governo do Estado do Amazonas – Secretaria de Estado de Cultura, 2014.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

PRODANOV, C., FREITAS, E. C. **Metodologia da pesquisa científica: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

VERGARA, S. C. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 12. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E PATRIMONIAL: Interseções e contributos para a preservação ambiental e fomento ao turismo da área Itaqui-Bacanga, em São Luís - MA.

Kláutenys Dellene Guedes Cutrim¹

Maurício José Morais Costa²

Donny Wallesson dos Santos³

INTRODUÇÃO

O patrimônio ambiental, em especial o da Área Itaqui-Bacanga, é de fundamental importância não apenas nos seus aspectos civilizatórios, mas, sobretudo para a cultura dos indivíduos que nela residem, de modo que qualquer elemento/ente que venha a se extinguir é algo assustador. Há uma relação de dupla dependência, à medida que o patrimônio natural é a garantia de sobrevivência física da humanidade, o patrimônio cultural é a permanência social dos povos, de seus saberes, fazeres, produtos e demais testemunhos (FREITAS, 2015).

Na busca pela manutenção dos bens patrimoniais ambientais e culturais, não basta apenas o registro ou tombamento destes conforme explicitam as políticas de proteção brasileiras, uma vez que o próprio desenvolvimento sustentável das regiões e comunidades brasileiras, dependem diretamente de ações que valorizem e privilegiem os bens locais, com vistas a gerar conhecimentos sobre eles, promoção, conservação e proteção de bens culturais e ambientais. Ou seja, é necessário a interseção da educação ambiental e da educação patrimonial no estímulo da afetividade e sensibilidades para com os bens área em estudo, visto que as pessoas instintivamente só preservam aquilo pelo que têm apreço (FREITAS, 2015; GONÇALVES, 1996).

Tal investigação valida-se à medida que embora tenham sido publicados outros estudos, especificamente no campo da Geografia, ainda há poucos estudos que abordem tais categorias tendo a região do Itaqui-Bacanga como território de investigação científica. Portanto, o estudo tem por objetivo discutir de forma interdisciplinar tendo o Itaqui-Bacanga como *locus* de proteção ambiental e patrimonial, bem como território alvo de políticas de proteção e fomento ao turismo, por se tratar de uma região rica em bens ambientais e culturais.

METODOLOGIA

Quanto aos fins trata-se de um estudo exploratório, de abordagem qualitativa, uma vez que visa realizar uma discussão das interseções entre patrimônio ambiental, educação ambiental e patrimonial na área Itaqui-Bacanga. Quanto aos procedimentos técnicos,

1 Doutora e Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Mestre em História (UFPE). Docente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Professora Adjunta do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Patrimônio Cultural. kdgedes@gmail.com.

2 Mestrando em Cultura e Sociedade. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC). mauricio.jmc@outlook.com.

3 Mestrando em Cultura e Sociedade. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão (FAPEMA). dws87@outlook.com

fez-se uso da pesquisa bibliográfica e documental como instrumento de fundamentação, logo valeu-se de materiais previamente elaborados, tais como livros, artigos científicos, teses, dissertações, bem como legislações, dentre outros (BERNAL, 2010; PRODANOV; FREITAS, 2013).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com o decorrer do tempo a discussão sobre a EA vem ganhando destaque, pois aborda a relação entre homem, natureza e preservação na perspectiva de alcance do cidadão através de instrumentos educacionais, principalmente com a busca pelo desenvolvimento de políticas voltadas para os domínios do meio ambiente. No ano de 1992 criou-se a Agenda 21, no Rio de Janeiro, com o propósito de instrumentalizar as diversas nações a promoverem o desenvolvimento sustentável através de um esforço global que visava fortalecer ações e medidas ambientalmente corretas e dentre elas se destaca a EA que propõe o aumento de conscientização pública acerca das problemáticas ambientais no mais variados setores da sociedade (BRANCALIONE, 2016).

Ainda segundo Guimarães (2013), é na figura da Constituição de 1988 em seu capítulo V na parte que versa sobre meio ambiente que se engendrou as competências do poder público no que diz respeito à promoção da EA em todas as esferas de ensino. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação também permitiu que essa temática fosse abordada e por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) instaurou-se que a EA fosse abordada de forma transversal em todo currículo escolar de modo que permitisse o aluno ter uma visão ampla e abrangente sobre o conteúdo. Desse modo, observa-se que políticas federais importantes já ressaltavam a importância de estratégias educacionais voltadas para o meio ambiente, e, por conseguinte a cultura.

Em 27 de abril de 1999 durante Governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi instituído a Lei 9.795 que estabeleceu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) que serve de parâmetro para definição das diretrizes em âmbito nacional no que concerne à temática da EA. Em outubro de 2010, através da Lei Nº 9.279 é instituída a Política Estadual de Educação Ambiental e o Sistema Estadual de Educação Ambiental no Maranhão. Foram criadas para atuarem em conformidade com as prerrogativas do PNEA e das demais legislações existentes no país de modo que deverão articular-se nas esferas federal, estadual e municipal. Com o propósito de captar recursos financeiros para a execução das linhas de atuação da Política Estadual, criou se a Lei Nº 10.796, em março de 2018 que instituiu o Plano Estadual de Educação Ambiental.

Além disso, tem-se a Educação Patrimonial (EP), metodologia inspirada no modelo inglês “*heritage education*”, que na perspectiva de Bezerra (2018) a inserção dela no âmbito da conservação patrimonial se ampliou à medida que integra o meio natural enquanto suporte de bens culturais, reunindo não apenas monumentos, conjuntos e sítios arquitetônicos, mas trata-se de um invólucro dotado de valores excepcionais, relacionados diretamente com todos os processos que perpassam os meios naturais. A EP, embora defendida como

algo simples e aplicável para toda e qualquer evidência ou bem patrimonial, é em suma demasiadamente complexo, tal como as próprias manifestações do patrimônio cultural e ambiental.

Diante disso, entende-se que a Educação Patrimonial dá condições não apenas para a identificação do patrimônio ambiental na Área Itaqui-Bacanga por parte de seus moradores, mas favorece a apropriação destes, e, por conseguinte sua valorização, preservação e conservação. A partir disso, é possível aliá-la a Educação Ambiental, dispondo, assim de estratégias educativas que irão implicar em ganhos para o patrimônio ambiental da região. Segundo Conceição e Costa (2017), A área do Itaqui-Bacanga abriga 60 bairros que se distribuem em cinco microrregiões que são a do Anjo da Guarda, da Vila Maranhão, da Vila Ariri, da Vila Bacanga e da Vila Embratel. A região é marcada pela riqueza na sua cultura que é proveniente das populações e seus saberes tradicionais que compõem um grande mosaico cultural.

Promover a interseção entre educação patrimonial e ambiental tendo como território a Área Itaqui-Bacanga, ressalta o que Ismério (2015) diz sobre a necessidade da preservação e valorização do patrimônio ambiental e cultural, estas por sua vez devem ser uma meta comum dos cidadãos. Para que isso ocorra, é fundamental o desenvolvimento de ações educativas, capaz de promover não apenas a aquisição de conhecimentos, mas a apropriação desses bens.

Nesse sentido, pontua-se que “A inserção da dimensão ambiental ultrapassa as áreas e se torna interdisciplinar, envolvendo questões de saúde, educação, cultura, história e sociedade.” (GARCIA, 2017, p. 4). Desse modo, a Área Itaqui-Bacanga, têm uma série de elementos naturais e culturais que podem ser trabalhados interdisciplinarmente com o suporte da educação patrimonial e ambiental. Ambas devem ser vistas não como disciplinas ou metodologias, mas como mecanismos que favorecem uma leitura distinta do ambiente e tudo que o permeia (BRAGA, 2016).

O Itaqui-Bacanga, embora abrigue a Universidade Federal do Maranhão, a Vale, o Porto do Itaqui, os contributos dessas e de outras instituições são mínimos, visto que ainda são poucos os projetos desenvolvidos. A exemplo, pode-se citar a criação de um Plano Museológico de um futuro museu comunitário para a Comunidade da Vila Embratel pelo Departamento de Turismo, o próprio Parque Botânico da Vale, o projeto de preservação dos manguezais desenvolvido pelo Curso de Oceanografia da UFMA. Todavia, é indispensável o desenvolvimento de políticas públicas capazes de alicerçar a ampliação de ações sistemáticas na região do Itaqui-Bacanga, e por meio delas inserir as práticas de educação ambiental e patrimonial.

Sendo a geração de conhecimentos um dos pilares do desenvolvimento sustentável, pontua-se a necessidade de colocar os moradores como protagonistas no processo identificação e reconhecimento dos patrimônios da mesma. Deve-se então elaborar atividades que consigam resgatar e fortalecer a relação de afetividade dos moradores com a Área Itaqui-Bacanga, algo que vem sendo desenvolvido pela Associação Comunitária do Itaqui-

Bacanga (ACIB), com ações sistemáticas de educação ambiental (Oficinas de reciclagem, Biblioteca Comunitária, dentre outras) (SIEBRA; BATISTA; BONFIM, 2014).

Desse modo, trabalhar a educação patrimonial e ambiental na Área Itaqui-Bacanga deve ser algo conjunto, com vistas a preservação dos patrimônios culturais e naturais. Braga (2016) afirma que o desenvolvimento de metodologias integradas será benéfico para a ampliação da apropriação dos bens naturais e culturais por parte dos moradores, além de favorecer o desenvolvimento sustentável da área, uma educação crítica, consciente, e sobretudo emancipatória.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pontua-se que a Área Itaqui-Bacanga possui um patrimônio ambiental diversificado, cuja preservação e valorização deve ser perseguida com urgência, cujas ações devem ser realizadas tanto em parceria com a comunidade, quanto por meio de políticas públicas de proteção ambiental e cultural. A área fica na periferia da capital São Luís, o que favorece o processo de exclusão social e cultural, embora possua em seu território importantes instituições, como a UFMA, a Vale, o Porto do Itaqui, que deveria fomentar um número maior de ações, sobretudo às destinadas a conservação dos bens ambientais. Desse modo, reforça-se a necessidade de articulação de tais instituições com instâncias comunitárias, visando a realização de projetos de extensão, ações culturais, capacitações, formações, visando a efetivação da educação ambiental e patrimonial.

Ressalta-se que a interseção entre educação patrimonial e educação ambiental, pode incidir em uma série de ganhos à região, pois, pode incidir em ações sistemáticas educativas, que levam além de informação, possibilitam a identificação, reconhecimento e apropriação do patrimônio natural por parte de seus moradores. Logo, a comunidade é uma importante aliada na preservação dos bens naturais, quanto a transmissão dessa cultura às futuras gerações.

REFERÊNCIAS

BERNAL, César A. **Metodología de la investigación**. 3. ed. Colombia: Pearson Educación, 2010. 322 p.

BEZERRA, Onilda Gomes. O patrimônio natural no contexto da conservação integrada. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 51-68, jan./jun. 2018

BRAGA, Jainara Pacheco de. Educação ambiental e patrimonial: convergências teóricas. In: MOSTRA NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA, 9., 2016. **Anais...** Videira, SC: IFC, 2016.

BRANCALIONE, Leandro. **Educação Ambiental**: refletindo sobre aspectos históricos, legais e sua importância no contexto social. Revista de Educação do IDEAU, E-ISSN 1809-6220, v. 11, n. 23, jan./jun. 2016.

CONCEIÇÃO, Valdirene P.; COSTA, Maurício José Morais. A Biblioteca Semente Social da Área Itaqui-Bacanga em São Luís do Maranhão: bases para a organização da

- memória, identidade, produção cultural e desenvolvimento comunitário da região. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, v. 13, n. esp. CBBD, 2017.
- FREITAS, Tassiane Mélo de. A educação para o Patrimônio Cultural como estratégia de desenvolvimento local. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 32-41, jul./dez. 2015.
- GARCIA, Luciana de Fátima. Patrimônio histórico e cultural como ferramenta de educação ambiental: uma experiência da SANEPAR de Ponta Grossa. In: ENCONTRO PARANAENSE DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, 16., 2017. **Anais...** Curitiba: UFPR, 2017.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda**: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- GUIMARÃES, Mauro. Por uma educação ambiental crítica na sociedade atual. **Revista Margens Interdisciplinar**, v.7, n9, 2013.
- ISMÉRIO, Clarisse. Educação patrimonial: promovendo o desenvolvimento regional a partir do patrimônio cultural. **Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 17, n. 2, p. 24-31, jul./dez. 2015.
- PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.
- SIEBRA, Lucia Maria Gonçalves; BATISTA, Vanessa Louise; BOMFIM, Zulmira Áurea Cruz. Reconhecendo caminhos para uma educação patrimonial no território cearense. **Sér. Patrim. Cult. e Exten. Univ.**, n. 1, fev. 2014.

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL: Apreendendo dinâmicas e perspectivas para pesquisar “com”.

Edilaine Albertino de Moraes¹
Marta de Azevedo Irving²
Teresa Cristina Miranda Mendonça³

INTRODUÇÃO

Turismo de base comunitária ou Turismo Comunitário (TBC) no contexto brasileiro tem sido um tema de pesquisa prioritário na articulação entre turismo, natureza e cultura, influenciando uma leitura interdisciplinar. Nesse sentido, entre utopias e discussões de caminhos possíveis, o TBC vem se afirmando, desde 1990, como uma prática social influenciada pelo patrimônio natural e cultural do país, ainda pouco valorizado para as políticas públicas de turismo nacional e, também, internacional.

Dentre as inúmeras iniciativas que vêm sendo desenvolvidas no país, principalmente, em lugares com elevada riqueza ecossistêmica e vulnerabilidade social, é importante assinalar a relevância da experiência da *Rede Cearense de Turismo Comunitário (Rede TUCUM)*. Esta se configura como uma iniciativa pioneira, que integra diversos grupos de pescadores artesanais, etnias indígenas, agricultores familiares, camponeses, quilombolas e moradores de periferias urbanas, na Zona Costeira Cearense da região Nordeste.

A *Rede TUCUM* foi lançada, em 2008, em um contexto impulsionado pela experiência de participação e articulação de diferentes grupos de turismo comunitário com outras redes, organizações não governamentais e fóruns atuantes na região. Desde então, essa experiência coletiva vem se configurando como uma estratégia de luta, resistência e enfrentamento aos problemas locais recorrentes e históricos de injustiças e inúmeros riscos sociais, políticos, ambientais, econômicos e culturais, que caracterizam a dinâmica da região costeira nordestina. Ao longo de dez anos de experiência de aprendizagem da *Rede TUCUM*, uma das principais dificuldades enfrentadas, nesse percurso, tem sido alcançar um fluxo regular de visitantes, o que tem gerado incertezas no debate sobre as suas reais possibilidades e sobre as capacidades de atuação local, em favor do coletivo.

Nesse contexto, algumas questões têm orientado o esforço de reflexão também pela perspectiva acadêmica: Como o TBC se traduz na *Rede TUCUM*? Quem são os atores envolvidos e que conexões são mobilizadas coletivamente? Considerando o breve panorama apresentado e essas questões inspiradoras como pontos de partida, busca-se compreender algumas pistas do modo de configuração do TBC na *Rede TUCUM*, com base na leitura de alguns atores locais envolvidos nessa dinâmica.⁴

1 Instituto de Ciências Humanas, Departamento de Turismo, Universidade Federal de Juiz de Fora, Minas Gerais, Brasil. E-mail: edilaineturmoraes@hotmail.com.

2 Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: mirving@mandic.com.br.

3 Instituto Multidisciplinar, Departamento de Administração e Turismo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: tecaturismo@yahoo.com.br.

4 Este resumo expandido é derivado de tese de doutorado, realizada na Universidade Federal do Rio de Janeiro (Brasil) (MORAES, 2019).

METODOLOGIA

Esta investigação aposta na fertilidade da *Teoria Ator-Rede* (original em inglês de *Actor-Network Theory* - ANT), inspirada pela perspectiva etnográfica da Antropologia. A *Teoria Ator-Rede* não busca explicar a realidade social, no sentido de apresentar um quadro consolidado de referência teórica posto à mão para ser aplicado. Ao contrário, por essa perspectiva, a realidade é localizada histórica, cultural e materialmente, não sendo entendida como resultado de um contexto supostamente estável, linear e determinado (LATOUR, 2012).

Assim, a proposta da ANT se refere a uma nova forma de se compreender a realidade e como e do que ela se constitui, rejeitando o próprio fundamento comum que percorre o pensamento moderno, a visão dicotômica entre natureza e cultura, entre tantas outras cisões instaladas no mundo (LATOUR, 2013). Este autor advoga não ser mais possível se pensar sobre as dinâmicas sociais sem que se busque apreender as conexões existentes entre elementos humanos e não-humanos.

Sendo assim, pela ótica da ANT, tanto humanos quanto não-humanos são actantes, ou seja, ambos têm poder de agência, “fazem-fazer”, realizam algo e marcam uma diferença, fazendo com que outros elementos se movam a partir de suas capacidades de associações. Para tanto, a principal diretriz metodológica da ANT é acompanhar os processos de conexões entre os próprios atores e construir um saber “com” e não “sobre” alguém ou algo. Dessa forma, os pesquisadores em ANT devem seguir, com paciência, os rastros, ater-se aos mediadores da ação, ouvir o que têm a dizer, desviando-se das generalizações apressadas (LATOUR, 2012). Nessa perspectiva, buscou-se compreender a *Rede TUCUM*, a partir da vivência empírica dos diálogos e práticas promovidas durante as suas assembleias, realizadas entre 2015 e 2017.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esta investigação sobre as formas de compreensão do TBC, o envolvimento de atores e a articulação de ações para a constituição da *Rede TUCUM* implicou abordar o TBC como um conceito técnico-científico. Essa perspectiva adotada permitiu a compreensão das diferentes maneiras de desenvolvimento do TBC, ou seja, dos múltiplos modos de apreensão dessa prática, que não estão prontos, e, sim, sendo articulados para a composição constante de realidades na *Rede TUCUM*.⁵

Em sua origem, a *Rede TUCUM* definiu princípios norteadores do turismo desejado pelos atores envolvidos, considerando: (1) o turismo desenvolvido por grupos organizados e de base familiar, incluindo projetos coletivos; (2) o turismo integrado à dinâmica produtiva local, complementando as atividades econômicas tradicionais; (3) o planejamento e a gestão do turismo a partir da organização comunitária local; (4) o turismo baseado na ética e na solidariedade para o estabelecimento de relações comerciais e de intercâmbio entre as comunidades e os visitantes; (5) o turismo como meio de geração e distribuição equitativa

5 Essa palavra, originada do tupi *tu'kum*, refere-se a uma espécie de palmeira nativa da Amazônia, que possui uma fibra resistente para tecer redes de pesca e de descanso e artesanato. Simboliza o fio da lealdade, o fio que não se rompe e, nesse sentido, o fio das relações fortes.

de renda; (6) o turismo associado à diversidade de culturas, tradições e identidades locais; (7) o estabelecimento de cooperação e parcerias; (8) o turismo fundamentado na construção sustentável de uma relação entre sociedade, cultura e natureza (TUCUM, 2010).

Com essas perspectivas, o processo de reflexão sobre a organização da *Rede TUCUM* envolveu a promoção de intercâmbios, articulações e integrações com representantes de outros movimentos de TBC, como a Rede Brasileira de Turismo Solidário e Comunitário (TURISOL) e a Rede de Turismo Comunitário da América Latina (REDTURS). A partir dessas experiências, a estrutura de gestão da *Rede TUCUM* foi organizada em quatro instâncias de participação: (1) assembleia anual – formada por todos os participantes da Rede para a definição e a deliberação de documentos voltados para normas e procedimentos; (2) coordenação colegiada - formada por representantes dos grupos de turismo de cada comunidade e das assessorias técnicas; (3) coordenação executiva - formada por um representante do litoral oeste e um do leste e assessorias; (4) secretaria executiva - sendo uma assessoria responsável pela gestão dos projetos; (5) grupos de turismo comunitário local (GT).

Com base nessas orientações, a *Rede TUCUM* passou a atuar em busca da promoção de experiências, vivências e ofertas turísticas locais que garantam às populações tradicionais a permanência em seu território e possibilitam a continuidade das atividades econômicas tradicionais (pesca e agricultura), dando visibilidade às lutas sociais na Zona Costeira Cearense (MARTINS, 2013).

Pelas assembleias pesquisadas, a articulação da *Rede TUCUM* tem envolvido a conformação de diferentes atores e papéis, tais como: (a) onze grupos de turismo comunitário de leste a oeste cearense (Tatajuba/Camocim, Curral Velho/Acaraú, Assentamento do Maceió/Itapipoca, Caetanos de Cima/Amontada, Terra Indígena Lagoa da Encantada Povo Jenipapo Kanindé/Aquiraz, Reserva Extrativista do Batoque/Aquiraz, Reserva Extrativista da Prainha do Canto Verde/Beberibe, Assentamento Coqueirinho/Fortim, Ponta Grossa/Icapuí, Quilombo do Cumbe/Aracati, Vila da Volta/Aracati); (b) três grupos de apoio: o Centro de Formação, Capacitação e Pesquisa Frei Humberto - MST (Fortaleza), a Pousada Tremembé (Icapuí) e a Vila dos Poetas (Maranguape); (c) duas organizações de assessoria técnica: Instituto Terramar (Fortaleza), que apoia as comunidades localizadas no litoral oeste, e Associação Caiçara de Promoção Humana (Icapuí), com ações relacionadas às comunidades do litoral leste.

Por sua vez, o desenvolvimento do turismo nas comunidades da *Rede TUCUM* tem implicado uma realidade complexa e incerta. Para além de princípios e diretrizes, a *Rede TUCUM* tem contribuído para que os grupos comunitários construam, com outros atores envolvidos, uma multiplicidade de versões do TBC.

Dessa forma, o turismo comunitário se traduziu, na prática, principalmente, como estratégia de resistência, e, também, como oportunidade de negócio. A apreensão desses discursos simultâneos permitiu reconhecer que o turismo comunitário se produz e se agrega em meio às diversas conexões não somente entre as estratégias de resistência, mas também de negócio.

Essas compreensões surgiram a partir de diferentes olhares e maneiras de conceber de atores locais, que trazem consigo sabedorias, histórias, hábitos e preocupações peculiares, que intervêm no processo de busca por soluções criativas. Sendo assim, outros saberes, para além daqueles dos especialistas acadêmicos foram considerados neste estudo sobre o TBC, visto que, para a latourização do debate, pressupôs-se que todos os elementos integram e interagem para a sua coprodução, tais como: comunidades tradicionais, organizações não governamentais, projetos, movimentos sociais, políticas públicas, visitantes, terras, mares, pescas, entre outros.

Portanto, esta breve reflexão se reafirma como uma entre as várias traduções possíveis para a *Rede TUCUM*, que convoca a outro modo de pesquisar com e não sobre comunidades tradicionais e turismo, acompanhando os processos. Que desafios essa proposição de pesquisar com desperta para pensar o TBC? É o que também motiva e compõe o objetivo deste debate.

REFERÊNCIAS

LATOUR, Bruno (2012). **Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede**. Salvador: Edufba; São Paulo: Edusc.

_____ (2013). **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Ed. 34.

MARTINS, R. **Caderno de Normas e Procedimentos Internos. Rede Cearense de Turismo Comunitário**. Fortaleza: Instituto Terramar, 2013.

MORAES, E. A. de. **Siga os atores e as suas próprias ações: nos rastros das controvérsias sociotécnicas do Turismo de Base Comunitária na Rede TUCUM – Ceará – Brasil**. 2019. 347 f. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Programa EICOS, Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CONEXÕES PRELIMINARES PARA O PLANEJAMENTO E O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO FERROVIÁRIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (RJ) A PARTIR DOS MUSEUS FERROVIÁRIOS.

Vera Lúcia Bogéa Borges¹

Eloise Silveira Botelho²

Carla Fraga³

INTRODUÇÃO

O debate em torno do turismo ferroviário como patrimônio é fundamental para o planejamento e desenvolvimento de destinos. Embora polissêmica e sujeita a idiosincrasias, a noção de patrimônio cultural é estratégica para o direcionamento das políticas públicas de preservação (CHUVA, 2012). Reconhece-se que a noção de patrimônio não é desinteressada (CHUVA, 2012); é espelho de uma sociedade (CHOAY, 2001), reflexo de como grupos sociais agem para manter referência comuns de identidades, de memórias, e modos de vida (ZANIRATTO, 2011). Nesse processo, a definição de políticas públicas resulta no modo como atores sociais pretendem o desenvolvimento local e como definem o que é passível de valorização e uso por meio do turismo.

O planejamento é o instrumento pelo meio do qual as políticas públicas são executadas, visando o desenvolvimento do destino (DIAS, 2003). Mas o processo de planejamento deve considerar a complexidade do fenômeno turístico e suas múltiplas dimensões em interface com o patrimônio e os sujeitos sociais implicados. Nesse sentido, a noção de patrimônio precisa romper com a visão dicotomizada entre o material e o imaterial e fragmentada do local com o seu contexto regional. Nessa direção, a categoria *paisagem cultural*, é a que melhor traduz essa necessidade, sobretudo quando associada à noção de lugar, entendido como elo da relação sujeito e meio (CHUVA, 2012).

Costa e Gastal (2010, p. 2) afirmam que, no processo de planejamento do turismo, a paisagem pode ser interpretada como o conjunto de “elementos históricos e culturais que sinalizam o processo organizacional dos diversos grupos sociais, construídos ao longo do tempo”. Assim, a paisagem constitui elemento chave, devido à potencialidade de sua atratividade representada na identidade do lugar, sendo o diferencial dos destinos turísticos.

Nesse sentido, os museus ferroviários podem ser interpretados como aglutinadores da identidade cultural e do sentido de pertencimento ao lugar, materializadas no patrimônio cultural ferroviário. Castro e Monastirsky (2013) afirmam que o patrimônio cultural ferroviário abrange uma gama

1 Doutora em História (PPGH-UERJ). Professora do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: vera.borges@unirio.br

2 Doutora em Engenharia de Produção (PEP/COPPE/UFRJ). Professora do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: eloise.botelho@unirio.br

3 Doutora em Engenharia de Transporte (PET/COPPE/UFRJ). Professora do Departamento de Turismo e Patrimônio da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). E-mail: carlota.fraga@gmail.com

diversa de elementos, como bens imóveis (estações, edificações, pontes e viadutos), móveis (locomotivas, vagões, equipamentos) e intangíveis (saber-fazer dos trabalhadores ferroviários, memória, costumes e tradições resultantes da vivência na ferrovia), indicando a importância das políticas de preservação e uso. Mamede, Vieira e Santos (2008) afirmam que o patrimônio cultural ferroviário pode ser integrado a diversos meios de interpretação, viabilizado pelo turismo.

As políticas públicas de proteção do patrimônio ferroviário são relativamente recentes no Brasil, tendo sido lideradas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN por meio da promulgação da Lei nº 11.483 de 2007, que com a extinção da RFFSA, passa a ser o responsável pela salvaguarda, podendo se dar através da gestão de museus e outras organizações culturais (CASTRO, MONASTIRSKY, 2013).

Diante desse contexto, a problemática de pesquisa se relaciona com a compreensão de conexões preliminares para o planejamento e o desenvolvimento do turismo ferroviário no Estado do Rio de Janeiro, a partir dos museus ferroviários. O objetivo geral deste estudo foi analisar a relação entre turismo e ferrovia, tendo como foco os museus ferroviários no Estado do Rio de Janeiro (RJ). Já os objetivos específicos foram: (a) compreender a relação entre turismo, ferrovia e museu; (b) identificar aspectos relevantes ao planejamento do turismo ferroviário, considerando o desenvolvimento local e regional, desde uma perspectiva da integração da paisagem cultural. Este estudo é exploratório e descritivo, foi composto um referencial teórico a partir de pesquisa bibliográfica, com consulta a livros, artigos, *websites*, entre outros materiais sobre turismo, ferrovia e museus ferroviários, bem como planejamento e desenvolvimento regional e local do turismo.

Na literatura sobre o Turismo é evidente uma série de modelos e sistemas que explicam o turismo, isto tanto do ponto de vista teórico, como a partir da visão de planejamento e de previsões. A partir da literatura consultada, foi possível elaborar critérios para a coleta e organização dos dados secundários, isto considerando a primeira etapa do planejamento do turismo, qual seja, a análise do ambiente interno e externo (CASTRO, FRAGA, LOHMANN, 2013). O Quadro 1 apresenta os critérios utilizados para coleta e organização de dados:

Quadro 1. Análise do ambiente (interno e externo) ao Museu Ferroviário

Ambiente		Critérios adotados		
Interno	Museu ferroviário	Nome do museu ferroviário	Cidade sede do museu ferroviário	Tipo de museu ferroviário (público ou privado)
	Patrimônio cultural ferroviário	Bens do patrimônio cultural ferroviário	Descrição do bem	
Externo	Oferta de trens turísticos e culturais	Trens turísticos	Existência de oferta de trens turísticos e culturais	
	Planejamento do turismo	Região turística	Nome da região turística	
		Categorização dos municípios*	A, B, C, D e E	

*A categorização (Portaria nº 144, de 27 de agosto de 2015) dos Municípios das Regiões Turísticas no Mapa do Turismo Brasileiro é um instrumento elaborado pelo Ministério do Turismo. O objetivo deste instrumento é identificar o desempenho da economia do setor nos municípios que constam no referido mapa, e foi instituído pela Portaria nº 172, de 11 de julho de 2016.

Fonte: Elaboração própria

Em termos de delimitação geográfica, foram identificados seis museus ferroviários no Estado do Rio de Janeiro (RJ) localizados respectivamente nas cidades de Rio das Ostras, Miguel Pereira, Campos dos Goytacazes, Petrópolis, Valença, Paraíba do Sul. O Quadro 2 apresenta os resultados:

Quadro 2. Análise do Ambiente

Ambiente Interno			Ambiente Externo			
Museu ferroviário			Patrimônio cultural ferroviário	Oferta de trens turísticos e culturais	Planejamento do turismo	
Museu*	Cidade *	Tipo*	Bens do patrimônio cultural ferroviário**	Trens turísticos e culturais ***	Regiões turísticas****	Cat. ****
Museu Ferroviário Rocha Leão	Rio das Ostras	Público	Não identificado	Não identificado	Costa do Sol	B
Museu Ferroviário de Campos	Campos dos Goytacazes	Privado	Identificado (1)	Não identificado	Costa Doce	B
Museu Ferroviário de Petrópolis/ Centro Cultural Estação Nogueira	Petrópolis	Público	Não identificado	Não identificado	Serra Verde Imperial	A
Museu Ferroviário de Miguel Pereira	Miguel Pereira	Público	Identificado (2)	Não identificado	Vale do Café	C
Museu Ferroviário de Valença	Valença	Público	Identificado (3)	Não identificado	Vale do Café	B
Museu Ferroviário José Pereira Palhares	Paraíba do Sul	Público	Não identificado	Não identificado	Caminhos Coloniais	C

(1) “Estação Ferroviária de Mussurepe localizada na Estrada do açúcar, s/nº, Baixada Campista, Estação Ferroviária de Santa Cruz, localizada à Rua São Fidélis, Nº1, Distrito Santa Cruz, Estação Ferroviária de Dores de Macabu, localizada na Praça da Estação, s/nº, distrito de Dores de Macabu, Estação Ferroviária de Santa Maria, localizada no KM 380,408 da linha litoral, Distrito de Santa Maria, Estação Ferroviária de Santo Eduardo, localizada no KM 386,808 da linha do litoral, distrito de Santo Eduardo”; (2) “Terreno, composto de um campo de futebol identificado como “Central Atlético Clube” e antiga Casa do Engenheiro Residente, Edificação”; (3) “Terreno, Terreno da oficina, Oficina, Terreno da carpintaria, Carpintaria, Terreno da administração, Administração, Terreno sem identificação, Edificação sem identificação, Terreno da estação, Estação Barão de Juparanã, Sobrado Art-Deco, Grua ou Guindaste fixo”. Fontes: *Mapas Cultura. Disponível em <<http://mapas.cultura.gov.br>> **IPHAN (2014). Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/503>> ***SEBRAE, ABOTTC (2015); **** (Cat. = Categoria) Ministério do Turismo (2019).

A partir do Quadro 2, observou-se que em Miguel Pereira e em Campos dos Goytacazes também foram identificados bens do patrimônio cultural ferroviário, o que sugere incrementar ainda mais as potencialidades da relação entre turismo e ferrovia. Do lado do planejamento e das políticas públicas do turismo, notou-se que os seis museus ferroviários se relacionam com cinco regiões turísticas, pois a região do Vale do Café possui dois municípios turísticos com museus ferroviários (Miguel Pereira e Valença), destacando suas respectivas expressividades. No que se refere aos museus, considerando a potencialidade de serem espaços de valorização e educação sobre o patrimônio ferroviário, podem ser também espaços para visitação turística. No entanto, ainda precisam ser considerados como elementos fundamentais que compõem um destino, em suas diversas categorias hierárquicas. Sendo assim, entende-se que, no processo de planejamento do turismo, é fundamental compreender os museus como patrimônios vinculados às paisagens culturais, capazes de traduzirem a essência do lugar.

Quanto a categorização dos municípios que sediam os museus ferroviários, observou-se que a maioria deles são categorizados como B (Rio das Ostras, Campos dos Goytacazes e Valença), e que Petrópolis é categorizado como A, ou seja, o desempenho da economia do setor de turismo destes municípios parece ser bastante expressiva, o que também incentiva ao planejamento do turismo ferroviário com vistas ao desenvolvimento local e regional. Por fim, ressalta-se que a Cartilha de orientação para a proposição de projetos de trens turísticos e culturais no Brasil salienta, nos aspectos históricos e culturais, que se observe a conexão do(s) município(s) com a questão ferroviária. Logo, este estudo, configura-se como um passo importante para se identificar potencialidades para o turismo ferroviário no Estado do Rio de Janeiro.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, Ministério do Turismo. **Mapa do Turismo Brasileiro**. Brasília: MTur, 2013. <https://bit.ly/2K7NdKN>. Acessado: 23/abr/2019.
- BRASIL. **Mapas Cultura**. Disponível em <<http://mapas.cultura.gov.br>>. Acessado: 23/abr/2019.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Cartilha de orientação para a proposição de trens turísticos e culturais**. Brasília, MTur, 2010. <https://bit.ly/2YN24lf>. Acessado em 05/ago/2019.
- CASTRO, R.; FRAGA, C.; LOHMANN, G. Planejamento e gestão dos transportes e destinos turísticos. *In*: LOHMANN, G.; FRAGA, C.; CASTRO, R. **Transportes e Destinos Turísticos: Planejamento e Gestão**. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2013.
- CHOAY, F. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade/UNESP, 2001.
- CHUVA, M. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. *In*: **Revista do patrimônio histórico artístico nacional**. Brasília, n. 34, p. 147-165, 2012.
- COSTA, L. C. N.; GASTAL, S. A. Paisagem Cultural: Diálogos entre o Natural e o Cultural. *In*: **Anais do VI Seminário de Pesquisa em Turismo do Mercosul**. 2010.
- DIAS, R. **Planejamento e desenvolvimento do turismo no Brasil**. – São Paulo: Atlas, 2003.
- IPHAN. **Bens do Patrimônio Cultural Ferroviário**. 2014. Disponível em <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/503>>. Acesso em Acessado: 23/abr/2019.
- MAMEDE, D. M. J. A.; VIEIRA, G. L.; SANTOS, A. P. G. Trens turísticos e patrimônio cultural: como o turismo ferroviário tem resgatado, preservado e valorizado o patrimônio cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. Vol. 8, Nº 2, 2008.
- SEBRAE, ABOTTC (2015). **Guia de Trens Turísticos e Culturais do Brasil**. Disponível em <[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/1e1cfdbcdf6b1a45ce04e7999efad58a/\\$File/7250.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/1e1cfdbcdf6b1a45ce04e7999efad58a/$File/7250.pdf)> Acessado: 23/abr/2019.
- ZANIRATO, S. H. São Paulo: exercícios de esquecimento do passado. *In*: **Estudos avançados**. 25 (71), 2011.

**POTENCIALIDADES PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DE BENS
CULTURAIS PELAS OCUPAÇÕES ARTÍSTICO-CULTURAIS
NO CENTRO HISTÓRICO SÃO LUÍS, MARANHÃO:
Interlocuções entre políticas públicas de cultura e patrimônio cultural.**

Donny Wallesson dos Santos¹

Maurício José Morais Costa²

Conceição de Maria Belfort de Carvalho³

INTRODUÇÃO

As configurações socioespaciais advindas dos processos de urbanização, dos impactos da globalização e da reorganização dos espaços públicos das cidades, impactam diretamente nos usos e funções sociais dados pelas representações individuais e coletivas comuns aos sujeitos que atuam diretamente no conjunto de ações sociais, políticas e culturais voltadas para a população.

Dentre as formas de organização popular da sociedade civil, as ocupações artístico-culturais emergem como espaços de ressignificação da participação social ativa, tanto na agenda pública, quanto na oferta de serviços públicos, seja de lazer, entretenimento, serviços educativos e de formação profissional. Duran (2008) os considera enquanto coletivos formados por sujeitos ativos, com interesses de mudança social, que reconhecem os problemas sociais e propõem formas de solucioná-los, por meio de ações que possibilitam o acesso a bens culturais e, conseqüentemente, promovem o bem-estar social.

Diante da relação com o entendimento de cultura, o conceito aqui estabelecido alinha-se às dimensões propostas no Plano Nacional de Cultura (PNC) 2010-2020, haja vista seus aspectos simbólicos, econômicos e cidadãos. As três dimensões propostas buscam abarcar de maneira ampla o espectro da ação humana no campo cultural, social e político, por meio do reconhecimento da diversidade de manifestações simbólicas, da dinamização do desenvolvimento econômico e do incentivo à participação social no fomento ao exercício dos direitos culturais.

Da mesma maneira, Martins (2009) elabora o entendimento do patrimônio cultural a partir de sua dinâmica de reordenamento contínuo, mediante a compreensão das mudanças características do devir da história e da configuração dos espaços, determinando o que deve ou não ser considerado representativo para a memória e identidade de um povo e passível de salvaguarda pelos mecanismos de proteção e preservação dos bens simbólicos materiais e imateriais.

¹ Mestrando em Cultura e Sociedade. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão (FAPEMA). dws87@outlook.com.

² Mestrando em Cultura e Sociedade. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC). mauricio.jmc@outlook.com.

³ Doutora e Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Mestre em Estudos Literários (UNESP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Professora Adjunta do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Patrimônio Cultural. kdgedes@gmail.com.

Nesse sentido, este estudo tem o objetivo de caracterizar as atividades desenvolvidas nos coletivos artístico-culturais e identificar as potencialidades de democratização dos bens culturais, bem como a formulação de políticas voltadas para suas ações. Acredita-se que as ações desenvolvidas pelos coletivos de ocupação buscam contemplar as dimensões estabelecidas pelas políticas públicas de cultura em nível nacional pois, de maneira autônoma e geralmente sem fins lucrativos, conseguem oferecer serviços públicos e gratuitos à toda a população.

METODOLOGIA

Este trabalho se desenvolve na linha de pesquisa “Gestão e Políticas Culturais” no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). De natureza exploratória e descritiva, trata-se de uma pesquisa de campo, com suporte bibliográfico de autores que abordam as temáticas discutidas, e documental por meio dos marcos legais que estabelecem as diretrizes para ações artísticas e culturais (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A amostra corresponde a cinco ocupações existentes no CHSL, a saber: 1) “Coletivo O Circo Tá na Rua”; 2) “A Vida é uma Festa”; 3) “Fábrica de Artes”; 4) “Casa do Sol Companhia de Artes” e; 5) “Casa 161”. A coleta de dados se deu por meio de observação participante, com conversações com integrantes das ocupações e registros visuais das atividades. A análise de dados se foca na compreensão da democratização dos bens culturais obtidas pela ressignificação dos espaços, pelos impactos das ações desenvolvidas e suas relações com o poder público e as políticas de cultura e patrimônio que incidem sobre os usos e funções dos espaços ocupados (CARDANO, 2017).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Um fator crucial que instiga sentimentos de apropriação dos espaços é o abandono. Os centros históricos do país, em especial o de São Luís, sofrem do que Ghisleni (2017) chama de “abandono contemporâneo”. Diferente de alguns lugares que possuem ruínas históricas, dotadas de memórias, histórias e embelezamentos, e a partir delas desenvolvem narrativas, ficcionais ou não, que lhe dão valor simbólico e identitário, este abandono se refere a espaços considerados inúteis, deteriorados e, conseqüentemente, perigosos, não sendo adequados para uso.

Essa característica sintomática da configuração urbana do século XXI potencializa sentimentos de apropriação e indignação, no sentido de que os lugares vazios também são vistos como lugares disponíveis, à mercê de qualquer tipo de utilização. Nota-se que o cidadão comum desperta e percebe o espaço em abandono de outra perspectiva, tomando para si a responsabilidade de manutenção, preservação, uso e função social adequadas, à sua maneira, dos lugares ociosos e reféns das intempéries naturais, aliado, em medida, a uma oportunidade de suprir os déficits de espaços habitacionais, sociais, artísticos e culturais (GHISLENI, 2017).

Compreendendo, à ótica de Certeau (2014), o espaço enquanto resultante das relações e práticas desenvolvidas em seu âmago e seu uso como campo fundamental de efetivação das tensões políticas, dos agenciamentos sociais e dos modos de agir em sociedade, as ocupações subvertem a lógica estabelecida e promovem uma efusividade de ações incomuns para aquela determinada realidade social, tanto pelo impacto em mostrar que é possível estabelecer distintas formas de se relacionar com os outros, com o espaço e com o Estado, quanto pela oferta de serviços, produtos e acesso a bens culturais em geral gratuitos com de maneira colaborativa. Assim, frisando na concepção de ocupação artístico-cultural, Gonçalves (2017, p. 16, grifo do autor) aponta que:

[...] A expressão *ocupação* tem sido utilizada também para nomear as iniciativas ligadas à produção e ressignificação de espaços através de práticas artísticas e culturais como saraus, exposições, performances, apresentações musicais e festas. Nas ocupações culturais – que, em geral, se dão de forma periódica ou temporária -, o espaço público é transformado em solo de encontros e de experiências artísticas. De maneira análoga às ocupações políticas, tais iniciativas problematizam a questão do uso dos espaços e sua relação com os *meios* de produção cultural.

Aborda-se o alcance das ocupações artístico-culturais nas dimensões material, imaterial, real, simbólica, social e política. Imbricam-se às práticas artísticas valores sociais que permeiam as pautas e agenciamentos da vida política, colocando o espaço para além do lugar de enfrentamento (característico dos primeiros movimentos sociais brasileiros de luta pela propriedade da terra e Reforma Agrária), e tornando-o o lugar de fruição e criação de propostas alternativas para as políticas públicas do país (ROLNIK, 2015).

Em resumo, e pontuando descritiva e pragmaticamente, elenca-se as principais características das ocupações que se alinham com a temática abordada. O “Coletivo O Circo Tá na Rua” promove treinos abertos e gratuitos em praça pública todas as noites de segunda-feira, oferecendo oportunidade de formação profissional na área fora dos espaços formais de ensino. As ações do coletivo geraram aumento do fluxo de pessoas na Praça Nauro Machado, incentiva a manutenção as artes circenses de rua, movimentam a economia local (formal e informal) além de, espontaneamente, colocar-se como atração turística diferenciada, haja vista o formato aberto e livre do acesso aos materiais de circo.

Por sua vez, “A Vida é uma Festa” caracteriza-se como um ponto de encontro de artistas da cultura popular nas noites de quinta-feira. Trata-se de um palco aberto com estrutura de som e luz para apresentações musicais e rodas de Tambor de Crioula, dança popular típica do Estado. Ao mesmo tempo que promove uma atividade de lazer e entretenimento gratuitos, a ocupação aproxima a população da produção musical local e de manifestações populares tradicionais.

A “Fábrica de Artes”, por outro lado, tem o formato mais “bairrista”, de comunidade. Trata-se da ocupação por moradores do bairro do Desterro de uma edificação outrora pertencente à uma fábrica de produtos de higiene e limpeza, que estava abandonado há mais de 40 anos. Grupos artísticos em conjunto com a União de Moradores do Centro Histórico de São Luís (UMCHSL) reivindicaram o uso do prédio e começaram a desenvolver atividades variadas

para a comunidade: desde oficinas artísticas, espaço de ensaio para grupos, apresentações, reuniões de coletivos até a missas e cultos religiosos.

Com formato um pouco diferente das demais, a “Casa do Sol Companhia de Artes” apresenta um aspecto mais formal, apresentando-se em suas redes sociais como Associação Cultural, coordenada por um diretor de teatro com renome e ampla experiência na área, oferecendo cursos profissionalizantes para atores, além de trabalhos manuais em artesanaria.

Por fim, e em contraponto, a “Casa 161” se apresenta como um espaço colaborativo para troca de experiências entre pessoas, artistas ou não. Suas ações envolvem a discussão de pautas em defesa das minorias políticas, em uma proposta colaborativa e de economia criativa.

Nesse sentido, as ocupações artístico-culturais no CHSL, emergem como fruto dessas tensões próprias do espaço urbano, atreladas à configuração apresentada nas políticas públicas e a relação da comunidade com seu patrimônio cultural. Enquanto área protegida em nível estadual, federal e municipal, o espaço em que tais ocupações se desenvolvem, carrega consigo os aspectos patrimoniais, de preservação e salvaguarda da memória, o que impacta diretamente na forma como se dá o uso do espaço público patrimonial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ocupações artístico-culturais se configuram enquanto novas possibilidades de ações de participação ativa da sociedade civil. Dessa maneira, renovam a figura do espaço nos movimentos sociais, saindo do lugar passivo de terreno de conflitos para o centro de geração de novas propostas político-sociais de engajamento e mudança social.

O ato de ocupar um espaço público em situação de abandono aproxima os sujeitos dos bens culturais que compõem seu patrimônio, estreitando os laços com a história e memória dos lugares, além de se tornarem participantes ativos na construção de novas formas de se relacionar com tais bens. O cidadão deixa de ser contemplativo e passa a ser ativo, proponente e executor de ações sociais, e políticas culturais para a população.

Em recorte, as ocupações do CHSL demonstram efetivo potencial na ressignificação dos espaços públicos patrimoniais do seu escopo, sanando déficits de investimento das políticas públicas de cultura e promovendo outras formas de se relacionar, dinamizar e, ao mesmo tempo, primar pela salvaguarda e preservação do patrimônio artístico e cultural que ocupa, dando-lhe outras funções e usos sociais.

REFERÊNCIAS

- CARDANO, Mario. Manual de Pesquisa Qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação. Tradução: Elisabeth Rosa Conill. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017. (Coleção Sociologia).
- CERTEAU, Michel de. A invenção do cotidiano. Tradução: Efrain Ferreira. 22. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.
- DURÁN, María-Ángeles. La Ciudad Compartida: conocimiento, afecto y uso. Santiago de

Chile: Ediciones Sur, 2008.

GHISLENI, Camila Sbeghen. A potência do abandono: políticas e contradições nas intervenções artísticas em espaços abandonados. 2017. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

GONÇALVES, Guilherme Neves. De chão e portões: a ocupação cultural de um instituto psiquiátrico e as relações entre arte, política e espaço no contemporâneo. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 2017.

MARTINS, A. L. Fontes para o patrimônio cultural. Uma construção permanente. In: LUCA, T. R.; PINSKY, C. B. (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009. p. 281-305.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. Metodologia do Trabalho Científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROLNIK, Raquel. Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

PLANEJAMENTO TURÍSTICO EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO:

Contexto e desafios no caso do Parque Nacional da Serra da Bocaina.

Thaiane Oliveira Arruda¹

Marta de Azevedo Irving²

INTRODUÇÃO

O Parque Nacional da Serra da Bocaina (PNSB) foi criado em 04 de fevereiro de 1971, por meio do Decreto nº 68.172, com o objetivo de garantir a proteção do patrimônio natural e do patrimônio histórico-cultural regional (IBAMA, 2002). A localização estratégica entre os estados do Rio de Janeiro (Angra dos Reis e Paraty) e de São Paulo (São José do Barreiro, Areias, Cunha e Ubatuba), principais polos urbanos do país, reafirma a sua importância em políticas públicas, não somente dirigidas à conservação da biodiversidade, como também ao desenvolvimento regional, principalmente por meio do turismo, em bases sustentáveis.

O Parque se insere no bioma brasileiro de Mata Atlântica, reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), em 1992, como Reserva da Biosfera, e é considerado globalmente como *hotspot*, por abrigar uma elevada diversidade biológica sob forte pressão antrópica, assim como muitas nascentes que fornecem água potável a inúmeras localidades da região (IBAMA, 2002). A unidade de conservação (UC) integra, ainda, o Mosaico Bocaina, desde 2006, o qual envolve o Corredor da Biodiversidade da Serra do Mar, sendo essa uma das áreas mais ricas em biodiversidade da Mata Atlântica, compreendendo também dezoito unidades de conservação e suas respectivas zonas de amortecimento, cinco terras indígenas e quatro terras quilombolas³, e ali residem inúmeras comunidades tradicionais (BRASIL, 2007).

Nesse sentido, além da biodiversidade regional, o patrimônio histórico-cultural da região envolve uma diversidade de hábitos, costumes e modos de vida dessas comunidades que, com seus conhecimentos e práticas transmitidos por gerações, desenvolvem atividades tradicionais, especialmente a partir do manejo dos recursos naturais. Além disso, no interior do Parque existem atrativos de importância histórica como trilhas abertas por povos indígenas e, posteriormente, usadas por bandeirantes e escravos; a Estrada Paraty-Cunha que foi, durante muitos anos, destinada ao transporte de ouro de Minas Gerais até o porto de Paraty no período colonial; assim como a Trilha do Ouro, utilizada pelos tropeiros no trajeto entre São José do Barreiro e Mambucaba durante o ciclo do ouro e do café

1 Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (UFRJ) e integrante dos grupos de pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS/CNPq) e Núcleo Sinergia: subjetividades, turismo, natureza e cultura (CNPq).

2 Professora Titular do Programa Eicos/IP e PPEd/IE/UFRJ, Coordenadora do Grupo de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS/CNPq) e Núcleo Sinergia: Subjetividades, turismo, natureza e cultura (CNPq), Pesquisadora do INCT-PPED/CNPq e Bolsista de Produtividade CNPq.

3 Mais informações disponíveis em <<http://www.mosaicobocaina.org.br/mosaico-bocaina/o-mosaico-bocaina>>.

(ICMBio, 2010). Nessa conjuntura, cabe destacar que boa parte dos municípios que hoje compõem o território do PNSB, no passado, tinha um perfil, predominantemente, rural. No entanto, como resultado do processo de desenvolvimento regional, as principais atividades econômicas ali exercidas, atualmente, estão relacionadas ao comércio, à prestação de serviços hoteleiros e de alimentação (CONTI et al., 2013). Devido ao contexto geográfico e socioambiental privilegiado e à facilidade de acesso pelas principais rodovias federais, o fluxo de visitantes voltado ao Parque vem aumentando nos últimos anos e os efeitos desse processo já são evidentes sobre a biodiversidade e sobre a dinâmica cultural local.

Importante também mencionar que, em julho de 2019, a região onde o Parque se insere conquistou o título de Patrimônio Mundial Misto, reconhecido pela UNESCO. Nesse sentido, os modos de vida de povos e comunidades tradicionais, baseados na forte interação entre as culturas locais e a natureza, e a existência de habitats essenciais para a conservação *in situ* da diversidade biológica foram as principais justificativas que definiram a inserção do sítio *Paraty e Ilha Grande – Cultura e Biodiversidade* na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO (ONU, 2019). Nessa perspectiva, considerando a potencialidade turística da região e a visibilidade ampliada por esse reconhecimento, o compromisso de proteção dos patrimônios naturais e histórico-culturais da região tende a ser essencial para o planejamento turístico regional, em bases sustentáveis.

Nesse caso, o processo de gestão participativa do PNSB vem sendo considerado como um caminho estratégico para o estabelecimento de pactos duradouros entre o poder público e a sociedade civil também para o desenvolvimento turístico. Nessa direção, o objetivo dessa pesquisa foi investigar, preliminarmente, o contexto do planejamento turístico no Parque Nacional da Serra da Bocaina, pela perspectiva da própria dinâmica de gestão, no sentido de contribuir para a construção de uma linha de base que possa orientar as pautas futuras das instâncias envolvidas.

METODOLOGIA

Com o intuito de atender ao objetivo proposto, o procedimento metodológico utilizado baseou-se em levantamento e análise bibliográficos, complementados por observação direta da dinâmica do cotidiano de gestão do PNSB entre 2016 e 2018, e as informações obtidas foram registradas em diário de campo. A análise dos dados obtidos foi desenvolvida por meio da adaptação da técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 2016).⁴

Discussão dos resultados

A paisagem singular da região da Bocaina, entre o mar e a montanha, vem inspirando turistas de diversas localidades do Brasil e do mundo a visitarem o PNSB. No entanto, a gestão da UC e os moradores da região de inserção do Parque reconhecem inúmeros desafios a serem enfrentados para que o turismo possa ali se desenvolver, em bases sustentáveis. Nesse caso, apesar de o turismo ter se tornado uma das principais atividades

⁴ É importante salientar que esse ensaio constitui, apenas, um recorte de uma investigação acadêmica mais ampla sobre o processo participativo no âmbito do conselho de gestão desta unidade de conservação, desenvolvida por Arruda (2018).

econômicas da região, gerando renda às populações locais, estas reconhecem que o seu desenvolvimento tem afetado as dinâmicas sociais locais e a sua própria relação com a natureza. Por isso, vêm dialogando, nos últimos anos, com a equipe do Parque para buscar caminhos conjuntos que possibilitem a valorização das culturas locais, em articulação com as estratégias dirigidas à proteção da natureza.

Entretanto, a limitação de funcionários, para compor o corpo administrativo do Parque, e de equipamentos necessários para o cotidiano de sua gestão tem representado um obstáculo para a fiscalização nas áreas de inserção do PNSB, o que se reflete na dificuldade de ações de mitigação em combate à abertura de trilhas irregulares, queimadas, extração da flora e construções ilegais, além de ações dirigidas ao controle da visitação turística e ao aprimoramento da infraestrutura para a recepção dos visitantes.

Contudo, desde 2016 vem sendo debatido, no âmbito do conselho de gestão do Parque, a estruturação de portais de acesso para registro e cobrança do visitante, conforme previsto no *Projeto Básico para a Concessão de Prestação de Serviços de Recepção e Controle de Visitantes* no PNSB, ainda em discussão. Nesse processo as comunidades locais vêm buscando pactuar acordos para que suas atividades e modos de vida tradicionais não sejam prejudicados e para que elas sejam reconhecidas como protagonistas na dinâmica de visitação à área protegida.

Além disso, a equipe de gestão do Parque conta com a parceria da OSCIP⁵ Econsenso, desde 2006, para o controle do uso público em Trindade. E, recentemente, em 2017, a equipe do Parque assinou, também, um convênio com a Fundação SOS Mata Atlântica, no sentido de buscar a captação de recursos financeiros para ações dirigidas, especialmente, ao funcionamento do conselho do Parque e ao Programa de Voluntariado. No ano seguinte, em 2018, foi assinado um *Termo de Ajuste de Conduta* (TAC) com a empresa Chevron, cujos recursos serão destinados à melhoria e à compra de equipamentos em apoio à infraestrutura em Trindade e Pedra da Macela, ícones para o processo de visitação da Região Turística da Costa Verde.

O Programa de Voluntariado tem sido considerado, desde 2013, também como essencial em apoio à gestão e vem se consolidando como um instrumento de estímulo à participação social nesse processo e à sensibilização das populações locais para a proteção da natureza. No contexto de sua implementação, os editais para chamada pública são, em grande parte, direcionados ao ordenamento do uso público em Trindade – área de maior fluxo em alta temporada – durante feriados prolongados, como o Carnaval e a Semana Santa. Mas no cotidiano da gestão do Parque, algumas chamadas públicas têm acontecido nos últimos anos para a sistematização e análise de dados, para a manutenção dos canais de comunicação virtuais e para a pesquisa dirigida à conservação de determinadas espécies. Na maioria desses editais há vagas destinadas aos moradores da região para que os mesmos possam se engajar no processo.

No que se refere aos espaços participativos formais de gestão do Parque, as reuniões

5

Organização da Sociedade Civil de Interesse Público.

do conselho consultivo constituem, também, ambientes propícios para debates sobre o planejamento do turismo na região, em parceria com as populações locais e outras organizações da sociedade. Um exemplo desse movimento foi a instalação de três grupos de trabalho direcionados à temática em foco. Nesse ambiente, as discussões sobre o turismo de base comunitária no Sertão de Mambucaba também vem ganhando destaque, assim como sobre as possibilidades de concessão de serviços à comunidade caiçara de Trindade, para que os moradores da localidade tenham um papel relevante no processo.

Ademais, a equipe gestora vem dialogando com algumas prefeituras dos municípios onde o Parque se insere, para buscar soluções para a questão da coleta de lixo e do saneamento básico – inexistente em algumas localidades e essencial para o desenvolvimento turístico regional –, assim como para realizar melhorias nas estradas de acesso à UC. Os mutirões de limpeza das praias e trilhas são, também, ações voluntárias e abertas à contribuição de toda a sociedade, e o seu planejamento tem envolvido instituições de ensino, organizações sociais e órgãos governamentais.

É relevante ainda mencionar na análise que, mesmo após um histórico de conflitos e exclusão dos moradores locais do processo, estes parecem estar mobilizados para o estabelecimento de compromissos conjuntos com a gestão do Parque para a proteção não apenas da natureza exuberante representada pela UC, mas também para a valorização das próprias culturas locais. Esse movimento tende a ser fundamental nos próximos anos, uma vez que a garantia de proteção do patrimônio natural e histórico-cultural da região da Bocaina – de valor reconhecido internacionalmente – depende, sobretudo, do engajamento dos órgãos públicos, das instituições privadas ligadas ao *trade* e da sociedade, em geral. Nesse caso, os canais e a qualidade do processo de participação social na gestão do Parque precisam ser aprimorados e diversificados para que se possa atrair, para a região, um perfil de visitantes, cada vez mais mobilizado para a proteção da natureza e a valorização dos modos de vida e da cultura local.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, T. *Participação social na gestão do Parque Nacional da Serra da Bocaina: uma construção coletiva*. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2018. 135 f.

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Tradução Luís Antero Neto e Augusto Pinheiro. 3ª reimp. da 1ª ed. de 2016. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p. Título original: *L'analyse de contenu*.

BRASIL. Decreto Federal nº 6.040, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. *Diário Oficial da União*. Brasília, 08 de fevereiro de 2007. Seção 1, p. 316.

CONTI, B.; FONTANA, A.; CARVALHO, F.; IRVING, M. Parque Nacional Serra da Bocaina: entre a montanha e o mar. In: IRVING, M.; CORRÊA, F.; ZARATTINI,

A. (Orgs.). *Parques Nacionais do Rio de Janeiro: desafios para uma gestão social da biodiversidade*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2013. p. 195-226.

IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra da Bocaina*. Brasília: Autor, 2002. 665 p.

ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Parque Nacional Serra da Bocaina, Relatório de Monitoria – Etapa I Área Estratégica Interna Caminhos do Ouro (Estrada Paraty-Cunha)*. Brasília: Autor, 2010. 884 p.

ONU – Organizações das Nações Unidas. *Paraty e Ilha Grande se tornam patrimônio mundial da UNESCO por sua cultura e natureza*. 2019. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/paraty-se-torna-patrimonio-mundial-da-unesco-por-sua-cultura-e-natureza/>>. Acesso em 10 de julho de 2019.

TURISMO E CULTURA:
Uma análise das estratégias de sobrevivência dos grupos
de carimbó de Belém - Pará¹.

VICTOR BARBOSA CAMPOS²

MARIA AUGUSTA FREITAS³

INTRODUÇÃO

O Carimbó se trata de um gênero musical, dança popular e uma das expressões culturais mais conhecidas do estado do Pará (GABBAY, 2010). É descrito por Salles e Salles (1969, p. 278) como “dança de roda reunindo homens e mulheres, na qual os pares se destacam, um a um, e dançam soltos, aparecendo então configurações coreográficas solistas”. De origem negra, cabocla, mestiça e branca (SALLES; SALLES, 1969). O carimbó é bem característico em cada uma das regiões que compõem o estado, mas mantém a mesma estrutura (IPHAN, 2013). O carimbó só começou a se popularizar em Belém na década de 70, passando a integrar o cotidiano cultural da capital como um ritmo típico do Pará, o que ocasionou o surgimento de duas tendências, a do carimbó “pau e corda” (tradicional) e a do carimbó moderno (AMARAL, 2005; COSTA, 2008).

Esse cenário para Huertas (2015) contribuiu para que o carimbó se tornasse um dos maiores representantes da identidade regional e da cultura popular paraense. E ainda influenciou a expressiva campanha pelo reconhecimento do carimbó como patrimônio cultural do Brasil, já que houve a participação de mestres e artistas de grupos do interior e da capital (IPHAN, 2013). Em 2014 o carimbó recebeu o título de Patrimônio Cultural Brasileiro do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (BRASIL, 2014). A questão patrimonial e o turismo possuem uma relação profunda por estarem vinculados a história e a cultura das cidades, dessa forma o turismo acaba dinamizando economicamente a possibilidade de ostentar aos turistas e visitantes esse legado cultural (CASTRO; MORAIS e NÓBREGA, 2015).

O legado cultural de uma localidade pode ser uma das motivações do turismo, uma vez que a atividade pode ser motivada tanto por recursos naturais quanto pela busca de atrativos que estejam relacionados à cultura local (BARRETTO, 2000, BANDUCCI e BARRETTO, 2001). Em geral o Carimbó passa por interfaces com elementos da Cultura urbana e rural e como Patrimônio Imaterial passa a se configurar como atrativo turístico cultural que se faz presente em vários municípios do estado do Pará, e em Belém é um dos que vem ganhando cada vez mais destaque com grupos que se fazem presente em vários bairros da cidade. O fazer do Carimbó no interior da cidade de Belém se configura, segundo Amaral (2005),

¹ Trabalho integrado aos Grupos de Pesquisa Laboratório de Análise Urbanas e Questões Pertinentes ao Turismo (ICSA/UFPA) Geografia do Turismo na Amazônia (PPGEO/IFCH).

² Graduado em Turismo (UFPA). E-mail: vbcampos97@gmail.com

³ Docente e Pesquisadora (FACTOR/UFPA). E-mail: augustageotur@gmail.com

por meios de grupos que são caracterizados como: Parafolclóricos, onde segundo a Carta do Folclore (1995) são “Os grupos que apresentam folguedos e danças folclóricas, cujos integrantes, em sua maioria, não são portadores das tradições representadas”. E grupos de Pau e Corda que são aqueles que apresentam unicamente o Carimbó de forma tradicional, seguindo os moldes de grupos do interior do estado (IPHAN, 2013).

Nesse sentido, o presente trabalho parte da seguinte questão problema: Como os sujeitos que fazem o Carimbó no espaço urbano e turístico de Belém/PA se mantêm organizados em grupos e a interação desses com a continuidade desse patrimônio imaterial?

A partir disso o trabalho objetiva analisar a relação entre a organização de grupos de apresentação de Carimbó e a continuidade de manutenção do fazer dessa expressão cultural e patrimônio imaterial em Belém/PA.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos abarcaram levantamento bibliográfico, documental e trabalho de campo com roteiro de observação dirigida dos momentos e dos espaços do fazer Carimbó, além de entrevista semiestruturada. A amostragem se deu aleatoriamente entre sete dos vinte e oito grupos de Carimbó identificados na cidade de Belém, sendo três na área mais central da cidade (Bairros de Canudos, Marco e Pedreira) e quatro na área não central (Bairros do Telégrafo, Sacramento, Pratinha e Icoaraci). Sabe-se que Icoaraci não se configura como um bairro, mas um distrito de Belém. No entanto foi selecionado um grupo da localidade diante da importância que o distrito de Icoaraci possui no fazer cultural do Carimbó.

A coleta de dados se desenvolveu pelo acompanhamento dos grupos por meio de Trabalho de Campo com roteiro de observação dirigida nos bairros e locais de apresentação dos sete grupos amostrados. A entrevista semiestruturada que se dá por um diálogo com perguntas previamente formuladas, e a recolha dos dados se dá por meio do interrogatório com o informante que aborda livremente o tema proposto (MINAYO, 2002), foi realizada com pelo menos três integrantes dos sete grupos totalizando nove entrevistados nos grupos da área mais central e treze nos grupos da área não central totalizando vinte e duas entrevistas com dez homens e doze mulheres, entre seis músicos e dezesseis dançarinos que também ocupam outras posições dentro desses grupos. Das vinte e duas entrevistas, quinze integrantes estão há mais de dez anos em seus respectivos grupos e sete estão em um período mais curto. O universo amostral da presente pesquisa constitui-se de vinte e dois entrevistados, sendo dez homens e doze mulheres, entre seis músicos e dezesseis dançarinos que também ocupam outras posições dentro desses grupos.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O Carimbó se apresenta como expressão cultural muito importante para o turismo não só do/no estado do Pará, mas do/no país, pois se trata de um universo repleto de significados e traços expressivos da cultura popular e isso acaba se tornando atração para aqueles turistas

contempladores de culturas. No universo amostral da pesquisa é possível afirmar que os sujeitos do fazer o Carimbó em Belém/PA se organizam em grupos que categoricamente podem ser descritos como: Parafolclóricos e de Pau e Corda, sendo os primeiros segundo a Carta do Folclore (1995) “Os grupos que apresentam folguedos e danças folclóricas, cujos integrantes, em sua maioria, não são portadores das tradições representadas” e os segundos são aqueles que apresentam unicamente o Carimbó de forma tradicional, seguindo os moldes de grupos do interior do estado (IPHAN, 2013). Tanto os grupos parafolclóricos quanto os de pau e corda são os responsáveis por transmitir os elementos que fazem parte do universo Carimbó para quem os pratica e/ou assiste as apresentações, seja a comunidade local e/ou turista.

Contudo, a ênfase no Carimbó em Belém/PA faz interagir o patrimônio cultural imaterial com/no espaço de relevância turística, deixa em segundo plano os espaços onde os grupos cotidianamente se reproduzem, ou seja, os locais do fazer e saber o Carimbó dos moradores e residentes da cidade de Belém. De tal modo, a salvaguarda do patrimônio imaterial acaba por ser fragilizada tanto no aspecto da transmissão do conhecimento e valorização do Carimbó para/pelo morador local de maneira que esse possa também ver e /ou conhecer parte de sua história por meio dessa expressão cultural. Quanto no desenvolvimento e fortalecimento dos grupos que agregam os sujeitos do fazer o Carimbó que efetivamente mantém a “salvaguarda” do patrimônio.

Isso porque, para se manterem os grupos, de maneira geral, buscam captar recursos para o custeio e a confecção de novos instrumentos e roupas, onde os grupos participam de apresentações com cachês, sejam eventos fechados ou abertos ao público, como é possível perceber nos trechos a seguir: “nós mesmo que mandamos costurar as roupas, nós que temos que dançar pra poder ganhar dinheiro, [...] o dinheiro que a gente consegue é pra custear roupas, instrumentos, viagens, etc..” (INFORMAÇÃO VERBAL). “As roupas são bem antigas, os reparos são feitos com patrocínios, algumas apresentações são pagas, mas eu não tenho muito contato com essa parte financeira, mas quando tem alguma apresentação importante como viagens, é feito rifas, vendas e etc...” (INFORMAÇÃO VERBAL).

Dessa forma é possível notar que os grupos confeccionam suas indumentárias realizando e/ou participando de Rodas de Carimbó por meio de vendas, rifas e bingos ou com apresentações em espaços que ofereçam cachês, embora sejam excepcionais, já que “é bem difícil receber algum tipo de cachê” (INFORMAÇÃO VERBAL). Outra forma de arrecadação utilizada pelos grupos são as Rodas de Carimbó, que é uma forma de captar recursos para manter o Grupo e dessa forma se firmarem em seus respectivos bairros juntamente com grupos de outros bairros, como é possível perceber nessa fala:

“O carimbó vem sendo esquecido e nós fazemos Rodas de Carimbó em conjunto com outros grupos de fora, de bairros vizinhos, porque uma roda sempre passa por Belém toda, então a gente acaba chamando os outros grupos para o nosso bairro também, sem cobrar nada, assim como nós também vamos para a roda de outros grupos. [...] Ano passado eu estava na

associação e eu vi que em todos os grupos, em todos os bairros, existe essa dificuldade de manter o trabalho, a gente não tem o apoio nem do governo, nem da prefeitura, não tem patrocínio, não tem apoio às vezes nem dos pais, é só mesmo a vontade de fazer.” (INFORMAÇÃO VERBAL)

A divulgação dessas Rodas geralmente ocorrem nas redes sociais e nos ensaios dos grupos, onde é anunciado pelos coordenadores ou por pessoas que fazem parte ou que conheçam pessoas da organização da determinada Roda, como foi possível observar em pesquisa de campo. Além das Rodas, o Carimbó também se faz presente em festas no Espaço Cultural Apoena e Espaço Cultural Coisas de Negro, locais que cobram um valor para a entrada. E além destes, no que tange os espaços públicos o Carimbó está presente em programações culturais destinadas aos festejos juninos da prefeitura do município, realizadas no Portal da Amazônia e do Governo do estado realizadas no CENTUR.

As apresentações são as estratégias que permitem os grupos conseguirem recursos para sua manutenção e a forma como se mantêm na cidade de Belém/PA as expressões dessa cultura, ou seja, são esses grupos que resguardam a salvaguarda do Carimbó, pois ainda que seja registrada como patrimônio cultural brasileiro, não identificamos medidas ou mesmo centros de referências desse patrimônio em Belém, além disso, todos os grupos entrevistados alegaram a falta de apoio e eventos, pois estão centrados nos meses de junho, como é o caso do Arraial de Todos os Santos, no CENTUR. Assim, a cidade de Belém carece de mais investimentos das entidades que se responsabilizam pelas expressões culturais, executando políticas públicas para a cultura. Ademais, se torna necessário a criação de mais oportunidades para inclusão de grupos parafolclóricos como Os Baioaras, Sabor Marajoara, Frutos do Pará, Flor da Amazônia, Charme Caboclo e Trilhas da Amazônia e grupo de pau e corda como o Sancari, e assim se tornarem atrações nesses espaços, pois eles são grandes divulgadores da cultura popular e merecem mais apoio e incentivo para continuar o processo de propagação dessa cultura. Reconhecer, estimular, afirmar, valorizar e se inserir no fazer Carimbó em Belém é fortalecer o caboclo urbano, o paraense, o amazônida.

REFERÊNCIAS

- AMARAL, P. Tradição e modernidade no carimbó urbano de Belém. In: VIEIRA, L. (org.). **Pesquisa em Música e Suas Interfases**. Belém: Eduepa, 2005.
- BARRETTO, M. **Turismo e Legado Cultural**. As possibilidades do planejamento. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2000.
- BANDUCCI, A.; BARRETTO, M. **Turismo e identidade local: uma visão antropológica**. Papyrus Editora, 2001.
- BRASIL. INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) Carimbó. **Dossiê Iphan Carimbó**. Belém-PA, 2013.
- _. **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Patrimônio Cultural, 2014c.

Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>>. Acesso em: 15 mai. 2019.

CASTRO, C.A.T.; MORAIS, L.L.;NÓBREGA, W.R.M. Políticas públicas para o desenvolvimento do turismo nos Centros Históricos de Belém-PA e Natal-RN. **Anais do Seminário Anual da ANPTUR 2015**. Disponível em :<<https://www.anptur.org.br/anais/anais/files/12/16.pdf>>: Acesso em 23/04/2018.

COSTA, T. L. **Música do Norte**: Intelectuais, Artistas Populares, Tradição e Modernidade na Formação da “MPB” no Pará (Anos 1960 e 1970). Belém/PA: Dissertação de Mestrado em História Social da Amazônia, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, 2008.

GABBAY, Marcello M. Representações Sobre o Carimbó: tradição x modernidade. In: **IX Congresso das Ciências da Comunicação**, 2010.

HUERTAS, B. M. O carimbó: cultura tradicional paraense, patrimônio imaterial do Brasil. **Revista CPC**, n. 18, p. 81-105, 2015.

MINAYO, M. C. S. (Org). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

SALLES, V. e SALLES, M. I. “Carimbó: trabalho e lazer do caboclo”. **Revista Brasileira do Folclore**, Rio de Janeiro, 9, set/dez. 1969.

VIII Congresso Brasileiro de Folclore. Comissão Nacional de Folclore. 1995. **Carta do Folclore Brasileiro**. Salvador: CNF.

**PARQUES URBANOS:
Políticas públicas de esporte e lazer na área de proteção
ambiental do Itapiracó.**

Linda Maria Rodrigues¹
Tassiana Vituriano Leão²
Paulo de Tarso Ferreira Coelho³

INTRODUÇÃO

A concessão de parques urbanos, historicamente, se encontra relacionado com o surgimento do lazer na era moderna. Ambos são demandas de uma sociedade industrial que necessitava dividir o seu tempo de vida, em outras categorias além do trabalho e do sono, o tempo livre das obrigações. Assim, os parques urbanos são projetados para fazer um contraponto as cidades industriais que não propiciavam aos seus cidadãos áreas verdes, contato com a natureza bem como um espaço para usufruírem do lazer. (CARDOSO; VASCONCELLOS SOBRINHO; VASCONCELLOS, 2015). Por sua vez o tempo do lazer foi uma conquista dos trabalhadores em busca de melhor qualidade de vida e também visando a quebra da exploração do capitalismo a sua força de trabalho.

Desse modo, o presente trabalho buscou evidenciar as categorias de lazer e esportes nos parques urbanos devido à sua importância - retratada nas últimas décadas, “como lócus para a reflexão sobre a cidade e a cidadania” (PACHECO; RAIMUNDO 2014, p. 45) - com a valorização do tempo livre para a realização de atividades físicas, ou mesmo de contemplação e contato com a natureza, com impactos diretos na qualidade de vida do sujeito.

A presente pesquisa insere-se num contexto em que o governo, na sua esfera estadual, vem promovendo a criação de parques urbanos, abertos ao público, como forma de oportunizar espaços de lazer, de práticas esportivas e de contato com a natureza para a população. Essa estratégia de política ambiental fortalece o papel que esses parques assumem no uso recreativo e estético e serão reforçados com as ações e projetos das secretarias estaduais realizam nesse ambiente.

O espaço de realização da pesquisa é o Complexo Ambiental da Área de Proteção Ambiental (APA) do Itapiracó situada nas cidades de São Luís e São José de Ribamar no Estado do Maranhão, por ser um espaço inovador e de uso constante da comunidade local e do entorno, está localizado dentro do espaço físico estadual, e por sua estrutura de equipamento urbano, com um complexo sistema de esporte e lazer.

1 Professora Adjunto IV do Departamento de Turismo e Hotelaria. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Identidades Culturais da Gastronomia Maranhense- GPICG da Universidade Federal do Maranhão – UFMA. E-mail: lindaufma@yahoo.com.br.

2 Especialista em Política e Gestão Pública de Esporte e Lazer – UFMA. Licenciada em Educação Física - UFMA E-mail: tassianavituriano@gmail.com.

3 Advogado e Especialista em Política e Gestão Pública de Esporte e Lazer – UFMA. Graduado em Direito - UFMA E-mail: paulocoelho06@outlook.com.

A APA se caracteriza por ser um espaço público de práticas de esporte e lazer que possibilita à população o contato direto com a natureza. Sua gestão cabe ao governo estadual e, desde 2014, quando se transformou em complexo ambiental, passa por uma reforma que tem reestruturado e acrescentado equipamentos de lazer, como quadras, pistas, campos, trilhas e academias ao ar livre.

Com isso, este artigo tem por objetivo analisar a política pública de animação do parque urbano de lazer da APA do Itapiracó a partir dos documentos existentes, enquanto espaço de promoção de atividades de esporte e lazer. A gestão da APA do Itapiracó tem como objetivo melhorar a qualidade de vida da população local e dos visitantes através do uso de espaços para o esporte e lazer. Dessa forma, por meio de reuniões de mobilizações, da regulamentação do uso do espaço com a portaria N° 129/2017, a gestão tem buscado o uso democrático do espaço e a participação da população nos processos decisórios. Com a instituição do Conselho Consultivo a participação popular nas políticas e gestão desse espaço tende a ganhar força para proporcionar uma maior apropriação para os cidadãos.

Uma ação identificada como imprescindível, diz respeito a criação do Conselho Consultivo, pois essa ação facilitará encaminhamentos na formulação do Plano de Manejo do Parque, o que contribuirá com o uso sustentável dos recursos naturais do local em sua política de autonomia, com vistas às vivências de esporte e lazer e de educação ambiental.

Dessa forma surgem questionamentos no que diz respeito a intencionalidade do governo para com o complexo, o que realmente é promovido pela iniciativa pública, e o que eles buscam em suas ações. Se é pensado em projetos e programas que estejam em conformidade com o interesse da população ao se pensar a política de animação do local.

METODOLOGIA

Esse trabalho se delimita como um estudo de caso da Área de Proteção Ambiental do Itapiracó, nos meses de março a maio de 2019, para tanto assumiu o cunho qualitativo, investigando a forma de gestão desse espaço, por meio das ações realizadas pelo poder público, coletadas por meio do site do Governo do Estado do Maranhão e dos documentos que a regem e normatizam, caracterizando, também, desta forma, como pesquisa documental.

Para a realização dessa pesquisa foram realizadas revisões bibliográficas sobre o objeto de estudo e a estrutura da pesquisa está constituída da seguinte forma: na primeira parte foi realizada a presente introdução na qual descreve-se a configuração teórica e metodológica do objeto de estudo. A segunda parte aborda os conceitos sobre esporte e lazer e suas conexões. O terceiro momento retrata os parques urbanos, a criação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, bem como a legislação que o regulamenta. No quarto item apresenta-se a Área de Proteção Ambiental do Itapiracó e os documentos que lhe são relacionados. Já na quinta parte apresenta-se as considerações finais, fazendo as reflexões e sugestões pertinentes. E por fim, tem-se as referências, fonte de consulta para o presente estudo.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O uso dos Parques urbanos pela população, se encontra atrelado a uma vivência do lazer de caráter esportivo, social, de contato com a natureza ou mesmo com um caráter desinteressado. Quando esse parque urbano, se trata de uma Área de Proteção Ambiental, essa busca individual dos sujeitos que frequentam os parques, se associa também, a ideia de uso sustentável dos recursos naturais existentes naquele espaço. Assim, a prática do lazer e do esporte, apesar de ainda serem utilizadas pela indústria como bens de consumo, podem e devem ser pensadas de uma forma crítica, na qual o governo enquanto formulador de políticas públicas incentive a autonomia dos indivíduos, levando-os a vivências que promovam a apropriação da cultura corporal contribuindo para a construção de uma Cidadania Esportiva atrelando a isso a ideia de uso sustentável dos ambientes naturais.

Espaços como a APA do Itapiracó carregam consigo uma grande variedade de possibilidades para que o governo implemente políticas públicas com este objetivo de democratização do esporte e lazer em conjunto com um trabalho de educação ambiental, que estimulem na população atitudes de preservação do espaço.

Para a construção desse trabalho, houve como limitação a disponibilização de dados solicitados através de e-mail a SEMA, e por esse motivo, o estudo se pautou pelas informações que constam no site do Governo do Estado do Maranhão, bem como análise dos documentos que regulamentam a APA.

Pensar em uma política pública de esporte e lazer para tal espaço é assegurar que os interesses da população sejam atendidos de forma acessível e universal. O local, por ser de grandes dimensões, abrange um público diversificado e com diferentes objetivos, que vão desde a prática desinteressada de esportes e exercícios físicos a atividades de contemplação, treinamento esportivo, contato com a natureza e encontros sociais. Essa grande variedade é o cenário ideal para que o Estado consiga, por meio de políticas universais, garantir a apropriação do esporte pela população com criticidade e autonomia dos indivíduos.

Por meio deste estudo foi possível entender que para as boas práticas na gestão de parques urbanos, se faz necessário um ambiente mais participativo com vistas a sua permanência. Assim foi constatado que na APA do Itapiracó são necessárias intervenções no que se refere a conservação dos recursos naturais além de segurança, infraestrutura de esporte e lazer. Dessa forma, sugere-se que através de relacionamentos com as demais secretarias do Estado – Esporte e Lazer, Educação, Cultura e Turismo – seja implantado no espaço, projeto que possibilitem atividades direcionadas para esporte e lazer, oficinas de artes, ações de educação ambiental com as escolas das regiões próximas. Desse modo, a gestão da APA possibilitará não apenas a garantia de espaços e equipamentos, mas também ações que proporcionem a orientação, a execução e apropriação de diferentes vivências pela população.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Silvia Laura Costa; VASCONCELLOS SOBRINHO, Mário; VASCONCELLOS, Ana Maria de Albuquerque. Gestão ambiental de parques urbanos: o caso do Parque Ecológico do Município de Belém Gunnar Vingren. **Urbe: Rev. Bras. Gest. Urbana**, Curitiba, v. 7, n. 1, p. 74-90, abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-33692015000100074&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 09 abr. 2019.

MARANHÃO. Governo do Estado. Portaria nº 129, de 14 de dezembro de 2017. Disciplina o funcionamento, utilização e gestão do Complexo Ambiental da Área de Proteção Ambiental - APA do otapiracó e dá outras providências. **DOE**, São Luís.

PACHECO, R. T. B.; RAIMUNDO, S. Parques urbanos e o campo dos estudos do lazer: propostas para uma agenda de pesquisa. **Revista Brasileira de Estudos do Lazer: Dossiê Lazer e Meio Ambiente**, Belo Horizonte, v. 1, n. 3, p.43-66, set/dez. 2014. Disponível em:<[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/373620/mod_resource/content/1/ReinaldoSidnei PARQUES .pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/373620/mod_resource/content/1/ReinaldoSidnei%20PARQUES.pdf)>. Acesso em: 06 dez. 2016.

O TURISMO COMUNITÁRIO COMO UM SISTEMA DE DÁDIVAS: Perspectivas teóricas.

Giselle Castro de Assis¹
Rodrigo Corrêa D. Peixoto²

A proposta deste trabalho é apresentar uma reflexão teórica sobre como o turismo comunitário se configura em um sistema de dádivas, na medida em que requer o estabelecimento de relações de troca de dádivas/prestações, conforme a concepção de Mauss (2017), entre agentes internos e externos à comunidade, para viabilizar a experiência turística no território local. A dádiva é, na perspectiva de Mauss (2017), um tipo de prestação que assume a forma do regalo, de “presente oferecido generosamente”, entretanto, o próprio autor ressalta a obrigatoriedade e o interesse econômico em retribuir o dom. Por isso, a dádiva é ambivalente: interessada e desinteressada, voluntária e obrigatória, útil e simbólica. Independente da forma que assuma, a dádiva cria vínculos morais entre quem dá e quem recebe, cria sociabilidades, cria alianças com fins políticos, econômicos, religiosos, jurídicos, diplomáticos, e de hospitalidade entre pessoas, comunidades e povos. Nesse contexto, entendemos o turismo como uma relação de trocas/dádivas entre as populações receptoras e os turistas. Nos territórios comunitários, especificamente em comunidades ribeirinhas de Santarém/PA, observamos que a oferta de experiências turísticas institui alianças entre diferentes agentes sociais, em ambientes distintos de trocas, internos e externos às comunidades. Esse intercâmbio relacional de dádivas por meio do turismo cria uma estrutura de rede social que denominamos Rede Social do Turismo Comunitário. A partir da perspectiva de Mauss (2017) de que as alianças são responsáveis pela organização de diferentes “esferas sociais” (LANNA, 2000), e da observação no campo de pesquisa de que o turismo, como prática social complexa, articula algumas relações de troca que estão pautadas em interesses que ultrapassam a perspectiva econômica, situando-se no plano do simbólico, definiu-se a seguinte problemática de pesquisa: o turismo como fenômeno social, e o turismo comunitário, como uma “esfera social” de gestão de relações de trocas interdependentes e conectadas em uma estrutura de rede, ambivalentes, territorialmente marcadas, e simultaneamente articuladas com agentes externos, pode ser caracterizado como um sistema de dádivas? O objetivo desse trabalho é apresentar

1 Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará – PPGSA/UFPA, Belém, PA, Brasil. Docente da Faculdade de Turismo da UFPA, Belém, PA, Brasil. E-mail: giselle.tur@hotmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6606-4603>

2 Docente no Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia da Universidade Federal do Pará – PPGSA/UFPA, Belém, PA, Brasil. Docente da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA, Belém, PA, Brasil. E-mail: rodrigopeixoto1810@gmail.com
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3083-8771>

uma análise descritiva sobre duas experiências de turismo comunitário desenvolvidas em comunidades ribeirinhas de Santarém/PA, e interpretá-las como um campo social organizado por relações de dádivas, na concepção da Teoria da Dádiva de Marcel Mauss (2017), aponto a este corpo teórico uma análise sobre os efeitos da atividade no lugar, considerando as relações internas entre os comunitários e as relações entre a comunidade e agentes externos, no que tange a assimetrias de poder, benefícios e horizontes de autonomia. O escopo da pesquisa é o turismo comunitário como “fato social total”, e a dádiva vista como um sistema de prestações totais, de acordo com Mauss (2017), afetando de diversas formas a vida no lugar. O conceito de lugar no contexto da globalização, conforme o concebe Arturo Escobar (2005), se articula aqui, pois, à Teoria da Dádiva. Portanto, o foco central do trabalho é estabelecer um marco teórico para a compreensão do turismo comunitário como um campo social de relações múltiplas – econômicas, jurídicas, simbólicas etc. -, que conecta, mediante fatos sociais totais, agentes sociais no lugar e o lugar ao contexto global, em uma rede interativa e interdependente. A pesquisa de campo foi realizada em três períodos: agosto/2016, janeiro/2017, julho/2019. A coleta de dados foi orientada pelos pressupostos da pesquisa etnográfica antropológica que, na leitura de Geertz (1926), demandam do etnógrafo a compreensão de enorme variedade de estruturas conceituais complexas. Com o objetivo de primeiro apreender as estruturas sociais e a dinâmica relacional do turismo nas duas comunidades estudadas, utilizamos a observação direta. Após identificarmos os agentes que ocupam posição estratégica e de liderança na gestão interna e externa do turismo comunitário, utilizamos entrevistas em profundidade para melhor compreender como funcionam as relações de troca entre os agentes internos e externos às comunidades, e o grau de interdependência dessas relações. Para interpretar os dados coletados, construímos um caminho metodológico baseado no termo “etnografia da troca” elaborado por Marcos Lanna (2000). Esse autor enfatiza a necessidade de compreender “como as *trocas* são *concebidas e praticadas* nos diferentes *tempos e lugares* . . .” [itálicos nossos] (LANNA, 2000, p. 175), a fim de se conhecer as diferentes formas de sociabilidade fecundadas pela dádiva. Como identificamos em campo que as trocas de dádivas ocorrem por variadas interações entre agentes internos e externos às comunidades, elaboramos a categoria “ambientes de trocas” para descrever adequadamente a ocorrência das relações de trocas, e desse modo, atender ao propósito de desenvolver a “etnografia da troca” como proposta metodológica para compreender o turismo comunitário como uma rede de sociabilidades. O primeiro resultado a destacar é a constatação de que todas as relações de dádivas no ambiente comunitário são estabelecidas a partir da ação de um grupo de lideranças comunitárias responsável pela gestão local do turismo, que será nomeado neste estudo como Grupo Local Gestor de Turismo (G.L.G.T). Em ambas as comunidades analisadas, observamos que o G.L.G.T institui três ambientes de trocas com os seguintes agentes: comunidade, turistas e agentes externos (ONG; entidades públicas; agentes comerciais; agentes intermediários). Com cada agente externo, o G.L.G.T possui um tipo de troca, portanto, esse ambiente será desdobrado em quatro.

Além disso, diagnosticamos que o turismo comunitário gera mais dois ambientes de trocas independentes. Um representa as dívidas trocadas entre os turistas e a comunidade, e o outro, representa as relações de trocas de alguns agentes externos com o mercado. Desse modo, concluímos a existência de oito ambientes de trocas de dívidas nas experiências de turismo comunitário nas comunidades ribeirinhas de Santarém/PA, conforme se pode visualizar no quadro 1.

Quadro 1 – Ambientes de trocas de dívidas no Turismo Comunitário

1º	G.L.G.T	Comunidade
2º	G.L.G.T	Turistas
3º	G.L.G.T	ONG
4º	G.L.G.T	Entidades públicas
5º	G.L.G.T	Agentes comerciais
6º	G.L.G.T	Agentes intermediários
7º	Turistas	Comunidade
8º	Agentes externos	Mercado

Fonte: Elaborado pelos autores

A etnografia da troca desenvolvida nos oito ambientes diagnosticados demonstrou que, embora o G.L.G.T seja constituído por agentes comunitários, ele não representa toda a comunidade receptora. Desse modo, as relações de dívidas que ele estabelece com os turistas, está em um patamar diferente das relações que os turistas criam com as populações locais. Essa assimetria tem repercussões na distribuição do poder e nas relações internas no lugar. Mas ambas são relevantes e constituem ambientes de trocas distintos, e complementares para a oferta da experiência turística em comunidades. Importante também destacar que, embora o G.L.G.T esteja presente na maior parte dos ambientes de trocas, ele não se relaciona diretamente com o mercado, dependendo de agentes externos para a comercialização do produto Turismo Comunitário. Isso ocorre porque as comunidades analisadas, ainda não possuem gestão interna do turismo devidamente fortalecida para negociar com o mercado, de forma autônoma e segura. Pelo exposto, constatamos que os ambientes de trocas de dívidas possuem relações de interdependência com a finalidade turística, funcionando como um sistema. Na condição sistêmica, as alianças criadas pelo turismo conectam oito (G.L.G.T, Comunidade, Turistas, ONG, Entidades públicas, Agentes comerciais, Agentes intermediários, Mercado) agentes sociais internos e externos às comunidades em rede social, formando o que nomeamos por Rede Social do Turismo Comunitário.

Compreender a dívida como um mecanismo que gera sociabilidades em rede pressupõe entendimento de que os seres humanos estão em constantes trocas de interesses, pois, de acordo com o Mauss (2017), em função da expectativa de retribuição, o ato de dar não é um ato desinteressado. Quem dá sempre aguarda o momento oportuno para receber o retorno, material ou espiritual, do ato praticado. Nesse sentido, a dinâmica do dar-receber-retribuir não finda, colocando a “coisa dada” em constante circulação. Esse é o ciclo do sistema de dívidas. Pensar o Turismo Comunitário nesse processo, e seus efeitos no lugar, ratifica sua condição de fenômeno social complexo, que promove a circulação de bens intangíveis como “coisa dada”, na medida em que o produto vendido por populações locais

e adquirido por visitantes está estruturado em sonhos, desejos, expectativas, aspirações, sentimentos que só podem ser doados, recebidos e retribuídos através das relações entre humanos.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo Comunitário; Dádiva; Etnografia da troca.

REFERÊNCIAS

- ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. Disponível em http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100624102140/8_Escobar.pdf. Acesso em 10/08/2019.
- GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. [Reimpr.] Rio de Janeiro, RJ: LTC, 2015. (Trabalho original publicado em 1926).
- LANNA, M. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. *Revista de Sociologia e Política*, (14), 2000, p. 173-194. <https://dx.doi.org/10.1590/S0104-44782000000100010>.
- MAUSS, M. Ensaio sobre a dádiva: forma e razão da troca nas sociedades arcaicas. In MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. (P. Neves, trad.). (pp.191-308). São Paulo, SP: Ubu Editora, 2017.

TRABALHOS APRESENTADOS
GT2

DA INTANGIBILIDADE DO TANGÍVEL: POR UMA ABORDAGEM RELACIONAL DO PATRIMÔNIO.

Felipe Loureiro¹
Roberto Bartholo²
Flávia Mattos³

INTRODUÇÃO

A intenção deste trabalho é apresentar - e defender - uma idéia: para além de todos os tipos de suporte material, todo patrimônio é intangível. Esta afirmação parte do princípio de que aquilo que há de realmente significativo acerca dos objetos e sítios que normalmente identificamos como “patrimônio” não são os objetos em si, mas sim a relação que o indivíduo constrói com cada objeto. Embora isto possa parecer óbvio, esta obviedade é muitas vezes obscurecida pelo foco nos objetos e na preservação de sua forma física, concreta – o que pode muitas vezes levar à adoção de medidas de proteção tão rígidas que chegam a prejudicar ou mesmo inviabilizar a construção de uma relação entre indivíduo e objeto. Nas linhas seguintes, apresentaremos as bases conceituais desta abordagem, que sintetiza as conclusões de trabalhos desenvolvidos e publicados nos últimos anos.

Em textos anteriores e em discussões ocorridas no âmbito da atuação do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS/COPPE/UFRJ), trabalhamos constantemente com duas referências teóricas principais: a idéia de que a relação com “o outro” é a essência do *ser* humano, conforme explicitado pelo filósofo Martin Buber no par de conceitos Eu-Tu e Eu-Isso; e os conceitos de imagem técnica e pós-história, desenvolvidos por Vilém Flusser. À luz destes conceitos – que serão apresentados a seguir - desenvolvemos textos nos quais buscamos repensar as bases teóricas de áreas como a arquitetura, o turismo e o patrimônio – ver BARTHOLO (2009, 2015, 2017); LOUREIRO (2015); LOUREIRO & BARTHOLO (2019).

BASES TEÓRICAS

Segundo Martin Buber, “A atitude do homem é dupla de acordo com a dualidade das palavras-princípio que ele pode proferir. (...) Uma palavra-princípio é o par Eu-Tu. A outra é o par Eu-Isso. (...) Deste modo, o Eu do homem é também duplo. Pois, o Eu da palavra-princípio Eu-Tu é diferente daquele da palavra-princípio, Eu-Isso” (Buber, 1977, p. 29). De acordo com perspectiva buberiana, podemos dizer que vivemos entre estes dois

¹ Mestre e doutorando – bolsista CNPq - em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ, pesquisador no Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS/COPPE/UFRJ). Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela FAU/UFRJ. <http://lattes.cnpq.br/8506123867744407>.

² Professor titular da área de gestão e inovação do Programa de Engenharia de Produção da COPPE/UFRJ e coordenador do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS/COPPE/UFRJ). <http://lattes.cnpq.br/8226406163217491>.

³ Doutora em Engenharia de Produção pela COPPE/UFRJ, mestre em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, pela CPDA/UFRJ e graduada em Psicologia pelo IP/UFRJ. Pesquisadora do Laboratório de Tecnologia e Desenvolvimento Social (LTDS/COPPE/UFRJ), membro do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (Icomos/Brasil) e do Comitê Técnico da Candidatura do Conjunto de Fortificações do Brasil a Patrimônio Mundial.

pólos, e que experimentamos o Isso, enquanto encontramos o Tu. Além disso, também nos alternamos entre dois tipos de Eu, pois o Eu que experimenta não é o mesmo Eu que encontra.

O Eu que experimenta pode ser passivo e desinteressado, mas, para que se possa encontrar um Tu, é necessário suspender concepções que poderiam influenciar ou mesmo impedir a abertura para o outro, uma vez que “Ter uma idéia de algo, mesmo que esse algo seja o outro, pertence ao âmbito da relação Eu-Isso.” (BARTHOLO, 2009). Na relação Eu-Tu, nos relacionamos com o Outro real, presente, e não com uma idéia que temos sobre ele - e isto ocorre não em relações interpessoais, pois também podemos “encontrar” objetos, animais, paisagens, etc.

Em “O Universo das Imagens Técnicas” (2008), Vilém Flusser descreve a história da cultura como um processo no qual o homem foi se distanciando cada vez mais do mundo à sua volta. A experiência concreta deste mundo se transforma quando o homem começa a criar objetos - coisas que passam a ocupar espaço no mundo, assim como o homem e a própria natureza. Surge então a cultura, que se desenvolverá em imagens que transformam os objetos em superfícies, em textos que explicam imagens e, finalmente, em imagens técnicas – imagens criadas automaticamente por aparelhos como câmeras fotográficas, televisores e computadores, e que são, na verdade, composições de partículas, fótons, pixels, etc. Nas imagens técnicas, a abstração torna-se ao mesmo tempo dominante e oculta – estas imagens são agrupamentos de bits, de pontos imateriais, mas as percebemos como superfícies concretas.

Para Flusser, a noção de história foi criada pela lógica linear da escrita, que moldou a ontologia dominante de toda uma era. Da mesma forma, o predomínio das imagens técnicas – que não são lineares, mas bidimensionais – criaria um novo período, decretando o fim da história: “um nível novo, adimensional, a ser chamado, por falta de uma designação mais positiva, ‘pós-história’” (Flusser, 2011, p. 15).

Cruzando estes conceitos, chegamos a duas conclusões: O Eu que encontra um “objeto” uma pintura, uma construção, uma paisagem encara este objeto como um Tu, transforma-o em Tu; e, se vivemos em uma cultura que está se desmaterializando rumo aos limites da abstração e que nos oferece inúmeras imagens técnicas que reproduzem aspectos destes objetos, então a relação entre o Eu e estes diferentes tipos de Tu pode estar sendo alterada drasticamente. A partir destas conclusões, chegamos à idéia de que aquilo que torna um objeto significativo é o fato de que ele pode se tornar um Tu para um – ou vários – Eu(s).

EXEMPLO / DISCUSSÃO

Em uma pesquisa realizada recentemente no Reino Unido, a Mona Lisa foi eleita a atração turística mais decepcionante do mundo (YOUNG, 2019). Em um caso tão extremo – a indiferença ou mesmo desprezo diante de uma obra de arte de valor aparentemente indiscutível -, é sempre possível culpar a ignorância do público - mas talvez este não seja nem o diagnóstico mais correto nem a tática mais adequada para lidar com este fenômeno problemático.

Pode-se argumentar que o público sempre se comportou desta forma, e que atualmente estas opiniões têm apenas mais visibilidade. Porém, ainda nos anos 50, E.H. Gombrich já afirmava, acerca da Mona Lisa, que “We become so used to seeing it on picture postcards, and even advertisements, that we find it difficult to see it with fresh eyes as the painting by a real man portraying a real woman of flesh and blood” (GOMBRICH, 1995, p. 300). Vale lembrar que, se já era difícil ver a pintura como algo real em meio às inúmeras reproduções concretas em cartões postais, pôsteres e anúncios, isto deve ter se tornado ainda mais difícil com a avalanche de reproduções digitais, que incluem inúmeras montagens e manipulações da imagem original.

Além disso, a experiência de “visitar” a Mona Lisa também se transformou radicalmente nas últimas décadas, dificultando o contato direto e sem preconceitos proposto por Gombrich – “Like a living being, she seems to change before our eyes and to look a little different every time we come back to her. Even in photographs of the picture we experience this strange effect, but in front of the original in the Louvre it is almost uncanny” (Gombrich, 1995, p. 300). Gombrich parece sugerir que o visitante tente encarar a Mona Lisa como um Tu; mas, segundo um artigo de 2004 – ainda em uma era pré-Instagram -, o volume de turistas fazia com que os visitantes passassem em média apenas 15 segundos olhando para a pintura (GENTLEMAN, 2004). Logo, seria cabível afirmar que o desgaste provocado pela infinidade de reproduções e manipulações digitais e a dinâmica da experiência de visitar a pintura original podem ter contribuído consideravelmente para que a obra seja vista como uma decepção para muitos visitantes.

Este exemplo ilustre pode parecer banal, mas aponta caminhos para a discussão acerca do patrimônio no contexto atual. No universo das imagens técnicas, grande parte da cultura é produzida não por mãos humanas, mas por aparelhos. O homem transmite seus pensamentos para o aparelho, que os traduz em imagem técnica, ou seja, em visualização temporária e transmissível - algo que posso ver com meus olhos, mas que não é exatamente um objeto, pois não ocupa um lugar de forma permanente. Na verdade, esta imagem pode ocupar diversos lugares ao mesmo tempo, sem de fato ocupar lugar nenhum. Assim, a cultura passa a habitar um novo espaço, um espaço invisível de informações visualizáveis, precisando apenas do suporte concreto de uma tela. Aparentemente, a cultura conseguiu se libertar de suas carcaças – livros, telas, blocos de pedra -, podendo realizar-se apenas naquilo que lhe é essencial: informação. Neste contexto, a Mona Lisa original parece uma versão defeituosa – muito pequena, muito escura, muito difícil de se ver – de uma informação que pode ser facilmente encontrada, manipulada e editada através de aparelhos.

Isto não quer dizer, necessariamente, que objetos concretos como pinturas, esculturas ou edifícios perderão seu valor – mas este fenômeno aponta para a necessidade de se desenvolver uma nova forma de compreender e discutir o valor destas obras. A decepção causada pela Mona Lisa original revela que o que realmente importa não é o objeto em si, mas sim a relação que se pode construir com ele. Se não for possível, para as gerações atuais e futuras, construir uma relação significativa com a Mona Lisa – encontrando-a

como um Tu - ela pode muito bem deixar de ser considerada um patrimônio de valor universal.

RESULTADOS ESPERADOS

No desenvolvimento deste trabalho, pretendemos aprofundar esta discussão e propor, de forma mais elaborada e concreta, a conclusão de que, no fundo, todo patrimônio é tão intangível quanto a experiência vinculante e transformadora que configura o encontro entre um Eu e um Tu. Além de fomentar discussões teóricas, acreditamos que esta abordagem também pode estimular o desenvolvimento de práticas de interpretação e intervenção com foco não apenas na conservação de objetos, mas principalmente na conservação das condições necessárias para a ocorrência de encontros do tipo Eu-Tu.

REFERÊNCIAS

BARTHOLO, Roberto. *Sobre o sentido da proximidade: implicações para um turismo situado de base comunitária*. In: Bartholo, R.; Sansolo, D.G.; Bursztyn, I. (Org.). *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras*. 1ed. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, v. 1, p. 45-54, 2009.

_____. *Sobre Tendões e Casas: Hospitalidade, Turismo e Emigração em Perspectiva Filosófica*. In: Brayner, A. (org.), Vilém Flusser: Filosofia do Desenraizamento. Porto Alegre: Clarinete, 2015.

_____. *Turismo, teoria e liberdade de ir e vir*. In: Marta Irving; Lia Calabre; Roberto Bartholo; Marcela Lima; Edilaine Moraes; Marisa Egrejas; Deborah Lima. (Org.). *Turismo, natureza e cultura. Interdisciplinaridade e política pública*. 1ed. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, v. 1, p. 28-30, 2017.

BUBER, Martin. *Eu e Tu*. São Paulo: Editora Moraes, 1977.

FLUSSER, Vilém. *O Universo das Imagens Técnicas: Elogio da Superficialidade*. São Paulo: Annablume, 2008.

GENTLEMAN, Amelia. Smile, please. *The Guardian*, 19 de outubro de 2004. Disponível em: <https://www.theguardian.com/artanddesign/2004/oct/19/art.france>. Acesso em: 10/07/2019.

GOMBRICH, Ernest Hans. *The Story of Art*. Londres: Phaidon, 1995.

LOUREIRO, Felipe. *The Image in Power – Vilém Flusser and the Craft of Architecture*. *Architecture Philosophy*, Volume 1, N. 2, 2015, pp. 214-230.

LOUREIRO, Felipe, & BARTHOLO, Roberto. *Tropical and Eastern Paris: architecture, representation and tourism in Brazil and China*. *Journal of Tourism and Cultural Change*, Volume 17, 2019 - Issue 1: Simulacra, architecture, tourism and the Uncanny, p. 42-54.

YOUNG, SARAH. 'Mona Lisa' Voted the World's 'Most Disappointing' Tourist Attraction by Britons. *The Independent*, 26 de abril de 2019. Disponível em: <https://www.independent.co.uk/life-style/mona-lisa-paris-louvre-travel-tourist-attraction-easyjet-instagram-a8887161.html>. Acesso em: 10/07/2019.

E-MARKETING APLICADO AL PATRIMONIO CULTURAL.

Jesica Cárdenas¹

Las estrategias turísticas basadas en las nuevas tecnologías permiten generar sinergias entre los diferentes actores, mientras constituyen un medio para la competitividad y el consumo turístico de un sitio y de su patrimonio. Estos cambios en las formas de comunicación y divulgación (redes sociales, web, blog, etc.) han logrado que el patrimonio cultural sea más visible y comprensible al visitante. De hecho, no pocos bienes culturales se convirtieron en un recurso accesible gracias a estrategias de marketing digital (o e-marketing), pues han permitido que las atracciones culturales permanezcan abiertas, particularmente las que no han contado con el respaldo suficiente de los gobiernos locales o de instituciones de financiación². En efecto, las nuevas Tecnologías de la Información y la Comunicación (TIC) en general y el e-marketing en particular, han transformado el patrimonio cultural. Según Philip Kotler y Gary Armstrong (2008) el marketing es un “proceso social y administrativo por el que individuos y grupos obtienen lo que necesitan y desean a través de la creación y el intercambio de productos y servicios de valor con otros individuos y grupos” (KOTLET; ASTRONG, 2008, p.39). En general, se trata de actividades relacionadas con la identificación de deseos y necesidades de grupos de consumidores, para luego saber satisfacerlos mejor que la competencia y de manera rentable. Si bien es cierto que el enfoque de marketing responde a una estrategia más propia del sector privado por su finalidad lucrativa, no debe estigmatizarse y relacionarlo con la mala gestión en el cuidado y promoción del patrimonio cultural, puesto que, también tiene aplicación en otras esferas, cómo puede ser en lo social. Así, se hace uso de las herramientas del marketing comercial para lograr cambios en las conductas, actitudes, ideas o valores (del público objetivo), que impacten en el bienestar y en la calidad de vida de la sociedad en su conjunto (ANDREASEN, 1994). No obstante, incluso en el entorno sin ánimo de lucro, las organizaciones no se pueden mantener si los gastos superan los ingresos, por lo tanto, la gestión de la identidad cultural requiere mantener una nueva mentalidad de negocio que no se aleje del cumplimiento de los objetivos sociales y sin fines de lucro que justifican la existencia del patrimonio.

Asociado una propuesta concreta de turismo cultural, se encuentra el marketing del patrimonio cultural como área en sí misma, según Camarero y Garrido (2008) se define como:

¹ Licenciada en turismo. Colaboradora adscripta del Instituto de Investigaciones en Turismo de la Universidad Nacional de La Plata, estudiante de la Maestría en Diseño y Marketing de la Escuela de Posgrado de Marketing Internacional.

² SIN AUTOR. EVE Museos e Innovación. “Estrategia de marketing del patrimonio”. Disponible en: <https://evemuseografia.com/2018/02/13/estrategia-de-marketing-del-patrimonio/> Consultado el 17/02/2019.

[...]proceso de gestión de los recursos culturales, cuyo objetivo es satisfacer las necesidades de los diferentes públicos objetivo (residentes, turistas, sociedad) de forma rentable. Los gestores del marketing cultural tratarán de favorecer la aceptación de los elementos de valor que incorpora el patrimonio y de atraer, mantener e intensificar las relaciones con los visitantes (CAMARERO; GARRIDO, 2008, p.64-65).

En definitiva, con el marketing del patrimonio cultural pretende, no solo comunicar y convencer a los posibles visitantes de que existe algo que los beneficiará y que puede proporcionarles satisfacciones mejor que cualquier otro lugar, sino también, crear relaciones duraderas, influir en la difusión de los elementos culturales, contribuir a la construcción de una identidad local, regional o incluso nacional fuerte, y convertir –al patrimonio–, en un vehículo para lograr la autofinanciación de procesos de conservación, que le permitan permanecer vivo en el tiempo y en el espacio.

Cuando se busca lograr lo antedicho a través de tecnologías digitales, entonces se habla de *e-marketing del patrimonio cultural*, entendido como una ampliación del concepto tradicional de marketing comercial. Es un conjunto de herramientas y estrategias (programas de afiliación, blogs, redes sociales, publicidad en teléfonos celulares, etc.), utilizadas en el proceso de satisfacción de necesidades, rentabilidad y retención de clientes, como también, para crear imagen de marca, vender, comunicar, investigar mercados, y demás (CAPORELLI, 2004)

La presente ponencia muestra parte de los avances del proyecto “Prevención de impactos del turismo en sitios postulados para su inscripción a la Lista del Patrimonio Mundial de UNESCO. Dos casos de estudio en Argentina”³, particularmente, el caso de Moisés Ville. Se trata de un pueblo judío de 2.425 habitantes (INDEC, 2010), fundado en el año 1889 y ubicado al oeste de la provincia de Santa Fe, Argentina. Moisés Ville, es también conocida como “la Jerusalén de Argentina”, pues cuenta con un valioso patrimonio cultural que testimonia su origen y otorga al sitio una particular identidad. En la comuna se destacan las tres sinagogas, el Centro Kadima, la Biblioteca Barón Hirsch, la escuela hebrea, el hospital, la Academia de Maestros Hebreos y el primer Cementerio israelita del país. Además, de sus tradiciones religiosas y culturales, que incluyen la gastronomía judía y el principal acontecimiento del pueblo: la “Fiesta de la Integración Cultural” (celebrada desde el año 2005). De hecho, las instituciones gubernamentales tienen la intención de postular a Moisés Ville a la Lista del Patrimonio Mundial de la UNESCO. En este marco, se vienen realizando diferentes proyectos y programas nacionales y provinciales para la inclusión de la comuna al sistema turístico-patrimonial. Por lo cual, el objetivo de esta ponencia es analizar las políticas de promoción del patrimonio cultural moisesvillense, así como el uso de herramientas de e-marketing implementadas en la comunicación y divulgación del patrimonio cultural.

Para esta investigación se complementan fuentes secundarias (análisis de documentos, material de prensa, de internet, blogs, redes sociales, etc.) con fuentes de primera mano a través de

3 Proyecto de investigación dirigido por el arq. Alfredo Conti e integrado por: Uriel Charne, Virginia Soares, Gabriel Comparato, Luisina Cimatti, Carlos Flores y Agustina Romero.

entrevistas semiestructuradas a informantes clave como Javier Dellamónica⁴, y Laura Susnabar⁵, trabajadores del sector público y entrevistados el viernes 12 de julio de 2019.

La primera acción llevada adelante, fue el reconocimiento de Moisés Ville “Poblado Histórico” en el año 1999, por el Poder Ejecutivo Nacional, promoviendo la protección del patrimonio arquitectónico, por su singularidad y relevancia para la historia judía en Latinoamérica (UNLP, 2015). Siguiendo esta línea, a fines de la década de 1990 el Ministerio de Turismo y Deportes de la Nación lanzó el programa “*Shalom Argentina, huellas de la colonización judía*”, destinado a la puesta en valor del mencionado patrimonio cultural de las ex colonias.

En el marco del Proyecto Federal de Desarrollo Rural (PROFEDER), llevado adelante por el Grupo de Turismo Rural del Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria (INTA)⁶ Rafaela, desde el año 2015, se busca integrar la actividad turística al desarrollo económico local, a través de la puesta en valor de la cuenca lechera de Santa Fe. Se trata de un itinerario turístico que une y fortalece identidad de pequeñas comunidades como Moisés Ville, Sunchales, Esperanza y Humberto Primo, entre otras. De manera lúdica, se dan a conocer los establecimientos de producción artesanal e industrial (de referencia mundial), así como también la historia de la región y la herencia cultural de inmigrantes con circuitos histórico-religiosos.

Por su parte, el Programa CocinAr, es llevado a nivel nacional desde el año 2016 por los ministerios de Turismo y Cultura de la Nación, y otras organizaciones que acompañan. Este programa tiene la intención de posicionar a la cocina argentina en el plano nacional e internacional, poniendo en valor los productos y alimentos identitarios de cada región, destacando el contenido histórico asociado, con el fin de integrarlos a la oferta turística. En este sentido, se apuesta por Moisés Ville en asociación a la producción láctea, y la gastronomía judía, la ruta de la leche y las festividades locales.

A fines del año 2017 se presentó el programa de Pueblos Auténticos, iniciativa ideada por los ministerios de Turismo y Cultura de la Nación. Bajo la misma línea que los programas anteriores, se busca alentar el arraigo de la comunidad local y la revalorización del patrimonio natural y cultural. Este programa incluye a ocho pueblos⁷, entre los cuales está Isla Martín García (Buenos Aires), Purmamarca (Jujuy) y Moisés Ville (Santa Fe). Para hacer todo esto efectivo, se impulsa un trabajo en conjunto con el resto de las carteras nacionales y provinciales.

La comuna judía de Moisés Ville es valorada y reconocida por su valor patrimonial histórico y cultural, tanto así que cuenta con un reconocimiento nacional como “Poblado Histórico”, aunque tal reconocimiento supone involucramiento estatal en su resguardo y conservación, la intervención no se ha correspondido. Resultado del programa “*Shalom Argentina, huellas de la colonización judía*” la comuna cuenta con señaléticas en los

4 Secretaría de Turismo de la provincia de Santa Fe (Calidad turística).

5 Presidente ADETUR Santa Fe. Director Provincial de Turismo, de Santa Fe (2012-2015). Coordinador del proyecto de turismo rural en el INTA (2005-2012)

6 Organismo nacional que contribuyen al desarrollo agropecuario y agroindustrial.

7 Pueblos auténticos: Isla Martín García (Buenos Aires), La Angelita (Buenos Aires), Gaiman (Chubut), Camarones (Chubut), Purmamarca (Jujuy), San Francisco de Alfarcito (Jujuy), La Carolina (San Luis), Moisés Ville (Santa Fe)

edificios principales, incluso en su lengua original, hebreo. Por su parte, los programas nacionales y provinciales que trabajan para la incorporación de la comuna al sistema turístico nacional e internacional pueden no haber prosperado por falta de fondos, o como afirma el ex Director de Turismo Javier Dellamónica: “[...] *Hay una falla [...]*” en referencia a la falta de importancia política dada a estos sectores tan importante en el desarrollo socio-económico local. Pues, si bien desde la Secretaría de Turismo de la Provincia de Santa Fe se afirma que son programas que se retomarán en breve, actualmente no están en marcha. De hecho, el programa CocinAr “*está desarrollado, inventariado, relevado, pero no está llevado adelante*”, como asegura Dellamónica. En referencia a Moisés Ville, no hay mención de la comuna en el Plan Estratégico de Turismo ni en el plan de la provincia. El conocimiento de las actividades y proyectos que se realizan en la Moisés Ville se basa en publicaciones periodísticas, como también en la participación de la misma comuna en los medios sociales (Facebook, Twitter, e Instagram), aunque no son netamente bajo la perspectiva patrimonial, sino informativa. Ninguno de los programas ha conseguido interactuar con el público, puesto que no han sacado provecho de las herramientas del marketing digital para dar a conocer el trabajo realizado y así potenciar el desarrollo local. Desde Pueblos Auténticos se trabajó de una manera más interesante, gracias a este programa Moisés Ville cuenta con una página web: <https://www.moisesville.tur.ar/> con perfil turístico. También realizaron un video promocionando la comuna. Son acciones muy valoradas pero que, lamentablemente, no tienen continuidad.

Hoy en día, están ganado partido aquellos que entienden la importancia e-marketing como herramienta para la difusión digital del patrimonio cultural. Es importante por varios motivos, primero, porque constituye un método rápido, con un coste relativamente bajo, de dar a conocer el trabajo que se está realizando en un sitio, permite centrar y dirigir la comunicación al público objetivo, sin tener que desperdiciar dinero en campañas masivas; en segundo lugar, porque permite conocer los intereses del público, ya que se les puede invitar a participar y a dialogar, con la posibilidad de que los contenidos puedan ser reenviados entre las personas; en tercer lugar, las páginas y redes sociales permiten tener acceso a estadísticas, importantes para hacer un seguimiento de las actividades, la efectividad y la magnitud de las interacciones entre los internautas y las diferentes plataformas (MARTÍNEZ, 2014, p.20-21). Así pues, empieza a ser esencial perfeccionar el manejo de este canal para llevar a cabo la divulgación patrimonial. Según Fortis (2016), parte de la competitividad de un sitio turístico, pasa, entre otros aspectos, por el desarrollo de una estrategia de e-marketing (FORTIS, 2016, p.35). En general, las estrategias y las actuaciones que se adopten deben servir para atraer más turistas, satisfacer las necesidades, pero también para favorecer el desarrollo del territorio teniendo en cuenta el bienestar de la comunidad local.

REFERENCIAS

ANDREASEN, A. Marketing social: su definición y dominio. **Revista de Políticas**

Públicas y Marketing. Vol. 13, N ° 1, p. 108-114, 1994). Disponible en: <https://www.jstor.org/stable/30000176> Acceso 17 de junio 2019.

CAMARERO, C.; GARRIDO, M. J. **Marketing del Patrimonio Cultural**. Editorial Pirámide, Madrid, 2004.

CAPARELLI, L. **La Plata Patrimonio de la Humanidad: Una posibilidad para el Desarrollo Turístico**. 2004. 59p (Tesis de grado) -Universidad Nacional de La Plata, Buenos Aires.

FORTIS, J. A. **Plan de Marketing para el patrimonio cultural de la parroquia Ancón, provincia de Santa Elena**. 2016. 172p (Tesis de maestría) -Escuela Superior Politécnica del Litoral. Facultad de Ingeniería Marítima, Ciencias Biológicas, Oceánicas y Recursos Naturales, Ecuador.

KOTLER, P.; ARMSTRONG, G. **Principios de Marketing**. Editorial Pearson 12 ed., 2008.

MARTINEZ, M. **Plan De Marketing Digital Para Pyme**. 2014, 155p. (Tesis de maestría) Universidad Católica de Córdoba, Argentina. Disponible en: <http://pa.bibdigital.uccor.edu.ar/1379/2/TESIS%20ARCHIVO%20FINAL%20Martinez%2C%20Marcelo.pdf> Acceso el 29 de marzo 2019.

MINISTERIO DE LA PRODUCCIÓN PROVINCIA DE SANTA FE. **Secretaría de Turismo**, Santa Fe, 2015. Plan estratégico 2025

MINISTERIO DE TURISMO DE LA NACIÓN. Foro de Planificación y Desarrollo de Turismo Gastronómico, Santa Fe, 28 de marzo de 2017. CocinAr.

PINASSI, C. El marketing turístico del patrimonio cultural como alternativa de desarrollo del centro histórico de Bahía Blanca (Argentina). Diagnóstico de situación. **Revista Rosa dos Ventos- Turismo y Hospitalidad**, Brasil, v. 4 n°1, p. 59-76, 2012. Disponible en: <http://ucs.br/revistarosadosventos> Acceso el 8 de agosto 2019.

SIN AUTOR. Estrategia de marketing del patrimonio. **Eve Museos e Innovación**. 13 feb 2018. Disponible en: <https://evemuseografia.com/2018/02/13/estrategia-de-marketing-del-patrimonio/?v=5b61a1b298a0> Acceso el 29 marzo 2019.

UNIVERSIDAD NACIONAL DE LA PLATA. UNLP. Facultad de Ciencias Económicas. **Instituto de Investigaciones en Turismo**, Buenos Aires, 2015. Moisés Ville. Provincia de Santa Fe. Informe técnico para su inclusión en la Lista Indicativa de la República Argentina de bienes a nominar a la Lista del Patrimonio Mundial de UNESCO.

FENOGLIO, N. Santa Fe apuesta a la “ruta de la leche”. El Litoral. Santa Fe, sábado 07 de mayo de 2011. *En Política*. Disponible en: <https://www.ellitoral.com/index.php/diarios/2011/05/07/politica/POLI-06.html> Acceso 2 de abril 2019.

A MERCANTILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO UNESCO E O TURISMO, PRESERVAR PARA QUEM?

Ulysses Melo Carvalho¹

INTRODUÇÃO

Vivemos atualmente em um momento de contemplação de monumentos e numa busca pelo bucólico e pelo antigo. As cidades históricas do Brasil e do mundo recebem cada vez mais turistas que querem observar a paisagem que remete ao passado. O turismo, mais do que nunca, tem se tornado um dos principais expoentes como indústria e reproduzidor do capital, como um vetor de geração de emprego e melhora na economia em diferentes escalas e, também, um produtor de “desenvolvimento”. Destaco esta palavra, pois é necessário analisá-la de forma crítica, afinal, se há a geração de renda e melhora nas estruturas locais, é necessário saber quem são os contemplados por estes ganhos, e com quais objetivos. Outra questão (âmago da pesquisa) relaciona-se ao patrimônio cultural, que tem uma importância fundamental como representante material e/ou imaterial de outros tempos da paisagem, mas que tem sido utilizado apenas como um ícone de vislumbre para o marketing.

Este texto é produto da pesquisa de doutorado (em andamento) a respeito da utilização dos patrimônios culturais, sobretudo daqueles declarados Patrimônios UNESCO, pela indústria do turismo, e da existência de um paradoxo do patrimônio atualmente, ou seja, destruir e renovar ou preservar e gentrificar. Isso ocorre principalmente na sociedade dita pós-moderna, onde há um estado de mudança não apenas da produção cultural, mas também no modo de vida e a generalização de novas práticas e processos; imperando uma nova forma de acumulação (HARVEY, 2010).

Um dos exemplos deste paradoxo está no Brasil, na cidade de Salvador. Após a Declaração como Patrimônio Cultural da Humanidade – UNESCO (1985) do centro histórico há a constatação que as políticas de preservação podem ser consideradas a gênese da saída de antigos moradores (NOBRE, 2003). Hoje, os casarios, em sua maioria conservados, representam o passado colonial, mas detém função turística, ou seja, foram refuncionalizados e, inclusive sob a tutela de políticas públicas².

Na França, berço do processo de patrimonialização, ocorrem processos semelhantes aos do Brasil, no entanto, são casos mais isolados, uma vez que a participação da população nas discussões sobre o patrimônio tem mais efetividade. O país também dispõe de políticas públicas e legislações mais claras que auxiliam no processo de um bem patrimonial mais compartilhado e democrático, visto e constituído pelas comunidades³.

1 Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sob a orientação da Profa. Dra. Rosa Maria Vieira Medeiros.

2 De acordo com o programa para o centro de Salvador o objetivo é tornar o Pelourinho como *point* de diversão e de encontro para turistas nacionais e estrangeiros. (GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. Projeto Salvador. Perfil Definitivo. 6ª etapa. Salvador, junho 1997).

3 Convention-cadre du Conseil de l'Europe sur la valeur du patrimoine culturel pour la société, n. 199, disponível em: <https://rm.coe.int/>

A metodologia deste trabalho está baseada principalmente no olhar da totalidade, sem que sejam observados apenas os centros históricos, mas a rede em que estão localizados e seu dinamismo no espaço urbano com seus atores e culturas, mesmo com relações desiguais, que gerem novas totalidades. É necessário compreender como a globalização intervém na dinâmica das cidades históricas (COSTA, 2015). A cultura deve ser vista como uma força produtiva e logicamente o patrimônio como um veículo de dominação determinado pela economia (WILLIANS, 2011).

Este patrimônio está contido dentro de um híbrido, no qual estão o espaço geográfico formado por objetos e ações e as próprias ações produtivas que geram situações hegemônicas. Assim, é possível por esta concepção transitar entre o passado e futuro e entender relações sociais e econômicas que geraram e ainda geram conflitos (SANTOS, 2006). Pela análise do espaço nesta perspectiva dialética compreendemos os atores sociais e suas relações como um acontecimento do próprio espaço e também o local que coexistem e criam suas territorialidades. As relações criam no território não apenas objetos fixos e os fluxos de relações, mas o simbólico que dá significância e sentido aos objetos e até mesmo a vida dos atores sociais.

O objetivo principal deste trabalho é analisar, a partir do patrimônio, a tensão existente entre a mercantilização do turismo e a transformação da relação dos moradores locais com sua paisagem, saber o efeito da patrimonialização para a mutação dos sentimentos de pertencimento e identidade, estes compreendidos como “formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam. É definida historicamente e não biologicamente” (HALL, 2006, p. 12).

Os recortes empíricos são os centros históricos de Salvador (Bahia) e Le Mans (França). O primeiro recebeu o título da UNESCO na década de 1980 e outra que pleiteia o título desde 2017. Dois exemplos com temporalidades e situações diferenciadas em relação à patrimonialização da paisagem e à própria identidade. O que pode ser visto em ambos os casos são processos de reestruturação urbana que promovem o movimento do capital em áreas que até então eram desvalorizadas nas cidades, mas que ganham status graças a investimentos do Estado e da ação do capital especulativo imobiliário, que revalorizam áreas com infraestruturas, criam refuncionalizações e, no caso brasileiro, expurga a população residente para áreas mais distantes, muitas vezes desprovidas de serviços públicos básicos.

PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E A BUSCA POR RESULTADOS

Quando nos referimos a centros históricos, paisagem, identidade e sentimento de pertencimento torna-se imprescindível nos remeter à subjetividade, afinal a paisagem tem como base a memória coletiva, sua materialidade e imaterialidade, os olhares, a interpretação, os signos e o pertencimento dos cidadãos (CLAVAL, 1999).

A paisagem, segundo Berque (2012) “é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é

CoERMPublicCommonSearchServices/DisplayDCTMContent?doc_umentId=0900001680083744 – 2005 – Acesso: 10/06/2019. As diretrizes desta convenção embora tenha sido publicada em 2005, apenas entraram em vigor em 2017. Essa convenção é também denominada de Convenção de Faro.

também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura – que canalizam, em certo sentido, a relação de uma sociedade com o espaço e a natureza” (p. 239). O que o autor afirma é que a paisagem é o produto das relações dos atores sociais e das materialidades.

A preocupação colocada neste texto vem à tona, afinal, quando há intervenção por parte do Estado para melhorar as infraestruturas a fim de atrair turistas para um centro histórico, normalmente os moradores locais não têm protagonismo nas tomadas de decisões. Com as mudanças provocadas e o fluxo de pessoas oriundas de outros locais na paisagem, surgem mudanças também na relação da população local com o patrimônio, que para eles tem um simbolismo diferente e não é apenas uma monumentalidade. Segundo Meneses (2009), “para os turistas, a atividade que executam se revela desterritorializada, seccionada de seu cotidiano, opondo-se mesmo a ele, pois desprendida de habitualidade” (p. 27).

O que pode ser observado é a mutação das cidades e de sua população a partir da chegada dos turistas, afinal “Ele a transborda e a transcende, para caracterizar e modelar os espaços de referência, as populações que ali vivem e os sentidos que lhes são atribuídos” (GRAVARI-BARBAS; GRABURN, 2012, p. 04). Contudo, é importante debruçar sobre o futuro, naquilo que concerne ao turismo e ao cotidiano de uma determinada localidade, ou seja, é necessário que o espaço turístico seja capaz de dialogar com o dia-a-dia da cidade (YÁZIGI, 2002). Para tal, é preciso uma solução que mantenha vivo o local e suas identidades e a que a atividade do turismo seja menos agressiva, e que seja desconstruído o ideário de fachada e monumental relacionado a um tipo de turismo totalmente globalizado (SASSEN, 1998). É possível estruturar o turismo para que seja formatado a partir de uma escala local, com respeito a suas peculiaridades e que garanta o seu desenvolvimento. Afinal, as territorialidades, o enraizamento e o simbólico também podem tornar-se o atrativo ao turista.

Ao comparar os exemplos empíricos Salvador e Le Mans, podemos, numa análise preliminar, compreender suas dicotomias. O centro de Salvador, o famoso Pelourinho, é habitado por quem? Em 1985, o centro histórico da capital baiana foi tombado pela UNESCO e começou a passar por readaptação, promovida pelo Estado, que tinha como objetivos principais promover “a) reabilitação e a restauração físicas da área que levem em consideração o seu potencial econômico para a cidade; b) promover as condições para uma preservação sustentável através do desenvolvimento de atividades econômicas (NOBRE, 2003, p. 6).

A população, devido à pressão exercida pelas mudanças instauradas, foi deslocada para outras áreas. Paralelamente, os proprietários, comerciantes e, principalmente os turistas, foram agraciados com benesses como a chegada de hotéis, refuncionalização das casas para o comércio, criação de roteiros turísticos temáticos, carnaval com ampla cobertura midiática, etc.

Quem visita o centro de Salvador consegue ver claramente os moradores locais? Os naturais da cidade têm a mesma relação com o lugar como tinham antes? Pelas observações

preliminares da minha pesquisa não. O centro tornou-se uma vitrine para a venda da “cultura baiana”, mas os próprios baianos são excluídos. Quem vai à Terça da Bênção na Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos são mais turistas do que os praticantes da religião, a cerimônia perde seu real sentido e se torna um espetáculo, que atrai câmeras fotográficas e conversas durante a celebração que religiosamente seria marcada por preces e silêncios. No caso da cidade de Le Mans, o processo de tombamento pela UNESCO iniciou em 2017 e o centro histórico da cidade ainda passa por mudanças e refuncionalizações exigidas, no entanto com a promoção do diálogo entre os envolvidos e a população participa das discussões⁴.

Apesar de ainda haver um longo caminho de pesquisa e discussão pela frente, a academia e a geografia, detentora da capacidade de olhar a paisagem e o patrimônio de forma mais abrangente, têm papel fundamental para contribuir com o fomento do turismo que traga desenvolvimento e preservação para os centros históricos e também que seja capaz de abarcar não apenas os monumentos e as materialidades, mas a vida cotidiana da população que dá sentido ao patrimônio e até mesmo ao próprio turismo. Como afirma GRAVARI-BARBAS (2014, p. 31) é necessário “um cenário urbano flexível, “elaborável” e adaptável”. Não podemos deixar que os centros históricos sejam apenas cenários ou “aldeias Potemkin”⁵, é preciso sempre pensar na população local. Desta forma, também teríamos um território mais fluido e coeso e não fragmentado e seletivo, e pode-se, assim, responder à pergunta do título: é possível conceber a preservação patrimonial que garanta a memória da cidade e da população em conjunto com o turismo planejado e não fugaz, que busca apenas o capital, pois a cultura e a própria identidade podem tornar-se também atrativos.

REFERÊNCIAS

- BERQUE, A. Paisagem-marca, paisagem-matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). Geografia Cultural: uma antologia. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2012.
- COSTA, E. B. da. Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade mundo. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015.
- CLAVAL, P. A Geografia Cultural. Florianópolis. Ed. da UFSC, 1999.
- GRAVARI-BARBAS, M.; GRABURN, N. Imaginários turísticos, Via [Online], 2012, disponível em <http://journals.openedition.org/viatourism/1189>- Acesso em: 20/05/2019.
- GRAVARI-BARBAS, M. O “sangue” e o “solo”. O patrimônio, fator de pertencimento de um território urbano. Fortaleza: Geosaberes, v. 5, p. 24 – 33, dez. 2014.
- HALL, S. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HARVEY, D. Condição Pós-Moderna. São Paulo: Edições Loyola, 2010.
- MENEZES, U. O campo do patrimônio cultural: uma revisão de premissas. 1º Fórum Nacional de Patrimônio Cultural, vol. 1, p. 25-39, 2009.

⁴ Acervo Patrimoines Culturels et Naturels, Coletânea: documentos e teses. Disponível em: <http://heg.discipline.ac-lille.fr/archives/ressources-btstourisme/patrimoines-culturels-et-naturels/dossier-documentaire-sur-le-patrimoine-mondial-de-lunesco-concu-en-septembre-2017> - Acesso: 02/05/2019

⁵ Expressão que surgiu na Rússia no período de Catherine II, onde Grigory Potemkin para impressionar a imperatriz criou cenários móveis por onde a nobreza percorria na Crimeia para agradá-los.

NOBRE, A. C. E. Intervenções urbanas em Salvador: turismo e “gentrificação” no processo de renovação urbana do Pelourinho. In: Anais do X Encontro Nacional da ANPUR, 10. Belo Horizonte, 2003. Em CD.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço. São Paulo: Edusp, 2006.

SASSEN, S. As cidades na economia mundial. São Paulo: Studio Nobel, 1998.

YÁZIGI, E. A importância da paisagem. In: YAZIGI, E. (org.). Turismo e paisagem. São Paulo: Contexto, 2002.

WILLIANS, R. Cultura e materialismo. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

CONSIDERAÇÕES SOBRE UM PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO INDICADO A LISTA DA UNESCO: O caso do açude do Cedro nos monólitos de Quixadá - Ceará.

Claudio Antonio Vieira da Silva¹

INTRODUÇÃO

O objetivo deste ensaio é investigar quais os eventuais efeitos decorrentes da indicação de um patrimônio brasileiro a lista de bens da humanidade da UNESCO. Através de uma análise crítica em torno da mudança do paradigma patrimonial, que inclui uma pluralidade de olhares e dimensões, por vezes conflituosos.

A escolha por essa categoria se justifica pela necessidade de refletir criticamente aos efeitos atrativos, repulsivos e excludentes que o título concebido pela UNESCO carrega. Suscitar encaminhamentos, nesse sentido, torna-se pertinente ao campo do patrimônio, pois pode revelar algumas especificidades no paradigma patrimonial. Além disso, a escolha também se justifica pelo objeto empírico em questão, o Açude do Cedro nos Monólitos de Quixadá², no Estado do Ceará, indicado a lista em dezembro de 2014 e com a candidatura aceita em janeiro de 2015.

Em especial, o Açude do Cedro nos Monólitos de Quixadá figura com um exemplar único no Brasil, não apenas pelo artefato da técnica utilizada no arranjo construtivo, mas também nas condições propostas na conjunção da paisagem natural e cultural. Ou seja, na configuração pela interface da cultura e pela natureza do objeto por se tratar de um patrimônio natural.

Como etapa metodológica, além da atividade de campo realizada, serão analisados os documentos técnicos (processo de tombamento do açude do Cedro, sob a inscrição Nº 1028-T-83, e o documento da lista indicativa).

A análise dos documentos supracitados levará em consideração os elementos e atributos que foram considerados no processo de patrimonialização, com o objetivo de compreender como ocorreu este processo até o momento do tombamento. Em seguida, serão pontuados os atributos que foram considerados na inscrição da lista de patrimônio da humanidade da UNESCO. A partir disso, serão investigados os eventuais efeitos decorrentes do bem indicado à categoria supracitada.

É oportuno destacar que esse objeto empírico é fruto de uma pesquisa de tese de doutorado em desenvolvimento, desde 2018. Todavia os estudos tiveram início a partir de 2014 em parceria com Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) na ocasião da realização de um mestrado profissional.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH) da Universidade de São Paulo (USP). E-mail: claudioavsilva@usp.br ou claudioavsilva@hotmail.com.

² Com uma área de, aproximadamente, 2.019,833 km² e localizado na porção do Sertão Central do Estado do Ceará, na mesorregião dos Sertões Cearenses e na microrregião de Quixeramobim, o município de Quixadá figura como um dos principais municípios da região central do Estado do Ceará (IPECE, 2010).

CARACTERIZAÇÃO E BREVE CONTEXTO

O açude do Cedro foi projetado pelo engenheiro britânico J. J. Rêvy e é considerada a primeira obra pública no Brasil para combater às secas. Teve sua construção iniciada em 1890 nos primeiros anos da República brasileira, porém a concepção da ideia surgiu ainda no período do Império.

O açude foi construído incorporando as mais modernas técnicas de engenharia civil à época e demorou, aproximadamente, 22 anos para ser concluído. Do ponto de vista construtivo, tem uma forma da parede do arco que foi apoiada entre os monólitos (cientificamente conhecido como *inselbergs*) e apresenta uma série de adornos e feições estéticas em sua composição.

Essa construção atraiu um grande contingente de trabalhadores e moradores para aquela porção do sertão cearense (SOUSA, 1960), contabilizando na época, em torno de 30 mil pessoas envolvidas diretamente no período de construção do Açude e que boa parte delas passaram a residir em Quixadá.

O açude do Cedro (Figura 01) é um exemplo de representação da ocupação e transformação da paisagem de uma porção do semiárido brasileiro (SILVA, 2017). O açude fica localizado na mesorregião do Sertão Central do Ceará, no município de Quixadá (CRUZ, 2006). O açude foi construído em uma área que frequentemente registra períodos de secas intensas e tem como afluente hídrico principal a bacia do rio

Devido à natureza do objeto e a representatividade do Açude integrado com os monólitos, coube ao IPHAN, por intermédio do instrumento do Tombamento, declarou como patrimônio cultural brasileiro em 1984. Na ocasião a inscrição do Bem Cultural foi feita em dois dos quatro Livros de Tombo da instituição, a saber: no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro de Tombo das Belas Artes.

Segundo consta no Estudo de Tombamento do Açude do Cedro, os atributos considerados para escolha e definição do bem tombamento levou em conta, especialmente, o arranjo construtivo através do papel exercido pela engenharia que foi vinculada ao valor monumental do açude. A construção incorporou técnicas avançadas e pioneiras à época, verdadeiros expoentes da modernidade.

Em adição, o aspecto monumental dos monólitos teve o atributo cultural ancorado no valor estético da paisagem, por vezes tratado como painel/pano de fundo. Sendo estes elementos significativos para proceder no processo de patrimonialização do Açude e, por conseguinte, ao processo de tombamento junto ao IPHAN.

DISCUSSÃO

A indicação à categoria de Patrimônio mundial da UNESCO do Açude ocorreu em dezembro de 2014. O documento com a sua candidatura foi aceito, pela UNESCO, em janeiro de 2015, juntamente com outros patrimônios brasileiros que também foram indicados à época e compõem a lista indicativa em busca do título de patrimônio mundial.

Os monólitos são formações rochosas com estruturas bastante rígidas e geologicamente

muito antigas, resultantes da ação do intemperismo e de agentes externos do relevo (MAIA, 2015). Esse tipo formação lhes compete como verdadeiros testemunhos residuais de tempos pretéritos, sendo importantes fontes de pesquisa e objetos de análise de patrimônios naturais e de geossítios.

O município de Quixadá concentra uma grande quantidade desses monólitos, conferindo um caráter único e sem igual comparado a qualquer parte da Terra com esse tipo de formação. Compreende um verdadeiro “jardim de pedras”, com tamanhos distintos e formações que desafiam a imaginação humana. A cidade de Quixadá cresceu no entorno e entre os monólitos. Alguns monólitos lembram no imaginário popular animais e objetos, a exemplo da Pedra da Galinha Choca, a Pedra da Nariguda, o Serrote dos Cavalos, a Pedra Branca entre outros. A essa característica dar-se o nome de pareidolia, que é um fenômeno psicológico de reconhecimento visual.

Para além do aspecto físico-natural, os monólitos de Quixadá detêm vários exemplares de características socioculturais e simbólicas. Parte dessas formações guardam pinturas e artefatos arqueológicos; é fonte de inspiração de romances literários; guardam certo misticismo associado a extraterrestres; é cenário de produções cinematográficas; local de encontro de tradições regionais e tem forte ligação com caráter religioso na paisagem mantendo relações com o sagrado.

Esses elementos supracitados podem ser percebidos na paisagem, conforme pode ser atestado, por exemplo, nos trabalhos de Vieira Neto (2012) intitulado “Conjunto dos Serrotes de Quixadá: monumentalidade e apropriação social do patrimônio natural” e em Silva (2017) intitulado “Há pedras no meu curral: a paisagem dos monólitos de Quixadá-CE”. Ambos trabalhos trazem no conjunto de elementos que condicionaram o processo de patrimonialização dos monólitos e do açude do Cedro atributos simbólicos e culturais que tiveram pouca ou quase nenhuma ênfase no processo de patrimonialização. As pesquisas dos autores também perceberam que os motes de apropriação e as justificativas utilizadas pelos especialistas eram insuficientes para dar conta da complexidade do patrimônio natural em questão. Essa mesma lógica foi novamente reproduzida no documento de candidatura à Patrimônio da Humanidade da UNESCO, na qual a ênfase dada pronunciou o artefato da técnica, do arranjo construtivo do Açude e o papel do homem na superação das dificuldade naturais do local, em detrimento ao patrimônio natural e aos atributos simbólicos e culturais.

O documento enviado a UNESCO em 2014, para compor a lista indicativa, destaca o papel construtivo, a engenharia empregada, a usabilidade, o tipo de material e o aparato da forma, para elevar o sentido de Valor Universal Excepcional. Em alguns momentos traz certos condicionantes naturais para explicitar e agregar a paisagem cultural, mas pouca ênfase é dada aos aspectos simbólicos e representativos para a população local. A escolha teve uma interface verticalizada, ou seja, de cima para baixo, sem participação popular e os monólitos tem seu valor cultural decorrente das técnicas empregadas e valor histórico associativo com a construção do açude. Vale salientar que esse aspectos históricos,

técnicos e estéticos são pertinentes e explicam muito sobre o patrimônio, entretanto não são suficientes e nem devem se sobrepor a outros atributos tão significativos quanto.

Considerações sobre os efeitos decorrentes da indicação do patrimônio da humanidade

Em teoria, quando um patrimônio é escolhido para a categoria mundial pressupõe que implicará em algumas ações necessárias de adaptação e para o efetivo recebimento do título em questão. Essas ações terão um impacto direto na realidade local, pois, provavelmente, gerarão tensões e conflitos, especialmente na produção do espaço.

No âmbito (inter) nacional, os patrimônios alçados à categoria de patrimônios da humanidade pela UNESCO apresentam como consequência direta o aumento do turismo cultural. Segundo Choay (2006), esse fenômeno se configura como a inflação patrimonial, isto é, o crescente aumento sem precedentes do turismo cultural causa efeitos negativos e degradação nos ambientes, assim como se intensificam as lojas de souvenirs que explorar o capital simbólico por intermédio do capital cultural. Em paralelo, se intensificam também as tensões e os conflitos de interesses entre os diferentes grupos e atores culturais, juntamente com as mudanças de paradigmas patrimoniais, especialmente na atribuição de valores.

O paradigma patrimonial é uma conjuntura que envolve um campo do conhecimento atrelado a uma pluralidade de olhares e dimensões. Essa diversidade de sentidos torna o campo do patrimônio, antes de tudo, uma questão de escolha. Nas palavras de Ab' Saber (1986), *um discernimento cultural* que compreende a *demandas de vozes* de muitos atores e de muitas gerações.

Segundo Paes (2017), a apropriação econômica dos patrimônios culturais adentrou no campo dos valores simbólicos, condicionando identidades, costumes e tradições criando selos e certificações para os patrimônios, ou seja, agindo como orientadores e selecionando aquilo que tem valor para as sociedades.

Conforme apontou Bertonecello (2010), o turismo adquiriu uma elevada importância no mundo atual, com destaque na esfera econômica por meio de um amplo conjunto de bens e serviços voltados para o consumo. Em particular, o turismo cultural que explora o patrimônio enquanto recurso e, muitas vezes, exerce papel de ressignificação no bem cultural.

O fenômeno do patrimônio da humanidade, nessa perspectiva, constrói uma imagem e uma narrativa de atratividade e de turistificação que garante não somente a visibilidade e fruição como também o aspecto econômico. O que nos aproxima da ideia de um patrimônio como recurso que pode ser explorado.

Esse mesmo fenômeno foi identificado em patrimônios culturais urbanos, especialmente em conjunto históricos e paisagísticos coloniais no Brasil. Dois trabalhos trouxeram importante contribuição, o primeiro trabalho de Cifelli (2005) sobre a refuncionalização turística do patrimônio cultural em Ouro Preto que faz uma reflexão sobre as várias dimensões no patrimônio cultural e sobre os sujeitos envolvidos no processo de patrimonialização na cidade histórica mineira. O Segundo trabalho é de Sotratti (2005) que aborda o caso de Salvador

destacando a requalificação urbana e a mercantilização do patrimônio cultural, ressaltando a importância de serviços especializados para o turismo. No âmbito do patrimônio natural, o trabalho de Scifoni (2006) traz uma importante contribuição a temática pois discute o significado da proteção do patrimônio natural no processo de produção do espaço geográfico da região do litoral norte de São Paulo, com destaque para a Serra do Mar.

Esses trabalhos exemplificam o campo do patrimônio cultural e a natureza distinta da área de estudo. O turismo, nesse sentido é um efeito associativo com o patrimônio da humanidade da UNESCO, sendo um dos responsáveis inclusive pela mudança de paradigma patrimonial, por meio do direcionamento do olhar e das atenções dadas aos bens em processo de patrimonialização. O campo das escolhas replica numa arena de tensões e disputas, entre o local e o mundial. O papel exercido pelo turismo no campo do patrimônio pode ser positivo, na recuperação física, no uso de instrumentos de proteção, na promoção da visibilidade que pode replicar na dinâmica social e na formação cultural cidadã.

Todavia, a atividade turística, cada vez mais, tem adquirido status de indústria do entretenimento e da espetacularização, desvirtuando significados e sentidos do patrimônio e os transformando em objetos para consumo e mercadoria. Assim, pontuamos que a mudança do paradigma patrimonial decorrente da indicação e escolha a patrimônio da humanidade traz dimensões por vezes conflituosas.

CONSIDERAÇÕES

Com isso, suscita-se refletir sobre os eventos e potenciais fenômenos que surgem a partir dessa mudança de paradigma patrimonial, por intermédio da UNESCO e cooptado pelo mercado, pela indústria do turismo e de que forma isso afeta ou gera tensões e conflitos no local. Partindo da experiência internacional anterior, por intermédio do momento atual e na prospecção de eventos futuros vinculados ao turismo, patrimônio cultural e natural, e em políticas públicas.

Espera-se que os esforços e considerações lançados suscitem num campo discussão e reflexão a fim de apontar outros caminhos e visões sobre o tema em questão. Em paralelo, a partir das discussões na Rede, somar ideias as apresentadas neste ensaio em torno do açude do Cedro nos monólitos de Quixadá, conduzindo ao debate crítico e qualificado e promovendo intercâmbio sistemático.

REFERÊNCIAS

AB' SABER, Aziz. O tombamento da Serra do Mar. In: Revista do Patrimônio. Seção Fato. Rio de Janeiro: Edição nº 21, 1986, 07-20 p.

BERTONCELLO, Rodolfo. Turismo y patrimônio, entre la cultura y el negocio. pp 33 a 54. In: PAES, M. T. D & SILVA, M. R. Geografia, turismo e patrimônio cultural. São Paulo: Annablume, 2010, 230 p.

CIFELLI, G. Turismo, patrimônio e novas territorialidades em Ouro Preto – MG. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, SP.

- CHOAY, Françoise. A alegoria do patrimônio. 3.ed. São Paulo: Estação Liberdade: Ed.UNESP, 2006. 282 p.
- CRUZ, Elisângela Martins da Silva. Açude do Cedro: mitos e verdades (os verdadeiros responsáveis pela construção do açude de Quixadá, 1884-1906). Rio-São PauloFortaleza: ABC Editora, 2006, 136p.
- Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará - IPECE. Governo do Estado do Ceará. Perfil Básico Municipal – Quixadá. Fortaleza, 2010.
- IPHAN. Açude do Cedro no Ceará. 4ª Superintendência regional do Iphan/CE. Processo: nº 1082-T-83, Julho de 1984, 89 p.
- MAIA, Rubson Pinheiro; et al. Geomorfologia do campo de inselbergs de Quixadá, Nordeste do Brasil. In: Revista Brasileira de Geomorfologia. São Paulo, v. 16, nº 2, 2015, 230-253 p.
- PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. Geosp – Espaço e Tempo (Online), v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017. ISSN 2179-0892.
- SCIFONI, Simone. A construção do patrimônio natural. 2006. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.8.2006.tde-27122006-104748.
- SILVA, Cláudio Antônio Vieira da. Há “pedras” no meu curral: a paisagem dos monólitos de Quixadá-CE, 2017. 195 fls. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - IPHAN, Rio de Janeiro, 2017.
- SOTRATTI, Marcelo Antonio. Pelas ladeiras do Pelô: a requalificação urbana como afirmação de um produto turístico. Campinas, SP, dissertação de mestrado em Geografia, Instituto de geociências, UNICAMP.
- SOUSA, José Bonifácio de. Quixadá de Fazenda a Cidade (1755-1955). Fortaleza: IBGE – Conselho Nacional de Estatística, 1960, 134p.
- VIEIRA NETO, João Paulo. *Conjunto de Serrotes de Quixadá: monumentalidade e apropriação social do Patrimônio Natural*. 2012. 129 f. Dissertação (Mestrado em Preservação do Patrimônio Cultural) - Iphan, Rio de Janeiro, 2012.

PATRIMÔNIO CULTURAL NO INTERIOR DO AMAZONAS:

Um estudo de caso na paisagem urbana de Tefé.

Verônica Lima Fernando¹

Marília De Jesus da Silva e Sousa²

INTRODUÇÃO

A questão patrimonial e urbana e suas relações vem se tornando cada vez mais alvo de reflexões que tem levado em conta principalmente as percepções dos sujeitos sobre os objetos que são referências para sua memória e identidade (SILVEIRA e BEZERRA, 2007). Essa noção implica que o patrimônio cultural deve ser identificado a partir da sua apropriação pela sociedade, à medida que lhe é atribuído significâncias no presente.

Segundo Bertagnolli (2015), o conjunto de saberes e fazeres é que forma o patrimônio cultural de um povo, pois remete à identidade do mesmo já que diz respeito aos seus costumes e tradições que são passados de geração em geração. Sendo assim, o patrimônio cultural se expressa de diversas formas, através de documentos, conhecimentos tradicionais, paisagens naturais ou culturais, monumentos, objetos, sítios históricos e arqueológicos; “[...] bens produzidos por nossos antepassados, que resultam em experiências e memórias, coletivas ou individuais.” (ROCHA, 2012), e que permitem uma ligação entre o sujeito e o passado através do resgate da memória.

O patrimônio cultural é classificado por Funari e Pelegrini (2009) segundo duas categorias: material e imaterial. Os bens de natureza material, ou tangível, podem ser móveis ou imóveis e são aqueles como casas antigas, monumentos, construções, centros históricos, vestígios arqueológicos e documentos por exemplo, podendo ainda ser classificado segundo sua natureza: paisagístico, etnográfico, histórico, arqueológico e belas artes. Já o patrimônio imaterial, ou intangível, é representado pelas expressões, celebrações, conhecimentos, práticas culturais coletivas, ofícios e modos de fazer que são passados de geração em geração e que possuem importância para a memória e identidade cultural dos grupos sociais (FUNARI e PELEGRINI, 2009).

Ainda é difícil estabelecer uma definição homogênea ao patrimônio, uma vez que essa definição incorpora múltiplos significados, que podem variar de acordo com as identidades de caráter pessoal ou social. Assim, identificar o patrimônio a partir dos referenciais das próprias comunidades tem sido uma proposta de pesquisa e ação, advinda da Arqueologia Pública, que vem revolucionando a pesquisa no campo do patrimônio cultural e inserindo as pessoas no processo de investigação. Nesse sentido, os estudos sobre a cidade, a partir da perspectiva patrimonial e em diálogo com os moradores, leva a um entendimento mais

1 Graduada em História e mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH-UEA).

2 Pesquisadora do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), membro do grupo de pesquisa em Territorialidades, Governança Socioambiental na Amazônia, e professora do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade do Estado do Amazonas (PPGICH-UEA)

completo acerca das relações estabelecidas nos espaços urbanos com os patrimônios culturais.

O espaço da cidade comporta uma dinâmica que envolve interesses variados que podem ser econômicos, de moradia, lazer entre outros aspectos, que produzem alterações constantes na paisagem urbana. Souza e Bastos (2011) afirmam que as demandas sociais que surgem no espaço das cidades, como inclusão, moradia, segurança e desenvolvimento econômico carecem de políticas alternativas que modificam a paisagem urbana. No jogo de interesses por uso do espaço, as antigas edificações, que são espaços de memória, estão sujeitas às forças atuantes na cidade e podem continuar existindo na paisagem, serem ressignificadas ou até destruídas.

No interior do estado do Amazonas, os estudos sobre cidade e patrimônio tem ganhado força e se tornado cada vez mais necessários, pois muitas construções históricas tem sido alvo de negligências por parte do poder público, acarretando em sua desvalorização, deterioração e até completa destruição. A utilização dos objetos com vistas a atender demandas econômicas, tem transformado as construções em meros artigos de contemplação, sem levar em consideração os significados dos objetos para a população local. O turismo cultural, para o interior do estado, tem começado aos poucos a se desenvolver, porém em sua maioria de forma não sustentável, desconectado de ações de educação patrimonial e visando apenas a exploração econômica.

O turismo é um fenômeno recente cuja origem está relacionada ao que hoje é chamado de agenciamento de viagem (FIGUEIREDO e PEREIRA, 2007). Dado esse caráter inicial, ainda hoje é possível encontrar perspectivas de turismo voltadas apenas para organização de viagens, desconectadas das especificidades locais e praticadas de forma que os bens culturais se tornam meros objetos de contemplação.

O viés educativo do patrimônio acaba sendo preterido em prol do sentido econômico no qual a atividade turística acaba muitas vezes se pautando. Nesse sentido, o desenvolvimento de um turismo cultural com um viés também educativo se apresenta como um caminho para a valorização não só do bem físico, mas dos significados que ele possui para os sujeitos que representa. Nessa perspectiva o turismo cultural, pautado no sentido educativo se apresenta como mediador no “[...] processo de socialização e apropriação dos bens humanos materializados nos patrimônios, que são os atrativos das cidades turísticas” (MELO e CARDOZO, 2015). Contudo, esse é um caminho que, ainda que necessário, não se apresenta na realidade de algumas regiões do interior do Amazonas.

A cidade de Tefé, localizada no interior do estado do Amazonas, médio rio Solimões, configura um caso interessante de ser estudado. O espaço urbano da cidade abriga elementos da cultura material que se expressam em construções antigas com valor histórico e social. No centro de Tefé, por exemplo, é possível encontrar várias edificações que, ainda que não tenham sido tombadas em nenhuma instância, são expressões do patrimônio cultural da cidade, legando aos moradores um conhecimento sobre seu passado histórico. Contudo, essas construções tem recebido poucas ações de valorização patrimonial e tem se tornado

objeto de uma perspectiva de turismo visando somente a exploração econômica dos objetos culturais e desconectada de um viés educativo, não levando em consideração as relações estabelecidas entre pessoas e objetos e nem os impactos sociais e culturais deste na cidade.

Em decorrência dessa configuração e da interação dos moradores para com os bens culturais não ser profundamente visível, supunha-se que não havia o reconhecimento das estruturas antigas e demais vestígios da cultura material como parte da memória e identidade de moradores de Tefé e que estes não se apropriavam desses vestígios como parte de sua história. A invisibilidade de ações do poder público para a valorização dos bens culturais e desenvolvimento de um turismo cultural sustentável, fortalecia a hipótese de que não havia um interesse pela questão patrimonial na cidade. A pesquisa desenvolvida tornou possível refutar tal problemática e possibilitou entrever outras questões não antes pensadas e que ganham lugar na questão patrimonial de Tefé, entre elas o processo de modernização e os interesses e conflitos no uso dos espaços e da cultura material.

Nesse sentido, e levando em consideração que a questão patrimonial em Tefé/AM tem sido pouco trabalhada cientificamente, torna-se importante compreender a relação entre o patrimônio material e a cidade, mapeando os diferentes discursos propagados sobre o mesmo e o conjunto de interesses sociais que envolvem a modernização do espaço urbano e a utilização e preservação dos bens culturais no município. Dessa forma, o objetivo deste estudo consistiu em identificar o que a população de Tefé considera como patrimônio cultural material e os significados que estes possuem para os sujeitos através de seus discursos sobre os bens culturais, além de compreender a questão patrimonial a partir da reflexão sobre a cidade, levando em conta os possíveis interesses pelo uso dos espaços e dos patrimônios culturais. Tal estudo possibilitou entender o atual contexto patrimonial na cidade levando em consideração o processo de modernização, políticas públicas para a cidade e o patrimônio, práticas de turismo cultural e os diversos interesses sociais e conflitos envolvidos na questão patrimonial.

METODOLOGIA

Para compreensão da questão apresentada, buscou-se, através de pesquisa de campo, coletar dados que permitissem analisar os discursos dos moradores acerca da questão da patrimonial em Tefé, mapeando o que é considerado patrimônio cultural e o lugar que este ocupa na memória e identidade cultural das pessoas. A coleta de dados foi realizada através de entrevistas semi-estruturadas com moradores da cidade de Tefé, seguindo um roteiro de entrevista com questões predefinidas para nortear a conversa mas que possibilitassem o levantamento de outras questões conforme surgisse o interesse no decorrer da entrevista. As reflexões aqui apresentadas resultam da análise de entrevistas realizadas com 18 moradores, com idade entre 19 a 80 anos e também observação in loco para tratar da questão da modernização do espaço da cidade e preservação patrimonial. As entrevistas realizadas, para além de permitir identificar os discursos sobre o patrimônio, também

possibilitaram entrever como a população enxerga a atuação do poder público em relação aos objetos que são considerados pelos mesmos como patrimônio cultural da cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Tefé teve sua fundação em 1759, sendo em seus primórdios habitada por povos indígenas, predominantemente Tupebas. A região recebeu, ao longo do tempo, grande atuação de missionários portugueses que difundiram a religião católica pela região e construíram várias edificações que são expressões dessa atuação. Nesse sentido, a cidade possui construções que são consideradas de valor histórico e social para a população e estão atrelados às suas memórias e identidade: Seminário São José, Igreja Matriz de Santa Tereza, Prédio da Rádio Educação Rural, Missão dos Espiritanos, Cemitério Catedral Saudade, que abriga também um cemitério judeu, prédio da Capitania dos Portos, prédio histórico da Prefeitura Municipal e Mercado Municipal. Além das construções, os vestígios arqueológicos também são identificados pela população como patrimônio e apontados como herança dos povos indígenas, figurando para eles uma comprovação de sua ancestralidade indígena.

Os objetos são identificados, no caso de Tefé, não só pelo seu caráter de antiguidade, mas também pela sua importância social, ou, seja, algumas construções são apontadas como patrimônio pelo papel social que desenvolveram ou ainda desenvolvem na cidade.

O patrimônio é apropriado por meio do discurso da preservação, que está muito presente nas narrativas dos moradores. Tal discurso responsabiliza o poder público pela deterioração dos bens culturais e pela falta de incentivo à valorização e à preservação, pois a falta de atenção ao patrimônio cultural tem levado à degradação desses bens e até sua destruição, como foi o caso mais emblemático da cidade, isto é, a demolição de um antigo prédio, com valor histórico e social, onde funcionava a Academia de Letras, Ciências e Artes de Tefé (ALCAT) que fornecia cursos gratuitos para a população de baixa renda. Este prédio foi demolido para edificação de uma estrutura moderna que abriga atualmente um hotel e uma galeria com lojas e escritórios, com vistas a atender demandas econômicas.

Ao longo do tempo o município tem passado por intensas transformações na sua paisagem, apresentando problemas decorrentes da ocupação desordenada do espaço como, por exemplo, ausência de políticas sustentáveis para o desenvolvimento da cidade e políticas em relação aos bens culturais. Nesse sentido, o crescimento e a modernização do espaço urbano em Tefé, não levando em conta as especificidades locais, tem figurado uma das causas da destruição do patrimônio cultural. Não se tem desenvolvido políticas de valorização e preservação do patrimônio pelo poder público local, e o turismo se desenvolve de forma que as construções históricas limitam-se a objetos de consumo do mercado.

A ausência de políticas públicas voltadas para o patrimônio, tem influenciado na gradativa desvalorização e desconhecimento da história contada através dos vestígios materiais, principalmente pela população mais jovem de Tefé. O termo patrimônio cultural é geralmente associado pelos sujeitos às construções mais antigas encontradas no centro

da cidade, desconsiderando outras formas de patrimônio material, como os vestígios arqueológicos, muitas vezes por desconhecerem a existência dos mesmos na cidade. O descaso do poder público ao longo do tempo, levou à perda desses materiais, sendo difícil encontrá-los facilmente na área urbana da cidade, a não ser em casos de obras em terrenos.

O intenso processo de modernização do espaço pelo qual a cidade de Tefé vem passando ao longo dos últimos anos, tem acarretado também em conflitos entre o antigo e o novo, que se manifestam através de discursos e ações relacionados ao patrimônio, especialmente às construções e edificações históricas. Nesse sentido, pode haver um esforço para a manutenção do patrimônio, utilizando-se por exemplo, de discursos como o de preservação dos objetos antigos (FERNANDO, 2018; KNARK, 2007), ou movimentos em prol da destruição do que se considera velho, ultrapassado e desatualizado. Assim, os conflitos entre o novo e o antigo envolvem identificações, significados, interesses e relações entre os sujeitos e os objetos e que se exteriorizam em ações diretas ou indiretas sobre os mesmos.

Em decorrência da invisibilidade de ações do poder público para o trato com o patrimônio, moradores da cidade acreditam que este não tem desenvolvido nenhuma ação nem de valorização e nem de preservação desse patrimônio, associando à isso o fato de os bens considerados por eles como patrimônio cultural da cidade estarem em condições de deterioração. Os agentes sociais afirmam desconhecer a atuação do poder público no sentido de preservar o patrimônio do município e alguns afirmam que somente a Igreja tem feito algo para preservar as antigas construções a ela relacionadas, sem nenhuma parceria com Secretarias, seja de cultura ou turismo de Tefé. Em relação ao turismo, ainda que este seja um interesse do poder público das cidades, muitas vezes os bens culturais não recebem o financiamento necessário para sua manutenção e preservação. O restauro e demais ações para preservação, muitas vezes ficam a cargo de outros órgãos que não o poder público.

O interesse dos sujeitos em preservar o patrimônio cultural, acaba entrando em conflito com outros interesses, seja político, ideológico ou econômico. Nesse sentido, apesar do desejo de preservação dos objetos da cultura, o que acontece é um total descaso por parte do poder público. Não se nota nenhuma busca por conhecer melhor a parte histórica refletida nas construções ou materiais arqueológicos, nenhum trabalho de educação patrimonial que busque a valorização dos bens culturais ou incentivo a um turismo que integre os moradores e suas percepções sobre os bens culturais e contribua para o desenvolvimento econômico da cidade de forma sustentável.

Compreender o patrimônio a partir das percepções dos próprios moradores é o primeiro passo para se pensar estratégias de ação que busquem a valorização e preservação patrimonial e o desenvolvimento de práticas de turismo aliadas aos entendimentos locais. Melo e Cardozo, (2015) apontam para a necessidade do desenvolvimento de ações que visem o melhor aproveitamento do patrimônio, unindo a educação patrimonial nas práticas

de turismo, tendo em mente o patrimônio como herança que faz parte da formação humana e que possui valor que vai além da questão econômica.

O estudo da cidade e de sua relação com o patrimônio é um importante caminho para entender a questão da modernização, preservação e os interesses que caracterizam os conflitos existentes quando se trata da questão cultural. Tais estudos podem subsidiar políticas de valorização e fruição efetivas desse patrimônio, e estratégias para o desenvolvimento de um turismo levando em consideração as especificidades de cada local.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Rossano Lopes; SOUZA, Marise Campos de. (Ed.) **Patrimônio cultural arqueológico: diálogos, reflexões e práticas**. – São Paulo, SP: Superintendência do Iphan em São Paulo, 2011.

BERTAGNOLLI, Gisele B. Leal. **Processos de construção de identidades regionais: cultura imaterial, identidade e desenvolvimento**. Ed. Perspectiva, Erechim. v. 39, n.148, p. 47-54, 2015.

CORREA, et al. **Gestão para Conservação e Manutenção dos Patrimônios Culturais na comunidade da Missão em Tefé/Am**. Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFAM. Vol. 10 - Nº 2 – dezembro, 2016.

FERNANDO, V. L. **Cultura material e identidade cultural: ou como os tefeenses percebem o patrimônio histórico e arqueológico**. Manaus: [s.n], 2018.

FIGUEIREDO, Silvio Lima; PEREIRA, Edithe. **Turismo e arqueologia na Amazônia – Brasil: aspectos de preservação e planejamento**. ANPTUR, 2007.

FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra de Cássia Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

KNACK, Eduardo Roberto Jordão. **Modernização do Espaço Urbano e Patrimônio Histórico: Passo Fundo, RS**. Dissertação de mestrado. UPF, Passo Fundo, 2007.

MELO, Alessandro de; CARDOZO, Poliana Fabiula. **Patrimônio, Turismo Cultural e Educação Patrimonial**. Educ. Soc., Campinas, v. 36, nº. 133, p. 1059-1075, out.-dez., 2015

ROCHA, Thaíse Sá Freire. **Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF**. XVIII Encontro Regional (ANPUH-MG), 2012.

SILVEIRA, F. L. A. D.; BEZERRA, M. **Educação Patrimonial: perspectivas e dilemas**. In: ECKERT, C.; FILHO, M. L.; BELTRÃO, J. M. F. Antropologia e Patrimônio Cultural: diálogos e desafios contemporâneos. Florianópolis: Nova Letra, ABA, Fundação Ford, 2007.

O PATRIMÔNIO USADO COMO NEGÓCIO NA AVENIDA NAZARÉ EM BELÉM - PARÁ.

Vivian Larissa Monteiro Albuquerque¹

Maria Goretti da Costa Tavares²

INTRODUÇÃO

A Avenida Nazaré, ainda conhecida como Caminho do Utinga em meados do século XVIII, já indicava a expansão da cidade de Belém. O processo de verticalização chega a Avenida por volta dos anos de 1950 promovendo uma maximização do espaço urbano da via, em que era possível concentrar um maior número de pessoas no mesmo espaço, por meio do capital imobiliário que passa a se interessar pela localidade, (VIEIRA, 2017). A reflexão sobre o patrimônio se efetuará na perspectiva de produção do espaço urbano (CARLOS, 2011; CORRÊA, 1999), tendo como viés o processo de valorização do espacial da metrópole e uma reflexão sobre as políticas de preservação patrimonial. Considerando a relação de negócio que tem permeado os objetos patrimoniais na Avenida Nazaré, dentro do processo de produção do espaço da cidade de Belém, procura-se compreender como ocorre a produção do espaço patrimonializado na Avenida Nazaré a partir da relação entre o capital imobiliário, comercial e o patrimônio? Esse questionamento orienta o trabalho que é permeado por outras questões, tais como: De que forma ocorreu a formação socioespacial da Avenida Nazaré? Quais os principais agentes que atuam na produção dos espaços patrimonializados na Avenida Nazaré? E quais os interesses e os efeitos da relação entre os espaços patrimonializados e os agentes do capital imobiliário e comercial na Avenida? Com o intuito de responder os questionamentos levantados nos empreendemos em uma investigação que possui o objetivo central de analisar o patrimônio usado como negócio para o capital imobiliário e comercial relacionado ao processo de produção do espaço na Avenida Nazaré em Belém-PA. Como objetivos específicos, para que venha ser possível alcançar o objetivo geral, temos: periodizar a produção do espaço da Avenida Nazaré; identificar quais os principais agentes que atuam na produção dos espaços patrimonializados na via; e analisar os objetivos e os efeitos da relação entre os espaços patrimonializados e os agentes do capital imobiliário e comercial na avenida.

METODOLOGIA

A pesquisa se desenvolveu mediante o método de interpretação e análise pautado no materialismo histórico dialético, em que se constitui como o método para analisar o movimento social-histórico e suas contradições (BRUYNE, 1991), e mediante os seguintes

1 Mestranda do Programa de Pós Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Monitora do projeto Roteiro Geo-Turísticos, UFPA.

2 Professora doutora em Geografia da Universidade Federal do Pará. Coordenadora do projeto Roteiro Geo-Turístico, UFPA.

procedimentos metodológicos: o levantamento e análise documental e bibliográfica; observações sistemáticas *in loco* na Avenida com registros fotográficos; realização de entrevistas semi-estruturadas com agentes institucionais voltados para o patrimônio e com os demais agentes responsáveis pela produção do espaço patrimonializado na via; bem como o levantamento e análise cartográfica da Avenida e dos espaços patrimonializados na via.

DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

A relação de negociação que permeia os patrimônios existentes na Avenida é pautada em uma relação de atração, em que se utiliza dos bens patrimoniais para atrair os consumidores. O espaço passa a ser mercadoria em que se nota o consumo dos espaços patrimonializados na Avenida Nazaré. Vende-se os espaços patrimonializados na medida em que o anunciam nas propagandas para atrair consumidores. É nesse momento que o simbolismo do patrimônio se sobressai além da forma, seu significado passa a ser valorizado se tornando uma mercadoria, pronta para o consumo (CARLOS, 2013).

A relação de negócio que permeia os espaços patrimonializados na Avenida Nazaré, ocorre dentro da lógica de produção da cidade como negócio que vem se manifestando em outros lugares como, por exemplo, em São Paulo (SCIFONE, 2015). Os interesses por trás dessa relação tem como principal objetivo alcançar o lucro através da utilização do patrimônio como atrativo, o que ocorre com o Palacete Passarinho, o edifício *Terrazos* e com os edifícios *Lygia Fernandez*, *Metrópole* e *Feliz* na avenida. O caso do Palacete Passarinho é um exemplo de como o patrimônio têm sido usado como atração pelo capital comercial. Já os exemplos dos edifícios, mostram como o capital imobiliário usa o patrimônio, dentro da relação de negócio, de duas formas. A primeira consiste na apropriação física e simbólica do patrimônio, o caso do edifício *Terrazos*, em que temos o casarão do incorporado ao prédio imobiliário para atrair os consumidores. E tem-se, também, a segunda forma de usar o patrimônio na relação de negócio, que se refere a apropriação do bem patrimonial nos discursos de vendas, também usado para atrair consumidores, que é o caso dos edifícios *Lygia Fernandez*, *Metrópole* e *Feliz*, e que usam a Basílica de Nazaré nos seus marketings para fins lucrativos.

O fator localizacional dos três empreendimentos são fundamentais para entendermos essa apropriação do patrimônio, pois este fator é determinado pelas relações sociais que se estabelecem e conferem ao espaço a característica de produto social (CARLOS, 2011). A localização é um produto social, não é um bem da natureza, visto que é a sociedade que produz os elementos que valorizam o espaço (VILLAÇA, 1985). A localização dos imóveis próximo a um dos monumentos mais significantes para a memória de Belém, eleva o preço dos imóveis existentes ali e ainda utiliza do bem patrimonial enquanto um atrativo para seus empreendimentos.

Outro fator localizacional importante nesta relação é o fato da Avenida Nazaré estar localizada em uma área central na cidade de Belém, considerando área central o lugar

onde concentram-se as principais atividades comerciais, de serviços, da gestão pública e privada, e os terminais de transportes inter-regionais e intra-urbanos, além de se destacar na paisagem da cidade por sua verticalização (CÔRREA, 1999). As relações existentes entre o patrimônio e as áreas centrais podem ser identificadas por meio de Carlos (2017, p. 36) que considerou “nó urbano como lugar de nascimento da aglomeração”. Os centros urbanos, ou área central das cidades, surgem como o lugar em que os traços da história da ocupação e da produção do espaço se realizam antes que o resto dos demais lugares da cidade, sendo constituído como um ponto de valorização dos objetos espaciais, que se tornam bem patrimoniais (CARLOS, 2017).

A apropriação que se identifica na produção do espaço dos edifícios apresentados vai muito além de um simples uso de marketing para os negócios, ela se caracteriza por ser, também, uma apropriação simbólica do patrimônio. Paes-Luchiari (2005a, pg. 100) afirma que “nas cidades, o consumo cultural dos lugares também transformou o patrimônio em objeto de discussão entre o valor simbólico e o valor econômico dos seus bens”, pois atribuiu este conflito ao turismo devido sua atuação na transformação do valor cultural em valor de mercado.

Observa-se então presente na Avenida Nazaré, bens patrimoniais que possuem uma relação de negócio com o capital imobiliário e comercial. O espaço patrimonializado sendo superado enquanto obstáculo e passando a ser um aliado, um atrativo para os consumidores se enquadra dentro da lógica do consumo do espaço, seja ele por meio de sua apropriação física ou simbólica.

REFERÊNCIAS

- BRUYNE, Paul de. Dinâmica da pesquisa em ciências sociais: os pólos da prática metodológica. 3. ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1991. 251 p.
- CANCLINI, Néstor Garcia. O patrimônio cultural e a construção imaginária do Nacional. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, N. 23 (pg. 95-111), 1994.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. A condição espacial. São Paulo: Contexto, 2011.
- _____. Turismo e patrimônio: Um aporte geográfico. In: PAES, Maria Tereza Duarte; SOTRATI, Marcelo Antônio. (orgs.) Geografia, turismo e patrimônio cultural: identidades, usos e ideologias. 1ª ed. São Paulo: Anablume, 2017.
- _____. O consumo do espaço. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; DAMIANI, Amélia Luisa; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino *et al.* (orgs.) Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 2013b
- CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. 4ed. São Paulo: Ática, 1999.
- CRUZ, Ernesto. *História do Poder Legislativo do Pará, 1935 – 1967*. Assembleia Legislativa. Belém-Pará, 1978.
- CRUZ, Rita Ariza. Patrimonialização do patrimônio: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. São Paulo: Revista: GEOUSP, 2012.

- HARVEY, David. Cidades rebeldes: Do direito á cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- JEUDY, Henri Pierre. O espelho das cidades. Rio de Janeiro: Casa das palavras, 2005.
- MEIRA FILHO, Augusto; MEIRA, Márcio (Org.). Evolução histórica de Belém do Grão-Pará: fundação e história, 1616-1823. 2. ed., rev. e aum. Belém, PA. 2015
- PAES-[LUCHIARI, Maria Tereza Duarte](#). A reinvenção do Patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. Geosp (USP), São Paulo/SP, v. 15, n.17, p. 95-105, 2005a.
- _____. Centros Históricos- Mercantilização e territorialidades do patrimônio cultural urbano. Anais do X Encontro de Geógrafos da América latina. Universidade de São Paulo, 2005b.
- _____. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais - um olhar geográfico. Turismo de Base Comunitária - diversidade de olhares e experiências brasileiras. 1ed. Rio de Janeiro, RJ: letra e imagem, 2009, v. 1, p. 162-174.
- OLIVEIRA, Janete Marília Gentil Coimbra. Produção e apropriação do espaço urbano: a verticalização em Belém-PA. São Paulo, 1992. Tese (doutorado) – Universidade de São Paulo.
- PENTEADO, Antônio Rocha. Belém - Estudo de geografia urbana. Rio de Janeiro: Ed. Companhia das letras, 1968.
- SANTOS, Milton. Espaço e método. São Paulo: Nobel, 1985.
- [SCIFONI, Simone](#). O patrimônio como negócio. A cidade como negócio. 1ed. São Paulo: Contexto, 2015, v. 1, p. 209-228.
- SOARES, Karol Gillet. As formas de morar na Belém da Belle Époque (1870-1910). Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Pará, programa de pós-graduação em História social na Amazônia. Belém, 2008.
- VILLAÇA, Flávio. A terra como capital. Revista: Espaço e debates. Ano V, nº 16, 1985.

NOVAS ESTRATÉGIAS DE USO E APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PATRIMONIALIZADOS DO CENTRO HISTÓRICO DA CIDADE DE BELÉM DO PARÁ: Os roteiros geo-turísticos em questão.

Sabrina Forte e Silva Gonçalves¹

INTRODUÇÃO

A economia do turismo vem crescendo significativamente no mundo desde o início do século XX, devido, principalmente, ao desenvolvimento dos meios de transportes e comunicação, bem como, pela intensificação e massificação do marketing sobre os destinos turísticos que, de um modo geral, são motivados por atrativos naturais, históricos, religiosos, entre outros. Nesse aspecto, vários autores destacam a valorização do patrimônio, seja ele material ou imaterial, como um dos principais produtos desse mercado.

Ao longo do século XX, foram implementadas diversas ações políticas dirigidas a preservação e conservação do patrimônio, que vão desde a fundação, em 1926, da Oficina Internacional de Museus - OIM à Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, criada em 2003, pela UNESCO (SIZZO y LOPEZ, 2018). Desde então, tornou-se crescente a institucionalização de diversos bens culturais.

Entretanto, as políticas de patrimonialização, se por um lado, visam valorizar e preservar o patrimônio em seu aspecto cultural, entendido como “todas as manifestações e expressões que a sociedade e os homens criam, e que, ao longo dos anos, vão se acumulando com as das gerações anteriores” (GRUNBERG, 2007)², por outro, têm favorecido a apropriação do patrimônio cultural pela atividade turística, como produto de consumo, que traz à tona conflitos relacionados ao seu valor de uso e/ou valor de troca, no contexto do contraditório processo de produção do espaço (CRUZ, 2012).

Desde meados do século XIX, com a política urbanística implementada por Haussmann em Paris, os espaços urbanos passaram a ter importância como patrimônio cultural (CHOAY, 2006) e no decorrer do século XX, vários sítios urbanos foram patrimonializados como cidades históricas. Tais políticas se articularam aos interesses do mercado do turismo, promovendo a gentrificação urbana (PAES, 2017). Nota-se, portanto, a relação direta entre patrimônio, turismo e a produção do espaço urbano, onde se faz necessário entender a lógica espacial, que determina e/ou motiva as políticas de uso e apropriação do patrimônio, associadas ao consumo turístico.

Numa abordagem convencional, o patrimônio se constitui como algo imóvel, que deve ser preservado para as gerações futuras, geralmente tombados oficialmente (SIZZO e LOPEZ, 2018). Daí surgem os monumentos, museus ou paisagens urbanas espetacularizadas,

¹ Doutoranda em Geografia – Programa de Pós-graduação em Geografia/Universidade Federal do Pará – UFPA. Professora de Geografia - Secretaria de Estado de Educação – SEDUC/PA. E-mail: sabrifortesg@gmail.com

² A obra não possui paginação.

produzidas e usadas como atrativos turísticos (CRUZ, 2012). A abordagem crítica qualifica o patrimônio como uma prática social, que reflete as relações de poder de uma sociedade, um conjunto de elementos simbólicos que configuram uma identidade cultural do território que os contém (COSTA, 2015) e independe de etiquetas institucionais.

Nesse sentido, a educação patrimonial entendida como “um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural, como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo” (HORTA et al, 1999, p. 4) possibilita a compreensão da produção do espaço a partir da leitura da paisagem que se faz do patrimônio material e imaterial existente; e ao mesmo tempo, se afirma enquanto instrumento que “leva o indivíduo à compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que está inserido” (HORTA et al, 1999, p. 4).

O conhecimento do patrimônio histórico-cultural de uma cidade, por meio de um roteiro turístico, proporciona a reflexão e o debate sobre a valorização do lugar e da identidade cultural de um povo, na busca pelo direito a cultura e a cidade. É nesse contexto, que este projeto de pesquisa está sendo desenvolvido no curso de Doutorado do Programa de Pós-graduação em Geografia, da Universidade Federal do Pará – UFPA. O objeto de análise da pesquisa é o projeto de extensão universitária do Grupo de Geografia do Turismo (GGEOTUR), pela Faculdade de Geografia da Universidade Federal do Pará –UFPA, denominado “Roteiros Geo-turísticos: conhecendo o centro histórico de Belém, na Amazônia”, em curso há oito anos.

Esse projeto de pesquisa pretende compreender como os Roteiros se constituem enquanto instrumentos de uso e apropriação do patrimônio no centro histórico da cidade de Belém-PA, por meio de uma prática turística inclusiva e participativa, que proporciona a análise do conhecimento geográfico e a produção de espaços de cidadania.

Para tanto, os objetivos gerais do projeto são: (a) analisar qual a contribuição do Projeto “Roteiros Geo-turísticos: conhecendo o centro histórico de Belém na Amazônia” para construção e desenvolvimento de uma nova política de uso e apropriação do patrimônio cultural do centro histórico da cidade de Belém-Pará; (b) analisar como se dá a abordagem geográfica do Projeto “Roteiros Geo-turísticos” sobre o patrimônio cultural, material e imaterial, do centro histórico da cidade de Belém; e (c) identificar como a metodologia do roteiro pode contribuir para construção de uma nova política de uso e apropriação do patrimônio cultural.

METODOLOGIA

A investigação parte de uma interpretação metodológica em que pese a importância do patrimônio como um recurso espacial, tanto na produção do espaço histórico-cultural de Belém, como numa prática turística diferenciada que contribua para construção da cidadania no centro histórico da cidade. O patrimônio, portanto, não é compreendido senão por meio da sua relação contraditória com a prática turística no espaço urbano de Belém. Sendo assim, essa pesquisa está norteadada pelo método materialista histórico e dialético.

A abordagem teórica-metodológica parte da teoria da produção do espaço, de Henri Lefebvre, lançando mão da categoria Paisagem, como ponto de partida para entender a formação socioespacial da cidade, por meio da configuração territorial do patrimônio edificado e sua dinâmica social e cultural, caracterizado pelo patrimônio imaterial. E avançará para categoria Território, na concepção integradora/hibrida, de Rogério Haesbaert, para compreender a lógica espacial que o centro histórico de Belém está inserido, dentro da política de patrimonialização e sua relação com a prática turística do Roteiro; como espaço de disputa de interesses, seja pela apropriação do patrimônio de forma cultural/simbólica (pertencimento, pelo vivido, pelo valor de uso) de grupos sociais diversos, em especial, das camadas populares; seja pela apropriação econômica (recurso, dotado de valor de troca) pelos agentes do turismo.

Por meio de uma abordagem qualitativa, os procedimentos metodológicos adotados possuem caráter exploratório e estão conduzindo o desenvolvimento dessa investigação, a partir das seguintes etapas: (1) pesquisa bibliográfica; (2) pesquisa documental e levantamento de dados secundários em diferentes instituições; e (3) estudo de caso, que consiste nos seguintes passos: (a) participação em reuniões do Grupo de Geografia do Turismo-GGEOTUR/UFPA, a fim de investigar a metodologia empregada na organização e produção de todos os roteiros propostos; (b) participação na execução dos roteiros oficiais, visando a observação em campo acerca da abordagem geográfica sobre o patrimônio; (c) aplicação de entrevistas e questionários semiestruturados com os membros do projeto e participantes dos roteiros; (d) aplicação de entrevistas e questionários semiestruturados junto aos agentes do turismo e do patrimônio, como: agências, órgãos governamentais, comerciantes, etc.; (e) elaboração de mapas temáticos; e (f) elaboração da tese ratificando e/ou refutando as hipóteses elaboradas no projeto.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A cidade de Belém, é uma das principais capitais da região amazônica brasileira, guarda uma imensa riqueza histórica, social e cultural ao longo dos quatro séculos de colonização. Com vistas a se tornar uma cidade competitiva, frente aos interesses do capital, naquilo que Harvey (2005, p. 175) denomina de “empreendedorismo urbano, onde a região urbana busca melhorar sua posição competitiva em relação a divisão espacial do consumo”, a área central sofreu importantes intervenções urbanísticas nos últimos vinte anos, visando a valorização de espaços patrimonializados do centro histórico e seu consumo, sobretudo, pelo turismo. As políticas de requalificação urbana empreendidas no centro histórico de Belém atribuíram ao patrimônio cultural uma conotação mercadológica, em detrimento de sua importância identitária com o lugar, enquanto espaço vivido, desenhando novas formas de representação e apropriação do espaço (TRINDADE, 2013).

Na contramão desse processo, os Roteiros Geo-turísticos, enquanto prática extensiva acadêmica, tem se revelado como uma prática inovadora no uso e apropriação do patrimônio no centro histórico de Belém. Esse projeto proporciona um roteiro turístico, alternativo ao

circuito oficial, pelo centro histórico da cidade e conta, de maneira interativa e inclusiva, o histórico de formação socioespacial de uma das cidades mais antigas do Brasil, de grande relevância econômica, cultural e social para região Amazônica. A dinâmica do roteiro oportuniza ao participante o conhecimento das dinâmicas territoriais e sociais que moldaram e moldam a produção do espaço da cidade, a partir da releitura do patrimônio material e imaterial existente e conseqüentemente, a percepção da realidade em que está inserido. Dessa maneira, a pesquisa, em curso, pretende ratificar e/ou refutar a hipótese de que os Roteiros Geo-turísticos se constituem como instrumentos de uma nova política de uso e apropriação dos espaços patrimonializados no centro histórico de Belém.

Estes, contribuem para construção da cidadania, na perspectiva da conquista dos direitos sociais, entre eles, o acesso à cultura e à cidade, ao entender a cidade “não apenas como um grande objeto, mas como um modo de vida” (SANTOS, 2014 p. 143). Isso se dá a partir de dois aspectos: (1) Analítico - a abordagem crítica sobre o patrimônio, a partir da produção do espaço urbano de Belém (sec. XVII aos dias atuais), pelo processo de colonização econômica e “desculturização” (SANTOS, 2014) das populações locais, proporcionando ao participante o encontro com a vida do lugar e com sua identidade. Tal abordagem visibiliza a memória social e cultural do patrimônio, oportunizando a percepção da própria condição de vida do sujeito; e (2) metodológico - o percurso turístico alternativo e a inserção de atores sociais locais aos roteiros, visibiliza espaços e grupos sociais excluídos pela política de turistificação do Centro Histórico de Belém. E ao mesmo tempo, como aponta Paes (20017) democratiza o acesso ao patrimônio, frente ao processo de gentrificação do consumo dos espaços patrimonializados.

REFERÊNCIAS

- CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. Trad. de Lucia Vieira Machado. São Paulo: Ed. UNESP, 2006.
- COSTA, E. B. (2015). **Cidades da Patrimonialização global**. São Paulo: FAPES, 2015.
- CRUZ, R. Patrimonialização do Patrimônio: ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço. **Geosp - Espaço e Tempo**. São Paulo, Nº 31, pp. 95-104, 2012.
- GRUNBERG, E. **Manual de atividades práticas de educação patrimonial**. Brasília, DF: IPHAN, 2007.
- HARVEY, D. **A produção do espaço capitalista**. São Paulo: Annablume, 2005.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/Museu Imperial, 1999.
- PAES, M. T. D. Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. **Geosp – Espaço e Tempo**, v. 21, n. 3, p. 667-684, dez. 2017.
- SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SIZZO, I. A. y LÓPEZ, A. L. **Turismo, patrimonio y representaciones espaciales.** Tenerife: PASOS, RTPC, 2018.

TRINDADE JÚNIOR S. C. C. Patrimônio, vivências e representações do espaço em políticas de requalificação urbana na Amazônia. **Espaço & Geografia**, vol.16, n. 2, 2013.

EDUCAÇÃO PATRIMONIAL:

A preservação do patrimônio na produção do espaço urbano em Belém- Pará.

Magaly Caldas Barros¹
Maria Goretti da Costa Tavares²

INTRODUÇÃO

Partindo da compreensão de que o espaço urbano se apresenta como condição e meio para a realização das atividades sociais (CARLOS, 1992) e corolário de um conjunto de relações que o produzem (LEFEBVRE, 2000), admitimos que o espaço se modifica de acordo com a expressão de cada sociedade, seu modo de vida, suas ideias, seus construtos sociais, ideologias e, especialmente, seu patrimônio.

Nesse sentido, pensamos a relação de uma comunidade com seu patrimônio incorporando o processo de Educação Patrimonial dentro e fora do âmbito acadêmico, em assembleias públicas, reuniões institucionais, em atividades de associações (na forma da sociedade civil organizada), por meio de ações educativas, nas quais o sentido do patrimônio aparece próximo da realidade das cidades capitalistas. Nas cidades amazônicas como Belém, essa tarefa se adensa um pouco mais por conta da forte relação com a natureza: seja no contato com o rio, a influência das chuvas no cotidiano das pessoas, a ligação socioeconômica com a floresta urbana e rural.

Percebemos, assim, em Belém ações de educação patrimonial que buscam aproximar a memória histórica do bem patrimonializado à sociedade que lhe pertence. As ações de Educação Patrimonial destacadas nesta pesquisa são aquelas que buscam evidenciar o patrimônio da cidade em seu valor simbólico, social, cultural e político cujo objetivo é a disseminação de ideias, conceitos e práticas ligadas à Educação Patrimonial.

Este artigo tem por objetivo compreender o processo de produção do espaço urbano e a Educação Patrimonial como mecanismo de preservação eficaz do patrimônio cultural. Como procedimentos metodológicos foram realizados: literaturas bibliográficas, trabalho de campo para identificar e mapear alguns recortes espaciais e entrevistas com associações locais e com o IPHAN.

METODOLOGIA

Para produzir este artigo, realizamos um levantamento bibliográfico e conceitual, investigação de produções documentais e iconográficas referentes às ações de educação patrimonial realizadas em Belém. O segundo momento destinou-se à realização de

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Contato: magalycaldasb@gmail.com.

2 Professora Dra. Do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Contato: mariagg29@gmail.com

observações sistemáticas das ações educativas, trabalhos de campo, entrevistas e conversas com agentes relacionados e promotores das ações. Posteriormente, realizamos a produção cartográfica a fim de identificar recorte espacial onde as ações educativas são realizadas no espaço da cidade de Belém.

Por fim, a estrutura do artigo trata inicialmente do debate sobre produção do espaço urbano e preservação do patrimônio material e imaterial. Em seguida aborda a educação patrimonial em sua dimensão conceitual e como possibilidade de preservação do patrimônio, tomando como exemplo 03 exemplos de ações de educação patrimonial existentes em Belém do Pará a saber: a Associação dos Agentes do Patrimônio da Amazônia (ASAPAM), a Associação FotoAtiva; a organização Fórum Landi; e o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – Pará (IPHAN-PA).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A discussão dos resultados desta pesquisa sustenta a ideia da Educação Patrimonial como salvaguarda do patrimônio, apresentam no espaço de Belém o recorte espacial que compreende os bairros Cidade Velha, Campina, Batista Campos, Nazaré, Reduto e São Braz, pois estes são onde ocorrem ações mais expressivas ligadas à Educação Patrimonial (figura 1). A escolha desses bairros se deu após um levantamento das iniciativas promovidas por associações e grupos que trabalham o patrimônio em Belém em parceria ao IPHAN-PA, já que esta é a principal instituição responsável pela defesa, proteção e conservação patrimonial das cidades brasileiras, em específico, a cidade de Belém do Pará.

Em geral, as ações de Educação Patrimonial são promovidas por associações que buscam trabalhar o patrimônio percebendo a sua dimensão política, isto é, a centralidade das preocupações referente ao patrimônio (proteção, valorização, conservação) apresenta não somente anseios simbólicos, mas anseios concretos.



Imagem 4: SEQ Figura * ARABIC 1: Mapa de localização dos bairros onde ocorrem ações de Educação Patrimonial em Belém-PA. FONTE: Elaborado por Pablo Cunha e Magaly Caldas, 2017.

Alguns critérios foram desenvolvidos para identificar quais são as ações de educação patrimonial, e quais agentes elas atendem, efetivas em Belém. Estes são: 1) Estar inserido no grupo Rede Casa de Patrimônio – por ser referência de iniciativas vinculadas a Educação Patrimonial em Belém; 2) Ação continuada – duração a longo prazo da proposta de Educação Patrimonial; 3) Quantidade de agentes afetados – se a ação apresenta um número expressivo de público dentro de sua proposta. Nesse sentido, foram entrevistadas as associações: Associação dos Agentes do Patrimônio da Amazônia (ASAPAM), Associação FotoAtiva; organização Fórum Landi; e o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional – Pará (IPHAN-PA).

As instituições entrevistadas trabalham aspectos da preservação do patrimônio e, de modo geral, atuam na manutenção dos bens patrimoniais e na desaceleração de sua degradação, a fim de prolongar e salvaguardar o patrimônio cultural. Entende-se que os indivíduos não agem de forma isolada, estão sempre integrados a comunidades, associações, reuniões de vizinhança etc.; por isso esta pesquisa prioriza as ações educativas realizadas por instituições e grupos que se originaram do seio das discussões sobre a cidade de Belém e seu patrimônio, desse modo, é a sociedade organizada que elege os bens a serem preservados e transmitidos às gerações futuras. A importância da preservação também ganhou, nas últimas décadas, um objetivo que decorre da necessidade de repensar o impacto da construção civil no meio ambiente, tendo em vista que a preservação aliada ao reuso das edificações e outros objetos espaciais. Logo, é passível de preservação todos os bens de natureza material e imaterial, de interesse cultural e/ou ambiental com significado histórico, cultural ou simbólico, capazes de promover a compreensão da identidade cultural da comunidade que lhe pertence. É evidente que cada ação vai se comportar da forma como foi pensada e que, por vezes, seus resultados não serão positivos. Entendemos que resultados positivos são aqueles onde o grupo-alvo conseguem apreender os objetivos das ações e aplicá-las em seu cotidiano.

À guisa de conclusão, entendemos Educação Patrimonial como um processo sistemático e contínuo por onde indivíduos são capazes de se apropriar de seus bens culturais e entender a importância da valorização e preservação do patrimônio cultural, desencadeando, assim, o estímulo de identidades coletivas e individuais.

Diante do conjunto de ações desenvolvidas pelas associações e pelo IPHAN, entendemos Educação Patrimonial como um mecanismo possível de preservação do patrimônio. Suas abordagens são potencialidades ao desenvolvimento das ações educativas em vários lugares, como museus, sobre um monumento, sobre uma festa, num centro cultural, na rua, e em contextos diferentes, nos centros comerciais, nas periferias das cidades, sobre um determinado momento histórico, à luz de uma disciplina etc., tanto por meio de políticas públicas quanto pelos sujeitos sociais. As ações analisadas demonstram que educação patrimonial pode ser realizada em várias frentes e por agentes pertencentes a grupos sociais distintos sem que a efetivação seja prejudicada.

Conceituar a Educação Patrimonial como um mecanismo de preservação do patrimônio em

Belém, é, portanto, uma direção possível que compreende o sentido do patrimônio partindo da comunidade que o tem como representativo alcançando as esferas públicas, onde a discussão patrimonial se amplia na forma de políticas públicas efetivas que consideram a cidadania e o direito ao patrimônio, bem como a memória, como formas de transformação social. As ações expostas corroboram tanto para a permanência da identidade e memória quanto para a valorização do patrimônio, não deixando, assim, que se perca o sentido de identidade, cultura e aquilo que se escolheu, em algum momento, preservar.

REFERÊNCIAS

Área sudoeste da cidade de Belém vista de cima. Color, 8,22x10,92cm. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.vidadeturista.com/ddds-do-brasil/ddd-91>. Acesso em 29/06/2019.

BENJAMIN, W. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. São Paulo. Editora Brasiliense, 1986.

CARLOS, A.F.A. *A cidade*. São Paulo: Editora Contexto, 1ª edição 1992. (Coleção Repensando a Geografia).

CARLOS, A.F.A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. 1ª ed. São Paulo: Editora Contexto, 2004.

CARLOS, A.F.A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2015.

Cartão postal do Mercado de São Brás na década de 1980. Color, 5,72x9,16cm. Autor desconhecido. Disponível em: <https://www.marciopinho.com.br/peca.asp?ID=2421777#simple1>. Acesso em: 29/06/2019.

CHAVES, C. *Os mercados públicos e a história da cidade: Belém no final do século XIX e inícios do século XX*. 2015. Em: LEITÃO, Wilma. Estudos antropológicos no Mercado do Ver-o-Peso. Belém, 2015.

CHOAY, F. *A Alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade/ Editora UNESP, 2001.

COSTA, M. A. *Mercado de São Brás em 2016*. Color, 6,11x10,13cm.

FLORÊNCIO, S. R. R.. Educação Patrimonial: um processo de mediação. In: TOLENTINO, Átila Bezerra (Org.). *Educação Patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: IPHANPB, 2012. (Caderno Temático 2).

HORTA, M. L. P; GRUNBERG, E; MONTEIRO, A. Q. *Guia básico de educação patrimonial*. Brasília: IPHAN: Museu Imperial, 1999.

IPHAN. FLORÊNCIO, S. R. R.; CLEROT, P.; BEZERRA, J.; RAMASSOTE, R. *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos*. Brasília, DF: DAF/Cogedip/Ceduc, 2014. Disponível em: <http://www.iphan.gov.br/baixaFcdAnexo.do?id=4240/>.

IPHAN. *Rede Pará*. Disponível em <https://casadopatrimoniopa.wordpress.com/rede-casas-do-patrimonio-para/>. Acesso em 25 de janeiro de 2017.

LEFEBVRE, H. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: Laproduction de l'espace). 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000.

SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

SCIFONI, S.. Educação e Patrimônio Cultural: reflexões sobre o tema In: TOLENTINO, Áttila Bezerra (Org.) *Educação patrimonial: reflexões e práticas*. João Pessoa: IPHAN, 2012.

OLIVEIRA, J. M. G. C.; FRANÇA, C. F.; BORDALO, C. A. L. A Verticalização em Belém-Pará, Brasil, nos últimos trinta anos: A Produção de Espaços Segregados e as Transformações Socio-Ambientais. In: X Encontro de Geógrafos da América Latina. *Anais...* Universidade de São Paulo. 2005.

OLIVEIRA, C. A. P. *Educação patrimonial no Iphan*. Monografia de Especialização – Escola Nacional de Administração Pública. Brasília, DF. 2011.

PATRIMÔNIO, MEMÓRIA, IDENTIDADE
E TURISMO CULTURAL:
Um estudo sobre o Memorial da Cabanagem, Belém - Pará.

Victória Cecília Elsie Oliveira Dantas de Feitosa¹

Raul Ivan Raiol de Campos²

INTRODUÇÃO

A Cabanagem foi a mais importante revolução popular da Amazônia e uma das mais significativas do Brasil. Ocorreu no período de 1835-1840, na província do Grão-Pará logo após a proclamação da independência, com a insatisfação da população que vivia em péssimas condições e viam-se abandonados pelo governo central (DI PAOLO, 1985).

Em 7 de janeiro de 1985 foi inaugurado o Memorial da Cabanagem em comemoração aos 150 anos da Cabanagem, com o objetivo de representar a luta heroica do povo cabano. O Monumento está localizado no Complexo Viário do Entrocamento, um dos principais pontos de entrada e saída da cidade de Belém/PA, foi projetado pelo arquiteto Oscar Niemeyer, sendo a única obra do arquiteto em toda região norte (CARMO; FARIA NETO, 2015).

O Memorial é um complexo arquitetônico composto do monumento, que em seu interior encontrava-se um painel com montagens de algumas notícias de jornais relatando a construção do Memorial; de um museu criado para abrigar os restos mortais dos cinco maiores líderes cabanos: Eduardo Angelim, Cônego Batista Campos, Francisco Vinagre, Antônio Vinagre e Félix Clemente Malcher, e havia também uma maquete de Belém na época da Cabanagem (CARMO; FARIA NETO, 2015). Atualmente, ele encontra-se fechado e deteriorado mesmo com poucos anos de existência. Sem manutenções frequentes no local, os objetos que faziam parte do museu foram realocados, e atualmente o espaço é habitado por moradores de rua.

O Memorial da Cabanagem é um monumento, pois foi edificado com o intuito de rememorar o movimento cabano. O termo monumento vem do Latim *monumentum*, que deriva que *monere*, que significa lembrar (CHOAY, 2001). Monumento é [...] “tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2001, pag.18). Portanto, o Memorial da Cabanagem foi criado intencionalmente, pensado a *priori*, o que o difere de um monumento histórico, que segundo Choay (2011) é visto não como um artefato intencional, mas uma escolha, dentre as construções já existentes, devido à sua importância histórica.

Neste sentido, o Memorial foi edificado para ser um lugar de memória, pois para

1 Graduada em Turismo (UFPA). E-mail: victoria.feitosa18@gmail.com

2 Docente (FACTOR/UFPA). E-mail: raulcampos@ufpa.br

Pollak (1992), existem lugares de apoio da memória, com o intuito de servir de base a uma lembrança de uma época em que a pessoa vivenciou ou não. No caso do Memorial, por ser um monumento criado em comemoração aos 150 anos do movimento cabano, ele tem a função de ser um lugar de memória, de comemoração, que contribui para a preservação da memória cabana para que seja repassada de geração em geração.

Um elemento importante no que diz respeito à preservação de um patrimônio é o turismo. O turismo, neste caso, o turismo cultural pode estabelecer uma relação mútua com uma comunidade, pois ao mesmo tempo em que ele se apropria de elementos resultantes de sua identidade e memória, torna-se um grande aliado no que diz respeito à preservação e valorização delas. Sendo assim, o turismo cultural pode ser entendido como um instrumento para a valorização do patrimônio e da cultura local de modo geral (CASTRO, 2006).

Para Beni (2002, p.7), “O turismo cultural trata de uma área-chave de desenvolvimento local em que a comunidade é conduzida a resgatar sua história, cultura, hábitos e costumes a fim de poder transmiti-los para o turista”. Logo, a preservação da memória e identidade também são elementos importantes para o desenvolvimento do turismo cultural. Pois, é através destes elementos que este tipo de turismo pode se apropriar das características e peculiaridades existentes na cultura e se desenvolver. Além de contribuir para a valorização e preservação do patrimônio e da cultura de uma localidade (BATISTA, 2005).

Este trabalho teve como objetivo identificar qual a relação da população com Memorial da Cabanagem, com foco nas questões patrimoniais, identitárias e turísticas.

METODOLOGIA

Esta pesquisa se configura em quali-quantitativa, que, de acordo com Minayo (2001), são abordagens que podem abranger melhor a realidade de forma dinâmica, pois se complementam. Inicialmente, foi feita uma pesquisa bibliográfica e documental a fim de compilar informações sobre os temas que serão abordados como patrimônio, monumento, identidade, memória, turismo cultural, a história da Cabanagem e sobre o Memorial da Cabanagem.

O instrumento para coleta de dados consistiu em um formulário de perguntas abertas e fechadas que foi aplicado em 43 ruas do bairro da Marambaia, com o objetivo de conhecer a população que reside nas proximidades do Memorial da Cabanagem e, principalmente, a relação desta população com o Memorial. Para isso, foram feitas perguntas a respeito da situação socioeconômica e o conhecimento dos moradores que residem no bairro, sobre os Patrimônios da cidade de Belém/PA e sobre o Memorial.

O número total de moradores, dentre os que foram pesquisados em suas casas, os que transitavam pelas ruas e os que estavam em estabelecimentos comerciais, que responderam às perguntas foi 660, que configura 1% da população do bairro com um total de 66. 708 mil habitantes (IBGE, 2011), seguindo os critérios de idade acima de 18 anos e residir no bairro mencionado. O período da coleta de dados foi de 03/05/2019 à 25/05/2019.

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO DOS RESULTADOS

Com este estudo pode-se observar a relação da população que reside no entorno do Memorial da Cabanagem e frequentemente o vê. Apesar de a proximidade física e da aparente proximidade com o patrimônio, constatou-se que, de fato, essa proximidade não existe. Afinal, não conhecem o Memorial, conhecem a praça e sentem falta dela.

A Memória e Identidade Cabana defendida por Ricci (2007), apesar de realmente existir, de ter deixado a herança do espírito de luta, não é percebida. Não existe uma consciência de que isso tudo é proveniente da Cabanagem, pois não conhecem sua própria história.

Ao considerar que este assunto é visto nas aulas de História nas escolas, pode-se atribuir esta falta à baixa escolaridade, ao sistema educacional precário. Mas, sob o ponto de vista deste estudo, é possível afirmar que isso se deve ao trabalho de organização da memória. Freud afirma que todo o ser humano involuntariamente busca mecanismos para fugir do sofrimento, daí então, surge o esquecimento, como uma forma de defender-se de lembranças que possam causar desprazer (QUINTELLA; CARVALHO, 2014).

Por esta falta, no que diz respeito à memória, a identidade cultural, ou cabana, no caso, também não é percebida, pois, segundo Quadros e Fonseca-Silva (2016), a memória é sempre de algo que a pessoa aprendeu ou percebeu. Portanto, não há um sentimento de pertencimento em relação à Cabanagem. Santos (2011) conceitua identidade como algo resultante dos significados e experiências de um povo. Logo, percebe-se que a relação do povo com o Memorial é superficial, uma relação física, não como algo que representa sua própria identidade.

Um número significativo dos entrevistados (74%) afirmou não visitar os patrimônios da cidade. Para Melo e Cardozo (2015, p. 1062), “O patrimônio de uma sociedade é uma escolha desta sociedade sobre aquilo que lhe é mais representativo [...]”.

As perguntas que foram mais determinantes para compreender a relação da população com o Memorial foi o grau de escolaridade, renda e o que sabia sobre a Cabanagem. Com isso, percebe-se que a relação estabelecida é de indiferença. Os entrevistados lamentavam a falta de segurança, o espaço de lazer perdido e da ausência de “vida” que o espaço trazia para o bairro com a sua iluminação, mas não lamentavam pelo Memorial em si, pelo seu significado. Apesar de 82% da população afirma conhecer o Memorial, mais de 62% não sabem o que foi a Cabanagem, ou seja, desconhecem o seu significado.

Não necessariamente todos aqueles que possuem baixa renda e baixo grau de escolaridade não sabiam responder sobre a Cabanagem ou não visitavam os patrimônios. Mas, todos os que possuem renda e grau de escolaridade elevada, visitavam os patrimônios e sabiam responder sobre a Cabanagem. Batista (2005) atribui o interesse por atividades culturais ao nível de escolaridade e renda, pois, inclusive, está relacionado a status social. E pode ser visto com a pesquisa que realmente todos os que possuíam alto nível de escolaridade e renda são os que mais consomem cultura.

Em relação ao potencial turístico do Memorial, existem questões como acessibilidade. Atualmente não existe nenhum acesso a ele de forma correta. Para chegar até o monumento

e museu é preciso pular a barra de ferro que o cerca e andar pela grama. Outro ponto é o abandono do local, sem segurança, iluminação, com muita sujeira e os moradores de rua que habitam no monumento.

Entretanto, há outra questão quando se fala de implementação de projetos turísticos, que é a comunidade local, que não o reconhece como patrimônio, não há identificação com a história que seria compartilhada com turistas. Precisaria, primeiramente, de conhecimento, tanto no que diz respeito à História, quanto à educação patrimonial.

Para tanto, precisaria de ações de governo para que o local tivesse a possibilidade de exercer a sua função de memória, contribuindo para a afirmação da identidade do povo e para a cultura de modo geral. Além de contribuir economicamente para a cidade através do turismo.

Conclui-se que não há uma relação de pertencimento dos residentes que convivem com o Memorial. Eles o veem frequentemente, sofrem com os efeitos do seu abandono e, embora estejam fisicamente próximos do Memorial, estão distantes visto que não se identificam com ele, pois sua representação não tem importância para a memória social da população local.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, C. M. Memória e Identidade: aspectos relevantes para o desenvolvimento do turismo cultural. **Caderno Virtual de Turismo**. v. 5, n. 3, 2005.
- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 7ª ed. São Paulo: Ed. SENAC, 2002.
- CARMO, C. S.; FARIA NETO, Alcyr M. O Memorial da Cabanagem como espaço colateral. In: 1º Congresso Internacional: Espaços Públicos, 2015, Porto Alegre. **Anais do 1º Congresso Internacional Espaços públicos**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2015. v. 1.
- CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2001.
- CHOAY, F. **O patrimônio em questão**: antologia para um combate. Belo Horizonte, MG: Fino Traço, 2011.
- DI PAOLO, P. **Cabanagem**: A revolução popular da Amazônia. 3ª ed. 1990.
- MINAYO, Maria C. de Souza (org) et al. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 19. ed. Petrópolis: Vozes, 1994. 80 p.
- POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.
- QUADROS, E. M. ; FONSECA-SILVA, M. C. . Platão, Aristóteles e a questão da memória: uma leitura ricoeuriana. **Revista Memória em Rede** , v. 8, p. 63-86, 2016.
- QUINTELLA, C. F.; CARVALHO DA SILVA, P. J. **A memória e sua plasticidade**: uma revisão histórica da noção de *memória* em *Freud*. Memorandum, 2014.
- RICCI, M. Cabanagem, cidadania e identidade revolucionária: o problema do patriotismo na Amazônia entre 1835 e 1840, **Tempo [online]**, vol.11, n.22, pp.5-30, 2006.
- SANTOS, L. As identidades culturais: proposições conceituais e teóricas. **Rascunhos Culturais** , v. 2, n. 4 p. 141-158, 2011, Coxim - MS.

PATRIMÔNIO FERROVIÁRIO E MODELOS DE USO: OS TRENS TURÍSTICOS NO BRASIL

Me. Ewerton Henrique de Moraes¹

Dra. Silvia Helena Passarelli (Orientadora)²

Dr. Eduardo Romero de Oliveira (Co-orientador)³

INTRODUÇÃO

No Brasil, a criação de trens turísticos tem sido incentivada pelo Poder Público, através de investimentos no setor, legislações e outras ações direcionadas para o turismo ferroviário. Diferente de outras formas de uso do patrimônio, as necessidades operacionais fazem com que os projetos de trens turísticos sejam mais complexos e abarquem também, minimamente, o material rodante e trilhos.

Foi a partir de projetos como este que estações desativadas – por exemplo, Anhumas (Campinas, SP) e Curitiba (PR) – foram adequadas ao turismo e reabertas. Contudo, este modelo de uso também enfrenta dificuldades, por exemplo, embates pela autorização de circulação em linhas ativas, disputa por material rodante e até avanço na degradação do patrimônio, problemas comuns entre o consolidado trem da Serra Verde Express (Curitiba, PR) e o Trem São Roque – Maringue (São Paulo), ainda em projeto.

Desta forma, considerando que o objetivo de um trem turístico que utilize espaços e materiais históricos seja promover simultaneamente a preservação e o turismo local, quais fatores são determinantes para a eficiência deste modelo de uso?

Nossa hipótese é que a compatibilidade com o transporte ferroviário comercial, variável ausente na bibliografia, seja o principal fator. A elaboração de critérios de avaliação será o produto final desta tese (doutorado), resultado do qual esperamos uma aplicação prática. Contudo, em essência, este é um trabalho teórico e se propõe a superar limitações na forma de abordagem do tema, principalmente, na bibliografia e particularidades nacionais.

METODOLOGIA

Propomos uma análise transversal e visamos chegar a critérios de análise capazes de abarcar simultaneamente o turismo, a preservação e a operação. Para este estudo adotamos quatro casos brasileiros: Viação Férrea Campinas Jaguariúna (ABPF), Trem da Serra do Mar Paranaense (Serra Verde), Expresso Turístico (CPTM) e Trem de Guararema (ABPF).

1 Docente do Instituto Federal de São Paulo (Campus Cubatão). Membro do núcleo de Turismo do Projeto Memória Ferroviária (Financiamento FAPESP 18/23340-5). Doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC). ewerton.moraes@ufabc.edu.br.

2 Docente da Universidade Federal do ABC (UFABC).

3 Docente da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Coordenador do Projeto Memória Ferroviária (Financiamento FAPESP 18/23340-5).

Quadro 1. Detalhamento dos Estudos de Caso

Estudo de Caso	Variável em Análise	Operador	Cidades Abrangidas	Linha
(1) Viação Férrea Campinas Jaguariúna	Preservação	ABPF	Campinas/SP e Jaguariúna/SP	Inativa
(2) Trem da Serra do Mar Paranense	Atratividade Turística	Serra Verde	Curitiba/PR e Morretes/PR	Ativa
(3) Expresso Turístico	Operação Ferroviária	CPTM	São Paulo/SP e Santo André/SP	Ativa
(4) Trem de Guararema	Transversal	ABPF	Guararema/SP	Ativa

Fonte: Elaborado pelo autor.

O trabalho está organizado em seis etapas: (1) Aprofundamento Teórico; (2) Ferramentas de Planejamento: Plano Diretor de Turismo; (3) Leis de Preservação e Regulamentação dos Trens Turísticos no Brasil; (4) Preservação e Turismo: estudos de caso 1 e 2; (5) Operação Ferroviária: estudo de caso 3; (6) Análise Transversal/Critérios: estudo de caso 4.

Além da constante revisão bibliográfica – dado o propósito da pesquisa – a pesquisa documental possui papel central nesta pesquisa. A documentação elaborada pelas agências reguladoras e órgãos competentes (patrimônio, turismo e transportes) será fundamental para a compreensão das práticas vigentes e o entendimento de elementos como a preservação e o planejamento do turismo dentro da esfera pública.

Para os estudos de caso – fase de pesquisa de campo – contaremos também com outras técnicas e ferramentas como a observação *in loco*, entrevistas com os gestores dos trens, além da análise espacial através de softwares SIG.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Considerando os dados da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e Associação Brasileira dos Operadores de Trens Turísticos e Culturais (ABOTTC) o Brasil conta com 23 trens turísticos (MORAES; PASSARELLI; OLIVEIRA, 2019). Entre estes, oito estão localizados em São Paulo, estado com a maior concentração. Futuramente, o número de serviços turísticos pode ser ainda maior. Identificamos outros 17 projetos ou manifestações de interesse na criação destes atrativos, iniciativas que abrangem 26 cidades paulistas.

Em teoria, o uso turístico do patrimônio cultural é uma forma positiva de exploração econômica, já que pode gerar fundos para sua conservação e, simultaneamente, é capaz de promover a difusão de informações sobre o bem (LOHMMAN; PANOSSO NETTO, 2012). Nesta mesma lógica, a criação de um trem turístico seria um auxiliar na preservação do patrimônio ferroviário, além de ampliar a oferta turística em determinado município ou região.

Contudo, ainda que reconhecidos alguns exemplos benéficos de relação entre turismo e patrimônio, cremos que isso não seja suficiente para compreender os trens turísticos como forma de uso do patrimônio ferroviário. Por exemplo, entre 2006 e 2017, o Ministério do Turismo direcionou aproximadamente 9,9 milhões de reais para projetos de trens turísticos, apenas no estado de São Paulo (BRASIL, 2019). As verbas foram destinadas para projetos nas cidades de Campinas, Itu, Salto, Paraguaçu Paulista e São José do Rio Preto.

Entre os quatro projetos contemplados no período, apenas um encontra-se ativo, a Viação Férrea Campinas Jaguariúna (Campinas, SP). Os serviços de Paraguaçu Paulista (Trem Moita Bonita) e São José do Rio Preto (Trem Caipira) oscilam entre curtos períodos de circulação e paralisações por motivos diversos. Já o Trem Republicano (Salto – Itu) encontra-se com obras atrasadas e, por enquanto, não passou da etapa de implantação.

Assim sendo, considerando que o objetivo de um projeto de trem turístico que utilize espaços e materiais rodantes históricos seja promover simultaneamente a preservação destes bens e o desenvolvimento do turismo local, nossa questão principal é: quais fatores são determinantes para a eficiência do trem turístico enquanto um modelo de uso do patrimônio ferroviário? Nossa hipótese é que o sucesso deste modelo de uso dependa principalmente do equilíbrio entre as seguintes variáveis: atratividade turística, resultados da preservação – inclusive estética – e a compatibilidade com a operação e ou circulação de outros trens na linha escolhida.

Neste sentido, a aproximação da lógica dos transportes ferroviários, pouco explorada pela bibliografia, será a nossa principal contribuição e se faz necessária para compreensão do uso e gestão do patrimônio. Por exemplo, o trajeto entre Curitiba e Morretes é parte da ligação com o Porto de Paranaguá e, por isso, conta com grande volume de circulação de trens de carga, com trechos com até 85% de ocupação (ANTT, 2019).⁴ Ou seja, a questão está além das abordagens isoladas de potencial turístico, interesses de preservação ou mesmo investimentos no setor.

O estudo abrange ainda questões em aberto no planejamento do turismo e uso do patrimônio ferroviário. Em especial, o Plano Diretor de Turismo enquanto instrumento de planejamento e reflexões sobre a relação entre o tombamento – reconhecimento patrimonial – e a elevação dos bens ferroviários a atrativo turístico, reconhecimento dos gestores e visitantes. Assim, tomamos a atratividade turística, a operação ferroviária e a preservação como variáveis igualmente importantes para a viabilidade deste modelo de uso do patrimônio ferroviário.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES. **ANTT - Declaração de Rede**. Disponível em: <http://www.antt.gov.br/ferrovias/arquivos/Declaracao_de_Nete_Geral.html>. Acesso em: 2 jun. 2019.

BRASIL. **Portal Convênios (SINCOV)**. Disponível em: <<http://portal.convenios.gov.br/>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

LOHMANN, G.; PANOSSO NETTO, A. **Teoria do turismo**. 2 ed. ampliada e atualizada ed. São Paulo: Aleph, 2012. (Série Turismo).

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Cartilha de orientação para proposição de Projetos de Trens Turísticos e Culturais**. . [S.l: s.n.]. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/cartilha-final-b.pdf>. , 2010

MORAES, E. H.; PASSARELLI, S. H. F.; OLIVEIRA, E. R. Preservação e Usos Turísticos do Patrimônio Ferroviário: Panorama dos trens turísticos no estado de São Paulo. **Anais XVIII ENANPUR 2019**, 2019. Disponível em: <<http://anpur.org.br/xviiienanpur/anais-sts/>>. Acesso em: 2 jun. 2019.

RODRIGUES, M. Patrimônio industrial, entre o fetiche e a memória. **usjt - arq.urb**, v. 3, 2010. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/315521047/pat-industrial-fetiche-memoria-pdf>>. Acesso em: 18 mar. 2018

O TUCUPI PRETO: A emergência de ingrediente nativo na culinária paraense.

Jacirene da Silva Queiroz¹
Gutemberg Armando Diniz Guerra²
Joanna de Oliveira Leal Martins³

INTRODUÇÃO

Turismo e patrimônio são elementos que se complementam. Em muitos casos é a atividade turística que desperta nos moradores locais o olhar de importância para determinado bem. Em outras situações a atividade turística necessita ser freada, reformulada para que o patrimônio de determinado local seja preservado. Isso depende de muitas variáveis que perpassam pela esfera pública e privada.

Em toda viagem turística a cultura está imbricada, depende do turista fazê-la cultural. Uma atividade tal como se conhece hoje, o turismo se fortalece como produto no pós-guerra e as diversas segmentações e tipologias nada mais são que produtos gerados a partir das necessidades da demanda. Assim, o turismo se apresenta como

um ato praticado pelos turistas, o qual obedece a motivações diversas, que variam em função da personalidade destes, do seu cotidiano, do seu tipo de trabalho, do seu nível de escolaridade, da sua posição na sociedade, da sua visão do mundo e da sua cultura” (BARRETTO, 2003).

O turista, no caso, sempre levado por motivações de conhecer o diferente, o imaginado, o inusitado, o que está em foco. Ocupa-se em consumir o novo e em querer sempre mais. Nesse sentido, em diversos casos, a demanda nem sempre está atenta a cultura, ao patrimônio do lugar visitado. O consumo do patrimônio se torna efêmero e, ainda naquele espaço, já está a procura de outro monumento. O patrimônio em alguns casos é renegado e apenas visto, não olhado, sentido, degustado. O estudo do patrimônio o divide em material e imaterial. No trabalho em questão o conceito de patrimônio utilizado é o da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define como patrimônio imaterial

as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas –
com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes

¹ Mestra em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável pela Universidade Federal do Pará, Professora da Coordenação de Turismo, Hospitalidade e Lazer do IFPA/Campus Belém, participa do grupo de pesquisa RESLITUR. [jacirene.queiroz@ifpa.edu.br]

² Doutor em Socioeconomia do desenvolvimento. Professor Associado do PPGAA/NCADR/UFPA [gguerra@ufpa.br]

³ Bacharel em Comunicação Social, Pesquisadora em gastronomia, Curadora e Coordenadora Geral do Festival Ver-o-Peso da Cozinha Paraense e diretora executiva do Instituto Paulo Martins [joanna.martins@gmail.com]

são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural (BRASIL, 2006)

Nesse contexto patrimonial, a cultura alimentar tem essa capacidade de expressar por meio da comida o que existe no território. Assim, apesar das trocas alimentares terem se difundido mundialmente, ainda se percebe de forma bem nítida a diferença entre os hábitos alimentares que noretam a cozinha de diferentes povos no mundo e, o brasileiro o Pará, em suas peculiaridades, não fogem a regra.

Observa-se que a gastronomia amazônica é uma das mais ricas expressões culturais dessa temática no mundo. Suas raízes firmadas nas tradições alimentares indígenas tem forte influência africana e portuguesa. Sobre gastronomia escreveu Savarin (1995, p. 57)

...é o conhecimento fundamentado de tudo o que se refere ao homem, na medida em que se alimenta. Seu objetivo é zelar pela conservação dos homens, por meio da melhor alimentação possível. Ela atinge esse objetivo dirigindo, mediante princípios seguros, todos os que pesquisam, fornecem ou preparam as coisas que podem se converter em alimentos.

Nesse sentido o Brasil tem uma variedade de produtos que promovem a representação regional por meio da comida. Essa representação se revela em alguns pratos, inclusive, conforme aponta Maciel (2005, p. 52) estes “sobressaem-se, ficando associados mais intimamente com suas regiões de origem e seus habitantes, tais como acarajé e vatapá em relação à Bahia, tapioca e baião-de-dois ao Ceará, arroz com pequi a Goiás, pão de queijo a Minas, tucupi e tacacá no Norte e o churrasco ao povo gaúcho”.

Porém, como supracitado, nenhum outro produto da cozinha paraense é tão utilizado em sua plenitude quanto a mandioca (*Manihot esculenta*, Crantz). Segundo (Boni, 2016, p. 01) “a versátil raiz é o elemento que une a gastronomia do Brasil”. Arrisca-se afirmar ser este tubérculo a alma da cozinha paraense, pois a partir de sua manufatura se obtém os produtos mais emblemáticos que dão vida e sabor aos pratos da culinária local como: tacacá, pato no tucupi, arroz paraense

Segundo Ferreira, Botelho e Cardoso (2001) a mandioca classifica-se genericamente em dois tipos: a brava e a mansa, categorizadas de acordo com sua toxicidade. Dos derivados da mandioca brava ralada se extrai a *manipueira* (tucupi), líquido residual gerado durante o processamento na agroindústria da mandioca. O uso do tucupi na alimentação se constitui como o aproveitamento deste resíduo que quando não utilizado é uma fonte de contaminação do solo e nos cursos d’água. Sua utilização na alimentação, portanto, também promove a redução do impacto na poluição do ambiente.

O tucupi preto é um exemplo de produto derivado desse suco, pelo processo de cocção

utilizado na conservação de proteína animal em tempos em que não havia refrigeradores ou em que eles não eram acessíveis para todos. No estado da arte a sua empregabilidade pelos *chefs* de cozinha é como elemento finalizador, aquele que dá um toque especial e singular ao prato ou à iguaria.

Este trabalho tem por objetivo fazer a descrição detalhada do processo produtivo desse ingrediente, sua empregabilidade na culinária pararense e nacional, identificar os locais de venda do produto e levantar os pratos criados pelos *chefs* de cozinha no Pará e em todo o Brasil que levam o tucupi preto em sua composição.

METODOLOGIA

A partir da informação da existência do tucupi preto inicia-se a pesquisa de registro documental sobre o produto e o levantamento bibliográfico. Realizou-se três visitas à comunidade de Chicano em busca da agricultora que produz produto e por meio de entrevista aberta obteve-se as informações sobre o processo de produção e venda deste. O qual ocorre da cocção da manipuera e, pelo processo de redução deste líquido, antes de cor amarela vai se transformando em um líquido pastoso e de cor caramelo escuro, sem a adição de qualquer condimento ou erva. Em média o resultado da cocção de quarenta litros de manipuera gera dois quilos de tucupi preto. É um processo lento que dura em média trinta e seis horas. Após as visitas fez-se o levantamento de quais estabelecimentos comerciais em Belém e em outros estados brasileiros vendiam o produto e quais os pratos desenvolvidos com este ingrediente. Essas informações foram obtidas com a colaboração do Instituto Paulo Martins e dos contatos dos estabelecimento onde este são vendido.

RESULTADO

A pesquisa concluiu ser este produto secular desenvolvido por algumas etnias indígenas da Amazônia brasileira como a Baré – Amazonas e Wapixana – Roraima que a utiliza na “Damorida”, uma espécie de caldeirada – peixe cozido em água, temperado com cebola, cheiro verde, tomate, pimenta e, para finalizar, acrescenta-se o tucupi preto a gosto.

Há o emprego do tucupi do preto em São Miguel da Cachoeira, no alto Rio Negro, a 852 quilômetros de Manaus, Atala (2013) informa que o tucupi preto é produzido a partir do processo de redução por cocção e servido com saúva ou *hormiga-limoneira*. Segundo Atala (2013, p 39) “essas saúvas tem uma nota forte capim santo, gengibre e cardamomo” e a mistura é preparada por Josefa Gonçalves de Andrade, conhecida como **Dona Brazi, índia da etnia Baré – AM**. Além dos exemplo citados obteve-se conhecimento do seu uso pelos índios das etnias Bora e Peba-Yagua, no Peru. Na Guyana, em Lathem ele é vendido nos supermercados, em embalagens de vidro.

No Pará, este é produzido na comunidade de Chicano, Município de Santa Barbara pela agricultora S. Mescouto., conforme figura 1

Figura 1: tucupi Preto de chicano



Fonte: Elaboração própria, 2016.

Para a produção de um quilo de tucupi são necessários quarenta litros de tucupi amarelo que vai ao fogo e permanece em cocção até reduzir-se e transformar-se em um líquido viscoso, de coloração escura, assemelhando-se em cor e textura ao melado da cana ou ao Teriyake, molho da cozinha japonesa. Desde seu lançamento no XII Festival Ver-o-Peso da Cozinha Paraense, em 2014, vários chefs na cozinha brasileira tem desenvolvido receitas utilizando esse ingrediente conforme mostra quadro 1 abaixo.

Quadro 1-Pratos que utilizam tucupi preto.

CHEF E/OU RESTAURANTE	PRATO	UF
Chef Roberta Sudbrack	Filé, tucupi preto, raízes assadas e abóbora assada	RJ
Chef Carlos Kristensen	Salmão curado no tucupi preto.	RS
Chef Jefferson Rueda	Sushi de papada de porco e tucupi preto	SP
Chef Neide Rigo	Mandioca com jambu e molho apimentado de tucupi preto.	SP
Fábio Vieira	Camarão grelhado, caldo de tucupi preto e farinha de milho de Minas Gerais.	SP
Chef Daniela Martins	Porco com tucupi preto	PA
Chef William Kato	Pirarucu grelhado com tucupi preto ao molho de rambutan, uva e caviar de limão cravo e tempurá de.....	CE
Chef Leo Paixão	Costela de búfala à baixa temperatura com molho de tucupi preto e farofa crocante de castanha do Pará.	PA
Chef Daniela Martins	Picanha suína defumada com teryaki de tucupi preto (com açúcar de cuarú)	PA
Chef Gustavo Rinkevich	Timo no tucupi preto com leite de castanha e couscous de brócolis	RJ
Chef Raquel Novaes	Costela de tambaqui com purê de batata baroa e tucupi preto	SP
Chef Daneila Martins	Filezinho com tucupi preto e farinha d'água.	PA
Chefs Guga Rocha e Denise Araújo.	Tambaqui, biju, tucupi preto e damurida	SP
Chef Roberta Sudbrack	Cavala, jiló e tucupi preto	RJ
Cfes Paulo Anijar e Ilka Carmo	Ostras com pérola de tapioca ao tucupi preto e limão galego	PA
Chef Rodolfo Maia	Bacalhau brandade – alho póró, agrião, tucupi preto e dedo-de-moça	MG

Fonte: Adaptado de Instituto Paulo Martins, 2016.

Recentemente, uma grande rede de supermercado passou a ofertá-lo em suas prateleiras. Acredita-se que essa ação possa contribuir para a difusão deste produto no mercado de Belém.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio; Mandioca; Cultura alimentar; Tucupi; Tucupi preto.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATALA, A. D.O.M. (2015). Redescobrimo ingredientes brasileiro. São Paulo: Editora Melhoramentos: São Paulo, 2015.

ARÁUJO, A.; FILGUEIRAS, L. (2012). Ver-o-Peso da cozinha paraense. Belém: Editora Publicarte, 2012.

BRASIL, 2015. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Levantamento Sistemático da Produção Agrícola. Diretoria de Pesquisas. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acessado em :27 de out de 2016.

BARRETO, Margarida. O imprescindível aporte das ciências sociais para o planejamento e a compreensão do turismo. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 9, n. 20, p. 15-29, outubro de 2003.

BRASIL, Ministério da Cultura. **Turismo cultural: orientações básicas**. 2006.

MACIEL, M.E. Olhares antropológicos sobre a alimentação Identidade cultural e alimentação. CANESQUI, A.M. GARCIA, R.W.D. orgs. Antropologia e nutrição: um diálogo possível [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2005. 306 p. Antropologia e Saúde collection. Disponível em <<http://books.scielo.org>>. Acessado em: 14 de novembro de 2016.

FERREIRA, W. de A.; BOTELHO, S.M.; CARDOSO, E. M. R. (2001). Uso da Manipueira (tucupi) como fonte de nutrientes para o cultivo da mandioca. Comun. Téc. Nº 59. Embrapa, Amazônia oriental. Acessado em: 24 de abr de 2016, em <http://ainfo.cnptia.embrapa.br>
FESTIVAL VER -O- PESO DA COZINHA PARAENSE. 2014. Fórum técnico – Mandioca e seus produtos. Acessado em: 18 de agosto de 2016, em <http://veropesodacozinhaparaense.com.br>

BONI, A. P.(2016) Os descendentes da mandioca. Paladar. Estadão. Acessado em: 28 de outubro de 2016, em <http://infograficos.estadao.com.br/paladar>
Brasil. Ministério da Cidadania. Patrimônio Imaterial. 2006. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>. Acessado em: 13 de set. 2019.

POLÍTICAS PÚBLICAS E O TURISMO CULTURAL: O potencial turístico cultural da Biblioteca Pública Benedito Leite no Complexo Deodoro em São Luís, Maranhão.

Maurício José Morais Costa¹
Donny Wallesson dos Santos²
Kláutenys Dellene Guedes Cutrim³

INTRODUÇÃO

A cultura diante de sua complexidade é um importante insumo para transformações urbanas. Tem crescido o número de cidades que tem a utilizado como peça-chave para a reaproximação, bem como difusão de imaginários contemporâneos, mediante intervenções nos mais distintos aspectos (RIOS; OLIVEIRA, 2018). Diante da fluidez e redução das fronteiras, observa-se a relação notável entre turismo, cultura e cidade, sobretudo enquanto campo de investigação. Antón e Almeida (2009) ressaltam que o turismo enquanto atividade multisetorial e interdisciplinar encontra-se vinculado à diferentes atividades. O Turismo Cultural se faz presente em municípios que buscam não apenas o desenvolvimento sustentável de seus bens culturais, mas agregar valor a seus espaços, a partir da valorização de manifestações artísticas, folclóricas, arquitetônicas, dentre outras (SCHNEIDER, 2019). A capital maranhense tem passado por um processo de requalificação de parte de seus espaços, não se limitando ao Centro Histórico. No conjunto de áreas atingidas pelas reformas e reestruturações está o Complexo Deodoro, no centro comercial de São Luís, onde, inclusive encontra-se a Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL), instituição responsável por reunir os testemunhos de um passado importante para o Maranhão. Destaca-se que, no entorno da BPBL e do Complexo estão instituições, ruas, alamedas, escolas como o Liceu Maranhense, dentre outros, que fundamentam o potencial turístico cultural da área, visto serem os bens de valor histórico, arquitetônico e cultural para os ludovicenses.

Essas iniciativas supracitadas são reflexo do Governo do Estado que em parceria com a Prefeitura de São Luís, tem buscado formular e implementar políticas públicas culturais para incentivar e reaproximar os cidadãos do centro da capital, como por exemplo o PAC Cidades Históricas junto ao Governo Federal e o recém lançado Programa Nosso Centro que visa estimular a cultura e habitação, bem como uma maior aproximação entre órgãos na perspectiva de modernizar serviços públicos, gerar economia aos cofres estaduais e potencializar o comércio local (MARANHÃO, 2019). Diante das interfaces entre turismo, cultura e bibliotecas públicas aqui vistos também como espaços culturais, o presente

1 Mestrando em Cultura e Sociedade. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC). mauricio,jmc@outlook.com.

2 Mestrando em Cultura e Sociedade. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão (FAPEMA). dws87@outlook.com

3 Doutora e Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Mestre em História (UFPE). Docente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade e do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Patrimônio Cultural. kdgedes@gmail.com.

estudo teve por objetivo refletir como o turismo se inseriu nas políticas públicas culturais e como tais contribuíram para a requalificação do Complexo Deodoro e reaproximação dos cidadãos ao Centro, e, por conseguinte a BPBL. Além disso, discutiu-se o potencial turístico cultural da BPBL enquanto importante centro cultural de São Luís.

METODOLOGIA

Trata-se de em um estudo de natureza exploratória, com fins descritivos e de abordagem qualitativa, visto que se busca o explicitar o potencial turístico e cultural do Complexo Deodoro e da Biblioteca Pública Benedito Leite em São Luís do Maranhão (PRODANOV; FREITAS, 2013). Desse modo, partiu-se da pesquisa bibliográfica e documental, a partir do levantamento de produções sobre turismo, patrimônio e turismo cultural, políticas públicas culturais e bibliotecas públicas enquanto centros culturais, por sua vez ancorados na análise de conteúdo de Bardin (2016). Além disso, adotou-se a técnica de observação sistemática, mediante a construção de um formulário (composto por ano de construção, características arquitetônicas e espaciais, serviços oferecidos, vinculação institucional, elementos de roteirização, dentre outros aspectos) que permitiu o mapeamento de espaços localizados no Complexo Deodoro, na perspectiva de explicitar seus potenciais turístico-culturais.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A história mostra que o homem sempre foi adepto de deslocamentos, estes motivados por razões distintas, dando origem a rotas que refletiam as necessidades dos sujeitos viajantes. Tais movimentos foram determinantes para que as nações tivessem interesse em receber estrangeiros, visitantes que contemplassem os monumentos e demais elementos históricos (CHOAY, 2001; GONÇALVES, 2003; NASCIMENTO; TRENTIN, 2011). O turismo nasce justamente da complexidade das viagens, que por sua vez agregou o lazer como principal ente valorativo. O turismo cultural é um dos componentes do que Montejano (2001) chama de motivações do turista, cujo interesse está centrado em atividades, espaços, ou seja, elementos voltados para a cultura do local visitado. O turismo cultural pode ser entendido como aquele em que “[...] o principal atrativo não seja a natureza, mas algum aspecto da cultura humana [...]” (BARRETO, 2006, p. 19). Portanto, reúne atividades direcionadas para importantes elementos do patrimônio histórico e cultural, bem como espaços que privilegiam e valorizam os bens materiais e imateriais da cultura (BRASIL, 2008; PESAVENTO, 2008). Tal aproximação tem sido observada nas políticas públicas culturais no Estado do Maranhão. O alcance de políticas como PAC Cidades Históricas e Programa Nosso Centro favorecem o turismo cultural. Refletindo, assim, na “reaproximação” dos ludovicenses ao Centro Histórico da capital, com o intuito de revitalizá-lo e reafirmá-lo nas rotas turísticas. O centro de São Luís, em especial o Complexo Deodoro integrante do plano diretor que demarca o Centro Histórico, composto por 11 (onze) bairros, fora reinaugurado em 22 de dezembro de 2018, conforme pode ser observado na Figura 1:

Figura 1 – Complexo Deodoro revitalizado em São Luís, Maranhão



Fonte: Maranhão (2019)

O Complexo Deodoro reúne importantes organizações de valor histórico para o povo maranhense, tais como o prédio do Colégio Rosa Castro (escola exclusivamente feminina, hoje abriga a biblioteca homônima do Serviço Social do Comércio – SESC/MA), Liceu Maranhense, Praça do Pantheon, Teatro Arthur Azevedo, além da Biblioteca Pública Benedito Leite (BPBL) cuja imponência arquitetônica pode ser vista na Figura 1. O Complexo Deodoro expressa seu potencial turístico cultural ao contar com importante representantes da história de São Luís, mas, sobretudo por ter um espaço que favorece múltiplos fluxos turístico. Pode-se pensar a roteirização de seus entornos, com passagens pelo Teatro Arthur Azevedo, pelas alamedas da Praça do Pantheon cujo principal atrativo são os bustos em bronze, que contam com placas que identificam cada uma das importantes personalidades maranhenses, dentre elas Bandeira Tribuzzi, Maria Firmina, Josué Montello, por sua contribuição às artes no Estado. A BPBL consolida o turismo cultural, trazendo toda representatividade da literatura do Maranhão, não apenas por abrigar um dos manuscritos de Machado de Assis, mas por contar com um rico acervo literário e documental do Estado, a partir de obras raras e importantes periódicos do século XVIII e XIX. Portanto, bens materiais e imateriais que se constituem elementos de atração turística que também podem ser roteirizados (HENRIQUES; QUINTEIRO, 2011; BRAYNER, 2007). Diante da diversidade de bens materiais e da imaterialidade presente no Complexo Deodoro, junto à Biblioteca Pública Benedito Leite e demais instituições próximas, ressalta-se a importância das políticas públicas de requalificação e fomento ao turismo cultural no Maranhão, em especial na capital ludovicense.

A necessidade de preservação é tão necessária quanto as políticas de requalificação e fomento, visto que “O poder público tem o aparato legal para exigir [...] a conservação do bem cultural, para evitar a sua degradação e, ao mesmo tempo, para atrair a participação das pessoas nesse sentido por meio das leis de incentivo.” (NASCIMENTO; TRENTIN, 2011, p. 171). Reforça-se que turismo cultural é um dos mecanismos que favorecem a revitalização econômica do patrimônio histórico, pois se constitui um produto representativo da cultura local ludovicense, explicitado no Complexo Deodoro (SOUZA; CRIPPA, 2009). Logo, as políticas desenvolvidas nas esferas estaduais e municipais permitem tanto a identificação do cidadão com sua história e cultura, como forma indivíduos que irão acolher turistas, administrarem criativamente empreendimentos que serão benéficos

para o desenvolvimento local. As políticas estaduais criam mecanismos que fortalecem a indústria do turismo cultural, atuando como catalisador do desenvolvimento urbano no coração do centro comercial ludovicense – Praça Deodoro – ao atrair os cidadãos e turistas a visitarem “lugares” históricos, cuja paisagem reflete o desenvolvimento do Maranhão, proporcionando experiências turísticas assentadas no espaço como ele é, como foi visto e recriado no decorrer do tempo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ascensão do turismo cultural, segmentado nos espaços urbanos, tal como ocorre no Complexo Deodoro e na Biblioteca Pública Benedito Leite, conduz não apenas ao reconhecimento do turismo cultural para o desenvolvimento da cidade, mas como as políticas públicas de requalificação e fomento à cultura são fundamentais para o reconhecimento, valorização e preservação do patrimônio cultural ludovicense e maranhense. O PAC Cidades Históricas e o Programa Nosso Centro são políticas que ajudam São Luís e a revitalizar espaços importantes, cujos bens devem ter seu acesso e apropriação facilitado, e, por sua vez deve ser valorizado no contexto do desenvolvimento do turismo cultural, de forma dialética entre o passado e o presente, cuja BPBL atua facilitando a compreensão da cidade, da memória e dos simbolismos implicados no Complexo Deodoro. Assim, alinha-se a perspectiva de cultura às suas dimensões simbólica, econômica e cidadã, tal qual preconiza o Plano Nacional de Cultura (PNC) 2010-2020, por meio do “cultivo”, resgatando a origem do termo, das múltiplas expressões de valores e práticas identitárias, do acesso democrático aos bens culturais e do reconhecimento do potente desenvolvimento econômico advindo do equilíbrio social inerente às práticas da economia da cultura. Além da efetivação da parceria entre os entes federativos e a ampla participação social, potencializando a valorização do patrimônio local pelo turismo cultural, sem perder de vista as particularidades e necessidades dos agentes sociais e culturais que compõem e usufruem do espaço do Complexo e dos serviços da Biblioteca.

REFERÊNCIAS

- ANTÓN, J. M. R.; ALMEIDA, M. del M. A. (Coord.). **Nuevas tendencias y retos en el sector turismo**: un enfoque multidisciplinar. Madrid: Delta, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 229 p.
- BARRETO, M. **Turismo e legado cultural**. São Paulo: Papirus, 2006.
- BRASIL. **Turismo cultural**: orientações básicas. Brasília: MTur, 2008.
- BRAYNER, N. G. **Patrimônio cultural imaterial**: para saber mais. Brasília, DF: IPHAN, 2007. 32 p.
- CHOAY, F. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- GONÇALVES, J. R. S. **A Retórica da Perda**: discurso nacionalista e patrimônio cultural no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.
- HENRIQUES, C.; QUINTEIRO, S. **O turismo literário**: Olhão sob a perspectiva de João

Lúcio. Algarve: ICTMS, 2011. 9 p.

MARANHÃO. **Programa Nosso Centro vai reduzir gastos e modernizar gestão pública em São Luís.** São Luís, 2019.

MONTEJANO, J. M. **Estrutura do mercado turístico.** São Paulo: Roca, 2001

PESAVENTO, S. J. História, memória e centralidade urbana. **Revista Mosaico**, v.1, n.1, p.3-12, jan./jun. 2008.

PRODANOV, C. C.; FREITAS, E. C. de. **Metodologia do trabalho científico:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013. 277 p.

RIOS, D. A.; OLIVEIRA, M. A. S. A. de. O Lugar do Turismo nas Políticas Culturais: o caso do Boulevard Olímpico. **Mouseion**, Canoas, n. 31, dez. 2018.

SCHNEIDER, C. S. Turismo Cultural: uma Proposta de Preservação do Patrimônio Material. In: SEMINÁRIO ANUAL DA ANPTUR, 10., 2013. **Anais [...]** Brasília, DF: ANPTUR, 2013.

SOUZA, W. E. R.; CRIPPA, G. A cidade como lugar de memória: mediações para a apropriação simbólica e o protagonismo cultural. **Museologia e Patrimônio**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 61-72, jul./dez. 2009.

**INTERVENÇÃO URBANA EM ÁREA TOMBADA ATRAVÉS
DE INCENTIVOS FISCAIS:
O caso da vila belga em Santa Maria - Rio Grande do Sul.**

Cristiane L. Oppermann Thies¹
Daniel Mauricio Viana de Souza²

RESUMO

As vilas ferroviárias foram construídas para suprir a grande falta de alojamento próximo aos locais de trabalho dos funcionários durante a implantação e a operação das linhas ferroviárias no início do século XX. A preservação de muitas vilas deve-se, principalmente, ao tombamento como meio de proteção do patrimônio. É sabido que a manutenção do bem é de responsabilidade do seu proprietário, mas o poder público fica com a incumbência de fornecer meios para preservá-lo, os quais podem ser feitos através de políticas públicas que favoreçam a preservação do patrimônio, nesse cenário, cada cidade possui seu próprio patrimônio arquitetônico, com diferentes formas e meios de proteção. O sítio estudado localiza-se na cidade de Santa Maria, a Vila Belga, que é um conjunto habitacional que representa um dos mais importantes e significativos patrimônios do município, construído no início do século XX para abrigar os ferroviários de Santa Maria. Foi planejado por Gustave Vauthier, quando diretor da *Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil*, e teve seu primeiro grupo de casas inaugurado em 1907, carregando traços da arquitetura eclética da época. Como forma de valorizar a região que concentra o maior número de edificações históricas do centro antigo de Santa Maria, dentre elas a Vila Belga, foi aprovada, no município, a lei de criação do Polo Gastronômico, Turístico e Cultural da Vila Belga, que visa, através de alguns incentivos fiscais, encorajar a recuperação dos bens tombados do local, possibilitando a troca do tipo de uso desses imóveis, o que acarreta transformações de cunho social na população e de caráter físico no local. Assim, o local, que tinha como função principal a moradia, está se tornando uma área comercial. Este projeto se justifica por contemplar o estudo de espaços privilegiados e de grande significado para a história das suas localidades, e procura delinear a inter-relação das políticas públicas para preservação do patrimônio, sendo ela não só material, mas também cultural, preservando a forma de vida e o ambiente. O objetivo é analisar a repercussão das leis de incentivo fiscal em áreas tombadas, dentre elas a Vila Belga, bem como as mudanças ocorridas no local. Este é um projeto de tese de Doutorado, portanto, ainda não há resultados conclusivos.

1 Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas.

2 Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em Memória Social e Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Pelotas.

INTRODUÇÃO

Uma das premissas para que aconteça a conservação de bens culturais é que sua utilização seja feita de forma harmoniosa, conjugada e articulada, tornando-se, assim, um grande desafio para os gestores públicos do patrimônio cultural brasileiro. Para realizar procedimentos de restauro, é necessário que se leve em consideração os altos custos, por isso existem leis de incentivo que favorecem a preservação de tal patrimônio, as quais podem ser enquadradas como políticas de incentivos fiscais em áreas tombadas.

Segundo Finger (2012), a construção das vilas ferroviárias, que ainda hoje são preservadas, foram construídas quando as linhas já estavam em operação e havia uma grande falta de alojamento próximo aos locais de trabalho para os funcionários. Em virtude de ser um trabalho que requer pontualidade, as empresas investiram na construção de residências em locais próximos às linhas e pátios, diminuindo a necessidade de deslocamentos diários dos funcionários.

METODOLOGIA

Todos os conceitos, categorias e inter-relações desta proposta de estudo serão primeiramente desenvolvidos a partir da matriz teórica, a qual será, posteriormente, levada à prática de campo, onde serão observados os fatores relevantes das alterações na paisagem cultural das áreas dos sítios do estudo, além de ser realizada uma revisão bibliográfica e análise documental. Esta pesquisa classifica-se como qualitativa, uma vez que há uma importância em relação a quem são os agentes envolvidos no processo, quais são suas ligações e qual o contexto vinculado ao lugar.

O CASO DOS INCENTIVOS FISCAIS NA VILA BELGA

No centro do estado do Rio Grande do Sul está localizada a cidade de Santa Maria, a qual teve o início de sua urbanização em meados do Século XVIII. A chegada da ferrovia à cidade, no ano de 1884, ocorreu quando esta possuía em torno de 8000 habitantes (BELÉM, 2000). Como a Ferrovia e suas atividades continuavam a sua expansão, foi construído um conjunto habitacional, denominado Vila Belga, para alojar os trabalhadores que executavam o serviço. O primeiro conjunto de casas foi inaugurado em 1907 em estilo eclético, predominante na época (LOPES, 2002). É, hoje, considerado um importante patrimônio histórico e artístico da cidade, tombado pelo município no ano de 1998 e pela Secretaria da Cultura do Estado do Rio Grande do Sul desde o ano 2000.

O conjunto é formado por 44 casas geminadas e pelos prédios da antiga COOPFER, que possui a sede administrativa e os armazéns (Diário Oficial de Estado do RS, Decreto 030/2000). As casas apresentavam várias tipologias, e os desenhos de fachadas e janelas eram também diferentes entre si (LOPES, 2002). Tais edificações são de estilos variados, entre o eclético e o Art-Decó que, segundo Foletto (2008), tornaram-se uma identidade cultural dessa época.

Imagem 1: Casas da Vila Belga no início do século XX



Fonte: Disponível em: <http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/itapemafmrs/81,430,581,28439,a-revitalizacao-da-vila-belga.html>. (Acesso em: 19/01/2019).

Imagem 2: Casas da Vila Belga após revitalização em 2014



Fonte: Disponível em: <https://www.santamaria.rs.gov.br/noticias/5024-concluida-revitalizacao-da-vila-belga-e-mais-uma-obra-dentro-da-recuperacao-do-centro-historico>. (Acesso em: 19/01/2019).

O declínio da ferrovia, que perdeu espaço para a expansão das rodovias, somado à criação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) mudaram o sentido do desenvolvimento da cidade. No ano de 1997, após o período de incertezas com a privatização das linhas férreas, a maioria das casas da vila Belga foi adquirida pelos próprios moradores, através de leilão. Com as altas prestações do financiamento, os moradores não possuíam recursos monetários suficientes para realizar as obras necessárias para a recuperação dos imóveis (QUERUZ, 2004).

A partir de 2009, foi realizada a revitalização da Vila Belga, ocorrida em duas etapas: uma de melhorias urbanísticas na área (nova pavimentação nas calçadas com implementação de recursos de acessibilidade, retirada do asfalto das ruas, substituição de parte da tubulação de esgoto, fixação de totens informativos com dados históricos da área e instalação de postes de iluminação pública); e outra de pintura das fachadas das casas, as quais foram concluídas em 2012 (FACCIN, 2014).

Apesar do restauro de fachadas, o incentivo para introduzir novas funções no espaço do bairro, com ênfase às atividades voltadas ao turismo, como a criação do

centro gastronômico e de lojas de artesanato, só foi viabilizado no ano de 2015, através do Projeto de Lei nº 6057/2016. Esse projeto dispõe sobre o Polo Histórico, Cultural, Turístico, Gastronômico e de Lazer da Vila Belga e cria incentivos, e a Lei Complementar dá isenção de IPTU e de ISSQN para 40 tipos de atividades que se instalarem no local. Desse modo, poderão ser analisadas as influências dessa lei e as transformações ocorridas. Através dessas ações, houve um grande número de empreendimentos que vieram a se instalar na região: mercado público, lojas, cafés e restaurantes estão na lista de empreendimentos que estão aproveitando os descontos no ISSQN e no IPTU dados aos imóveis do local, gerando grandes transformações na movimentação da região e nas edificações.

Além desses já instalados, estão encaminhados no IPLAN diversos outros projetos. Com isso, a caracterização de local de moradia está se perdendo, mas, além disso, está fazendo com que os imóveis sejam valorizados e, então, vendidos para investidores. Dessa maneira, famílias que vivem ali há gerações estão saindo das casas históricas para irem a outros locais, deixando não somente as suas referências, mas também alterando a dinâmica identitária da região.

Ao mesmo tempo em que a reabilitação urbana da Vila Belga está acontecendo através de incentivos fiscais que deveriam beneficiar exatamente a população de moradores, ela está trazendo consigo uma transformação social. É certo que a arquitetura é um atrativo no local, a qual não deve ser tratada somente como uma vitrine para o turismo, mas também deve impactar positivamente a população, uma vez que a simples manutenção das características físicas do território não é suficiente para garantir a singularidade de tais locais. Para manter a diferenciação do local, devem ser somados os aspectos culturais imateriais vinculados unicamente à população ali residente (BRAGA, 2007).

As ações de planejamento, elaboração e implantação das políticas públicas urbanas exigem que essa realidade seja atendida para garantir a justiça social aos cidadãos. A política pública pode ser um meio de materialização das necessidades dos indivíduos e não pode ser generalista, pois deve considerar as diferentes realidades presentes no território e na sociedade. Então, faz-se necessária a avaliação dessas políticas, pois isso pode significar a possibilidade de correção das ações que impactaram de forma negativa o espaço urbano e de afirmação das que tiveram resultado positivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do exposto, faz-se necessário um maior reconhecimento das edificações da mancha ferroviária, não só diante da legislação, mas também diante da própria memória da população. É necessário reavaliar as ações conjuntas no meio público e privado para preservar a memória dessa área.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELÉM, João. **História do município de Santa Maria: 1797-1933**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

BRAGA, Paula Marques. **Intervenções urbanas e preservação do patrimônio cultural** – Paisagens particulares e banalização da paisagem. XVII ENANPUR- Desenvolvimento, Crise E Resistência: Quais Os Caminhos Do Planejamento Urbano E Regional? São Paulo-SP, 2007.

FACCIN, Danielle. **Entre passos e vozes: percepções de espaços e patrimônios no sítio ferroviário de Santa Maria, RS**. 2014. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, Brasil, 2014.

FINGER, Anna E. **Uma vila Inglesa e uma Belga: os casos de Paranapiacaba em São Paulo e da Vila Belga no Rio Grande do Sul**. In: VI Colóquio Latino Americano sobre Recuperação e Preservação do Patrimônio Industrial. Caderno de Resumos. São Paulo, 2012.

FOLETTTO, Vani Terezinha (org.). **Apontamentos sobre a história da arquitetura de Santa Maria**. Santa Maria (RS): Câmara de Vereadores de Santa Maria, 2008.

LOPES, Caryl Eduardo Jovanovich. **A Compagnie Auxiliaire de Chemins de Fer au Brésil e a Cidade de Santa Maria no Rio Grande do Sul, Brasil**. 2002. 224f. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade Politécnica da Catalunha, Barcelona, 2002.

SANTA MARIA. **Lei nº 6057 de 27/04/16**. Dispõe sobre o pólo histórico, cultural, turístico, gastronômico e de lazer da Vila Belga, cria incentivos e dá outras providências. Santa Maria, 2016. Disponível em: <https://www.santamaria.rs.gov.br/docs/noticia/2015/12/D03-968.pdf>.

QUERUZ, Francisco. **Patrimônio tombado: estudo de caso – Vila Belga**. 2004. 34f. Artigo (Especialização em Conservação e Restauração do Patrimônio Cultural) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2004.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E SUA CONTRIBUIÇÃO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO.

Samary Pinheiro Coelho¹

Klautenys Dellene Guedes Cutrim²

INTRODUÇÃO

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) representa um instrumento fundamental das políticas de educação. Conceituada como “um documento de caráter normativo onde estão definidas as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica” (BRASIL, 2017), compreende em seu bojo a igualdade, a diversidade e a equidade educacional:

No Brasil, um país caracterizado pela autonomia dos entes federados, acentuada diversidade cultural e profundas desigualdades sociais, os sistemas e redes de ensino devem construir currículos, e as escolas precisam elaborar propostas pedagógicas que considerem as necessidades, as possibilidades e os interesses dos estudantes, assim como suas identidades linguísticas, étnicas e culturais. (BRASIL, 2017, p. 17)

A BNCC motiva muitas preocupações, em especial no que tange currículo de cada escola, em suas entrelinhas é possível destacar aspectos fundamentais para um trabalho de qualidade que valorize a diversidade cultural e a preservação do patrimônio cultural. Esse trabalho tem por objetivo destacar a contribuição da BNCC para a preservação do patrimônio cultural. Trata-se de um estudo bibliográfico e documental, centrado em interfaces decorrentes das políticas públicas educacionais (BONETI, 2006) para com a preservação do patrimônio cultural (PELEGRINI, 2009) na BNCC (2017).

São ressaltados nesse trabalho, os fundamentos na Base para a construção de uma proposta curricular pautada na preservação cultural. A pesquisa possibilitou-nos perceber que a BNCC, considera necessário trabalhar temáticas referentes aos saberes e culturas, acolhendo situações, experiências e saberes que fazem parte do patrimônio cultural dos alunos aos conteúdos curriculares., entretanto faz-se necessário que os educadores, enquanto mediadores do conhecimento questionem seus currículos e seus ensinamentos, de modo que permitam aos alunos vivenciarem princípios de cidadania, respeito e conservação do patrimônio.

PROBLEMÁTICA

O ponto de partida para a proposição desse estudo parte de uma análise bibliográfica

1 Mestranda do Programa de Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA); Email: pesamary@gmail.com

2 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP/SP); Email: kdgedes@yahoo.com.br

e documental que busca apreender conteúdos que determinem o conhecimento e a valorização do patrimônio cultural. Assim, pergunta-se: Quais os fundamentos da BNCC? Como a Base demarca o estudo e a valorização do patrimônio?

OBJETIVOS

Essa pesquisa teve como objetivo geral destacar a contribuição da BNCC para a preservação do patrimônio cultural. Dentre os objetivos específicos visamos identificar a importância das políticas públicas educacionais; compreender como se deu a construção da BNCC e; demonstrar a importância do trabalho educacional com o patrimônio cultural.

METODOLOGIA

A metodologia dessa pesquisa foi desenvolvida a partir de uma análise bibliográfica e documental pautada em livros, teses, dissertações, anais, revistas e das principais legislações educacionais (BNCC, LDB, Constituição Federal, Parâmetros Curriculares). Foram analisadas as temáticas das políticas públicas educacionais e da preservação do patrimônio cultural. Dentre os principais autores investigados destacamos (PELEGRINI, 2009) e (BONETI, 2006).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A dinâmica e a complexidade da sociedade tem exigido uma compreensão maior por parte do Estado, de modo que as políticas públicas sejam determinantes no processo de desenvolvimento do País. No âmbito educacional a política pública tem proporcionado à construção de uma sociedade pautada na ética e na cidadania. Nesse aspecto, Boneti (2006) explicita que a educação é planejada e regulamentada de acordo com as políticas definidas por uma correlação de forças complexas, envolvendo interesses locais, nacionais e internacionais, de modo que o Estado ocupa-se em mediar diferentes reivindicações e possíveis intervenções na educação por meio da legislação educacional, acompanhando o cumprimento da implementação por meio de mecanismos próprios, Kadlubitski (2010). Nesse sentido, preleciona Pelegrini (2006):

O Estado Nacional devia minimizá-la [desigualdade sociocultural] reforçando os traços culturais positivos de um “povo” concebido como uma “raça de mestiços”, dotada de traços morais, políticos e sociais, de modo a não abalar os pilares da “construção da nação”.

Somente a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) que o direito a educação começou a ser materializado com mais clareza e a educação legitimada como direito de todos. De modo a adentrarmos na perspectiva preservacionista destacamos as principais legislações que serviram de subsídio à BNCC, prevendo em suas entrelinhas a possibilidade de trabalho escolar com aspectos relacionados ao respeito dos valores culturais e artísticos da sociedade. A Constituição Federal, de 1988, em seu artigo 210, prevê a criação de um documento que

estabeleça “conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar a formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais” (BRASIL, 1988). A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9394/96), artigo 26, apontou a necessidade dos currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. Os Parâmetros Curriculares Nacionais, aprovado em 1997, apresenta em temas transversais sua preocupação com o patrimônio etno-cultural brasileiro, mencionando que a necessidade de desenvolver atitudes nos alunos de respeito para com pessoas e grupos que compõem a sociedade, reconhecendo a diversidade cultural como um direito dos povos e dos indivíduos e elemento de fortalecimento da democracia. Em comum esses documentos passaram a atribuir à educação um papel decisivo na preservação do Patrimônio Cultural.

Com a instituição da BNCC, por meio da Resolução CNE/CP nº 2/2017, foi determinado um conjunto de dez competências gerais que juntas, sumarizam os direitos de aprendizagem e de desenvolvimento dos alunos. Tais competências compreendem dentre outros assuntos, as habilidades de conhecimento e valorização do patrimônio cultural, material e imaterial, de culturas diversas. Nesse sentido, destaca Silva *et al.* (2019) que a BNCC exerce o papel de uma ferramenta de referência nacional dos objetivos de aprendizagem, por meio da definição de competências e habilidades que buscam orientar a elaboração do currículo específico de cada escola.

A BNCC tem seus princípios associados à documentos internacionais, dentre eles, a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO) e a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (UNESCO), esta última aprovada pela Conferência Mundial sobre Educação para Todos, na Tailândia, em 1990. Em comum, esses documentos atribuem à educação um papel decisivo na valorização do patrimônio, salvaguardando-o, em todas as suas formas. De modo geral, a BNCC, enquanto representante das políticas educacionais atuais, demonstra através de uma linha tênue entre a diversidade e a desigualdade, a necessidade de se trabalhar temáticas referentes aos saberes e culturas de determinado espaço ou comunidade, vislumbrando e apresentando-nos um cenário futuro que pode vir a ser determinante na desconstrução de estigmas e preconceitos há muito arraigados.

A partir desse estudo é possível verificarmos que a BNCC, considera a necessidade de se trabalhar temáticas referentes aos saberes e culturas, permitindo o acolhimento de situações e experiências que fazem parte do patrimônio cultural dos alunos aos conteúdos curriculares, tanto que se estrutura sob esses aspectos, entretanto é perceptível que ainda existe um longo caminho a ser trilhado quanto a real efetivação da preservação do patrimônio nos currículos escolares. A BNCC faz alusões à temática preservacionista, entretanto, a escola e seu corpo docente devem permanecer atentos aos conteúdos, de modo que, o professor, enquanto mediador do conhecimento deve permitir ao aluno uma formação capaz de conectar o cultural, o social e o científico.

Para tanto faz-se necessário um educador que se atualiza, que questiona seus ensinamentos, permitindo aos alunos vivenciarem princípios de cidadania, respeito e conservação do patrimônio. É extremamente relevante destacar o papel fundamental das escolas, de modo que considerem fundamental a estruturação de seus currículos levando em consideração o respeito às diversas manifestações culturais. Nesse contexto, às situações e experiências da vida cotidiana e dos saberes dos alunos, são fundamentais para o desenvolvimento do senso crítico e reflexivo dos alunos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação Infantil e Ensino Fundamental. Versão final. Brasília: MEC, 2017.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: . Acesso em: ago. 2019.

_____. Ministério da Educação. **Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular**. Resolução CNE/CP nº 02/2017.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual**. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997. Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro10.pdf>>. Acesso em: ago. 2019.

BONETI, L. W. **Políticas públicas por dentro**. Ijuí: Unijuí, 2006

KADLUBITSKI, L. ; JUNQUEIRA, S. (Sérgio Junqueira) . **Diversidade cultural e políticas públicas educacionais**. Educação (Santa Maria. Online) , v. 34, p. 179-194, 2009.

Sandra C. A. Pelegrini, S. C. A. Pelegrini . **Os bens intangíveis e as políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil**. In: III Encontro de História da Arte -História da Arte e Instituições Culturais: perspectivas em debate., 2007, Campinas. Resumos do III Encontro de História da Arte -História da Arte e Instituições Culturais: perspectivas em debate.. Campinas: www.unicamp.br, 2007. v. 1. p. 1-3.

SILVA, Soraia Raquel Alves da. GALENO, Régina Maria Silva. **Base Nacional Comum Curricular: aspectos conceituais e operacionais**. São Luís: CEE/MA, 2019.

SAVIANI, Dermeval. **Política Educacional Brasileira: Limites e Perspectivas**. In: **Revista de Educação**, PUC-Campinas/SP, n. 24, p. 7-16, junho, 2008. Disponível em: <file:///C:/Users/Samary/Downloads/108-242-1-SM.pdf>. Acesso em 25 ago. 2019.

UNESCO. “Declaração universal da UNESCO sobre a diversidade cultural”. 2002. Disponível em: http://www.unesco.org/new/fileadmin/MULTIMEDIA/HQ/CLT/diversity/pdf/declaration_cultural_diversity_pt.pdf. Acesso em 01 ago. 2019.

_____. **Declaração mundial sobre educação para todos**. Plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. 1990. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>. Acesso em 01 ago. 2019.

**PARQUE ESTADUAL DA COSTA DO SOL (RJ):
Um patrimônio natural estratégico para o
planejamento turístico regional?**

Yasmin Xavier Guimarães Nasri¹

Marta de Azevedo Irving²

Cristiane Passos de Mattos³

INTRODUÇÃO

A proteção integrada dos patrimônios natural e cultural vem sendo considerada como estratégia para garantir o bem-estar e a qualidade de vida, tendo em vista que, juntos, esses representam remanescentes da biodiversidade e da geodiversidade, monumentos, obras arquitetônicas, esculturas e estruturas arqueológicas de significativo valor para as sociedades (ZANIRATO, 2009; BEZERRA, 2011).

Nesse sentido, o processo de criação e gestão de áreas protegidas tem sido reconhecido, globalmente, como um caminho essencial para a proteção e a valorização do patrimônio natural e cultural (IRVING, 2014; VALLEJO, 2015). No contexto complexo do Brasil, um país de contrastes em função de sua dinâmica socioambiental, o tema da conservação da biodiversidade requer políticas públicas capazes de contribuir para o equacionamento, também, das questões socioeconômicas envolvidas. E com esse direcionamento, estratégias dirigidas à conservação do patrimônio natural são, em parte, conduzidas por meio da criação das unidades de conservação da natureza (UCs).

E, no caso específico do uso turístico, as unidades de conservação de proteção integral da categoria de manejo parque, que permitem o uso público para fins de turismo e lazer ecológicos, pesquisa, interpretação e educação ambiental (BRASIL, 2000; 2002), tem especial importância no contexto brasileiro.

Tendo esses antecedentes como ponto de partida, o presente ensaio busca investigar, preliminarmente, o papel do Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), um patrimônio natural estratégico para a conservação da biodiversidade em território fluminense, como núcleo indutor para o planejamento turístico, na Região da Costa do Sol, no Estado do Rio de Janeiro.

É importante contextualizar ainda que o PECS representa uma unidade de conservação complexa em termos de gestão, por sua configuração multissetorial e fragmentada territorialmente, que abrange, parcialmente, setores de seis municípios: Araruama, Saquarema, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio, Armação dos Búzios e Arraial do Cabo (RIO DE JANEIRO, 2011).

1 Dotoranda em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ).

2 Professora titular do Programa EICOS/IP/UFRJ e PPED/IE/UFRJ. Bolsista de Produtividade CNPq.

3 Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ). Professora do CEFET *campus* Nova Friburgo.

A razão para a escolha do parque como foco para o presente ensaio, justifica-se por sua relevância em planejamento turístico regional, sendo o mesmo considerado como a principal unidade de conservação de proteção integral da Região Turística da Costa do Sol⁴, uma das principais regiões indutoras do turismo de *Sol e Praia* do Estado do Rio de Janeiro. Mas apesar da relevância do PECS para a conservação da biodiversidade regional, a visitação dirigida à região ocorre, ainda, de forma desordenada e sem planejamento e controle efetivos, favorecendo, principalmente, os interesses dos setores imobiliário e turístico, orientados por um forte viés mercadológico (CORRÊA; FONTENELLE, 2012).

Assim, a dinâmica regional está associada a inúmeras tensões sociais e conflitos para a conservação da biodiversidade, questões que traduzem a necessidade de se repensar o planejamento turístico, em bases sustentáveis.

METODOLOGIA

Para interpretar a questão proposta foi realizada uma pesquisa qualitativa, baseada em levantamento e análise do referencial bibliográfico sobre o tema e o caso estudado. Tendo em vista a lacuna de pesquisas sistemáticas com esse objetivo na região, foram realizadas ainda imersões a campo, entre julho de 2017 e janeiro de 2018, para a obtenção de informações complementares sobre a dinâmica local, tendo sido as mesmas registradas em caderno de campo. Para orientar a sistematização e análise dos resultados alcançados na pesquisa, foi estruturada uma matriz-síntese sobre os principais aspectos que caracterizam a dinâmica regional.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir dos procedimentos metodológicos descritos, a dinâmica socioeconômica e turística atual da Região da Costa do Sol, está resumida no Quadro 1, a seguir:

⁴ É importante mencionar que, essa região turística foi denominada como Costa do Sol, a partir do Programa de Regionalização do Turismo, previsto na Política Nacional de Turismo, criada pela Lei Nº 11.771, de 17 de Setembro de 2008, que visou integrar os municípios com características similares do ponto de vista do desenvolvimento da oferta turística.

Quadro 1: Matriz-síntese sobre a dinâmica socioeconômica e turística da Região da Costa do Sol.

Info-chave	Munic. envolvidos	Pop. / munic. (hab)	Perfil socioeconômico	Populações tradicionais	Patrimônio natural	Patrimônio cultural	Infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos	Dados de visitação
Result. obtidos	Armação dos Búzios Cabo Frio Arraial do Cabo Maricá Rio das Ostras Macaé Saquarema Araruama Iguaba Grande Casimiro de Abreu São Pedro da Aldeia Quissamã Carapebus	33.240 222.528 30.096 157.789 145.989 251.631 87.704 130.439 27.762 43.295 102.846 24.246 16.039	Na região é desenvolvido, principalmente, o turismo sazonal de Sol e Praia, mas também são relevantes as atividades relacionadas à indústria do petróleo e gás, à prestação de serviços e comércio, à extração do sal marinho e à pesca.	Sete comunidades tradicionais caracterizam a região, dentre as quais, os quilombos Maria Joaquina e Botafogo em Cabo Frio e os da Baía Formosa e da Rasa em Armação dos Búzios. E pescadores artesanais ocorrem em Arraial do Cabo que atuam, inclusive, na Reserva Extrativista Marinha de Arraial do Cabo.	Ao total, ocorrem 39 unidades de conservação da natureza na região, principalmente, em remanescentes de Mata Atlântica, sendo grande parte dessas áreas de uso sustentável, ou seja, que permitem a compatibilização da proteção da natureza com a utilização sustentável dos recursos naturais. Esses são territórios relevantes em termos de proteção paisagística e conservação de biodiversidade local e neles ocorre uma grande diversidade de praias, lagoas, lagunas, ilhas, grutas, fendas, pontais, costões rochosos e dunas.	Elementos históricos ainda pouco utilizados pelo <i>trade</i> turístico, como fortes, ruínas, igrejas, capelas, conventos e sítios arqueológicos do povo Tupinambá que revelam o passado de cidades muito antigas, como Cabo Frio (considerada o sétimo município mais antigo do Brasil), compõem também o conjunto patrimonial da região. Além disso, existem ainda engenhos, salineiras, casas grandes e senzalas que evidenciam algumas das práticas antigas desenvolvidas nas áreas rurais desses municípios.	Em levantamento e registro dos equipamentos turísticos relacionados aos meios de hospedagem existentes na região, foram encontradas, principalmente, pousadas, devido ao fluxo turístico com objetivo de <i>Sol e Praia</i> . Além dessa tipologia de meios de hospedagem, foram identificados também hotéis, campings, hospedagens familiares, albergues, <i>hostels</i> , pensões e camas e cafês. Dentre os municípios que compõem a Região Turística, Armação dos Búzios é o município com o maior número de ofertas de unidades habitacionais (UHs). Com relação aos serviços ligados à alimentação, a região possui muitos restaurantes e bares conhecidos, principalmente, localizados próximos às praias, além também de quiosques e lanchonetes. Uma grande quantidade de agências de viagem e agências de receptivo na região oferecem passeios náuticos e de aventura. Para a prática de atividades de lazer são inúmeros os parques, praças, largos e mirantes na região turística.	Apesar de ainda não haver dados sistematizados sobre os municípios envolvidos, uma pesquisa de 2016 sobre a <i>Demanda Turística Internacional do Ministério do Turismo</i> (MTur) apontou que o município Armação dos Búzios se situa em quinto lugar no <i>ranking</i> de demanda turística internacional, dentre as cidades brasileiras, com maior fluxo de turistas estrangeiros, envolvendo 9,1% do público estrangeiro que visita o Brasil.
Fonte	IOT (2018)	I B G E (2018)	IBGE (2016), IOT (2018).	IOT (2018)	CNUC (2019) IOT (2018)	Rio de Janeiro (2010)	MTur (2019) IOT (2018)	MTur (2016) IOT (2018)

Fonte: Elaboração das autoras (2019).

O Quadro 1 ilustra a complexa dinâmica socioeconômica e turística da Região da Costa do Sol, onde se insere o Parque Estadual da Costa do Sol. A partir dos dados levantados e sistematizados na matriz-síntese apresentada, não se pode deixar de reconhecer que, embora a Região da Costa do Sol se caracterize por um perfil socioeconômico diversificado, o turismo representa, atualmente, o principal vetor de desenvolvimento local. Essa afirmativa ganha maior relevância quando se analisa as inúmeras opções de infraestrutura, equipamentos e serviços turísticos disponíveis e, também, quando se observa os dados de visitação levantados em Armação dos Búzios, o único município da região que, atualmente, possui informações sistematizadas sobre o fluxo de turistas local.

No entanto, o turismo predominantemente praticado na Região da Costa do Sol está baseado em fluxos massivos e sazonais de visitantes, e representa um risco para a integridade dos ecossistemas regionais. Isso porque, o turismo regional está direcionado à atividades regulares vinculadas ao turismo de *Sol e Praia*, como às atividades náuticas, mergulho, *stand up, windsurf, kitesurf*, *acqua-táxis* e passeios de barco, favorecidas pelo fenômeno da ressurgência, em municípios que integram o PECS, como as áreas litorâneas de Arraial do Cabo e Cabo Frio.

Tal contexto aponta para a atual importância e o alcance do PECS na indução de fluxos turísticos para a Região da Costa do Sol, em decorrência da relevância do conjunto de seus atrativos naturais no ambiente costeiro, de significativa beleza cênica e paisagística. Mas não se pode negligenciar que o PECS é também a principal área protegida da Costa do Sol que envolve inúmeros municípios também associados a um rico patrimônio natural e histórico-cultural pouco divulgado de importância turística, além de representar um ícone para as estratégias de conservação da biodiversidade costeira no Rio de Janeiro.

Sendo assim, nas estratégias de planejamento turístico, o PECS poderia representar um diferencial para o desenvolvimento de novas práticas turísticas no plano regional, na articulação entre natureza e cultura. Essas práticas, sintonizadas com o compromisso de conservação da biodiversidade regional, poderiam, por consequência, influenciar novos comportamentos turísticos e atrair, também, novos perfis engajados de visitantes, com consequências na dinâmica sociocultural regional. Esse movimento, se inspirado em premissas sustentáveis, poderia ainda contribuir para a valorização da cultura local e para a inclusão social e transformar a Região Turística da Costa do Sol em um ícone para o turismo fluminense.

Nesse sentido, parece possível afirmar que sendo o parque entendido como um núcleo estratégico em planejamento para o turismo regional, este poderia influenciar o processo de mudança de mentalidade até mesmo na gestão pública, a favor da prática do turismo, em bases sustentáveis. Mas para tal, seria necessário ressignificar as experiências turísticas no parque, fomentando a prática vivencial, na articulação entre a natureza protegida representada pelo PECS e o patrimônio cultural pulsante dos municípios envolvidos, ainda não reconhecido como estratégico para o desenvolvimento regional pelas políticas públicas em curso.

REFERÊNCIAS

- BEZERRA, O. G. **A conservação do Patrimônio Natural/Cultural**: um sistema de indicadores para o monitoramento da significância dos parques nacionais brasileiros patrimônio da humanidade. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Urbano) UFPE, Recife, 2011.
- BRASIL. Lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*. Brasília, 2000.
- BRASIL. Decreto nº 4.340, de 22 de agosto de 2002 que *regulamenta os artigos da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de*

Conservação da Natureza e dá outras providências. Brasília, 2002.

BRASIL. Decreto nº 5.758, de 13 de abril de 2006. **Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas**. Brasília, 2006.

CNUC, **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em: <<https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs>> Acesso em: 02 de ago. de 2019.

CORRÊA, W. B.; FONTENELLE, T. H. O Parque Estadual da Costa do Sol: contextualização e críticas ao processo de instituição. **Revista Geonorte**, Edição Especial, v. 3, nº4, p.1150-1160, 2012.

IBGE, **Instituto Brasileiro de Geografia Estatística**. Plataforma Cidades. Dados de 2016 e 2018. Disponível em: <<https://ibge.gov.br/>> Acesso em: 02 de ago. de 2019.

IOT, **Inventário da Oferta Turística do Estado do Rio de Janeiro - Região Costa do Sol**. Universidade Federal Fluminense. Secretaria de Estado de Turismo. 2019.

IRVING, M. A. Governança democrática e gestão participativa de áreas protegidas: um caminho sem volta para a conservação da biodiversidade no caso brasileiro. *In*: BENSUSAN, N.; PRATES, A. P. L (Org.). **A diversidade cabe na unidade?** Áreas Protegidas no Brasil. 1ª Ed. Belém-PA: Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2014, v. 1, p. 149-193.

MTur, Ministério do Turismo. **Cadastro de Prestadores de Serviços Turísticos**. Dados de 2016 e 2019. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>> Acesso em: 02 de ago. de 2019.

RIO DE JANEIRO. **Caderno de Turismo do Estado do Rio de Janeiro: passaporte para o desenvolvimento do Estado**. Rio de Janeiro: Fecomércio, 2010. ISBN: 978-85-62963-01-8.

RIO DE JANEIRO. Decreto Estadual nº 42.929 de **criação do Parque Estadual da Costa do Sol**. 2011.

RIO DE JANEIRO. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro**. Metalivros, 2015.

VALLEJO, L. R. Uso público em áreas protegidas: atores, impactos, diretrizes de planejamento e gestão. *In*: VALLEJO, L. R.; PIMENTEL, D. de S.; MONTEZUMA, R. C. M. (Org). **Uso público em unidades de conservação**. UFF, p. 9-20, 2015.

ZANIRATO, S. H. Usos sociais do patrimônio cultural e natural. **Revista Patrimônio e Memória**. UNESP, v. 5, nº 1, p. 137-152, 2009.

TOURISME, PATRIMOINE ET STREET ART EN CORSE. L'IMPOSSIBLE POLITIQUE PUBLIQUE ?

Pierre Bertoncini¹

Les graffitis ont au cours de cette période connu en France une amplification du mouvement d'artification² sanctionnée positivement par le marché de l'art³. Ce n'est que récemment, malgré des efforts du Ministère de la culture pour promouvoir le terme d'« Art urbain »⁴ que l'appellation de « street art »⁵, qui ne répond pas à une définition précise universellement acceptée⁶, s'est progressivement imposé dans l'espace public français. Ainsi, l'amateur d'art moyen ne peut rester insensible au succès planétaire de ce mouvement. Un numéro du périodique « Beaux arts Magazine » illustre ce fait par une couverture liée à un dossier spécial : « le tour du monde des murs du street art »⁷.

La Corse est une île qui se situe dans une des zones les plus touristiques de la planète : le bassin méditerranéen. Depuis les plans d'aménagement de la Corse des années 1950 les pouvoirs publics n'ont cessé de développer sous diverses formes des politiques d'aménagement du territoire de l'île basées sur l'industrie touristique. Dans une île dotée depuis peu d'un PADDUC (Plan d'aménagement et de développement durable de la Corse), des millions de touristes sont accueillis par une société qui compte environ 350 000 habitants permanents. Le processus de patrimonialisation concerne des parts importantes de la vie culturelle de la Corse. L'accueil du colloque international « Vivre du patrimoine » par l'Université de Corse⁸ a acté ce fait. Après le « sursaut d'une culture menacée »⁹ des années 1970, la culture continue d'être un enjeu politique majeur. Tandis que la Touraine, défend l'image d'une « vraie » France, la Corse connaît une « revendication identitaire militante »¹⁰ marquée, dans un contexte d'« impossible espace public », par la quête de l'authenticité¹¹. En 2018, lors de son voyage en Corse, Emmanuel Macron a évoqué le patrimoine de la Corse¹². Il a relié les mots du lexique patrimonial automatiquement aux mots de celui de tourisme. Ce qui semble aller de soi pour le pouvoir politique sera questionné car : « Si le tourisme et le patrimoine sont des productions sociales, il est, bien

1 Proposition de communication pour le GT 2 – Tourisme, patrimoine et politiques publiques. Pierre Bertoncini est docteur en anthropologie. Il est chercheur associé à l'UMR LISA (en cours). Qualifié pour assurer les fonctions de maître de conférences par la 20^{ème} et la 73^{ème} section du CNU. Animateur de « Le blog de Pierre Bertoncini ». Auteur de *Anthropologie sociale de la Corse. Objets, terrains, méthodes*, Paris, L'Harmattan, 2018.

2 Liebaud Marysa, « L'artification du graffiti et ses dispositifs », in Heinich Nathalie, Shapira Roberta (sous la dir.), *De l'artification. Enquête sur le passage à l'art*, Paris, Éditions de l'EHESS, 2012, pp. 151-169.

3 Weill Pierre-Edouard, « La consécration du graffiti sur le marché de l'art contemporain », in Lizé Wenceslas, Naudier Delphine, Sofio Séverine, (sous la dir.), *Les stratégies de la notoriété. Intermédiaires et consécrations dans les univers artistiques*, Paris, Archives contemporaines, 2014.

4 « Avertissement », in Aris Dominique, Benoit-Blain Marine (sous la coord.), *Actes du colloque Etat de l'art urbain, Oxytores III (octobre 2016)*, Université Paris-Ouest Nanterre, Ministère de la Culture et de la Communication, 2017, p. 2.

5 Chenus Nicolas, Longhi Samantha, *Paris. De la rue à la galerie*, Paris, Pyramid, 2011, p. 9.

6 Thorne Russe, *Street art*, Paris, Larousse, 2014, p. 55.

7 *Beaux arts magazine*, mai 2016, pp. 43-59.

8 Fazi André (sous la coord.), *Vivre du patrimoine*, Paris, L'Harmattan, 2012.

9 Etori Fernand, « Le sursaut d'une culture menacée », in Pomponi Francis (sous la dir.), *Le Mémorial des Corses*, T.V, 1980.

10 Cousin Saskia, *Les miroirs du tourisme. Ethnographie de la Touraine du Sud*, Paris, 2011, Descartes et compagnie, 2011, p. 19.

11 Fabiani Jean-Louis, *Sociologie de la Corse*, Paris, La découverte, 2018, pp. 46-51 et 73-74.

12 Macron Emmanuel, *Discours*, 7 février 2018, Bastia.

sûr, de notre premier travail de les « déconstruire », autrement dit de libérer, au-delà même de la juxtaposition des paroles et des actes, ce qui est dit avec et en eux »¹³.

On présentera dans un premier temps quelles relations entretiennent street art et tourisme en Corse. Puis on fera un point sur la patrimonialisation du graffiti dans une île où des « batailles du patrimoine »¹⁴ ont lieu afin que l'espace ne soit pas réduit à un non-lieu interchangeable avec d'autres destinations offertes par le marché concurrentiel des loisirs. Enfin, on présentera par des études de cas comment les politiques publiques favorisent la promotion du street art. A la suite de chercheurs qui ont déjà répondu à la question « Comment fonctionnent les processus de valorisation patrimoniale ? »¹⁵, en contrepoint, de façon nuancée, on pourra présenter une vue panoramique de la question : Tourisme, patrimoine et street art en Corse. L'impossible politique publique ?

STREET ART ET TOURISME

Aujourd'hui, il semble être une évidence que soient proposés aux touristes des circuits donnant à voir des graffitis. N'y a-t-il pas meilleur vecteur de la culture de l'Autre ? Si on inscrit sur un moteur de recherche les mots clé « street art » pour une ville comme Londres ou Amsterdam, une série de lieux sont conseillés au visiteur. J'ai pu expérimenter à Amsterdam comment les personnels d'accueil des offices du tourisme diffusent des informations sur les lieux liés au street art. Cette tendance présente concerne également Paris pour lequel un guide spécialisé est publié¹⁶. Simultanément, plus qu'en Martinique¹⁷, une étude des *murales* sardes a montré comment les graffitis sont aujourd'hui considérés comme des pièces incontournables des usages touristiques du patrimoine de cette île¹⁸. Qu'en est-il pour la Corse ?

Un corpus d'une centaine de magazines faisant souvent intégralement la promotion de la destination corse depuis 30 ans a été réuni. Des magazines comme *Géo* ont publié plusieurs numéros qui visent principalement un public qui va venir en Corse. L'étude de cette série montre que les apparitions de graffitis sont quasiment inexistantes. Ainsi, le graffiti ne correspond pas à l'image de la Corse construite par ces entrepreneurs en tourisme. Il semble qu'il n'y a pas de graffitis en Corse tourismophobes comme ceux vus à Barcelone. Les termes « tourisme », « touristes » sont utilisés de façon rare. Néanmoins, sur le site très fréquenté de la vallée de la Restonica a été bombé un « Tourists go home ». Dans le territoire classé grand site de Patrimonio, en 2017 une série de graffitis contre l'activité touristique a été bombée. C'est implicitement que l'on trouve des messages liés au tourisme : vers l'an 2000 dans la cité portuaire de l'Ile Rousse, avant un grand boom immobilier était peint « La Corse n'est pas à vendre » ou « La Corse n'est pas une

13 Violier Philippe, Lazarotti Olivier, « Présentation », in Violier Philippe, Lazarotti Olivier (sous la dir.), *Tourisme et patrimoine, un moment du monde*, Angers, Presses universitaires d'Angers, 2007, p. 11.

14 Bertoncini Pierre, *Les batailles du patrimoine en Corse. Du bicentenaire de Napoléon au rejet du PADDUC (1969-2009)*, Paris, L'Harmattan, 2013.

15 Fournier Laurent-Sébastien, Crozat Dominique, Bernié-Boissard Catherine, Chastagner Claude (sous la dir.), *Patrimoines et valorisation des patrimoines*, Paris, L'Harmattan, 2012, p. 9.

16 Lombard Stéphanie, *Guide du street art à Paris*, Paris, Editions alternatives, 2017.

17 Bertoncini Pierre, « Quelle place pour la patrimonialisation des graffitis martiniquais ? », Colloque Patrimonialisation et développement dans la Caraïbe et les Amériques, Université des Antilles et de Guyane-CRILLASH, Cayenne, mars 2011.

18 Cozzolino Francesca, *Peindre pour agir. Muralisme et politique en Sardaigne*, Paris, Karthala, 2017, pp. 217-264.

marchandise ». De même, de nombreux bombages exprimant un conflit d'usage, quand ils attaquent la spéculation concernant la construction d'immeubles liés à l'activité touristique. Aussi, il a été montré que tandis que le nombre d'agriculteurs chute, les messages « Terra corsa a i Corsi » concernent de moins en moins des terres à vocation agricole mais de plus en plus des espaces visés par une plus value liée au tourisme¹⁹. La campagne « PADDUC Inno » avant les années 2000 est représentative de cette tendance où le tourisme basé sur une « économie résidentielle » est condamné.

Les touristes sont les auteurs de séries importantes de graffitis. Des études portant sur la zone de la Balagne montrent comment depuis les années 1990 les tags de types hip hop sont principalement peints par des touristes²⁰. Des crews de villes continentales sont recensés. Les graffeurs allemands laissent aussi leurs traces sur toute la période. Ces graffitis peints illégalement appartiennent au même système de signes que les œuvres de Jonone exposées simultanément dans un hôtel 5 étoiles. Il a été montré comment la distribution spatiale des graffitis de ces touristes permet de dessiner les contours d'une bande de 300 mètres sur 20 km allant du bord de la mer et contenant les voies de communication principales. Cette zone est identifiée dans l'espace vécu comme étant la plage de la Balagne.

Dans des entretiens, il apparaît que certains bombeurs s'autocensurent en raison de l'activité touristique. Par exemple la Scala santa regina, un joyau du patrimoine naturel de l'île est considérée comme souillée quand elle est peinte. Un président de l'association des maires de la Haute-Corse a porté un discours sur les graffitis qu'il faudrait repeindre avant la saison touristiques le long des axes principaux de l'île. Et de fait, une zone comme la vallée du Golo est régulièrement repeinte.

STREET ART ET PATRIMONIALISATION

Depuis ses origines, une des dimensions les plus importantes des graffitis bombés est d'être une technique déviante de marquage²¹ du territoire. Celui qui le pose sait qu'il risque une amende plus ou moins forte selon les divers critères dont celui du contenu du message. Dans ce contexte, comme dans le métro de New York des années 1970 qui a servi de modèle pour le traitement du graffiti par la SNCF²², le graffiti considéré comme un délit est détruit par les autorités. Aussi, il semble aujourd'hui encore incroyable à certains de pouvoir considérer un graffiti bombé comme un objet de patrimoine. En effet, en France, la patrimoine a longtemps été considéré comme quelque chose qui par définition devait être ancien, transmis par les pères, nous rappelle l'étymologie. Les graffitis étant souvent posés dans l'espace public soumis à l'érosion du soleil et de la pluie, il a semblé aller de soi que son éphémérité le condamnait à un état de non patrimoine. Avec la tendance de notre temps à l'inflation patrimoniale, qui s'étend nous a appris Nathalie Heinich « de la

19 Bertoncini Pierre, « Graffiti et littoral : les signes de la littoralisation du territoire corse », *Colloque international et pluridisciplinaire, Le littoral, subir, dire, agir*, IFRESI, Université de Lille 1, janvier 2008

20 Bertoncini Pierre, « Sous les tags la plage. Les signes de la mise en tourisme du territoire balanin », *Géographie et cultures*, n°68, septembre 2009, pp. 115-130.

21 Veschambre Vincent, Séchet Raymonde, *Penser et faire de la géographie sociale*, Rennes, PUR, 2006, p. 319.

22 Vulbeau Alain, *Du tag au tag*, Desclée de Brouwer, Paris, 1992, pp. 105-106.

cathédrale à la petite cuiller »²³, la patrimonialisation des graffitis s'est présentée de façon nouvelle.

Après la soutenance de ma thèse de doctorat sur les graffitis corses, je suis un stage post doctoral avec Claire Calogirou. Elle est missionnée par Musée national des arts et traditions populaires, bientôt fermé pour être métamorphosé en une des parties constitutive du MuCEM, de réunir des traces tangibles de l'activité des graffeurs. Approfondissant la question « Patrimoine ou vandalisme ? »²⁴, c'est à cette époque qu'est publié « Patrimoine, tag et graf dans la ville »²⁵. A la fin du stage post doctoral²⁶, je présente une communication à Québec : « Plaidoyer pour la patrimonialisation des graffitis corses »²⁷. Par la suite, j'ai été le commissaire de deux expositions de taille modeste consacrées aux graffitis peints en Corse. La première, en 2010 a eu lieu à l'île Rousse. Il s'agissait d'une sélection de photographies accompagnée de bombes de peinture et de coupures de presse traitant du thème « Graffiti, paysage et tourisme en Balagne ». La seconde, inaugurée en septembre 2010 au Musée départemental d'archéologie de Lévie : « Le tag en Corse. Un patrimoine en question ». Il s'agissait d'une adaptation du livre « Le tag en Corse. Analyse d'une pratique clandestine ».

Depuis, j'ai pu observer directement que le Mémorial Charles de Gaulle à Colombey les deux Eglises est jalonné de graffitis et que des institutions prestigieuses telles que la Fondation Cartier pour l'art contemporain avec « Né dans la rue »²⁸ présentent des expositions sur les graffitis où des scènes graffitiques contestataires comme celle de Sao Paulo sont décrites. En 2012 C. Calogirou a été co-commissaire d'une exposition au Lieu Unique de Nantes²⁹. Elle a par la suite organisé une autre manifestation au MUCEM enfin inauguré³⁰. Tandis que la nature du street art continue à poser question³¹, le Ministère de la culture essaie de coordonner les différents acteurs de la scène du street art³². Lors de journées de formation organisées pour des fonctionnaires liés aux métiers du patrimoine³³, j'ai pu constater comment les collections réunies au MuCEM continuent d'être une référence pour l'institution culturelle.

Pendant ce temps là, en Corse, la patrimonialisation des graffitis pose toujours problème ou du moins rencontre des freins. Et ceci pour les deux grandes catégories de graffitis. Les graffitis de type hip hop ont vu l'équivalent de leur Grotte de Lascaux³⁴ être détruite dans la plus grande indifférence en 2017³⁵. Pour les graffitis politiques nationalistes, la presse

23 Heinrich Nathalie, *La fabrique du patrimoine. De la cathédrale à la petite cuiller*, Paris, Editions de la MSH, 2009.

24 Leandri Ange, *Catalogue de l'exposition «Graffiti et société»*, Toulouse, Université Toulouse-Le Mirail, Centre de Promotion de la recherche scientifique, Institut de sciences sociales, 1982, p. 2.

25 Collectif, *Patrimoine, tag et graf dans la ville*. Actes des rencontres, Bordeaux, 12 et 13 juin 2003, Bordeaux, CRDP Aquitaine-Renaissance des cités d'Europe, 2003.

26 Bertoncini Pierre, *Graffitis corses et muséologie méditerranéenne*, Rapport postdoctoral, IDEMEC-MuCEM, 2007.

27 Bertoncini Pierre, « Les graffitis filmés, un patrimoine ? Plaidoyer pour la patrimonialisation des graffitis bombés corses », in Fourcade Marie-Blanche (sous la dir.), *Patrimoine et patrimonialisation. Entre le matériel et l'immatériel*, Québec, Les Presses de l'Université Laval, 2007, pp. 161-184.

28 Fondation Cartier pour l'art contemporain, *Né dans la rue- Graffiti*, Paris, Fondation Cartier pour l'art contemporain, 2009.

29 Calogirou Claire, « Patrimonialiser le graffiti », *Vestighe*, n°2, 2013, pp. 26-37.

30 MuCEM, *Journal gratuit de l'exposition Graff en Méditerranée*, 13 mai 2017-8 janvier 2018, Marseille, Mucem, 2017.

31 Génin Christophe, *Le street art au tournant. De la révolte aux enchères*, Paris, Les impressions nouvelles, 2016.

32 Aris Dominique, Benoit-Blain Marine (sous la coord.), *op.cit.*

33 Institut national du patrimoine, *Journées de formation L'art urbain, (Re) connaissance, valorisation et pris en compte à l'échelle européenne*, Paris, 12-14 décembre 2018.

34 Bertoncini Pierre, « Le street art à Ajaccio. Un patrimoine citoyen en questions », *Journées européennes du patrimoine. Bibliothèque municipale d'Ajaccio*, Ajaccio, 17 septembre 2016.

35 Luccioni Isabelle, « La fin de la verrue historique » de la route des Sanguinaires, *Corse Matin*, 24 mars 2017.

continue de présenter comment ils sont des objets donnant lieu à des enquêtes de police. On citera par exemple pour la dernière période : « Tags : arrestation de cinq militants ajacciens »³⁶ ou « Bastia : des tags signés « FLNC » retrouvés dans les rues »³⁷. Pour les institutions, le caractère de patrimoine de ces messages n'est pas d'actualité.

STREET ART ET POLITIQUE PUBLIQUE

Dans les années 1990 apparaissent les premières fresques liées à des commandes publiques sur la ville de Bastia. Elles sont réalisées dans des quartiers urbains périphériques. Elles sont financées dans le cadre de la politique de la ville. Des stages de graffitis réalisés lors de vacances scolaires sont également organisés pour des adolescents³⁸.

La période actuelle est marquée par une série d'initiatives prise par les autorités publiques qui concourent à soutenir la diffusion du street art. En 2015³⁹ la municipalité de Bastia soutient une opération. L'espace investi par des street artistes est une place qui fait suite à une rue commerçante récemment requalifié. De répulsive, elle est devenue piétonne, l'objectif est de lui donner un cachet « bohème ». Autre exemple, le Ministère de l'éducation nationale fait appel au collectif bastiais Graffink afin de réaliser avec des élèves une fresque dans l'enceinte d'un lycée de Bastia. Le même collectif reçoit une commande de la municipalité pour des fresques en extérieur dans des quartiers populaires⁴⁰.

Sur Ajaccio, une politique de développement de la vidéosurveillance est mise en place⁴¹. Dans ce contexte politique, le street art est mobilisé pour décorer la cité qui accueille de nombreux bateaux de croisière. Le peintre Adrien Martinetti répond à des commandes publiques municipales. A l'entrée du port de plaisance, il a peint un portrait d'un ancien maire de la ville. Il a aussi peint le portrait du résistant gaulliste Fred Scamaroni. On retrouve son travail également à l'entrée d'une crèche⁴². Le peintre Mako Deuza reçoit une commande pour peindre un portrait de Napoléon Bonaparte à l'entrée de la ville⁴³. C'est le même peintre qui est appelé pour « décorer » un passage « répulsif » dans le centre ville. Accompagné par une autre peintre, par ailleurs employée par la bibliothèque municipale, ils participent à une opération présentée par la municipalité comme « un musée d'art populaire aux couleurs du street art »⁴⁴. Contradictoirement, dans le même temps, dans une démarche de « pacification »⁴⁵ non déclarée la municipalité détruit le site le plus important de la culture hip hop de la ville, riche de « véritables œuvres d'art »⁴⁶. Dans la capitale politique de l'île, un street art sous contrôle de la municipalité est donc progressivement développé.

Corté est la ville universitaire de l'île. La cité a connu un grave conflit lié à la diffusion

36 *Corse Matin*, « Tags : Arrestation de 5 militants ajacciens », 12 avril 2015.

37 Mattei Julian, « Bastia : des tags signés « FLNC » retrouvés dans les rues, *Corse matin*, 25 avril 2019.

38 Bertoncini Pierre, *Le tag en Corse. Analyse d'une pratique clandestine*, Paris, L'Harmattan, collection Espaces discursifs, 2009,

39 Quilici Orlandi Julie, « Le street art impose son style au coeur de la cité », *Corse matin*, 17 mai 2015.

40 Négrel Pierre, « Graffink donne un nouveau visage à Paese Novu », *Corse matin*, 21 octobre 2016.

41 Alessandri Lisa, Souriez, vous êtes filmés », *Corse Matin*, 31 mai 2017.

42 Luccioni Isabelle, « Adrien Martinetti continue de peindre les bâtiments de la ville », *Corse matin*, 6 février 2017.

43 Pisani Sébastien, « Le street art toujours plus à son aise sur les murs de la cité impériale », *Corse matin*, 16 novembre 2017.

44 Pisani Sébastien, « Un musée d'art populaire aux couleurs du street art », *Corse matin*, 24 mars 2019.

45 Lamotte Martin, Agier Michel, « Les pacifications dans la ville contemporaine », *L'homme*, n°229-220, 2016, p. 23.

46 Luccioni Isabelle, « La fin de la verue historique » de la route des Sanguinaires, *Corse Matin*, 24 mars 2017.

du street art en 2004⁴⁷. Un recouvrement de fresque avait été revendiqué par un syndicat étudiant. Une quinzaine d'années plus tard, des opérations de diffusion du street art sont dirigées et contrôlées par les autorités politiques et administratives⁴⁸. Par exemple, pour l'inauguration d'une fresque peinte à la gare, il y a des représentants de l'Université, et des conseillers exécutifs de la Collectivité de Corse qui posent devant une fresque d'une douzaine de mètres carrés. Tandis que le train traverse des zones récemment artificialisées, bouleversées par les constructions de résidences secondaires dédiées au tourisme, c'est une Corse, champêtre, verte, rurale traversée par un train qui transporte Pascal Paoli y est mise en scène dans un paysage qui ressemble à celui de Dora l'exploratrice.

UNE IMPOSSIBLE POLITIQUE PUBLIQUE ?

Donc, les auteurs de magazines faisant la promotion du tourisme participent à l'élaboration de l'image d'une Corse immaculée. Les graffitis politiques corses concernent dans une mesure importante l'activité touristique. Ils condamnent certaines de ses manifestations liées aux politiques d'aménagement du territoire. Une part importante des graffitis qui ne sont pas liés directement à la politique sont peints par des touristes qui laissent ainsi une trace de leur passage sur l'île. Certaines autorités institutionnelles éliminent des paysages les graffitis qui selon elles détériorent une certaine image de la Corse.

Le graffiti bombé est intégré depuis une quinzaine d'années à une politique de patrimonialisation encouragée par l'Etat. C'est le MNATP puis le MuCEM qui sont moteurs dans ce processus soutenu par le Ministère de la Culture. Depuis 2006 des initiatives sont prises afin de voir patrimonialiser les graffitis corses dans toutes leurs dimensions, à la suite de recherches menées dans le cadre d'un doctorat d'anthropologie à l'Université de Corse. Mais, les auteurs de graffitis continuent d'être recherchés ou interpellés par les représentants de l'autorité centrale. Les sites importants de ce patrimoine culturel aujourd'hui parfois quinquagénaires ne sont pas protégés, conservés. Au contraire, ils sont détruits.

Depuis 2015 les deux principales villes de Corse ainsi que la ville universitaire de Corte ont vu les autorités commander et financer des œuvres de street art. La technique de la peinture sur bombe, le fait de réaliser des œuvres en extérieur sont combinés à la pratique ancienne du mécénat. Par le choix des sujets, dans un champ qui connaît une pacification, les street artistes présentés comme innovateurs reprennent les habits classiques des peintres de cour.

A ce stade d'un processus toujours en cours, la relation Tourisme, patrimoine et street art en Corse peut se résumer par la formule : l'impossible politique publique.

47 Bertoncini Pierre, « Graffiti bombé, université et Corse. Le point sur 30 ans de relations », *Vestighe*, n°2, 2013, pp. 72-98.

48 Ignacio-Luccioni Barbara, « Les étudiants d'art réalisent une fresque au cœur de la gare », *Corse matin*, 15 décembre 2018.

LA MISE EN TOURISME DES SITES INSCRITS AU PATRIMOINE MONDIAL DE L'UNESCO DANS LE NORD PAS-DE-CALAIS, RÉSULTATS D'UNE IMPORTANTE POLITIQUE DE MARKETING TERRITORIAL RÉGIONAL.

Wieszort Laurène¹

Le Nord Pas-de-Calais (France) possède un lourd héritage de l'activité industrialominière du XIXe siècle. L'industrie houillère fut l'un des moteurs fondamentaux de l'économie française dans la seconde moitié du XIXe siècle.

Un certain nombre de Compagnies minières se sont créées dès 1850 dans la Région : Courrières, Lens, Noeux-les-Mines, Bruay-la-Buissière. L'activité n'a alors cessé de se développer jusqu'à atteindre en 1913, un chiffre de production remarquable de 27 400 000 tonnes de charbon soit 67 % de la production du pays. L'effort de reconstruction d'après-guerre est aussi très important et la capacité du bassin minier fut retrouvée dès 1925, avec de nouveau une production record de 35 millions de tonnes. Grâce à de tels rendements, les compagnies se développaient de manière fulgurante (création d'usines annexes, de centrales électriques, de cokerie) ainsi que leur emprise foncière.

Après l'arrêt complet de l'exploitation en 1992, l'activité a laissé de lourdes séquelles mais également un patrimoine très riche. Les friches industrielles sont nombreuses : les terrils, les chevalements, les anciennes usines de l'industrie lourde ponctuent le territoire et sont devenus les symboles d'une forte identité (Wieviorka M., 2001 ; Daumas, 2006). Ces sites, bâtiments sont des témoignages d'un passé qui a façonné à la fois le territoire, les paysages, la vie des habitants et la culture régionale (Wieszort L., 2016)

En 2012, l'ancien bassin minier a été inscrit au Patrimoine Mondial de l'Unesco, ce qui confirme cette forte volonté de conservation ou de mise en valeur du patrimoine culturel minier (Edelblutte, 2009). La catégorie choisie est celle du "paysage évolutif vivant" (Bortolotto C. and al., 2011).

Selon l'association *Mission Bassin Minier*, le bassin minier du Nord Pas-de-Calais résulte d'une exigence à l'origine sociale, économique, administrative et a atteint sa forme actuelle par association et en réponse à son environnement naturel. Une exigence à l'origine sociale car une des particularités de ces friches est l'attachement qu'ont les habitants pour celles-ci.

Un article de l'Humanité de août 2012 explique : « *Spectres d'une période noire hantant le bassin minier, ces montagnes (les terrils) formées à la sueur et au sang des gueules noires, ont fait l'objet de nombreuses luttes pour être conservées, depuis la fermeture progressive*

¹ Docteur en Géographie Aménagement du territoire, Université d'Artois, FRANCE (2011). Laboratoire : Univ Lille Nord de France, Artois, EA 2468, Discontinuités, F-62000 Arras, France. Site internet personnel : <http://wieszortl.wix.com/laurene>

des puits de mines dès les années soixante ».

Les habitants ont un attachement fort à l'histoire, à la mémoire des mineurs (leurs durs labeurs, leur mode de vie, leurs coutumes), au territoire (Gravari-Barbas, Renard, 2010). Le bassin minier évoque : les mineurs, le travail pénible et dangereux, les sites dégradés et l'habitat uniforme des coronas.

On pense également à la solidarité, le courage et la fierté d'une véritable corporation dont on parle avec respect. Plus de deux siècles d'extraction charbonnière ont marqué la culture, le cadre et les conditions de vie de plus d'un million d'habitants (Centre d'études et de Prospective du Secrétariat Général pour les Affaires Régionales, 1995). Cette période de l'Histoire est ancrée dans les mémoires et a permis de se forger une identité intrinsèque et une culture unique (Wieszort, 2016).

Dans le périmètre inscrit, nous comptons 163 communes, avec au moins un vestige bâti. Un intérêt tout particulier a été porté à quatre d'entre-eux « grands sites de la mémoire minière » déjà identifiés dans le Contrat de Plan 2000-2006 : le site de la fosse Delloye à Lewarde, la fosse d'Arenberg à Wallers, le site du 9-9bis à Oignies et le site du 11-19 à Loos-en-Gohelle. Ce sont les témoins les plus complets des techniques d'exploitation.

Cette inscription s'inscrit en réalité dans une politique publiques bien plus large ayant pour objectifs : 1/d'ouvrir la région et la culture régionale, le patrimoine aux autres, à l'échelle nationale puis internationale (Lamard P., Gasnier M., 2007), 2/ et changer l'image négative qu'a la région au regard des français (le pays noir minier s'est transformé en paysage de nature [forêts, marais, rivières, les plaines et hauts plateaux, les bocages, etc.) afin de le rendre attractive.

De nombreux projets culturels et de loisirs ont vu le jour sur d'anciens sites miniers. Parmi les plus connus : le Musée du Louvre-Lens sur le site de l'ancienne fosse n°9 des mines de Lens, le projet métaphore sur le site 9/9 bis du site minier de Oignies, la base nautique Loisinord de la fosse 3 de Noeux-les Mines, Mosaic le jardin des cultures sur la Deule à Houplin-Ancoisne.

Les friches deviennent des lieux de création artistique, des pépinières d'entreprises, des espaces d'expérimentation et d'innovation, des lieux de récréation, tous attractifs.

Cette recherche via un travail de terrain de six années (observations, interviews d'acteurs locaux, enquêtes auprès des offices du tourisme et des sites) met en évidence dans un premier temps la stratégie régionale de mise en valeur territoriale et de développement économique (Cabiddu M., 2001 ; Beghain P., 2012) de la région Nord Pas-de-Calais via la culture et le patrimoine industriel et dans un second temps les effets observables en termes d'attractivité touristique des sites inscrits au patrimoine mondial de l'Unesco mais aussi de la Région (Cuvelier P., Torres E., Gadrey J., 1994 ; Patin V., 2012,).

MOTS-CLÉS

Patrimoine; industrie minière; inscription/Unesco; paysage évolutif vivant; tourisme; politiques publiques.

RÉFÉRENCES BIBLIOGRAPHIQUES

- BEGHAIN P., (2012), *Patrimoine, politique et société*, Paris, Presses de Sciences Po, 162p.
- BORTOLOTTO C. (dir), (2011), *Le patrimoine culturel immatériel : enjeux d'une nouvelle catégorie*, éd. De la Maison des Sciences de l'homme, 251p.
- CABIDDU M., (2001), *Les chances et les moyens du nouveau développement d'un ancien bassin minier : rapport au Premier ministre*. Paris : La Documentation française, 102 pages.
- Centre d'études et de Prospective du Secrétariat Général pour les Affaires Régionales, dirigé par Langrand M., (1995), *Des villes et des hommes ; Le devenir de l'ancien Bassin Minier*. septembre 1995, 191 pages.
- CHAUDUN N., (2009), *La France au patrimoine mondial : les 33 sites inscrits par l'UNESCO*. Paris, National geographic, 354 pages.
- CHOAY F., (2009), *Le patrimoine en question : anthologie pour un combat*, Paris, éd. du Seuil, 214p.
- CUVELIER P., Torres E., Gadrey J., (1994) *Patrimoine, modèles de tourisme et développement local*. Paris : Ed. L'Harmattan, 223 pages.
- Daumas (Dir.), (2006), *La mémoire de l'industrie. De l'usine au patrimoine*, Besançon, Presses universitaires de Franche-Comté. Les Cahiers de la Msh Ledoux, 426 pages.
- EDELBLUTTE S. (2009), *Paysages et territoires de l'industrie en Europe : héritages et renouveau*, Paris, Ellipses.
- GRAVARI-BARBAS M., Renard, C. (2010), Une patrimonialisation sans appropriation ? Le cas de l'architecture de la reconstruction au Havre. *Norois*, 217(4), 57-73. <https://www.cairn.info/revue-norois-2010-4-page-57.htm>.
- LAMARD P., Gasnier M., (2007) *Le patrimoine industriel comme vecteur de reconquête économique*. Panazol : Lavauzelle, 199 pages. Patin V., 2012,).
- Mission Bassin Minier (2012), *Dossier de candidature à l'inscription du Bassin minier du Nord-Pas de Calais au Patrimoine mondial de l'Unesco*. 1692 pages.
- Mission Bassin Minier, (2008), *Exposé synthétique de la proposition d'inscription du Bassin minier du Nord-Pas de Calais au Patrimoine mondial de l'Unesco*. 2012, 70 pages.
- Mission Bassin Minier, *L'habitat minier en Région Nord-Pas de Calais. Histoire et évolution 1825-1970*. Tome 1, Septembre 2008, 56 pages.
- WIESZTORT L, *Enquête réalisé auprès des Offices du Tourisme du bassin minier du Nord-Pasde-Calais, sur les impacts de l'inscription au Patrimoine mondial de l'Unesco sur les flux de touristes et les programmes touristiques proposés*. Mai 2013.
- WIESZTORT L., (2006), *Enquêtes menées dans des communes du bassin minier du Nord-Pas-de-Calais sur l'attachement des populations à l'Histoire de la Mine*. 50 pages.
- WIESZTORT L. (2016) « L'inscription du bassin minier du Nord Pas-de-Calais au Patrimoine mondial de l'Unesco, un moteur de développement économique, d'évolutions politiques et/ou de promotion territoriale ? », in *Cuadernos de Arquitectura y Asuntos urbanos*.
- WIEVIORKA M., 2001. *La différence*. Paris: Les Éditions Balland, 201 pp.

LE RÔLE DES ACTEURS PUBLIQUES SUR LA PATRIMONIALISATION ET LA MISE EN VALEUR DES ANCIENNES CONCESSIONS DE TIANJIN.

Maria Gravari-Barbas

Sandra Guinand

Lu Yue

Tianjin est une des 4 municipalités sous autorité directe du gouvernement central de la Chine, qui héberge 9 anciennes concessions internationales. La municipalité cherche à dynamiser la ville centre à travers la protection et la mise en valeur des quartiers et édifices historiques depuis le début du XXI^e siècle. Malgré l'ostensible « séparation entre le gouvernement et l'entreprise » [*Zhengqi fenkai*], le pouvoir sur le patrimoine à Tianjin reste très centralisé, tant sur le plan administratif que sur le plan opératoire, dont le gouvernement local joue un rôle dominant. Le cadre institutionnel qui s'est ainsi mis au milieu des années 2000 pour la protection du patrimoine nous permet de lire d'une autre manière les régulations et opérations depuis une quinzaine d'années.

Cette communication se concentre sur la patrimonialisation et la régénération des anciennes concessions dans la ville de Tianjin, visant à analyser leur développement en tant que produits du patrimoine liés au tourisme via des acteurs publics. Ce travail s'appuie sur une recherche qualitative fondée sur l'analyse de documents officiels, d'observations approfondies ainsi que des entretiens semi-directifs. Nous montrons tout d'abord le système des acteurs liés au patrimoine et au tourisme, avant de présenter les politiques et stratégies de protection patrimoniale mises en place. A la fin, basé sur 3 exemples de projets patrimoniaux (via des entreprises publiques en particulier), nous affirmons que le réaménagement des anciennes concessions de Tianjin est en train de devenir un laboratoire pour le patrimoine créatif et les pratiques touristiques en Chine. Des opérations menées sur les anciennes concessions de Tianjin apparaissent comme un épiphénomène d'une stratégie complexe de mise en valeur du paysage urbain historique de la ville, dans laquelle les acteurs publics jouent un rôle crucial.

ÁREAS PROTEGIDAS, TURISMO E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: Desafios rumo à agenda 2030.

Marta de Azevedo Irving ¹

Marcelo Augusto Gurgel de Lima ²

INTRODUÇÃO

No plano do desenvolvimento turístico global, o imaginário sobre o Brasil tem sido, frequentemente, associado à sua diversidade paisagística e à sua riqueza, em termos de patrimônio natural. E, nesse contexto, as áreas protegidas têm representado um diferencial marcante da imagem do país, em termos de atratividade turística.

Dados recentes da UNEP (2016) indicam a existência de 217.155 áreas protegidas no mundo³, envolvendo uma extensão aproximada de 34,7 milhões de km², no *World Database of Protected Areas*. Deste total, o Brasil dispõe de 2,47 milhões de km², o que faz do país, na atualidade, a maior extensão em área protegida no mundo e reforça o reconhecimento de seu patrimônio natural para o desenvolvimento turístico⁴. E, ainda segundo a UNEP (2016), em nível global, apenas nas APs terrestres, são estimados 8 bilhões de visitantes por ano, e de acordo com a Organização Mundial do Turismo, o turismo em APs deve continuar a crescer em 3,3% ao ano, até 2030. Por essa razão, reconhece-se o turismo associado às APS como uma via essencial não apenas para o cumprimento de inúmeras metas da *Convenção sobre Diversidade Biológica* (UN, 1992), mas também para o êxito da *Agenda 2030* (UN, 2015).

Especificamente no caso brasileiro, a terminologia Unidade de Conservação é adotada para caracterizar algumas tipologias de áreas protegidas. E, segundo a Lei nº 9.985/2000 (BRASIL, 2000), que instituiu o *Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza*, uma *unidade de conservação* (UC) é definida como “Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção”. No *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*,

¹ Professora Titular do Programa Eicos/IP e PPED/IE/UFRJ, Coordenadora dos Grupos de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS/CNPq) e Núcleo Sinergia: Subjetividades, turismo, natureza e cultura (CNPq), Pesquisadora do INCT-PPED/CNPq e Bolsista de Produtividade CNPq

² Doutor em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, Membro dos Grupos de Pesquisa Governança, Ambiente, Políticas Públicas, Inclusão e Sustentabilidade (GAPIS/CNPq) e Núcleo Sinergia: Subjetividades, turismo, natureza e cultura (CNPq).

³ Para a IUCN (1991), *área protegida* corresponde a “uma área dedicada primariamente à proteção e usufruto do patrimônio natural ou cultural, ou manutenção da biodiversidade e/ou serviços de apoio à manutenção da vida ecológica”. E esse representa o mecanismo mais universalmente adotado para a conservação de ecossistemas naturais, na articulação com o patrimônio cultural.

⁴ Nem todas as unidades de conservação brasileiras estão registradas no *World Data Base of Protected Areas*. As *Terras Indígenas* e/ou territórios de povos quilombolas, em geral, não são claramente computadas nessas bases de dados, em função de problemas conceituais e questões jurídicas pendentes e/ou de sobreposições com demais áreas protegidas.

atualmente estão registradas 2.146 áreas protegidas, totalizando uma extensão de 1.623.029 Km² (MINISTÉRIO DE MEIO AMBIENTE, 2018). Esses dados traduzem a potencialidade turística subjacente e o que as áreas protegidas podem significar para o país, nos próximos anos, em termos de desenvolvimento do turismo, em bases sustentáveis. Porém, o desenvolvimento de estratégias dirigidas ao uso turístico em UCs não pode prescindir de uma análise profunda sobre os inúmeros obstáculos a serem superados, de ordem conceitual e metodológica mas, também, relacionados às ideologias em jogo e à multiplicidade de percepções sobre a natureza, nas arenas sociais e no âmbito da formulação e implementação de políticas públicas. Isso porque o maior paradoxo, em um exercício de projeção de cenários, com o objetivo de se pensar o turismo em UCs é que, apesar de sua condição de megadiversidade biológica e de uma pulsante sociodiversidade, o Brasil ocupa uma posição ainda periférica com relação ao desenvolvimento turístico global. Mas, apesar disso, o *Fórum Econômico Mundial*⁵, (WEF, 2017) coloca o Brasil como o primeiro país do *ranking*, no quesito recursos naturais, o oitavo em recursos culturais, em um sistema de avaliação envolvendo 136 países, e ainda o primeiro em competitividade na América do Sul e o 27º no ranking global. Contudo, são também inúmeros os obstáculos a serem superados nos próximos anos para que o país possa aprimorar a sua posição no ranking global do turismo.

E, embora o potencial do país seja reconhecido internacionalmente, parece evidente que as políticas públicas de turismo não têm sido capazes de traduzi-lo em ações dirigidas à proteção, à cultura e ao desenvolvimento regional, sendo esse constituído de um real problema a ser enfrentado em planejamento turístico.

Vale mencionar que, especificamente em relação às UCs, já em 2006, no documento *Diretrizes de Visitação em UCs* (MMA, 2006) já se reafirmava a importância da riqueza dos biomas brasileiros e da diversidade cultural do país e, se reconhecia a tendência ao aumento expressivo da visitação a essas APs, de 10 a 30% ao ano, enfatizando a necessidade de um planejamento cuidadoso, com este enfoque. Mas, da mesma forma, mencionava-se a necessidade de salvaguardas para o processo e para que o turismo nessas áreas pudesse, efetivamente, funcionar como uma ferramenta para a sensibilização da sociedade sobre a importância da conservação da biodiversidade e como um vetor de desenvolvimento local e regional. Porém, o desafio, neste caso, consiste em assegurar que este seja desenvolvido de maneira tal que não interfira, negativamente, na manutenção dos processos ecológicos e que possa assegurar e valorizar a diversidade sociocultural e os conhecimentos tradicionais.

Com base nesses antecedentes, a presente pesquisa objetivou interpretar, preliminarmente, o contexto e os desafios para o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas no Brasil, à luz das narrativas do *Plano Nacional de Turismo 2018-2022* e dos compromissos estabelecidos no âmbito da *Agenda 2030*⁶.

5 No documento *Travel and Tourism Competitiveness Report 2017*

6 Esse resumo representa a continuidade de análises anteriores apresentadas e discutidas em IRVING, 2014, 2018a e 2018b; LIMA e IRVING, 2018.

METODOLOGIA

A pesquisa, de cunho qualitativo, se baseou em levantamento e análise bibliográficos sobre o tema em foco, complementados por uma análise aprofundada e entrecruzada de alguns documentos de referência nas políticas setoriais de proteção da natureza e turismo⁷. Nesse exercício se buscou apreender como o turismo é decodificado pelas narrativas de políticas públicas de proteção da natureza e como a temática de sustentabilidade (nela expresso o compromisso de conservação da biodiversidade/áreas protegidas) se traduz na atual política de turismo. Buscou-se, ainda, interpretar os desafios para o desenvolvimento do turismo em áreas protegidas, à luz de compromissos pactuados, no âmbito da *Agenda 2030*.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Em março de 2018 foi lançado, no Brasil, o *Plano Nacional de Turismo 2018-2022: Mais emprego e renda para o Brasil* (MTUR, 2018). Esse recente dispositivo estabeleceu diretrizes e estratégias para o desenvolvimento turístico no país, tendo como um dos objetivos principais o ordenamento de “ações do setor público orientando o esforço do Estado e, a utilização dos recursos públicos para o desenvolvimento do turismo” (MTUR, 2018). Para atingir esse objetivo, foram estabelecidas quatro metas globais⁸ para o turismo no Brasil e quatro diretrizes que visam o fortalecimento do processo de regionalização, a melhoria da qualidade e competitividade do setor, o incentivo à inovação e a promoção da sustentabilidade.

Por promoção da sustentabilidade, o texto oficial entende a necessidade de ampliar o debate sobre o desenvolvimento e a promoção de um turismo mais sustentável que venha a gerar transformação no setor e, assim, contribuir para “a sustentabilidade no turismo, respeitando todos os seus aspectos” (MTUR, 2018), preservando não apenas os recursos naturais, mas também os recursos culturais e a integridade das populações (local e/ou tradicionais) visitadas.

Para subsidiar o alcance dessa diretriz, cinco linhas estratégicas foram estabelecidas para serem implementadas entre a União, os Estados, o Distrito Federal, as regiões turísticas e os municípios envolvidos. Assim, ao final de quatro anos, espera-se que o setor se destaque como um dos principais para a geração de emprego e renda no país. Entretanto, somente esse tipo de encaminhamento não parece suficiente para que o setor possa se desenvolver de maneira sustentável, segundo os compromissos estabelecidos no âmbito da *Agenda 2030*. Para tal, seria necessário que a renda gerada, não estivesse concentrada em poucas regiões turísticas ou que beneficiasse apenas o *trade* turístico. Além disso, seria essencial que fossem ampliadas as possibilidades de qualificação e capacitação de recursos humanos, em todo o país, redistribuindo também as oportunidades de geração de

⁷ Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo (EMBRATUR/IBAMA, 1994), Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000 e 2002) e o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (BRASIL, 2006), na articulação com o Plano Nacional de Turismo 2018-2022 (MTUR, 2018).

⁸ Meta 1: aumentar a entrada anual de turistas estrangeiros de 6,5 para 12 milhões; Meta 2: aumentar a receita gerada pelos visitantes internacionais de US\$ 6,5 para US\$ 19 bilhões; Meta 3: ampliar de 60 para 100 milhões o número de brasileiros viajando pelo país; Meta 4: ampliar de 7 para 9 milhões o número de empregos no turismo (MTUR, 2018).

novos postos de trabalho, abrangendo, para tal, as esferas do governo nos planos federal, estadual e municipal, como também a iniciativa privada e o terceiro setor.

Vale também enfatizar, nessa análise, que a efetividade das ações previstas no atual *PNT 2018-2022* depende de um contexto de estabilidade política e de garantia de continuidade, no plano institucional. Este, porém, não parece ser o caso da conjuntura política dos últimos anos.

Evidentemente não se pretende aqui definir caminhos capazes de equacionar todos os problemas para o desenvolvimento turístico do país, mas a intenção, nesse caso, é contribuir para que se possa delinear, preliminarmente, algumas salvaguardas que possam orientar novas narrativas de políticas públicas nos próximos anos. Com esse direcionamento, algumas questões centrais devem ser abordadas em políticas públicas, em uma perspectiva de planejamento turístico dirigido às áreas protegidas, a médio e longo prazos, tendo em vista a complexa projeção de cenários e o contexto político, à luz da *Agenda 2030* ou dos *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável*, e essas serão discutidas e analisadas no presente ensaio.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. *Decreto nº 5.758* de 13 de abril de 2006, que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas, Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2006.

_____. *Decreto nº 4.340* de 23 de agosto de 2002, que regulamenta os artigos da Lei Nº. 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC, Brasília, 2002.

_____. *Lei Nº 9.985*, de 18 de julho de 2000. Regulamenta o art. 225, parágrafo 1º, incisos I, II, III, VII da Constituição Federal, e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências, Brasília, 2000.

EMBRATUR/IBAMA. *Diretrizes para uma política nacional de ecoturismo*. Brasília, 1994.

IRVING, M. A. Resignificando el turismo contemporâneo: Una via potencial para el religare entre naturaleza y cultura? In: SANTOS, X.M; LOPEZ, L. *Turismo rural y de naturaleza: una Mirada al mundo*. Madrid: Editorial Sintesis, 2018a. p. 49-72.

_____. (Eco) turismo e áreas protegidas? Paradoxos, idiosincrasias e potencialidades no caso brasileiro. In: IRVING, M.A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M.G. (Orgs.) *Turismo: ressignificando sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2018b. p. 215-272.

_____. Turismo, áreas protegidas e inclusão social: uma triangulação necessária em planejamento, no caso brasileiro. In: IRVING, M. A.; RODRIGUES, C. O. G; RABINOVICI, A.; COSTA, H. A. (Orgs.). *Turismo, áreas protegidas e inclusão social: diálogos entre saberes e fazeres*. Rio de Janeiro: Folio Digital/Letra Imagem, 2014. p. 41-69.

IUCN, INTERNACIONAL UNION FOR THE CONSERVATION OF THE NATURE AND NATURAL RESOURCES. *Caring for the earth: a strategy for sustainable living*. 1991.

LIMA, M. A. G.; IRVING, M. A. Políticas públicas de turismo no Brasil: entre potencialidades, desafios e incertezas. In: IRVING, M.A.; AZEVEDO, J.; LIMA, M.G. (Orgs.) *Turismo: ressignificando sustentabilidade*. Rio de Janeiro: Folio Digital, 2018. p. 181-214.

MTUR, MINISTERIO do TURISMO. *Plano Nacional de Turismo 2018/2022: Mais emprego e Renda para o Brasil*. Brasília. 2018.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. *Cadastro Nacional de Unidades de Conservação*. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/cadastro_uc>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. *Diretrizes para visitação em Unidades de Conservação*. Brasília: MMA, 2006.

UNITED NATIONS. *Transforming our world: The 2030 Agenda for sustainable development*. Paris: UN. 2015. [A/RES/70/1. 2015.]. Disponível em: <<https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/21252030%20Agenda%20for%20Sustainable%20Development%20web.pdf>>. Acesso em: 12 jul 2019.

_____. *Convention sur la diversité biologique* signée le 5 juin 1992 à Rio de Janeiro. Recueil des Traités des Nations Unies, vol. 1760, Numéro de l'enregistrement: 30619. 1992.

UNEP, UNITED NATIONS ENVIRONMENTAL PROGRAMME. *Protected Planet Report 2015*. Cambridge (UK): UNEP World Conservation Monitoring, 2016.

WEF, WORLD ECONOMIC FORUM. *Travel and Tourism Competitiveness Report 2017*. Genève: WEF, 2017.

UMA IDENTIDADE CHAMADA PREGOR: Os pregões de São Luís, uma prática que se perdeu no tempo.

Concilene Régia Nascimento Campos de Carvalho¹

Jorinima Pinto Diniz²

Maria de Jesus Ferreira Santos³

INTRODUÇÃO

Os Pregoeiros tiveram grande importância na economia de São Luís no séc. XX, já que tinham a função de abastecer a cidade. Sua história ficou registrada nas obras de escritores de todo gênero. No entanto, muitas pessoas não tiveram a oportunidade de presenciar esses pregões entoados ao longo das ruas da cidade de São Luís. Segundo Bogéa; Vieira (1999, p. 15), “Mas não bastava para eles apenas retratar os tipos descritos com a simplicidade própria: transcreveram também a toada característica desses tipos, musicalizaram os “pregões”, deram-lhes mais vida.”.

Buscando identificar os fatores que contribuíram para a diminuição dos pregoeiros no cenário urbano e turístico de São Luís do Maranhão, o principal objetivo desse trabalho é compreender a forma de como os pregoeiros apresentavam suas mercadorias nas ruas, utilizando-se de rimas criativas e diversificadas, com uso da comunicação oral que além de anunciar à mercadoria, cantava o modo de viver, pois estes ao apresentarem seus produtos entoavam também à identidade do maranhense, de modo poético.

Atualmente, essa forma de comunicar os produtos e serviços pode ser mais comum aos vendedores de mingau de milho, de cuscuz, sorvete e frutas. É muito comum ouvir frases que ecoam nos becos, ruas e vielas de São Luís, na Rua Oswaldo Cruz, mais conhecida como Rua Grande - Centro, no bairro do João Paulo, nas praias, entre outros locais da cidade de São Luís. Os gritos dos pregoeiros podem ser ouvidos de longe, como: “mulher bonita não paga, mas também não leva”, ou ainda, “aproveita que não é sorteio, paga e leva”. Sem dúvida muitos já ouviram e viram estas figuras que se perpetuaram na cultura e história do Maranhão e que, ainda resistem em números menores. Ainda encontram-se estes pregões em quase toda a parte da cidade, agora mais modernos, pois a partir das mudanças que a sociedade impõe, estas figuras precisaram se transformar também, alguns utilizam microfones e alto-falantes para chamar a atenção dos clientes.

METODOLOGIA

Para a realização desse trabalho foi feita uma profunda pesquisa bibliográfica em livros relacionados aos costumes locais, bem como foi lido artigos e jornais com conteúdo

1 Graduada Curso de Turismo pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA e membro do grupo de pesquisa em patrimônio Cultural – GEPPAC da Universidade Federal do Maranhão – UFMA

2 Graduanda do curso de Turismo da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e membro do grupo de pesquisa em patrimônio cultural – GEPPEC da Universidade Federal do Maranhão – UFMA

3 Graduanda do curso de Licenciatura em Teatro da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e membro do grupo de pesquisa em patrimônio Cultural – GEPPEC da Universidade Federal do Maranhão - UFMA

direcionados a cultura e as relações interpessoais desenvolvidas principalmente durante o século XIX.

Utilizou-se também a observação de campo, onde envolveu entrevistas não estruturadas a fim de aferir se o costume ainda se mantém vivo.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A implantação do Código de Postura de 1842 da Cidade de São Luís do Maranhão, no período de franco progresso com a Companhia de Comércio, a elite ludovicense na tentativa de “civilizar” a cidade, valorizando o local onde residia, com a pretensão de garantir a ordem, o conforto e a segurança, promoveu uma segregação sócio espacial também no âmbito comercial, pois, determinar locais distantes da cidade para atividades que são típicas dos segmentos sociais mais humildes foi uma forma de estabelecer a divisão dos espaços e o controle da população pobre e negra.

Pode-se observar na atualidade que ao questionar os vendedores ambulantes, feirantes, ou camelôs sobre sua origem, a maioria deles não saberá responder. Pois, sua origem não está nesta presente na área do comércio, esta forma de chamar atenção para as mercadorias é uma prática que vem de outros tempos, basicamente oriundo do século XVIII, com os denominados pregoeiros.

Os pregoeiros surgem em São Luís justamente com o final da escravidão, com a decadência das grandes economias vividas outrora pelo Maranhão, quando os ciclos da cana-de-açúcar e do algodão foram se acabando, gerando problemas para o sustento da população, sobretudo dos antigos escravos, pois é sabido que a função de pregoeiros era desenvolvida por escravos, ou ex - escravos. (MEIRELES, 2001 apud, ARANHA, 2010, p. 65).

Segundo Aranha (2001), os pregoeiros, na sua maioria, apresentavam a “coisa” anunciada pelo nome afetado por pequena melodia, como convite para atrair os fregueses ou como forma de aviso de que aquela era a hora de sua passagem. Ao mesmo tempo em que comercializavam os produtos da terra, esses vendedores ambulantes tornavam-se parte da identidade maranhense, tendo sua figura, inúmeras vezes e por variados escritores, cantores e artistas plásticos, reproduzida em forma de versos, de música e de artesanato, o que demasiadamente encantava os turistas e ainda habita no imaginário das pessoas de mais idade, acostumados à cantoria quase diária nas portas de suas casas.

Atualmente esses vendedores ainda existem claro, muitos precisam ganhar o pão de cada dia, mas não com a mesma criatividade dos que apregoavam as vendas dos seus produtos antigamente, não exatamente pregoeiros. Embora sem os versos, vendedores fazem o que podem para conquistar clientela, seja nas ruas ou nas praias, essa figura vai onde o freguês está.

Na praia ainda vemos os vendedores com seus produtos nos ombros pendurados em armações de pau, mas nas ruas, isso foi substituído por carrinhos de mão e bicicletas. Consequências do crescimento da cidade, do clima, enfim, tradição e modernidade que andam juntas.

Dentro das políticas públicas culturais da secretaria de cultura do estado de preservação, memória e incentivo dessa atividade, existe uma exposição permanente na Casa de Cultura de Nhozinho de Miniaturização retratando os pregoeiros, aberta ao público. A SETUR municipal contempla no acervo do Museu da Gastronomia a importância histórica dessa figura na construção do comércio de rua da cidade. No projeto “Férias Culturais” o personagem do Pregoeiro aparece durante o roteiro no Centro Histórico.

CONCLUSÃO

Durante a pesquisa deste trabalho foi possível reconhecer a importância dos pregoeiros para a formação cultural da economia local em São Luís, no que podemos considerar os primeiros vendedores ambulantes, não da forma que existe na atualidade, pois, o modo peculiar de vender dos pregoeiros passou por várias transformações, para se adaptar a sociedade vigente. No entanto podemos identificar esta figura tão essencial na memória afetiva de uma parte da população ludovicense, pois existe o reconhecimento da existência dos pregoeiros e seu modo diferenciado de vender seus produtos.

Desta forma, a inclusão da educação patrimonial nas políticas públicas culturais do estado, como processo permanente e sistemático de trabalho educacional, centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, poderá ser mecanismo fundamental para sanar ou minimizar a falta de conscientização das comunidades sobre a importância da preservação desse bem cultural. Pode considerar que a figura do pregoeiro, foi se modificando com o passar do tempo, em decorrência da sociedade vigente e da globalização, mas não foi extinta totalmente, apenas se adaptou aos modos de vida, de forma híbrida, mais com a essência de um passado que foi apenas reformulado. Constatou-se que sorveteiros, vendedores de pirulitos e os vários ambulantes ainda fazem dessa prática seu cotidiano de trabalho e sustento, logo, tal atividade faz parte da vida do ludovicense.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Marize Barros Rocha. **Do pregoeiro ao camelô: a construção dos gêneros pregão tradicional pregão pós-moderno**. 2010. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Faculdade de Ciências e Letras-UNESP/Araraquara, Araraquara, 2010.

BAUMAN, Zygmunt. **Globalização: as consequências humanas**. Tradução: Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999. 145 p. Título original: *Globalization: the human consequences*. ISBN 85-7110-495-6.

BOGÉA, Lopes; VIEIRA, Antônio. **Pregões de São Luís**. São Luís: Funcma, 1999.

CANCLINI, Néstor García. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

CHUVA, Márcia; NOGUEIRA, Antônio Gilberto Ramos. **Patrimônio cultural: políticas e perspectivas de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 2012.

COSTA, Flávia Roberta. **Turismo e patrimônio cultural: interpretação e qualificação**.

São Paulo: Editora Sesc SP, 2009.

CUNHA, Patrícia. **Os pregoeiros de São Luís**: personagens da cidade. Disponível em: <https://oimparcial.com.br/cidades/2016/09/pregoeiros-de-sao-luis-personagens-dacidade>.

Acesso em: 20 abr. 2018.

DAMATTA, Roberto (Org.). **Profissões industriais na vida brasileira ontem, hoje e amanhã**. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2003.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução: Bernardo Leitão... [et al.]. Campinas: UNICAMP, 1990.

MOREIRA, Carlos Eduardo. *et al.* **Cidades negras**: africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX. São Paulo: Alameda, 2006.

ROLIM, Claudiomar Matias Filho. **Formação Econômica do Maranhão**: de Província próspera a estado mais pobre da federação. O que deu tão errado?. 2016. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Universidade de Brasília, DF, Brasília, 2016.

SOARES, Luiz Carlos. **O escravo de ganho no Rio de Janeiro no século XIX**. Universidade Federal Fluminense.

IDENTIDADE E PATRIMÔNIO CULTURAL NOS TERRITÓRIOS DE FESTA.

Dilma Oliveira da Silva¹

Na maioria das vezes temos a tendência de associar o patrimônio somente ao patrimônio material, ligado a riqueza, que são herdados ou que possuem algum valor afetivo ou nas construções que ficam visíveis nos centros históricos das cidades. Porém, patrimônio não se limita apenas sentido de herança material. Está presente, também, nos bens imateriais produzidos por nossos antepassados, que resultam em experiências, fazeres e saberes e memórias, coletivas ou individuais. Essas heranças culturais adquiridas podem fornecer informações significativas acerca da história de um lugar e do passado de cada grupo social ou das sociedades. Logo acabam por contribuir na formação da identidade das pessoas e dos grupos, desenvolvendo assim uma ligação entre o indivíduo e suas raízes. Em vista disso, a preservação do patrimônio torna-se fundamental no que diz respeito ao desenvolvimento cultural de um povo, uma vez que reflete em sua formação sociocultural.

O Iphan (2012), considera como patrimônio cultural de um povo o conjunto dos saberes, fazeres, expressões, práticas e seus produtos, que remetem à história, à memória e à identidade desse povo. A preservação do patrimônio cultural significa, principalmente, cuidar dos bens aos quais esses valores são associados, ou seja, cuidar de bens representativos da história e da cultura de um lugar, de um grupo social, que pode, (ou, mais raramente não) ocupar um determinado território.

A partir dessa perspectiva e da importância do patrimônio para as dinâmicas territoriais, no presente estudo promoveremos uma reflexão das interfaces estabelecidas entre identidade e patrimônio cultural nos territórios construídos pela festa. Isto é, como são constituídos a identidade e o patrimônio nas festividades religiosas na Amazônia paraense. Buscaremos então, a partir dessa reflexão, entender como esse binômio (identidade e patrimônio) são expressos nas discussões geográficas contemporâneas que visam a valorização do patrimônio cultural. A partir dessas reflexões, objetivamos identificar quais as contribuições das manifestações culturais desenvolvidas pelas festas religiosas, na promoção das identidades locais e no reavivamento e ativação do patrimônio cultural imaterial. Para identificar como se constroem a identidade e o patrimônio nos territórios de festa, faremos um recorte para esse estudo analisando a festa da marujada, a qual destacaremos como uma das peculiaridades que contempla o patrimônio cultural imaterial da nossa Amazônia paraense, pois as festas históricas e religiosas são importantes para o desenvolvimento territorial e para a preservação dos patrimônios da cidade.

A marujada é uma festa de caráter religioso que se faz presente em algumas partes do Brasil,

¹ Doutoranda do Programa de Pós-Graduação - Doutorado em Geografia da Universidade Federal do Pará-UFGPA; Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Pará; Professora de Geografia da Educação Básica - SEDUC. Membro do Grupo de Pesquisa GGEOTUR/UFPA; E-mail de contato: dilmasilva@ymail.com

no nordeste do Pará, como Bragança, Tracuateua, Augusto Correa, Primavera, Quatipuru e Ananindeua com algumas características semelhantes e outras que as diferenciam. Com base nos rituais das danças, rezas e louvação aos santos, caracteriza-se como uma dança de cunho religioso, formada por homens e mulheres, chamados de marujos e marujas, que dançam em louvor ao Santo (São Benedito).

Por meio dessa manifestação cultural chamamos atenção para uma análise do patrimônio cultural no sentido de r(e)significar o patrimônio e sua relação com o desenvolvimento territorial na perspectiva de uma epistemologia geográfica onde os vínculos e relações sociais e territoriais possam ser visíveis, para torna-se presente nas estratégias sociais e territoriais das cidades por meio dos territórios patrimonializados.

Por isso, as manifestações representadas a partir das culturas em seus territórios fortalecem e dão importâncias à relação das pessoas com suas heranças culturais e territoriais. Dessa forma, as discussões em torno da categoria identidade e patrimônio cultural assumem uma principal função nas dinâmicas territoriais na tentativa de um reconhecimento das vivências coletivas que envolvam as diferentes faces da vida social, isto é, a ativação do patrimônio de diversas comunidades humanas, dentre elas a da marujada

Para fazermos uma análise da identidade e patrimônio cultural nos territórios de festa serão necessários aportes teóricos como Milton Santos (2017) na perspectiva de compreender o espaço geográfico como sinônimo de “território usado” e como uma mediação entre o mundo e a sociedade nacional e local, assumido como um conceito indispensável para a compreensão do funcionamento do mundo presente; Paul Claval (1999) e Corrêa (2009) para nos auxiliar sobre o surgimento da geografia cultural e sua abertura para novos temas; Rosendahl (1999) para tratarmos da importância das manifestações culturais no espaço; Rogério Haesbaert (1999) para analisarmos o território concebido por diferentes dimensões e relações sociais, bem como para compreendermos como as identidades podem se formar nos diferentes territórios; Everaldo Costa (2015) dialogando sobre uma nova teoria e sua relação com a empiria reveladoras de um planejamento territorial para o “empoderamento dos bens culturais pela população local”, assim como reconhecer o processo da ativação de um patrimônio (territorial) popular e Tavares (2016) para identificar o espaço patrimonial produzido a partir das relações sociais entre os diversos agentes envolvidos nos processos que transformam os espaços da cultura em espaços do patrimônio cultural, dentre outros que serão necessários para a proposta.

Para dar conta desse estudo necessitaremos de uma metodologia que sustente a análise dessa manifestação cultural na sua essência, sem perder de vista o seu processo histórico espacial/temporal e o significado dela para os seus sujeitos, por isso teremos a preocupação de seguir os princípios da abordagem qualitativa por acreditarmos a qual trabalha com o sentido e o significado, nos mais variados universos. Bem como, adotamos nesse estudo uma revisão bibliográfica dos referências que se alinharam na discussão proposta neste artigo; entrevistas e diálogos para compreender e analisar como se constituem a identidade e o patrimônio no referido território da marujada. Delimitando nossa trajetória

metodológica, fizemos uso de entrevistas e de escuta com 8 (oito)marujos e marujas. Nosso critério de escolha se deu pela disponibilidade dos mesmos e pelas anos de vivências que os mesmos possuem no grupo. Nessa escuta nos propusemos a entender o significado da festa da marujada para os sujeitos, bem como o que eles entendiam por patrimônio; e quais vivências tal tradição rememorava aos sujeitos. Dessa forma pudemos analisar que a festa da marujada é uma manifestação cultural religiosa que resiste por se manter ativada popularmente em seu território, uma vez que abarca um conjunto de práticas sociais contemplados por um simbolismo religioso. Ela representa o lugar da memória, da identidade, da tradição e da cultura e assume uma função social no fortalecimento do sentimento de pertencimento ao lugar (que pode ser o lugar do sagrado) e na edificação das relações afetivas e de cidadania.

REFERÊNCIAS

- CORRÊA, Roberto Lobato. Geografia Cultural: passado e futuro – uma introdução. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny- (Organizadores). **MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NO ESPAÇO**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999
- COSTA, Everaldo Batista da. **Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana – totalidade – mundo**. São Paulo: humanitas, FAPESP, 2015. 480p.
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). **Patrimônio Cultural Imaterial : para saber mais / Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ; texto e revisão de, Natália Guerra Brayner. -- 3. ed. -- Brasília, DF : Iphan, 2012. In: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/cartilha_1_parasabermais_web.pdf**
- Claval, Paul. Etnogeografias – Conclusões. In: <file:///C:/Users/Dilma%20Oliveira/Downloads/6995-24813-1-SM.pdf>
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica, tempo, razão e emoção**. 4ª ed. Reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/EDUSP, 2017.
- SILVA, José Borzacchiello da. **É geografia, é Paul Claval. / José Borzacchiello da Silva...**
[et al.]; Org Maria Geralda de Almeida, Tadeu Alencar Arrais. – Goiânia : FUNAPE, 2013.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades Territoriais. CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny- (Organizadores). **MANIFESTAÇÃO DA CULTURA NO ESPAÇO**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999.

TERRITORIALIDADES NA TURISTIFICAÇÃO E PATRIMONIALIZAÇÃO DO CÍRIO DE NAZARÉ EM BELÉM-PA- BRASIL

Débora Rodrigues de Oliveira Serra¹

Elcivânia Barreto²

Alessandra da Silva Lobato³

INTRODUÇÃO

A devoção a Nossa Senhora de Nazaré chegou ao Brasil por meio dos colonos portugueses e, a Belém, no início do século XVIII, provavelmente por influência do município de Vigia, onde há relatos da realização de romarias e novenas no final do século XVII (DUBOIS, 1953). O Círio de Nazaré é realizado na capital paraense desde 1793, fruto da busca do Estado e da Igreja pelo controle de uma devoção popular (IPHAN, 2006). Em seus mais de duzentos anos, ele passou por diversas transformações para atender a interesses de seus agentes, o que, todavia, ocasionou diversos conflitos, especialmente no que se refere contraposição entre as práticas do catolicismo popular, comuns na Amazônia, e as do catolicismo oficial. (PANTOJA, 2018). A festividade adquiriu expressão nacional e internacional, sendo considerada uma das maiores manifestações católicas do mundo. Sua expansão está relacionada a sua turistificação, ocorrida a partir de meados do século XX, que a tornou cada vez mais expressiva e contribuiu para a sua transformação em um complexo de eventos cujos elementos, religiosos e não religiosos, foram patrimonializados nacionalmente em 2004, mundialmente, em 2013, e, localmente, em 2015. Diversos agentes atuam nos processos de turistificação e patrimonialização do Círio, os quais representam, sobretudo, a Igreja, o mercado e o Estado, esse último se destacando entre os demais por seu poder decisório, que, a partir de políticas públicas, cria condições e estabelece normas e leis que afetam os demais agentes. Ressalta-se que tais processos interferem no espaço produzido por essa festividade, inclusive no que se refere a estratégias de controle de área, abordadas por Sack (1986) como territorialidade, o que suscita questionamentos como: quais agentes podem ser considerados hegemônicos nesses processos? Quais os interesses desses agentes? Quais das suas estratégias para manterem sua hegemonia envolvem o controle de área? Assim, o presente artigo visa abordar as territorialidades na turistificação e patrimonialização do Círio de Nazaré em Belém, capital do estado do Pará, localizado na Amazônia brasileira, tendo como

1 Turismóloga, Mestre em Geografia e Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo da UFPA. Técnica da Secretaria de Estado de Turismo. E-mail: debserra1980@hotmail.com

2 Turismóloga, Geógrafa, Mestre em Geografia e Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo. Professora da Secretaria de Educação do Estado do Pará. E-mail: vaniabarreto21@gmail.com

3 Geógrafa, Mestre em Geografia e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Federal do Pará. Integrante do Grupo de Pesquisa de Geografia do Turismo da UFPA. Professora da Secretaria de Educação do Estado do Pará. E-mail: alessandrageo19@yahoo.com.br

objetivos específicos: identificar os seus agentes hegemônicos, analisar os interesses desses agentes e reconhecer as territorialidades relacionadas ao atendimento de tais interesses.

METODOLOGIA

Para a concretização dos objetivos elencados para o presente estudo, utilizou-se como procedimentos metodológicos o levantamento bibliográfico e documental acerca da história dessa festividade e suas transformações e de um embasamento teórico e empírico dos processos de turistificação e patrimonialização e sua relação com a produção de territorialidades. No que se refere ao levantamento bibliográfico, dentre os autores pesquisados destacam-se Sack (1986), abordando a territorialidade humana; Lefebvre (2013), tratando do espaço com um produto social; Fratucci (2008), refletindo sobre a turistificação do espaço; Paes (2009), trazendo uma abordagem geográfica sobre o patrimônio, e IPHAN (2006), dossiê elaborado para fins de patrimonialização da referida festividade. A análise documental utilizou, principalmente, matérias de jornais e sites de instituições como a Câmara Municipal de Belém. Realizou-se, ainda, entrevistas com representantes de agentes dos referidos processos, tais como a Igreja, o Estado e algumas manifestações culturais.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como resultados, observam-se efeitos básicos apontados por Sack (1986) nas estratégias de controle de área utilizadas pelos agentes da turistificação do Círio de Nazaré, a exemplo da construção, pelo poder público, de arquibancadas, desde a década de 1970, para se assistir às procissões como espetáculos; da instituição, pela Igreja, do núcleo da berlinda nas procissões, que classifica por área quem faz parte do clero; da criação da área delimitada na festa da Chiquita, onde os organizadores oferecem mais segurança aos participantes. Em relação aos efeitos secundários, observam-se, por exemplo, o reavivamento do poder, quando os fiéis, estando nos espaços considerados sagrados, sentem-se compelidos a se doarem para o sucesso da festividade; a criação de mais territorialidades com o aumento do número de romarias e eventos religiosos e profanos ligados ao Círio; o território parecendo ser o controlador, quando os participantes se vestem ou se comportam de certo modo por estarem em espaços sagrados, e, por fim, a ideia de espaço esvaziável nas transformações da atual Praça Santuário. A patrimonialização realizada pelo IPHAN, órgão do governo federal, e pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, tem garantido a manutenção de territorialidades, como no caso da Festa da Chiquita, ao passo que, em nível municipal, a maioria dos elementos tidos como profanos foram desconsiderados, o que pode contribuir para a redução da pluralidade dessa festividade.

REFERÊNCIAS

- DUBOIS, F. **A devoção à Virgem de Nazaré, em Belém do Pará**. Belém, 1953.
- FRATUCCI, A. C. **A Dimensão Espacial nas Políticas Públicas Brasileiras de Turismo: as possibilidades das redes regionais de turismo**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2008.
- IPHAN. **Círio de Nazaré – Dossiê**. Volume I. Rio de Janeiro: IPHAN, 2006.
- LEFEBVRE, H. **La Producción del Espacio**. Madrid: Capitan Swing, 2013.
- PAES, M. T. D. Patrimônio cultural, turismo e identidades territoriais um olhar geográfico. In: BARTHOLO, R.; BURSZTYN, I.; SANSOLO, D. (Org.). **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.
- PANTOJA, V. Geopolítica do sagrado: o Círio de Nazaré em Belém e suas definições, um campo de conflitos. **Novos Cadernos NAEA** v. 21, n. 2, p. 115-128, maio-ago 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/4921>. Acesso em: 03 fev. 2019.
- SACK, R. D. **Human territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press. 1986. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/122069571/Sack-Robert-David-Territorialidade-Humana-sua-teoria-e-historia>. Acesso em: 07 fev. 2019.

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA DA FARINHA DE BRAGANÇA - PARÁ - BRASIL: Oportunidade ou ameaça para as comunidades envolvidas?

Ana Priscila Farias¹, Brasil

INTRODUÇÃO

Regionalmente reconhecida pelos consumidores da região como a melhor farinha de mandioca do Estado do Pará e motivo de orgulho do povo bragantino, a Farinha de Bragança atualmente está passando por etapas de reconhecimento de origem que visam “legitimar”, por meio de processo de Indicação Geográfica (IG) protocolizado junto ao Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) no dia 05/01/2019, que a farinha de mandioca de Bragança é um produto original e único, e que merece o selo de reconhecimento de origem.

A busca pelo reconhecimento de origem de produtos da gastronomia paraense, por meio de Indicações Geográficas (IG's), está em evidência no Estado do Pará há alguns anos e protagoniza discursos e discussões em eventos da área do Turismo organizados pelo Estado ou por instituições parceiras que cooperam com pensamentos alinhados sobre os assuntos que permeiam as IG's.

Diante do cenário que hoje se apresenta, é preciso analisá-lo com outra lente tomando como base discussões que levam em consideração aspectos antes silenciados. É preciso pensar sobre IG e o produto Farinha de Bragança com profundidade, a partir do olhar da geografia, por exemplo, e não somente pela ótica dos impactos positivos que esta relação ainda desconhecida para o Pará pode gerar para o lugar.

Antes de discutir motivações ou ambições que impulsionam a busca do reconhecimento de origem de um produto, cabe ressaltar que o processo é demorado e exige investimento financeiro e tempo de trabalho. Então, a quem realmente interessa o selo de origem?

Convém considerar que o consumo de produtos de origem, é motivado por várias questões, como modismo, curiosidade, busca por interação cultural, mas também pode ser impulsionado pela mercantilização da cultura, considerando que o mercado estimula o consumo de produtos locais, seja por influência do turismo, dentro de um processo recorrente de apoio à comercialização ou da incitação do consumo, que faz parte do processo de reprodução do capital.

Assim, este trabalho discute teoricamente as indicações geográficas, comunidades, cultura, turismo e políticas públicas, correlacionando com o processo de reprodução do capital, interesse do mercado que estimula o consumo de produtos e o turismo.

É preciso analisar as IG's pelo prisma das relações de poder que estão presentes nos territórios. Nesse sentido, Raffestin (1993, p. 50) diz que a construção do território revela relações marcadas pelo poder, ou seja, uma IG é exatamente isso: um território que está sendo “construído” por meio do poder exercido por pessoas ou grupos.

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia Humana, da Universidade de São Paulo (USP) e Docente do Instituto Federal do Pará (IFPA) – Campus Belém.

As indicações geográficas não podem ser vistas somente como um divisor de águas entre a estagnação e a prosperidade de/para um determinado território. Não podem ser pensadas como ação única capaz de “salvar” o município envolvido na IG de crises econômicas ou sociais. Representam muito mais. Representam cultura, ancestralidade, sentimentos de pertencimento, resistência, hábitos e costumes de um povo.

O presente trabalho apresenta a seguinte problemática: O processo de reconhecimento de origem da Farinha de Bragança, por meio de Indicação Geográfica, representa uma oportunidade ou ameaça para as comunidades que produzem e culturalmente consomem esse alimento tradicional? Para responder o questionamento central da pesquisa, tem-se como objetivos: investigar se houve movimento endógeno partindo das comunidades que consomem e produzem a Farinha de Bragança para a busca do reconhecimento de origem do produto; analisar quais oportunidades poderão surgir durante o processo e quais benefícios serão dispensados para as comunidades; investigar quais ameaças esse processo de busca de reconhecimento podem ser desencadeadas e quais possíveis malefícios poderão afetar as comunidades.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos utilizados neste trabalho apoiaram-se nas pesquisas bibliográfica e documental para dar o embasamento teórico necessário para a construção do pensamento crítico, contatos por e-mails com técnicos do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e da Secretaria de Turismo (SETUR), diálogos informais também compuseram o método de pesquisa para estimular questionamentos e até elucidar alguns pontos, 05 (cinco) entrevistas semiestruturadas com agentes envolvidos no processo e a realização de uma viagem de trabalho de campo na Região Bragantina (Augusto Corrêa, Bragança e Tracuateua) que engloba os municípios que produzem farinha de mandioca, para a aplicação das entrevistas e observação direta de elementos e situações que podem ajudar a comprovar a empiria presente nesta pesquisa.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os resultados preliminares baseados nas leituras das teorias, bem como de análise de dados e documentos, diálogos com os agentes envolvidos no processo de Indicação Geográfica da Farinha de Bragança, apontam e sugerem que existem contradições no que diz respeito ao protagonismo e movimentos endógenos nas comunidades.

A hipótese de que a relação ainda fragilizada entre os atores envolvidos sugere que ainda há muito a ser ajustado no contexto da IG da Farinha de Bragança e que as oportunidades apontadas durante a pesquisa revelam muito mais reflexos da influência do capital e suas efetivações, do que comunidades produtoras que futuramente sejam realmente beneficiadas. As perspectivas positivas com a concessão do selo de origem estão mais relacionadas a empresas e empreendedores com as oportunidades de negócios que surgirão.

Nessa direção, percebe-se que as comunidades que tradicionalmente produzem e mantem uma relação identitária com a Farinha de Bragança ainda não sabem exatamente o que significa uma

Indicação Geográfica, nem que benefícios podem usufruir e muito menos quais adequações na produção, embalagem, estocagem e comercialização a concessão do selo de origem pode implicar.

Percebeu-se de forma inicialmente evidente durante a pesquisa que a motivação primordial do Estado com o apoio a IG não é proteger a cultura alimentar da região de Bragança, mas sim alinhar e fortalecer uma rede que se beneficiará direta e indiretamente com a prosperidade da mercantilização da cultura.

É importante destacar que as comunidades devem protagonizar as solicitações de pedidos de reconhecimento de origem, uma vez que são elas as detentoras do saber, que geralmente é repassado de geração em geração, reforçando a tradição dos produtos artesanais. Nesse sentido, entende-se que os processos deveriam permear a ideia de um desenvolvimento local (endógeno), que decorre, quase sempre, de um ambiente político e social favorável, expressado por uma mobilização, convergência importante dos atores sociais com as prioridades de desenvolvimento. Por isso, o desenvolvimento local, depende da capacidade dos atores e sociedades locais, se estruturarem e se mobilizarem, com base nas suas prioridades e especificidades (BUARQUE, 2008, p. 25 e 26).

Dentre as ameaças percebidas durante a pesquisa, destacam-se que o protagonismo dos produtores da farinha de mandioca de Bragança ainda é frágil em um cenário em que os mesmos deveriam ser os indutores do processo. Além disso, há o receio de alterações no modo de fazer do produto que há gerações é preparado, embalado e distribuído de maneira tradicional. Nesse sentido, questiona-se: será que após a concessão do selo de reconhecimento de origem e das regulamentações provenientes dessa conquista, não haverá alteração cultural no preparo e até no sabor da farinha, considerando que padronização nas etapas de fabricação e logística será exigida?

Para finalizar, entende-se que buscar compreender mais profundamente todas as questões que envolvem os processos de indicações geográficas no Pará, particularmente do produto Farinha de Bragança, é ter responsabilidade com a ciência e com a crítica, e não somente mostrar os benefícios que a relação entre indicações geográficas, gastronomia e turismo pode desencadear para a região de Bragança.

REFERÊNCIAS

- BUARQUE, Sérgio. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008. 4 ed.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.
- ROCHA FILHO, Sylvio do Amaral. **Indicações Geográficas: a proteção do patrimônio cultural e sua diversidade**. São Paulo: Almedina, 2017.

VLT - VEÍCULO LEVE SOBRE TRILHOS NO PROJETO PORTO MARAVILHA: Alternativa socialmente sustentável?

Bianca Teixeira Moret Pacheco¹
Maria Cristina da Silva Schicchi²

INTRODUÇÃO

Este trabalho faz parte da pesquisa de mestrado realizada no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (POSURB-ARQ) na Pontifícia Universidade Católica de Campinas/SP (PUC-Campinas), iniciado em 2019, intitulado “Intervenções urbanas na área portuária para os Jogos Olímpicos de 2016: para qual cidade mesmo?”.

Os projetos de revitalização urbana, comuns nas principais cidades do mundo, são vistos como uma oportunidade de inserção das cidades no mercado competitivo global, através da atuação na imagem da cidade (Molina, 2014). Em muitos casos, a recuperação das antigas áreas centrais ou portuárias apoia-se na refuncionalização turística (Paes, 2017, p. 678).

Segundo Mesentier (2013, p. 70), as áreas urbanas de valor patrimonial são colocadas no foco de políticas públicas de reestruturação da metrópole, uma vez que o valor patrimonial é um potencial fator de atração de atividades produtivas, tais como as relacionadas ao turismo. Frequentemente, os bairros centrais se tornam lugares patrimoniais da cidade; segundo o autor, quando isso acontece, estes bairros são dotados de uma “qualidade especial do ambiente urbano” que se dá pelo valor patrimonial associado ao ambiente construído.

As intervenções urbanas realizadas na zona portuária do Rio de Janeiro, através do Projeto Porto Maravilha, no contexto da realização da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, se inserem nessa tendência de regeneração de centros urbanos, a qual tem como prioridade atrair capitais e investimentos, além de turistas nacionais e internacionais, eventos e mercadorias (Monié, 2015).

Ao se propor a hospedar os Jogos Olímpicos, a cidade sede precisa responder a uma série de exigências, sendo responsável por apresentar um padrão de qualidade em mobilidade urbana, segurança e conforto. Neste sentido, em 2009, a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, apoiada política e financeiramente pelos governos federal e estadual, e em parceria

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. O trabalho está sendo desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa Patrimônio, Políticas de Preservação e Gestão Cultural.

² Professora titular e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (Mestrado e Doutorado) e da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas. O trabalho está sendo desenvolvido junto ao Grupo de Pesquisa Patrimônio, Políticas de Preservação e Gestão Cultural. O grupo tem vários trabalhos que discutem patrimônio e turismo de cidades históricas, como Rio de Janeiro, Belém, Tiradentes, São Luiz do Paraitinga, Brotas e, em especial, as cidades da Região Metropolitana de Campinas. O grupo participa de projetos inter-institucionais como o Projeto Memória Ferroviária - Cultura do trabalho, o Grupo HUM 700 Patrimônio e Território de Sevilha e a Red de Investigación y Gestión de Paisajes Históricos de la Producción, também da Universidade de Sevilha (Espanha). Também coordenou de 2014 a 2018 o Projeto CAPES/MES/Cuba, sobre Cidade, Habitação e Patrimônio. Recentemente integrou-se ao coletivo de pesquisa sobre territórios periurbanos “Anticipation, temporalities and change – metropolitan space and social resilience”, com sede em Caen (França).

com o setor privado, viu a oportunidade de promover intervenções de regeneração urbana com vistas a uma refuncionalização turística da área.

Se a cultura guia a seleção do que tem valor para a sociedade (Paes, 2017, p. 678) e o patrimônio cultural reflete a memória de um grupo, bem como seus referenciais sociais, espaciais, histórico e existenciais (Cruz, 2012, p. 100), a seleção do patrimônio a ser valorizado é também a seleção da memória a ser exaltada.

O patrimônio cultural reflete as “marcas de distinção” que remetem a situações vividas por certo grupo social (Velo, 2006, p. 438). Desta forma, a refuncionalização turística deveria ser uma forma de evidenciar e valorizar as memórias ligadas ao território. A atividade turística, como premissa, deveria explorar as características identitárias e de tradições locais, para que a imagem turística construída seja compatível com a memória coletiva existente (Carvalho, 2015).

Como lembra Moura et. al (2006), a regeneração urbana não tem apenas o objetivo de recuperar certa área, dando a ela novos usos e criando equipamentos culturais, mas precisa intervir na melhoria da qualidade do ambiente urbano, das condições socioeconômicas ou no quadro de vida de um determinado território. Portanto, o processo de regeneração urbana se baseia, segundo Mendes (2013), em alguns pressupostos, tais quais a abrangência, a integração, a estratégia, a flexibilidade, o apoio em parcerias e a sustentabilidade.

No entanto, muitas das revitalizações com objetivo de refuncionalização turística seguem as premissas de uma estética globalizada e criada a partir dos ideais das classes dominantes, resultando em uma possível alteração da memória coletiva local. Dessa forma, a patrimonialização de um objeto reflete tanto sua valorização cultural por uma dada sociedade ou grupo social como também a valorização relacionada à atividade turística, tornando o patrimônio, muitas vezes, objetos de consumo turístico. (Cruz, 2012, p. 98).

Portanto, o patrimônio cultural deve ser entendido como um campo de lutas, no qual diversos agentes atuam na construção de um discurso que seleciona, se apropria de práticas e objetos e os expropria. (Velo, 2006, p. 438)

O Projeto Porto Maravilha possuía diversos eixos de atuação, entre eles infraestrutura, habitação, cultura e entretenimento, e comércio e indústria³. A implantação do Veículo Leve sobre Trilhos surge como alternativa sustentável de meio de transporte, se propondo a ser um veículo de uso turístico, conectando os equipamentos existentes e os implantados pelo projeto, além de fazer a ligação do centro à zona portuária, sendo, portanto, mais que um meio de transporte, um conector urbano.

Atualmente, o VLT possui duas linhas em funcionamento, a primeira com 20 estações e a segunda com 12, sendo que algumas pertencem às duas estações; ambas partem da estação Praia Formosa, indo em direção ao Aeroporto Santos Dumont e à Praça XV. Entre as questões abordadas na pesquisa, a problemática deste artigo se traduz na

3

Projeto Porto Maravilha. Disponível em: portomaravilha.com.br

busca por compreender qual papel o VLT cumpre na realização e no incentivo do turismo cultural na zona portuária do Rio de Janeiro, valorizando as memórias coletivas locais e a preservação do patrimônio.

O objetivo deste trabalho é identificar os efeitos da implantação do VLT e sua efetividade na costura dos equipamentos culturais e turísticos preexistentes e dos implantados com o projeto, tendo em vista que um de seus objetivos era incentivar o turismo e a preservação de valores culturais na área.

METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo, pretende-se estudar a formação e transformação da área portuária, para entender alguns de seus usos presentes; serão realizadas pesquisas de campo de cunho observacional, de modo a verificar os diferentes usos presentes no VLT, cujo percurso estende-se para além das áreas turísticas e adentra os bairros, e identificar a intensidade, a qualidade dos equipamentos culturais e turísticos, além dos novos decorrentes de sua inserção no território.

Será realizado o mapeamento dos principais equipamentos de interesse distribuídos ao longo da zona portuária, tendo como vetor as linhas 1 e 2 do VLT e seu entorno, em conjunto com a análise do Projeto Porto Maravilha, de modo a identificar os equipamentos culturais preexistentes e os implantados pelo projeto

Por fim, serão analisados alguns roteiros turísticos propostos para a área, tanto os oficiais quanto os propostos e organizados por coletivos e afins, de modo a verificar se o traçado do VLT cumpre o papel de vetor de conexão das atividades e dos equipamentos culturais e turísticos da área, tornando-se também um elemento de referência para as comunidades por ele conectadas. Nessa análise, também serão apontados os equipamentos mais explorados por cada roteiro, com maior poder de atração, e quais são mais valorizados pelos diversos agentes sociais que se apropriam do território. Será ao mesmo tempo oportunidade de verificar a desativação de várias funções e edificações propostas.

RESULTADOS PARCIAIS

A partir de uma análise preliminar do percurso do VLT, do caráter dos equipamentos encontrados e do roteiro turístico oferecido pelo site do Porto Maravilha até o momento⁴ - o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana, criado e promovido pelo Instituto dos Pretos Novos (IPN), em 2016 – foi possível constatar que nos 15 pontos de parada “cada um remente a uma dimensão da vida dos africanos e dos seus descendentes na Região Portuária”⁵. Todos os locais de parada se localizam próximos a estações do VLT, de forma que, nesse caso, é possível dizer que o veículo opera de forma a interligar os equipamentos culturais na área, além de promover a valorização da memória coletiva de um grupo social específico, tanto pelo Instituto de Pretos Novos quanto por parte do governo da cidade.

4 Disponível em: portomaravilha.com.br. Acesso em 05/09/2019

5 Disponível em: <http://pretosnovos.com.br/educativo/circuito-de-heranca-africana/>. Acesso em: 05/09/2019

Adotando-se o mesmo procedimento para a análise de outros roteiros propostos, estão sendo mapeados os equipamentos culturais mais significativos e valorizados por diferentes grupos sociais e coletivos, as memórias de cada um ainda presentes na área e se as paradas do VLT, além de propiciar o acesso, também nestes casos, funcionam como pontos de referência e interconexão entre eles.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa é parcialmente financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

- CARVALHO, F.R.T. (2015). Turismo e patrimônio cultural material. *Cultur*, 9(1), 143-159.
- CRUZ, R. (2012). Patrimonialização do patrimônio. Ensaio sobre a relação entre turismo “patrimônio cultural” e educação do espaço. *GEOUSP. Espaço e Tempo*, 31, 95-104.
- MENDES, L. (2013). A regeneração urbana na política de cidades: Inflexão entre o fordismo e o pósfordismo. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana*, v. 5, n. 1, pp. 33-45.
- MESSENTIER, L. M. (2013). Patrimônio e competição na metrópole contemporânea. *Fórum Patrimônio: Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável*, 1(1).
- MOLINA, F.S. (2014). A produção da “Cidade Olímpica” e o contexto do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais* v.16, nº2, p.63-79.
- MONIÉ, F.; SILVA, V. S. D. (2015). O projeto Porto Maravilha de revitalização da área portuária do Rio de Janeiro entre inovações e retrocessos na produção do espaço urbano. *Revista Transporte e Território*, p. 110-126.
- MOURA, D., GUERRA, I., SEIXAS, J., & FREITAS, M. A. (2006). Revitalização Urbana, Contributos para a definição de um conceito operativo, *Cidades Comunidades e Territórios*, 12, pp.15–34.
- PAES, M. T. D. (2017). Gentrificação, preservação patrimonial e turismo: os novos sentidos da paisagem urbana na renovação das cidades. *Geosp – Espaço e Tempo (Online)*, v. 21, n. 3, p. 667-684.
- VELOSO, M. (2006). O Fetiche do Patrimônio. *Revista Habitus. Goiânia*, v.4, n.1, p.437-454.

REVITALIZAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS :

Estudo de caso da Praça da República, em Belém do Pará.

Anaryê Ybotira Gonçalves Rocha¹

INTRODUÇÃO

Em todo lugar, a cidade, sendo um espaço de interação social, pode ser considerada um elemento fundamental para mostrar o reflexo da identidade local, a partir dos diferentes contextos: privado, profissional e público, que se desenvolvem e se organizam de acordo com as transformações sociais e culturais dos grupos de indivíduos que nela habitam.

Dentre os diversos locais conhecidos e reconhecidos no município de Belém, a Praça da República é considerada uma praça tradicional, sendo testemunha das transformações culturais e históricas da cidade ao longo do tempo, tornando-a também um local turístico, além de espaço de lazer entre os cidadãos.

Este trabalho é resultado de uma pesquisa realizada entre os anos de 2015 e 2016, que utiliza como estudo de caso a Praça da República de Belém do Pará (Brasil) e tem como principal objetivo identificar as principais atividades de revitalização realizadas no local; e compreender como elas influenciam na dinâmica do espaço público e, conseqüentemente, nas atividades de turismo local.

Para delimitar o estudo realizado, tem-se como problemática principal a necessidade de compreensão da relação entre o processo de revitalização e as políticas públicas, e como estas políticas interferem na rotina da cidade de Belém utilizando como exemplo a Praça da República.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos aplicados durante a realização do trabalho resultam em três etapas distintas: a primeira que consiste em uma construção da problemática baseada na percepção do objeto de estudo escolhido; em seguida, foi realizada a pesquisa bibliográfica e documental para a elaboração dos conceitos abordados e para a construção do modo de reflexão necessárias à discussão que se pretendia abordar; por fim, foram formuladas as respostas aos questionamentos propostos, incluindo proposições e sugestões de possíveis respostas aos problemas apresentados.

Devemos considerar também que, para apresentação deste resumo, elaborou-se uma adaptação do trabalho original com alguns dados mais recentes que identificam alguns elementos, por meio da observação *in loco*, realizada nos anos seguintes.

¹ Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA), Campus Belém. Bacharel em Turismo (UFPA); Especialista em Planejamento e Gestão do Ecoturismo na Amazônia (UFPA) e *Maîtrise Sciences Humaines et Sociales Mention Direction de Projets ou Établissements Culturels parcours Développement Culturel de la Ville*.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Como a cidade é considerada um espaço de interação social, podemos incluir que as praças são os locais destinados ao encontro da população, em suas diversas formas de manifestação; fazendo com que esse espaço público seja organizado de acordo com a participação dos cidadãos, tornando-a testemunha e participante da construção histórica e identitária de uma cidade.

Localizada na região central da cidade, a Praça da República é um dos principais espaços públicos de lazer e turismo em Belém. Este espaço está em constante movimento e os cidadãos a frequentam de acordo com as atividades propostas, nos mais variados horários. Há um calendário fixo que prevê realização de eventos e uma feira de artesanato durante feriados e fins de semana. Isso faz com que o local seja frequentado por diferentes públicos.

O conceito de revitalização, constituído como processo político, que permite um local encontrar uma nova utilidade aos olhos da população, ultrapassa os limites físicos ou patrimoniais arquitetônicos e busca incorporar também outros significados como o patrimônio comercial e/ou ambiental (BELANGER; BUTIAUX, 2014).

No caso de nosso objeto de estudo, identificamos o patrimônio arquitetônico traduzido pelas construções e obras existentes no local, muitas tombadas pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Além disso, também observamos o patrimônio imaterial, identificado pelas manifestações e eventos que nela ocorrem.

Ademais, podemos destacar elementos correspondentes ao patrimônio ambiental do município como por exemplo a presença das mangueiras (*Mangifera indica*), que contribuem com a arborização das ruas da cidade, oferecem alimento em épocas frutíferas e também são elementos abordados como curiosidade histórica e incorporada no *marketing* turístico, uma vez que não são plantas nativas e que foram introduzidas durante a década de 1780 como estratégia governamental de arborização, segundo Loureiro (2010).

No entanto, não basta apenas reconhecimento dos elementos patrimoniais que interagem dentro da praça, é necessário também que existam atividades conforme o interesse dos cidadãos que frequentam o espaço. Caso contrário, o local acaba perdendo seu significado. Assim, cabe às intuições governamentais reorganizarem tal espaço com novos significados, resultando na prática da revitalização como estratégia de política pública.

Recentemente, uma prática muito comum dos governos estaduais e municipais foi revitalizar alguns locais da cidade de Belém, como estratégia de proteção e valorização dos espaços sob os aspectos econômicos, urbanos e identitários. São exemplos pontos turísticos como Ver-o-Rio, Estação das Docas, Mangal da Garças e o Espaço São José Liberto.

O que não é o caso da Praça da República, já que estamos levando em consideração que sua utilidade e seu interesse para a população local não foi perdido. Contudo identificamos a ideia de revitalização surgindo como forma de reestruturação local

deste objeto de estudo, por meio de práticas de reformas do espaço e do patrimônio que nela se encontram.

CONCLUSÃO

Podemos considerar a Praça da República um elemento simbólico, pois ele concentra dentro do mesmo limite territorial elementos históricos e sócio culturais da cidade de Belém, conseqüentemente também incorpora seus principais problemas. Ao mesmo tempo, nota-se as conseqüências das diferentes estratégias de políticas públicas que se sucederam ao longo do tempo contidas sob diversos aspectos visíveis e abordados como elementos de curiosidades turísticas, atividades realizadas no espaço ou eventos tradicionais que foram realocados.

Percebe-se também a incidência de casos de violência e insegurança na praça, recorrentes na cidade, conseqüências da desigualdade social existente e de problemas socioeconômicos ainda não resolvidos na cidade. As ocorrências acontecem na praça, sobretudo, em horários de pouco movimento de pessoas. Esses problemas sociais mostram que as políticas públicas não devem estar somente direcionadas a um ponto específico da cidade, mas que o foco para minimizar esses impactos negativos deve ser direcionado ao município como um todo.

Pode-se concluir, também, que o fato do local estudado ser um ponto turístico, medidas mais firmes dentro das políticas públicas voltadas para a questão da segurança, são mais expressivas em relação à outros lugares, como bairros considerados área vermelha. Isso ocorre porque o processo de turistificação dos lugares tem como característica a atração de atenções especiais da gestão pública, para processos de “embelezamento”, mas também de “higienização” social dos espaços turistificados, em detrimento de solucionar problemas sociais mais gerais da cidade.

A prática da revitalização de um determinado local necessita do interesse governamental e de uma política pública de urbanização que justifique socialmente a necessidade de tal ação. No entanto, na maioria das vezes, quando se encontram medidas de revitalização por parte do governo, percebe-se apenas a preocupação com a questão do patrimônio material. A exemplo, temos a reforma da Praça que foi finalizada no ano de 2017. Também a estratégia de descentralização das atividades, indicando outros espaços públicos do município para a realização de eventos que ocorriam tradicionalmente na Praça da República, como, por exemplo, o desfile das escolas em comemoração à Independência do Brasil.

Por fim, identificamos que os problemas sociais se constituem como entraves na imagem turística do local. A fragilidade se dá por meio das poucas ou inexistentes políticas públicas de desenvolvimento do turismo, fazendo com que as estratégias de *marketing* utilizadas sejam sempre as mesmas, sem destaque para a história e cultura local, elementos trabalhados em todo o território estadual. Mas observamos, ao mesmo tempo, a resistência da praça como elemento significativo também para o turismo, por meio de toda sua complexidade.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Rubens de; TÂNGARI, Vera Regina. A Praça da República e seus aspectos morfológicos no desenho da paisagem de Belém. **Paisagem Ambiente: Ensaios**, São Paulo, n. 16, p. 43-68, 2002.
- BELANGER, Noémie; BUTIAUX, Pauline. Le design urbain et la revitalisation des espaces délaissés par l'Association du design urbain du Québec. **Conférence Association du Design Urbain du Québec – ADUQ**, 2014.
- KÜBLER, Daniel; MAILLARD, Jacques de. **Analyser les politiques publiques**. (collection politique en plus). Presse Universitaires de Grenoble, 2009.
- LOUREIRO, Violeta Refkalefsky; BARBOSA, Estêvão José da Silva. Cidade de Belém e natureza: uma relação problemática? **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 13, n. 1, p. 105-134, jul. 2010.
- MATTOS, Fabrício Santos de. Estado, cultura e identidades: um estudo de caso das políticas culturais na Amazônia contemporânea. **IV Jornada Internacional de Políticas Públicas**. São Luiz, 2009.
- PAQUOT, Thierry. **L'espace public**. Paris: La Découverte/Repères, 2009.
- PETITEVILLE, Franck; SMITH, Andy. Analyser les politiques publiques internationales. **Revue Française de Science Politique**, vol. 56, p. 357-366, 2006.
- RODRIGUES, Carmen Izabel. Caboclos na Amazônia: a identidade na diferença. **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 9, n. 1, p. 119-130, jun. 2006.
- SANTOS, Valcir Bispo. Política cultural, economia criativa e desenvolvimento territorial em Belém e na Amazônia paraense. **V Seminário Internacional Políticas Culturais**. Rio de Janeiro, 2014.
- SERRE, Agnès. Patrimoine et politique d'aménagement : du fonctionnalisme à l'émergence d'une culture urbaine à Belém do Pará (Brésil). **Géocarrefour**, v. 79, n.3, p. 239-246, 2004.
- SOUZA, Celina, Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 16, p. 20-45, 2006.

A PATRIMONIALIZAÇÃO ATRAVÉS DA ANÁLISE DOS TROFÉUS DE ORIGEM FRANCESA DA TUNA LUSO BRASILEIRA.

Bernardino da Costa e Silva Junior ¹

Flávia Olegário Palácios ²

A Tuna Luso Brasileira, fundada por imigrantes portugueses em 1903, é a agremiação esportiva mais antiga do norte do país em atividade. No decorrer da sua história o clube paraense acumulou um grande acervo de troféus nas mais variadas modalidades esportivas. Durante toda sua história, a agremiação obteve um variado acervo composto por medalhas, placas, fotos, vestuário, e principalmente, troféus, que são a representação material das conquistas adquiridas em competições esportivas.

As relações entre uma agremiação esportiva e seus troféus são de grande importância, visto que eles simbolizam de forma material as conquistas que aquele clube teve durante sua trajetória. A Tuna Luso, como clube tradicional da Região Norte, possui em seu acervo, títulos de campeonatos importantes para a história esportiva paraense. Seus torcedores e admiradores veem nessas peças a representação de “tempos de glórias” que o clube teve perante sua história. Os troféus são de diversos materiais e formatos, o que torna o acervo da Tuna Luso único (Figura 1).

Figura 1: Parte dos Troféus da Tuna Luso Brasileira.



¹ Docente do Instituto Federal do Pará - IFPA/Campus Belém; Mestre em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/ITEC/UFPA; Especialista em Planejamento e Gestão Pública do Patrimônio Cultural - NAEA/UFPA; Especialista em Patrimônio Cultural e Educação Patrimonial - FIBRA; Bacharel em Museologia - ICA/FAV/UFPA; Bacharel em Turismo - ICSA/FACTUR/UFPA; e Colaborador da Associação dos Agentes de Patrimônio da Amazônia - ASAPAM; e Pesquisador integrante do Laboratório de Conservação, Restauração e Reabilitação - LACORE/UFPA. E-mail: bernardo.costa@ifpa.edu.br

² Docente no Curso de Bacharelado em Museologia - FAV/ICA/UFPA, no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFPA, e no Programa de Pós-Graduação em Patrimônio - PPGPATRI/UFPA; Doutora em Geologia e Geoquímica - PPGG/UFPA; Mestra em Arquitetura e Urbanismo - PPGAU/UFPA; Bacharel em Arquitetura e Urbanismo - FAU/UFPA; Pesquisadora do Laboratório de Conservação, Restauração e Reabilitação - LACORE/UFPA; e Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Reserva Técnica - LAPRET/UFPA. E-mail: flavia.op@gmail.com

Devido ao grande número de acervo o clube se deparou com uma realidade muito comum nas agremiações desportivas, no qual seria, onde salvaguardar e proteger esses bens de natureza material tão representativos em sua história.

Seus troféus passaram por uma seleção no qual eram divididos em dois grupos: a) aqueles de conquistas mais importantes e/ou esteticamente mais atrativos, e b) aqueles sem o apelo visual ou histórico (por desconhecimento da sua datação/origem). Esse processo de seleção variava de acordo com as gestões do clube.

Muitos de seu troféus permaneceram em situação de esquecimento, ocultos nos mais diversos espaços da sua sede e em condições problemáticas para sua preservação. Com o tempo, essas peças foram sofreram diversas alterações em sua composição (químicos, físicos e biológicos), principalmente os troféus metálicos que são os mais antigos do seu acervo. O conhecimento sobre os materiais que caracterizam os metais, suas técnicas de fabricação e sua procedência são importantes para medidas restaurativas.

As diversas utilizações do metal estão associadas à sua natureza e à sua forma de trabalho, permitindo tanto a manufatura de objetos mais delicados, como de objetos e estruturas mais resistentes, apenas possível devido às suas características físicas e químicas. É um material flexível com diversas possibilidades de transformação estética, cujo resultado reflete uma diversidade de procedimentos, técnicas e experiências, não apenas de estilos decorativos, mas também da própria evolução tecnológica. (VOLFOVSKY, 2001).

Em 2015, foi realizado a primeira catalogação de parte do acervo de troféus da Tuna Luso Brasileira. Os troféus selecionados para esta documentação foram aqueles que estavam armazenados abaixo de uma das arquibancadas do clube, um local inadequado, não só pela forma errônea de conservação, mas também pela desvalorização de um rico acervo histórico que cada um representou (Figura 2).

Figura 2: Arquibancada do Estádio Francisco Vasques (A). Compartimento abaixo da arquibancada onde parte dos troféus são armazenados (B).



Como resultado, foram identificados os tipos de materiais presentes na estrutura desses troféus, tanto na sua base quanto na escultura em si, e foi possível dividi-los, segundo





Teixeira (2012), em dois grupos de materiais: os orgânicos (madeira) e os inorgânicos (metais, plásticos e rochas).

A partir dessa catalogação os metálicos despertaram o interesse para este estudo, principalmente pela identificação de fatores visuais de deterioração (tais como: físicos, químicos e biológicos) deste acervo.

O objetivo desta pesquisa consistiu em caracterizar as ligas metálicas dos troféus de origem francesa da Tuna Luso Brasileira e assim auxiliar na criação subsídios de conservação e restauração das peças selecionadas.

Em um universo de 190 troféus previamente documentados, foram selecionados seis peças de origem francesa, em técnica de produção fundida e de diferentes escultores franceses, todos em função de sua representatividade histórica-artística e procedência perante o acervo de troféus da Tuna Luso Brasileira (Tabela 1).

Tabela 1: Tabela de troféus de origem francesa selecionados para pesquisa.

TABELA DE TROFÉUS DE ORIGEM FRANCESA SELECIONADOS PARA PESQUISA					
IMAGEM	NÚMERO	TROFÉU	AUTORIA	ORIGEM	PERÍODO
	ATT.051	PAX par Louis Moreau	Louis Auguste Moreau	França	Década de XIX/XX
	ATT.052	Des mystérieuses profondeurs elle apporte à l'homme l'étincelle divine	Émile Louis Picault	França	Década de XIX/XX
	ATT.053	Le Génie du Progres	Ernest Rancoulet	França	Década de XIX/XX
	ATT.054	Festival do Grêmio Luzitano	Hippolyte François Moreau	França	Década de XX



ATT.055

Le Génie des Sports

Eugene Victor
Cherrier

França

Década de
XIX/XX

ATT.056

Justitia

Hippolyte
François
Moreau

França

Década de
XIX/XX

Os métodos utilizados foram através de ensaios laboratoriais não destrutivos por meio da câmera de infravermelho e do Fluorescência de Raios-X portátil - FRX (caracterização química), e destrutivos através da Difractometria de Raios-X - DRX (caracterização mineralógica) e a Microscopia Eletrônica de Varredura - MEV (caracterização física), enquanto a análise química pontual foi realizada em porções selecionadas pelo Sistema de Energia Dispersiva - SED.

Deste modo, foi possível entender que do universo de seis troféus franceses, cinco deles possuem o corpo escultórico em liga de zinco fundida (ATT.051, ATT.053, ATT.054, ATT.055 e ATT.056) uma composição na qual era muito recorrente no fim do século XIX, porém não muito divulgada. A exceção encontrada foram o troféu ATT.052 e o ornamento (espada) do ATT.056, que possuem sua estrutura em liga de latão, metal não tão comumente utilizado nesse período fundição de esculturas.

Por ser um acervo no qual estava condicionado em um lugar úmido e pouco iluminado, os troféus ficaram expostos a todos os tipos de danos seja pelo ambiente quanto pelas ações antrópicas. Assim, apesar dos resultados importantes, a pesquisa preocupou-se em investigar de forma mais ampla a composição estrutural desses todos esses materiais, e assim contribuir com seus efeitos para várias outras áreas de conhecimento.

Portanto, os resultados obtidos na pesquisa poderão auxiliar na correta conservação de cada um destes troféus, dando o devido destaque em cada peça por seu valor histórico e artístico e nas quais não são devidamente reconhecidas. Desta forma, com este trabalho as peças poderão passar por um processo de salvaguarda adequado para futuramente serem expostas no museu no qual o clube já idealiza concretizar, além de fazerem parte de exposições sobre esculturas metálicas e/ou troféus esportivos.

REFERÊNCIAS

- TEIXEIRA, L. C. **Conservação preventiva de acervos**. Florianópolis: FCC, 2012
VOLFOVSKY, C. **La conservation des métaux**. Paris: CNRS Éditions, 2001

PATRIMÔNIO CULTURAL EM OURO PRETO:

O papel da política pública mineira para uma gestão descentralizada.

Viviani Barroso de Paula¹

Fábia Trentin²

INTRODUÇÃO

O presente resumo, que tem como objetivo estudar os instrumentos que estabelecem os possíveis desdobramentos de incentivos públicos aos patrimônios culturais situados em Ouro Preto-MG, emerge da necessidade de uma averiguação quanto a estes incentivos para a gestão descentralizada, bem como as políticas desenvolvidas para a promoção e salvaguarda dos bens e suas manifestações de memória.

A delimitação do estudo foi apontada a partir da percepção de que a conservação do patrimônio cultural se apresenta como essencial para a comunidade, na medida em que possibilita o reencontro com as memórias de seus lugares, tradições e identidades, para além da reafirmação das suas raízes. Como consequência, esta valorização transforma-se em potenciais atrativos culturais a serem explorados sob o ponto de vista do planejamento do turismo.

As políticas de preservação e salvaguarda do patrimônio histórico e artístico brasileiro tiveram seu marco inicial em 13 de janeiro de 1937 por meio da promulgação da Lei Federal Nº 378 que cria o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atualmente denominado Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Tal medida tem os objetivos de promover e proteger os bens culturais, sendo eles materiais e imateriais, reconhecidos em âmbito nacional, além de monitorá-los, salvaguardá-los e conservá-los. No mesmo período, durante o governo de Getúlio Vargas, outra medida implantada foi a publicação do Decreto-lei nº 25 de 30 de novembro de 1937 que trata sobre as medidas protetivas em torno dos tombamentos que se aplica aos patrimônios materiais.

Já a partir de 1988, a Constituição Federal passa a admitir outros meios de proteção, entre eles a elaboração de inventários, registros, vigilância e desapropriação. O artigo 216 da Constituição Federal define, a partir de então, os patrimônios culturais tendo sua natureza material e imaterial. A Constituição Federal institui mecanismos de gestão pública descentralizada bem como de participação social na elaboração e controle de políticas públicas nacionais, estaduais e municipais.

A prática da descentralização da gestão dos patrimônios culturais mineiros teve sua

¹ Graduada em Turismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Pós Graduada em Gerenciamento de Projetos pela Pontifícia Universidade Católica. Mestranda em Turismo e Sociedade pela Universidade Federal Fluminense.

² Professora Adjunta do Departamento de Turismo da Universidade Federal Fluminense. Professora do Programa de Pós Graduação em Turismo e na Graduação de Turismo. Membro do Grupo de Pesquisa Turismo: gestão e territórios. Coordena o projeto Governança e Desenvolvimento Turístico: Uma análise de destinos turísticos nos estados do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Colaboração com instituições nacionais e internacionais como Universidade Federal de Viçosa, EACH/USP, Universidade Complutense de Madri, Universidade de Coimbra.

trajetória encetada pela sanção da Lei Estadual 18.030, de 12 de janeiro de 2009, também tratada por “Lei Robin Hood”, que dispõe sobre a distribuição, aos municípios, de parte da receita obtida pela arrecadação do ICMS em todo o estado de Minas Gerais. Tal instrumento legislativo visa, a partir desta divisão orçamentária, incentivar o investimento em diversas áreas, como: patrimônio cultural, esporte, turismo, educação, meio ambiente, entre outros, fazendo com que os municípios buscassem, a partir de então, desenvolver políticas que atendessem aos critérios estabelecidos em lei no intuito de se adequarem (LAGE, 2014). Neste resumo, apenas o critério “Patrimônio Cultural” estará sob análise, levando em consideração as políticas e ações desenvolvidas em Ouro Preto-MG. A análise das ações desenvolvidas anualmente pelos poderes públicos municipais encontra-se sob coordenação do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA), conforme consta no Artigo 1, Inciso VII da supracitada Lei Estadual 18.030/2009, Artigo I:

“VII - patrimônio cultural: relação percentual entre o Índice de Patrimônio Cultural do Município e o somatório dos índices de todos os Municípios, fornecida pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico - IEPHA -, observado o disposto no Anexo II desta Lei.”

Os sistemas de avaliação para a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS Patrimônio Cultural são estabelecidos pelas Deliberações Normativas, por meio do Conselho Estadual do Patrimônio Cultural (CONEP), sob o uso da atribuição lhe dada por meio da Lei Delegada nº 170, de 25 de janeiro de 2007 que dispõe sobre a criação do referido conselho. Tais deliberações são atualizadas e divulgadas anualmente através do sítio eletrônico do IEPHA-MG.

Essas deliberações são utilizadas como meio de avaliação da aplicabilidade de recursos por parte dos municípios aos patrimônios culturais, para promover maior efetividade para a atuação de prefeituras no desenvolvimento de políticas relevantes e efetivas, como atividades de educação patrimonial, além dos investimentos financeiros. Tais ações são levadas a todos os ambientes de convivência social, sendo: escolas, centro de apoio psicossocial, praças, vias públicas, entre outros; com o objetivo de difundir sua identidade ao maior número de pessoas, inclusive aos turistas e transeuntes, além de buscar estabelecer um sentimento de pertencimento à população. Já as orientações quanto às políticas de preservação são realizadas pelo IEPHA-MG por meio das Rodadas Regionais, que acontecem no primeiro semestre de cada ano em todas as regiões do estado.

As consultas públicas, quanto aos municípios beneficiados, permanecem disponibilizados no sítio eletrônico da Fundação João Pinheiro, instituição vinculada ao Governo Estadual. De acordo com os dados informados em 2018, do total de 853 municípios mineiros, 763 recebem algum valor de repasse sob o critério “Patrimônio Cultural”. Estes números refletem uma satisfação da descentralização política para gestão dos patrimônios quanto à quantidade de municípios que aderiram a este incentivo.

Uma das finalidades da valorização do patrimônio cultural em um território é torna-lo interativo e identitário para com a sociedade, por meio de uma gestão pública patrimonial eficiente, onde, o planejamento, articulado com os atores sociais diretamente envolvidos, seja um dos pilares de desenvolvimento do setor.

Ainda em relação às atuações do município, a criação e a atividade do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural de Ouro Preto-MG, que agem em torno da proteção e fomento dos patrimônios culturais, são instrumentos de suma importância que exemplificam o intercâmbio da sociedade civil com o gestor público. Yázigi (2003) considera a criação dos conselhos uma reestruturação governamental no intuito de haver mais democracia e viabilidade de interação, além de enfatizar que a população esclarecida será sempre a melhor guardiã de seus bens.

Ao criar instrumentos que permite e estimula uma gestão compartilhada dos bens patrimoniais, onde, cada instância governamental pode atuar na sua preservação, conservação, fomento, divulgação e fiscalização, constata-se com mais notoriedade que, conforme apontado por Pestana (2015), a preservação do patrimônio cultural é de responsabilidade coletiva.

A aplicação dos recursos em patrimônios e referências culturais locais, aliadas ao desenvolvimento do Turismo Cultural, ainda tem como resultado o fomento da atividade deste setor de maneira relevante. Este fato passa a ser notado após análise dos valores repassados aos municípios, onde, Ouro Preto que estabelece vínculo direto com o período colonial do Brasil, é um dos municípios que recebe maiores recursos.

Buscaremos avaliar em que medida a implantação da atividade turística pode ser um vetor de (re)organização do território; tendo por base o diálogo entre patrimônio cultural e turismo, em concordância com o que propõe o Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico (IEPHA), pelo viés das ações de salvaguarda através da pesquisa-ação e das metodologias de uma participação em torno do patrimônio cultural.

A questão norteadora do estudo foca-se na análise de como os instrumentos são apropriados por Ouro Preto para a proteção e salvaguarda de seus patrimônios culturais. Estabelecendo-se assim, uma visão crítica a partir de uma gestão compartilhada destes bens onde a sociedade e seus interesses estejam inseridos no processo de planejamento.

Seu objetivo principal permeia estudar os instrumentos que estabelecem possíveis desdobramentos de tais investimentos, como a Lei 18.030 e as Deliberações Normativas do CONEP.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento da metodologia, será realizada uma pesquisa exploratória nos documentos referentes aos instrumentos organizativos e normativos, dando ênfase às atas do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural e Natural, inventários elaborados pelo município de Ouro Preto e documentos comprobatórios de gastos do Fundo Municipal que regulamenta este conselho, além de uma entrevista semiestruturada

com alguns membros do conselho municipal de Turismo e de Preservação do Patrimônio Cultural.

RESULTADOS PRELIMINARES

Os resultados, após análise das documentações do município de Ouro Preto, referente ao Patrimônio Cultural e sua adesão ao programa ICMS Solidário em 2002, constata-se, por meio de atas, a discussão recorrente do turismo e patrimônio ambiental na cidade. Onde, a aplicabilidade do recurso em bens de maior visibilidade regional e/ou nacional, bem como o centro histórico, é tido como relevante para o fluxo turístico, sendo que este resulta em uma geração de renda para boa parte dos munícipes de maneira direta ou indireta.

REFERÊNCIAS

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Disponível em: <http://fjp.mg.gov.br/robin-hood>. Acesso em: 31 mar. 2019.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **IPHAN**. Disponível em: <https://www.iphan.gov.br/montarPaginaSecao.do?id=10&sigla=Institucional&retorno=paginaIphan>. Acesso em: 10 fev. 2019.

IEPHA. Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/index.php/programas-e-acoas/icms-patrimonio-cultural>. Acesso em: 07 mar. 2019.

LAGE, Flávia de Assis. **A Gestão do patrimônio cultural em Minas Gerais: novas dimensões e paradoxos**. 2014. 273f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) -Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2014.

PESTANA, Til. **Sobre o tema da gestão do patrimônio cultural**. Publicações Iphan, N.150812, 2015. p. 1 - 19. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/150812_Sobre_a_gestao_do_patrimonio_cultural_Til_Pestana_DAF.pdf. Acesso em: 02 fev. 2019.

YÁZIGI, Eduardo. **Turismo: uma esperança condicional**. 3.ed. São Paulo: Global, 2003.

CENTRO HISTÓRICO DE SANTARÉM VISTO COMO TERRITÓRIO DE CONFLITOS E REPRESENTATIVO PARA A SOCIEDADE.

Giordano Bruno Campos Bezerra¹

Maria Júlia Veiga da Silva²

INTRODUÇÃO

A discussão sobre a preservação dos Centros Históricos, nas últimas décadas vem ganhando espaço no meio acadêmico. As pesquisas visam questionar a funcionalidade e relevância destes Centros Históricos para uma representatividade da sociedade e para a identidade cultural, nesse sentido, é preciso levantar discussões de conservação, preservação e utilidade desses espaços urbanos, para compreender a dinâmica preexistente e existente da cidade.

É importante trazer para o centro de discussões a relevância do centro histórico, espaço que revela a história da cidade e os eventos que marcam o passado de determinada sociedade local. Discutir dentro desta perspectiva, sobre possíveis projetos que foram desenvolvidos e a insuficiência de políticas públicas para a conservação dos patrimônios. Portanto, o espaço do Centro Histórico e comercial de Santarém, é um espaço que é simbolicamente apropriado por parte da população e gera sentimento de representatividade ou que desejam se ver representados através do espaço.

Como a produção científica tem como objetivo apropriar-se da realidade para melhor analisá-la e, assim contribuir para as transformações, a discussão sobre a importância do Centro Histórico é de bastante relevância para o meio acadêmico. Nesse contexto, a produção de estudos e conteúdos sobre a recuperação e preservação dos Centros históricos pode ser o início de um processo de transformação que começa na academia e estende seus reflexos para a realidade social.

O Objetivo central desta pesquisa é analisar as transformações socioespaciais que ocorrem recentemente no Centro Histórico de Santarém diante da relação dos atores hegemônicos e não hegemônicos que podem impedir ou permitir tais transformações conforme seus interesses presentes. Identificar os impactos materiais e culturais da degradação dos prédios antigos do Centro e compreender aspectos que podem beneficiar a população com a preservação destes prédios, inclusive a representatividade e identificação cultural.

A metodologia utilizada para este trabalho inclui levantamentos bibliográficos e pesquisa empírica. A pesquisa é analítica e inclui propósito explicativo e descritivo. O método de pesquisa utilizado é o qualitativo, pois busca conhecimento sobre uma temática pouco

1 Graduado no curso de Licenciatura Plena em Geografia – ICED/UFOPA – Campus Santarém, e-mail: giordanobruno29041997@gmail.com

2 Doutora em Geografia – ICED/UFOPA – Campus Santarém, e-mail: mjvsilva2000@yahoo.com.br

discutida pelos pesquisadores na área de geografia em Santarém. Neste sentido, a pesquisa apoia-se em técnicas de coleta de dados quantitativos. Foi elaborado um levantamento de dados cujo estudo fora transversal, sendo aplicado um questionário em um intervalo de tempo específico cujo objetivo é responder os principais questionamentos da pesquisa. O estudo foi desenvolvido a partir de Pesquisa bibliográfica, entrevistas, questionários e trabalho de campo.

DISCUSSÃO

O Centro Histórico de Santarém pode ser visto como uma paisagem, no qual no passado as relações sociais modificaram e modificam o espaço, mas também pode ser entendido como um território. Para Haesbaert (2004) o território está envolvido por relações de dominação e de apropriação da sociedade-espaço. No Centro histórico de Santarém percebemos diversas relações de poder o que transforma o território em palco para alguns conflitos sociais. Porém os conflitos não se limitam apenas na esfera política, mas também no sentido “cultural-simbólico” de apropriação, pertencimento e identificação.

O espaço do centro histórico se constitui em território por meio das relações de poder, pois é através da soberania do Estado que podemos observar que alguns grupos são beneficiados enquanto outros são invisíveis aos “olhos” do poder público. Podemos elencar dentre grupos que tem apoio do Estado, algumas corporações e empresas do comércio que se situa no mesmo espaço dos prédios históricos, tendo pleno aval para se instalarem e se reproduzirem. Ainda que o Centro Histórico seja território de dominação, é também território de apropriação, onde partem de relações de poder e no sentido de apropriação parte da sociedade santarena através dos referenciais urbanos históricos, se identificam com o passado. Os referenciais urbanos estes que são as praças, logradouros, museus, edifícios e outros elementos que guardam relações com o passado que se fazem presentes e tornam-se traços de pertencimento da sociedade santarena.

Destaca-se, assim, a importância das políticas públicas voltadas para o centro histórico e sua preservação enquanto patrimônio cultural de Santarém. Neste sentido, destaca-se a concepção de políticas públicas apresentada por Höfling (2001, p. 31), para quem essas: “é o Estado implantando um projeto de governo, através de programas, de ações voltadas para setores específicos da sociedade”. Portanto, para o estabelecimento de políticas públicas que contemplem as demandas da coletividade é importante que o Estado considere a polifonia proveniente dos diversos atores interessados no uso e ocupação da área que caracteriza como centro histórico da cidade de Santarém.

A luta pelo território do Centro histórico por atores não hegemônicos – aqueles que não exercem poder político ou econômico – tem importância no sentido de exigir pelos direitos dentro do sistema, que é desigual, mas se levarmos em consideração que as lutas pela preservação são vistas pelos grandes proprietários de produção como uma barreira econômica para o uso do território e reprodução do capital, ou seja, a existência dos prédios históricos e o comércio são quase que incompatíveis para um mesmo território, haja vista

que ambos tenham propósitos divergentes.

Em razão de suas vantagens locacionais, o preço da terra e dos imóveis é aí o mais elevado. Isto leva a uma seleção de atividades. Localizam-se na Área Central aquelas que são capazes de transformar custos locacionais elevados a ampla acessibilidade em lucros maximizados: são atividades voltadas para um amplo mercado, nacional, regional ou abrangendo toda a cidade. As outras atividades, que não requeriam nem suportavam uma localização central, localizavam-se fora da Área Central. O seu aparecimento se deve assim, e em grande parte, um produto da ação dos proprietários dos meios de produção, ainda que o Estado fosse chamado a intervir (CORRÊA, 1995, p. 40).

Para os grupos de resistência o território do Centro Histórico é valorizado muito mais como algo simbólico, no que se refere a construção de sua identidade. Corrêa (2013) nos diz que a identificação consiste em se assemelhar a qualquer coisa ou a qualquer um e se traduz, principalmente, tanto para o indivíduo como para o grupo, por um sentimento de pertencimento comum, de partilha e de coesão sociais. Os patrimônios ali existentes remetem ao passado dos ancestrais, causando um sentimento de apropriação e pertencimento a estes elementos históricos.

Se a construção de uma identidade passa pela consideração de uma herança e pela preservação de um patrimônio sócio-histórico, e se a capacidade de recordar, preservar e perpetuar um passado faz parte de um sentimento identitário, este último encontra um local de expressão privilegiada nos 'lugares de memória' (CORRÊA; ROSENDAHL, 2013, p. 226).

Muitos grupos que lutam pela preservação dos Patrimônios do Centro Histórico, se identificam com estes lugares de memória e passam a zelar e lutar por estes espaços como forma de preservar a cultura da cidade e intuito de sempre recordar o passado e perpetuar as identidades e as dinâmicas dos povos antigos.

A funcionalidade comercial no centro histórico de Santarém, gera uma grande valorização imobiliária neste território. Isso ocorre no início do século XX com a periodização da borracha, surgem as primeiras lojas do comércio resultando na saída dos antigos moradores e conseqüentemente abertura para lojas e grandes empresas se instalarem no local pelo grande fluxo de pessoas e pela localização privilegiada.

O Centro Histórico e Comercial de Santarém então é o principal meio de comércio da cidade e da área rural, contendo grandes e pequenas lojas, estabelecimentos bancários, alimentícios, residenciais entre outros serviços e produtos.

Dentro desta perspectiva, a preocupação com os patrimônios só aumenta, pois, o Estado que se mostra mediador, vem privilegiando o comércio, esquecendo os prédios históricos e muitas vezes autorizando a sua destruição para reprodução do capital. E todo esse processo de descaso por parte do Estado é histórico como no exemplo esclarecido por Canto (2015) em uma demolição de um prédio histórico em Santarém:

Em 1981 o engenheiro Manuel Canté Filho, em perícia técnica, sugeriu a demolição do prédio “O Castelo”. No dia 23 de outubro daquele mesmo ano, o prefeito Ronan Liberal, por meio da portaria 899/81 deu o prazo de 30 dias para que o proprietário, senhor Manuel Almeida, iniciasse sua demolição. O proprietário recorreu a justiça. No entanto, após o desabamento de uma parte do teto, ocorrida no início do ano seguinte, levou a juíza Albanira Bemergury a ordenar, em abril de 1982, a imediata demolição do edifício

Mais tarde observou-se que se tratava de uma manobra do Estado, para construção da avenida Tapajós, e para isso era preciso a retirada do prédio histórico do local. Para Canto (2015), a justificativa dada é sempre na fala do progresso, este sobre o qual todos jogam a culpa da destruição, e foi sendo assim que vieram abaixo muitos prédios do Centro Histórico de Santarém, por meio da fala do progresso e desenvolvimento. Em muitos casos o Estado não intervém na revitalização dos prédios resultando com que os mesmos sofram seu desabamento e desaparecimento.

A angústia cresce em saber que é no centro comercial de Santarém que detém o maior acervo de patrimônios edificados e materiais da cidade, justo no espaço onde o capital e o moderno se fazem cônjuge ao Estado, se contrapondo a preservação destes patrimônios.

Carlos (2007) aborda que nos espaços urbanos, inclusive no centro histórico, há interesses privados dos diversos setores econômicos da sociedade, que vê no espaço a condição de realização da reprodução econômica, pois os lugares da cidade aparecem como lugares da infraestrutura necessária ao desenvolvimento de cada atividade à realização do lucro.

Por esse motivo, falar em revitalização dos prédios do Centro Histórico de Santarém é um “sonho antigo”, pois quem pode intervir em tal ação é o Estado, que se mostrou ao longo dos anos contraditório e insensível com o patrimônio local, mesmo com algumas políticas de valorização que não são suficientes para manter os prédios em pé. O processo de reorganização espacial que ocorre no centro histórico de Santarém, destaca a complexidade dos agentes sociais, dos conflitos e do poder do capital, que influencia na renovação urbana, seja nas vias e ruas, prédios, infraestrutura, e uso deste espaço.

através de processos de revitalização/requalificação, aponta uma relação complexa entre o Estado e o espaço, na medida em que, não se pode esquecer, o poder político tem possibilidade de intervir, permitir ou coordenar a intervenção no espaço, como é que ocorre no caso das revitalizações. Como já foi visto, esta também trata-se de uma ação que se realiza produzindo contradições. (CARLOS,2007, p.87)

Dentro desta perspectiva, trazemos o conceito de território de Haesbaert (2004), para o qual o território inspira a identificação e a efetiva apropriação... Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas com o tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

Para Souza (2000) território é um espaço que é definido e delimitado a partir de relações

de poder, no qual a principal característica é quem domina ou influencia e como domina e influencia este espaço. Sendo assim o território do Centro Histórico e comercial é delimitado e definido por relações de poder, e que dentro da característica principal citada por Marcelo Lopes de Souza, devemos compreender a dinâmica de quem domina este espaço, neste caso, os atores hegemônicos.

Nesse sentido, os atores hegemônicos – os que detém força política e econômica – usam o território do Centro histórico por força da dominação, pelo qual utilizam deste poder para manusear este espaço público de forma particular e não coletivamente. Já os atores não hegemônicos, lutam de diversas formas contra o sistema que é desigual, pelo uso do território, seja habitacional, comercial ou cultural. Este último, diz respeito a esta pesquisa. A luta dos atores não hegemônicos pelo uso do território através ou para a cultura, é o poder desses atores no sentido mais simbólico, o de apropriação.

REFERÊNCIAS

- CANTO, Sidney Augusto. *Sobre o Centro Histórico de Santarém*. 1ª edição Santarém, 2015.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O Espaço Urbano: Novos Escritos sobre a Cidade*. 1ª edição São Paulo: FFLCH, 2007 (A)
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Labur Edições, 2007, 85p. (B)
- CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. Editora Ática, Série Princípios, 3ª.edição,n.174, 1995.
- CORRÊA, Roberto Lobato. ROSENDAHL, Zeny. *Geografia cultural: uma antologia (2)* / organização, Roberto Lobato Corrêa, Zeny Rosendahl. – 2ª ed. Rio de Janeiro, 2013.
- COUTO, Estefany Miléo de. *Casarões históricos de Santarém: estudo sobre os sobrados e prédios históricos e sua significação dentro da área central da cidade de Santarém*. Dissertação de Mestrado. UFPA, 2013
- HAESBAERT, Rogério. *Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade*. Porto Alegre, Setembro de 2004.
- HÖFLING, E de M. Estado e políticas (públicas) sociais. Cadernos CEDES, ano 11, n 55, 2001
- SOUZA, Marcelo José Lopes de. O Território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: *Geografia: Conceitos e Temas*. Org. I.E. Castro, P.C.C Gomes e R.L. Corrêa, Bertrand Brasil, 2ª edição, Rio de Janeiro, 2000.

**VISITAR MUSEUS:
Um hábito cultural construído pela sociedade francesa
e desconhecido pelos turistas.**

Telma Lasmar Gonçalves

INTRODUÇÃO

Os museus franceses estão inseridos no imaginário dos turistas pelo que eles têm de mais simbólico: as obras icônicas e a originalidade ou tradição de seus edifícios e, como dizem os franceses, são atrativos “incontornáveis”, pois devem ser inseridos nos roteiros turísticos.

Há um imaginário parisiense que gera uma forma particular de pensar a arquitetura, os jardins públicos, a decoração das casas, a arrumação dos restaurantes, etc. O imaginário de Paris faz Paris ser o que é. Isso é uma construção histórica, mas também o resultado de uma atmosfera e, por isso mesmo, uma aura que continua a produzir novas imagens (SILVA, 2001, p.76).

Os turistas visitam museus desde o século XVIII porque, segundo Knafou, “A viagem turística e o museu são frutos da mesma revolução que nasceu no Iluminismo e são contemporâneos da Revolução Industrial” (2009, p.11). Entretanto, há museus que os turistas desconhecem e ainda os que já foram visitados e, portanto, não “precisam” mais ser revistos. Ocorre que os museus produzem exposições temporárias sobre determinado artista, estilo, temática ou movimentos que geram uma dinâmica na programação, retiram das reservas técnicas obras distantes do público, estimulam a produção de livros e catálogos, bem como souvenirs diversos.

De maneira geral, as exposições temporárias não atraem a atenção dos turistas, mas sim dos moradores locais, que nelas veem a oportunidade de apreciar e conhecer, de uma só vez, o conjunto de obras que se encontram dispersas em diferentes museus ao redor do mundo, em mãos de colecionadores particulares ou ainda armazenadas nas reservas técnicas.

O objetivo deste artigo é identificar qual é majoritariamente o público das exposições temporárias parisienses, realizadas em diversos museus, nos anos de 2017, 2018 e 2019. Para tal, fez-se uso da pesquisa de natureza qualitativa, do tipo descritiva, utilizando como técnica a observação sistemática/participante. Foram estabelecidos os seguintes pontos a serem observados pela pesquisadora: faixa etária; nacionalidade; gênero; interesse explicitado pelas obras, em visitas mediadas, por meio de interação com os mediadores.

A investigação se deu no segundo semestre de 2017 e de 2018 e no primeiro semestre de

2019 e as exposições temporárias foram aleatoriamente escolhidas, listadas no quadro a seguir:

ANO	EXPOSIÇÃO	MUSEU
2017	Picasso. Chefs-d'oeuvre!	Museu Picasso
	Picasso. Périodes bleue et rose.	Museu d'Orsay
	Rubens. Portraits princiers	Museu du Luxembourg
	François Ier et l'art des Pays-Bas	Museu do Louvre
	Théâtre du Pouvoir	Museu do Louvre
2018	Jean Michel Basquiat	Fondation Louis Vuitton
	Egon Schiele	Fondation Louis Vuitton
	Magnificent Venice	Grand Palais
	Miró	Grand Palais
	Le Cubisme	Centre Pompidou
	Degas Danse Dessin. Homege a Degas avec Paul Valery	Museu d'Orsay
	Alphonse Mucha	Museu du Luxembourg
	Caravage à Rome	Museu Jacquemard-André
	Picasso Bleu et Rose	Museu d'Orsay
	Franz West	Centre Pompidou
	Royaumes oubliés. De l'empire hittite aux Araméens	Museu do Louvre
	Vasarely. Le partage des formes	Centre Pompidou
	Dora Maar	Centre Pompidou
	La Collection Courtauld	Fondation Louis Vuitton
2019	Le Modele noir – de Gericault à Matisse	Museu d'Orsay
	Berthe Morissot (1815-1895)	Museu d'Orsay
	Rouge – Art et utopie aux pays des soviets	Grand Palais
	L'Orient des peintres. Du rêve à la lumière	Museu Marmotan-Monet
	Henry II – Renaissance à Saint-Germain-em-Laye	Museu Nacional de Arqueologia
	Paris Romantique, 1815-1848	Petit Palais
	Calder - Picasso	Museu Picasso de Paris
	Les Nabis et le décor	Museu du Luxembourg
	Hammershoi, le maître de la peinture danoise	Museu Jacquemard-André
	* La Lune	Grand Palais
	* Van Gogh	Ateliers des Lumières
	* Tutankamon – Le Trésor du Pharaon	Halle la Villette
	* Novas coleções	Museu Yves Saint-Laurent
	* Back side – Dos à la mode	Museu Bourdelle

Como fundamentação teórica deste estudo escolheu-se como ponto de partida o livro *Pour une histoire du regard: L'expérience du musée au XIXe siècle*, de Pascal Griener (2017), e autores como Bourdieu (1989), Gonçalves (2016) e Poulot (2001), dentre outros.

VISITAR MUSEUS: UM HÁBITO CONSTRUÍDO

Até o século XIX os museus se limitavam a expor suas coleções, sem maiores preocupações quanto à transmissão de qualquer informação e era neles que a elite intelectualizada, principalmente os artistas, buscava aprimorar os seus estudos reproduzindo as obras expostas. Somente a partir de 1759 pode-se ter acesso livre ao British Museum e em 1855 ao Museu do Louvre (PATIN, 2012).

A abertura dos museus a um público menos específico se deu de forma gradual a partir do século XVIII e no século XIX os museus europeus, sobretudo da Inglaterra e da França, se tornaram locais de exposição e de representação da história das civilizações, devido aos objetos que passaram a compor seus acervos, fruto das escavações arqueológicas e da conquista de novas colônias (GRIENER, 2017).

Aos museus competia colecionar, proteger o patrimônio e educar a população, reforçando sua função educativa e vocação pública, fazendo com que os europeus tivessem, por

meio dos objetos simbólicos expostos nos museus, maior consciência de sua identidade, refletindo os seus contextos políticos, culturais e sociais (BALLÉ, 2004).

Mas pode-se dizer que visitar museus foi um hábito induzido na população tendo em vista atender a necessidade de conter os ânimos de determinada parcela da sociedade que, vinda do campo para trabalhar nas fábricas, precisava ser contida em seus momentos de lazer, recebendo instrução e deleitando-se com as coleções (GRIENER, 2017).

A classe social surgida com o capitalismo, com novas necessidades, gostos e desejos, foi buscar nos museus a compreensão e o “refinamento” necessários para seu estilo de vida. “A arte é de repente conhecida como um instrumento que abre aos Modernos o conhecimento de sentimentos, de sensações partilhadas pelas civilizações passadas” (GRIENER, 2017, p. 58) [tradução nossa].

O South Kensington Museum e o Museu do Louvre adquiriram algumas coleções do campo do fazer humano e um público nunca antes interessado em obras de arte e antiguidades passou a visitá-los. E o tempo livre associado ao interesse em “ver” fez com que a sociedade criasse o hábito de visitar museus, lugar de contemplação: um lugar onde se ia *ver*, onde se podia permitir que o visitante *contemplasse*, fascinado, as obras de arte e os objetos expostos (GRIENER, 2017).

Um novo conceito surge tanto na Inglaterra quanto na França no final do século XIX: o de show. O verbo inglês *to show* designava o ato de olhar atentamente, com concentração. Depois seu significado muda para o ato da demonstração: colocamos um objeto diante dos olhos para expô-lo aos olhos de outrem. Fazer ver é criar um ato de contemplação poderoso [...]. Na sua origem, o substantivo *show* designa curiosamente uma aparição fantasiosa – uma *exposição* temporária (GRIENER, 2017, p. 60) [tradução nossa].

A Grande Exposição Universal, realizada em Londres em 1851 por iniciativa dos grandes industriais e negociantes, tendo em vista expor e comercializar sua produção foi um marco divisor, pois “[...] transformou profundamente a cultura do olhar e, particularmente, a representação universalizante da cultura material” (GRIENER, 2017, 97-98) [tradução nossa].

As grandes exposições universais produzidas na Inglaterra, França e Estados Unidos, tinham como objetivo mostrar avanços e conquistas da indústria e exibir as riquezas culturais, sobretudo as coleções museológicas oriundas das conquistas de colônias e das escavações arqueológicas (GRIENER, 2017).

Os museus se inseriram definitivamente no mundo das representações abertas a toda a sociedade, embora com públicos distintos. As classes que se beneficiavam do privilégio da educação - grandes burgueses, profissionais liberais, funcionários e aristocratas - que se revelavam consumidores ávidos de espetáculos de toda natureza, tinham uma percepção diferente dos artesãos e operários do que era exposto nos museus, pois esses preferiam os museus que tivessem alguma relação com sua vida cotidiana e seu fazer (GRIENER, 2017).

No século XX, a visitação a museus se acentuou: “O conjunto de fenômenos derivados da revolução da educação, da conquista ao tempo livre e do desenvolvimento do turismo nos países desenvolvidos vai se refletir de maneira impressionante nos museus” (BOYER, 2008, p. 164 [tradução nossa]).

A modernização dos museus e das exposições, o uso da tecnologia, a produção de grandes exposições temáticas ou biográficas, os sistemas de recepção, as visitas mediadas e a gratuidade de entrada são fatores que contribuíram para o aumento da visitação e as exposições temporárias se tornaram uma constante (HÉRITIER, 2002).

As informações básicas que os museus têm de seus públicos são extraídas da bilheteria: o número de visitantes; pagante ou não pagante; estudante, adulto ou idoso. Mas eles são fragmentados, setorizados e geralmente desconhecidos. Segundo Tobelem “A questão dos públicos se constitui, sem dúvida, numa das dimensões fundamentais do museu contemporâneo, influenciando daqui em diante de maneira central, a reflexão estratégica por parte e seus responsáveis” (2013, p. 233) [Tradução nossa].

Embora ao longo dos anos a visitação aos museus tenha aumentado exponencialmente, as pesquisas de públicos aplicadas em países como a Holanda, França e Itália nos anos 1980 e 1990 apontam que o público local dos museus de arte não ultrapassa 20% da população, compreendendo pessoas adultas, com alto nível de educação, posição social e alta renda. Neste sentido, “As possibilidades de ação dos museus no sentido de aumentar seus públicos parecem singularmente limitadas, pois as causas da não frequência são exteriores ao museu nível de renda e de escolarização” (POULOT, 2001).

Bourdieu e Darbel (1969) corroboram o que os profissionais de museus já sabiam: os museus de arte são frequentados por uma elite sócio econômica, preparada para entender e apreciar o que vê, o que faz dos museus um instrumento de reprodução dos hábitos e preferências da sociedade. “Na sua presença o público reconhece a consistência simbólica e cultural das obras que, embora difusas, oferecem, de toda maneira, um espelho onde ele pode se reconhecer: os museus permitem que seja feito um processo de identificação social e política”. (HÉRITIER, 2012, p. 90) [tradução nossa].

Tobelem amplia a análise considerando os diferentes públicos da cultura e afirma que [...] “cerca de 10% da população francesa, que se caracteriza por uma frequência diversificada e regular dos equipamentos culturais, tem um grande nível de informação e se constitui no público ‘habitué’ (estas pessoas visitam mais de cinco museus por ano)” (2013, p.234).

RESULTADOS

Público ou públicos? Quem visita as exposições temporárias em Paris? Com exceção das cinco exposições sinalizadas (*) no quadro, que não eram exposições de arte, o resultado da observação indica que a maioria dos visitantes era de franceses que participavam de visitas mediadas, comentavam e questionavam o que viam, aparentavam idade acima de 60 anos, com predomínio da presença de mulheres. Algumas imagens fotográficas feitas pela pesquisadora sinalizam o perfil etário e de

gênero observado.

Presença rara nas exposições temporárias, os turistas em Paris limitam-se a conhecer os incontornáveis atrativos que habitam o seu imaginário e as exposições temporárias, principalmente de arte, são território quase privativo dos franceses.

REFERÊNCIAS

BALLÉ, Catherine et POULOT, Dominique. **Musées en Europe** - Une mutation inachevée. Paris: La Documentation Française, 2004.

BOURDIEU, Pierre. DARBEL, Alain. **O Amor pela arte**: museus de arte na Europa e seu público. São Paulo: editora Universidade de São Paulo, 2003.

BOYER, Marc. **Les villégiateurs du XVIe au XXIe siècle**. Panorama do turismo sedentário. Colombelles: Editions EMS, 2008.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Estação Liberdade, 2001

ESQUENAZI, Jean-Pierre. **Sociologie des publics**. Paris: Éditions Découverte, 2009.

GREINER, Pascal. **Pour une histoire du regard**. Paris: Hazan, Musée du Louvre, 2017

HÉRITIER, Annie. Le musée face au public. À la recherche du service public culturel. In REGOURD, Martine (Org). **Musées en mutation**: un espace public à visiter. Paris: L'Harmattan, 2002, p. 87- 109.

KNAFOU, Rémy. **Les lieux du Voyage**. Paris: Le Cavalier Bleu, 2012.

PATIN, Valéry. **Tourisme et patrimoine**. Paris: La Documentation Française. 2015.

POULOT, Dominique. **Patrimoine et musées**: L'institution de la culture. Paris: Hachette Livre, 2001.

SILVA, J.M. Michel Maffessoli: O imaginário é uma realidade. **Revista Famecos**, Porto Alegre, n.15, ago. 2001.

TOBELEM, Jean-Michel; **Les visiteurs**. In: **Le nouvel âge des musées**. Les institutions culturelles au défi de la gestion. 2e. Édition. Paris: Armand Colin Éditeur, 2013.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO E TURISMO POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO E O PLANEJAMENTO URBANO.

Paula Marques Braga¹
Barbara Puccinelli Perrone²

As ações de preservação do Patrimônio Cultural em nossas cidades, abrangem, em diversos casos, políticas e discursos atrelados à promoção turística deste patrimônio. Isso porque, de forma simplista e simplificada entende-se, ou faz-se entender, que o turismo é um agente potente para a preservação, através da dinâmica – promoção do turismo, incremento econômico, geração de emprego e renda, reinvestimento do lucro do turismo na preservação, lógica esta válida e validada pelas Normas de Quito (já revista em muitos aspectos) e por inúmeros projetos de intervenção que partem desta premissa, a promoção turística como meio de conservação do patrimônio cultural. No entanto, essa lógica não funciona como uma engrenagem assim tão bem articulada. Falha-se em muitos pontos. Ainda, esta falha leva ao comprometimento da preservação deste mesmo patrimônio cultural, objeto e objetivo (será?) inicial de toda a ação de intervenção. Refletir sobre estes aspectos é o objetivo do presente trabalho. Para tanto, considera-se os seguintes pontos – as dimensões do patrimônio cultural, vivência e identidade, turismo e suas facetas, patrimônio e validação histórica, políticas urbanas e diálogo com a dinâmica contemporânea. A análise de alguns casos específicos, em contextos políticos e culturais distintos, nos dá a dimensão do papel atribuído ao turismo, como agente promotor de cidades em contexto regional, nacional e mundial. Neste estudo, as cidades selecionadas são Holambra, cidade do interior paulista, Salvador, importante capital de apelo turístico, tanto nacional como internacionalmente, e Paris, cuja identidade e apelo no mercado mundial de cidades é amplamente reconhecida. Em todos estes casos, o que se observa, é o peso dos discursos preservacionistas e de promoção econômica destas localidades, pautados a exploração de aspectos culturais. O resultado final, em muitos casos, é uma sensação de estranhamento e, por fim, comprometimento de identidades e da própria ambiência histórica. Para essa discussão, portanto, é necessário, em primeiro lugar, ter em mente o entendimento claro quanto às dimensões culturais que caracterizam o que denominamos como patrimônio cultural e, mais recentemente, paisagem cultural, um desdobramento e ampliação da noção de patrimônio, considerando-se a paisagem como algo que extrapola os limites da área politicamente tombada e que, deste modo, faz parte da configuração, leitura e entendimento

1 Arquiteta e Urbanista e Mestre em Urbanismo pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Doutora em Arquitetura e Urbanismo pelo Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU) de São Carlos - USP. Pesquisadora do grupo de pesquisa Laboratório de Estudos do Ambiente Urbano Contemporâneo - LEAUC/IAU - USP.

2 Arquiteta e Urbanista pela Universidade São Francisco, Mestre em Arquitetura, Tecnologia e Cidade pela Unicamp. Docente do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade São Francisco.

do que se denomina histórico. Patrimônio Cultural é, para nós, aqui entendido como a relação entre patrimônio construído (material, de onde surge a ideia inicial de patrimônio e preservação, representado pela figura do monumento, em sua origem), o patrimônio imaterial (aspectos intangíveis do patrimônio, vinculado a ritos e tradições locais, e por isso dependente de formas de interpretação e políticas específicas, que será um contraponto interessante quando das análises das cidades em estudo, em que este aspecto possui pesos diferentes, revelando mesmo uma distinção entre os dois países no que se refere à preservação e leitura do tema patrimônio). Ainda, consideramos um terceiro elemento, a relação que cada indivíduo, ou grupo, estabelece com o lugar - formas de apropriação, dinâmicas urbanas cotidianas, vivências e experiências particulares que determinarão diferentes formas de leitura, reconhecimento e significação destes espaços, mais afetiva do que técnica propriamente. Considerando-se a relação entre usuário e lugar, indivíduo e espaço que ocupa e com o qual interage, podemos somar a questão do turismo e suas definições. Duas faces serão aqui importantes, a definição de Turismo cultural, aquele que tem por finalidade a interação visando a educação, ou seja, visitar para conhecer, de fato, a realidade do lugar, e o turismo predatório, atrelado ao consumo, a transformação do bem cultural em objeto-mercadoria. O Turismo Cultural, de acordo com o Conselho Internacional dos Museus (ICOM - declaração de Quebec, 1976), deve promover o “conhecimento de monumentos e sítios histórico-artístico” e implica em “benefícios sócio-culturais e econômicos (...) para toda a população implicada” (AMARAL 2006, p. 59). Esta modalidade de turismo diz respeito ao atrativo exercido pela cultura humana (história, cotidiano, artesanato), com o intuito de “(...) ver coisas novas; ampliar conhecimentos; observar particularidades e hábitos de outros povos; conhecer civilizações e culturas diferentes (...)” (SANTOS, 2006, p. 100, 101). Outro aspecto importante e que deve ser considerado, ainda que de difícil controle, diz respeito ao próprio comportamento do turista. Segundo Camargo (2009a, p. 78), esta falta de compreensão do turista em relação ao local visitado se dá pelo fato do tempo do turista estar associado ao ócio, um momento de “fuga da realidade”. Este aspecto é agravado, de acordo com Avila (2009, p. 117, 122), por faltar ao turista um amplo entendimento das características particulares do local visitado, o que pode gerar um estranhamento em relação ao local e, ao mesmo tempo “(...) perda de identidade, teatralização, descaracterização e banalização da cultura e criação de cenários para agradar ao olhar do turista” (AVILA, 2009, p. 117). Camargo (2009a, p. 82) lembra ainda que, devido ao contato do turista com a área e, portanto, com a população local, ser extremamente superficial, isso pode enfatizar preconceitos anteriores. Esta visão estigmatizada das áreas históricas, como locais de “(...) prostitutas, vendedores e desocupados”, lembra Coriolano (2006, p. 36), é utilizada para justificar a retirada da população anteriormente ali estabelecida, enaltecendo o turismo como atividade de grande impacto econômico. Publicações mais recentes têm se debruçado sobre as questões relativas ao Turismo Cultural propriamente, confrontando-se com a importância de se considerar a preservação do Patrimônio Cultural e o papel da população local para o sucesso da atividade. A análise

de trabalhos que se baseiam na crítica ao Turismo Cultural revela que estes são unânimes em apontar que o Patrimônio Cultural deve, em primeiro lugar, servir à comunidade local, para depois servir ao visitante. Até porque, como aponta Camargo (2009b, p. 324), o turista é atraído para visitar lugares singulares e que “Algo que não convence uma comunidade pode ser aceito de forma momentânea pelos turistas. Mas não se mantém e tal situação acelera seu declive” (CAMARGO, 2009b, p. 324). Neste sentido, Murta (2009, p. 137, 138, 146) aponta dois questionamentos fundamentais que devem ser feitos. Primeiramente, qual patrimônio se deseja preservar, se apenas o construído ou também as atividades ali desenvolvidas e as pessoas. A outra pergunta a ser feita diz respeito ao desenvolvimento que se deseja alcançar a partir da implantação da atividade turística, se apenas econômico ou “(...)um desenvolvimento integrado, que promova a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida das pessoas, a preservação de nossas paisagens culturais e naturais, além da satisfação dos visitantes” (MURTA, 2009, p. 137, 138). Neste contraponto entre estas duas formas de leitura do fenômeno do turismo, estão o agente promotor, estado, iniciativa privada, e o perfil do usuário, o que nos leva ao questionamento sobre quem é o turista, essa figura para a qual, no final, se projeta, promove, preserva lugares. Visita-se um local considerado histórico para quê? Qual a finalidade? Conhecer o outro ou reconhecer-se no lugar? Essas questões são importantes pois impactam na forma como as políticas de preservação são moldadas e, conseqüentemente, nos aspectos que devemos analisar, confrontando discurso e prática em intervenções urbanas. Assim, estabelece-se o viés desta pesquisa, cuja estrutura metodológica compreende duas frentes de análise. De um lado, temos a revisão bibliográfica que sustenta seu arcabouço conceitual – considera-se aqui as definições de Turismo, Patrimônio Cultural, Paisagem Urbana. De outro lado, estão as análises empíricas, em que se busca analisar situações específicas a fim de aproximar a teoria à prática sobre o território. Nesse sentido, os estudos de caso são analisados a partir dos seguintes aspectos – formação histórica da cidade, preservação do patrimônio (políticas de preservação e promoção), relação entre teoria e prática de intervenção, verificando-se a natureza do diálogo entre planejamento urbano e políticas de preservação, no âmbito da esfera pública. A escolha destas três cidades nos permite um amplo leque de situações urbanas, e de preservação, que são bastante particulares, mesmo quando analisadas sob o olhar de uma ótica comum, preservação de aspectos culturais e sua promoção turística através de políticas específicas. No contexto brasileiro, temos duas situações bastante distintas. De um lado, Salvador, cujo centro histórico, reconhecido como patrimônio da humanidade, é alvo de ações de intervenção polêmicas, desde a década de 1990, com expulsão de moradores, paralizações, intervenção do Ministério Público, processos de privatização e segregação. De outro, Holambra, uma cidade ainda jovem, do interior paulista, que pauta sua identidade atrelada à imigração e à economia, explorando, muitas vezes de forma caricata, estes elementos. No contexto francês, temos o centro de Paris, com seus monumentos que povoam o imaginário de turistas do mundo todo e que passa por novos processos também. Um fenômeno recente que tem alterado dinâmicas no

centro antigo de Paris é o efeito do AirBNB no esvaziamento desta área, que vem sofrendo com a saída de moradores locais, que passam a destinar seus imóveis a esta nova modalidade de hospedagem, esvaziando o centro de seus antigos moradores, comprometendo também a vida urbana cotidiana. Mesmo consolidado, o centro é dinâmico e sofre as consequências de intervenções diversas, as quais estão sujeitas toda a cidade, sem distinção. Contraditório? Com certeza não. Contraditória é a visão que define perímetros, cria limites, delimita o tempo. Definições necessárias pautadas em processos metodológicos, é verdade, para nortear projetos e intervenções urbanas, mas que não devem ser justificativas para leituras parciais de cidade, fragmentada, especializada, destinada a usos e usuários tão específicos que só nos levam ao estranhamento. Nosso questionamento, ao investigar como as políticas de preservação, turísticas e de planejamento urbano dialogam ou, em muitos casos, se contrapõem, é justamente possibilitar a análise e convidar ao debate de novas leituras do tecido urbano, de forma conjunta, considerando as particularidades de cada área mas, também, sua inserção na dinâmica da cidade como um todo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Maurício. Sobre a memória das cidades. In CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org). **A produção do espaço urbano. Agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo: Contexto, 2012, p. 19-39.
- AMARAL, Eduardo Lúcio G. Museu, memória e turismo: por uma relação de liberdade. In MARTINS, Clerton (Org). **Patrimônio Cultural. Da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006, p. 51 – 63.
- AVILA, Marco Aurélio. Política e planejamento em turismo cultural: conceitos, tendências e desafios. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). **Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: EDITUS, 2009, p. 109-124.
- CAMARGO, Patrícia de. Os impactos do turismo cultural. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). **Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: EDITUS, 2009a, p. 69-88.
- _____. Museus e turismo: formando e fidelizando as demandas a partir dos programas educativos. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). **Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: EDITUS, 2009b, p. 317-330.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CORIOLOANO, Luzia Neide. Espaço, poder e exclusão: contexto econômico-social do patrimônio cultural do lugar turistificado. In MARTINS, Clerton (Org). **Patrimônio Cultural. Da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006, p. 31 – 37.
- COSTA, Everaldo Batista da. **A dialética da construção destrutiva na consagração do Patrimônio Mundial**. São Paulo: Humanitas, Fapesp, 2010.
- DELGADO, Manuel. **La ciudad mentirosa, fraude y miséria del “modelo Barcelona”**. Madrid: Catarata, 2007.

- GRIMSON, Alejandro. **Los límites de la cultura: crítica de las teorías de la identidad**. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2012.
- HAESBAERT, Rogério. Identidades territoriais. In ROSENDAHL, Zeny; CORRÊA, Roberto Lobato (Org). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1999, p. 169-190.
- MUÑOZ, Francesc. “Lock living”. Paisajes urbanos de la seguridad. In CCCB Centre de Cultura Contemporània de Barcelona. **Debate Traumas Urbanos. La Ciudad y los Desastres**, 2004, p. 227 a 237. Disponível em <<http://www2.cccb.org/transcrip/urbanitats/traumes/pdf/FrancescMunoz.pdf>>. Acesso em 04 nov 2010.
- MURTA, Stela Maris. Interpretar o patrimônio: um desafio para o turismo cultural. In CAMARGO, Patrícia de; CRUZ, Gustavo da (Org). **Turismo Cultural: Estratégias, sustentabilidade e tendências**. Ilhéus: EDITUS, 2009, p. 137-162.
- REIS, Nestor Goulart. Patrimônio Cultural e problemas urbanos. In CORRÊA, Elyane Lins; GOMES, Marco Aurélio Filgueiras (Org). **Reconceituações Contemporâneas do Patrimônio**. Salvador: EDUFBA, 2011, p. 117-127.
- SÁNCHEZ, Fernanda. **A reinvenção das cidades para um mercado mundial**. Chapecó: Argos, 2010.
- SANTOS, Adriane Hortêncio Pereira dos. Artesanato local como expressão diferencial para o lugar turistificado – arte e ofício de artesão no Ceará. In MARTINS, Clerton (Org). **Patrimônio Cultural. Da memória ao sentido do lugar**. São Paulo: Roca, 2006, p. 91 – 104.
- ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In ARANTES, Antonio A. (Org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000, p. 80-103.

VOZES DA RIBEIRA:
Um estudo sobre a gestão participativa e o incentivo ao
turismo no bairro da Ribeira, Natal, Brasil.

Maria Augusta Wanderley Seabra de Melo¹

Maria Lúcia Bastos Alves²

INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo central analisar a implementação de projetos e programas de reabilitação urbana e da gestão participativa do patrimônio cultural do bairro da Ribeira, localizado na cidade de Natal/RN, Brasil, tendo em vista o fomento ao turismo cultural. Um aspecto preponderante na investigação do patrimônio cultural refere-se ao processo de preservação dos bens tangível e intangíveis como fator fundamental para que se possa conhecer a história cultural, social e política de determinado local. No Brasil, apesar das primeiras ações de preservação do patrimônio histórico-cultural terem início a partir da década de 1930, somente nas décadas de 1980 e 1990 que as políticas públicas governamentais em parceria com empresas privadas contemplaram a revitalização dos centros e bairros históricos associada ao uso turístico. A Ribeira, um dos núcleos fundadores de Natal, após o seu apogeu como centro comercial, eixo da vida cultural, social e econômica da cidade, sofreu uma dinâmica urbana de perda de suas funções originais diante dos estímulos de modernização que conduziram a cidade para novos espaços. Seguindo as tendências das demais capitais brasileiras, o bairro foi o primeiro da cidade de Natal contemplado com projetos e planos governamentais de requalificação urbana, com o incentivo a habitação social e ao turismo cultural. Ademais, atualmente o bairro é declarado pelas autoridades de preservação do patrimônio nacional como local de representatividade histórica, arquitetônica, artística e paisagística que deve ser preservado para usufrutos das presentes e futuras gerações. Tendo em vista tais iniciativas de proteção e utilização, problematiza-se até que ponto ocorreu a implementação de projetos e programas de reabilitação urbana e a gestão participativa do patrimônio cultural do bairro da Ribeira localizado na cidade de Natal/RN, Brasil, tendo em vista o fomento ao turismo cultural.

METODOLOGIA

Diante deste cenário, examina-se qualitativamente a efetividade das ações políticas relacionadas a preservação e valorização do patrimônio cultural associados aos valores

1 Mestra em Turismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). E-mail: gutawanderley@hotmail.com.

2 Doutora em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professora do Departamento de Ciências Sociais, do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) e do Programa de Pós-Graduação em Turismo (PPGTUR) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). E-mail: mluciabastos29@yahoo.com.br.

éticos e estéticos expressos nas narrativas de diversos atores que interagem com o referido bairro: antigo e novos moradores, comerciantes, técnicos do patrimônio e visitantes. Desde modo, os dados da pesquisa foram obtidos por meio de entrevistas semiestruturadas com os referidos sujeitos e pela análise do discurso dos gestores públicos impresso nos documentos governamentais de requalificação da localidade investigada, a saber: Processo de Tombamento nº 1.588-T-08; Plano de Reabilitação de Áreas Centrais – Ribeira. Optou-se pelo método descritivo etnográfico como recurso analítico para a leitura da literatura e dos documentos produzidos sobre o local associados as dissonantes vozes sobre as concepções de patrimônio e cultura.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

As políticas públicas, diante de sua função regulamentadora, caracterizam-se como elemento fundamental para preservar e gerir democraticamente o espaço público, garantindo a oportunidade para o intercâmbio social, cultural, político e turístico sustentável nas sociedades contemporâneas. Entretanto, em termos empíricos, os resultados deste estudo apontaram para uma lacuna de falta de diálogo entre os gestores públicos e a população local, contradizendo os preceitos da gestão participativa. Percebeu-se a inabilidade do poder público em atrair os investimentos da iniciativa privada no bairro em questão. Por fim, identificou-se uma contradição entre o discurso impresso nos documentos oficiais e a realidade relatada pelos sujeitos que vivem e compõem a Ribeira.

PALAVRAS - CHAVE

Patrimônio Cultural; Gestão participativa; Turismo Cultural.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ARRAIS, Raimundo. **O corpo e a alma da cidade**: Natal entre 1900 e 1930. Natal: EDUFRN, 2008.
- AVIGHI, Carlos Marcos. Turismo, globalização e cultura. *In*: LAGI, Beatriz Helena Gelas; MILONE, Paulo César. **Turismo**: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
- BOTELHO, Isaura. Dimensão da cultura e políticas públicas. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 15, n. 2, abr/jun 2001, p. 73-84.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos**: conflitos multiculturais da globalização. 4 ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 1999.
- _____. **Culturas Híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. 4 ed. 6 reimp. São Paulo: USP, 2013 (Ensaio Latino-Americanos, 1).
- _____. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 23, 1994, p. 94-115.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **História da cidade do Natal**. 4 ed. Natal: EDUFRN, 2010

(Coleção História Potiguar).

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. Tradução: Teresa Castro. 3 ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

DIAS, Reinaldo. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Da modernização à participação: a política federal de preservação nos anos 70 e 80. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, n. 24, 1996, p. 153-164.

_____. **O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro / Brasília: Editora UFRJ / MinC-IPHAN, 2005.

_____. Referências culturais: base para novas políticas de patrimônio. *In*: Inventário Nacional de Referências Culturais. **Manual de Aplicação**. Brasília, IPHAN, 2000.

FURTADO, Edna Maria. A espacialidade do turismo na cidade de Natal – RN. **Vivência** – Revista de Antropologia, n. 34, 2008, p. 143-152.

IPHAN, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Processo de tombamento nº 1.558-T-08**. Brasília, 2008.

KRIPPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo para uma nova compreensão do lazer e das viagens**. São Paulo: Aleph, 2000.

LIMA FILHO, Manuel Ferreira; ECKERT, Cornelia; BELTRÃO, Jane Felipe (Orgs.). **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

PAES, Maria Tereza Duarte. **O lugar no mundo contemporâneo: turismo e urbanização em Ubatuba-SP**. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 1999.

_____. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. **GEOUSP Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 17, 2005, p. 95-105.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil**. Rio de Janeiro / Brasília: Nova Fronteira / Fundação Nacional Pró-Memória, 1985.

MARTINS, Angela Maria Moreira. Turismo realmente sustentável: um conceito a desenvolver. *In*: MUNIZ, José Norberto; GOMES, Elaine Cavalcante. **Participação social e gestão pública: as armadilhas da política de descentralização**. Viçosa: UFV, 2002.

MIRANDA, João Maurício Fernandes de. **Evolução urbana de Natal em 400 anos: 1599-1999**. Natal: Prefeitura de Natal, 1999.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina (Orgs.). **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

NESI, Jeanne Fonseca Leite. **Natal Monumental**. Natal: Fundação José Augusto, 1994.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. 5 ed. 14 reimp. São Paulo: Brasiliense, 2012.

_____. **A moderna tradição brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1994.

OURIQUES, Helton Ricardo. **A produção do turismo: fetichismo e dependência**. Campinas: Alínea, 2005.

SANTANA, Agustín. **Antropologia do Turismo**: analogias, encontros e relações. São Paulo: Aleph, 2009 (Série Turismo).

TINOCO, Marcelo Bezerra de Melo; BENTES SOBRINHA, Maria Dulce Picanço; TRIGUEIRO, Edja Bezerra Faria (Orgs.). **Plano de Reabilitação de Áreas Centrais – PRAC/Ribeira**. Natal: EDUFRN – Editora da UFRN, 2008.

UNESCO, Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

URRY, John. **O olhar do turista**: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel / SESC, 2001.

PROCESSOS DE ELABORAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO ÂMBITO DA INSTÂNCIA DE GOVERNANÇA DE TURISMO DE BRASÍLIA-DF.

Cleber Augusto Trindade Castro¹

A chancela de Patrimônio Mundial e as diretrizes políticas globais implicam, entre outros aspectos, na indicação da constituição de instâncias de governança e adoção de estratégias de democratização para a gestão pública do patrimônio cultural, em geral, e para políticas públicas de uso turístico desse patrimônio, em específico.

A noção atual de patrimônio cultural evoluiu a partir do século XVIII, no contexto da Revolução Francesa, quando foi necessário decidir sobre o destino dos bens materiais (edificações, obras de artes, mobiliário, utensílios etc.) que pertenciam à monarquia e à nobreza, destituídas de poderes. Muitos desses bens foram destruídos, com a intenção de eliminar os vestígios da monarquia, mas também se desenvolveu a ideia de conservar e proteger parte desses bens, como herança histórica e cultural da nação francesa em formação, com a intenção também de simbolizar o processo de mudança do controle social pelo povo (CHOAY, 1996).

Após as duas grandes guerras em escala mundial do século do XX, dois fenômenos importantes e correlacionados passaram a contribuir para as características da sociedade contemporânea: o primeiro é o processo de “fabricação” do patrimônio mundial (BERLINER; BORTOLOTTI, 2013) ou de “patrimonialização global” (COSTA, 2015), que consiste no entendimento de que, para além do patrimônio cultural representativos da história e da cultura de sociedades específicas, ou mesmo de Estados nacionais, existem elementos representativos da história e da cultura da humanidade, em sua totalidade; o segundo é a massificação do turismo (HOBSBAWM, 1995; BOYER, 1999), ocorrida a partir das condições sociais e tecnológicas daquele período, que compreende tanto a expansão da quantidade de pessoas que empreendem viagens turísticas, quanto à estruturação de redes de organizações e profissionais que auxiliam na mediação dessa prática e à competição dos lugares para atração desses fluxos de turistas.

Assim, este trabalho tem o objetivo geral de analisar as influências da chancela de Patrimônio Mundial da Unesco que Brasília-DF possui no processo de elaboração de políticas públicas pela instância de governança de turismo do Distrito Federal brasileiro. Foram estabelecidos como objetivos específicos: a) compreender os processos de reativação, estruturação e funcionamento do Conselho de Desenvolvimento do Turismo do Distrito Federal (Condetur-DF); b) evidenciar os grupos de agentes sociais representados no Condetur-DF, tal como seus princípios e estratégias de atuação nesse Conselho; e c)

¹ Professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

relacionar as discussões e decisões do Condetur-DF com as diretrizes políticas para a gestão pública do uso turístico do Patrimônio Mundial de Brasília.

A pesquisa faz uma abordagem qualitativa e foi desenvolvida a partir de um estudo de caso do Condetur-DF. O estudo foi desenvolvido com levantamento e análise de conteúdo semântica de cinquenta e seis atas que registram todas as reuniões ordinárias desse Conselho no período de junho de 2010 a dezembro de 2016.

Para as análises, foram considerados os seguintes aspectos: 1) o processo eletivo dos integrantes; 2) o equilíbrio da representatividade; 3) a avaliação do desempenho e do grupo; 4) a disseminação e acesso à informação; 5) as parcerias firmadas para políticas de uso turístico do patrimônio cultural; 6) observância das diretrizes políticas de uso turístico do Patrimônio Mundial; e 7) a continuidade das políticas públicas.

PROCESSO ELETIVO DOS INTEGRANTES

A Unesco (2010; 2013) e (2002) ao estabelecer as diretrizes políticas internacionais para a gestão pública do uso turístico do Patrimônio Mundial indica a necessidade de participação dos diversos *stakeholders* (grupos sociais com interesses nas ou atingidos pelas políticas públicas) nas etapas de planejamento, tomada de decisões e implementação dessas políticas. A instância de governança deverá viabilizar a participação desses grupos por meio de processo eletivos na forma prevista.

EQUILÍBRIO DA REPRESENTATIVIDADE

A Unesco (2010) indica que os diferentes *stakeholders* podem perceber de maneira diferente os riscos e os ganhos com o uso turístico do Patrimônio Mundial. Nesse aspecto, é primordial a participação dos diversos setores (sociedade, setor privado, setor público etc.) que irão compor o Conselho. Além disso, é uma forma de assegurar a presença de instituições e grupos ligados ao patrimônio cultural sendo representados no funcionamento da instância de governança.

AValiação DO DESEMPENHO DA INSTÂNCIA E DO GRUPO

A avaliação de desempenho de governança constitui importante ferramenta para aferir os resultados obtidos por meio da implementação das políticas de turismo instituídas. Assim, os aspectos quantitativos e qualitativos são observados nesse processo cujo fim é a promoção do aperfeiçoamento ou descontinuidade de uma determinada política como ação de governança.

Portanto, os órgãos de governança devem prever meios, ferramentas e estratégias de avaliação de seu desempenho, em especial quanto às políticas públicas elaboradas em seu âmbito e a efetiva implementação dessas políticas. Além disso, o grupo precisa estabelecer estratégias e meios de se autoavaliar. Essa autoavaliação pelo conjunto de representantes na instância de governança precisa considerar as atuações individuais, as contribuições para o funcionamento da instância e para as políticas públicas elaboradas e implementadas, entre outros aspectos.

DISSEMINAÇÃO E ACESSO À INFORMAÇÃO

Esse aspecto diz respeito às estratégias comunicacionais e de acesso às informações das instituições da rede de gestão do Patrimônio Mundial, para subsidiar os processos de tomada de decisões (STEVENSON; AIREY; MILLER, 2008), enquanto elementos essenciais da elaboração de políticas.

Nesse aspecto, a criação de canais de comunicação, bem como, de ferramentas tecnológicas é importante, visto que gera informação para subsidiar o processo decisório na instância de governança. Esse aspecto considera, também, a presença de representantes de instituições de ensino e pesquisa, tanto sobre turismo, quanto sobre cultura e o processo de patrimonialização. Isso ocorre porque essas instituições possuem uma série de informações e dados acerca dessas temáticas. Ademais, a partir dos estudos e análises que integram esse processo, as diretrizes, as ações e as consequências de determinadas políticas públicas podem ser avaliados e, se necessário, redirecionadas.

Por outro lado, a disseminação de informações entre os integrantes das instâncias de governança também contribui para a garantia de transparência nas ações desenvolvidas em âmbito desses órgãos.

PARCERIAS FIRMADAS PARA POLÍTICAS DE USO TURÍSTICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL

Relacionadas à quantidade e qualidade das parcerias formadas pela instância de governança local de turismo (NÓBREGA, 2015), essa variável procura estabelecer a verificação das colaborações mútuas para políticas para o uso turístico do Patrimônio Mundial.

De acordo com Schneider (2005), a cooperação é um ponto central sustentado pela governança como estratégia de gestão pública e Nóbrega (2015) aponta que deve ser considerada não somente a quantidade, mas também a qualidade das parcerias. Por isso, desmembramos essas parcerias para analisar aquelas que dizem respeito ao apoio técnico para o processo de elaboração das políticas e gestão pública do turismo nas áreas patrimonializadas daquelas que envolvem investimentos de recursos financeiros para a implantação dessas políticas.

OBSERVÂNCIA DAS DIRETRIZES POLÍTICAS DO USO TURÍSTICO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL

A instância de governança ao elaborar as políticas do uso turístico do Patrimônio Mundial deverá observar o aparato normativo constituído por princípios, orientações e regras estabelecidas pela Convenção do Patrimônio Mundial (UNESCO, 1972) e pelo conjunto de diretrizes para a elaboração das políticas públicas para o turismo. Dessa maneira, é possível analisar os níveis de alinhamento do processo de elaboração dessas políticas com princípios norteadores estabelecidos pelas instituições da rede de gestão pública do turismo em áreas do Patrimônio Mundial, previstas em documentos oficiais ou resultados de eventos internacionais sobre o tema.

Assim, os impactos negativos que o turismo pode provocar nos sítios do Patrimônio Mundial, descaracterizando aspectos da autenticidade, principalmente a partir do crescimento descontrolado dos fluxos de visitação nessas áreas deverão ser analisados (UNESCO, 2013). Em razão disso, o turismo massivo, como fenômeno invasivo, é considerado um fator de risco ao Patrimônio Mundial, juntamente com fenômenos naturais (UNESCO, 2010).

CONTINUIDADE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

A continuidade de políticas públicas exitosas é uma importante decisão a ser tomada por diversos governos, sobretudo, quando agentes públicos tentam personificar-se por meio da atuação do Estado. Assim, a instância de governança é um importante elemento nesse processo, visto que sua atuação não é direcionada a beneficiar ou dar visibilidade ao governo. Afinal, a sua composição heterogênea a qualquer governo permite isso.

Assim, analisar a capacidade de continuidade nas políticas públicas verifica-se um dos principais fins das instâncias de governança. Considera-se que comumente ocorrem interrupções em programas e ações públicas quando da mudança em grupos político-partidários nos governos. Portanto, o funcionamento eficiente dos órgão de governança pode ser um meio de garantia da implementação de políticas públicas de maneira ininterrupta. Essa garantia, por sua vez, é indicativa de maturidade institucional e de que o funcionamento das instâncias de governança coaduna-se com princípios republicanos de que os bens e as políticas pertencem à esfera pública. Esses princípios, portanto, desconsideram visões personalistas sobre os governos, bem como desatrela o pertencimento dos projetos públicos dos grupos que eventualmente estão exercendo o poder estatal.

A pesquisa evidencia que o título de Patrimônio Mundial é negligenciado no processo de elaboração de políticas públicas de turismo em âmbito do Condetur-DF. Em parte, em função de uma visão restrita sobre o patrimônio cultural. Também pelas características do turismo que prevalece em Brasília, com demanda predominantemente motivada por se tratar da capital político-administrativa do país. Ademais, o Condetur-DF constitui-se como um espaço institucional majoritariamente composto por representantes do setor privado de mediação o turismo, que compreende, ainda, que a gestão do patrimônio cultural de Brasília está sob responsabilidade de organizações exógenas ao Conselho.

Nas ações referentes ao funcionamento do Condetur-DF, em geral, e na elaboração de políticas públicas para o uso turístico do Patrimônio Mundial de Brasília, em âmbito do Conselho, em específico, está presente de maneira pragmática uma noção restrita de turismo, embasada no pressuposto de que a atividade comercial que media as práticas e as experiências são o cerne, muitas vezes com exclusividade, dessas políticas.

O CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM - PARÁ: Práticas governamentais e não governamentais.

Emanuella Da Silva Piani Godinho¹

RESUMO EXPANDIDO

Este artigo propõe uma análise sobre discursos, diretrizes e as práticas governamentais e não governamentais nas intervenções urbanas e propostas de políticas públicas direcionadas ao Centro Histórico de Belém nos últimos anos. Busca-se aqui, pontuar como o planejamento estratégico do poder público tem atuado sobre a política de preservação do Patrimônio Cultural e os índices urbanísticos que compõem o centro institucional de Belém na estruturação de um polo econômico, assim como pontuar a atuação de grupos de produção artística e cultural em ações e propostas alternativas de organização, representação e consumo do sítio histórico belenense.

Belém, situada no estado do Pará, tem mais de 400 anos desde sua fundação. Seu núcleo pioneiro é marcado por influências colonizadoras portuguesas, italianas e francesas, em sua morfologia e edificações, recebendo assim, instrumentos de preservação do patrimônio cultural arquitetônico, urbanístico e paisagístico, pelo menos, desde os anos 1960. Veremos que, o desenvolvimento desses instrumentos de preservação têm influência quase que direta de um processo de “Renovação Urbana” pós Segunda Guerra Mundial (VARGAS; CASTILHO, 2006), articulada em território brasileiro durante o período da ditadura, e que trouxe consigo referências internacionais de construir e morar. Isso porque, num primeiro momento, o superadensamento e a mercantilização das áreas centrais em 1960, repercutiram na expansão urbana de novos eixos principais da cidade ditados pelo Movimento Moderno e a verticalização. Em contrapartida, essas ações acabam gerando um progressivo esvaziamento da área central de suas funções, e com isso, a destruição e perda de exemplares do patrimônio cultural que compunham a área.

Esse esvaziamento da área central, somado a um cenário de novas funções e influências tipológicas, reflete não só o caráter de urgência que assinalou os tombamentos para preservar o acervo material ali existente, mas também um movimento de ocupação dessa área por novas camadas sociais com outras condições financeiras, outros hábitos de consumo e outras formas de apropriação do espaço (GODINHO, 2019). E é a classe profissional dos artistas que se constitui como pioneira desse movimento (PONTE, 2004). Atraídos pela facilidade de acesso e preços baixos que a área central oferece - devido ao seu processo de desvalorização -, os artistas passam a organizar novas formas de ocupação e estabelecimentos, que trazem consigo não somente um outro estilo de vida, mas produções artísticas que imprimem uma nova representação estética e de consumo visual da área

¹ Arquiteta e Urbanista, Mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal do Pará (UFPA) – Instituto de Tecnologia (ITEC). E-mail: emanuellapiani@gmail.com

antiga da cidade. Ao longo dos anos de 1980, esse cenário artístico foi se consolidando, criando núcleos de relacionamento que fazem do centro antigo não somente a sua moradia, mas objeto de suas obras de arte.

É dentro desse contexto que organizações não governamentais como a Associação Fotoativa passam a surgir, e que ao longo dos últimos anos vêm ganhando mais força e influência no que se refere a práticas e intervenções na área que conforma o Centro Histórico de Belém.

Historicamente, o setor patrimonial tem pouca visibilidade e investimento do Estado. Fonseca (2005) elucida que no território nacional a questão da cultura encontra fortes resistências por parte da classe política. Segundo a autora, de acordo como o discurso político, isso não renderia votos. O discurso que se imprime – nem sempre explicitamente - é o de que ações na área da cultura não se constituem em necessidades essenciais para a população (FONSECA, 2005). Ignorando não só toda uma questão de direitos culturais e de identidade, como também um meio de renda e educação social. Isso é uma desvalorização que se acumula de anos. Recentemente, porém, de acordo com Fonseca: “(...) vem se observando um crescente interesse de governos de estados e municípios em marcar sua atuação em iniciativas na área da cultura” (2005. p. 75).

A cultura nas novas gestões urbanas (COSTA, 2015) vem assumir um papel de “culturalismo de mercado” (ARANTES, 2005. p. 16). Projetos que se estabelecem em modelo de empreendimentos, demonstram escolhas que atendem a um padrão internacional de reconfiguração de centros históricos urbanos. Agora a compreensão que se faz de “salvação” é de uma recuperação ativa que possa significar o interesse não só local, mas possivelmente mundial (GODINHO, 2019). Dessa forma, a área mais antiga da cidade se vê inserida numa lógica em seus serviços e infraestrutura devem satisfazer interesses globais.

É possível determinar o Turismo como um atributo articulador, que coloca os interesses econômicos atrelados a uma noção de preservação e identidade regional. Podemos acompanhar o fomento ao turismo como uma das diretrizes prioritárias institucionalmente desde o Plano Diretor de 1993 e sendo reforçada com mais ênfase no Plano Diretor de 2008. Num contexto mais recentemente, que buscamos analisar aqui, o turismo é também um dos principais motores do lançamento dos planos “Belém Porto Futuro”, iniciativa federal de revitalização da área portuária de Belém, e o “Desenvolve Belém”, programa de iniciativa municipal. Ambos ainda preliminares em sua execução, mas que já nos permitem lançar um olhar crítico sobre as orientações das intervenções propostas e os interesses contidos nestas. Identificamos nestes um discurso que se coloca como democrático, e o patrimônio material sendo reforçado pelos demais atributos culturais. Contudo, a leitura do espaço e orientação de ações urbanísticas caracterizam-se por um pragmatismo absoluto. O valor atribuído aos atributos urbanísticos e culturais, são orientados de acordo com relações de poder das corporações e da burocracia de Estado, e os mecanismos de implantação desses planos preveem grande impacto urbanístico (GODINHO, 2019). Essa relação de poder

desigual, com base na dominação que se estabelece com intervenção do Estado planejador, é que cria o que se denomina como “Polo de Crescimento Econômico”.

Disposto esse panorama, identificamos que existem, atualmente, dois movimentos principais que articulam o Centro Histórico de Belém: As ações governamentais, caracterizadas pelos projetos “Porto Futuro” e “Desenvolve Belém”; e as ações não governamentais, impulsionadas por produtores culturais e iniciativas como o “Projeto Circular”, por exemplo. Buscamos, através de documentos oficiais e não oficiais, analisar a atuação desses dois agentes sociais, identificar como estes dialogam entre si e como se relacionam como estruturantes da paisagem pós-moderna (ZUKIN, 2000) do Centro Histórico de Belém. Vemos o poder público assumindo estratégias de intervenção no espaço público histórico, mas colocando seu patrimônio cultural material como ativo econômico (CHOAY, 2001) cada vez mais em função do mercado, através de parcerias com a iniciativa privada. Por outro lado, o movimento artístico se oferece como “alternativa” a esse cenário e, aparentemente, busca formas de inserir e integrar o que a gestão urbana renega, mas que, por vezes, reforçam uma certa estética de consumo da área.

O artigo procura uma discussão que traga a questão do Centro Histórico de Belém através desses agentes, visando ir além dos discursos ditados pelos mesmos, apontando como as políticas propostas por estes vêm progressivamente atuando na construção do espaço e moldando o território e a apreensão simbólica do mesmo.

REFERÊNCIAS:

ARANTES, Otilia Beatriz Fiori. A “virada cultural” do sistema das artes. **Margem Esquerda: Ensaios Marxistas**, São Paulo, n. 6, p. 62-75, 2005.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução: Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 2001.

COSTA, Everaldo Batista da. **Cidades da patrimonialização global: simultaneidade totalidade urbana - totalidade-mundo**. São Paulo: Humanitas, FAPESP, 2015.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: UFRJ; Minc - Iphan, 2005.

GODINHO, Emanuella da Silva Piani. **A invenção do Centro Histórico de Belém, Pará**. 318 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Belém, Universidade Federal do Pará, Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, 2019.

PONTE, Juliano Ximenes Pamplona. **A Orla de Belém: intervenções e apropriação**. 212 f. 2004. Dissertação (Mestrado) – Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VARGAS, Heliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard (Orgs.). **Intervenções em Centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados**. 1. ed. São Paulo: Manole, 2006.

ZUKIN, Sharon. Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antônio Augusto (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000. p. 80-103.

OS DESAFIOS DE PRESERVAÇÃO E PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO PARÁ.

José Maria Reis e Souza Junior¹

INTRODUÇÃO

Se consideramos os contextos políticos mais relevantes no Pará, a partir da década de 80 do século passado até os dias atuais, vamos perceber que houve uma sucessão de administrações, a nível estadual, entre PMDB/MDB e PSDB, ressaltando-se o período de 2007 a 2010 em que houve um governo do PT, com a arquiteta Ana Júlia, e um interstício entre 1994 e 1995 em que o empresário Carlos Santos (então, vice-Governador) assumiu o governo após o titular, Jader Barbalho se descompatibilizar para concorrer ao Senado; períodos estes muito menores que os demais obtiveram, e que somente por isso não consideraremos nessa avaliação comparativa.

Assim, no campo da cultura curiosamente podemos também perceber nesse período dois cenários políticos muito antagônicos, dois estilos de gestão, a partir da atuação de dois gestores públicos que assumiram, cada um a seu tempo, a pasta da educação e cultura no governo estadual. Referimo-me ao professor Paes Loureiro e ao arquiteto Paulo Chaves. Do período destacado, em que o professor, pesquisador e poeta João de Jesus Paes Loureiro esteve Secretário de Cultura (1987-1990), apesar de menor em comparação ao do segundo a ser abordado, foi possível depreender um conceito: cultura é popular.

Só para se ter como exemplo, o “Preamar” que foi realizado duas vezes ao ano (durante as férias de julho e em outubro durante o Círio de Nazaré) ao longo de seus 4 anos de gestão realizou cerca de 416 espetáculos, 56 cursos e oficinas, 44 exposições de artes plásticas e 17 debates públicos (LOUREIRO,1995; CASTRO; CASTRO, 2012).

Já Paulo Chaves Fernandes esteve Secretário de Estado de Cultura do Pará por 20 anos, e sua gestão foi fortemente marcada por um espírito elitista, idealista e conservador (CASTRO; CASTRO, 2016), que privilegiou o campo da chamada cultura erudita, em detrimento (para não falar de pré-conceito) do campo das culturas populares e comunitárias.

METODOLOGIA

A metodologia desenvolveu análise comparada e crítica de fontes, pesquisas e referenciais teóricos sobre a política cultural no Pará, em um âmbito geral, e mais especificamente sobre a situação do patrimônio histórico-cultural edificados tombados pelo estado, isso durante o que se convencionou chamar de “Nova República”. Pesquisas de gabinete, participação em reuniões e eventos públicos, e conversas com informantes-chaves compõem o ferramental

¹ Bacharel em Turismo (UFPA), Mestre em Geografia (UFPA) e Doutorando em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA), com doutorado sanduiche na Universidade de Santiago do Chile (USACH). Professor colaborador do FIPAM/NAEA/UFPA. Bolsista CNPq. Foi Diretor de Patrimônio da SECULT PA em 2019.

metodológico adotado neste trabalho. Pesquisa exploratória ainda em fase de inicial, limitando-se nesse momento à discussão teórica e ao comentário de algumas impressões, muito a partir de nossa atuação no campo do patrimônio histórico-cultural.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir desse cenário da política cultural paraense (da década de 80 do século passado até os dias atuais) é possível perceber que as limitações e desafios que temos são grandes e históricos, no que tange a preservação e promoção do patrimônio, sobretudo desse patrimônio edificado; pois em que pese, como foi dito, houvesse uma concentração de recursos para a conservação desses prédios, nos parece que foram mal gestados, sem falar das denúncias de superfaturamento de obras, como foi o caso amplamente divulgado do Parque do Utinga.

É preciso entender que a situação emergencial em se encontram prédios históricos como o Palácio Lauro Sodré (abriga o Museu do Estado do Pará), que teve desabado parte de seu forro de estuque na sala Manoel Pastana logo no início do governo de Helder Barbalho, e a Igreja de Santo Alexandre (abriga o Museu de Arte Sacra) que apresenta problemas de salinização na base de algumas de suas paredes, além de problemas no telhado são fruto de uma política de “embelezamento” e “maquiagem” patrimonial de Paulo Chaves, uma vez que nunca tiveram projetos de requalificação estrutural, só intervindo, e restaurando até onde os olhos veem.

Na área do patrimônio histórico edificado, a unidade gestora é o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural – DPHAC, que é o responsável pela política de patrimônio histórico-cultural do estado. Este órgão que (por mais que houvesse todo o empenho e dedicação de seu corpo técnico efetivo, que sou testemunha) esteve em um certo “limbo administrativo” sem apoio, com poucos recursos; e agora passou a ter um acompanhamento efetivo da Diretoria de Patrimônio, e atenção institucional por parte da Secretária de Cultura.

Em seis meses o DPHAC já vistoriou 39 dos 47 prédios históricos tombados pelo estado no município de Belém, e tem como meta vistoriar os outros 8 prédios que faltam até julho de 2019. Um relatório será composto com avaliações e recomendações de preservação. O DPHAC também finalmente iniciará o Censo Cultural do estado do Pará, com o intuito de fazer um levantamento do patrimônio material e imaterial do estado, onde poderão ser cadastrados por um meio virtual (cadastro pelo seu hotsite, em desenvolvimento) desde prédios históricos a grupos e práticas de cultura popular e comunitária. (PARÁ, 2019). Esse deve ser um passo importante para a revisão do “Inventário Cultural e Turístico do Pará” feito por Paes Loureiro.

Logo no seu primeiro mês de gestão, Úrsula Vidal teve que lidar com o desabamento de parte do forro da Sala Manoel Pastana, uma das salas históricas mais representativas do Palácio Lauro Sodré, sede do Museu do Estado do Pará – MEP. A firmeza e responsabilidade com que a secretária encarou o problema foi determinante para colocar o respeito a vida e a

preservação do patrimônio na ordem do dia do governo estadual, e recursos emergenciais foram de pronto anunciados para salvaguardar a edificação, enquanto projetos de intervenção estruturantes são elaborados.

Entretanto, como o binômio patrimônio-sociedade (bem como todas as interfaces que possam ser possíveis entres essas) é complexo; e em se tratando de relações sociais, nada é tão simples quanto parece, a gestão “#CulturaparaTransformar” de Ursula Vidal teve que lidar com um problema que envolveu o museu de arte contemporânea que existe em Belém.

A Casa das Onzes Janelas (doravante denominado de COJ) é um complexo patrimonial multiuso que abriga espaços de funcionalidades distintas porém integradas, como galerias de arte, áreas administrativas e educativas, espaços livres de visitação pública (ambientes de permanência e passeios), tais como jardins, um anfiteatro, uma fonte, um pier (com uma Corveta-Museu ancorado a ele), e também um restaurante.

Ocorre que este espaço foi “palco” de uma polêmica entre 2016 e 2017; um projeto de criação de um “Polo de Gastronomia da Amazônia” mudaria completamente a natureza e as funcionalidades do complexo cultural, inclusive desalojando, por decreto, o Museu de Arte Contemporânea da COJ, porém essa proposta foi fortemente rechaçada por artistas, produtores culturais e pela academia, e não foi implementada.

E assim, após isso, o espaço seguiu numa espécie de “banho-maria”, e a conclusão de sua obra se arrastou por todo o resto do governo Simão Jatene; até o governo de Helder Barbalho assumir, e a Secretária Úrsula Vidal dar a devida atenção ao lugar. Após novas avaliações técnicas foi determinado a retomada das obras, como também, novas propostas de ocupação começaram a serem pensadas pela SECULT.

Entretanto, dentre as proposta apresentadas pela SECULT (em reunião aberta) estava a reativação do restaurante, e o desmonte da sala Ruy Meira, que abriga o Gabinete de Papéis (uma forma única no estado de salvaguardar e expor o acervo artístico de gravuras em papel).

A propostas de reinstalação do restaurante e da desinstalação do Gabinete de Papéis da sala Ruy Meira (para recolocação em outro espaço no MEP) não foram bem aceitas por parte da comunidade artístico-cultural do estado, sobretudo alguns ligados às artes visuais e à museologia.

Houve críticas contumazes desses setores, algumas bem fundamentadas e positivas, contudo, houveram também excessos, incompreensões, e mesmo desconhecimentos, de ambas partes, sociedade civil e alguns gestores públicos, o que pela limitação de laudas impostas a essa comunicação, abordaremos sucintamente:

1) De fato, a proposta de desmonte do Gabinete de Papéis da sala Ruy Meira, para realocação na sala Manoel Pastana no MEP, sob qualquer argumento possível, foi uma proposta infeliz por parte da SECULT, e por isso foi amplamente rechaçada na reunião pública, bem como nas redes sociais, pela comunidade, o que levou a SECULT a recuar e manter o Gabinete de Papéis onde está;

2) Em mesmo turno, a proposta de reativação do restaurante que existiu na chamada “sala de pedra” também foi questionada sob a alegação que seu funcionamento prejudica a conservação de obras de artes contemporâneas expostas em suas galerias. Essa é uma alegação muito seria que foi feita, a partir de relatos de pessoas que estiveram na gestão do espaço no passado, ou que tenham trabalhado de alguma forma na concepção do projeto Feliz Lusitânia, ou mesmo que tenham exposto e/ou trabalhado em exposições feitas ali, mas que contudo, pelo menos não encontramos, nenhum estudo científico que comprovassem tais delegações, o que nos levar a pensar também: onde estavam e o que fizeram esses profissionais, a época do criação desse espaço? Esses questionamentos foram colocados? Como falei, são questões serias, que ainda não tem a comprovação científica necessária, e que por isso precisam ser melhor investigadas, e que por isso não justificam a permanência do restaurante fechado, uma vez que essa estrutura já existe no espaço (leia-se investimento), e por isso precisa ter também uma função social nesse contexto; e assim, diante disso

3) a SECULT manteve a proposta de funcionamento do restaurante, contudo com um diferencial, que nos pareceu acertado, que foi definir no edital público de convocação e concorrência dos permissionários que irão ocupar o espaço um perfil de empreendimento social e criativo (menos empresarial como antes), que tenham práticas ambientais, e que considerem o rico patrimônio da cultura alimentar e da gastronomia amazônica.

Esse tipo de proposta que busca democratizar o uso de um espaço público, e mais ainda, de gerar trabalho e renda no âmbito da economia criativa, não foi bem vista por parte dessa comunidade que questionou, talvez por estarem acostumados, e até mesmo por concordarem com essa concepção de planejamento urbano e regional que esteve muito em voga no Brasil e no mundo no período de criação do “Feliz Lusitânia” (que orientou a concepção deste) denominado de Planejamento Estratégico (SOUZA, 2002), e que propiciou o surgimento do chamado “empreendedorismo urbano” (HARVEY, 2005), que concebe a cidades (com a “desculpa” de servir ao desenvolvimento turístico) como uma “*City Marketing*” (SOUZA, 2002; FIGUEIREDO, 2008), cidades concebidas e feitas para serem melhor vendidas, literalmente.

Isso nos parece nítido quando, em rápida pesquisa em uma conhecida rede social digital, uma pessoa contra as propostas de reativação do restaurante, como comenta: “comindia (pólo gástrico, rs) pode muito bem ficar no “chiqueiro” que é o Ver-o-peso. Depois então, de buchinho cheio a turistada poderia subir pra degustar arte. O caso é que há defensores da arte e cultura como você, e há “empregados da cultura””. Essas são ideias que expressam claramente uma visão preconceituosa e elitizada de arte, cultura e patrimônio.

Em notas sobre limites e possibilidades para a democratização do uso de espaços públicos culturais e turísticos em Belém, Figueiredo (2008) destaca que modelos de patrimonialização de bens culturais como estes vistos com a criação do projeto Feliz Lusitânia; o que se percebe é uma forte espetacularização da cidade, uma supervalorização de sua imagem, buscando coloca-la sempre em evidência nos mercados e fluxos de capitais, o controle

das práticas e experiências culturais (já que estes espaços públicos tem regras privadas de funcionamento) e por, fim, o que talvez acabe por ser o principal objetivo que é a turistificação desses lugares, buscando torná-los espaços exclusivamente turísticos, o que é um mito.

Esse é o tamanho do desafio que uma gestão do órgão estadual de cultura do estado do Pará assume hoje no alvorecer do ano de dois e mil e dezenove, uma gestão que ficou, tal como constatamos, pelo últimos 20 anos em um ostracismo cultural, fruto de um revanchismo ideológico, mas também de uma incompetência profissional que sitiou a SECULT durante todo esse tempo.

REFERÊNCIAS

CASTRO, F. F.de; CASTRO; M. R. N. de. É tempo de Preamar: a política cultura de Paes Loureiro no Pará em 1987-1990. Políticas Culturais em Revista, 2 (5), p. 65-82, 2012. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/pculturais/article/view/6711> . Acessado em 20 de junho de 2019.

CASTRO, F. F.de; CASTRO; M. R. N. de. Aspectos estruturais da política cultural do PSDB no Pará. In: FIGUEIREDO; PAIVA; SOUZA JUNIOR [et al]. Amazônia, Cultura e Cena Política no Brasil. Belém: NAEA, 2016.

FIGUEIREDO. S. J. L. Espaços Culturais nas Cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO. S. J. L (Org.). Turismo, Lazer e Planejamento Urbano e Regional. Belém: NAEA, 2008.

GOVERNO DO PARÁ/SECULT. Janelas e Casario da Rua Padre Champagnat. Vol. 4, Série Restauro. SECULT, 2006.

HARVEY, D. A Produção Capitalista do Espaço. São Paulo: Annablume, 2005. 249 p.

LOUREIRO, J. J. P. Cultura Amazônica: uma Poética do Imaginário. Belém: CEJUP, 1995.

CORÁ, M. A. J. Políticas Públicas Culturais no Brasil: dos patrimônios materiais aos imateriais. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 48(5): 1093-1112, 2014.

SOUZA, M. L. de. Mudar a Cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

PARIS TOUJOURS PARIS:
Maurice Blaise e as influências francesas no patrimônio
histórico de Belém do Pará.

Aldrin Moura de Figueiredo¹

Laura Camila Silva da Silva²

INTRODUÇÃO

Na virada do século XIX para o XX, com o auge da exploração da borracha na Amazônia, começa a se consolidar o fortalecimento de um circuito artístico no norte do Brasil que estabelece relações profundas com centros intelectuais europeus, especialmente na Itália, Portugal e França. Entre todos, é incontornável o prestígio da França republicana. Fruto dessa influência, inúmeros incentivos governamentais são criados a pintores e músicos franceses, que são contratados como professores e para atividades em repartições governamentais de obras públicas, além de uma clara inserção na sociedade paraense, como artistas, educadores e comerciantes. Tratamos aqui em especial de Maurice Blaise (1868-1949), contratado em Paris e que aparece na imprensa paraense, pela primeira vez, em 26 de maio de 1894³, compondo uma listagem de imigrantes que chegam a Belém do Pará.

Foi admitido, “[...] em 1893, para dar aulas de desenho linear e topográfico no Liceu Paraense e na Escola Normal” (Figueiredo, 20⁴, em 1894 para dar aulas de Francês⁵ além das outras matérias já referidas no mesmo liceu. Logo no ano seguinte, Blaise já começa atuar no crescente universo das exposições de arte, auxiliando na preparação para, no ano de 1895, da mostra de arte organizada pela Sociedade Propagadora de Ensino das Bellas Artes⁶. Muito integrado com o repertório artístico que conhecia da Europa, Blaise irá trabalhar com encomendas do Estado, coordenação de atividades artísticas escolares e também solicitações de uma burguesia enriquecida com o comércio de produtos extrativistas da Amazônia. Premiações começaram a aparecer como na exposição do “Lyceu Benjamin Constant”, em 1895, onde ganhou medalha de bronze⁷, mesmo que algumas de suas obras tenham sido alvo de grandes debates sobre o conteúdo moral, do nu artístico e dos temas religiosos, questões já vencidas, em grande medida, para os círculos parisienses. Muito comentada foi a tela “Caim e Abel”, com a representação em nú dos personagens bíblicos, inspirado em tema homônimo do pintor Alexandre Falguiere (1831-1900). Porém, os debates serviram para alçar maiores voos artísticos, com a contratação de

1 Professor Doutor do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia da Universidade Federal do Pará.

2 Graduanda de Bacharelado em História na Universidade Federal do Pará (UFPA)

3 Correio Paraense, 26 de maio 1894, p. 1.

4 FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Campinas, 2001. p. 18.

5 A Pátria Paraense, 5 de Setembro de 1894, p. 1.

6 A Pátria Paraense, 12 de Agosto de 1894, p. 1.

7 Diário de Notícias, 17 de janeiro de 1897, p. 1.

Blaise para reger, durante três anos, as duas cadeiras de desenho linear do Instituto Lauro Sodré, antigo Liceu de Artes e Ofícios⁸.

METODOLOGIA

Revisando a já consistente historiografia produzida nos últimos vinte anos sobre a história da arte na Amazônia, além de pesquisa em periódicos, catálogos de exposições e acervo iconográficos de museus, buscamos fazer uma leitura afinada no campo da história social da arte. Buscamos articular os métodos analíticos para inserir a obra de arte no movimento da sociedade, refletindo acerca da importância da agência desses objetos na construção do acervo do patrimônio artístico paraense.

Além disso, ambicionamos enfatizar principalmente o caráter histórico do testemunho artístico da obra, voltando-se majoritariamente para os registros da vida pública e administrativa da cidade de Belém. A partir do qual, torna-se possível demonstrar o papel e a importância da obra de arte como evidência histórica e revelar questionamentos e diálogos com o seu tempo, para então compreender o estudo sobre a questão local do papel das obras artísticas no seio da sociedade amazônica e a sua participação ativa dentro da construção dos modelos artísticos republicanos. Posteriormente, a visitação dos acervos de obras de arte que se encontram no Museu de Arte de Belém foram primordiais para compreender as análises no campo do patrimônio, assim como a visitação ao Bosque Rodrigues Alves, onde se encontra um dos mais importantes e monumentos de homenagem política da cidade de Belém, cujo projeto foi assinado por Blaise.

RESULTADOS

Pudemos verificar a diversidade das narrativas visuais sobre a Amazônia e as várias discussões políticas, sociais, econômicas, implícitas nas obras de Maurice Blaise, suas influências deixadas por meio do ensino e da participação no meio social artístico, e sua herança material ao patrimônio histórico local. Isso porque, Blaise produziu monumentos públicos para o bosque Rodrigues Alves, demonstrando sua conexão com o projeto republicano na província do Pará e de Antônio Lemos de reformar o Bosque Municipal, “[...] transformando-o num local tão aprazível que foi escolhido para sediar o I Congresso dos Intendentes⁹, como local escolhido no intuito de relacionar a natureza e o cultural, por meio da intensa vegetação e da construção humana do monumento, posteriormente feito em sua homenagem. Portanto, o chamado “Monumento dos Intendentes” surge em homenagem ao banquete dos intendentes, que foi providenciado por Lemos para sediar o I Congresso Político dos Intendentes Municipais do Estado, evento que foi registrado na “fotografia dos intendentes”, para um álbum encomendado por Augusto Montenegro¹⁰.

8 O Pará, 25 de agosto de 1899, s/p.

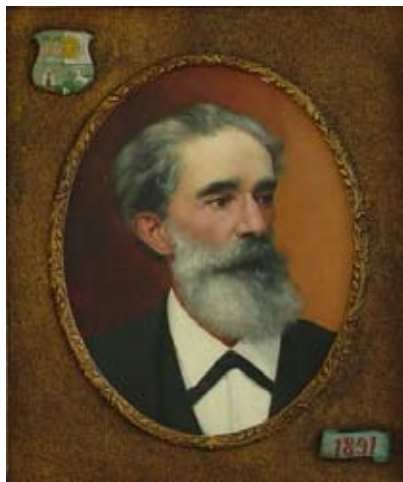
9 SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente*. Belém: Paka-Tatu, 2002. p. 139.

10 PEREIRA, Rosa Claudia Cerqueira. *Percepção visual da cidade: Iconografias da natureza urbana de Belém (1808 - 1908)*. UFPA, PPGHIST, Belém, 2015, pp. 287-290.



Maurice Blaise, Monumento dos intendentes do Pará. Arquitetura. Bosque Municipal. Fotografia Antônio Oliveira, 1908. Biblioteca Pública Arthur Vianna.

O monumento em questão foi inaugurado dia 17 de setembro de 1906¹¹, após um concurso internacional, responsabilidade que ficou ao cargo de Maurice Blaise. Este desenvolveu um projeto que se propõe a uma fachada simples, com o intervalo entre as colunas feito de bronze e representando a História sob a égide da Paz, como bases da reforma constitucional do estado, além de ter a data do congresso inscrita na placa de mármore. Posteriormente, a fotografia deste monumento foi publicada e transformada em cartão-postal da cidade de Belém. Assim, Blaise manteve-se no foco dos círculos governamentais, produzindo ainda pinturas de membros do governo, que atualmente se encontram no Museu de Arte de Belém (MABE). Dentre essas pinturas, tomemos como foco o retrato do Intendente Municipal de Belém: Barão de Marajó.



Maurice Blaise, Retrato de Coelho da Gama Abreu, Barão do Marajó, 1894, óleo sobre tela, 75.2 x 63 cm. Acervo do Museu de Arte de Belém. (PA)

11 PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. Percepção visual da cidade: Iconografias da natureza urbana de Belém (1808 - 1908). UFPA, PPGHIST, Belém, 2015, pp. 288.

Pensando acerca do ícone escolhido como objeto de retrato do pintor francês, devemos considerar a intencionalidade da obra, de que fala Michael Baxandall, e os quadros políticos na qual está inserida. A tela foi produzida para compor a galeria dos intendentess, cuja moldura ladeada pelo Brasão da Cidade de Belém é o melhor exemplo. José Coelho da Gama e Abreu, o barão de Marajó (1832-1906) encarnava ainda o político, o historiador e o geógrafo que formulara parte importante do ideário civilizacional do poder público no Pará entre o Império e a República. Formado em Coimbra, retornou ao Pará em 1855, tendo lecionado matemática no Liceu Paraense, sido diretor das obras públicas da província do Pará, quanto foi responsável por obras como o Bosque Rodrigues Alves e o Palácio Antônio Lemos. Todos esses locais emblemáticos na trajetória artística de Blaise.

Com isso, entre a arte e a política, Maurice Blaise, e outros vários artistas internacionais que atuaram na Amazônia, têm parte importante no espólio de memórias e do acervo público e privado da cidade. Convém ainda destacar o sentido de iconografia política das obras de Blaise, principalmente pelo modo de como foram divulgadas em álbuns, postais e exposições promovidas pelo governo republicano paraense. Neste aspecto, a tão citada belle-époque francesa, para além de inspiração, serviu como modelo artístico e pedagógico para os projetos políticos calçados no positivismo tão caro às primeiras gerações republicanas do Pará.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Moema de Bacelar. *Do Lyceu ao Foyer: exposições de arte e gosto no Pará da virada do século XIX para o século XX*. Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 2013.
- BAXANDALL, Michael. *Padrões de Intenção. A explicação histórica dos quadros*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- COELHO, Anna Carolina de Abreu. *Barão de Marajó: um intelectual e político entre a Amazônia e a Europa*. Belém: Açai, 2017.
- FIGUEIREDO, Aldrin Moura de. *Eternos modernos: uma história social da arte e da literatura na Amazônia, 1908-1929*. Tese (Doutorado em História). Campinas: UNICAMP, 2001.
- GELL, Alfred. *Art and Agency: an anthropological theory*. Oxford: Oxford University Press, 1998.
- PEREIRA, Rosa Cláudia Cerqueira. *Percepção visual da cidade: Iconografias da natureza urbana de Belém (1808 - 1908)*. Tese (Doutorado em História). Belém: UFPA, 2015.
- SARGES, Maria de Nazaré. *Memórias do velho intendente: Antônio José de Lemos (1843-1913)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

TRABALHOS APRESENTADOS
GT3

PROTEÇÃO DA NATUREZA E DO PATRIMÔNIO: Uma análise sobre o Geopark Araripe.

Isabella Maria Beil¹

O objetivo de nosso trabalho é analisar as relações entre um Geoparque Global da UNESCO (GGU), o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e a proteção do patrimônio através do tombamento pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Para tanto, serão analisados os objetivos dessas diferentes partes, no sentido de averiguar convergências e divergências entre elas. O Geopark Araripe, único no território brasileiro oficializado pelo Programa Internacional de Geociências e Geoparques (IGGP) da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), é o estudo de caso a partir do qual buscamos apreender os desdobramentos da conversão de uma área em GGU sobre a natureza e o patrimônio: se colaborou com a criação das UCs, se estas funcionam em alinhamento com os objetivos e proposta do Geopark, se há relação direta entre a gestão das UCs e a do Geopark, se o IPHAN considera a existência do Geopark em sua fase de instrução dos registrados, entre outros tópicos.

Enquanto caminho analítico, faremos uma investigação das políticas públicas envolvidas entre estas partes no caso do território delimitado pelo Geopark Araripe, sobre a proteção da natureza, do patrimônio cultural, do turismo e do desenvolvimento sustentável. A leitura e análise do Relatório técnico-financeiro 2006/2010 do Geopark Araripe será parte constitutiva de nossa análise.

SOBRE O CONCEITO DE GEOPARQUE

O IGGP da UNESCO foi criado em 2015 e definiu um geoparque como um território delimitado geograficamente que possui relevantes bens e paisagens de caráter geológico. Ele deve aliar a proteção desse patrimônio a um projeto de desenvolvimento sustentável com base no turismo.² De acordo com Brilha e Henriques (2017)³ a concepção de geoparques veio suprir uma nova demanda de proteção à natureza que ainda não havia encontrado respaldo em programas internacionais. Para os autores, a Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade seria muito restritiva para os bens geológicos, através de seu critério de “valor universal internacional” e o Programa “O Homem e a Biosfera” seria, fundamentalmente, direcionado para a biodiversidade.

Surgiram, assim, os Geoparques Globais da UNESCO (GGU), título atribuído aos territórios aceitos pelo IGGP. O primeiro e único GGU do Brasil foi reconhecido em 2006,

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Universidade de São Paulo (PPGH/USP) e graduada em Geografia pela mesma instituição.

² <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/>

³ BRILHA, J. e HENRIQUES, M. H. UNESCO Global Geoparks: a strategy towards global understanding and sustainability. Episodes, vol.40, n.4, 349-355, 2017.

o Geopark Araripe, no interior do Ceará. Até hoje, nenhuma outra proposta brasileira alcançou o título internacional, porém, existem outras cerca de quarenta em diferentes estágios.⁴ Como uma nova ferramenta de patrimonialização da natureza, os geoparques encontram no Brasil outros mecanismos que podem, supostamente, atuar em conjunto com os seus estatutos. Nessa proposta, consideraremos a atuação do SNUC e do IPHAN. Geoparques e proteção do patrimônio natural e cultural no Brasil

Desde 2000, o SNUC⁵ é o método adotado pelo Brasil para organizar e proteger suas áreas naturais. De acordo com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)⁶ define-se unidade de conservação (UC) como uma área com limites definidos que reúna características naturais relevantes e que possui objetivos de conservação. As UCs podem ser regidas pelo âmbito federal, estadual ou municipal e enquadradas pelo SNUC diante de 12 categorias, cinco do grupo de proteção integral e sete de uso sustentável.⁷ Um geoparque não é uma categoria de proteção à natureza reconhecida pelo SNUC, assim como não está prevista pelo IPHAN como ferramenta de proteção ao patrimônio. Entretanto, a relação entre estas partes se dá a partir do momento em que um geoparque pode englobar em seu território unidades de conservação, assim como patrimônios tombados pelo IPHAN. Delphim (2009, p. 76)⁸ esclarece que o interesse do IPHAN pelo chamado patrimônio geológico teria sido demonstrado logo após a sua criação, visto que houve o tombamento de bens com esse caráter. Além disso, o autor é enfático em afirmar que o patrimônio geológico é parte do patrimônio cultural e seria um equívoco identificá-lo separadamente. Porém, Delphim afirma que, assim como nem todos os bens culturais apresentam relevância patrimonial, também nem todos os bens de significação geológica são objeto de tombamento (2009, p. 77). Dessa maneira, só serão tombados pelo IPHAN elementos aos quais seja atribuído algum valor, algo que reflita à função social de determinado bem. De acordo com Boggiani⁹ deve-se partir do fato de que um geoparque não é uma unidade de conservação no mesmo sentido do SNUC, o que, para o autor, justifica não haver a necessidade de uma legislação específica para esses territórios ou mesmo a criação de uma categoria dentro do SNUC. Para Boggiani, qualquer tentativa de enquadrar os geoparques em uma lei seria contraproducente para o próprio objetivo ao qual o conceito se dispõe, retirando seu caráter inovador. Brilha (2012, p.32) compartilha dessa opinião:

O conceito de geoparque, parecendo simples, não é de fácil apreensão. Em primeiro lugar porque um geoparque não tem suporte legal tal como uma Unidade de Conservação. À partida, este facto pode parecer limitador no momento de gerir o geoparque mas, na verdade, dá mais liberdade ao gestor para poder implementar estratégias de desenvolvimento sustentável com as

4 No início dessa pesquisa, em 2017, foram identificadas 36 propostas, de acordo com a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). Hoje esse número aumentou e fará parte da análise aqui apresentada trazer um novo balanço do cenário brasileiro

5 O SNUC foi criado em julho de 2000 através da Lei nº 9.985.

6 <http://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/politicas/snuc.html>.

7 Unidades de Proteção Integral: Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Refúgio de Vida Silvestre e Monumento Natural. Unidades de Uso Sustentável: Área de Proteção Ambiental, Área de Relevante Interesse Ecológico, Floresta Nacional, Reserva Extrativista, Reserva de Fauna, Reservas de Desenvolvimento Sustentável e Reserva Particular do Patrimônio Natural.

8 DELPHIM, C. F. de M.. Revista do Instituto de Geociências – USP. São Paulo, v.5, p.75-83, outubro de 2009.

9 Revista Patrimônio Geológico e Cultura – v.1 – nº1 – junho.

populações. Além que, nas fases de preparação de um geoparque, o facto de não ter leis restritivas como base, favorece o contacto e o diálogo com as populações que, habitualmente, lhes desagrada a implementação de Unidades de Conservação demasiado condicionantes de suas atividades.

SOBRE A GESTÃO DE GEOPARQUES

Assim como mostram Boggiani e Brilha, o conceito de geoparque possui uma ideia de gestão diferenciada, que é expressa de forma contundente pela UNESCO. De acordo com a instituição, um geoparque deve ser conduzido através de uma concepção holística de proteção à natureza. Isso quer dizer que, embora seu ponto de partida seja o patrimônio geológico, o propósito dos GGU é considerar o território de maneira integral, interligando à geodiversidade as questões biológicas e culturais.¹⁰ Brilha (2012, p.32) afirma que um local que busca tornar-se um geoparque deve procurar estabelecer relações entre as tantas atividades desenvolvidas em seu interior: “um geoparque procura estabelecer estas ligações de forma a promover uma identidade única do território, representada pelos seus aspectos naturais (geológicos, fauna e flora) e culturais”.

Além disso, a UNESCO utiliza a expressão “bottom-up approach” para referir-se à abordagem que deve ser utilizada na gestão de um geoparque. Isso significa que o processo deve ser pensado “de baixo para cima”, envolvendo atores locais e regionais e autoridades da área. Os atores envolvidos podem ser diversos, podendo participar o Governo Estadual, iniciativas privadas, professores, universidades, geólogos, turismólogos, entre outros profissionais possíveis. Porém, um ponto muito importante, de acordo com suas bases, é a participação das populações locais, comunidades que vivem no entorno das áreas protegidas, ou mesmo indígenas, se houver. Conforme a UNESCO, esse processo requer parcerias sérias e compromissadas que desenvolvam estratégias que tornem possível o alcance dos objetivos diversos para o território.¹¹ Nessa perspectiva, o conceito de geoparque aponta para muitas possibilidades a serem consideradas, afinal, focar o olhar no local e em suas características peculiares oferece um amplo leque de combinações em como planejar o desenvolvimento, proteger o patrimônio, conservar os bens naturais e assegurar as necessidades sociais. Porém, o diálogo entre os atores tão diferenciados envolvidos com a questão é o primeiro, e talvez o maior, desafio em uma gestão com esse caráter. Para que se cumpram os intuitos de um geoparque, as políticas públicas possuem um papel essencial. Assim como afirma Saravia (2006, p.29)¹², esse processo de criação de políticas públicas não possui uma racionalidade manifesta, não sendo “uma ordenação tranquila na qual cada ator social conhece e desempenha um papel esperado”.

10 <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/frequently-asked-questions/is-a-unesco-global-geopark-only-about-geology/>.

11 <http://www.unesco.org/new/en/natural-sciences/environment/earth-sciences/unesco-global-geoparks/frequently-asked-questions/what-is-a-unesco-global-geopark/>

12 SARAVIA, Enrique. Introdução à teoria da política pública. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (Orgs.). Políticas Públicas: coletânea. Brasília: ENAP, 2006, vol.1 p.21-42.

ESTUDO DE CASO DO GEOPARK ARARIPE

O território do Geopark Araripe possui 3.441 km² e abrange seis municípios, sendo estes Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Barbalha, Nova Olinda e Santana do Cariri. Distribuídos entre estes municípios estão nove geossítios. De acordo com Brilha (2005)¹³, geossítios são locais delimitados geograficamente com ocorrência de elementos da geodiversidade com valores singulares do ponto de vista científico, pedagógico, cultural, turístico, entre outros possíveis:

Compartilhando o mesmo território, há nove UCs, entre diferentes categorias e âmbitos administrativos. No que se refere ao patrimônio nacional tombado, a Lista dos Bens Tombados e Processos em Andamento (1938-2018)¹⁴ do IPHAN aponta que, dos municípios pertencentes ao Geopark Araripe, Juazeiro do Norte possui três registros: a Casa onde morou e morreu o Padre Cícero e sua estátua, os quais foram indeferidos, e a Escola Normal Rural de Juazeiro do Norte, que está em instrução. O Crato possui seis edificações registradas, três em instrução e três indeferidas. Por fim, Santana do Cariri possui registrado o Acervo do Museu Paleontológico da Universidade Regional do Cariri (URCA), também em instrução. O único bem tombado pelo IPHAN encontra-se em Barbalha: a Festa do Pau da Bandeira de Santo Antônio, inscrita no Livro de Registro das Celebrações e Bens Culturais Imateriais.¹⁵

Desperta particular atenção que, dentro desse território, entre onze registros do IPHAN, apenas um tenha sido tombado pela instituição, em 2015. Este mesmo bem, foi reconhecido à nível estadual, pelo Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Ceará (Coepa), em 2018.¹⁶ No entanto, o título de GGU existe desde 2006, reconhecendo as riquezas patrimoniais do território do Geopark Araripe internacionalmente muito antes. Tal fato lembra que a oficialização de um GGU com reconhecimento de seu patrimônio pela UNESCO não torna necessário o reconhecimento anterior à nível nacional, diferentemente da abordagem utilizada pela Convenção do Patrimônio da Humanidade. Nessa perspectiva, as relações entre o Geopark Araripe, o SNUC e o IPHAN precisam ser melhor analisadas, pois são escassos os trabalhos e pesquisas que correlacionam essas partes. Além disso, essa relação ainda está pouco evidenciada na realidade brasileira, visto que só há um GGU em território nacional.

13 BRILHA, J. Patrimônio geológico e geoconservação: a conservação da natureza na sua vertente geológica. Braga, Portugal: Palimage, 2005.

14 <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/BENS%20TOMBADOS%20E%20PROCESSOS%20EM%20ANDAMENTO%202019%20MAIO.pdf>

15 <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/495>.

16 <https://diarionordeste.verdesmares.com.br/editorias/regiao/online/festa-do-pau-da-bandeira-de-barbalha-e-reconhecida-como-patrimonio-cultural-cearense-1.2037917>

PARTICIPAÇÃO SOCIAL NA GESTÃO DE ESPAÇOS URBANOS PARA O TURISMO: Uma análise da região da Praia Grande - São Luís.

Vanderley Rabelo de Jesus¹

Conceição de Maria Belfort de Carvalho²

INTRODUÇÃO

A participação social vem adquirindo um amplo espaço nos debates que se referem à proposição e execução de políticas públicas em espaços urbanos, uma vez que, quaisquer que sejam as decisões do poder público para o desenvolvimento urbano, estas carecem apresentar espaços para a participação social que se configure como mecanismos que ultrapassem as noções de representação, mas também possibilite o poder de deliberação à sociedade civil.

Assim, uma vez que se proponha construir um destino turístico em áreas urbanas, torna-se necessário um detalhado planejamento turístico e urbano que envolva o máximo de agentes interessados neste processo, pois, de forma rápida ou progressiva, o turismo irá alterar, não apenas as estruturas urbanas físicas, seus espaços e limites geográficos, mas a vida e o cotidiano de todos que pertencem à região.

Ademais, a produção da atividade turística no espaço urbano adquire elementos muito fortes da economia de mercado e da produção capitalista. Em uma fase avançada do capitalismo, “a cidade sofre efeitos da reestruturação produtiva decorrente dos processos de mundialização do capital” (RAMOS, 2002, p.134). Os processos urbanos irão perder ao longo do tempo a sua função social e tornam-se eles próprios mecanismos de reprodução de objetivos capitalistas e mercadológicos.

Dessa maneira, partindo dessa problemática, objetiva-se articular o tema da participação social com a gestão urbana e, a partir disso, analisar a gestão que visa promover o consumo de espaços urbanos pelo turismo, tomando como cenário a região da Praia Grande, localizada na área central de São Luís do Maranhão. A pesquisa encontra-se em fase inicial, não apresentando ainda os resultados finais da investigação.

METODOLOGIA

Uma pesquisa aplicada do ponto de vista da sua natureza, com abordagem qualitativa. De acordo com seus procedimentos técnicos, a pesquisa detém uma etapa na qual utiliza de fontes documentais, visto que, são levantados documentos e outros arquivos públicos para

¹ Mestrando em Cultura e Sociedade do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PGCult/UFMA. Graduação em Turismo/UFMA. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC – PGCult/UFMA). vanderleydejesus21@gmail

² Doutora em Linguística e Língua Portuguesa - UNESP. Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria – UFMA e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PGCult/UFMA. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC – PGCult/UFMA). cbelfort@globocom

análise, mas classifica-se como um estudo de caso de natureza exploratória.

A pesquisa tem como recorte espacial o bairro da Praia Grande, região onde se concentra grande parte dos espaços que formam o Centro Histórico de São Luís e onde há grande fluxo de turistas e visitantes, bem como intensa presença de moradores locais. Os espaços selecionados foram a Praça do Reggae localizada entre as ruas da Estrela e Nazaré, a Praça Benedito Leite Localizado entre as Ruas da Palma, Nazaré e Avenida Dom Pedro II, o Palácio dos Leões Localizado na Avenida Dom Pedro II, a Catedral Metropolitana de São Luís (Igreja da Sé) Localizada na Avenida Dom Pedro II e a Rua Portugal, todos dentro da região da Praia Grande.

O estudo busca abordar os principais agentes responsáveis pela apropriação desses espaços históricos, os turistas, sujeitos sociais (grupos sociais, pequenos empreendedores, moradores locais e outros) e também gestores da Secretaria de Turismo Municipal de São Luís/MA. Sendo de natureza exploratória, os procedimentos técnicos se concentram na coleta de dados secundários e dados primários. Na fase bibliográfica da pesquisa trabalham-se os conceitos de Gestão Urbana, Participação Social, Turismo, Cidadania e demais noções teóricas referentes às questões a serem levantadas no estudo.

Na fase documental da pesquisa levantam-se arquivos e documentos que portem políticas públicas e programas de gestão orientados para os espaços selecionados do bairro da Praia Grande, onde se verifique a existência de mecanismos de inserção da participação social nas fases de proposição, criação ou execução desses instrumentos. Na fase empírica identificam-se quais as atividades turísticas são executadas nos espaços selecionados por meio de observação, e por meio de questionários e entrevistas, investiga-se como se dá participação social nas políticas de gestão urbana para os espaços do bairro da Praia Grande, compondo um quadro de percepções das categorias de amostras da população (sujeitos sociais, gestores (SECTUR), e turistas) que permitirá compreender como é colocada a participação social no contexto urbano atrelado a atuação da atividade turística nesses espaços. Após a coleta faz-se, computacionalmente, a tabulação e apresentação dos dados, na qual se seleciona, organiza, verifica e categoriza estes dados para posterior interpretação e análise.

DISCUSSÕES DOS RESULTADOS

Estando em seu estágio inicial de investigação em campo, ainda não se obteve os resultados finais. No entanto, no que tange o trabalho de pesquisa já realizado, a participação social nos espaços urbanos selecionados demonstra ser ainda muito tímida, havendo algumas iniciativas recentes da Secretaria Municipal de Turismo de São Luís relacionadas a criação de projetos que envolvem a população em atividades de turismo e lazer nos espaços do Centro Histórico, com destaque para a Feirinha São Luís, que incorpora pequenos empreendedores locais em atividades de lazer e turismo na Praça Benedito Leite.

Isto exemplifica um processo de junção dos intentos da gestão do turismo e da gestão urbana, atribuindo valor a esses espaços e inserindo os moradores locais nessa tarefa.

Nogueira (2005) contribui quando coloca que havia uma concepção de que processos participativos não colaboravam para o crescimento econômico, pois dificultavam a tomada rápida de decisões foi sendo, e esta foi, pouco a pouco, substituída pelo reconhecimento de que a participação tem um valor em si, e, além disto, é potencialmente relevante no fornecimento de sustentabilidade às políticas públicas e ao próprio desenvolvimento.

Os espaços da Praça do Reggae e da Praça Benedito Leite estão em constante contato com a atividade turística, uma vez que fazem parte de um conjunto de praças que recebem eventos e movimentos organizados pela Secretaria de Turismo e também de iniciativas da sociedade civil. O Palácio dos Leões e a Catedral Metropolitana funcionam como instituições públicas da cidade, bem como pontos de visitação turística.

Já a Rua Portugal é permeada por intenso fluxo turístico, que por sua vez se relaciona diretamente com os pequenos empreendedores instalados na extensão da rua. Os espaços selecionados manifestam uma sólida interação entre moradores locais e, portanto, devem ser pensados em trabalho integrado de uma gestão turística-urbana. Desta forma, “[...] a produção do espaço é decorrente da ação de agentes sociais efetivos, com papéis diversificados, portadores de interesses, contradições, práticas espaciais comuns ou específicas ocorridas em diferentes escalas.” (MODESTO, 2014, p. 69).

Com a finalização da pesquisa, serão conferidos resultados mais amplos, bem como uma detalhada apresentação do cenário da gestão urbana que se relaciona com a atividade turística da região da Praia Grande e a averiguação da presença de políticas de participação social, isto porque, como coloca Yázigi (2003), a cidade planejada para e com os moradores locais, percebendo e correspondendo as necessidades da população, e tornando a cidade agradável para os seus habitantes, conseqüentemente, a tornará atraente para os turistas também.

REFERÊNCIAS

- MODESTO, N., S., D. **A “ausência assistida” do poder político na compreensão dos sentidos das ações dos sujeitos sociais na produção do espaço.** In: Por uma geografia das existências: movimentos, ação social e produção do espaço / Catia Antonia da Silva, Andreino Campos, Nilo Sérgio d’Avila Modesto. – Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
- NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para a sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática.** 2 ed. – São Paulo: Cortez, 2005.
- RAMOS, M. H. R. Políticas urbanas, conselhos locais e segregação socioespacial. IN: **Metamorfoses sociais e políticas urbanas.** (org.) Maria Helena Rauta Ramos. – Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- YÁZIGI, E. **Civilização urbana, planejamento e turismo: discípulos do amanhecer.** São Paulo: Contexto, 2003.

**TURISMO EM UNIDADE DE CONSERVAÇÃO:
Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN),
Santana - Amapá.**

Luan Patrick dos Santos Silva¹
Evandro Freitas Siqueira²
Maria Geralda de Almeida³

INTRODUÇÃO

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) foi criada pela portaria do IBAMA nº 54/98, sob a propriedade da empresa REVECOM Comércios e Serviços Ambientais, cujo sua missão é defender o desenvolvimento sustentável por meio de programas e ações participativas, com o envolvimento da comunidade, entidades parceiras e com segmentos que desenvolvam atividades na área ambiental e comercial (REVECOM, 2019)

A RPPN é uma figura legislativa da lei 9.985/00, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), e faz parte do grupo de unidades de conservação de uso sustentável, cujo objetivo é conservar a diversidade biológica sendo permitido a pesquisa científica e a visitação com objetivos turísticos, recreativos e educacionais (BRASIL, 2019).

Atualmente a RPPN funciona de forma incipiente com “pequenas” atividades turísticas-educativas, através de visitas em sinais de semana e recepcionando animais apreendidos pelo Batalhão Ambiental da Polícia Militar doentes ou debilitados para tratamento e reabilitação. Para manutenção do espaço físico e alimentação dos animais a mantenedora cobra um ingresso no valor R\$ 10,00, que é suficiente apenas para cobrir as despesas básicas, como pequenos reparos e alimentação dos animais.

Esta comunicação resulta de um estudo de caso desta RPPN. O nosso propósito é averiguar a perspectiva da utilização de unidade de conservação de uso sustentável para o desenvolvimento local, com atividade do turismo, preservando o patrimônio cultural e ambiental. Para esta empreitada está sendo realizada uma pesquisa exploratória aliada a bibliografia, documental e realização de entrevistas.

Pretendemos, primeiramente, apresentar a RPPN, posteriormente a metodologia e, os resultados preliminares antes de abordarmos as conclusões.

RPPN NO CONTEXTO AMAPAENSE

A Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) foi criada pela portaria do IBAMA nº 54/98, sob a propriedade da empresa REVECOM Comércios e Serviços Ambientais.

¹ Professor de ensino básico, técnico e tecnológico no Instituto Federal do Amapá, campus agrícola Porto Grande. Aluno de pós-graduação do Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Amapá.

² Graduado em Ciências Econômicas-CEAP (2003), Especialista em Perícia e Auditoria Ambiental-UNINTE (2015), Especialista em Filosofia para o ensino médio-UNIFAP (2018), Especialista em Política Educacional-UNIFAP (2018), Mestrando em Desenvolvimento Regional-UNIFAP e Docência Nível Superior-UNINTER (2015).

³ Professora titular do Iesa/UFG – Goiânia, bolsista pelo PROCAD na UNIFAP

A sua missão é defender o desenvolvimento sustentável por meio de programas e ações participativas, com o envolvimento da comunidade, entidades parceiras e com segmentos que desenvolvam atividades na área ambiental e comercial (REVECOM, 2019)

A RPPN está localizada no município de Santana no Estado do Amapá, distando 17 quilômetros da capital Macapá, conforme o IBGE (2019) conta com uma população estimada em 2018 de 119.610 pessoas, entretanto, a população urbana representa 97,88%.

A RPPN está situada no bairro de Vila Amazonas, área urbana do município de Santana, que foi uma *company town* da Indústria e Comércio de Minérios S/A (ICOMI) da década de 1940 a 1990. Para Maciel e Barbosa (2015), as áreas verdes urbanas prestam relevantes serviços aos ecossistemas, tais como absorção de CO₂, manutenção da polinização, dispersão de sementes, manutenção de predadores herbívoros, além de serem de crescente interesse para a conservação.

METODOLOGIA

O tipo de pesquisa desenvolvida é um Estudo de caso, que conforme Gil (2008) trata-se de uma pesquisa explicativa, na qual procura-se aprofundar o conhecimento acerca da problemática definida para o estudo. Também, leva-se em consideração a tríade de Lefebvre (*apud* SCHMID, 2012), espaço concebido, vivido e percebido, Aliados com a pesquisa bibliográfica Mazzei et al (2007), Maciel e Barbosa (2015), Figueira (1994), Pereira (2005) e Barqueiro (2001) para dialogar sobre o turismo em unidade de conservação de uso sustentável na perspectiva do desenvolvimento local.

A pesquisa documental consiste em consultar o acervo de relatórios da RPPN e os jornais públicos na Biblioteca Pública de 1998 a 2018. E por fim as entrevistas com o proprietário da REVECON, Secretários municipais de Educação, Meio Ambiente e de Desenvolvimento, bem como, uma amostra da população do entorno da RPPN.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O desenvolvimento local está intimamente ligado ao espaço, ou seja, ao território, a sua cultura, história, ao trabalho, ou seja, a formação socioeconômica de uma determinada sociedade. Neste sentido, compreender o território na perspectiva de Lefebvre (*apud* SCHMID, 2012) em seu movimento dialético de espaço “concebido”, “vivido” e “percebido”.

Assim sendo, o espaço “concebido” é o que foi projetado, planejado com objetivos no tempo e espaço. O vivido é o vivenciado, experimentado é o que foi possível dentro do concebido, e por último, o espaço “percebido”, ou seja, é a percepção dos atores sociais acerca do território seu uso e valor. É importante destacar que esta relação entre os espaços para Lefebvre (*apud* SHIMID, 2012) não são lineares ou ordenadas, são concomitantes e aleatória quanto ao movimento.

Portanto, este movimento dialético permite “enxergar” além da aparência do fenômeno estudado. Neste caso a RPPN possui particularidades, destacamos a circunscrição em área

urbana. Sobre as unidades de conservação localizadas em áreas urbanas, Mazzei et al (2007) ressaltam a necessidade de estudos voltados para a integração da área protegida com o seu entorno urbanizado, ou seja, é importante que estas áreas estejam elencadas no processo de elaboração do plano diretor municipal.

Dessa forma, será possível utilizar a unidade de conservação como ferramenta de desenvolvimento endógeno, que para Barquero (2001) está diretamente relacionado com a força que as comunidades locais têm e sua identidade própria que, quando fortalecida, têm condições de evitar que empresas e organizações externas limitem suas potencialidade de atuação.

Dessa forma, o turismo ecológico, ou “ecoturismo” tem se mostrado uma ferramenta para o desenvolvimento de áreas com potenciais naturais e paisagístico, pois esse tipo de turismo consiste em viajar para áreas naturais não degradadas ou poluídas, com o objetivo específico de estudar, admirar e fluir a paisagem e suas plantas e animais (FIGUEIRA, 1994, p.12)

Nesse sentido, o plano diretor participativo (PDP) se mostra uma ferramenta importante para o desenvolvimento de políticas públicas que atendam os anseios da comunidade, porém, percebe-se que o plano diretor do município de Santana têm a noção da importância que tem na contribuição no desenvolvimento local através do turismo, pois como afirma Santos (2005), o modelo de planejamento urbano, voltou-se para a reforma das cidades a partir da preservação do patrimônio histórico como forma de adequá-lo aos espaços urbanos para atender às expectativas do desenvolvimento urbano e também do turismo.

Entretanto, o PDP não mostra políticas eficazes de fortalecimento do desenvolvimento local baseado no turismo, especialmente na RPPN REVECOM, que infelizmente, nem foi citada no documento como uma alternativa do turismo na região.

CONCLUSÕES

Com as análises feitas na literatura, foi possível concluir que houve um distanciamento das políticas públicas traçadas no plano diretor participativo da cidade de Santana, em relação à unidade de conservação RPPN REVECOM, pois a mesma não foi sequer citada e nenhuma das revistas⁴ que fazem parte do referido plano.

Com a insurgência da temática ambiental nas pautas globais das últimas décadas, é importante integrar nas discussões de que maneira o uso sustentável de uma unidade de conservação poderá beneficiar determinada população, pois segundo Debetir (2006) faz-se necessária a adoção de uma nova postura, com a incorporação dos conceitos consagrados nos últimos fóruns mundiais como a participação efetiva da sociedade no uso sustentável dessas áreas, além disso, o comprometimento do poder público em conservar a biodiversidade e a inserção de unidades de conservação em seu contexto social, político, econômico e ecológico é iminente.

Deve-se, portanto, levar em consideração o potencial econômico dessas áreas, principalmente no fortalecimento do turismo local, conforme Endres (1998), apresentado como um novo

4

Revista é o formato que a Prefeitura de Santana deu publicidade ao Plano Diretor da cidade.

segmento da atividade turística, o ecoturismo pode ser percebido como uma atividade que provêm do setor privado, que veem a necessidade de atender uma demanda específica de turistas moldados pelas novas exigências ecológicas de um mundo em transformação.

Portanto, verifica-se que a RPPN REVECOM detém um potencial turístico comprometedor, entretanto, fora de qualquer planejamento urbano torna-se menos provável o sucesso desse tipo de turismo, uma vez que a unidade de conservação se encontra em pleno núcleo urbano no município de Santana, fato que deveria ser um facilitador para visitação na unidade.

REFERÊNCIAS

BARQUERO, Antonio Vázquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Fundação de economia e estatística, Porto Alegre, 2001.

BRASIL. **Sistema nacional de Unidades de Conservação**. Lei n  9.985 de 2000.

DEBETIR, Emiliana. **Gestão de unidades de conservação sob influências das áreas urbanas: diagnóstico e estratégias de gestão na ilha de Santa Catarina –Brasil**. Tese (Doutorado em Engenharia Civil), Florianópolis, 2006.

ENDRES, Ana Valéria. **Sustentabilidade e ecoturismo: conflitos e soluções a caminho do desenvolvimento**. Turismo em análise, São Paulo, 1998.

FIGUEIRA, Logde. **Desenvolvimento e preservação do meio ambiente**. Belém, UFPA/ NUMA, 1994.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **IBGE cidades**. Acessado em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/santana/panorama>>, as 11:13, 11/07/2019.

MACIEL, Tatiane Tagliatti. BARBOSA, Bruno Corrêa. ** reas verdes urbanas: história, conceitos e importância ecológica**. CES REVISTA, Juiz de Fora, v.29, n.1, p.30-42, jan/ jul, 2015.

MAZZEI, Kátia. COLESANTI, Marleme T. Muno. SANNTOS, Douglas Gomes. ** reas verdes urbns, espaços livres para o lazer**. *Sociedade e Natureza*, v. 19, n.1, jun/2007.

REVECOM. Disponível em < <http://www.revecombr.com.br/institucional/a-reserva/>>, acessado às 11:49, em 11/07/2019.

SANTOS, Marlene Campos Teixeira. **Patrimônio histórico e cultural e a cidade de Santana**. *Revista do Plano Diretor Participativo de Santana*, v.2, n.1, Outubro 2005.

SCHMID, Christian. **A teoria da produção do espaço de Henri Lefebvre: em direção a Uma dialética tridimensional**. (Tradutores: Marta Inez Medeiros Marques; Marcelo Barreto) GEOUSP – espaço e tempo, São Paulo, N 32, pp. 89- 109, 2012.

AS EXPERIÊNCIAS NOS PRODUTOS TURÍSTICOS: Um olhar sobre o Sarau Histórico e Serenata Histórica em São Luís, Maranhão.

Conceição de Maria Belfort de Carvalho¹

Dorilene Sousa Santos²

Samuel Evangelista Silva Rocha³

INTRODUÇÃO

As implicações do turismo no contexto contemporâneo tornam-se cada vez mais complexas, sobressaindo-se a adoção de novas tecnologias e a especialização da oferta no sentido de atender às necessidades e expectativas da demanda turística em termos de lazer, diversão, entretenimento. Além da atividade turística intervir na dinâmica sociocultural das cidades, regiões e pessoas, proporcionalmente às suas repercussões econômicas. Acompanhando esses movimentos, as pesquisas sobre o fenômeno turístico se intensificaram, nas últimas décadas, constituindo-se um novo domínio científico que interessa a diversas disciplinas com suas inúmeras possibilidades de abordagem.

Dentre as questões postas no cotidiano da prática turística, destacamos a evolução do paradigma dos serviços para o paradigma das experiências (PINE SEGUNDO; GILMORE, 1999), que se traduz na emergência de um novo modelo de turismo, o turismo de experiência, aqui entendido como uma nova estratégia de formatação de produtos e serviços em que o turista passa a ser protagonista da viagem. Nesse contexto, os planejamentos públicos e privados direcionam-se para a formatação de produtos, roteiros e serviços turísticos criativos e com apelo emocional, associando os conceitos de imaginário, individualidade, autenticidade, história e percepção multissensorial.

Considerando que a comercialização das experiências enquanto produto turístico incide na qualidade da visitação e no nível da atratividade e competitividade do destino turístico no mercado, nosso olhar volta-se para o município de São Luís, MA, onde o turismo passa por um processo de reformulação das iniciativas voltadas para o atendimento das novas necessidades da demanda por meio do surgimento de ofertas turísticas que tomam as dimensões da experiência como elemento-chave da sua concepção. Diante disso, apresentamos o seguinte questionamento: os produtos e serviços turísticos comercializados na cidade de São Luís, como o Sarau Histórico e Serenata Histórica, aplicam as dimensões da experiência turística, e como iniciativas como estas contribuem para o desenvolvimento local?

1 Doutora em Linguística e Língua Portuguesa - UNESP. Professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PGCult/UFMA. Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC – UFMA/PGCult). cbelfort@globlo.com.

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade – PGCult/UFMA. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC – UFMA). dorilene.sousa@gmail.com.

3 Graduando em Administração pela Universidade Federal do Maranhão. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC – UFMA). samuel-andrade12@hotmail.com.

Nessa direção, esta pesquisa tem por objetivo geral verificar se há aplicação das dimensões da experiência turística nos produtos comercializados em São Luís, como o Sarau histórico e a Serenata Histórica, e como estes contribuem para o desenvolvimento local. E, como objetivos específicos: procura entender o contexto que possibilitou o surgimento de novas formas de produção e consumo dos produtos turísticos; compreender a experiência como fator de atratividade dos destinos turísticos; identificar *se* e *como* o Sarau Histórico e a Serenata Histórica aplicam as dimensões do turismo de experiência.

METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como de caráter exploratório, na medida em que busca “[...] proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipótese [...]” (GIL, 2002, p. 27). O estudo assume a forma de pesquisa bibliográfica e exploratório-descritiva e foi realizada em duas etapas: Primeiro, com o estudo bibliográfico, por meio de consulta a livros, artigos científicos, teses e dissertações, para a contextualização do tema *turismo de experiência*, relacionando com o planejamento turístico, marketing de destinos. Patrimônio cultural e desenvolvimento local. Dentre os teóricos a serem utilizados destacamos Pine Segundo e Gilmore (1999), Panosso Netto (2010), Beni (2005), dentre outros de igual importância, que serviram de base para a construção do ambiente teórico e fundamentação do objeto de estudo. A segunda etapa da pesquisa é exploratório-descritiva. A coleta de dados foi realizada no município de São Luís, por meio de 20 (vinte) entrevistas semiestruturadas com turistas e locais que participaram como espectadores do Sarau histórico e da Serenata histórica, ambas as iniciativas da Secretaria municipal de Turismo de São Luís, durante os meses de janeiro e fevereiro de 2019. Os dados recolhidos foram operacionalizados em análise qualitativo-descritiva do tema proposto, apresentados e discutidos os resultados das entrevistas realizadas com o referencial teórico adotado. A análise foi feita a partir da articulação entre as informações obtidas na pesquisa bibliográfica e dos dados colhidos por meio das entrevistas, sistematização da pesquisa bibliográfica, identificando as dimensões e características do turismo de experiência: transcrição das entrevistas gravadas; tabulação dos dados; o nível da experiência incidente nos produtos turísticos; sistematização dos dados coletados.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Baseados nas pesquisas bibliográficas e de campo, observamos que as iniciativas oferecidas pelos setores públicos, como o Sarau Histórico e a Serenata histórica incidem diretamente nas experiências vivenciadas pelos turistas, além de proporcionar uma opção de lazer a mais para a comunidade local e fortalecer o turismo local. A Serenata Histórica caracteriza-se por um passeio em pontos turísticos acompanhado por uma banda tocando músicas do cancionário popular e artistas que representam personagens históricos maranhenses. O Sarau Histórico, por sua vez, tem a participação de grupos musicais cantando marchinhas

de carnaval, além da apresentação de grupo de teatros que incorporam personagens da literatura maranhense. Os grupos teatrais, músicos e guias de turismo, participantes das iniciativas, são selecionados por meios de editais oferecidos pela secretaria municipal de turismo.

Compreende-se que a atividade turística estaria tornando-se mais emocional, relacionada aos valores das comunidades receptoras e ao seu patrimônio histórico, e não somente à utilização do espaço para a visitação; nesse contexto, a experiência relacionada ao setor turístico surge como contributo para os anseios dos turistas modernos, de fuga do convencional e a projeção de um valor agregado as suas viagens (PANOSSO NETTO, 2010; TRIGO, 2010; COOPER, 2011). Este movimento vem sendo denominado turismo de experiência ou turismo experiencial.

A experiência emerge como um acontecimento particular que ocorre em resposta a determinados estímulos e envolve a totalidade do ser que a sente, seja ela real, irreal ou virtual, e resulta da observação direta ou da participação em determinado evento (ANDRÉS; CAETANO; RASQUILHA, 2006). Na visão de Benjamin (1989), o conceito de experiência relaciona-se com o da memória, assim como com a tradição. Para o autor, um evento para ser considerado experiência, deve remeter a significados mais profundos, que possibilitam uma conexão entre o sujeito e a história. Considera-se experiência turística a “[...] avaliação subjetiva de um indivíduo (afetiva, cognitiva e comportamental) e a vivência de eventos relacionados a suas atividades turísticas antes (planejamento e preparação), durante (no destino) e depois da viagem (lembrança) [...]” (RITCHIE; TUNG; RITCHIE, 2011, p. 1369). No contexto mercadológico, a experiência se relaciona às percepções e sentimentos dos consumidores em suas práticas de consumo, possuindo um caráter individual: “[...] as experiências são inerentemente pessoais, existe apenas na mente de um indivíduo que tenha sido enredado em um nível emocional, físico, intelectual, ou até mesmo espiritual [...]” (PINE SEGUNDO; GILMORE, 1998, p. 89).

A partir dos estudos citados, compreendemos que o turismo de experiência possui como objetivo proporcionar aos turistas experiências que despertem sensações, sentimentos e interações únicas, capazes de conectar os turistas às representações simbólicas e os modos de vida da comunidade visitada. A abordagem sobre economia da experiência e turismo nos leva a refletir sobre a aplicabilidade das dimensões da experiência (entretenimento, educação, escapismo e estética) abordadas por Pine e Gilmore (1999) e incentivadas pela cadeia produtiva do turismo de São Luís, Maranhão, como forma de diferenciação e inserção desse destino no mercado turística nacional.

A partir da significação dos relatos dos participantes dessas práticas pode-se compreender *se e como* são aplicadas as dimensões da experiência. O primeiro aspecto apontado pelos entrevistados que participaram do Sarau e da Serenata Histórica foi o caráter único da experiência, bem como o fator memorável. A criação de produtos baseados na experiência proporciona uma ação imersiva e não rotineira, caracterizada por interações significativas entre o visitante e o ambiente visitado, criando sensações e sentimentos que podem ser

acionados na memória do turista.

O Sarau Histórico e a Serenata Histórica incluem elementos do *design* de experiência no processo de ambientação dos espaços do centro histórico de São Luís, no uso de atores para realização de performances, na interação dos músicos com o público, e na tematização das histórias que são encenadas ao longo do roteiro; utiliza-se ainda a criatividade e a inovação como substratos para a criação de uma experiência inusitada na visão do público participante.

Os entrevistados apontaram como característica principal a ampliação dos conhecimentos sobre a história e da cultura da cidade, do seu passado colonial a partir das encenações e da musicalidade, elementos que ativam a memória individual e se articulam com a memória do espaço urbano. Os elementos encenados pelo Sarau Histórico e pela Serenata Histórica acionam a memória, possibilitando a apreensão da experiência, ao tempo em que possibilitam a emergência de diferentes emoções e lembranças particulares para os turistas/visitantes que consumiram esse produto.

O consumidor atual do turismo almeja adquirir bens, serviços e produtos que possuam fortes relações com a cultura da comunidade, produtos turísticos alternativos, baseados na experimentação, na vivência e na reciprocidade, produtos culturais que, ao serem formatados para o consumo, sejam geridos pela comunidade, com uma carga afetiva e simbólica que será recordada mesmo após o término da viagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turista volta-se para a busca de algo mais simples em suas viagens, que se aproximam dos valores, costumes e tradições das comunidades visitadas. Nesse contexto surgiu o turismo de experiência. Entretanto, para que esta seja exitosa e crie relações verdadeiras e momentos memoráveis, é necessária uma imersão dos visitantes no cotidiano e nas atividades oferecidas no destino. As experiências incorporadas como estratégia para criar experiências únicas aos produtos e serviços do turismo devem ser realizadas de forma a respeitar a autenticidade da cultura do local.

A comunidade, por sua vez, deve ser integralizada e ter participação ativa na atividade turística, podendo participar da economia proporcionada pelo setor. A partir das pesquisas sobre a Serenata Histórica e o Sarau Histórico compreende-se que as experiências proporcionadas por estas iniciativas aos seus participantes podem alargar o seu conhecimento, proporcionar experiências únicas e despertar nos moradores locais um sentimento de pertença, proporcionando uma proximidade com os espectadores e ativando a memória dos locais.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉS, Andreia; CAETANO, Joaquim; RASQUILHA, Luís. **Gestão de experience marketing**. Lisboa: Quimera Editores, 2006.
- BENI, Mário Carlos. Turismo: da economia de serviços à economia da experiência.

Turismo Visão e Ação, v. 6, n. 3, p. 295-306, 2004.

BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire**: um lírico no auge do capitalismo. Trad. José Martins Barbosa, Hermeson Alves Baptista. 1. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989. COOPER, Chis. **Turismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

PANOSSONETTO, Alexandre. Experiência e Turismo: uma união possível. In: PANOSSONETTO, Alexandre; GAETA, Cecília (Org.). **Turismo de experiência**. São Paulo: Senac, 2010. p. 43-55.

PINE SEGUNDO, B.; Joseph; GILMORE, James H. Welcome to the Experience Economy. **Harvard Business Review**, v. 76, n. 4, p. 97-105, 1998.

PINE SEGUNDO, Joseph; GILMORE, James. **Experience Economy**: work is Theatre & every Business a stage. United States: Harvard Business School Press, 1999.

TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi. A viagem como experiência significativa. In: PANOSSONETTO, Alexandre; GAETA, Cecília (Org.). **Turismo de experiência**. São Paulo: Senac, 2010. p. 21-41.

TUNG, Vincent Wing Sun; RITCHIE, J. R. B. Exploring the essence of memorable tourism experiences. **Annals of Tourism Research**, v. 38, n. 4, p. 1367-1386, 2011.

A REDE DE LUGARES TURÍSTICOS DO LITORAL NORTE DO POLO COSTA DAS DUNAS.

José Alexandre Berto de Almada¹

Bertrand Roger Guillaume Cozic²

INTRODUÇÃO

O Polo Costas das Dunas (PCD), localizado no litoral leste do Rio Grande do Norte, é criado a partir de uma necessidade organizacional do PRODETUR/NE, na sua segunda fase, que apresentou o conceito de polo turístico, um “[...] grupos de municípios contíguos com atrativos turísticos similares ou complementares, que têm a determinação comum de desenvolver a capacidade local necessária para uma gestão turística sustentável” (EQUIPE PCR, 2012. p.2), sendo oficializado pelo Decreto N. 18.186 de 2005, contando a prior com dezesseis municípios e em 2017, com o Decreto N. 26.661 que unificou a legislação dos cinco polos turísticos em um único decreto, passou a ter dezessete municípios, com o acréscimo de Macaíba e São José do Mipibu e retirado Arês.

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de doutorado em andamento que analisa o território usado nos lugares turísticos do litoral norte do PCD, onde convivem as formas e funções sócio-espaciais para atender a atividade turística e as necessidades cotidianas do lugar, com o objetivo de verificar a existência de uma rede de lugares turísticos desigual e combinada em relação a Natal, principal município desse polo e o litoral central da rede de lugares turísticos. Para atender o objetivo proposto, com base na discussão entre território usado a partir da geografia de Milton Santos e do turismo a partir de Knafou *et al* (1997), utilizamos dados estatísticos oficiais coletados no IBGE, no Ministério do Turismo e na Secretária de Turismo do Rio Grande do Norte e informações coletadas pelo trabalho de campo realizado entre janeiro e fevereiro de 2019 em 14 lugares turísticos do litoral norte do PCD, onde foram entrevistados por meio da metodologia amostragem por acessibilidade ou por conveniência 88 turistas e 54 comerciantes.

A Rede de lugares turísticos no Litoral Norte Do Polo Costa das Dunas

O Litoral Norte do Polo Costa das Dunas corresponde a uma área que abrange oito municípios ao norte de Natal, com lugares turísticos na planície litorânea entre os municípios de Extremoz e Pedra Grande, com destaque para praias e lagoas naturais como atrativos turísticos. Desta forma, podemos regionalizar o Polo Costa das Dunas a partir de indicadores econômicos e turísticos, e, o Litoral Norte é o que possui os menores, o Litoral Central, onde localiza-se a capital Natal, centraliza em seu território esses números e, o Litoral Sul, por sua vez, aparece na segunda posição em relação a esses mesmos indicadores, conforme destaca a tabela 1.

1 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco Prof. Assistente da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte no Departamento de Geografia, Campus – Mossoró-RN.

2 Professor Adjunto da Universidade Federal de Pernambuco no Departamento de Ciências Geográficas e no Programa de Pós-Graduação em Geografia.

TABELA 1 – INDICADORES ECONÔMICOS E TURÍSTICOS DO PCD

INDICADORES ECONÔMICOS E TURÍSTICOS	LITORAL NORTE	LITORAL CENTRAL	LITORAL SUL	ANO
PIB (R\$ 1.000)	3.791.491	21.845.481	8.195.428	2016
Valor adicionado bruto dos Serviços, a preços correntes - exclusive Administração, defesa, educação e saúde públicas e seguridade social	1.292.438	12.122.912	3.464.584	
Nº de habitantes	270.575	877.662	455.231	
Qtd. Empregos Hospedagem	253	4.438	1.125	2017
Qtd. Estabelecimentos Hospedagem	65	160	292	
Demanda Internacional	4.114	114.060	54.920	
Demanda Doméstica	122.550	3.163.130	271.311	

Fonte: IBGE (2016); MTUR (2018).

Os efeitos da centralização das atividades turísticas em torno de Natal, em 2012 correspondeu a 65% da renda turística do estado (SETUR, 2013). Para o litoral norte resultou uma rede de lugares turísticos com um território usado de forma desigual e combinada através do circuito superior e inferior do turismo, onde os turistas que se hospedam no litoral central, contratam o pacote de passeio com o bugueiro ou agências de viagens para visitar os lugares turísticos espalhados pelo litoral norte, permanecendo nestes entre 30 minutos e 1 hora. Nesse sentido, a densidade técnica-científica-informacional de cada lugar turístico está diretamente relacionada com a visibilidade desses junto aos pacotes de viagem.

A RLT se expande por todo o PCD, porém, apenas investigamos o litoral norte pelo fato deste possuir os menores indicadores econômicos e turísticos e por conta das dificuldades logísticas de se abarcar todo o polo. Durante o trabalho de campo identificamos três tipos de território usado pelo turismo e praias onde a atividade de pesca artesanal em jangadas é a principal atividade econômica, especificamente na praia de Enxu Queimado, no município de Pedra Grande, e na praia do Rio do Fogo no município homônimo.

O primeiro uso do território relacionado ao turismo está relacionado com a presença de casas de segunda residência³, ou vilegiatura, em várias praias dos municípios do Litoral Norte, como as praias de Redinha Nova, Graçandu e Pitanguí, em Extremoz, praia de Muriú, em Ceará-Mirim e a praia de Carnaubinhas em Touros. Segundo os dados do Censo de 2010 (IBGE, 2010), dos 59.760 domicílios dos municípios do LNPCD, 10.364 são particulares de uso ocasional, com destaque para os municípios de Extremoz, Ceará-Mirim, Maxaranguape e Touros que juntos somam 8.844 dos domicílios de segunda residência.

O segundo relacionado com os lugares turísticos, como praias e lagoas, que são pontos de visitação que estabelecem a conexão entre os hotéis localizados em Natal e o litoral norte por meio do transporte dos turistas até esses pontos, principalmente pelos bugueiros⁴.

3 Fonseca e Lima (2012) destacam que segunda residência são denominações comumente aplicadas às propriedades particulares utilizadas temporariamente por pessoas que tem a sua residência permanente em outro lugar, e essa pode assumir função de alojamento turístico quando for ocupada por um turista.

4 Profissional que realiza serviço de Buggy-Turismo – atividade não essencial, considerada de utilidade pública, destinada ao transporte de turistas e cidadãos interessados em visitar e conhecer áreas de reconhecida beleza natural, valor histórico, paisagístico e ambiental do Estado do Rio Grande do Norte, realizada por particulares, por sua conta e risco, mediante remuneração dos usuários (RIO GRANDE DO NORTE, p.1, 2006).

No trabalho de campo identificamos a presença desses agentes do Aquário Natal, em Extremoz, até o MA-NOA Park, em Maxaranguape, ressaltando que o acesso a certos lugares, como a lagoa de Jenipabu e as Dunas de Jenipabu e de Pirangi, somente é possível com por meio de *buggy* cadastrado pela SETUR.

A presença dos turistas nesses lugares turísticos está diretamente relacionada com a com os passeios contratados por diretamente com o bugueiro ou por agência de viagem, que oferece ao turista tanto passeio com *buggy* ou com ônibus de excursão. Nos lugares turísticos que estão na rota desses passeios conseguimos entrevistar os dez turistas pretendidos, pois nesses lugares verificamos a presença de centenas de turistas, sendo que dos 70 turistas entrevistados 38 chegaram até o local por meio de *buggy* ou ônibus de excursão, 21 e 17 respectivamente. Em relação a hospedagem, de todos os turistas entrevistados, num total de 88, 52 estavam hospedados em hotéis ou pousadas, desses, somente 12 não estavam hospedados em Natal do momento da entrevista, porém, desses, 4 irão se hospedar em Natal durante as férias no Rio Grande do Norte.

O terceiro encontra-se na praia de Jenipabu, em Extremoz e no município de São Miguel do Gostoso, que apresentam uma urbanização recente voltada para o turismo, mesclando elementos de sol e praia com o turismo de aventura, pela prática de *surf*, *kitesurf*, passeio de quadriciclo, de jangada e de lancha e também, a praia das Garças, em Touros, que apresenta a única feitoria do litoral norte.

A praia de Jenipabu, no município de Extremoz, é uma cidade turística incompleta, pois, a sua urbanização se dá em função do turismo, predominando atividades ligadas ao circuito inferior do turismo, principalmente por barracas de praia, lojas de artesanato e vendedores ambulantes e com algumas pousadas em transição para um circuito superior marginal. Sua urbanização é incompleta, pois, essa praia é dependente dos turistas que estão hospedados no litoral central, pois mesmo com a presença de pousadas em seu território não consegue garantir a permanência de turistas por muitos dias, pois não possui atividades noturnas, tendo os seus comércios e serviços finalizados com o pôr do sol.

O município de São Miguel do Gostoso caminha para tornar-se uma estação turística, pois, a sua urbanização também ocorre em função do turismo com atividades do circuito inferior e superior do turismo. Difere-se da Praia de Jenipabu, pois, consegue uma relativa independência do litoral central, atraindo turistas, com destaque para o turismo internacional, que possui a maior demanda do Litoral Norte e a terceira maior do PCD⁵, ficando atrás de Natal e Tibau do Sul, além de contar com uma vida noturna ativa com destaque para os restaurantes e lanchonetes com presença de gastronomias mundiais.

São Miguel do Gostoso, para o Litoral Norte, atua como uma subcentro da RLT, pois, consegue emanar turistas que estão hospedados em suas pousadas o para visitar as praias nos municípios de Touros e Pedra Grande. Os turistas que se hospedam em SMG estão no perfil de pessoas que já visitaram o Rio Grande do Norte e querem conhecer outros pontos do litoral para além da Capital, integrando esse lugar turístico no roteiro de viagem pelo

5 Em 2017 a demanda turística internacional desses municípios foi de: Natal - 114.060; Tibau do Sul - 52.547 e São Miguel do Gostoso - 3.168 (MTUR, 2018)

litoral do estado, do qual também participa como parada obrigatória a praia de Pipa, no município de Tibau do Sul.

Na praia das Garças, no município de Touros, encontramos uma feitoria turística, isso é, a criação ex-nihilo de um lugar turístico, justamente o Resort *all inclusive* Vila Galé, que pertence ao grupo hoteleiro português, que integra o ranking das 198 maiores empresas hoteleiras a nível mundial, com 34 unidades hoteleiras: 25 em Portugal nove no Brasil, com um total de 7.454 quartos e 15.286 camas e com cerca de 3.200 funcionários (VILA GALÉ, 2019), sendo esse o único estabelecimento do circuito superior do turismo de capital aberto.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora o PRODETUR/NE I e II tenha como objetivo destinar seus recursos para a interiorização do turismo no Rio Grande Norte a realidade após 25 anos do início dessas políticas públicas resultou em uma reestruturação produtiva pelo turismo que privilegiou Natal, a capital do estado, configurando como o centro de uma rede de lugares turísticos do Polo Costa das Dunas.

O litoral norte deste polo, que apresenta os menores indicadores econômicos e turísticos, possui lugares turísticos com baixa densidade técnica-científica-informacional, com RLT predominada pela presença de locais turísticos, uma cidade turística incompleta e uma estação turística incompleta, com o predomínio de atividades econômicas do circuito inferior do turismo, com exceção do *resort* Vila Galé, uma feitoria turística no litoral de Touros representando o território usado pelo circuito superior do turismo no LNPCD.

REFERÊNCIAS

FONSECA, Maria A. P.; LIMA, Renata M. M. Segunda residência: conceito, características e significados. In: FONSECA, M. A. P. da. **Segunda Residência, Lazer e Turismo**. Natal: Edufrn, 2012. p.11-18.

EQUIPE PCR. **Relatório de Término de Projeto: Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE II)**. 2012.

IBGE. **Sinopse do Censo Demográfico 2010 – Rio Grande do Norte**. 2010. Disponível em < <https://censo2010.ibge.gov.br/sinopse/index.php?dados=22&uf=24>>. Acesso em 29 de jun. 2019.

_____. **Produto interno bruto dos municípios**. 2016. Disponível em < <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=resultados>>. Acesso em 29 de jun. de 2019.

KNAFOU, Rémy *et al.* Une approche géographique du tourisme. **Espace géographique**. tome 26, n°3, 1997. pp. 193-204;

MTUR. **Metodologia**. 2018. Disponível em < http://regionalizacao.turismo.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=88&Itemid=271>. Acesso 29 de jun. de 2019.

_____. Lei Nº 8.817. **Disciplina as permissões administrativas para realização do serviço de Buggy-Turismo no Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências.** 29 de março de 2006.

SETUR. **Indicadores básicos do turismo 2006/2012.** Natal, 2013.

VILA GALÉ. **Sobre a Vila Galé.** 2019. Disponível em <<https://www.vilagale.com/pt/grupo/sobre-a-vila-gale>>. Acesso em 29 de jun. de 2019.

TRANSPORTE FLUVIOMARÍTIMO E TURISMO: A rede de relações entre os atores, Soure - Pará.

Thiliane Regina Barbosa Meguis¹
Mirleide Chaar Bahia²

O arquipélago do Marajó é composto por doze municípios, sendo eles, Cachoeira do Arari, Chaves, Muaná, Ponta de Pedras, Salvaterra, Santa Cruz do Arari, Afuá, Anajás, Breves, Currálinho, São Sebastião da Boa Vista e Soure, que possuem características específicas, fazendo com que o arquipélago se torne uma região com diversidades. A cultura e o povo que compõe o Marajó formam um conjunto de relações sociais que caracterizam a identidade marajoara (CARDOSO, 2015).

Nesse estudo o destaque será para a região de Soure, que possui uma extensão de 3.517,318 km², com uma população estimada em 24.682 pessoas (IBGE, 2017). Dentre os doze municípios que fazem parte da Unidade de Conservação (UC) do Marajó. As características naturais de Soure influenciam em sua localização e isolamento das demais regiões do Estado do Pará, fazendo com que o acesso não ocorra por via terrestre, e o deslocamento por transporte aéreo possua alto custo, o que ocasionou a suspensão do mesmo por falta de demanda, conforme a agência Bonna Viagens.

Portanto, o transporte fluviomarítimo representa a principal via de deslocamento para os usuários (moradores e turistas), e de escoamento de produtos para a região. É nesse contexto, que o transporte fluviomarítimo se institui como fundamental para se pensar as ações de melhoria de locomoção, proporcionando os contatos entre as regiões locais, nacionais e internacionais.

O conceito de turismo é abrangente e complexo, envolvendo o planejamento adequado das realidades e necessidades locais, além de ser compreendido como uma atividade resultante da interação dos turistas com uma série de serviços (transporte, hospedagem, agência de viagens etc.), os quais possibilitam ao turismo cumprir seus objetivos para além dos fatores econômicos, mas também, ressaltando os fatores sociais e culturais.

A atividade turística é caracterizada como uma das atividades que mais movimentam divisas econômicas, gerando emprego e renda (AZEVEDO *et al.*, 2013). Contudo, percebe-se que em muitos lugares não há incentivos por parte do poder público e da iniciativa privada, principalmente para que a atividade turística venha a se articular com os outros serviços. O serviço de transporte, por acarretar o deslocamento e possibilitar a prática do turismo, se constitui em um dos mais importantes componentes utilizados pelo mesmo.

Nesse sentido, surge a seguinte questão: Como está organizada a rede de relações a

¹ Universidade Federal do Pará- UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará- UFPA. É bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). thilianemeguis@gmail.com.

² Universidade Federal do Pará- UFPA/Núcleo de Altos Estudos Amazônicos/NAEA. Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA); Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA/UFPA). mirleidebahia@gmail.com.

partir do diálogo entre os atores no transporte fluvial e no turismo em Soure-PA? Diante dessa problemática, o trabalho propõe analisar a rede de relações que se estabelece na comunicação entre os atores sociais do transporte fluvial de Soure, e a sua influência no desenvolvimento do turismo local. De cunho qualitativo, esta pesquisa foi realizada com base em estudos exploratórios, por meio da combinação entre levantamento bibliográfico e pesquisa de campo, com observações sistemáticas e entrevistas semiestruturadas.

A análise qualitativa objetiva identificar as variáveis que serão explicadas pelos resultados e dados descritivos, mediante contato direto e interativo das pesquisadoras com a situação analisada, por meio de entrevistas direcionadas aos agentes relacionados ao objeto de estudo. Para a pesquisa de campo foi utilizada a técnica de entrevistas semiestruturadas, pois “permite que as pessoas respondam mais nos seus próprios termos do que as entrevistas padronizadas [...]” (MAY, 2004, p. 148).

A disponibilidade dos entrevistados para conceder a entrevista foi requisito crucial para o desencadeamento do trabalho, sendo utilizado o critério de acessibilidade, conforme as instruções de Vergara (2005). Assim, foi possível entrevistar os seguintes agentes: os moradores do município de Soure e turistas; os representantes das agências de turismo local “Ilha Bela” e “Sacafi Turismo”; a Secretaria de Estado de Turismo (SETUR-PA); a Secretaria Municipal de Turismo (SETUR-SOURE); Agência de Regulação e Controle dos Serviços Públicos (ARCON); e as empresas privadas de transporte fluviomarítimo “Arapari Navegação Ltda.” e “*Master Motors*”.

Para a análise dos dados foi utilizada a técnica de análise de conteúdo, o objetivo dessa técnica não se limita apenas ao conteúdo, ela visa melhorar a precisão das avaliações, por meio de procedimentos que seguem um conjunto de elementos para descrever os conteúdos das mensagens (BARDIN, 2011).

Este estudo é uma parte da dissertação produzida no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU) do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA) da Universidade Federal do Pará (UFPA). O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

A análise da pesquisa de campo se embasou na metodologia da construção da sociedade em redes (CASTELLS, 2002). Baseada nessa perspectiva, essa pesquisa se ancorou numa tentativa de pensar a relação do transporte e do turismo como uma conexão em redes e como os atores (poder público, iniciativa privada e sociedade civil) estão articulados, para assim, entender a configuração da relação de interdependência exercida pelo serviço de transporte e pela atividade turística de Soure.

A partir da descrição dos agentes e da análise sobre a construção da sociedade em redes, sendo estas compreendidas dentro de uma estrutura aberta, que possui a capacidade de se expandir, além de ter em sua organização a possibilidade de reorganizar as relações de poder, baseado em um objetivo comum e social.

A partir da análise constatou-se a seguinte rede de relações em Soure, na qual o poder

público serviço de transporte (ARCON) possui um diálogo direto com as empresas privadas de transporte (Arapari e *Master Motors*), e com os usuários, principalmente, os moradores locais, nem tanto com os turistas, ressalta-se que essas relações acontecem com pouco ou nenhuma comunicação, pois os usuários precisam procurá-los para que o diálogo de fato aconteça.

Em contra partida os usuários (moradores locais e turistas) estabelecem diálogo frágil, com pouca ou nenhuma influência com as empresas privadas de transporte (Arapari e *Master Motors*), com as empresas de turismo, agências (Ilha Bela e Sacafi Turismo), assim como, com o poder público de turismo (SETUR sedes em Belém e Soure).

Apesar das articulações, da comunicação e das redes de relações que já estão estabelecidas em Soure, serem frágeis e nem todos os atores estarem articulados, alguns empresários do trade turístico entendem a importância da construção dessa rede para a melhoria do transporte fluvial que irá influenciar diretamente no desenvolvimento do turismo.

No entanto, a articulação dos atores em Soure deveria ocorrer em forma de redes sociais, para que o objetivo comum envolva o transporte fluviomarítimo para a região e o reflexo do mesmo possa beneficiar o turismo local. Que poderia se constituir em uma rede aberta, visando a troca de informações e experiências, rompendo o que já ocorre na região, que não está relacionado a composição de iniciativas condizentes com a realidade de Soure e com as verdadeiras necessidades da população local. Na realidade observada e analisada, o poder de tomar as decisões está articulado somente nas mãos das empresas privadas de transporte e do poder público.

As características de Soure são capazes de contribuir para o desenvolvimento do turismo, como mais um componente no desenvolvimento da região. Todavia, apesar do já falado potencial, o serviço de transporte e as infraestruturas deficientes não favorecem o crescimento da atividade e por consequência o desenvolvimento local.

Um exemplo claro dessa falta de diálogo na rede é que os componentes externos do terminal, como empresas de transporte urbano, órgãos de trânsito e o próprio trade turístico não estão integrados as demandas externas e internas do porto, ou seja, cada um realiza seu trabalho de forma isolada, sem ações conjuntas que permitiriam, por exemplo, maior ordenamento do serviço de transporte, melhor acessibilidade ao terminal hidroviário e criação de espaços específicos para a operação de operadores turísticos. Com a articulação da rede, o próximo passo seria a criação de etapas para o planejamento.

Com relação ao planejamento do transporte fluviomarítimo com o turismo em Soure, poderia ocorrer o surgimento de cadeias produtivas e novas opções de trabalhos; contribuir para a valorização, afirmação e pertencimento cultural e ambiental pelo morador local e consequentemente pelo turista; colaborar para a valorização, criação de ações e implementação de projetos que visem contribuir para o melhoramento, estimulando a importância do transporte fluviomarítimo, além de demonstrar como a embarcação (navio, lanchas e balsa) por si só podem se tornar o principal atrativo de uma viagem; e difundir práticas, posturas e condutas de conservação da natureza antes, durante e depois da viagem,

propiciando dessa forma, o amadurecimento da consciência ambiental.

Por fim, iniciativas que estejam atreladas a globalização com um enfoque mais local, onde tecnologias que se enquadrem a realidade estejam articuladas ao processo de planejamento, pautadas na participação efetiva de todos os atores que fazem parte desse processo (poder público, população local e iniciativa privada), seria uma maneira de caminhar, visando o desenvolvimento local, articulados as características culturais, políticas, ambientais e sociais de Soure.

Para tanto, em Soure poderia ocorrer a implementação de iniciativas que visem a introdução de políticas para que ocorra o desenvolvimento local, em que a sua abordagem seria conduzida pelo contexto social com a participação popular, os atores locais tornam-se fundamentais na criação de políticas, exercendo o seu papel de cidadania. Criticando assim, o modelo de desenvolvimento, onde se percebe a inserção de modelos específicos influenciados pela globalização, como padrões “perfeitos” para se chegar ao desenvolvimento local. Nesse sentido, o desenvolvimento local é entendido como “[...] a transferência de recursos das atividades tradicionais para as modernas, bem como pelo aproveitamento das economias externas e pela introdução de inovações, determinando a elevação do bem-estar da população” (VÁZQUES BARQUERO, 2002, p. 57).

Portanto, a rede surge como uma possibilidade que tem como objetivo permitir a elaboração de diferentes concepções para solucionar um problema comum, como o do transporte fluviomarítimo que influencia a atividade turística em Soure. É nesse contexto, que a constituição de uma sociedade em redes permite a articulação entre as diferentes organizações e os seus atores (JUNQUEIRA; CORÁ, 2012).

Este estudo, pretende contribuir para a discussão do transporte no turismo, no que tange ao deslocamento para Soure e por meio do levantamento bibliográfico foi possível constatar que as pesquisas sobre o tema, em sua maioria, descrevem apenas os aspectos como segurança, custos, normas legais, conforto e aspectos históricos. Embora sejam consideráveis, não evidenciam os problemas existentes na relação do transporte fluviomarítimo e do turismo como possibilidades de desenvolvimento local.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO, F. F. *et al.* Turismo em Foco: globalização e políticas públicas. In: Azevedo, F. F. *et al* (Org.). **Turismo em Foco**. Belém: NAEA, 2013. p. 352.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.
- CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. Ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- CARDOSO, M. do S. da C. Pescadores da Reserva Extrativista Marinha de Soure: Práticas Sociais e Ordenamento do Território. **Povos tradicionais no arquipélago do Marajó e políticas de ordenamento territorial e ambiental**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2015. p. 131.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/soure/panorama>>. Acesso em: 20 jun. 2017.
- JUNQUEIRA, L. A. P.; CORÁ, M. A. J. Descentralização, Território e Redes Sociais:

Uma Análise do Programa Cultura Viva. **Revista Pensamento & Realidade**. ano xv, v. 27, n. 1, 2012.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. Ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2002.

REFLEXOS DA PRÁTICA DO TURISMO NA CIDADE DE PORTO SEGURO.

Aline Santos Bispo¹

Nas últimas décadas do século XX a atividade turística desenvolveu-se de maneira significativa em Porto Seguro, no sul da Bahia, configurando o município como o segundo destino mais procurado do estado. Podem ser apontadas como principais razões para o desenvolvimento do turismo na cidade fatores como a inauguração do trecho baiano da BR- 101 e abertura e pavimentação da BR-367, bem como o processo de patrimonialização, políticas públicas de turismo e a migração regional em virtude da queda do ciclo do cacau em cidades próximas, o que fez com que a localidade se configurasse numa promessa de futuro e desenvolvimento local. Tais fatos provocaram alterações na dinâmica da cidade, resultando num aumento exponencial da população e mudanças no espaço urbano, refletidas no cotidiano e modo de vida dos seus habitantes. Diante deste contexto, este estudo objetiva analisar a relação entre a prática da atividade turística e as transformações que culminaram na atual configuração da cidade, seja em termos econômicos, sociais, e urbanísticos, refletindo sobre o perigo da especialização espacial da economia local junto à perversidade de propostas de desenvolvimento turístico que exclui os moradores das cidades receptoras.

A metodologia utilizada partiu de diferentes fontes de dados e informações, buscando, entre outros aspectos, evidenciar as essências que constituem o fenômeno turístico em questão através de uma ótica que possa ir além dos interesses puramente pragmáticos, assumindo uma postura epistemológica que envolve a vivência do próprio pesquisador e a realidade dos sujeitos envolvidos. Sob esta perspectiva, foi adotado o método qualitativo intentando que o fenômeno estudado seja compreendido em sua complexidade, uma vez que tal abordagem oferece as condições necessárias para compreensão do fenômeno estudado. Em termos teóricos, este estudo está ancorado em reflexões acerca do turismo contemporâneo, turismo de massa e turismo e produção do espaço. Na bibliografia recorre-se à consulta de livros, trabalhos acadêmicos, arquivos públicos e legislações da cidade de Porto Seguro, com o objetivo de encontrar dados e informações que fundamentem os objetivos, referenciais e resultados da pesquisa.

A intensidade e a velocidade das transformações sócio espaciais recentes ocorridas em Porto Seguro, por si só, tomam a cidade um instigante tema de investigação sócio antropológica e diversas são as possibilidades de análise dessa realidade (MURICY, 2001). Neste estudo o destaque é dado para grandes modificações que ocorrem no espaço urbano pelo e para o turismo. Uma vez que a atividade tem mostrado ser bastante eficaz na transformação das cidades, dos litorais, dos parques naturais, etc, em locais muito parecidos entre si, ou pelo menos, com uma série de elementos, ligados à infraestrutura (aeroportos, hotéis,

discotecas, bares, restaurantes, obeliscos, casario, festas), que mostram certa conectividade entre si, tal como aborda Cruz (2001):

Cidades podem ser incorporadas, espontaneamente, ao circuito das localidades turísticas, devido à sua valorização (cultural) pela atividade ou, então, induzir o desenvolvimento do turismo, por meio de políticas e do planejamento, caso essa incorporação espontânea não ocorra, direcionando os equipamentos urbanos já construídos e aqueles a construir, em função de uma urbanização para o turismo. Cruz (2001, p.25)

Knafou (1996) apresenta uma importante contribuição no estudo das relações entre turismo e espaço geográfico a partir da noção de territórios produzidos pelo e para o turismo. Segundo o autor, os territórios turísticos, ou seja, territórios construídos exclusivamente para a ocorrência da prática turística são todas aquelas cidades que foram planejadas e criadas tendo o turismo como sua principal fonte de produção de renda. Seja qual for sua atratividade, o turismo é a base da vida da cidade ou da região. Essa relação entre o turismo e o espaço urbano gera um processo denominado turistificação que, de forma simplificada, pode ser entendido como o processo de transformação de uma área específica da cidade em função do turismo, seja para o turismo ou pelo turismo. Os espaços em turistificação representam uma interferência na linha histórica descrita pelas áreas de intervenção, criando ambientes que são comercialmente propícios para a prática do turismo, mas nem sempre coerentes com o contexto em que se inserem, podendo decorrer a segregação espacial de turistas e moradores e a elevação de preços de produtos, serviços e bens imóveis, o que pode prejudicar a população residente enquanto beneficia os empreendedores turísticos (MURTA, 2008).

Uma vez que o turismo desponta como um importante fenômeno social e vetor de desenvolvimento econômico da cidade de Porto Seguro, o que se vê nesse cenário é uma forte aceleração do crescimento urbano, caracterizado pela revalorização de recursos e grande incentivo do poder público que favorece a prática da atividade. (SILVA, 2012). Assim, a atividade turística em Porto Seguro, apresentada como uma proposta para o desenvolvimento local e amparada nas ideias de crescimento e integração econômica, trouxe uma nova configuração sócio espacial, seja pelos arranjos espaciais, pelas novas relações sociais ou pela reconfiguração da paisagem. Reforçando o que expressa Luchiari (1998, p. 17) ao afirmar que “algumas cidades chegam a redefinir toda sua vida econômica em função do desenvolvimento turístico, reorganizando-se para produzir paisagens atrativas para o consumo e lazer”.

Até atingir o status de cidade polo, Porto Seguro passou por diversas etapas tendo o turismo um papel decisivo na construção dos seus ambientes. De um lugar frequentado por hippies ou pelas chamadas comunidades alternativas a um dos maiores pontos de atração turística do Brasil, a cidade foi se desenvolvendo e atraindo investimentos de todos os níveis e migrantes temporários e fixos de todas as classes sociais com objetivos diferentes. Por ter se tornado um polo de atração populacional, a cidade teve a sua urbanização feita pelos

pequenos empreendimentos, pela instalação de grandes hotéis, construções de moradias particulares, condomínios fechados e moradias irregulares (CERQUEIRA NETO; SILVA, 2015).

Segundo Bianchi (2005), as primeiras tentativas de fazer de Porto Seguro um pólo turístico remontam ao ano de 1967, quando tiveram início excursões para a divulgação da cidade. Na década de 70, quando do início da ocupação turística, a sua população era de 33.108 habitantes, predominantemente rural. Em 1974, Porto Seguro contava com três hotéis, uma pousada e quatro pensões, contabilizando 344 leitos e registro de 30.131 visitantes. Neste mesmo ano foi elaborado o Plano Diretor da Orla Marítima de Porto Seguro e Santa Cruz Cabralia, que promulgado através da lei 146/75. O Plano consiste na primeira tentativa de regulação do espaço, apontando-se para a necessidade de demarcação das zonas de interesse histórico e localização de equipamentos turísticos e já alertava para o processo de mudança gerado pelo turismo e seus reflexos no uso do solo, quanto à localização de comércios, serviços e hotéis.

Apesar do Plano de Desenvolvimento e da atuação IPHAN no município, que desde 1973 era considerado “Monumento Nacional”, e como tal, requeria a participação do órgão em quaisquer intervenções realizadas no município, a cidade se expandiu em detrimento dos mecanismos de planejamento governamentais e justamente sobre os lugares considerados ambientalmente frágeis. A vinda dos primeiros turistas e os investimentos estatais para fomento de uma infraestrutura mínima e atrativos turísticos, atraíram também o setor imobiliário para a região e com isso a especulação imobiliária. O aumento da atividade turística nos anos de 1980, que agora recebia cerca de 200 mil pessoas causou um aumento considerável nos preços dos imóveis do Centro e Orla Norte da cidade (SANTOS, 2017). A década de 1990 é certamente o período mais expressivo de transformações urbanas no espaço e no fluxo turístico. Já como segundo pólo turístico estadual, com uma quantidade de leitos superior ao da Capital baiana e se consolidando como um dos maiores centros de convergência de fluxos migratórios da Bahia, Porto Seguro absorveu grande parte da população oriunda do campo em busca de trabalho e atraídas pelos investimentos provenientes do PRODETUR (Programa de Desenvolvimento Turístico da Bahia). Compreendendo os municípios de Porto Seguro, Santa Cruz Cabralia e Belmonte, a Costa do Descobrimento foi o primeiro polo turístico de ação do Programa devido a já consagrada demanda de Porto Seguro e às comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil (ARAÚJO, 2005). Foi durante essa década que o município sofreu o maior incremento populacional da sua história, passando de 34.661 habitantes em 1991 para 95.721 em 2000.

Através de financiamentos gerados pelo Banco do Nordeste do Brasil, com recursos repassados pelo BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e contrapartidas estaduais, o Prodetur se propôs a financiar projetos prioritários de infraestrutura e apoio institucional. Tinha como aliado a Política de Megaprojetos Turísticos, em uma parceria público-privada, portanto, cuja meta seria a ampliação da infraestrutura hoteleira (CRUZ,

2001). Estes investimentos financeiros externos foram encarados como a “solução de todos os seus problemas”, isentando a responsabilidade de uma política urbana. Tal isenção resultou em um processo de exclusão social que, por exemplo, coloca a cidade no 9º lugar no ranking de municípios mais violentos do Brasil segundo o Atlas da violência 2017, o que reforça o argumento do crescente aumento de desigualdade social no município.

A experiência retratada é a síntese das contradições que ocorreram em contexto de desenvolvimento contraditório, opondo formas de apropriação e exploração dos recursos, à tendência ao esgotamento destes, à qualificação de trabalho requerida, à inércia institucional e à deterioração da qualidade de vida dos segmentos sociais, atraídos, mas excluídos do desenvolvimento. Nessa experiência de desenvolvimento local contraditório, observa-se que os mesmos fatos que, por de um lado, geraram o incremento da oferta turística, de outro, acabaram por acentuar as segregações espaciais, criando uma Porto Seguro onde indivíduos a margem da estrutura montada pelo mercado turístico encontram na atividade turística o emprego, mas não o direito à cidade, propiciando progresso sem a reconciliação com o trabalho e qualidade de vida.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, Cristina Pereira de. **Um Porto Seguro para os próximos 500 anos**. In: Bahia análise & dados. [S.l.]: [s.n.], 2005.

BIANCHI, Leila. **Os sítios urbanos como atração turística: o caso de Porto Seguro**. In: *Caderno Virtual de Turismo*, 2005, n. 1. Disponível em: www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/ojs/include/getdoc.php?id=90&article=28&mode=pdf Acesso em: 09 mai. de 2019.

CERQUEIRA NETO, Sebastião Pinheiro Gonçalves de; SILVA, Leonardo Thompson da; **Turismo e Desenvolvimento: Transformações no território da região do Extremo Sul da Bahia**. Caminhos de Geografia, Uberlândia, v. 16, n. 55, Set/2015, p. 74–88.

CRUZ, Rita De Cássia Ariza Da. **Introdução à geografia do turismo**. São Paulo: Roca, 2001.

_____. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2001.

KNAFOU, Rémy. **Turismo e território: por uma abordagem científica do turismo**.

RODRIGUES, A.B. (org.) **Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais**. São Paulo: HUCITEC, 1996, pp.62-74.

LUCHIARI, Maria Tereza Duarte Paes. **Urbanização turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo**. LIMA, L.C. (org.) **Da cidade ao campo: a diversidade do saber fazer turístico**. Fortaleza: UECE, 1998, pp.15-29.

MURICY, Ivana Tavares. **O Éden Terrestre: a construção social de Porto Seguro como cidade turística**. 2001. 191 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2001.

MURTA, Rachel Sant’Anna. **A transformação do espaço urbano em função do turismo**. V Seminário da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Turismo. Belo Horizonte, MG, 2008.

SANTOS, Juliana Marin dos. **Turismo e produção do espaço em Porto Seguro a partir da década de 1970.** 2017. 77 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

SILVA, Carlos Henrique Costa da. **O Turismo e a Produção do Espaço: Perfil Geográfico de uma Prática Socioespacial.** Geografia Ensino & Pesquisa, vol. 16, n. 2, maio/ ago. 2012

SISTEMA DE TURISMO DE UMA VILA AMAZÔNICA: O caso de Alter do Chão, Santarém - Pará - Brasil.

Sandra Maria Sousa da Silva¹
Luciana Gonçalves de Carvalho²
Silvio José de Lima Figueiredo³

INTRODUÇÃO

A Teoria Geral dos Sistemas, também conhecida como Abordagem Sistêmica ou Teoria dos Sistemas, teve seu aparecimento entre os anos 20 e 30 do século XX, porém só publicada anos mais tarde. Seu precursor foi Ludwig Von Bertalanffy (VELASQUEZ e OLIVEIRA, 2016).

Segundo Beni (2003, p. 17), a Teoria Geral dos Sistemas “afirma que cada variável, em um sistema, interage com as outras variáveis de forma tão completa que causa e efeito não podem ser separados”. Uma das principais contribuições da teoria de Ludwig Von Bertalanffy residiu em postular a necessidade de compreender os princípios da integridade e da auto-organização em todos os níveis (BENI, 2003).

Velasquez e Oliveira (2016) informam que a Teoria Geral dos Sistemas passou a ser absorvida pelas diversas áreas do conhecimento, como a biofísica, a física, a psiquiatria, a política, as unidades culturais e, também, o turismo.

Assim, o fenômeno do turismo passou a ser investigado pelo viés da Teoria Geral dos Sistemas por inúmeros estudiosos, em diversos países. No Brasil, a concepção do sistema de turismo é atribuída ao pesquisador Mário Beni, que desenvolveu tese de doutoramento nessa linha de pesquisa.

Inspirado pelas vertentes teóricas e investigativas ora demonstradas, este resumo tem o objetivo de descrever os principais componentes que constituem o sistema de turismo de Alter do Chão, lócus delimitado de pesquisa mais abrangente de uma tese de doutoramento. Trata-se, pois, da identificação e da descrição dos componentes do referido sistema como ponto de partida para o desenvolvimento de reflexões com vistas a sistematizar conhecimentos de uma dada realidade.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O estudo foi realizado na vila de Alter do Chão localizada na margem direita do rio Tapajós, em seu baixo curso, na confluência deste com o Lago Verde. A Vila é um dos distritos de Santarém e fica distante cerca de 27 km da sede municipal, em linha reta, em sentido oeste-sudoeste.

Para proceder à tarefa proposta neste estudo, aliaram-se pesquisas documental e bibliográfica com entrevistas semiestruturadas realizadas em campo. Inicialmente, a

1 Bacharel em Turismo. Doutora em Ciências (Programa de Pós-Graduação Sociedade, Natureza e Desenvolvimento - PPGSND) e docente da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA).

2 Doutora em Sociologia e Antropologia e docente da Universidade Federal do Oeste do Pará.

3 Doutor em Ciências da Comunicação. Docente do Núcleo do Altos Estudos Amazônicos/Universidade Federal do Pará.

revisão do Inventário da Oferta Turística do Município de Santarém (2015, 2018) permitiu identificar os recursos e atrativos turísticos de Alter do Chão; os estabelecimentos de hospedagem e alimentação; os meios de transportes disponíveis na localidade e as agências de turismo que nela operam. Os dados contidos no Relatório Socioambiental de Alter do Chão, elaborado por Vasconcelos (2010) também subsidiaram o processo de construção do histórico do turismo em Alter do Chão.

As entrevistas foram realizadas com o senhor Donaldo Lobato de Sousa, morador de Alter do Chão, e com o senhor Diego Pinho Caldeira, atual Secretário Municipal de Turismo de Santarém (SEMTUR). Além disso contribuíram para análise do SISTUR de Alter do Chão os dados obtidos juntos a 279 moradores de Alter do Chão e 43 empreendedores turísticos, por meio da aplicação de formulários com perguntas abertas e fechadas direcionadas ao papel e ao envolvimento desses sujeitos sociais no desenvolvimento do turismo local. Também foram realizadas entrevistas com roteiro pré-estabelecido com representantes de associações locais (lanchas, catraias, artesanato); o Presidente do Conselho Comunitário; e o Administrador da Vila.

COMPONENTES DO SISTEMA TURÍSTICO DE ALTER DO CHÃO

COMPONENTE ECOLÓGICO

Em Alter do Chão, os principais atrativos são: barra fluvial, mais conhecida como “Ilha do Amor”, localizada na confluência do rio Tapajós com o lago Verde; os cursos d’águas com destaque para o lago Verde, os igarapés Cuicuera e Macaco; Serra Piroca ou Morro de Alter do Chão; Ponta do Cururu. Na época das cheias, o lago Verde passa a constituir um único corpo d’água, a partir do desaparecimento parcial da “ilha” e das demais “barras” e cordões de areia; as praias, em sua grande maioria, ficam submersas, dando lugar a uma nova paisagem, na qual se destacam as áreas de igapó.

COMPONENTE ECONÔMICO

Foi somente a partir da década de 1970 que a Vila começou a receber fluxos turísticos consideráveis, e a importância econômica do turismo aumentaria muito dos anos 1990 em diante (CARVALHO, 2016).

Atualmente a economia do local é primordialmente dependente do turismo. Este se divide em quatro segmentos: o turismo de fim de semana, o de férias, o de navios internacionais e o das grandes festas. Assim, uma série de atividades direta ou indiretamente relacionadas ao turismo cria postos de trabalho e gera renda na vila. O turismo também gera renda para Santarém, onde ficam os fornecedores das mercadorias comercializadas, as empresas de ônibus que fazem o transporte local, as agências que intermediam a vinda dos navios e outros estabelecimentos.

COMPONENTE SOCIAL

Em relação à vila de Alter do Chão, neste componentes destacam-se alguns dados referentes

a: evolução da população e de turistas nas festividades do Sairé, no período de 2007 a 2015; o perfil do turista do Sairé 2013 a 2015; e o perfil do turista do CARNALTER, uma média dos anos 2013, 2014, 2015 e 2016.

No Sairé 2017 a Secretaria Municipal de Cultura –SEMC, estimou um número de 120 mil visitantes nos cinco dias de evento (SANTARÉM, 2017).

COMPONENTE CULTURAL

Festa do Sairé, Festival Borari e Festa de Nossa Senhora da Saúde, são algumas manifestações populares de caráter religioso e profano realizadas pela população de Alter do Chão. O monumento histórico de destaque na Vila é atribuído a Igreja de Nossa Senhora da Saúde.

COMPONENTE DA SUPERESTRUTURA

As ações que contemplam uma política de turismo para Alter do Chão estão relacionadas, principalmente, aos programas federais e estaduais como o Programa de Desenvolvimento do Ecoturismo na Amazônia Legal – PROECOTUR, em 1999 e o Plano de Desenvolvimento Turístico Sustentável – PDTIS, 2008. No que se refere ao planejamento e à gestão do turismo em Alter do Chão pela Secretaria Municipal de Turismo de Santarém, o secretário informou haver um agente distrital responsável pela administração da Vila no que se refere as ações governamentais.

COMPONENTE DA INFRAESTRUTURA

Tenório (2012 *apud* CARVALHO, 2016), destaca que Alter do Chão possui: centro de saúde com atendimento de emergência e assistência ambulatorial básica 24 horas; segurança pública sob responsabilidade da Polícia Militar e Polícia Civil; posto de serviço da Empresa de Correios e Telégrafos; serviço de telefonia fixa operacionalizado pela Companhia Oi e por empresas que prestam serviços de telefonia celular.

COMPONENTE DO MERCADO

Os dados sobre o mercado estão relacionados a uma parte da oferta turística em Alter do Chão, considerando-se os equipamentos, bens e serviços de alojamento (total de 38 estabelecimentos e 1.394 leitos ofertados), de alimentação (12 restaurantes, 4 lanchonetes e pizzarias e 20 quiosques/barracas), bem como a capacidade da oferta hoteleira e taxa de ocupação nos meios de hospedagem (SANTARÉM, 2018).

Em relação ao Sistur de Alter do Chão, percebeu mediante os estudos realizados que há certas dificuldades de compreensão do turismo como fenômeno social sistêmico por parte dos sujeitos entrevistados na pesquisa, principalmente pelos moradores locais e empreendedores, os quais demonstraram visões fragmentadas e individualizadas manifestadas em discursos que enfatizam apenas o aspecto econômico, ressaltando a geração de renda e empregos. Isso acarreta uma limitação no desenvolvimento do turismo na localidade e induz a tomadas

de decisões e resoluções restritas e pontuais, e conseqüentemente mudanças nas relações sociais tornando-as individualizadas, comprometendo assim, possíveis ações coletivas e sustentáveis.

Mas, apesar da visão limitada, das percepções, representações dos atores sociais, constata-se que tem um sistema funcionando, não como é discutido nos meios acadêmicos e mercado turístico, contudo o sistema está funcionando, mesmo nessa visão e participação limitadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As relações que acontecem para a ocorrência do fenômeno envolvem sujeitos sociais imbuídos de processos interacionais com os meios naturais, sociais, econômicos e culturais em constantes fluxos de chegadas e partidas. Cada variável que compõe o Sistur está em constante interação com as outras variáveis, em relações organizacionais, interconectados e visando a geração de processos contínuos e equilibrados.

Mediante o estudo realizado apresentam-se algumas considerações: a) as políticas públicas voltadas para o turismo em Alter do Chão são muito limitadas e incipientes, provenientes de algumas ações do governo estadual ou federal. O município precisa desenvolver um planejamento mais direcionado para a localidade, determinando as políticas, os planos, programas e projetos que visem o desenvolvimento do turismo, a partir de uma visão sistêmica do fenômeno; b) Compreender o turismo de maneira fragmentada ocasiona uma maior concentração de importância em um ou dois componentes do Sistur. Logo, é necessário conhecer o que é o Sistur e suas estruturas, de maneira a assegurar um equilíbrio entre todos os seus componentes a fim de otimizar a dinâmica do sistema e, conseqüentemente, propiciar benefícios tanto econômicos, sociais, culturais, ecológicos, como estruturais (políticas e infraestruturas). Em Alter do Chão, observa-se uma ênfase maior nos componentes ecológicos (como atrativos majoritários) e econômicos (como geração de renda), principalmente pelos meios midiáticos; c) Devido à sazonalidade do turismo na localidade, deve-se buscar a diversificação de serviços e produtos voltados para os outros componentes do sistema, como o cultural e o social, além de potencializar os atrativos que surgem no período da cheia das águas.

REFERÊNCIAS

- BENI, M. C. **Análise estrutural do turismo**. 8ª ed. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2003.
- CARVALHO, L. G. de. (coord.). **Festa do Çairé de Alter do Chão**. Santarém: UFOPA, 2016.
- SANTARÉM. SEMTUR – Secretaria Municipal de Turismo. **Festival do Çairé 2017**. Santarém, PA: PMS, 2017.
- SANTARÉM. SEMTUR – Secretaria Municipal de Turismo. **Inventário da oferta turística de Santarém**. Santarém, PA: PMS, 2018

VASCONCELOS, M. L. L. **Relatório socioambiental de Alter do Chão**. Vicon SAGA, 2010.

VELASQUEZ, G. G.; OLIVEIRA, J. P. **Teoria geral dos sistemas e turismo: reflexão e trajetória**. Investigaciones Turísticas N° 11, enero-junio 2016, 165-195.

PARTICIPAÇÃO E TURISMO: O caso da Vila do Pesqueiro - Marajó.

Juliana A. Hamoy¹

Mirleide C. Bahia²

INTRODUÇÃO

As políticas públicas têm a intenção de organizar e desenvolver a sociedade, e surgem de acordo com contexto social e das relações entre as esferas de governo. Dentre as políticas já criadas estão as de participação, que permitem o envolvimento de diversos setores sociais. Dentre as formas de participação, estão os conselhos gestores, (CG) que auxiliam na gestão, e podem ser consultivos ou deliberativos.

Os CG são ferramentas indispensáveis em Unidades de Conservação (UC) de uso público. As UC são espaços territoriais com relevância social, cultural e ambiental, os quais são conservados por lei, conforme estabelecimento do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), o qual define se a UC é de proteção integral (proíbe a presença de habitantes) ou de uso público (permite a presença de habitantes e visitantes). Dentre as UC de uso público tem-se as Reservas extrativistas (RESEX), onde moradores, que acordo com as normas da UC, extraem recursos do meio ambiente.

Um exemplo de RESEX é Soure, na ilha do Marajó (Pará/Brasil). A RESEX de Soure é fruto de uma demanda dos próprios moradores da região, que, preocupados com a excessiva extração do caranguejo, solicitaram auxílio do governo para a conservação institucionalizada na área. Atualmente, a gestão da RESEX está sob responsabilidade do órgão federal Instituto Chico Mendes de Biodiversidade e Conservação (ICMBIO), que também atuam na organização das ações do CG, que é deliberativo.

Dentre as questões abordadas no CG da RESEX, está o turismo, como prática de uso público do espaço. O turismo nesse contexto se mostra como possibilidade no processo de desenvolvimento local. Como atividade que gera renda, a prática turística se mostra como importante fator na RESEX, e de modo mais expressivo, na comunidade do Pesqueiro, considerada a mais bem estruturada para receber visitantes.

A partir desse contexto, percebe-se a que a participação colabora para o alcance do desenvolvimento local. Contudo, a problemática a ser abordada está na dificuldade em manter o processo participativo em prol de objetivos comuns. Esse estudo tem como objetivo discorrer sobre a importância das políticas públicas de participação, e a politização existente nesse processo, destacando o turismo como potencial prática para o desenvolvimento local.

1 Bacharel em Turismo (UFPA), Mestre em Planejamento e Desenvolvimento (NAEA/UFPA) e Doutoranda em Desenvolvimento Socioambiental (NAEA/UFPA).

2 Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA); Doutora em Ciências Desenvolvimento Socioambiental (PPGDSTU/NAEA/UFPA).

METODOLOGIA

Esse estudo é um recorte da dissertação de mestrado da autora, intitulada “Turismo em Unidades de Conservação e o Desenvolvimento Local em Soure-Pa”, apresentada em 2018. De cunho qualitativo, para este resumo, foram utilizados estudos bibliográficos e pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi realizada no período de 2016 a 2018, com entrevistas semiestruturadas, gravadas e posteriormente transcritas.

A pesquisa de campo ocorreu nas comunidades do Pesqueiro entrevistando 8 moradores a partir do critério de acessibilidade. Para a exposição dos dados, foi realizada uma inferência entre os dados coletados em campo e estudos teóricos sobre temáticas de Turismo (FIGUEIREDO e NÓBREGA, 2015), Desenvolvimento Local (VASQUEZ BARQUERO 2002) e Participação (AMMAN, 1990).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A comunidade do Pesqueiro é uma vila de pescadores localizada em Soure, na ilha do Marajó Pará/Brasil). A comunidade surgiu a partir de um terminal pesqueiro, criado em 1962, que na época abastecia a capital do estado, Belém. Atualmente, essa comunidade tem aproximadamente 100 famílias, e se situa a 8 km da área urbana de Soure, e o deslocamento pode ser via estrada. Conforme o nome sugere, a atividade econômica principal dos habitantes é a pesca, mas também com extração de produtos de origem vegetal, e a prática do turismo. Nesse estudo, considera-se o turismo com uma perspectiva de processo e ação, com experiências provocadas pelo deslocamento e pela viagem (FIGUEIREDO e NOBREGA, 2015).

A comunidade do Pesqueiro possui uma praia próxima, de mesmo nome. É considerada por visitantes e moradores como a que tem maior infraestrutura para receber visitantes: barracas de praia, de artesanato e restaurantes. Essa comunidade, já há um tempo, vem se estruturando para o Turismo de Base Comunitária (TBC), inclusive alcançando investimentos. Porém, atualmente, apenas algumas famílias de fato atuam nesse segmento, dividindo as funções e os lucros. Ainda assim, com essas dificuldades, alguns representantes da comunidade do Pesqueiro se fazem presentes nas reuniões do CG da RESEX e buscam participar de todas as atividades promovidas pelos órgãos públicos. A participação aqui abordada se baseia numa perspectiva proposta por Amman, (1980, p.61) analisa a participação como “o processo mediante as diversas camadas sociais têm parte na produção, na gestão e no usufruto dos bens de uma sociedade historicamente determinada.”.

Os moradores se mostram envolvidos e articulados nas tomadas de decisão. Entre os entrevistados da Comunidade do Pesqueiro, a maioria participa ou já participou da Associação de Mulheres do Pesqueiro (ASMUPESQ), principal organização civil da comunidade para a tomada de decisões, com relação não apenas à questões da RESEX, mas de atividades em geral, incluindo o turismo. Sobre a integração entre os setores públicos e os moradores do Pesqueiro, obteve-se a seguinte resposta: “Não. A organização aqui é da comunidade”. Pode-se perceber que a maioria das ações e o processo de organização

da comunidade com relação às práticas de turismo partem dos próprios moradores, que se organizam e participam entre si suas questões de interesses. Essa participação é um pressuposto para o desenvolvimento local, pois é o que torna o desenvolvimento mais humano (VAZQUÉS BARQUERO, 2002).

Porém, a participação deve ser ativa, com o diálogo real, e não apenas serem beneficiadas desse novo modelo de desenvolvimento (MARTINS, 2002). Destaca-se que a participação deve ser compreendida de modo mais amplo e não deve ser simplificada a “envolvimentos esporádicos e parciais de alguns órgãos e instituições de representação social”. Mas sim ser entendida como um “empenho pessoal por um aprendizado difícil das regras e meios de se fazer ouvir, entender e atender” (MARTINS, 2002, p. 54). Esse é um processo permanente, que em graus diferentes, vem se solidificando para os envolvidos. Contudo, nem todos se fazem presentes nessas reuniões, conforme afirma um morador do Pesqueiro, quando perguntado sobre a existência da participação da comunidade nas ações públicas para o turismo, a resposta foi que: “a comunidade aqui é unida. Só que também tem os que não participam. Que querem fazer sozinhos”.

Apesar de existir a integração e organização entre a maioria dos moradores, foi percebido que alguns não se sentem representados, e por isso não se motivam a participar dos debates e discussões relacionados ao planejamento do turismo na comunidade, bem como ações voltadas para a conservação do meio ambiente. Essa ausência de motivação para participar das reuniões da ASMUPESQ pode estar relacionada ao que um morador da Comunidade do Pesqueiro ressaltou, sobre a ausência nos debates da comunidade: “Eu não participo da associação, então, a gente não fica sabendo muito desses encontros. Mas também não é muito do interesse da gente. Porque eles decidem e fazem”.

Na Vila do Pesqueiro percebe-se que há uma divisão entre os interesses dos moradores no que tange ao desenvolvimento o turismo. Mesmo que todos os entrevistados tenham reafirmado a importância da atividade turística como significativa fonte de renda, a organização e para um turismo que aconteça dentro dos preceitos do desenvolvimento sustentável e local, ainda se mostra frágil. Para Teisserenc (2016), as RESEX são uma experiência brasileira de democracia associada ao desenvolvimento sustentável e local, e podem ser consideradas como um instrumento de política pública capaz de responder às exigências do desenvolvimento sustentável, com um regime de gestão diferenciado e apoiado pelo setor público federal. Porém, ainda que existam expectativas quanto a esse modo de gestão descentralizada, a autora destaca a necessidade de “politização” dos indivíduos envolvidos, especialmente dos moradores locais. Ao citar a politização, Teisserenc (2016) destaca a politização que ocorre quando há esse envolvimento dos indivíduos com o meio político, onde há uma transformação nas relações sociais. Para a autora, “essa concepção da politização se refere à existência de um espaço público no qual se desenrolam debates com base em uma retórica inspirada pelas exigências do bem comum” (TEISSERENC, 2016, p. 234).

Essa politização pode ser parcialmente percebida na RESEX de Soure, em que um

dos entrevistados, que exerce o papel de liderança local, tem uma articulação para o desenvolvimento do TBC, envolvido com a equipe do ICMBIO, participa de eventos em outras cidades do Brasil, expondo suas experiências e interagindo com outras realidades de TBC. Além disso, sempre se faz presente nas reuniões do CG e nas reuniões da ASMUPESQ. Para Teisserenc (2016), a intenção é a proposição de ferramentas de gestão nos processos participativos, em que os envolvidos viabilizem ações locais que sejam capazes de satisfazer às exigências propostas pelo desenvolvimento local.

A importância de ações coletivas está na organização para obter benefícios coletivos. O CG, como organização formal, possibilita representatividade política na tomada de decisões. Na RESEX de Soure, ao considerar as 4 quatro comunidades moradoras, a Vila do Pesqueiro é a que possui maior frequência nas reuniões do CG. Esse envolvimento pode estar associado ao fluxo turístico significativo e ao esforço do ICMBIO em fazê-los se envolver, fato que nem sempre acontece em uma gestão pública.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a instituição da RESEX, as práticas participativas também mudam para uma compreensão de que a participação tem uma função cada vez mais política, principalmente pela criação do Conselho Gestor, como ferramenta que envolve os moradores e setor público em prol de um objetivo em comum. No caso da atividade turística na Vila do Pesqueiro, a organização dos moradores se mostra na ASMUPESQ e no Conselho Gestor. Porém, apenas a existência desses espaços de participação não garante que haja o envolvimento dos moradores, sendo esse um dos principais desafios para o desenvolvimento sustentável, e no caso desse estudo, também para a prática turística na comunidade do Pesqueiro. Na RESEX de Soure pode-se questionar, em produções futuras, sobre o preparo para esse tipo de gestão descentralizada, e se os moradores estão disponíveis e interessados nesse caminho.

Atualmente, o governo federal tem questionado a relevância/necessidade de conselhos e espaços de participação nas decisões das ações a serem ou não realizadas no Brasil acerca de diversas temáticas. Dentre as ações que limitam a participação social está a recente (julho/2019) redução e alteração do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA). De 96 conselheiros entre os membros de ONGs e entidades públicas, o número reduziu para 23 membros. Em abril/2019 o governo decretou a extinção de pelo menos 35 conselhos sociais. Há também um projeto de extinção dos CG das UC. Ainda que seja um processo complexo, a participação permite que as intenções do setor público se alinhem aos interesses tanto do setor privado quanto da sociedade civil. Abrir mão dessa ferramenta para a gestão de uma localidade significa um regresso na democracia nos direitos sociais alcançados.

REFERÊNCIAS

AMMANN, S. B. **Participação social**. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.

FIGUEIREDO, S. J. L.; NOBREGA, W. Turismo e desenvolvimento regional: conceitos e políticas em um caso brasileiro. In: FIGUEIREDO, S. J. L.; NOBREGA, W.; AZEVEDO, F (Orgs). **Perspectivas contemporâneas de análise em turismo**. Belém: Naea/UFPA, 2015. p. 11 – 37.

MARTINS, S. R. O. **Desenvolvimento local**: questões conceituais e metodológicas. Interações: Revista Internacional de Desenvolvimento Local, Campo Grande, set. 2002.

TEISSERENC, M. J. da S. A. **Política, ambientalização e desenvolvimento territorial e reservas extrativistas**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010349792016000200229&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em 15.Jul.2019.

VÁZQUEZ BARQUERO, A. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: FEE, 2002.

NOVOS ATORES E O TURISMO NO TERRITÓRIO NO PLATÔ DAS GUIANAS.

Christiano Ricardo dos Santos¹

Silvio José Lima Figueiredo²

INTRODUÇÃO

Todos os atores possuem uma representação territorial, elemento este explicativo e importante para seu comportamento. Podemos definir as representações territoriais de acordo com o modo que elas estão ligadas a um aparelho do Estado, uma elite regional, uma população ou um indivíduo. Ao analisar os atores clássicos da geopolítica, Rosière (2007) considera o Estado, as Forças Armadas e as Igrejas como a tríade de atores clássicos, entretanto, esses atores clássicos estão cada vez mais competindo com os novos atores oriundos da sociedade civil.

O Estado pode agir além das fronteiras de um modo legal, mas também pela sua influência. O Estado pode agir legalmente sobre o território de outros Estados não como ator soberano, mas simplesmente como ator por meio de acordos bi-tri-multilaterais. A influência do Estado pode ser mundial, por meio da UNESCO, por exemplo, no reconhecimento de patrimônios históricos da humanidade. Por isso os membros permanentes de tombamento históricos da UNESCO exercem influência mundial e desse modo seus poderes vão bem adiante além de seus próprios territórios.

O presente trabalho pretende analisar qual a importância do Estado buscando compreender quais são os processos que vêm ocorrendo por meio de atores nas escalas local, regional, nacional e internacional bem como ressaltar o potencial turístico da área em estudo – Platô das Guianas. Quando se pensa em Guianas como região de análise, surge um marco geohistórico fundamental na atual configuração da região setentrional da América do Sul, demarcam uma territorialidade resultante de longos processos cuja colonização, aspectos históricos, geopolíticos tanto de aproximação ou de confronto entre europeus, indígenas e negros evocam semelhanças em aspectos como ocupação litorânea, rica biodiversidade, diversidade de populações indígenas, carência de conexões, ação do capital internacional dentre outras.

Realizou-se uma pesquisa bibliográfica com abordagem exploratória em relação ao desenvolvimento turístico no âmbito multiescalar em uma região fragmentada, onde localiza-se um significativo conjunto patrimonial e cultural. É neste debate que o turismo precisa ser pensado e teorizado, numa região complexa, onde atores agem sobre o território em interação com outros atores, onde o fluxo contínuo de pessoas se deslocam na busca de oportunidades, de entretenimento associado a viagens em uma rede conecta quase sem restrições organizado pelo capital.

1 Doutorando do Programa de Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do NAEA/UFGA. E-mail: chrsantosmcp@gmail.com

2 Orientador e professor do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do NAEA/UFGA.

RELAÇÕES SOCIAIS E OS ATORES DO TURISMO

A gestão de um destino turístico pode ser influenciada por diversos fatores, mas o mais significativo refere-se a comercialização de tal destino. Para Castrogiovanni (2002), dentre os elementos significativos para a atratividade turística pode-se dizer que o conhecimento das diferenças culturais existentes entre os povos constitui-se numa das mais importantes motivações das viagens turísticas.

Conforme Gândara; Torres; Lefrou (2005), os visitantes, assim, podem ser agrupados de acordo com uma série de características comuns. Independente do motivo da viagem e do perfil do viajante, todos têm algumas expectativas comuns para qualquer destino. Além da qualidade dos serviços, os preços adequados e a segurança sempre são considerados nas viagens.

A comunidade local pode se organizar em grupos de acordo com atividades, afinidades e interesses comuns, formando outros importantes atores do turismo local: a sociedade civil organizada, a iniciativa privada e os recursos humanos do turismo. A sociedade civil organizada pode ser representada por diversos grupos sociais reunidos por afinidade de interesse, atividade profissional, idade, localização entre outros.

Em relação aos atores do turismo no território no Platô das Guianas, a iniciativa privada vinculada ao turismo da região ainda encontra-se em processo embrionário, uma vez que dentre os atores do turismo a iniciativa privada é a com maiores condições de transformar o poder econômico em influência e poder político para exercer pressão e garantir decisões favoráveis.

Como exemplos é possível citar alguns órgãos da escala nacional que tem seus representantes nas demais escalas da administração pública, como os ministérios do Turismo e da Cultura, responsáveis pela gestão e proteção de patrimônios de interesse turístico. Não se pode ignorar a relevância dos órgãos que propiciam e regulam os fluxos de visitantes como os ministérios das Relações Exteriores, Transporte, Infraestrutura, Segurança, Trabalho e Educação. Apesar da influência desses órgãos, são os Organismos Oficiais de Turismo - OOTs, os principais responsáveis pela gestão pública do turismo (MTur, 2018).

No Brasil, na escala nacional o OOT é o Ministério do Turismo. Os Estados e os municípios têm liberdade para definir seus organismos oficiais, e a maioria opta pelas secretarias estaduais e municipais de turismo ou departamentos e divisões em secretarias afins. O mesmo ocorre nos países fronteiriços como a Guiana Francesa, o Suriname e a Guiana, porém cada país com sua característica político administrativa.

Para Lemos (1997), os setores públicos se inserem no turismo em busca dos efeitos positivos resultantes da atividade. As vantagens dos gestores estão na ampliação de empregos, renda, no reconhecimento da localidade enquanto marca turística que lhe gera popularidade e os impostos arrecadados. O desenvolvimento social que a dinamização do turismo traz também está entre os benefícios almejados, mas são apenas construídos em longo prazo (LEMOS, 1997).

Além de resguardar os interesses individuais, a cooperação é resultado de relações quase

sempre conflituosas por envolver interesses diferenciados. Toda e qualquer relação, e por isso também no turismo, envolve interesse, influência e poder em cada lado da fronteira. No (quadro 01) pretende-se ilustrar a relação entre os múltiplos atores e as múltiplas escalas na efetivação da gestão e difusão do turismo na escala local/regional.

Quadro 01 – Modelos de Escalas



Org. SANTOS, C.R.

Percebe-se que os diferentes atores representam um enquadramento de poder expresso numa escala de gestão, seja local, regional, estadual, nacional ou internacional. No entanto, observa-se que cada prática de poder sobre este recorte pode ou não acontecer isoladamente, nem as escalas se sobrepõem umas as outras. Elas interagem através de seus atores públicos e privados e de suas orientações políticas. As escalas, enquanto poder, são porosas, pois muitas ações que ocorrem em uma delas ou mais podem ser definidos em outras. Quanto maior for a porosidade entre as diferentes escalas, expressas em interações conjuntas na busca de desenvolver objetivos comuns, será o desenvolvimento.

Os órgãos envolvidos com a salvaguarda no Platô das Guianas podem ser divididos em quatro escalas: supranacionais, nacionais, regional/transfronteiriço e sub-regional/local. No Brasil, por exemplo, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN é responsável pela administração e pela promoção de programas de educação patrimonial e pela supervisão arqueológica permanente. Por ser ligado ao Ministério da Cultura, atualmente possui caráter cultural e não desenvolve atividades relacionadas ao turismo.

No Suriname, o turismo vem crescendo e ganhando destaque em suas rotas turísticas com um destino de ecoturismo. A Secretaria Nacional de Turismo é o órgão responsável pela preservação das 11 reservas naturais. A UNESCO como responsável supranacional tem tido essa reserva em sua lista do Patrimônio Mundial desde 2000.

Na Guiana o turismo está sob a administração da Secretaria de Estado do Turismo, voltado às paisagens naturais, parques ecológicos, cachoeiras e o Monte Roraima, que divide o Brasil, Guiana e Venezuela. Na Guiana Francesa é considerada uma região ultraperiférica da União Europeia, ou seja, um território que sofre com um atraso estrutural, agravando seu desenvolvimento social e econômico. Do lado da Guiana Francesa, há regras mais claras quanto às perspectivas futuras, pois são seguidas pelas definições da UE.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ainda com toda a cooperação e articulação dos atores em escala multiescalar não é possível garantir um desenvolvido satisfatório e justo para a localidade, no caso a região do Platô das Guianas. As relações de poder e a influência no setor de turismo, como em qualquer outro, não acontece apenas horizontalmente com atores que estão próximos um dos outros. Este trabalho propôs analisar os atores em diferentes escalas na fronteira do Platô das Guianas, num cenário de globalização e articulação física em territórios periféricos sul-americanos. Além de preservar em cada país os remanescentes singulares de suas histórias e que as ações de preservação sejam realizadas internacionalmente de modo a garantir ao observador uma visão mais completa.

Neste sentido, algumas ações já são realizadas no Brasil e Guiana Francesa com a construção da ponte Binacional na cidade de Oiapoque e Saint George de l'Oyapock, estratégias estas para o aumento da competitividade de empresas, através da melhoria multimodais dos transportes, rede de comunicação e principalmente com a diminuição das descontinuidades geográficas no melhoramento de vias de circulação, sobretudo de rodovias.

Contudo, os órgãos nacionais envolvidos necessitam de ações integradas voltadas não somente à conservação e divulgação turística, mas também à efetivação de roteiros turísticos e da divulgação do patrimônio de forma mais completa, através da qualificação de profissionais e da diversificação das experiências criadas. O desenvolvimento turístico deve considerar a vocação do destino, envolver a comunidade para que ela participe verdadeiramente do processo e possa usufruir de seus resultados. A ideia é integrar e fortalecer o compromisso entre os atores envolvidos, de modo a aumentar os negócios nas regiões, promover a inclusão social, resgatar e preservar valores culturais e ambientais.

REFERÊNCIAS

- CASTROGIVANNI, A. C. Existe uma geografia do turismo? In: GASTAL, S.; KRIPPENDORF, J. **Turismo: investigação e crítica**. São Paulo: Contexto, 2002.
- GÂNDARA, José Manoel Gonçalves; TORRES, Enrique; LEFROU, Daniel. A Participação de todos os atores no processo turístico. IBCDTur - **Revista Virtual de**

Direito e Turismo, v. 5, p. 35-36, 2005.

LEMOS, Amália Inês Geraiges. Turismo, Modernidade e llobalização: São Paulo, Metrópole Mundial. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org) **Turismo. Desenvolvimento Local**. São Paulo: Hucitec, 1997. (42-64)

ROSIÈRE, Stéphane. **Géographie politique et Géopolitique**: une grammaire de l'áespace politique. Paris: Ellipses, 2007.

TURISMO, Ministério do Turismo. Plano Nacional de Turismo 2018 - 2022: mais emprego e renda para o Brasil. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/mtur-pnt-web2.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2019.

TURISMO, FÉ E TERITORIALIDADES: A gestão do espaço turístico do Círio de Nazaré no município da Vigia - Pará.¹

João Paulo Siqueira²

INTRODUÇÃO

O Círio de Nazaré no estado do Pará vem sendo estabelecido como uma das grandes manifestações socioculturais aglutinadora de pessoas, capitais e mercadorias, de vários lugares, Brasil afora. E nas três últimas décadas do século XX esse evento se transformou em um recurso turístico importante, passando a ter não só uma dimensão sagrada (atribuída a sua função gerida pela Igreja católica), mas também profana (não religiosa) apreendida por outros agentes, entre eles o Estado e os agentes do mercado.

Como recurso ou atrativo turístico o Círio de Nazaré no Pará será apreendido como tal pelas ações desses agentes que envolvem, também, a própria sociedade.

No Estado do Pará, o Círio de Nazaré passou a ganhar uma proporção midiática a partir da sua oficialização em Belém, entretanto sua origem acontece antes do ato de legitimação por parte da Igreja e pelo governo do Estado em 1797 em Belém. Sua origem é reclamada pelo município de Vigia a 90 km da capital paraense cuja devoção à “Nossa Senhora de Nazaré” teria iniciado na Amazônia por colonos portugueses que vieram para a Capitania de D. Jorge dos Alemós onde hoje é o município de Vigia (CORDEIRO, 2009).

É sobre o Círio deste município que iremos debruçar nossa análise a respeito da gestão da festividade que ocorre no segundo domingo de setembro, transcorrendo quinze dias de festividade, cuja dinâmica socioespacial está alicerçada num fluxo intenso de pessoas que buscam o município com intencionalidades distintas.

O objetivo deste trabalho é analisar e entender essa gestão e identificar os agentes que estão envolvidos na mesma, bem como compreender a produção do espaço tanto no âmbito sagrado como profano, interagindo com um turismo com diversas vertentes a partir do Círio de Nazaré enquanto evento sacro/profano.

PROBLEMATIZAÇÃO

Nesse sentido procuraremos analisar *como ocorre a gestão desse espaço turístico voltado para o Círio de Nazaré no município de Vigia? E quais os agentes envolvidos nessa gestão com suas respectivas atuações nesse espaço turístico? E por fim; demonstrar como os espaços, considerados, profanos e sagrados se reproduzem dentro dessa gestão do espaço turístico?*

¹ Artigo resultado da dissertação de mestrado defendida em 28 de janeiro de 2013 no Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPA (Universidade Federal do Pará)

² Bacharel e licenciado em Geografia (UFPA), Mestre em Geografia (UFPA), Doutor em Geografia (UFC), professor efetivo (SEDUC-PA) e prestador de serviço (UEPA), membro do Laboratório de Estudos Geoeducacionais e Espaços Simbólicos (LEGES/UFC)

Muitos trabalhos de pesquisa foram realizados para entender a dinâmica sociocultural que o Círio de Nazaré no Estado do Pará passou a ter nessas últimas décadas do século XX, trabalhos estes com um cunho mais sociológico e antropológico e que pouco interagiram com o espaço ou onde o mesmo seria secundário enquanto objeto de estudo central, mas que possuem uma valiosa importância para uma compreensão dos agentes e da dinâmica social que essa manifestação proporciona ao longo dos tempos como será destacado aqui.

METODOLOGIA

Para se alcançar os objetivos propostos e responder as respectivas questões deste trabalho, fez-se necessário uma revisão bibliográfica a respeito de autores que trabalharam ou vêm trabalhando com a produção do espaço, como Lefebvre (1992), Santos (1996). Para se entender a produção do espaço turístico, estabelecendo um diálogo entre Geografia e turismo, recorreremos às obras de Cruz (2001), Rodrigues (1996), Oliveira (2002) e outros. Outro aspecto metodológico necessário para se entender a religiosidade, historicidade e espacialidade entre Geografia e Religião (onde Círio, enquanto manifestação religiosa, se enquadra) foi recorrer a uma chamada transdisciplinaridade com autores que discutem a denominada “Geografia da Religião”, juntamente com outros autores da área da Antropologia entre eles: Eliade (1992), Maués (1995), Rosendhal (1996, 2003) e outros que nos forneceram subsídios teóricos a respeito da religiosidade inerente a essa manifestação ora profana, ora sagrada, discussão inserida dentro de um debate e estudos da geografia da religião a partir de metodologias diversificadas.

Uma pesquisa documental sobre o Círio de Nazaré, realizada nesses órgãos, citados acima (públicos e religiosos), principalmente em Vigia, também, foi imprescindível para se compreender a forma das gestões sobre o espaço turístico voltado para o Círio de Nazaré neste município. Além de entrevistas estruturadas e semi-estruturadas realizadas com os atuais responsáveis por esses setores e departamentos dentro das secretarias.

O trabalho de campo foi outro procedimento metodológico rico, no sentido de dar a visibilidade empírica sobre a atmosfera que envolve o Círio de Nazaré em Vigia, principalmente no período em que acontece tal evento (segundo domingo de setembro). Foram realizados dois trabalhos de campo nos Círios de 2011 e 2012, respectivamente, com aplicação de questionários e realização de entrevistas semi-estruturadas.

RESULTADOS

O Círio de Nazaré no município de Vigia não é só uma procissão, mas uma manifestação socioespacial, um evento aglutinador populacional capaz de transformar o espaço e a sociedade onde ocorre tal festividade não só religiosa, mas profana, diante da nova dinâmica que o mercado, a mídia, o Estado e a própria Igreja católica lhe impõe como foco de suas ações. Um recurso cultural e turístico do Estado do Pará imbricado na cultura e na religiosidade da região amazônica a partir de sua colonização portuguesa; assim o Círio se apresenta na atualidade.

Essa gestão da “festividade de Nazaré” em Vigia gera conflitos entre diversos agentes interessados na mesma, seja o mercado com suas festas dançantes ligadas ao âmbito não-religioso (profano), seja a Igreja católica que se apresenta como responsável por toda a parte religiosa, mas que também se apropria de eventos profanos dentro da sua estrutura sagrada.

Esses conflitos acontecem no tempo e no espaço e instigam a Geografia a entendê-los como fenômenos socioespaciais que necessitam de uma organização, ou melhor, de uma gestão sobre um espaço que é apreendido, produzido e moldado por um evento sacro-profano que é o Círio de Nazaré no Estado do Pará e no município da Vigia.

É perceptível a presença de um território sagrado legitimado pela Igreja e seus fieis. Um poder simbólico que se materializa no espaço com a convivência de outros poderes, entre eles o da prefeitura Municipal enquanto agente ligado ao Estado, assim como a Delegacia Municipal de Polícia etc. A prefeitura ao disponibilizar a infraestrutura no espaço da cidade por onde o Círio acontece, bem como cedendo as ruas do arraial de Nazaré para a Igreja Católica gerir nesse período.

Já a Delegacia de Polícia, enquanto parte da esfera estadual, concede através de portaria a proibição da venda e do consumo de bebidas alcoólicas no largo de Nazaré. Embora não seja uma lei, esse documento legitima a territorialidade simbólica da Igreja Católica que instaura o seu território sagrado.

A gestão desse espaço turístico produzido pelo e para o Círio de Nazaré nesse município, está envolvida por políticas de Estado que reforçam a imagem do Círio como patrimônio Cultural intangível (CRUZ, 2010), o que corrobora com outros desdobramentos no espaço em questão. A Igreja Católica, Governo estadual e municipal estão alinhados nesse sentido, embora ocorram divergências quando da não aceitação de um consenso sobre as diretrizes a serem estabelecidas em determinado ano do evento.

REFERÊNCIAS

ALVES, Isidoro. **O carnaval Devoto: um estudo sobre a festa de Nazaré em Belém.** Petrópolis, 1980.

CORDEIRO, Paulo. **As irmandades religiosas do município de Vigia.**, Sociedade Cinco de Agosto. Vigia-Pa. Mimeo: 2009

CRUZ, Rita. **Introdução à Geografia do Turismo.** São Paulo: Roca, 2003.

_____. **Patrimonialização do Patrimônio: Ensaio sobre a relação entre turismo, “patrimônio cultural” e produção do espaço.** GEOUSP - Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 31, pp. 95 - 104, 2012.

ELIADE, Mircea. **O sagrado e o profano.** Rio de Janeiro: Martins Fontes, 1992.

FIGUEIREDO, Silvio Lima (org). **Círio de Nazaré, festa e paixão.** Belém: EDUFPA, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **The Production of Space.** Oxford: Wiley-Blackwell, 1992.

MAUÉS, Raymundo Heraldo. **Padres, pajés, santos e festas: catolicismo popular e**

controle eclesiástico. Belém: Cejup, 1995.

OLIVEIRA, Chistian Denis M. de. **Turismo religioso**. São Paulo: Aleph, 2004. – (Coleção ABC do turismo).

RODRIGUES, Adyr A.B. (org). **Turismo e geografia** – reflexões teóricas e enfoques regionais. São Paulo: HUCITEC, 1996.

ROSENDAHL, Zeny. “**Espaço, cultura e religião**: dimensões de análise”. In. CORRÊA, Roberto Lobato & ROSENDAHL, Zeny. Introdução à geografia cultural. Rio de Janeiro: Bertrand: Brasil, 2003.

_____. **Espaço e religião**: uma abordagem geográfica. Rio de Janeiro: UERJ/NEPEC, 1996.

SANTOS. **A natureza do espaço**. Técnica e tempo. Razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996.

AValiação E HIERARQUIZAÇÃO DE ATRATIVOS TURÍSTICOS NO DISTRITO DE CHANGARA, PROVÍNCIA DE TETE EM MOÇAMBIQUE.

Sérgio Baptista Siteo¹
Ringo Benjamim Victor²
João José Divala³

RESUMO

O Governo Moçambicano aposta na diversificação da economia de forma a assegurar sua robustez e criar emprego sustentável. Com efeito, o turismo apresenta-se numa excelente oportunidade de contribuir para o crescimento e desenvolvimento socioeconómico, contribuindo, assim, na qualidade de vida das populações. Dessa forma, para a viabilização deste pressuposto, é também imperioso o conhecimento das potencialidades turísticas de cada região. Assim, o planeamento turístico, pautado pela tomada de decisões, deve ser embasado por informações plausíveis (Dantas & Melo, 2011). Para tanto, a avaliação e hierarquização de atractivos turísticos se torna necessária, em virtude deste processo fornecer critérios orientadores de uso e divulgação de atractivos, contribuindo, portanto, na revitalização do sector de forma eficiente. O presente artigo enquadrado no eixo temático: Turismo, Desenvolvimento e Políticas Públicas objectiva hierarquizar os atractivos turísticos do Distrito de Changara evidenciando suas potencialidades. Os procedimentos metodológicos empregues para realização desta pesquisa consistiram na revisão bibliográfica e documental, observação directa, trabalho de campo, inquérito (entrevista e questionário) e técnicas de geo-processamento em ambiente SIG- *ArcMap* 10.3 e Sensoriamento Remoto. Os dados colectados

foram analisados e tabulados de acordo com a metodologia de hierarquização de atractivos turísticos proposta pelo Ministério do Turismo e adaptada a partir da proposta da Organização Mundial do Turismo; e pelo Centro Interamericano de Capacitação Turística (Brasil, 2004) conjugadas com a metodologia adaptada pelo Brilha (2005). Os resultados da pesquisa evidenciam que os atractivos possuem elevado potencial turístico, mas necessitam de melhor estruturação. Para tal, é imprescindível que haja comprometimento e interesse do poder público e maior participação da iniciativa privada. Com atractivos bem organizados, Changara poderá registar maior demanda no sector, gerando maior renda, postos de trabalho, infra-estruturas, e por conseguinte, redução das assimetrias regionais. Ademais, constata-se que a capacidade de atracção de fluxo de turistas dos atractivos estudados possui sua influência em abrangência local, regional e internacional, podendo

1 Mestrando em Gestão Ambiental na Universidade Púnguè, Extensão de Tete- Moçambique. Email: sergiobaptistasiteo@gmail.com.

2 Doutor em Geografia pela UNESP, Campus de Rio Claro- Brasil. Docente de Ciências Geográficas afecto na Universidade Púnguè, Extensão de Tete- Moçambique. Email: ribeviva@gmail.com/ mgauptete@gmail.com.

3 Mestrando em Literaturas Africanas de Língua Portuguesa na Universidade Rovuma. Docente afecto ao Departamento de Ciências de Linguagem, Comunicação e Artes na Universidade Púnguè, Extensão de Tete- Moçambique. Email: divalajoajose@gmail.com.

ser utilizado como um atrativo complementar em roteiros nacionais aos turistas que passam pelas rodovias EN7 e EN8, ou visitam outros atractivos na região, como também, investigadores, estudantes, docentes, e não só, corolário da existência de atractivos com aspectos expressivos de interesse particular para investigação nas ciências sociais e geociências resultante da proeminência de elementos com valor científico, académico/didáctico, cultural, estético, geológico e turístico evidenciado pela geodiversidade, monumentos e biodiversidade presentes. A pesquisa realizada constiu-se em uma ferramenta imprescindível para o conhecimento da realidade dos recursos e espaços turísticos existentes na área estudada e, auxiliará na tomada de decisão, pois, ela dará suporte ao planeamento adequado às destinações turísticas, evitando-se deste modo eventuais riscos sócio-económicos e ambientais que possam advir em decorrência desta actividade no distrito.

INTRODUÇÃO

É inegável o crescimento e desenvolvimento que inúmeras localidades vêm experimentando após a implementação da actividade turística em seus domínios. Embora não haja um conceito que seja universalmente aceite, a OMT define Turismo o conjunto de actividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e paradas em diferentes lugares, que não o seu habitat, por um tempo consecutivo superior a 1 dia e inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outros motivos, sem fins lucrativos (Rose, 2002 e).

O turismo em Moçambique é uma poderosa ferramenta imprescindível para superar as armadilhas da pobreza e a crise financeira que assola o país, haja vista que o mesmo possui uma vasta gama de recursos turísticos (património natural e cultural), devendo para isso, estes serem inventariados, avaliados e cartografados de modo a gerar um banco de dados das regiões onde não tenham sido feitas e, por conseguinte, a partir do seu conhecimento possam ser utilizados da melhor forma possível, contribuindo assim, para o planeamento do sector.

A Província de Tete dispõe de um privilégio por possuir enorme potencialidade em termos de recursos turísticos, quais sejam: a imensa diversidade biológica, geodiversidade e sociodiversidade com elevado valor ao nível económico, social, estético, turístico e ecológico. Porém, apesar disso, constata-se que estes recursos encontram-se pouco inventariados, desconhecidos e, subutilizados. Esta situação constitui limitação para a promoção da imagem mercadológica do sector a nível nacional e internacional. Tal facto concorre, inclusivamente, para que as comunidades não desenvolvam suas habilidades técnicas e, não cresçam economicamente como resultado do desconhecimento de potencialidades em recursos turísticos em seu domínio, cujos se constituiriam em oportunidades de crescimento e desenvolvimento social e económico sustentável quer através de geração de emprego, renda e revitalização da indústria turística e hoteleira, e por conseguinte, construção dos pilares para supressão da pobreza, fome e miséria em lugar do bem-estar do que se deseja.

Em conformidade com o acima exposto, esta pesquisa objetivou hierarquizar os atracti-

vos do Distrito de Changara evidenciando suas potencialidades para o uso do turismo. A mesma arrola as atractividades naturais e culturais da região estudada com intuito de auxiliar os turistas, o sector produtivo e o governo em seu planeamento, contribuindo deste modo no processo de tomada de decisão quanto ao sector. Tendo em conta que o Governo Moçambicano, ciente do potencial de crescimento da área do turismo no país, estabeleceu uma visão ambiciosa para os próximos dez anos: “*Em 2025, Moçambique será um dos destinos mais vibrante, dinâmico e exótico de África, famoso pelas suas notáveis praias e atracções costeiras; sensacionais produtos ecoturísticos e uma cultura impressionante com uma indústria turística crescente e sustentável*” (MITUR, 2015). Diante deste pressuposto, o desenvolvimento desta pesquisa é de capital pertinência, pois, a materialização da visão anteriormente citada passa necessariamente pelo conhecimento das potencialidades turísticas. Para isso, a realização de um levantamento detalhado do quadro natural e cultural através de avaliação e hierarquização dos atractivos turísticos da área em estudo se faz necessário para sua viabilização.

ÁREA DE ESTUDO

O estudo foi desenvolvido no distrito de Changara, Província de Tete em Moçambique. Com uma superfície de aproximadamente 8.857 km², a área de estudo localiza-se astromicamente entre os paralelos 16°20'00'' e 17°20'00'' de latitude Sul e nos meridianos 32°48'00'' e 33° 44' 00'' de longitude Este (Figura 1).

MATERIAL E MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos utilizados para a concepção desta pesquisa consistiram na aplicação de um leque de métodos e técnicas: Revisão bibliográfica, trabalho de gabinete e de campo, observação directa, inquérito (entrevista e questionário), técnicas de geoprocessamento em ambiente SIG- *ArcMap* 10.3 e Sensoriamento Remoto (Google Earth Pro). Os dados coletados foram analisados e tabulados de acordo com a metodologia de hierarquização de atractivos turísticos proposta pelo Mitur- Ministério do Turismo e adaptada a partir da proposta da Organização Mundial do Turismo; e pelo Centro Interamericano de Capacitação Turística (Brasil, 2004) e conjugadas com a metodologia de Brilha (2005). Outrossim, acéssamos o *SoftwareGEOSSIT* na plataforma CPRM- Serviço Geológico do Brasil, disponível no site: <http://www.cprm.gov.br> para o cadastramento e simulação dos dados pesquisados para posteriormente, estabelecer a classificação do Geossítio Luenha. Por via disso, os resultados advindos deste processo permitiu também categorizar e classificar legitimando, portanto, o local como um geossítio.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em conformidade com a pesquisa bibliográfica, documental e trabalho de campo; e de acordo com a classificação e os critérios propostos pelo Mitur (Brasil, 2004) e Brilha (2005), buscou-se inventariar e avaliar o potencial dos atractivos turísticos da área de

estudo, levando em consideração as características de peculiaridade e o interesse que estes podem despertar nos turistas, estabelecendo uma ordem quantitativa que busca definir as prioridades para o desenvolvimento de cada atractivo (Quadro 1 e 2). Nesta perspectiva, as actividades turísticas consideradas relevantes para o incremento do fluxo turístico e o desenvolvimento socioeconómico da área estudada, identificadas e avaliadas categorizam-se em atractivos naturais e culturais. Fazem parte dos naturais cinco atractivos à saber: o Geossítio⁴ Luenha, Relevo do corredor turístico, Clima, a Hidrografia e Biodiversidade. Por sua vez, destacam-se sete atractivos culturais, notadamente: Monumento aos Mártires de Wiriyamu, Base Militar Chicondamoyo, Restaurante OK Lodge, Cemitério Tradicional, Estabelecimento Sacaique Investment, Montes Sagrados e a Pensão Isaiás (Quadro 1 e 2; tabela 1 e figuras 1 e 2 em apêndices).

Não tão menos famosas, mas igualmente impressionantes são as geoformas esculpidas pela acção fluvial, pluvial e eólica bem como a diversidade florística e faunística observáveis ao longo das rodovias, trilhas e no interior do distrito (figuras 1 e 2). Os atractivos naturais na sua generalidade receberam a pontuação elevada, o que demonstra elevada potencialidade que o distrito apresenta neste segmento. De modo semelhante, deprende-se que o geossítio, a hidrografia se apresentam exuberância e beleza cénica. Porém, apesar disso constata-se que em alguns pontos as populações têm degradado em resultado de mineração artesanal (garimpo) e desflorestamento em vertentes declivosas colocando, assim, em risco a preservação destes atractivos, ainda que em menor magnitude. Desta forma, se não houver uma intervenção imediata, esse património natural e geológico se deteriorará, hipotecando, portanto, o usufruto pelas gerações actuais e vindouras. Daí que técnicas de geoconservação devem ser implementadas com vista a solucionar a situação constatada. Por sua vez, os atractivos culturais são representados por elementos que, em sua maioria, por si só não seriam capazes de influenciar fluxos turísticos à sua visita, mas podem complementar e acrescentar valor a outros atractivos de maior interesse, a exemplo do Monumento aos Mártires de Wiriyamu, que representa a maior actividade cultural e elevada potencialidade do distrito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do estudo efectuado, deprende-se que os atractivos turísticos culturais e naturais avaliados em Changara variaram, em sua maioria entre o nível zero (0- nenhum), um (1- baixo) e dois (2- médio), salvo excepção ao Monumento aos Mártires de Wiriyamu, Geossítio Luenha e Hidrografia que evidenciaram o nível três (alto), os quais se constituem em atractivos de grande potencial, capazes de por si só atrair fluxos turísticos individuais ou colectivos tanto nacionais quanto internacionais em virtude do seu elevado grau de singularidade. Nesta perspectiva, vale destacar que os atractivos de menor grau de significação, (nenhum ou baixo potencial) ocorrem com expressão no distrito apresentando-se em variadas desti-

⁴ É ocorrência de um ou mais elementos da geodiversidade (aflorantes quer em resultados da acção dos processos naturais quer devido a intervenção humana), bem delimitado geograficamente e que apresente valor singular de ponto de vista científico, pedagógico, cultural, turístico, ou outro. Vale lembrar que não se deve de algum modo confundir este conceito com o de património geológico, pois, este último refere-se ao conjunto de geossítios inventariados e caracterizados numa dada área ou região (Brilha, 2005:52).

nações que em complementaridade com outros atractivos sem méritos suficientes possuem pertinência para influenciar fluxos turísticos regionais e locais.

Os atractivos pesquisados detêm de valores histórico-cultural, didáctico/académico, científico, estético, geológico e turístico, legado este indispensável a revitalização do sector e, por conseguinte, promoção do desenvolvimento socioeconómico e redução das assimetrias regionais. A partir da definição do *ranking* dos atractivos, pôde-se perceber os sectores prioritários para a implementação de acções e políticas públicas que visam melhorias e estruturação para actividade.

PALAVRAS-CHAVE

Geossítio; conservação; turismo cultural; potencialidades geoecoturísticas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. *Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil*. Ministério do Turismo: Produtos Turísticos. Brasília: 2004.

BRILHA, José. *Património Geológico e Geoconservação: a conservação da Natureza na sua vertente Geológica*. Editores Palimagem, Lisboa, 2005.

DANTAS, Nathallye Galvão e MELO, Rodrigo Sousa. *Análise da metodologia de hierarquização de atractivos turísticos como instrumento para elaboração de roteiros turísticos no município de Itabaiana (PB)*. In: Caderno Virtual de Turismo. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.147-163, abr. 2011.

MITUR (MINISTERIO DE TURISMO). *Plano Estratégico para o Desenvolvimento do Turismo, 2016-2025*. Maputo, Ministério do Turismo, 2015.

MUCHANGOS, Aniceto dos. *Moçambique, Paisagem e Regiões Naturais*. Edição do Autor, Maputo, 1999.

ROSE, Alexandre Turatti de. *Turismo: Planejamento e Marketing. Aplicações da Matriz de Portfólio para Destinações Turísticas*. São Paulo, Editora Manole, 2002.

<http://www.cprm.gov.br>

AGRADECIMENTOS

Ao FNI- Fundo Nacional de Investigação do Governo de Moçambique pelo suporte financeiro da pesquisa intitulada: Levantamento das Potencialidades Turísticas da Província de Tete”, na qual este artigo é parte integrante.

Às instituições governamentais do Distrito de Changara por nos ter autorizado a realização da pesquisa em seu território e, fornecido informações pertinentes a investigação.

Extensivos agradecimentos vão também aos líderes comunitários de Changara pela prontidão na partilha de informações úteis a pesquisa. O nosso muito obrigado.

APÊNDICES

Quadro 1- Análise do potencial de atratividade turísticos do Distrito de Changara.

Potencial de atratividade do Elemento		Hi- erar- quia
Atractivo	Características	
Tipo de relevo	Área com geformas espetaculares. Presença de vale com poucas ondulações de relevo, podendo se identificar alguns montes e morros no entorno da localidade. Há ainda presença de vertentes rochosas, <i>inselbergs</i> , planícies e planaltos propícios à prática da escalada, <i>camping</i> e geoturismo. No local observa-se autêntico “show” evidenciado pela exuberância que a natureza apresenta, desde serras, vales, outeiros, etc.	1
Geos-sítio Rio Luenha	Paisagem geodiversa de rara beleza cénica com marmitas de gigante, dolinas, furnas, lapiás, cascatas/cachoeiras, rápidos, praias. Proeminência de filões/veios de quartzo, <i>ventifacts</i> além de formações ígneas (intrusivas e extrusivas), metamórficas e sedimentares. Local com valor científico/acadêmico, cultural, estético, geológico e turístico consagrado como um dos importante pólo de visitação turística do distrito, da província e, quiçá do país. Este atractivo possui imponentes formações e afloramentos rochosas aborregadas esculpidas pela acção das chuvas, temperatura, ventos, organismos vivos e outros agentes externos. Potencialidades para o desenvolvimento de geoturismo.	3
Naturais Hidrografia	Rio Luenha com elevado grau de rochosidade no seu leito. Águas calmas, esverdeadas, cristalinas propícias a natação, mergulho, pesca desportiva fazendo da natureza um dos atractivos de relevo. Águas subterrâneas (exurgência), cristalinas e a frescas na localidade de <i>Nhamphiriphir</i> com ocorrência de tartarugas (<i>Macrochelys temminckii</i>). Potencial para natação, canoagem e pesca desportiva.	3
Biodiversidade	Ocorrência de espécies florísticas e faunística de elevado valor económico e ecológico. Predomínio de espécies endêmicas (<i>Andasonia digitata</i>), xerófilas (<i>cactaceae</i>), florestas de <i>miombo</i> e <i>mopane</i> - Umbila (<i>Pterocarpus angolensis</i>), Pau-ferro (<i>Swartzia madagascariensis</i>) e Chanfuta (<i>Afzelia quanzensis</i>). Faunisticamente há ocorrência de espécies: elefante (<i>Loxodonta africana</i>), Hipopótamo (<i>Hippopotamus amphibius</i> , <i>Leão</i> (<i>Panthera leo</i>), Pangolim (<i>Smutsia temminckii</i>), Búfalos (<i>Syncerus caffer</i>), Cudos (<i>Tragelapus strepsiceros</i>), Pala-palas (<i>Hippotragusniger</i>), hienas(<i>Hyaenidae</i>), porco-espinhos (<i>Hystrix cristata</i>), macacos (<i>Primates</i>), crocodilos (<i>Crocodylidae</i>) e (<i>Macrochelys temminckii</i>). Propicio ao ecoturismo, turismo cinegético, académico e científico.	1
Clima	Desde longe que constitui um dos atractivos turísticos importantes para o distrito. O sol causticante e as temperaturas médias anuais em torno de 26.5 °C, com médias anuais máxima e mínima de 32.5 e 20.5°C, respectivamente, representam sem dúvidas um factor de atratividade.	0

	Apresenta-se com três focos (Wiriyamu, Juaw e Chawola) locais estes de interesse histórico-culturais resultante de genocídio. Estes atractivos são factores motivadores de um fluxo considerável de turistas. Neste local situava-se a antiga aldeia de Wiriyamu que no dia 16.12.1972 a tropa colonial portuguesa assassinou mais de 450 pessoas. O local possui importância histórica, além de didáctico/académico que pode ser capitalizado quer pelas escolas e instituições de ensino superior a nível local, regional e até mesmo nacional para a reconstituição quanto possível do historial de Moçambique. Por um lado, isto permitirá o conhecimento de locais de interesse histórico, sua relevância e, por outro lado contribuirá para o desenvolvimento do espírito de patriotismo e de cidadania bem como o respeito pelo próximo (alteridade). Potencial em turismo cultural.	3	
Culturais	Monu- men- to Martires de Wiri- yamu		
	Base Chicon- damoyo	Local com interesse político e histórico relevante para a reconstituição do historial da luta de libertação nacional do país, bem como da génese das FPLM- Forças Populares de Libertação de Moçambique e, do Partido FRELIMO- Frente de Libertação de Moçambique.	1
	OK Lodge	Meio de restauração e lazer.	0
	Cemitério		
	Tradicio- nal	Local histórico-cultural, aonde são sepultados defuntos do clã <i>Gatsi</i> .	1
	Sacaique Investi- ment	Estabelecimento com meios de acomodação, restauração, além de desenvolvimento de comércio formal.	0
	Montes sagrados	Existência de 5 montes sagrados (<i>Nthundumakolo, Mahongomana, Nyakabamphane, Nyamizimu e Mulingadzuwa</i>) aonde são realizadas cerimónias de sacrifícios comunitários (culto e súplicas aos espíritos dos antepassados) para proteção e bênçãos da comunidade. Destinação propicia para turismo cultural ou étnico.	2
	Pensão Isaías	Estabelecimento com meios de acomodação e restauração.	0

Tabela 1- Hierarquização do atractivo Turístico

	Atrativos	Potencial de atractividade (Valor x 2)	Grau de uso actual	Represen- tatividade (Valor x 2)	Apoio	Estado de	Infra- estrutura	Acesso	Total
					Local e Comuni- tário	conservação da paisagem circundante			
Natural	Relevo	1x2=2	1	2x2=4	2	3	1	2	15
	Geossítio Lu- enha	3x2=6	3	3x2=6	3	3	0	3	24
	Hidrografia	3x2=6	2	3x2=6	2	3	0	2	21
	Biodiversidade	1x2=2	2	3x3=6	3	3	2	2	20
	Clima	0x2=0	0	2x2=0	2	3	0	1	6
	Monumen- to Mar-tires de Wiriyamu	3x2=6	3	2x2=4	3	3	3	3	25
	Base Chicon- damoyo	1x2=2	0	1x2=2	3	1	0	0	8
	OK Lodge	0x2=0	2	0x2=0	2	3	3	3	13
	Cemitério Tradicional	1x2=2	1	2x2=4	3	1	0	3	14
	Sacaique Inves- timent	0x2=0	1	0x2=0	2	3	3	3	12
Cultural	Montes sagra- dos	2x2=4	2	2x2=4	3	3	0	0	16
	Pensão Isaías	1x2=2	2	1x2=2	1	3	3	3	16

Tabela 1- Hierarquização do atractivo Turístico

Figura 1- Mapa de atractivos turísticos Naturais do Distrito Changara. Visão panorâmica do Geossítio Rio Luenha



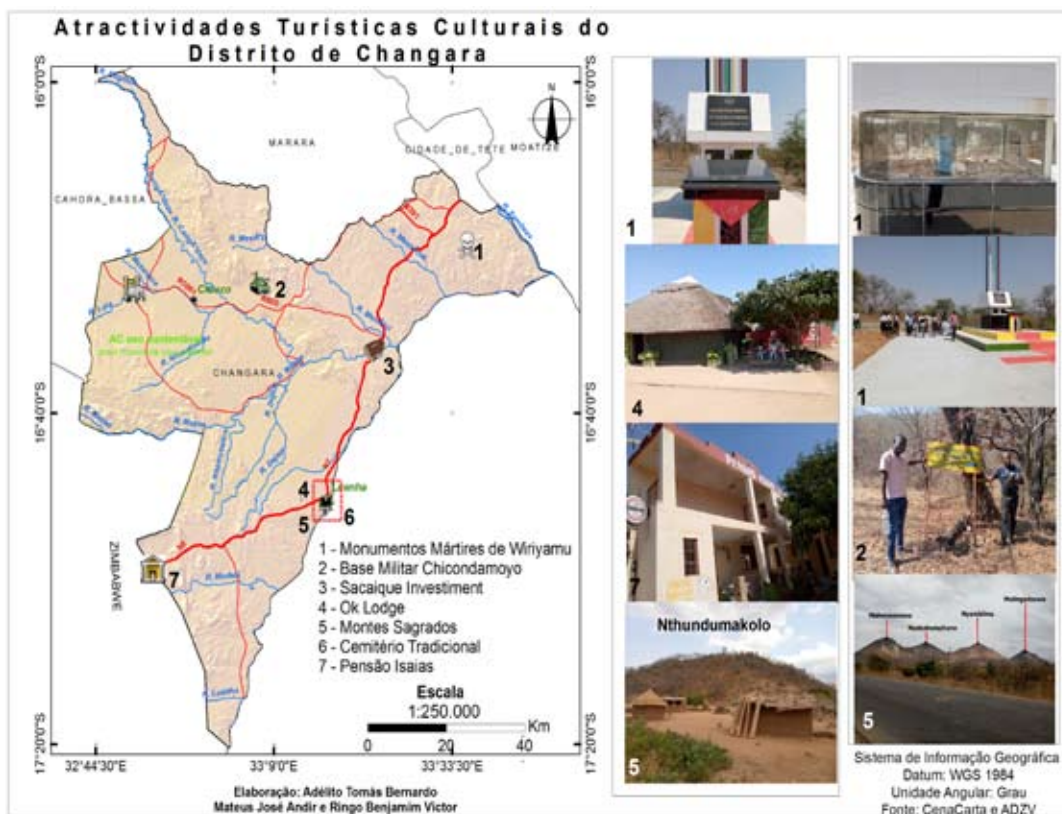


Figura 2- Mapa de atractivos turísticos culturais de Changara.

Quadro 2- Ranking dos atractivos turísticos do Distrito de Changara

Atrativos	Total	Ranking(Posição)
Monumento Martires de Wiriyamu	25	1 ^a
Geossítio Luenha	24	2 ^a
Hidrografia	21	3 ^a
Biodiversidade	20	4 ^a
Montes sagrados	16	5 ^a
Pensão Isaias	16	5 ^a
Cemitério Tradicional	14	6 ^a
OK Lodge	13	7 ^a
Sacaique Investiment	12	8 ^a
Base Chicondamoyo	8	9 ^a

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA: Em busca de caminhos sustentáveis para o turismo na Ilha do Marajó.

Marinete da Silva Boulhosa¹

INTRODUÇÃO

O turismo, embora destaque-se como uma importante atividade socioeconômica, com previsão, pela Organização Mundial do Turismo – OMT, de que os turistas internacionais alcancem, em 2020, 1.600 milhões (JAFARI, 2005), revela-se, por outro lado, uma atividade excludente, elitista, que privilegia uma pequena parcela da sociedade, em detrimento do interesse da maioria da população que recebe os fluxos turísticos.

Essa realidade é reflexo do ideário desenvolvimentista neoliberal e da economia globalizada. O neoliberalismo, que trazia a promessa de melhoria de resultados econômicos, através de mercados autorreguláveis e de um Estado mínimo, acabou por ampliar a pobreza e a desigualdade em várias partes do mundo.

O turismo tem seu desenvolvimento global nesse contexto, em função das políticas públicas para o setor dialogarem com o atual modelo de desenvolvimento, o que leva a atividade turística a causar mais impactos negativos sobre o meio ambiente, do que o tão propagado desenvolvimento.

No Brasil, o desenvolvimento da atividade turística vem provocando exatamente o contrário do que se atribui a ela e os exemplos são numerosos. Tal realidade tem sido objeto de pesquisas científicas e tem incitado a reflexão, crítica, reação e a busca por novas formas de desenvolvimento do turismo, desatrelado do ideário neoliberal, com uma maior participação da população local nos processos turísticos.

Nesse contexto, novas formas de promover o turismo começam a surgir ou ganhar a atenção das pesquisas científicas e das políticas públicas sobre a atividade turística, no país. Entre as novas formas de promover a atividade destaca-se o Turismo de Base Comunitária – TBC.

O Turismo de Base Comunitária é concebido como uma forma de organização amparada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários e na cooperação no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos aos comunitários (MALDONADO, 2010). Tal forma de desenvolver o turismo também se configura em uma reação das sociedades locais ao modelo excludente de desenvolvimento da atividade.

Na Ilha do Marajó, onde o turismo vem sendo desenvolvido, oficialmente, desde a década de 70, a realidade não é diferente das experiências no Brasil, onde o tão propagado desenvolvimento

¹ Bacharel em turismo (UFPA); Especialista em Ecoturismo (NUMA/UFPA); Mestre em Antropologia (UFPA); professora do Instituto Federal do Pará (IFPA), Campus Belém, do Eixo Turismo, Hospitalidade e Lazer; Discente de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – UFPA.

que a atividade pode trazer está restrita a uma minoria. Já a população nos locais onde o turismo possui fluxo regular, como Soure e Salvaterra, que fazem parte do Polo Turístico do Pará, pouquíssimo tem se beneficiado com o turismo. Porém, já se observam iniciativas de turismo de base comunitária na Ilha e um exemplo é o das Comunidades do Pesqueiro e do Céu, na cidade de Soure.

A partir desse cenário, o presente artigo levanta a seguinte problemática: como uma nova forma de turismo pode contribuir para o uso sustentável do patrimônio natural e cultural, para o protagonismo das populações autóctones e o desenvolvimento da gente marajoara?

Nesse sentido, objetiva-se aqui discutir, a partir de bases teóricas e práticas, sobre a possibilidade do Turismo de Base Comunitária contribuir para o desenvolvimento sustentável do turismo na Ilha do Marajó, a partir dos princípios que o mesmo defende, uma vez que o turismo, há décadas desenvolvido na Ilha, pouco ou quase nada tem contribuído para a melhoria da condição de vida da população residente nos locais onde a atividade se desenvolve.

METODOLOGIA

O artigo apresentado é resultado preliminar de pesquisas de doutorado em curso, desenvolvida no programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – PPGDTU (NAEA), da Universidade Federal do Pará. Para sua elaboração, foram realizadas pesquisa bibliográfica e documental sobre turismo, turismo de base comunitária, ilha do Marajó; realização de pesquisa de campo, com observação direta e pesquisa participante, com experimentação dos serviços turísticos oferecidos pelas Comunidades do Pesqueiro e Céu; produção de fotografias documentais das comunidades visitadas, com registro de atrativos naturais e equipamentos turísticos visitados e utilizados.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O turismo caracteriza-se como um fenômeno social da sociedade moderna e está presente na vida de muitas pessoas, independente de classe, grupo, etnia, nação etc. (FIGUEIREDO, 1999). Por sua característica fenomenológica, não é mais possível aceitar que qualquer abordagem referente a ele se restrinja aos fatores de ordem econômicas, o que comumente é destacado, sob pena de constituir-se em uma abordagem superficial e fragmentada, incapaz de mensurar sua complexidade.

O destaque à importância econômica atribuído ao turismo, faz parte de um cenário global, onde o fator econômico se sobrepõe a outros indicadores de desenvolvimento, mas na verdade acaba por ocultar uma realidade marcada pela exploração descontrolada dos recursos naturais, a exclusão de grupos humanos e o privilégio dado a uma minoria elitizada, provocados pelo desenvolvimento da atividade turística.

O turismo tem seu desenvolvimento global nesse contexto, em função das políticas públicas para o setor dialogarem com o atual modelo de desenvolvimento, o que leva a atividade

turística a causar mais impactos negativos sobre o meio ambiente, do que o tão propagado desenvolvimento ou melhoria da condição de vida das populações que são envolvidas pela atividade.

No Brasil, o desenvolvimento da atividade turística vem provocando, em muitos casos, exatamente o contrário do que se atribui a ela. Há numerosos casos em que as políticas públicas e ações para o incremento do turismo no país ampliaram a exploração desordenada do meio ambiente natural, provocaram a expulsão e exclusão das populações locais, beneficiaram uma pequena elite local, desenvolveram-se baseadas em modelos exógenos e pouco contribuíram para beneficiar as populações autóctones.

Essas experiências continuam marcando o desenvolvimento do turismo no Brasil, de norte a sul do país e tal realidade tem sido objeto de pesquisas científicas e tem incitado a reflexão, crítica, reação e a busca por novas formas de desenvolvimento do turismo, desatrelado do ideário neoliberal, com uma maior participação da população local nos processos turísticos, configurando-se mesmo como um movimento de reflexão e resistência, cujas abordagens sobre o ambiente e a sociedade incorporam as questões sociais, políticas, culturais, identitárias, naturais e não apenas as econômicas

Entre as novas formas de fazer o turismo, tem-se o Turismo de Base Comunitária - TBC, que é concebido como uma forma de organização amparada na propriedade e na autogestão sustentável dos recursos patrimoniais comunitários e na cooperação no trabalho e na distribuição dos benefícios gerados pela prestação dos serviços turísticos aos comunitários (MALDONADO, 2010).

Se por um lado surgem novas formas, mais democráticas e justas de promover o turismo, por outro, observa-se também uma grande mudança no interesse e modo de viagens turísticas. Observa-se ainda que, na atualidade, os turistas também estão em busca de novas experiências e alternativas de viagens.

Nesse contexto, o Turismo de Base Comunitária, que também se configura em uma reação das sociedades locais ao modelo excludente de desenvolvimento da atividade, por outro lado, estaria também atendendo a essa nova demanda crescente de turistas interessados em experiências mais autênticas que ampliem seu encontro com a natureza e com o outro.

Trazendo esse debate para a realidade marajoara, observa-se que tal forma de organização e gestão do turismo, que incentiva o protagonismo nas populações autóctones, pode ser muito importante para o desenvolvimento dessa atividade no Marajó através de outras perspectivas.

Na Ilha do Marajó, que compreende hoje um dos polos de turismo do estado do Pará (PARÁ, 2010), formado pelos municípios de Soure, Salvaterra e Ponta de Pedras, a atividade turística começou a ser desenvolvida, oficialmente, a partir da década de 70, como parte das políticas públicas para dinamizar o turismo no Estado. Porém, o turismo na ilha ainda se apresenta pouco organizado, com serviços turísticos de baixa qualidade, demandas reduzidas e concentradas e com pouco envolvimento ou benefícios à população local (CRUZ, 1999; FIGUEIREDO, 1999; TAVARES, 2009; CAMPOS, 2010; BOULHOSA, CABRAL, GOMES, 2017).

Embora venha sendo, há décadas, objeto de intervenção pública para a promoção do turismo na região, a verdade é que a realidade do turismo no Marajó demanda por novas formas de desenvolver o turismo, mais democráticas e inclusivas e que gerem oportunidades reais de melhoria de vida às populações que são envolvidas a ele.

Paralelo ao turismo convencional, se constata iniciativas locais de desenvolvimento do turismo na Ilha. Um exemplo é o turismo comunitário desenvolvido nas Comunidades de Pesqueiro e Céu, no litoral do município de Soure, que fazem parte da Reserva Extrativista Marinha de Soure.

Em 2008, a Associação das Mulheres do Pesqueiro, aprovou um projeto de TBC na Chamada Pública de Seleção de Projetos de Turismo de Base Comunitária, do Ministério do Turismo. A partir dessa experiência, a Comunidade passou a envolver-se na atividade turística e a desenvolvê-la a partir das bases do TBC. Tal experiência embrionária está mostrando que essa nova forma de fazer o turismo é necessária e possível na Ilha do Marajó.

Assim, em tais comunidades é possível utilizar de inúmeros serviços turísticos como hospedagem comunitária, alimentação com oferta de pratos da gastronomia marajoara, roteiros turísticos com passeios de barcos, caminhadas ecológicas, visita às comunidades, contato com as práticas culturais locais da população dessa região litorânea do Marajó. Essas atividades turísticas são planejadas, organizadas e executadas pela comunidade local, um trabalho em parceria que vem dando certo.

Assim, essas comunidades que há anos apenas assistiam o desenvolver do turismo, com constantes fluxos turísticos à praia do pesqueiro, uma das mais visitadas do Marajó, na atualidade, através de iniciativas locais, tem demonstrado sua capacidade de mobilização e protagonismo para o desenvolvimento de um turismo que, para além de relevar as belezas naturais e culturais do Marajó, tem contribuído para geração de renda e trabalho, para elevação do orgulho étnico, conservação da natureza e cultura e bem estar social.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. F. et al. Turismo em Foco: globalização e políticas públicas. In: AZEVEDO, F. F. et al. (Org.) **Turismo em Foco**. Belém: NAEA, 2013. p. 11-27.

BOULHOSA, M. S. CABRAL, N. W. S. GOMES, E. L.S. Turismo no Marajó (Pa): identidade e diversidade como potencialidades para um turismo sustentável. In: **Turismo e desenvolvimento local: Experiências, análises e perspectivas na Amazônia**. Belém, 2017.

BURSZTYN, I. A influência do ideário neoliberal na formulação de políticas públicas de turismo no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, vol. 3, nº 4, pp. 7-12. Universidade Federal do Rio de Janeiro Rio de Janeiro, Brasil: 2003.

CAMPOS, I. **Ecoturismo na Ilha do Marajó**. V Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade (ANPPS). Florianópolis, 2010.

CRUZ, S. H. V. **Os impactos do turismo na Ilha de Marajó (PA): aspectos ambientais**

da praia do pescador (Dissertação de mestrado). Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

FIGUEIREDO, S. L. **Ecoturismo, festas e rituais na Amazônia**. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

MALDONADO, C. O Turismo Rural Comunitário na América Latina: gênese, características e políticas. In: BARTHOLO, SAN SOLO e BURSZTYN. **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

PARÁ. **Resumo Executivo do Pólo Marajó**. Ministério do Turismo. Companhia Paraense de Turismo. Belém, 2010.

TAVARES, M. G. C. Turismo e Desenvolvimento na Amazônia Brasileira: O caso do arquipélago do Marajó. In: 12º Encontro de Geógrafos da América Latina, 2009, Montevideo, Uruguai. **Anais**. Montevideo, 2009.

**TURISMO COMUNITÁRIO:
Diagnóstico das atividades turísticas na comunidade
Bela Vista do Jaraqui, Manaus - Amazonas.**

Glaubécia Teixeira da Silva¹

Susy Rodrigues Simonetti²

Paula Cristina Pereira Rodrigues Chaves³

Os estudos sobre o turismo comunitário têm repercutido no cenário mundial desde a década de 1980 (MALDONADO, 2009), os quais apontam essa forma de gestão turística como uma importante ferramenta que alia a manutenção da vida em comunidade e a conservação dos recursos naturais e culturais diversos. O turismo comunitário tem a sua origem no Turismo Rural Comunitário (TRC), fenômeno surgido no final da década de 1980 na América Latina, inicialmente no Peru, Bolívia, Equador e Guatemala, países nos quais as comunidades tradicionais e povos indígenas sempre estiveram em constantes mobilizações pela reivindicação de suas terras e territórios ancestrais, além disso, o crescente interesse dos turistas em busca de experiências originais de aprendizagem, do autêntico, ativo e ancestral contribuíram para o surgimento do TRC (MALDONADO, 2009). A criação da rede de colaboração denominada *Rede de Turismo Sostenible Comunitario* (REDTURS) favoreceu a disseminação das experiências e a expansão da prática do TRC na América Latina (MALDONADO, 2014), inclusive no Brasil, em meados da década de 1980 e na década de 1990. A denominação Turismo de Base Comunitária (TBC) surgiu a partir dos estudos e pesquisas discutidos nas primeiras edições do Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL) sobre as experiências de turismo realizado nas comunidades do Nordeste brasileiro (BURSZTYN, 2018). As práticas do turismo comunitário, ao menos no discurso, pretendem desenvolver o turismo sustentável, com enfoque no protagonismo social, com vistas a tornar-se uma opção de desenvolvimento para as comunidades tradicionais localizadas no interior das áreas protegidas. (SIMONETTI, NASCIMENTO, CHAVES, 2018). O adequado planejamento e a estruturação do turismo exige o envolvimento dos moradores locais na gestão do mesmo (BURSZTYN, BARTHOLO, DELAMARO, 2009) no sentido de conquistar benefícios como a geração de emprego e renda, estímulo ao desenvolvimento rural e agregação de valor ao produto turístico, tanto pela diversificação quanto pelo fomento da economia local. As experiências com o turismo

1 Professora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – Centro de Ciências do Ambiente (CCA) – Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM). E-mail: gtsilva@uea.edu.br

2 Professora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia – Centro de Ciências do Ambiente (CCA) – Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM). E-mail: ssimonetti@uea.edu.br

3 Professora da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e Doutoranda em Turismo e Hotelaria pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI. Membro do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos Interdisciplinares da Cultura Amazônica (NEICAM). E-mail: paularodrigues.am@gmail.com

comunitário na Amazônia revelam que os benefícios ultrapassam a conservação da natureza e acrescentam ganhos no fortalecimento: da identidade cultural, da inclusão social e do bem-estar das comunidades (SILVA, 2016). Por ser considerado uma forma alternativa de gestão do turismo, o turismo comunitário se difere das práticas turísticas convencionais, degradadoras dos espaços que subjagam as estruturas sociais e as relações endógenas à condição de dependência das ações de agentes externos como os gestores públicos, *trade* turístico e organizações do terceiro setor, para promoverem o desenvolvimento turístico. Na busca por elucidar as questões pertinentes ao turismo comunitário na Região do Baixo Rio Negro, no Amazonas, realizou-se uma pesquisa na Comunidade Bela do Vista do Jaraqui, localizada no perímetro rural do município de Manaus (AM), na Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Puranga Conquista. A referida Comunidade recebe turistas desde a década de 1980 e possui em seu histórico conflitos de gestão territorial e carência de políticas públicas de incentivo ao uso sustentável dos recursos naturais e paisagísticos para fins turísticos, de modo a promover benefícios mais equitativos e duradouros para a comunidade. A pesquisa objetivou analisar a infraestrutura turística existente no que tange aos atrativos culturais, naturais, meios de hospedagem e serviços de alimentos e bebidas para entender o cenário do turismo local. Realizou-se pesquisa de campo e documental, baseados em dados empíricos e levantamento de fontes secundárias junto aos organismos governamentais e não governamentais que atuam na gestão da RDS Puranga Conquista, além da pesquisa bibliográfica com a consulta em artigos, teses, dissertações, jornais e revistas que abordam o turismo comunitário. Para a investigação dos cenários encontrados foram realizadas oficinas participativas cujos dados obtidos foram estruturados e analisados por meio da matriz SWOT, que consiste em uma ferramenta metodológica que busca identificar forças e fraquezas, oportunidade e ameaças relativas a um dado fenômeno ou atividade. Esse instrumento metodológico, comumente utilizado em estudos empresariais, tem se mostrado bastante eficaz na análise do desenvolvimento das atividades turísticas em comunidades. Os aspectos analisados demonstraram pontos fortes que elevam potencialmente as atividades turísticas realizadas. Nos atrativos culturais e naturais, meios de hospedagem e serviços de alimentos e bebidas, foram verificados valores simbólicos que refletem as relações culturais e o *modus vivendi* da comunidade nas atividades desenvolvidas, além de apresentarem uma infraestrutura básica para o desenvolvimento das atividades. Entretanto, identificaram-se fraquezas como: ausência de estruturas próprias para o desenvolvimento de algumas atividades turísticas, insuficientes ações de capacitação ou formação profissional para o turismo – o apoio recebido de instituições públicas ou do terceiro setor apresentaram dificuldades quanto à aplicabilidade, à formação de novos produtos e à gestão das atividades de forma a promover o protagonismo comunitário na condução do turismo. As ameaças ao desenvolvimento do turismo consistem nas ações de agentes externos como pescadores comerciais, madeireiros, mineradoras, agências de viagens e hotéis que exploram os recursos naturais e paisagísticos sem necessariamente promoverem benefícios aos moradores locais, além de comprometerem a existência

futura desses recursos; a dificuldade de fiscalização pelos órgãos gestores contribui para o aumento do risco de especulação imobiliária; pesca predatória; prejuízo às práticas de usos tradicionais do solo, fauna, flora e recursos hídricos. Concernente às oportunidades, foram identificadas incipientes iniciativas de ordenamento do turismo promovidas pelos órgãos ambientais, projetos de extensão universitária promovidos pela Universidade do Estado do Amazonas e organizações do terceiro setor que integram o conselho gestor da RDS Puranga Conquista e o Fórum de Turismo de Base Comunitária, ambos atuantes naquela comunidade. Os princípios da autogestão e autonomia social (SMULLEN, 2003) são imprescindíveis para a efetividade e eficácia das propostas de turismo para as comunidades ribeirinhas, nesse sentido deve-se levar em consideração as particularidades locais quanto à formatação dos produtos turísticos, à gestão dos empreendimentos, às estruturas sociais voltadas à governança do turismo, ao adequado uso dos bens e recursos turísticos de forma a satisfazer as necessidades dos turistas e dos moradores locais.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo; políticas públicas; comunidades ribeirinhas; Unidades de Conservação.

REFERÊNCIAS

- BURSZTYN, I. Sobre os conceitos e práticas do turismo de base comunitária no Brasil. In: **Turismo e sustentabilidade: verso e reverso**. Org. Elimar Pinheiro do Nascimento, Helena Araújo Costa. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2018.
- BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Leras e Imagem, 2009.
- MALDONADO, C. Turismo Rural Comunitario en America Latina: las experiencias de REDTURIS. In: COSTA NOVO; C. B. M; CRUZ, J. G (orgs.). **Turismo Comunitário: reflexões no contexto amazônico**. Manaus: Edua, 2014. p. 15-39
- _____. **O turismo rural comunitário na América Latina**. In: BARTHOLO, R; SAN SOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Org.) **Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Leras e Imagem, 2009.
- SILVA, G. T. **Turismo em comunidades tradicionais: políticas de desenvolvimento local e territorialidades humanas na RDS do Rio Negro (Iranduba-AM)**. Tese de doutorado apresentada ao Centro de Ciências do Ambiente (CCA) da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Manaus-AM: UFAM, 2016.
- SIMONETTI, S. R., NASCIMENTO, E., CHAVES, M. P. S. R. Representações

sociais e turismo comunitário: um estudo em comunidades de áreas protegidas no Amazonas. In: **Turismo e sustentabilidade: verso e reverso**. Org. Elimar Pinheiro do Nascimento, Helena Araújo Costa. – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Garamond, 2018.

SMULLEN, A. Autonomia, liberdade e independência: a evolução de uma família de conceitos e seu advento à arena da administração pública. **Revista de Administração Pública**, v.37, n 3, p. 551-568, Rio de Janeiro, 2003.

**PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL:
Estudo de caso do plano de desenvolvimento do
turismo do município de Bragança.**

Natascha Penna dos Santos ¹

Silvia Helena Ribeiro Cruz ²

Calidon Costa ³

INTRODUÇÃO

No Brasil a pauta políticas públicas é um dos temas que remete a grandes discussões, independente do seu meio, seja no acadêmico, governamental, e/ou profissional no que tange aos princípios, intervenções e implementação, independente das esferas, seja ela nacional, estadual, regional ou municipal.

As políticas públicas de turismo do Brasil têm um histórico voltado ao anos 1960, na qual começa a se fortalecer e obter diretrizes mais claras e específicas, posteriori ao surgimento do Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR, que deste momento em diante o turismo passou a ser entendido como uma atividade produtiva capaz de contribuir para a atenuação dos desníveis socioeconômicos regionais que caracterizavam a nação. (BRASIL, 2008).

As políticas públicas são essencialmente de ordem governamental, e visam utilizar meios administrativos em busca do bem comum dos cidadãos, criando possibilidades de desenvolvimento e melhorias na qualidade de vida de todos os que estão nela inseridos, tendo em vista a atuação dos seus atores de forma coesa, tornando o ambiente sustentável e salutar para as gerações vindouras (CONCEIÇÃO, 2018).

Beni (2001) refere-se à política pública de turismo como elemento primordial para o desenvolvimento da atividade turística, partindo do ponto de vista do planejamento dessas políticas, pois, elas são realizadas através de estratégias específicas que perpassam diversos segmentos turísticos, sem que haja a inobservância das características comuns de cada região estudada, e sem esquecer suas tradições, costumes, cultura e hábitos.

Neste estudo tem-se como cerne principal analisar o plano municipal de turismo e sua relevância para o desenvolvimento do turismo local. Portanto, a sequência de apresentação do tema será disposto pelas políticas públicas e plano municipal de turismo, governança de turismo, contextualização do município de Bragança, metodologia, análise da proposta do Plano Municipal de Turismo e possíveis resultados.

A questão norteadora que suscitou a investigação e aprofundamento deste estudo baseou-se na seguinte problemática: o Plano de Turismo é um instrumento de participação dos envolvidos, e se representa as políticas públicas do setor a partir das demandas postas pelas

¹ Turismóloga, Doutoranda NAEA – UFPA. nat_penna@yahoo.com.br

² Turismóloga, Professora Doutora Factor – UFPA. Pesquisadora CNPq. silhacruz@gmail.com

³ Turismólogo, Doutor em Turismo e Hotelaria. CEO da APRI Consultoria. calidoncosta@gmail.com

comunidades e agentes socioeconômicos interessados no desenvolvimento do turismo? A partir da questão norteadora objetivou-se analisar qual a importância do planejamento para a atividade turística, sendo a construção do plano municipal um instrumento de participação e gestão, e se o plano municipal de turismo representa as políticas públicas de turismo como demandas postas pelos agentes sociais envolvidos, especificamente o Plano Municipal de Turismo de Bragança/PA.

Bragança é uma cidade com mais de 400 anos de fundação, localizada na Amazônia Brasileira no Estado do Pará com potencial já reconhecido para o desenvolvimento da atividade turística, o município se apresenta como destino no Nordeste Paraense, com uma oferta turística que engloba atrativos turísticos naturais e culturais além de uma infraestrutura de apoio que dão condições do destino receber um fluxo de turistas que já mantem a taxa de ocupação dos acima de 50% em seus pouco mais de 400 leitos. A cidade em termos de organização da atividade conta com uma Secretaria Municipal, com equipe técnica, conselho municipal, ou seja, uma institucionalidade instalada a serviço do turismo, o que pode se dizer que a governança local tem seus atores definidos com a presença da iniciativa privada e outros parceiros atuando em prol do turismo. Essa realidade é importante para a manutenção das estratégias e metas sugeridas pelo Plano Municipal de Turismo que vai dar suporte ao fomento da atividade.

Para o entendimento e análise da questão fez-se uma reflexão teórico com base no estado da arte que permeia os estudos de planejamento, políticas públicas e gestão. O processo de planejamento faz-se importante com vistas ao alcance de objetivos e resolução de problemas. Para Batista (1981, p. 13) planejar “se refere ao processo permanente e metódico de abordagem racional e científica do problema”, sendo assim faz-se importante o estudo e análise da situação-problema que envolve as políticas públicas de turismo para que o processo de planejamento seja amplamente debatido e definido. Para isso, é necessário que se escolha qual o melhor processo de planejamento.

Na primeira metade do século vinte se inicia a elaboração de teorias e métodos de planejamento, passando-se a entender o planejamento como um processo, que envolve dimensões e fases. Para Molina (2005, p. 45), “planejar implica a identificação de um conjunto de variáveis, com o objetivo de adotar um curso de ação que, baseado em análises científicas, permita alcançar um Estado ou situação predeterminada. Assim, planejar é prever o curso dos acontecimentos futuros”. Portanto, Molina (2005), reafirma que planejar é alcançar uma situação desejada, mediante um esforço constante, coerente, organizado, sistemático e generalizado. E, para o alcance dessa situação desejada, o planejamento ampara-se em três instrumentos, o plano, o programa e o projeto. Sendo o Plano, no planejamento do turismo, o objeto deste estudo.

O Plano de Desenvolvimento do Turismo sistematiza as demandas da sociedade quanto ao desenvolvimento do setor, com objetivos, metas, programas e projetos que aglutine as aspirações e desejos daqueles que o elaboraram. Porém, segundo Molina (2005, p. 55) “o plano é um corpo vivo que não deve ser aplicado rigidamente, mas ser formulado de

maneira que se adapte às mudanças ocorridas no contexto em que atua”. O planejamento se constitui uma técnica de uso imprescindível pelas administrações públicas municipais que apostam no desenvolvimento do turismo (Dias, 2003, p. 37). O desenvolvimento do turismo sob a égide de um paradigma mais flexível e competitivo tem sido as tentativas dos governos quanto as formulações de políticas públicas. No turismo há tendências de se construir outras possibilidades de desenvolvimento, que não seja aquela que envolve apenas os grandes conglomerados turísticos e grupos empresariais com capital internacional, segundo Cruz (2008, p. 134).

METODOLOGIA

A estratégia metodológica escolhida para guiar este estudo foi a pesquisa-ação. De acordo com Thiollent (2011), a pesquisa ação é uma pesquisa feita de base empírica que busca a resolução de um problema prático “no qual os pesquisadores e os participantes representativos da situação e do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. (p. 20). Desse modo entende-se que a pesquisa abarcará por um aspecto mais prático do que conceitual e teórica.

Ainda assim, a pesquisa ação utiliza-se da teoria para implementar as ações necessárias no ambiente da pesquisa, para não ser mera razão instrumentalista. Dessa forma, destaca-se a importância do uso e adequação de ambos procedimentos metodológicos de abordagem qualitativa e quantitativa. A abordagem qualitativa, segundo Oliveira (2007, p. 37), se define como “processo de reflexão e análise da realidade através da utilização de métodos e técnicas para compreensão detalhada do objeto de estudo em seu contexto histórico e/ou segundo sua estruturação.” Dessa forma, a abordagem qualitativa preza o contexto do pesquisado, e a compreensão da complexidade subjetiva do mesmo, adequado para os estudos de ciências sociais ao qual este trabalho está inserido.

A pesquisa foi realizada a partir de análise do documento que está sendo elaborado pela consultoria técnica que discorre sobre o plano municipal de turismo de Bragança, sua forma, suas relevâncias e as propostas de intervenção. As pesquisas de campo para coleta de dados e as fontes documentais também foram de suma importância para a concepção do estudo.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Bragança diante da sua potencialidade para o desenvolvimento da atividade turística, já está há mais de três décadas se organizando para dar atenção institucional para a organização do setor, um calendário de eventos já consolidado, uma rede modesta de hotéis e pousadas, um serviço de bares e restaurantes são bases para a oferta de um produto turístico de acordo com as expectativas dos turistas, além de estar cumprindo as exigências e adequações as políticas públicas nacionais e estaduais, com destaque para o Programa de Regionalização do Turismo e o Mapa do Turismo Brasileiro 2019 – 2021, que enquadra o município na categoria C, dando condições para que seja possível acesso à alguns projetos

específicos para os municípios categorizados . Em âmbito Estadual o Plano Estratégico do Turismo do Estado do Pará, dá destaque para Bragança chamando de produto estrela a Marujada de São Benedito, festa profano religiosa que ocorre em dezembro e destaque especial para o segmento do turismo cultural.

O plano de turismo se tornou uma ferramenta necessária para contribuir com a realização das ações feitas por todos seus atores, na qual as ações individuais e coletivas podem convergir para estratégias comuns e oportunizando a melhoria da qualidade de vida de outros grupos, como por exemplo as comunidades tradicionais. A governança de turismo traduz o significado da importância de uma gestão organizada e participativa de um município, possibilitando a todos os atores envolvidos nesta governança possam alinhar as ações e os anseios de crescimento e desenvolvimentos do turismo desejado em conformidade com as necessidades advindas da atividade turística.

O Plano Municipal de Turismo (PMT) proposto para a cidade de Bragança, traz em seu bojo os anseios e desejos de caminhar de forma assertiva com os planejamentos, as ações e as prospecções de resultados elencados. Neste sentido, o plano é significativamente positivo, haja vista, que as políticas nacionais estabelecem a necessidade de uma governança voltada especificamente para o turismo, propiciando que esta atividade se torne mais profissionalizada e aprimorada.

A governança de turismo constitui um modelo de gestão imbricado nas relações sociais, na qual seus atores participam das tomadas de decisões sempre de forma conjunta, com o intuito de proporcionar o desenvolvimento das atividades turísticas dos municípios. Destarte, os atores ao aceitar os vínculos estabelecidos pela gestão das governanças, possibilitam que haja maior envolvimento em relação as parcerias firmadas, de modo a envolver a integração e cooperação de todos seus atores, tendo o compromisso de discutir e realizar o que possa ser proposto pelas governanças através de seus modelos de gestões.

Sabe-se que o plano de turismo é a materialização da política, política entendida como direcionamento macro de uma gestão (Nascimento, 2015), as ações que já vem sendo feitas por todos esses atores, onde as ações individuais e coletivas podem convergir para estratégias comuns e buscar a melhoria da qualidade de vida de outros grupos, como por exemplo as comunidades tradicionais. A governança de turismo traduz o significado da importância de uma gestão organizada e participativa de um município, possibilitando a todos os atores envolvidos na governança possam alinhar as ações e os anseios de crescimento e desenvolvimento do turismo desejado.

A discussão está presente sobre a crítica ao Plano Municipal de Turismo ser o instrumento de materialização da política pública, mas ao passo que ele não consegue representar os interesses de todos os atores da governança local do turismo. Como garantir que os anseios de uma comunidade estejam claros na política pública? Como garantir que as questões mercadológicas estejam expressas nas projeções e metas para o município mas sejam igualmente priorizados planos de divulgação para o “cliente interno” o morador de Bragança que ouve dizer mas que talvez não saiba do que se trata a atividade turística e

quais os seus benefícios e desafios? Talvez o caminho seja um novo diagnóstico e buscar novos arranjos institucionais ao encontro da maturidade e autonomia da governança local.

REFERÊNCIAS

- BAPTISTA, Myria V. **Planejamento. Introdução à metodologia do planejamento social**. São Paulo: Ed. Moraes, 1981.
- BARRETO, Margarita. **Planejamento e Organização em Turismo**. São Paulo: PAPIRUS, 1991.
- BENI, Mário Carlos. **A política do turismo**. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). **Turismo: como ensinar, como aprender**. São Paulo: SENAC, 2001. p. 177-202.
- Bramwell, B., & Lane, B. **Critical research on the governance of tourism and sustainability**. *Journal of Sustainable Tourism*. Vol. 19, may-june, 411-421. 2011.
- CONCEIÇÃO, C. **Política pública de turismo no estado do Amapá no período de 2003/2007. Balneário Camboriú: UNIVALI**, 2010. 151F. Dissertação (Mestrado em turismo e hotelaria) – Programa de Pós-graduação em turismo e hotelaria, Universidade do vale do Itajaí, Balneário Camboriú, 2010.
- CRUZ, Silvia Helena R. **Turismo Sustentável na Amazônia: o contexto do desenvolvimento endógeno**. In: Figueiredo, Silvio (org.). **Turismo, Lazer e planejamento regional**. Belém: NAEA, 2008.
- DIAS, Reinaldo. **Planejamento do Turismo – política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: ATLAS, 2003.
- LOHMANN, G.; PANOSSO NETO, A. (2008) **Teoria do turismo: conceitos, modelos e sistemas**. São Paulo: Aleph.
- MOLINA, Sérgio. **Turismo: metodologia e planejamento**. Bauru, SP: Edusc, 2005.
- NASCIMENTO, Vânia Lúcia Quadros. **Políticas públicas de turismo na Amazônia brasileira: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará/Vânia Lúcia Quadros Nascimento; Orientadora, Ligia Terezinha Lopes Simonian**. - 2015.
- OLSSON, Giovanni. **Poder político e sociedade internacional contemporânea: governança global com e sem governo e seus desafios e possibilidades**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.
- ROSENAU, James N. **Governança, ordem e transformação na política mundial**. In: _____; CZEMPIEL, Ernst-Otto. (Orgs). **Governança sem governos: ordem e transformação na política mundial**. Brasília: Ed. UNB/ Imprensa Oficial do Estado, 2000.
- SEIXAS, J., & Mas, A.A.I. (2010) **Urban Governance in the South of Europe: cultural identities and global dilemmas**. *Análise Social*, n.197. Lisboa, 771-787
- SLOMSKI, Valmor. et al. **Governança corporativa e governança na gestão pública**. São Paulo. Atlas, 2008.
- THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. Cortez, 2011

PRÁTICAS SOCIAIS DE LAZER E SUAS RELAÇÕES NO COMPLEXO TURÍSTICO ESTAÇÃO DAS DOCAS EM BELÉM – PARÁ.

Pablo Vitor Viana Pereira¹

Mirleide Chaar Bahia²

INTRODUÇÃO

Ao tratar do desafio de entender a contemporaneidade, alguns autores, a exemplo de Castro e Figueiredo (2014), salientam que se faz necessário compreender, primeiramente os processos de transformação social, economia e política, cultural, que se manifestam com força nas cidades de todo o mundo. Toda essa dinâmica pode ser visualizada nas principais metrópoles que passam por processos contínuos de transformação, e que acabam por fomentar modificações relacionadas à cadeia produtiva, a determinadas atividades econômicas, às necessidades da acelerada vida urbana, além de reordenamentos espaciais e sociais, na figura de novos espaços de lazer para os residentes e para os visitantes.

A vida corrida nas grandes cidades, especialmente nas metrópoles, induz os indivíduos ao consumismo (por isso o fomento aos espaços fechados e vigiados, a exemplo dos Shoppings Center), acabam por potencializar o consumo ao exagero produzido pelas indústrias. Nesse sentido, os debates em torno dos espaços públicos requalificados nas cidades têm se tornado constantes, e tais discussões muitas vezes voltadas às críticas às políticas públicas, na grande maioria acabam fomentando grandes grupos de empresas e, conseqüentemente, fortalecendo o capital. Os limites e diferenças tantas vezes impostos por políticas de segregação contribuem em certa medida para o distanciamento de classes sociais menos favorecidas nos espaços públicos, por diversos motivos, como: barreiras econômicas, culturais, raciais e até mesmo de gênero etc.

Associada à apropriação do espaço pela organização socioeconômica do capitalismo - o urbanismo espetáculo cria e reforça valores culturais e representações sociais assim como “formatam comportamentos e definem a utilização de espaços públicos com verdadeiras subtrações do direito à cidade, no melhor estilo daquilo que podemos chamar de não lugar” (TRINDADE JR; AMARAL; SANTOS, 2006, p. 70.).

Dentre os vários espaços requalificados na cidade de Belém/Pará, está o Complexo Turístico Estação das Docas, possivelmente o mais emblemático entre todos os projetos públicos da capital paraense, não apenas pela sua suntuosidade, mas pelos “objetivos claros de favorecimento das classes mais altas da cidade, demonstrando um direcionamento de esforços e políticas públicas” (BAHIA; FIGUEIREDO, 2008, p. 15).

¹ Graduação em Turismo (Bacharelado) pela Universidade Federal do Pará (UFPA); Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA). E-mail: pablo.viana28@gmail.com

² Doutora em Desenvolvimento Socioambiental pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA); Professora do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (NAEA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com

Em se tratando do Complexo Turístico Estação das Docas as questões de acessibilidade tanto física quanto simbólica se tornam questionáveis, haja vista que é um espaço “vigiado”, além de estabelecer um controle dos comportamentos (FIGUEIREDO, 2008). Nesse sentido, a questão de acesso e participação da sociedade requer maior atenção, não apenas por quem administra os espaços, mas para a população que na maioria das vezes se vê limitada no uso desse tipo de espaço público. Ou seja, o modo como o complexo turístico foi concebido pelo poder público, acabou criando barreiras não somente socioeconômicas, mas também simbólica.

Diante do exposto, este estudo tem como objetivo analisar as práticas sociais de lazer e suas relações no Complexo Turístico Estação das Docas. A escolha do recorte espacial se deu pela relevância enquanto espaço público para as práticas sociais de lazer na cidade de Belém, além das suas peculiaridades, tanto no campo das discussões político-ideológicas, quanto pelas idealizações-concepções do espaço.

METODOLOGIA

Optou-se por uma pesquisa descritiva analítica, com abordagem qualitativa, já que se trata de questões muito particulares, a exemplo das práticas sociais de lazer em espaço público. Segundo Minayo (2015), esse tipo de abordagem trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações e das atitudes.

Com relação à natureza das fontes utilizadas para a abordagem e o tratamento do objeto de pesquisa, este estudo consiste na combinação entre pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo (SEVERINO, 2007). O levantamento bibliográfico teve como objetivo central a busca por fontes bibliográficas relevantes da área, por meio de leituras de livros, teses, dissertações e artigos científicos.

Acerca da pesquisa de campo, foram realizadas visitas no referido espaço, a fim de obter determinados aspectos no campo que incluiu o recorte espacial e os sujeitos, ao passo que as observações em campo permitiram observar a frequência das pessoas e o espaço, bem como verificar como estes vivenciam o lazer.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Analisar as práticas sociais de lazer na atualidade, têm se tornado um campo de estudo de suma importância, principalmente quando se destaca o lazer a partir da ocupação dos espaços públicos, por meio de práticas individuais e coletivas que são produzidas nesses ambientes.

No Complexo Turístico Estação das Docas, apesar dos dados demonstrarem a presença de usuários de diversos bairros da cidade, o local também recebe uma diversidade de turistas. Entretanto, foi constatado que existem limitações nos usos que resultam do modelo de gestão adotado pelo espaço, geralmente com proibições excessivas, controle absoluto do que pode ou não fazer, e que acaba normatizando as atividades ali exercidas. Esse tipo de atitude, por exemplo, é percebido constantemente na Estação das Docas, principalmente

por parte dos orientadores de público do Complexo Turístico. Como aponta Figueiredo (2008), esse tipo de vigilância acaba inibindo certos usuários nas suas práticas sociais de lazer, justamente pelo controle dos comportamentos.

Outro ponto observado foi que existem práticas sociais de lazer que acontecem ao lado da Estação das Docas, e por não fazerem parte do rol de atividades normatizadas, acabam não adentrando o espaço. A prática da pesca, por exemplo, é uma prática de lazer que acontece bem ao lado do Complexo Turístico, mas que pelas regras e normas do espaço acabam sendo praticadas fora do Complexo, apesar de estarem no mesmo espaço da orla do rio, mas separados pelas grades que delimitam o espaço público. A mesma situação acontece com outras práticas sociais de lazer visualizadas do lado de fora como, o banho de rio e o sarau. Como aponta Leite (2004, p. 41) essas práticas sociais acabam encontrando nesse espaço um lugar de refúgio, em outras palavras “um lugar de fuga e refúgio (pela característica de abrigar os excluídos dos pólos de animação)” (LEITE, 2008, p. 41).

Figueiredo (2008, p. 88) destaca que esse ordenamento físico-espacial facilita o controle, especialmente “a partir de formas não-jurídicas em regulamentos de uso que normatizam condutas e ações, controlando o corpo e seu posicionamento”. O autor nos alerta que esses espaços “são ordenados de tal forma que fica muito explícito a hierarquia e a função dos mesmos”, assim como a acessibilidade nesses espaços é estratificada (FIGUEIREDO, 2008, p. 89).

Outro aspecto observado nesse espaço público foi à presença de grupos específicos de pessoas como, por exemplo, os evangélicos na prática do “piquenique”. Também foram observados outros grupos realizando essa prática, isso demonstra que esse tipo de atividade acaba confrontando com as práticas ali normatizadas, como é o caso dos serviços voltados ao padrão de consumo estabelecido nos bares e restaurantes do espaço. Esse cenário nos aponta que mesmo a Estação das Docas tendo como característica serviços voltado ao lazer pago, às pessoas acabam criando novas formas de usos que não condiz com os modelos preestabelecidos. Ou seja, esses espaços pensados para o desenvolvimento do turismo acabam se tornando na maioria, espaços de segregação ou exclusão, justamente pelo modo como ele foi concebido ou implantado pelo poder público, além do que, as questões de acessibilidade acabam ficando limitada, nesses tipos de espaços.

Portanto, não existe apenas a inacessibilidade física, é perceptível ver nas formas de vigilância e o próprio modelo de espaço público que foi adotado, barreiras simbólicas. Essa falta de acessibilidade vai para além do concreto e físico, torna-se simbólico, isso é, quando o espaço público é dividido entre os diferentes grupos “consequentemente, a acessibilidade não é mais generalizada, mas limitada e controlada simbolicamente” (SERPA, 2004, p. 32).

REFERÊNCIAS

BAHIA, Mirleide C.; FIGUEIREDO, Silvio L. Os espaços verdes e os equipamentos de lazer: um panorama de Belém. *Licere*, Belo Horizonte, v. 11, n. 2, ago. 2008.

CASTRO, E. M. R.; FIGUEIREDO, S. L. **Sociedade, campo social e espaço público** (Orgs.). Belém: NAEA, 2014.

FIGUEIREDO, S. L. Espaços Públicos nas cidades: notas sobre o ordenamento, acessibilidade e turistificação. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). **Turismo, lazer e planejamento urbano e regional**. Belém: NAEA, 2008, p. 79-92.

LEITE, R. P. **Contra-usos da cidade**: lugares e espaço público na experiência urbana contemporânea. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 29 ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SERPA, Â. Espaço público e Acessibilidade: Notas para uma abordagem geográfica. GEOUSP – **Espaço e Tempo**, SP, n.15, pg. 21-37, 2004.

SEVERINO, A. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

TRINDADE JR., S. C.; AMARAL, M. D. B.; SANTOS, E. R. C. Estado, Políticas Urbanas e Gestão do Espaço na Orla Fluvial de Belém. In: CASTRO, Edna (Org.). **Belém de águas e ilhas**. Belém: CEJUP, p.59-84, 2006.

ESPAÇO PÚBLICO DE LAZER E OS SEUS REFLEXOS NO TURISMO EM BELÉM - PARÁ.

Jéssika Paiva França¹

INTRODUÇÃO

Em Belém, as manifestações de interesse das elites e do poder público pelo rio tiveram maior destaque em dois momentos específicos na história urbana local. O primeiro situa-se entre o fim do século XIX e início do XX, abarcando o período áureo da economia gomífera na região amazônica, quando a produção cultural foi ampliada por meio da constituição de novos hábitos de lazer e sociabilidade. É quando as primeiras práticas de esportes náuticos foram identificadas entre as elites locais, juntamente com a fundação de clubes esportivos. (FRANÇA, 2018).

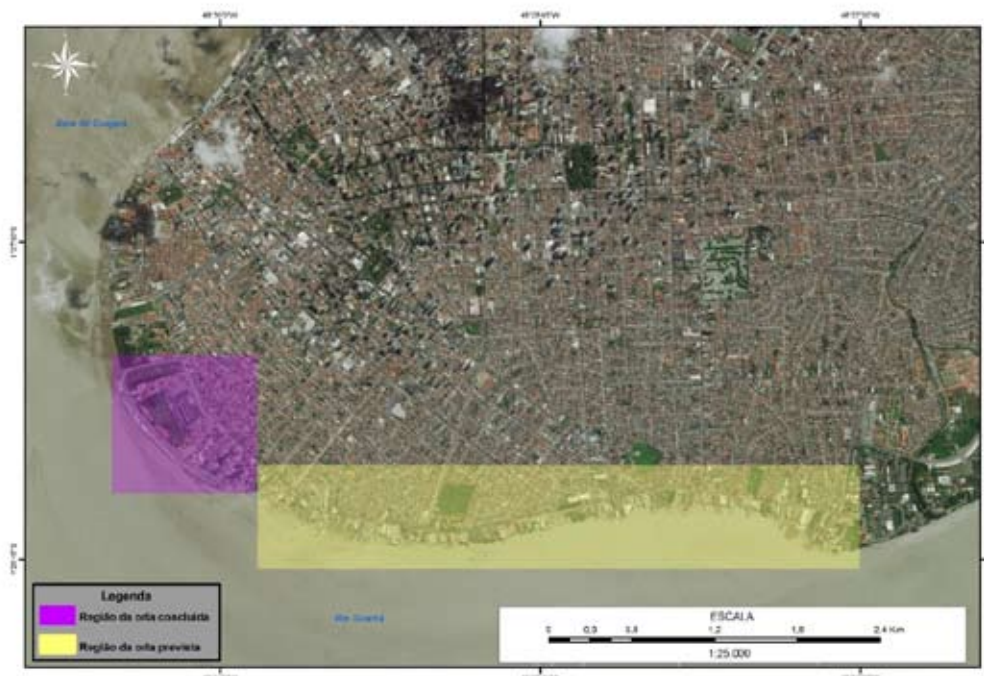
O segundo momento, foi no fim do século XX, pois o rio eleva-se em termo de importância na composição do planejamento urbano, acompanhado de um discurso de necessária abertura de janelas para o rio, para democratização da paisagem ribeirinha local. (TRINDADE; AMARAL, 2006). Neste momento, a visão negativa sobre as águas que contornavam a cidade, constituída nos séculos iniciais de fundação, começa a ser repensada pelo Estado, sob influência de experiências internacionais de aproveitamento das águas para fins de embelezamento urbano e valorização do solo. É quando parte do antigo armazém portuário é reconfigurado, dando lugar à Estação das Docas como parte de uma estratégia de desenvolvimento econômico a partir do turismo, apoiado pelas mídias comunicativas e meio empresarial.

O artigo objetiva discutir os principais reflexos do espaço público Orla Portal da Amazônia inaugurada no ano de 2012 no município de Belém do Pará para o lazer e turismo. A escolha se justifica por ser este, um *lócus* de grande importância na produção urbana e turística local, assumindo papel de centralidade. Mesmo constituindo-se em uma obra inacabada, pode ser considerado como o maior espaço público de lazer, situado em orla urbana, quando analisado em termos de escala, funcionalidade e potencial para agregação de pessoas.

O mapa nº1 destaca, com a cor lilás, a parte da Orla Portal da Amazônia que foi inaugurada no ano de 2012, a qual ocupa uma área de 2,2km. Em amarelo, observa-se a área de orla prevista no projeto, que ainda se encontra em processo de construção, o qual prevê uma extensão de 6,15km.

¹ Professora da Faculdade de Turismo da UFPA. Doutora em Arquitetura e Urbanismo (USP). Mestre em Políticas Públicas e Serviço Social (UFPA). Bacharel em Turismo (UFPA) e Pedagoga (UEPA). Líder do grupo de Pesquisa Laboratório de dinâmicas urbanas e questões pertinentes ao turismo na Amazônia. E-mail: francafarah@gmail.com

Mapa 1 - Etapas do Projeto Orla Portal da Amazônia



Fonte: França e Ferreira, 2017.

Na revisão da literatura são discutidas questões pertinentes ao uso e apropriação da cidade e de seus espaços públicos por turistas e moradores locais, respectivamente. É da cidade, mais especificamente no espaço público de lazer que o turista tem contato com a construção social de uma população, sendo, portanto, necessário fortalecer as discussões e práticas envolvendo estas categorias.

Delgado (2011), ao compreender o espaço público como categoria política orientadora da vida social, considera-o refletidor das alterações sofridas no âmbito da gestão pública, na qual o discurso sobre a democratização do espaço na cidade ganha destaque.

Neste contexto, o turismo será compreendido como atividade econômica possibilitadora de desenvolvimento local, quando pensada pelo Estado. Isso porque necessita, para o seu bom funcionamento, além da infraestrutura turística (Meios de hospedagens, agências de turismo, bares, restaurantes, entre outros), da infraestrutura pública (Praças, parques, rede de transportes, segurança, saneamento, etc), que é utilizada prioritariamente, mas não exclusivamente, pelos moradores locais.

De acordo com Solha e Ruschmann (2006) as preocupações com a elaboração de políticas para o turismo só surgem quando este adquire importância econômica ou quando apresenta impactos negativos visíveis ao meio. Considera essencial que a política de turismo prime pela proteção dos interesses da coletividade, enfocando as comunidades receptoras.

O processo metodológico seguiu uma abordagem qualiquantitativa, envolvendo além de revisão da literatura, a pesquisa de campo, realizada nos anos de 2014 e 2016, respectivamente e a construção cartográfica. A revisão da literatura sobre as categorias Espaço público de lazer, turismo e sociedade, objetivou verificar o estágio teórico em que

o assunto se encontrava, além de levantar as suas novas abordagens. (MICHEL, 2015). As entrevistas com os visitantes da Orla Portal da Amazônia foram realizadas em duas etapas. A primeira ocorreu no ano de 2014, na qual foram eleitos quatro dias alternados, a fim de contemplar o meio e o fim de semana. No ano de 2016, a estratégia utilizada foi a mesma. Neste período, 200² pessoas foram abordadas durante as suas atividades de lazer no espaço, com o objetivo de identificar os possíveis impactos desta nova orla no turismo e na cidade; bem como as principais atividades de lazer ali realizadas. Na ocasião, foi aplicado um formulário, contendo perguntas estruturadas.

Como estratégia metodológica para a coleta de informações, optou-se pelo critério de saturação, como forma de identificar o momento de encerramento das entrevistas.

A observação direta, realizando anotações no diário de campo, foi utilizada como instrumento complementar para as análises dos resultados, bem como o registro fotográfico. Ambos foram realizados paralelamente à coleta de informações, utilizando além dos dias específicos dedicados à pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A concepção de espaços públicos de lazer e turismo na cidade precisa ser pensada sob diversos aspectos: sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais, entre outros, a fim de melhor contemplar as necessidades de seus usuários, em termos de condições de acesso, permanência, uso e apropriação. No caso da nova Orla, por exemplo, muitas críticas foram apresentadas, revelando ser fruto de um projeto destoante da climática da cidade.

Foi identificado que, o espaço é muito procurado pelos moradores locais para a realização de práticas esportivas, como: O skatismo, ciclismo e patinação, além das caminhadas, merecendo portanto, uma maior atenção do poder público no que diz respeito a infraestrutura de acolhimento, incluindo aí um maior número de banheiros e áreas cobertas para proteger do sol e das frequentes chuvas.

Mesmo os entrevistados com baixa escolaridade, foram capazes de tecer críticas à concepção arquitetônica da orla, considerada uma cópia de calçadões existentes em outras cidades, dentre elas, foram citadas as cidades de Fortaleza e Rio de Janeiro.

Apesar das críticas realizadas pelos entrevistados, os resultados indicam uma boa aceitação e importância do espaço na composição urbana e turística da cidade.

As escolhas por espaços e tipos de lazer sofrem influência direta do contexto socioeconômico, no qual os sujeitos encontram-se inseridos. As formas de uso e apropriação estão diretamente relacionadas a questões como: nível de renda, distância existente entre o espaço e a residência, meio de transporte necessário para acesso, segurança, custo dos alimentos e bebidas comercializados no local, cobrança de taxas para acesso, entre outras. Neste sentido é possível inferir que a construção deste espaço tem possibilitado aos moradores dos bairros vizinhos melhores condições para a prática de atividades físicas como caminhadas e corridas, uma vez que a distância entre o local de residência e o espaço é apontada um fator favorável, que despertou o interesse desta demanda. Foi identificado

que os frequentadores do Portal da Amazônia são oriundos, em sua maioria, de bairros próximos.

Quanto aos principais reflexos deste espaço para o turismo, foi possível identificar que, há uma ampliação das possibilidades contemplativas da paisagem ribeirinha amazônica.

Há igualmente, um impacto na composição da centralidade na cidade, observa-se, atualmente, interesse crescente por parte dos agentes de mercado quanto à aquisição de solo às proximidades de espaços públicos situados na orla de Belém em decorrência da beleza paisagística e vantagens locacionais³. Com a Orla Portal da Amazônia não seria diferente.

CONCLUSÃO

É possível inferir que a Orla Portal da Amazônia tem favorecido o lazer dos moradores da cidade, servindo como ponto de encontro, especialmente aos fins de semana e feriados, às famílias e grupos de amigos que desejam a realização de práticas de lazer em um espaço mais amplo e livre dos perigos do trânsito. Este espaço revela-se propiciador de convivências entre pessoas de diferentes bairros, cidades e níveis socioculturais.

Foi observada uma intensificação contínua do fluxo de pessoas e veículos nesta Orla em busca de práticas de esporte e lazer semanal.

Convém salientar que o trabalho se propôs a discutir os principais reflexos do espaço público Orla Portal da Amazônia para o lazer e turismo na cidade de Belém indicando dentre os seus principais resultados, impactos na sociabilidade, embelezamento urbano, diversificação da oferta turística e papel de centralidade.

REFERÊNCIAS

DELGADO, Manuel (2007). **La ciudad mentirosa: Fraude y miséria del “modelo Barcelona”**. Madrid: Catarata, 2007.

FRANÇA, J.P. **Espaços públicos de lazer e cidade: Desdobramentos em Belém-PA, o caso Orla Portal da Amazônia**. Tese de doutorado. São Carlos: USP, 2018. 362 p.

MICHEL, Maria Helena. **Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais: Um guia prático para acompanhamento da disciplina e elaboração de trabalhos monográficos**. SP: Atlas, 2015.

PONTES, Juliano Pamplona Ximenes. **Cidade e Água no Estuário Guajarinó**. RJ: Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

SOLHA, Karina T., RUSCHMANN, Doris. **Planejamento turístico**. SP: Manole, 2006.

TRINDADE JR., Saint Clair; AMARAL, Márcio Douglas Brito Amaral. Reabilitação urbana na Área Central de Belém-Pa: **Concepções e tendências de Políticas Urbanas Emergentes**. Revista Paranaense de Desenvolvimento. Curitiba, n.111, p.73-103, jul/dez.2006.

³ A abertura de espaços em sintonia com o ideário de “Janelas para O Rio” na cidade de Belém do Pará tem apresentado uma lógica de atração de interesses da iniciativa privada, em busca de oportunidades para atuar

CIBERMUSEOLOGIA NA REGIÕES NORTE E NORDESTE: Características e estratégias de difusão do patrimônio cultural em museus pela plataforma colaborativa “MuseusBr”.

Conceição de Maria Belfort de Carvalho¹

Donny Wallesson dos Santos²

Maurício José Morais Costa³

INTRODUÇÃO

Os museus são considerados espaços consagrados de preservação de múltiplos artefatos de valores distintos, das mais diversas naturezas e, em medida, acompanham as transformações da sociedade nas formas de difundir seus acervos para a população. No âmbito da sociedade da informação e dos avanços tecnológicos comunicacionais de estreitamento das distâncias entre usuários e bens culturais, tais aparelhos se utilizam cada vez mais de recursos tecnológicos e digitais para satisfazer as necessidades de seus usuários e, sobretudo de seus novos públicos (CASTELLS, 2009; FERRERA, 2017).

Em consoante, nota-se que existe estreita relação dos museus com as culturas digitais, por meio da observância de um cenário de difusão virtual, com maciça presença dessas instituições no ciberespaço. Leshchenko (2015) sinaliza o alcance da dimensão digital dos museus e de seus objetos salvaguardados em maneiras distintas, seja no aspecto comunicacional e até mesmo no interativo, haja vista que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), aliadas às propostas inovadoras de experiências turísticas dos museus contemporâneos, possibilitam a qualquer pessoa, em qualquer lugar do mundo, visitar e experienciar exposições de determinado local geograficamente inacessível.

Nesse sentido, Magaldi, Brulon e Sanches (2018) colocam a Cibermuseologia como uma das práticas do campo da Museologia que melhor se adequa às necessidades de reinvenção dos seus meios de difusão e acesso para seu novo público. Para os autores, sua concepção ainda está em expansão, respondendo diretamente às exigências do mundo cada vez mais digital, tecnológico e conectado. Seu principal revés para o campo disciplinar da Museologia, se dá pela inerente interdisciplinaridade de sua prática, dinamizando o diálogo das ações e produções museais com áreas distintas do saber, desde sistemas de realidade virtual que reinventam a experiência de visita, à poderosas máquinas de processamento digital de objetos tridimensionais que remodelam as definições de preservação e democratização do acervo.

Dentre os recursos tecnológicos e digitais existentes, a Internet se apresenta como o mais

1 Doutora e Linguística e Língua Portuguesa (UNESP). Mestre em Estudos Literários (UNESP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade. Professora Adjunta do Departamento de Turismo da Universidade Federal do Maranhão. Líder do Grupo de Estudo e Pesquisas sobre Patrimônio Cultural. cbelfort@globo.com.

2 Mestrando em Cultura e Sociedade. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Maranhão (FAPEMA). dws87@outlook.com.

3 Mestrando em Cultura e Sociedade. Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC). mauricio.jmc@outlook.com.

acessível desde meados dos anos 2000 e, aproximadamente uma década depois, pode ser facilmente utilizada por meio de dispositivos diversos: *notebooks*, *smartphones*, *tablets*, dentre outros. Nessa premissa, consoante às mudanças sociais, as instituições passam a fazer uso de recursos disponíveis na *Web*, como *sites*, *blogs* e redes sociais em resposta à urgente conectividade cada vez mais intrínseca, salvo as devidas proporções, ao cotidiano social em suas instâncias diversas: da sociedade civil ao Estado.

Outrossim, com as políticas públicas não seria diferente. A plataforma digital “MuseusBr” surge como resultante da Política Nacional de Museus (PNM). Criada em 2015, institui a Rede Nacional de Identificação de Museus que, por sua vez, constrói o Cadastro Nacional de Museus, uma ferramenta *online* de monitoramento e mapeamento dos museus no Brasil e das políticas públicas específicas para esse segmento.

Assim, este estudo objetiva apresentar a concepção de Cibermuseologia aplicada como categoria de operacionalização para a pesquisa científica museológica acerca da difusão dos museus na *Web*, elencando as principais ferramentas e estratégias de difusão, catalogação, difusão, compartilhamento, acesso e interação com usuários. Acredita-se no potencial da Internet e das redes sociais como mecanismos de fomento à democratização dos bens culturais disponíveis nos museus da Regiões Norte e Nordeste para todo o Brasil.

METODOLOGIA

Este trabalho se desenvolve na linha de pesquisa “Museus e Cibermuseologia” no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Patrimônio Cultural (GEPPaC), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCult) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). De natureza exploratória e descritiva, com abordagem qualitativa e quantitativa, trata-se de uma pesquisa operacionalizada, mediante a coleta de dados na *Web*, especificamente na plataforma “MuseusBr”, que, a partir de categorias previamente definidas, esboçará um quadro quantitativo geral da difusão digital dos museus nas regiões elencadas (Norte e Nordeste), além de suporte bibliográfico e documental para subsidiar a análise qualitativa dos dados (PRODANOV; FREITAS, 2013).

A pesquisa está dividida em 06 (seis) etapas: 1) Elaboração de protocolo de levantamento de dados da plataforma “MuseusBr”; 2) Aplicação do protocolo em recorte para a Regiões Norte e Nordeste; 3) Tratamento, Organização e Análise de dados coletados das Regiões Norte e Nordeste; 4) Replicação do protocolo e análise de dados para as demais regiões do Brasil; 5) Elaboração de quadro panóptico com dados de todas as regiões do país e; 6) Estudos comparativos dos dados entre as regiões do Brasil.

O universo da pesquisa corresponde aos museus cadastrados na plataforma “MuseusBr”. A amostra, nesta segunda etapa, compreende aqueles pertencentes à Regiões Norte e Nordeste, totalizando 16 (dezesesseis) estados. A fim de relatar dados com maior rigor científico, será aplicada a ferramenta “resultados verificados”, por meio de filtro disponível no próprio *site*, que exhibe somente os cadastros com comprovação de existência verificada pela plataforma.

Acerca do protocolo de coleta de dados, elencou-se categorias consideradas relevantes para operacionalização do conceito de Cibermuseologia, a partir dos estudos de Costa (2018), Magaldi, Brulon e Sanches (2018), a saber: 1) cidades e distribuições regionais em cada Estado; 2) tipologias de acervo dos museus; 3) transparência dos recursos financeiros; 4) plataformas digitais disponíveis na *Web* (*sites*, redes sociais, *blogs*, *e-mail* etc.); 5) disponibilização de material *online* (projetos, acervos, catálogos, ferramentas digitais etc.) e; 6) alcance virtual de usuários.

A análise de dados consistirá na interrelação dos resultados alcançados com as políticas públicas voltadas para os museus, fazendo interface com as políticas federais, estaduais e municipais, bem como suas relações com o turismo e o patrimônio cultural, por meio das concepções trazidas pela moldura teórica proposta pela Cibermuseologia, a fim de compreender as variáveis que permeiam o contexto social investigado (CARDANO, 2017).

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Explana-se a primeira e segunda etapas da linha de pesquisa sobre “Museus e Cibermuseologia”, que visa discutir as concepções de experiências e estratégias de difusão dos museus no ciberespaço mediante as possibilidades de interlocução entre Cultura, Turismo, Patrimônio e Tecnologias Digitais. Nesse sentido, opta-se pela plataforma “MuseusBr” como primeiro campo de coleta de dados pelo seu caráter pioneiro no mapeamento nacional de museus do Brasil.

Fundamentada na política de dados abertos para inserção, recuperação e acesso de dados, no intuito de democratizar a informação e promover transparência dos investimentos públicos e privados no campo museológico, a plataforma apresenta uma planilha robusta de dados complexos que podem ser filtrados e analisados separadamente, de acordo com os objetivos previstos (MUSEUSBR, 2019).

Assim, preliminarmente, a pesquisa mapeou e obteve dados de cerca de 1283 museus cadastrados e verificados pela plataforma. Em virtude da inserção de dados de maneira colaborativa, as informações são fornecidas pelas instituições, variando o total de museus em cada categoria. Em relação à situação de funcionamento, foram encontrados 1261 (100%) museus, dos quais 1130 (89,6%) encontram-se abertos, 97 (7,7%) fechados e 34 (2,6%) estão em fase de implantação.

No tocante à grande esfera mantenedora dos museus, opta-se pelas categorias de pública e privada. A primeira responsável por 755 (69%) instituições e a segunda por 337 (31%), de um total de 1092 (100%) respostas encontradas. Ocorre ainda a subdivisão em tipos de esfera, a partir de um total de 916 (100%), com os seguintes resultados: a) Federal: 157 (17,1%); b) Estadual: 268 (29,2%); c) Distrital: 0 (0%); d) Municipal: 328 (35,8%); e) Associação: 24 (2,62%); f) Empresa: 6 (0,6%); g) Fundação: 10 (1,09%); h) Particular: 17 (1,85%); i) Religiosa: 10 (1,09%); j) Mista: 1 (0,1%); l) Entidade Sindical: 1 (0,1%); m) Outra: 94 (10,2%).

Em virtude de a coleta de dados estar em processo, a análise dos dados não corresponde ainda à totalidade amostral pesquisada. Não obstante, nota-se um evidente alinhamento dos museus das regiões Norte e Nordeste com as práticas da Cibermuseologia, tomando por base os resultados encontrados nos estudos de Costa (2018), Magaldi, Brulon e Sanches (2018). A utilização dos recursos *online* se apresenta como importante ferramenta de democratização do patrimônio cultural presente nos acervos, haja vista a proximidade dos meios de acesso aos bens culturais presentes nos museus com o cotidiano digital das pessoas (COSTA, 2018). Sua existência material e virtual possibilita novas experiências do usuário, dilatando o conceito de espaço para dimensões cibernéticas e promovendo formas de usufruto sensorial e expressão do patrimônio cultural de maneiras distintas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os impactos da sociedade da informação nas formas de acessar e usufruir dos bens culturais existentes nos acervos museais se apresentam de maneiras distintas, sendo o uso de ferramentas *online* um de seus principais expoentes. Nota-se que as TIC se aliam à dinâmica dos museus, pela sua necessidade de acompanhar as mudanças no contexto social e nas exigências oriundas da extrema conectividade presente no novo século, transformando as experiências de visita a esses espaços.

Nesse cenário, a ideia de patrimônio cultural como algo longínquo e inalcançável, que sequer pode ser tocado pelo visitante, dá lugar a experiências sensoriais diferenciadas, de imersão e acesso cada vez mais facilitados pelos recursos digitais das novas tecnologias. Tal reinvenção, é fundamental para o contínuo consumo e, possível, reconhecimento identitário da população com sua história e memória. Por sua vez, a Cibermuseologia se reforça enquanto uma das principais práticas da Museologia para a ressignificação necessária dessas instituições, estabelecendo um diálogo direto entre práticas tradicionais e contemporâneas de usufruto dos bens culturais, seja da experiência turística ou do visitante local, não em caráter de exceção excludente, mas sim de complementação favorável à experiência do sujeito.

Nesse sentido, a plataforma “MuseusBr” se apresenta como importante campo de pesquisa para a Cibermuseologia no Brasil, não somente pela reunião de dados fundamentais para o entendimento desse cenário, mas sim enquanto ferramenta aberta, pública e colaborativa de difusão da produção museológica do país, apontando a necessidade de novos estudos das inúmeras variáveis disponíveis na plataforma, bem como alcançar possíveis instituições que ainda não tenham se inserido no mundo digital.

REFERÊNCIAS

- CARDANO, M. **Manual de Pesquisa Qualitativa**: a contribuição da teoria da argumentação. Tradução: Elisabeth Rosa Conill. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2017. (Coleção Sociologia).
- CASTELLS, M A **sociedade em rede**. 6. ed. ver. atual. São Paulo: Paz e Terra, 2009. 630 p.

COSTA, L. F. da. O estatuto científico da Museologia e sua relação com o Turismo pelos estudos de público dos museus. **Revista Iberoamericana de Turismo – RITUR**, Penedo, v. 8, n. 4, set. 2018, p. 69-95.

LESHCHENKO, A. Digital Dimensions of the Museum: Dening Cybermuseumology's Subject of Study. **ICOFOM Study Series**, ISS, Paris, v. 43, p. 237-241, 2015.

MAGALDI, Monique B.; BRULON, Bruno; SANCHES, Marcela. Cibermuseologia: as diferentes definições de museus eletrônicos e a sua relação com o virtual. *In*: MAGALDI, Monique B.; BRIOO, Clóvis Carvalho (Org.). **Museus & museologia**: desafios de um campo interdisciplinar. Brasília: FCIUnB, 2018. p. 135-155.

MUSEUBR. **Rede Nacional de Identificação de Museus**. [Brasília, DF]: [s.n.], 2019. Disponível em: <<http://museus.cultura.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2019

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

A PARTICIPAÇÃO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO PARA A AMAZÔNIA: Breve reflexão.

Kassia Suelen da Silva Farias¹

Mirleide Chaar Bahia Brasil²

Vânia Lúcia Quadros Nascimento³

INTRODUÇÃO

A abordagem do turismo sob uma perspectiva exclusivamente economicista ainda é realidade, analisando-o sob um enfoque disciplinar. Uma vez que ele é uma atividade eminentemente econômica, que gera efeitos multiplicadores desde a oferta de serviço até a geração de emprego e renda. Porém, a se pensar como Pinto *et al* (2015), esse pensamento tem sido recentemente reexaminado, sob a ótica de diferentes disciplinas, as quais tentam diversificar a sua investigação, relacionando diferentes olhares e interpretações.

Nesse contexto, este estudo apresenta um debate sobre os processos participativos nas políticas públicas direcionadas para o turismo a partir de um prisma interdisciplinar. Toma-se a importância em destacar a indispensabilidade em compreender as políticas públicas de turismo na Amazônia sem considerar a complexidade que o envolve.

As políticas públicas de turismo na região Amazônica tem sido objeto de estudo de autores como Nascimento (2009, 2015), Nóbrega (2012) e Pinto (2016). Tais autores analisam os limites e a possibilidade de promover um desenvolvimento pautado nos anseios da participação e da criação de mecanismos democráticos. Os quais se instauram para as decisões políticas.

As percepções e análises sobre os fatores econômicos gerados pela atividade turística não são excluídas ao analisá-la sob o prisma das políticas pública. Mas, a tônica é entender as interações estabelecidas entre o mercado, as instituições, a sociedade, bem como as práticas sociais, culturais e de produção do espaço. Com base nisto, entende-se, nesse estudo, o turismo enquanto um fenômeno social.

No âmbito dessa discussão, é mister elucidar as reais diferenças onde as política de turismo estão submetidos, compreendendo a estrutura de distribuição do poder “de acordo com os lugares e momentos” que se investiga (BOURDIEU, 1996, p. 50). Por conseguinte, a discussão sobre a atividade turística permite entender as diferentes posições em que se

1 Dotoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo NAEA/ UFPA. Bacharel em Turismo pela Universidade Federal do Pará. E-mail: Kassiasfarias@mail.com.

2 Doutorado em Ciências: Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU), do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Professora/Pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido (PPGDSTU/NAEA/UFPA). E-mail: mirleidebahia@gmail.com

3 Doutorado em Desenvolvimento Socioambiental pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Planejamento do Desenvolvimento pelo Núcleo de Altos Estudos Amazônicos - NAEA/UFPA (2009). Professora Adjunta da UFPA Faculdade de Turismo do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. vaniaquadros.ufpa@gmail.com

encontram os agentes nela envolvidos. Bem como a validade da atuação deles no processo de tomada de decisão.

METODOLOGIA

A partir de uma perspectiva interdisciplinar, e buscando alcançar o objetivo proposto, realizou-se pesquisa bibliográfica, versando sobre Turismo, Políticas públicas e Participação. A análise foi realizada tomando-se como referência a Teoria de Sociedade em Redes (CASTELLS, 2005). Nesse entendimento, os assuntos abordados apresentam sinergia, pois relacionam-se aos mecanismos criados pela sociedade para a maior participação nas Políticas Públicas de Turismo, a partir de uma maior articulação da sociedade em rede.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A expansão do turismo no mundo deve-se, sobretudo, ao aumento da informação e da comunicação, que marcam o período técnico-científico-informacional. Assim, compreender o turismo interligado às decisões políticas requer um esforço teórico que elucidie as redes em que ele se insere, o contexto político e social no qual as decisões são tomadas, os agentes que se articulam e, por consequência, as ações políticas (ou não) que são desenvolvidas para o turismo.

Nesse sentido, o planejamento é entendido como uma ação política, que estabelece um conjunto de processos, de modo intenso ou não, que afeta um conjunto de pessoas, “[...] que são, em última instância, o objeto do planejamento” (DIAS, 2003, p. 93). Em suma, tais pessoas são tanto agentes quanto beneficiárias do processo de planejamento. E tanto influenciam quanto são influenciadas por ele, dependendo de como elas exercem o seu direito e possibilidade de participação.

Rua (1998, p. 1) define a política como “um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam relações de poder e que se destinam a resolução pacífica dos conflitos quanto aos bens públicos”. Debates na sociologia e na economia institucional tem ampliado esse conceito para a importância da condução compartilhada na política, compreendendo-a, não simplesmente como um processo exclusivo da hierarquia governamental e administrativa. Mas, consoante a Schneider (2005), envolvida em redes, nas quais as organizações públicas e privadas se relacionam e cooperam no processo de produção política.

No âmbito da participação cidadã, considerando-se o disposto por Gohn (2004) e Castells (2004), encontram-se elementos que demonstram demandas específicas dos grupos sociais. Estes se expressam pela sua particularidade e se interligam a contextos diversificados e mais amplos. De outro modo, extrapolando as especificidades do local a um contexto global, haja vista a própria exigência da globalização de articular em redes – nacionais e transnacionais não caracterizando as organizações em um plano local.

A consolidação de processos participativos tem sido realizada a partir de arranjos institucionais. Estes integram, necessariamente, organizações civis e movimentos populares nas discussões e nas pautas de processos decisórios. Cita-se, como exemplo, o orçamento

participativo, os conselhos e os fóruns municipais, distritais ou regionais.

O processo de mudança na estrutura de participação tem uma forte elasticidade quando há vontade política, pois é capaz de estimular, ou não, a partir dos seus instrumentos legais, a participação de diferentes agentes sociais nos processos decisórios. Como, também, o fortalecimento desse protagonismo na “coisa” pública (GOHN, 2004). Por esse motivo, à medida que há maior participação e envolvimento da sociedade na elaboração, implementação e, até mesmo, na avaliação das políticas dirigidas por seus governantes, eleva-se o processo de boa governança.

Os mecanismos utilizados para a participação não findam em estruturas institucionalizadas. Mas se estabelecem, principalmente, a partir da criação de canais interativos que refletem o processo social de representação diversificada. No que se refere aos instrumentos que têm sido utilizados para ampliar os processos participativos nas políticas de turismo, destaque, conforme Brasil (2007), para a criação dos Conselhos e Fóruns iniciados com o Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT), em 1994, e atualizadas com o Programa de Regionalização do Turismo (PRT), em 2004.

O fortalecimento do protagonismo da cadeia produtiva do turismo em âmbito regional e local se configurou em uma possibilidade de incluir, de modo ativo, diferentes agentes no processo de gestão descentralizada das políticas de Turismo. No entanto, o envolvimento dos diversos atores da cadeia produtiva do turismo de maneira participativa é uma prática que ainda apresenta distorções. Isto, pois, vivencia-se na sociedade brasileira decisões públicas ainda enraizadas em uma história de práticas extremamente centralizadoras, marcadas por processos de dominação (político-econômico e sociais) e conflitos sociais.

Assim, o exercício da cidadania e da participação no Brasil é um grande desafio que tem sido conquistado a passos lentos, mas gradativos. Há nessa arena, uma forte diferença entre os espaços deliberativos e consultivos, embora ambos almejem a participação cidadão na esfera pública. Isto, pois, o primeiro é constituído da capacidade de questionar e opinar sobre o interesse de todos, enquanto o segundo é destituído dessa autonomia, ficando por vezes, restrito à lógica do Estado.

A se pensar de acordo com Teixeira (2002), a participação cidadã nas decisões políticas é bastante limitada, seja na elaboração de propostas, na implementação e no acompanhamento, pois é raro ao cidadão participar de todas. Porém, a participação não se restringe a esse mecanismo. Outras modalidades são decisivas para a ampliação da participação cidadã, tais como o debate público, a cobrança de prestação de contas dos agentes políticos (*accountability*) e a responsabilização deles por seus atos irregulares que se desviam do objetivo público.

É uma questão que deve ser, a todo o momento, reforçada, para que se determinem os limites entre o que é o espaço de articulação social (espaço público) e como as suas decisões alcançam a esfera pública. Portanto, não há como pensar em um processo “deliberativo (democráticos e participativos) sem cidadãos em condições de deliberar em esferas predominantemente argumentativas” (NOGUEIRA, 2011, p. 156). Isto é, se esses processos não ganham espaços na esfera pública, a participação fica comprometida.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Coordenação Geral de Regionalização. **Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Ação Municipal para a Regionalização do Turismo**. Brasília, DF: Ministério do Turismo, 2007.
- BOURDIEU, P. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas, SP: Papirus, 1996
- DIAS, R. **Planejamento do turismo: política e desenvolvimento do turismo no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2003.
- GOHN, M. G. Os conselhos municipais e a gestão urbana. In: SANTOS JUNIOR, O. A.; RIBEIRO, L. C. Q.; AZEVEDO, S. (Org). **Governança democrática e poder local: a experiência dos conselhos municipais no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan, Fase, 2004. p. 57-94.
- NASCIMENTO, V. L. Políticas Públicas de ecoturismo e participação: a trajetória do PROECOTUR no Poló Belém/Costa Atlântica. 2009. 212 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2009.
- _____. Políticas públicas de turismo na Amazônia brasileira: sua ascensão às agendas do Amazonas e do Pará. 2015. 415 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2015.
- NÓBREGA, W. R. M. Turismo e políticas públicas na Amazônia brasileira: instâncias de governança e desenvolvimento nos municípios de Santarém e Belterra, oeste do estado do Pará, 2012. Tese (Doutorado em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental) - Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Belém, 2012.
- NOGUEIRA, M. A. **Um Estado para uma sociedade civil: temas éticos e políticos da gestão democrática**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- PINTO, P. M.; SIMONIAN, L. T. L.; MONTEIRO, M. A. El turismo como núcleo de estudio interdisciplinario: [Re]construcción de los procedimientos y adecuaciones metodológicas. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 24, p. 450-469, 2015. Não identifiquei no texto. Sugiro retirar.
- PINTO, P. M. **Políticas públicas de turismo na Pan-Amazônia: processos de gestão local em áreas protegidas na tríplice fronteira do Brasil, Colômbia e Peru**. 2016. 424 f. Tese (Doutorado) Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Belém, 2016.
- RUA, M. G. Análise de políticas: conceitos básicos. In: RUA, M. G.; VALADÃO, M. I. **O estudo da política: temas selecionados**. Brasília, DF: Paralelo 15, 1998.
- SCHNEIDER, V. Redes de políticas públicas e a condução de sociedades complexas. **Revista Civitas**, Porto Alegre, v. 5, n. 1, p. 29-58, jan.-jun. 2005.
- TEIXEIRA, E. C. **O local e o global: limites e desafios da participação cidadã**. 3. ed. São Paulo: Cortez; Recife: EQUIP; Salvador: UFBA, 2002.

OS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA PARA COMPREENDER A FORMAÇÃO DE ESPAÇOS TURISTICOS NA REGIÃO INSULAR DE BELEM - PARA.

Ágila Flaviana Alves Chaves Rodrigues¹

INTRODUÇÃO

Os aspectos naturais e culturais das ilhas de Belém são reiteradamente reproduzidos na mídia local e em revistas especializadas de viagens, projetando-se imagens de interesse ao turista. A ilha do Combu, localizada na parte sul da cidade, atrelada à economia urbana do restante da cidade, há uma adequação à modernidade com forte tendência à segmentação.

A teoria dos circuitos da economia de Santos (2004) auxilia na análise das relações existentes entre os agentes econômicos, que se apropriam de maneira diferenciada da tecnologia, da informação e das políticas organizacionais de distribuição em determinado território. Criada na década de 1970, essa teoria vem apresentando uma série de atualizações, destacando-se em termos gerais, dentro da perspectiva aqui analisada, os trabalhos de Silveira (2004), Bicudo (2006), Montenegro (2011), sendo possível tentar adaptá-la aos estudos da organização espacial e produtiva do turismo, por sua capacidade de impingir transformações diretas em pelo menos três porções do espaço geográfico: os polos emissores de fluxos, os espaços de deslocamento e os núcleos receptores de turistas.

Sistematizou-se dados qualitativos levantados e analisados à luz do referencial teórico, tendo por base a interpretação da vida cotidiana e as relações mantidas entre os circuitos da economia urbana dentro da particularidade do turismo. As principais fontes foram: a) observação sistemática da paisagem insular, durante o primeiro e o segundo semestre de 2017; b) entrevistas semiestruturadas; c) aplicação de formulários com o auxílio da netnografia; d) por fim, a coleta de dados secundários originados de fontes como *revistas*, recortes de jornais, dissertações, teses e páginas virtuais de notícias. Dessa maneira, o conjunto imbricado de relações várzea-rio-floresta encontrado na Ilha do Combu vem sofrendo uma série de mudanças ocasionadas pela tentativa de desenvolvimento da atividade turística no local.

A TEORIA DOS CIRCUITOS DA ECONOMIA URBANA E SUAS ATUALIZAÇÕES NA PERSPECTIVA DO TURISMO EM BELÉM

Os circuitos se apresentam em diversos grupos de uma sociedade, podendo ser representados por instituições financeiras, pelo Estado, pela família, pela indústria, comércio e empresas. O circuito superior é o espaço das minorias economicamente privilegiadas e institucionalizadas, dos proprietários dos meios de produção, dos controladores dos processos produtivos e da acumulação do capital.

Envolve alta tecnologia, publicidade e propaganda, bem como estimula o consumo.

¹ Turismóloga (UFPA), doutoranda e mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico úmido (PPGDSTU) no Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA/UFPA). Pesquisadora do Grupo de Pesquisas em Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia (GEOURBAM/UFPA) Email: agflaviana@gmail.com

O turismo pode ser facilmente reconhecido nesse circuito por ser um fenômeno primordialmente inserido nas dinâmicas globais, mediadas por processos sociais, técnicas e racionalidades articuladas por redes de serviços de apoio e infraestruturas interligadas, como redes de hotéis, restaurantes, de agências de viagem, de operadoras turísticas, de empresas de transporte e de *marketing*. As tecnologias geralmente são estrangeiras, semelhantes e de alto padrão. Em um hotel de rede ou em uma companhia aérea internacional, por exemplo, encontra-se um elevado capital intensivo e uma dependência direta dos escritórios locais aos escritórios centrais localizados nos países desenvolvidos.

O circuito inferior é representado pelo conjunto de indivíduos que vivem basicamente da sua força de trabalho, sem a utilização intensiva do capital, cujas vendas em pequena escala, o comércio e a prestação de serviços menos modernos e com pouca tecnologia, compõem a base da economia. É representado “pelas atividades da população pobre, possuindo diferentes formas de organização – micro empresas pouco capitalizadas, que podem ser individuais ou familiares, prestadores de pequenos serviços, pequenos comércios, pequenos negócios domésticos, vendedores ambulantes etc” (MONTENEGRO, 2011, p. 2). Acredita-se que, de acordo com o nível de densidade dos fixos e fluxos, possibilidades de existência e permanência para as atividades do turismo no circuito inferior podem ser criadas, prevalecendo a presença de atividades mais tradicionais, como o pequeno comércio de serviços artesanais, alimentício e de lazer.

Na Ilha do Combu ainda predominam as atividades pertencentes ao circuito inferior, caracterizadas pela presença do emprego familiar, pelos pequenos comerciantes que atendem a certas normas legais, empresariais e trabalhistas, e pela existência de comércios e serviços informais (Quadro 01).

Quadro 01 - Combu: os circuitos superior, superior marginal, inferior e a perspectiva do turismo

Circuitos economia	Características	Agentes	Tipologia serviços	Vendas	Consumidores	Fomas de aquisição
Circuito Superior	Estruturas burocráticas; mão de obra reduzida; Trabalho assalariado (em alguns casos com participação nos lucros); hierarquia pouco flexível ou inflexível; preços fixos; atividades são concebidas em escritórios centrais; conexão com grandes agências de publicidade, promoção de eventos, grandes operações logísticas, consultorias especializadas em pesquisa mercadológica junto ao consumidor; conexões com o sistema financeiro.	Redes de hotéis; franqueadoras; grandes agência de viagens; operadoras turísticas.	Concepção e design modernos, com marketing desenvolvidas sob o domínio de um núcleo central. A execução dos serviços geralmente é realizada por filiais, franquias e ou bandeiras instaladas nas regiões de interesse.	Exec. por grandes operadoras turísticas, por meio de sistemas de informação (reservas on-line), pontos de vendas próprios ou autorizados dentro da instalação local.	Classe média alta; turistas nacionais e internacionais; funcionários de grandes empresas com negócios em determinada região.	Vários níveis de negociação e fomas burocráticas de crédito: cartões de crédito, venda a prazo para empresas previamente cadastradas, por vezes em dinheiro líquido (desde que o pagamento seja realizado antes do consumo).

Circuito Superior Marginal	Estruturas burocráticas; trabalho assalariado; hierarquia mais flexível; preços fixos (possibilidade de negociação); atividades planejadas em escritórios locais; conexão com empresas das regiões onde se instalam: gráficas, escritórios contábeis, agências de publicidade, promotoras de eventos, locadoras de veículos, telemarketing etc ; menor volume de serviços; dependência dos períodos de sazonalidade ; conexões com o sistema financeiro.	Hotéis de pequeno e médio porte; Agências de receptivo turístico; Agências franqueadas.	Oferecem serviços de acordo com a necessidade das grandes redes que dominam o mercado. Possuem liberdade para criar seus próprios pacotes e roteiros.	Executado por escritórios e sedes das empresas, localizadas em sua maioria em bairros centrais, por meio de vendas diretas ou por sistemas de informação (reservas on-line).	Redes e operadoras; franqueadora; turistas nacionais e internacionais ; clientes de classe média alta.	Vários níveis de negociação e formas burocráticas de crédito: cartões de crédito, venda a prazo para empresas previamente cadastradas, por vezes em dinheiro líquido (desde que o pagamento seja realizado antes do consumo).
Circuito Inferior	Estruturas pretéritas; capital reduzido; trabalho intensivo ; salário não obrigatório; estoques reduzidos e de qualidade inferior; preços negociáveis; publicidade reduzida; adaptação e reutilização frequente dos bens.	Donos de restaurante; produtor agroextrativista; artesão; Condutor embarcação condutor trilha; trabalhador: cozinheiros, garçons, garçonetes, auxiliares de serviços gerais, condutores de trilhas, apanhadores de frutos, vendedores de artesanato.	Oferece produtos e serviços diversos, com baixa qualificação Mão de obra familiar e/ou de vizinhos para a execução das atividades de produção. Critérios próprios de comercialização e subcontratação.	Executado pelos próprios comerciantes, produtores rurais e condutores de trilhas e embarcações, com pontos de venda localizados dentro da própria Ilha e no porto da praça Princesa Isabel.	Visitantes locais; turistas individuais ou grupos nacionais e internacionais.	Dinheiro líquido ; Cartões de crédito ; venda a prazo ("fiado" ainda acontece, principalmente quando tratam-se de pessoas conhecidas ou quando acesso a tecnologia se torna limitado por adversidades no uso de energia elétrica ou no sinal de telefonia.

Fonte: Elaboração própria com base em Santos (2008), Silveira (2004) e no trabalho de campo realizado de julho a janeiro de 2018.

Os representantes do circuito superior marginal são os principais responsáveis pelo encadeamento atual da atividade turística na Ilha do Combu. São esses agentes que conectam diretamente o visitante com os serviços turísticos e de lazer prestados na Ilha. O espaço é (re)configurado de acordo com o percurso das embarcações pertencentes ou terceirizadas por essas empresas, criando uma relação de dependência econômica direta entre os comércios do circuito inferior com os agentes do circuito superior marginal.

Essas pequenas empresas expressam conteúdos próprios de trabalho, o que reforça seu caráter marginal. Primeiro, o trabalho acontece em menor proporção, se comparado ao circuito superior, preso nos contextos locais. Dentre as agências que atuam no Combu, somente a Valeverde Turismo possui mais de uma loja, atuação internacional e frota expressiva de meios de transporte para atendimento ao turista; nesses espaços concentram-se toda a gestão e as vendas dos serviços turísticos. Segundo, o trabalho se realiza sob

limitada modernização tecnológica, operando em unidades residenciais ou em ambientes reduzidos com poucos cômodos. Destaca-se ainda a Amazon Star Turismo, que possui meios de transporte próprios para a condução dos grupos, e a Rocha Turismo, por sua atuação com grupos internacionais, localização e estrutura mais privilegiada em edifício comercial em um bairro nobre da cidade. Terceiro, o capital disponível não se sobressai sobre a questão do trabalho. Nesses estabelecimentos o acúmulo de funções e de cargos é muito comum entre os trabalhadores, sendo possível encontrar o proprietário realizando atividades jurídicas, financeiras e de atendimento.

A atuação governamental em prol do circuito superior marginal ocorre por meio de projetos e ações que prestam assistência técnica e informacional específica. Quanto a isso, tem-se como referência a elaboração da Rota Turística Belém-Bragança em 2014, e da Rota Gastronômica da Comida Ribeirinha em 2017. As agências de receptivo turístico podem contar também com recursos e acesso à informação por meio de revistas especializadas, como o Panrotas. Em nível local, a ABAV-PA assume papel atuante na circulação de informações, responsável por publicar a revista “Receptivo Pará”. Conforme Bicudo (2006), esses canais de propaganda reforçam os círculos de cooperação informacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O turismo, ao se interpor analiticamente entre os dois circuitos da economia urbana, aparece inserido na divisão da produção de bens materiais, que podem ser encontrados no circuito inferior e por meio da circulação de bens imateriais, como o patrimônio cultural (culinária, arte, festas, a história) e as diversas formas de uso da natureza (apoderamento de conhecimentos, inovações e práticas detidas pelas comunidades tradicionais, que vão desde as formas de cultivo e extração, até o controle biológico) visualizados no circuito superior.

Por mais que novas relações da divisão social do trabalho sejam impostas e uma nova dinâmica de produção faça da Ilha do Combu um espaço turístico, isto é, ocorra apropriação de diferentes locais pela prática do turismo, as dimensões de trabalhos anteriores não são completamente extintas, permanecendo os movimentos que colidem com as diferentes formas de dominação do capital.

Conclui-se que, nas atividades turísticas e de lazer na Ilha do Combu, à luz dos circuitos da economia urbana de Santos (2008) e atualizados por diversos outros autores no decorrer dos anos, prevalecem os negócios do circuito inferior, de grau reduzido de tecnologia e de capital, de mão de obra familiar e, em alguns casos, não assalariada, de pouca organização, que adentram no circuito superior a partir da comercialização realizada pelos agentes do circuito superior marginal e por meio das ações do poder público.

REFERÊNCIAS

BICUDO JR., E. C. *O circuito superior marginal: produção de medicamentos e o território brasileiro*. 2006. 305 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Departamento

de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.

MONTENEGRO, M. R. *Globalização, trabalho e pobreza no Brasil metropolitano: o circuito inferior da economia urbana em São Paulo, Brasília, Fortaleza e Belém*. 2011. 303 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2004. (Coleção Milton Santos).

SILVEIRA, M. L. Os circuitos da economia urbana nas cidades brasileiras. In: Seminário Internacional da Rede Ibero-Americana de Investigadores sobre globalização e território. 8, 2004, Rio de Janeiro. *Anais...* Belo Horizonte: Seminário RII, 2004, p. 1-25.

**LA PATRIMONIALISATION DU MOUVEMENT
BEATNIK À TANGER:
Résistances d'une hétérotopie géopolitique.**

Anas Sanoussi, dite Ines Kara¹
Maria Gravari-Barbas²

Jusqu'aux années 2000, les stratégies de planifications touristiques étatiques au Maroc étaient éminemment politiques. Un tourisme orienté par un « Makhzen » unificateur et souverain de ses territoires avant tout, et aux ambitions néocapitalistes. Plusieurs travaux (Le Tellier et al., 2009 ; Tamsamani; Hillali, 1993) ont souligné l'impact de cette politique « touristique » postindépendance sur le recul de la destination de Tanger et son déclin après avoir été première destination du Maroc dans les années 1960. Les plans de développement se sont révélés contradictoires et fluctuants au gré des intérêts spéculatifs, et loin d'être adaptées à la spécificité du territoire tangérois. Il en découla, la floraison de l'économie informelle, une pollution de la baie de Tanger, une morphologie urbaine « accidentée », et d'autres problèmes urbains et sociodémographiques.

A la marge de ces politiques publiques, des flux touristiques attirés sur le territoire ancien Tangérois par une mémoire et l'imaginaire de la ville au temps de son statut international drainent l'espace central de la ville vieillissant et abandonné. Une mise en tourisme spontanée (aucune stratégie ou démarche concertée de la part des acteurs qui en constituent l'offre) se mettra en place sur le territoire historique de la ville redonnant de la valeur à des patrimoines locaux non protégés, voire détruits par les antennes du pouvoir central comme les legs de l'époque coloniale ou encore les lieux marquants de la mémoire des autochtones. Cette touristification connecte la ville au système monde par une dynamique culturelle et patrimoniale impulsée par des résidents étrangers (expatriés et résidents secondaires), par des étrangers de passage, réappropriés par la société civile qui se forme, accompagnées des alliances culturelles étrangères (français, américaine et espagnoles) et financées par des particuliers, mécènes et ONG. Dès la fin des années 90, plusieurs lieux culturels proposent des programmations culturelles attractives s'imposent sur le circuit touristique comme des points de transmission d'une histoire locale de la ville et de la restitution d'une mémoire oubliée. Leur public est composé à la fois de touristes mais également aux habitants de la ville. Nous avons montré au travers de notre travail de thèse (Sanoussi, 2017) que cette ville imaginée, vécue par des hypertouristes et matérialisée par des acteurs sous forme des productions spatiales et symboliques prend la forme d'un espace hétérotopique. Spatialement, elle se situe dans un espace interstitiel à l'accès conditionné

1 EIREST, Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne. Mail : ineskara99@gmail.com

2 EIREST, Université Paris 1 - Panthéon Sorbonne

et à l'effet libérateur ; rhétoriquement elle se présente comme un contre-discours. Dans nos entretiens avec les acteurs culturels locaux, les élans patrimoniaux sont souvent justifiés par un sentiment de revendication et de résistance : à des identités et des expressions hégémoniques qui menacent l'identité singulière Tangéroise ou de contestation ou de fuite à système capitalise. La référence à des artistes-résidents emblématiques de la ville, et particulièrement à Paul Bowles dans ces discours est prégnante. Il est le symbole convenu de ce mouvement littéraire de la Beat Génération qui se forgea à Tanger par l'écriture in situ d'œuvres littéraires phares comme le « Festin nu » de William Burroughs.

Dans les années 2000, lorsque le roi Mohamed 6 est intronisé, il prolonge la politique de Hassan II par rapport à libéralisation économique et à de privatisation des entreprises publiques, mais il décide d'intégrer les régions du Nord Marginalisée par Feu son père. Tanger cristallise de manière préférentielle les projets en raison de sa situation géostratégique et de son image à l'international. La volonté du pouvoir central de revitaliser l'image universelle de la ville de Tanger, et de redorer l'image d'une ville qui a été longtemps marginalisée et intégrée dans des réseaux d'économie souterraine se concrétise par la mise place une approche davantage globale et consensuelle pour la conception locale d'un projet urbain plus ou moins négocié entre les administrations locales de Tanger et la société civile représentée par deux grandes associations. Par ce mode de gouvernance inédit dans l'empire chérifien, le pouvoir central bénéficie d'un savoir-faire en termes de patrimonialisation locale et de l'insertion de l'association dans des réseaux transnationaux institutionnels. Plusieurs actions vont dans ce sens depuis les années 2000 : Des remises à niveau des infrastructures et des travaux de restauration dans la médina, un renforcement de la sécurité dans les quartiers centraux et des incitations auprès du secteur du privé pour sponsoriser plusieurs événements culturels en partenariat avec les acteurs institutionnels locaux des alliances étrangères. La composante culturelle est désormais adossée de manière affirmée aux projets urbains et touristiques à venir. Mais il s'agit bien d'une sélection de représentations et d'images, dans un imaginaire qui se veut appartenir à un régime spatiotemporel de l'hétérotopie. Il s'est agi, à la fois dans le projet TangerMétropole et dans la reconversion du port, d'intégrer un imaginaire aseptisé de ses composantes « underground » pour alimenter la ville néocapitaliste qui se met en place et promouvoir son image à l'international. L'hétérotopie devient homotopie, conforme aux attributs des villes globales contemporaines.

En première partie de la communication, nous exposerons les modalités et les « freins » de patrimonialisation à Tanger de la Beat Génération en tant que mouvement littéraire porté des figures d'artistes qui ont habité la ville. Nous interrogerons le rôle du manque d'ancrage matériel du mouvement initial sur le territoire et de ses créateurs ainsi que ses composantes originelles censurables dans la pérennité de la fonction hétérotopique de Tanger. Nous comparerons des exemples de patrimonialisation à Tanger et ailleurs pour identifier un modèle fécond, c'est à dire qui permette de conserver les images subversives et transgressive et/ ou qui permette la survivance d'expressions culturelles ou bannis et

censurées ou minoritaires.

En effet, la Beat Generation a été un thème tendance et fort exploité ces dernières années par de grandes institutions culturelles (centre Pompidou etc.). Il s'agira de montrer comment cette patrimonialisation est un phénomène au service d'une économie de l'enrichissement et d'un nouveau capitalisme (Boltanski et Esquerre, 2017). En revanche, l'exemple d'un festival « le colloque de Tanger » organisé en collaboration en 2013 entre les deux institutions le CIPM (Centre Internationale de Poésie de Marseille) et l'Institut français de Tanger, en écho à un colloque baptisé du même nom, qui a eu lieu en 1975, en référence aux deux créateurs de la technique du Cutup (W. Burroughs et B. Gysin), et déclencheurs du mouvement de la Beat Generation va nous permettre d'analyser l'étendue et la régénération de la culture Beatnik et sa capacité de régénération au travers diverses formes artistiques et travaux scientifiques. Audelà d'une vocation à commémorer le colloque précédent, le séjour et l'œuvre des auteurs beatniks, ce colloque qui s'est déroulé entre les ville de Marseille et de Tanger, a pour initiative d'ambitionner de provoquer de nouvelles opportunités afin de rendre à Tanger sa position de lieu d'échange intellectuel mondial

En effet, la contre-culture *beat* constitua une référence pour les mouvements contestataires à l'idéologie capitaliste qui se généralisait dans les sociétés occidentales modernes du XIXe siècle et aux valeurs morales de la bourgeoisie puritaine américaine. Présentés par leur éditeurs comme des réformateurs d'une « subversion du langage, et donc de notre économie et de notre politique » (Colloque de Tanger, Interview de Lemaire G G, 1975). Les beatniks qui furent d'abord considérés comme des voyageurs anticonformistes voués à la décadence et qui s'inscrivent dans un rite d'évitement (Amirou, 1995) par rapport aux sites et aux cultures visités. Le «Festin nu « fera un procès en obscénité en 1962, deux ans après sa parution. Aujourd'hui, son influence se mesure dans l'ensemble des champs de la pop culture, trouvant ses résonances chez Bowie, Cobain ou Cronenberg. Des travaux de recherche universitaires (Penot-Lacassagne, 2019) rappellent que les *beat* ont produit des contingents philosophiques et écologico-politiques signifiants, qu'il convient de mentionner dans la mesure où ils ont inspiré et continuent d'inspirer des récents courants d'étude tels que l'écocritique.

La deuxième partie de cette communication s'appliquera à mettre en évidence le rôle de la contre-culture beatnik dans les actions des acteurs Tangérois qui oeuvrent en faveur de la création artistique, de la production culturelle et de la sauvegarde du patrimoine naturel et culturel de la ville. Il s'agit également d'identifier des déclinaisons de ces actions dans le champ politique et culturel de l'échelle locale à l'échelle globale. Ainsi, nous mènerons des entretiens semi-directif avec des artistes (exemples de Umberto Pasti Abdellah Taia, Yto Berrada) qui revendiquent des positions de non-intégration à des systèmes hégémoniques et de résistance vivant à Tanger ou se saisissant de la ville comme objet de création, et qui entretiennent des

mouvements contestataires à une plus large échelle.

BIBLIOGRAPHIE

- Ann Charters. (2001). *Beat Down to Your Soul*, introduction Penguin Books.
- Augé M. (1992). *Non-lieux*, introduction à une anthropologie de la surmodernité, Paris, La Librairie du XX^e siècle, Seuil, 160 p.
- Avitabile A. (2005). *La mise en scène du projet urbain. Pour une structuration des démarches*, Paris, L'Harmattan.
- Bardin L. (1977). *L'analyse de contenu*, PUF.
- Berriane M, Sanaa N. (2011). En marge des grands chantiers touristiques mondialisés, l'émergence de territoires touristiques « informels » et leur connexion directe avec le système monde, Méditerranée, n° 116. [En ligne] : <http://mediterranee.revues.org/5437>
- Bonnet V, Kober M, Zekri K. (dir.). (2013). *Lire les villes marocaines*, Paris, L'Harmattan, Itinéraires.
- Bowles P. (1988). *Après toi le déluge*, trad. de l'anglais par Marie Viton, *Let it come down*, Paris, Gallimard.
- Burroughs W. (1989). *Interzone*, Paris, Christian Bourgois, 1991. Burroughs W. (1964). *Le Festin nu*, Paris, Gallimard, 148 p. Burroughs W, Brion G. (1976). *Colloque de Tanger*. Paris, Christian Bourgeois éditeur.
- Cahiers du Refuge. (2013). *Le Colloque à Tanger*, Marseille, Centre international de poésie.
- Castoriadis C. (1975), *L'institution imaginaire de la société*, Paris, Seuil.
- Chakor A. (2004). *Le Marketing territorial au service de la bonne gouvernance locale* », dans *Du gouvernement à la gouvernance : les leçons marocaines*, Actes du Colloque national organisé par l'Université Abdelmalek Saâdi, Faculté des Sciences juridiques, économiques et sociales, les 21 et 22 mars 2003 à Tanger, Rabat, Publications de la Revue Marocaine d'Audit et de Développement, série Management stratégique, p. 163-173.
- Finlayson I. (1993). *Tangier : City of the Dream*. London, Harper Collins.
- GravariBarbas M, Veschambre V. (2005). *S'inscrire dans le temps et s'approprier l'espace : enjeux de pérennisation d'un événement éphémère*, *Annales de géographie*, vol. 3, n° 643, p. 285-306.
- Hillali M. (2016). *Le passé et le présent de Tanger vus d'ici et d'ailleurs*, « Focus sur Tanger : là où l'Afrique et l'Europe se rencontrent », actes de la conférence, édités par Wippel A., Reifled et publiés par KonradAdenauerStiftung e.V.
- Hillali M. (1993). *Réflexion sur le tourisme et l'emploi touristique à Tanger*, dans Refass M. (dir.), *Tanger. Espace, économie, société*, Rabat, université Mohammed V, faculté des lettres et des sciences humaines / Tanger, université Abdelmalek EsSaâdi, école supérieure du roi Fahd de traduction, p. 53-66.
- Le Tellier J, Fathallah D, Amzil L. (2009). *La mobilité urbaine dans l'agglomération de Tanger : évolutions et perspectives, étude de cas, Plan Bleu*, Centre d'Activités Régionales, Sophia Antipolis.

- Peraldi M. (2007). Économies criminelles et mondes d'affaire à Tanger, *Cultures & Conflits*, n° 68, p. 111125.
- Penot-Lacassagne O.(dir.), *Beat Generation. L'inservitude volontaire*, Paris : CNRS éditions, 2018, 385 p., 2019MAI 2019 (VOLUME 20, NUMÉRO 5)
- Sanoussi A. (2017), Thèse de doctorat « Tanger entre imaginaire géographique et projet urbain », université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, EIREST
- Temsamani M. (1993). Le tourisme et son intégration dans le développement de l'espace tangerois, dans Refass M. (dir.), *Tanger. Espace, économie, société*, Rabat, université Mohammed V, faculté des lettres et des sciences Humaines / Tanger, université Abdelmalek EsSaâdi, Ecole supérieure du roi Fahd de traduction, p. 6779.
- Youssi A. (1992). Paul Bowles ou l'invité d'Allah, dans *Tanger. Espace imaginaire*, Rabat, université Mohammed V, faculté des lettres et des sciences humaines / Tanger, université Abdelmalek EsSaâdi, école supérieure du roi Fahd de traduction, p. 4354.

QUELLES STRATÉGIES RENDENT COMPATIBLES LES ENJEUX DE LA CONSERVATION DE LA NATURE ET DE LA CROISSANCE ÉCONOMIQUE DES AIRES PROTÉGÉES?

Exemple du parc national El Kala, Algérie.

Imene Diaf¹

RÉSUMÉ

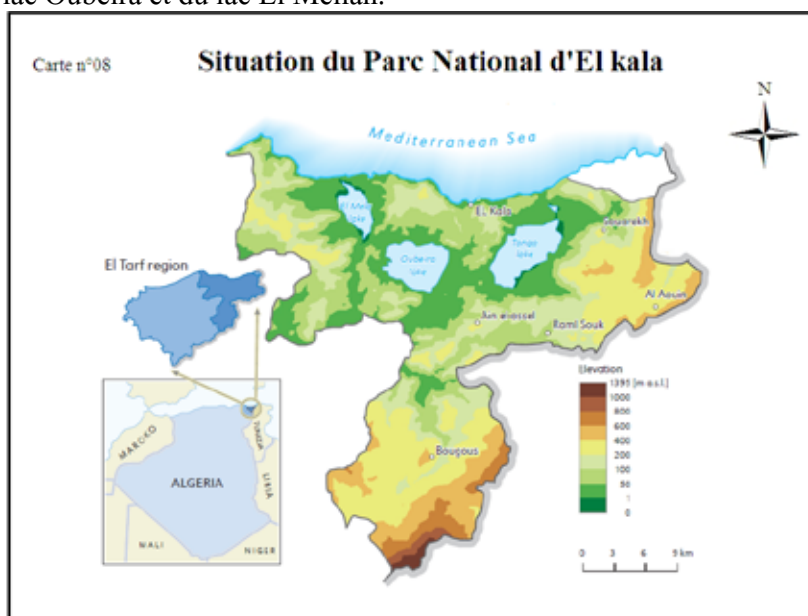
Les politiques publiques visant à protéger les milieux naturels sont initiées par des organisations internationales et sont de plus en plus intégrées dans de nombreux pays. Aux niveaux national et local, il existe une réglementation pour la protection des espèces et le développement des aires protégées. Cependant, dans certains pays, les politiques de gestion de la nature accordent peu d'attention aux problèmes soulevés par les populations locales, en particulier les problèmes de développement. . Celles-ci semblent souvent incompatibles avec la logique de protection de la nature défendue par les administrations nationales. Il existe une contradiction fréquente entre les problèmes de développement fondés sur la croissance des activités économiques habituelles et les problèmes de conservation de la nature. Des études récentes montrent qu'il existe des moyens de rendre ces problèmes compatibles. Il ne s'agit pas de donner la priorité à l'un ou l'autre mais de rapprocher les deux tout en évoluant vers une gestion intégrée des territoires protégés. Si les connaissances sur ce sujet progressent pour les pays d'Europe, les connaissances sont plus faibles pour la rive sud de la région méditerranéenne. La question de l'érosion de la biodiversité est bien comprise par la plupart des pays limitrophes des pays du sud de la Méditerranée. Notre étude se concentre sur le cas d'un parc naturel situé au nord-est de l'Algérie: le secteur du Parc National d'El Kala, également connu sous le nom de PNEK. Ce territoire est confronté à une double ambition stratégique: renforcer la protection de la nature mais aussi développer l'économie agricole et le tourisme. La question en jeu est celle de la compatibilité: Comment les deux problèmes sont-ils compatibles? Quels éléments permettent de mesurer les efforts entrepris? Quelles solutions innovantes peuvent être proposées sur la base d'expériences d'autres territoires proches ou similaires? Notre méthode repose sur l'analyse de 3 types de données: les statistiques nationales de l'Algérie d'après l'Office national de la statistique (ONS), les documents de stratégie de conservation et de développement et les données satellitaires. Les données satellitaires sont utilisées pour mesurer l'évolution des environnements naturels afin de mesurer l'efficacité des mesures de gestion. Les résultats sont ensuite confrontés à la littérature scientifique internationale. Notre étude, résultant du traitement des images LANDSAT, montre une augmentation de la superficie en végétation PNEK entre 1995 et 2005. Cependant, l'étude reflète la contradiction importante qui existe

¹ Doctorante en géographie. Université de frères Mentouri Constantine, Mail : diaf_imene@umc.edu.dz , Site web : <https://diafimene.wixsite.com/tourisme>

entre le potentiel touristique et la capacité d'investissement. . Les politiques publiques visent la création de grandes stations balnéaires. D'autre part, aucune stratégie n'est développée pour un tourisme durable en relation avec le potentiel de l'aire protégée.

ZONE D'ÉTUDE

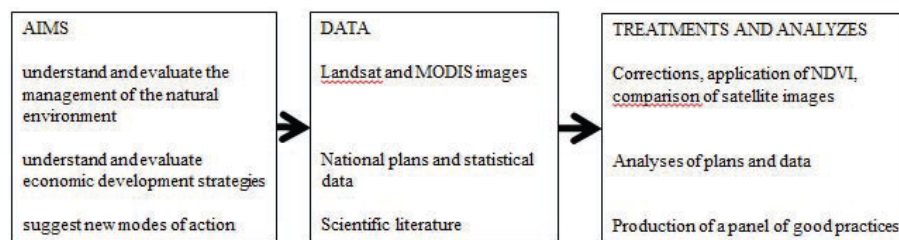
Créé en juillet 1983, le Parc national d'El Kala (EKNP), situé à l'extrême nord-est de l'Algérie, couvre une superficie d'environ 800 km² couvrant à la fois la plaine côtière et l'arrière-pays montagneux. La plaine côtière correspond à une côte sablonneuse basse avec des cordons de dunes isolant des lagunes. La plaine côtière est constituée de dépôts alluviaux. Il est occupé par 3 lacs (le lac Mellah, le lac Oubeira et le lac Tonga). La moitié sud se compose d'une montagne s'élevant à 1395m d'altitude. C'est une montagne composée de flysch gris-grès donnant des sols bruns lessivés. Certaines zones sont couvertes de forêts qui protègent la montagne contre l'érosion. Ce sont des forêts de pins d'Alep et de chênes méditerranéens. Les précipitations varient de 900 à 1200 mm / an (Bouazouni, 2004). Tous contiennent une mosaïque d'écosystèmes composés de forêts et de zones humides, et tous constituent un complexe considéré comme unique dans le bassin méditerranéen. La flore se caractérise par un taux particulièrement élevé d'espèces endémiques, rares et très rares (De Belair, 1990). Sa richesse faunique n'est pas moins spectaculaire (Ouelmouhoub, 2005): 189 espèces d'oiseaux, dont 21 espèces de rapaces ont été répertoriées (Benyacoub et Chabi, 2000). Les plus remarquables sont les zones humides, de renommée internationale, dont 5 figurent sur la liste de la convention relative aux zones humides de RAMSAR. Il s'agit notamment du lac Tonga, du lac Oubeira et du lac El Mellah. Parmi eux, 21 sont des rapaces (Benyacoub et Chabi, 2000). Les plus remarquables sont les zones humides, de renommée internationale, dont 5 figurent sur la liste de la convention relative aux zones humides de RAMSAR. Il s'agit notamment du lac Tonga, du lac Oubeira et du lac El Mellah.



MATÉRIELS ET MÉTHODES

Comme l'illustre la figure 2, notre méthode s'appuie sur l'analyse de 3 types de données: les statistiques nationales de l'Algérie selon son Office national de la statistique (ONS), ses documents de stratégie de conservation et de développement et ses données satellitaires. Les données satellitaires sont utilisées pour mesurer l'évolution des environnements naturels afin de mesurer l'efficacité des mesures de gestion. Les résultats sont ensuite confrontés à la littérature scientifique internationale.

ABSTRAIT



RÉSULTATS

Dans notre étude, il est démontré qu'il existe deux politiques publiques contradictoires concernant le cas du parc national El Kala. Cependant, les politiques publiques de conservation de la nature sont efficaces. En effet, notre étude, issue du traitement des images LANDSAT, montre une augmentation de plus de 36% de la superficie de végétation PNEK entre 1995 et 2005, soit une superficie de 171 km². D'autre part, les observations de 2005 sur les variations jusqu'en 2015 montrent que la végétation n'a présenté aucun changement positif significatif. En effet, l'augmentation de la population rurale a entraîné une transformation radicale de l'utilisation de l'environnement: déforestation, surpâturage, urbanisation et incendies. Localement, l'extension des cultures irriguées se fait aux dépens des zones humides. Ces phénomènes perturbent profondément les écosystèmes naturels. Une partie importante du réseau EKNP a connu une augmentation significative de sa végétation, ce qui témoigne de l'efficacité des politiques de l'État algérien en matière de conservation de la nature. Les questions de conservation de la nature concernent la contribution à la préservation de la richesse de la faune et de la flore de la région méditerranéenne. Comme Rykowski (1999) l'a démontré, les forêts jouent un rôle important dans la réduction des changements climatiques, en particulier par leur activité de séquestration du carbone (Rykowski 1999). Ils permettent également de lutter contre l'érosion des sols et les inondations (Lefevre et al. 2013). Comme le soulignent de plus en plus de scientifiques, la gestion des aires protégées implique désormais la volonté de concilier des problématiques multiples et variées en intégrant les préoccupations de développement durable, par exemple en promouvant des activités agricoles et touristiques contrôlées et acceptées par les populations locales (Balmford et al. 2002; Kalamandeen et Gillson 2007; Rudel 2011; Pfueller et al. 2011; Tomicevic et

al. 2011). Tout cela implique la cohabitation de zones, de milieux naturels, de faune et de flore sauvages, avec une certaine présence et présence de populations temporaires, des visites guidées ou démarquées, voire des populations permanentes occupant la zone protégée pour pratiquer des activités agricoles en harmonie avec la conservation de l'environnement (Mathevet et Mauchamp 2005; Pfueller et al. 2011; Mathevet et al. 2016). Créé dans les années 1970, le réseau mondial de réserves sur l'homme et la biosphère (MAB), dirigé par les Nations Unies, témoigne de cette évolution. Même l'Union internationale pour la conservation de la nature (UICN) et l'Union internationale pour la conservation de la nature, accepte favorablement, au sein des zones protégées, d'associer les objectifs de conservation de la nature et de développement, d'autant plus que les approches actuelles incluent la protection du patrimoine naturel et culturel, dans le but de préserver les traditions et activités rurales (Tomicevic et al. 2011; Mathevet et al. 2016). En Afrique, notamment dans le parc sud-africain Kruger (Venter et al. 2008), les efforts de développement sont intégrés aux objectifs de durabilité. Les activités agricoles reposent sur des pratiques traditionnelles ou non intensives. Les pratiques touristiques sont des activités de tourisme de nature.

